

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**Programa de Pós-Graduação em Psicologia**  
**Nuestra - Núcleo de Estudos Trabalho, Sociedade e Comunidade**

Letícia Dal Pico Dal Secco de Oliveira

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE AUTONOMIA E AUTOGESTÃO DE**  
**CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E APOIADORES DA**  
**COOPERVIDA, SÃO CARLOS/SP**

São Carlos-SP

2018



Letícia Dal Picolo Dal Secco de Oliveira

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE AUTONOMIA E AUTOGESTÃO DE  
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E APOIADORES DA  
COOPERVIDA, SÃO CARLOS/SP**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Orientadora: Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho.

São Carlos-SP

2018





PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

COMISSÃO JULGADORA DA TESE DE DOUTORADO

Leticia Dal Picolo Dal Secco de Oliveira

São Carlos, 08/10/2018

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemeire Aparecida Scopinho (Orientadora e Presidente)  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Rodrigues de Carvalho  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/UNESP- Assis

Prof. Dr. Egeu Gomez Esteves  
Universidade de São Paulo/ USP - São Paulo

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Niituma Ogata  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. André Ricardo de Souza  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Submetida à defesa em sessão pública  
realizada às 09h30 no dia 08/10/2018.

Comissão Julgadora:  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemeire Aparecida Scopinho  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Rodrigues de Carvalho  
Prof. Dr. Egeu Gomez Esteves  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Niituma Ogata  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> André Ricardo de Souza

Homologada pela CPG-PPGpsi na  
\_\_\_\_\_ª Reunião no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Débora Holanda de Souza  
Coordenadora do PPGpsi



Dedico este trabalho a todas as catadoras e a todos os catadores de materiais recicláveis que lutam diariamente pelos seus direitos. Em destaque, àqueles com quem convivi diretamente (da Coocassis, de Assis/SP, da Acipal, de Palmital/SP, da Ascam, de Maracáí/SP, do Comitê do Oeste Paulista em geral, da Coopervida, de São Carlos/SP e da Rede Anastácia de Catadores, das regiões Central e Alta Mogiana do estado de São Paulo). Com eles, aprendi a ver a vida com um olhar mais crítico e esperançoso.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela minha vida e saúde e pelas minhas oportunidades.

Agradeço ao meu marido, José Augusto, por ter sido inspiração, apoio, companheirismo e amor durante meu processo de amadurecimento enquanto pesquisadora e ser humano.

Agradeço à minha mãe, Maria Auxiliadora, e ao meu pai, Eduardo, pela liberdade de pensar e buscar; pela confiança e apoio; pelos meus passos até aqui; pelo amor demonstrado, que só os pais sabem como é e só os filhos sabem como sentir.

Agradeço ao meu irmão, Eduardo, que, na alegria e na tristeza, fez e faz fantoches, mímicas e música para me entusiasmar. Uma grande inspiração de criatividade. Um suspiro em meio às tensões e ansiedades.

Agradeço ao meu sogro, José Mário (*in memoriam*), e à minha sogra, Marlene, pelo suporte, carinho e torcida que sempre destinaram a mim.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fomento essencial ao desenvolvimento dessa pesquisa.

Agradeço à minha orientadora, Rose, pelos ensinamentos preciosos, pela qualidade científica das orientações e pela humanidade perante as pedras no caminho. Suas palavras e os aprendizados que adquiri nessa parceria ecoam positivamente em mim, diariamente.

Agradeço às Profas. Ana Maria e Márcia e aos Profs. André e Egeu, pela participação nas bancas de qualificação e/ou defesa de minha tese de doutorado, que resultou em preciosas aprendizagens e contribuições, tanto para minha tese, quanto para a continuidade de meu percurso enquanto pesquisadora.

Agradeço às catadoras e aos catadores de materiais recicláveis da Coopervida pela contribuição tanto com a construção dessa tese, quanto com o meu desenvolvimento pessoal. Obrigada por confiarem em mim e participarem desse processo comigo.



Agradeço aos apoiadores da Coopervida pela participação nesta tese e pelas aprendizagens que fortaleceram ainda mais minha convicção de que a ciência deve atender àqueles que de seu controle foram afastados pelas diversas rupturas perversas vivenciadas.

Agradeço aos membros do Nuestra com quem tive a oportunidade de conviver, pelas discussões de importantes questões científicas e de vida, por andarem juntos à construção dessa tese. Membros vão, e membros vêm, e a marca de vocês permanece: Thainara, Ariane, Diana, Rafael, Bruno, Zé Cláudio, Mariana, Carol, Charles, Beth, Fernando, Ariele e José Rodolfo.

Agradeço aos docentes do PPGPsi que apoiaram meu percurso, tanto com contribuições de ensino, como o Prof. João e as Profas. Patrícia e Liza, quanto com palavras de compreensão e motivação, como a Profa. Débora. Na correria do cotidiano, vocês acabam não percebendo o quanto um minuto de sua convivência contribui positivamente com nosso percurso discente.

Agradeço à Marinéia, por ser mais do que uma profissional dedicada e competente, mas também por ser um ser humano iluminado, que compartilha sua luz com todos, sem ocilar. Agradeço também à Michelle, estagiária do PPGPsi pelo excelente atendimento, sempre.

Agradeço aos amigos do PPGPsi, por toda motivação e apoio que contribuíram de algum modo com a conclusão dessa etapa: Thaís, Angélica, Fernando e Josi.

Agradeço a todos/as os/as familiares, amigos/as e parceiros/as de trabalhos que, mesmo não mencionados/as, estiveram torcendo sempre para que eu chegasse até aqui.

Obrigada a todas e a todos!



**XOTE DA MARCHA DO POVO**  
(*Hino do Movimento Nacional do Catadores*)

Quem sabe andar  
Nessa rua vai em frente  
Pois atrás é que vem gente  
Diz o dito popular  
E quem caminha na linha da esperança  
Arrasta o pé  
Balança a trança  
Na dança de se chegar

**Há quem diga**  
**Olé, olé, olé, olá**  
**Catador de norte a sul**  
**E de acolá**  
**Nesta marcha sem parar**  
**Caminhar é resistir**  
**E se unir é reciclar**

Ninguém segura  
Essa gente que trabalha  
Que grita e fala  
Querendo anunciar  
Que é possível a luz de um  
Novo dia  
Em que a nossa alegria  
Possa se concretizar

Povo da rua  
Não é do mundo da lua  
É a vontade nua e crua  
É o desejo de um lar  
Que assegure vida e dignidade  
Rumo à prosperidade  
E ao direito de sonhar



Secco-Oliveira, L. D. P. D. (2018). *Representações sociais de autonomia e autogestão de catadores de materiais recicláveis e apoiadores da Coopervida, São Carlos/SP*, (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil. 361 p.

## RESUMO

O desenvolvimento de empreendimentos econômico-solidários (EES) no Brasil apresenta contradições, destacadas em estudos de Psicologia Social do Trabalho, relacionadas às transformações de sentidos e identidades dos participantes desses empreendimentos pela interiorização de valores econômico-solidários, mesmo com relações e organização internas influenciadas pela cultura hegemônica capitalista. A interação com apoiadores é apontada como contribuição para que novos valores e princípios circulem nos empreendimentos. No âmbito das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, abarca-se a essa análise suas condições materiais e simbólicas precárias de trabalho e vida que se desdobram em dificuldades para significar as novas relações sociais propostas. Uma potencialidade da economia solidária (ES) se refere ao ganho individual e coletivo de autonomia, resultando em processos autogestionários, criticada em pesquisas que caracterizam os EES como reprodutores de relações de exploração por estarem incluídos perversamente na competitividade do mercado econômico. Entende-se que estudos em representações sociais (RS) contribuem para investigar essas disputas teóricas por desvelar, na prática, as mudanças identitárias e de sentidos decorrentes das negociações realizadas em processos dialógicos de interação, elucidando conflitos em tensão na esfera pública, como é o caso das potencialidades da ES. Objetivou-se compreender as RS de catadores cooperativados e apoiadores sobre autonomia e autogestão. Realizou-se um estudo de caso no município de São Carlos/SP por meio de observações diretas, registradas em diário de campo, e entrevistas semiestruturadas individuais. O campo de pesquisa central foi a Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis de São Carlos (Coopervida), além das instituições dos apoiadores e de espaços públicos de interação. A análise temática foi construída por meio da triangulação das informações. Para os catadores, a autonomia se relacionava tanto a um sujeito individual que não cabe na Cooperativa, quanto à liberdade coletiva de realização do trabalho cotidiano. A autogestão se referia à participação dos cooperados nos espaços de discussão, com respeito às regras coletivas, que poderia potencializar o processo de trabalho e seus resultados. Suas RS se ancoravam no cotidiano de trabalho. Permeavam suas RS, noções de cooperativismo. Para os apoiadores, a autonomia possuía múltiplos sentidos (político, econômico, social, coletivo e individual), e a autogestão se configurava como um processo dependente da autonomia, corroborando com alguns teóricos. Suas RS se ancoravam na intersecção entre suas histórias de vida e escolhas profissionais, reforçadas pela participação em espaços de articulação política. Eles consideravam que a participação de cooperados nesses espaços, bem como em processos educativos, eram primordiais para a aquisição de conhecimentos necessários para uma condição de autonomia. Permeavam suas RS, questões ambientais e de justiça social. A ES se restringiu aos apoiadores de instituições nela baseadas. As interações estabelecidas propiciaram avanços, ainda que limitados, relacionados à autonomia e à autogestão da Coopervida. Porém a ES não se configurava de fato como parte dela, mas como possibilidade. Espera-se que essas elucidaciones contribuam para a compreensão e reflexão tanto de cooperados quanto de apoiadores sobre suas condições contextuais, bem como para a articulação de estratégias conjuntas para que essa interação possibilite transformações concretas a partir de seus objetivos.

Palavras-chave: Representações sociais; catadores de materiais recicláveis; economia solidária; autonomia; autogestão.



Secco-Oliveira, L. D. P. D. (2018). *Social representations of autonomy and self-management of recyclable waste pickers and supporters of Coopervida, São Carlos/SP*, (PhD Thesis). Graduate Program in Psychology, Federal University of São Carlos, São Carlos, SP. 361 p.

## ABSTRACT

The development of solidary-economic enterprises (SEE) in Brazil has contradictions, those highlighted in studies of Social Psychology of Work related to the transformations of meanings and identities of these organizations' subjects by internalization of solidary-economic values, even having organization and internal relationships influenced by capitalist hegemonic culture. The interaction with supporters is pointed out as a contribution for new values and principles working in organizations. These issues apply to cooperatives of recyclable waste pickers considering their precarious material and symbolic conditions of work and life that unfold into difficulties for signifying new proposed relationships. A potentiality of solidary economy (SE) refers to individual and collective gain of autonomy resulting in self-management processes, which is criticized in researches that characterize SEE as reproducing exploitation relationships for being perversely included in the competitiveness of economic market. It is understood that the study of social representations (SR) contributes to the investigation of these theoretical disputes by unveiling in practice the changes in identity and meaning came out from negotiations carried out in dialogical processes of interaction, elucidating conflicted issues in tension in the public sphere, as it is the case of SE potentialities. Thus, the aim has been to understand the SRs of pickers and supporters, in the same context, on autonomy and self-management. A case study has been carried out in the city of São Carlos-SP with direct observations, field diary records and individual semi-structured interviews. The central research field has been the Cooperative of Recyclable Waste Pickers of São Carlos (Coopervida), besides the institutions of supporters and public spaces of interaction. The analysis has been thematic and the informations have been triangulated. About pickers, autonomy is related to both an individual subject that does not fit in the cooperative and to the collective freedom of performing daily work. Self-management refers to the participation of cooperative members in the discussion spaces, respecting collective rules, that could enhance the work process and its results. Their SRs are anchored in their daily work. For the supporters, autonomy has multiple meanings (political, economic, social, collective and individual), and self-management is a dependent-on-autonomy process, corroborating with some theorists. Their SRs are anchored in the intersection between their life history and professional choices, reinforced by their participation in political articulation spaces. They consider that the participation of cooperative members in these spaces, as well as in educational processes, are primordial for the acquisition of knowledge necessary for a condition of autonomy. They permeate their SRs, environmental and social justice issues, with SE restricted to supporters of institutions based on it. The interactions established have led to some advances, albeit with several limitations, related to Coopervida's autonomy and self-management, however SE does not really form as part of it, but as a possibility. These elucidations are expected to contribute to both cooperative members and supporters understanding and reflecting on the limits and possibilities of their current conditions, as well as to trigger the articulation of joint strategies so that this interaction enables concrete transformations based on their aims.

Keywords: Social representations; recclable waste pickers; solidary economy; autonomy; self-management.



## LISTA DE SIGLAS

ABC - Parte da Região Metropolitana de São Paulo que abarca os municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano

ABCDMRR – Região do Grande ABC (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra)

Abcoop - Associação Brasileira de Cooperativas

ABEU - Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Abicred - Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito

ABIHPEC - Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos

Abrelpe - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais

ACI - Aliança Cooperativa Internacional

Acieps - Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão

ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário

Amor - Associação de Moradores e Amigos dos Jardins

Anteag - Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária

Apasc - Associação para Proteção Ambiental de São Carlos

Ascampa - Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas

Asmare - Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis

AST - Adequação sociotécnica

Biokinesis - Sociedade Civil Ambiental e Cultural

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social

BSM – Plano Brasil sem Miséria

CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CADSOL - Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários

Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Cataforte - Projeto Cataforte - Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias

Cataunidos - Cooperativa de Reciclagem dos Catadores da Rede de Economia Solidária

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CDCC - Centro de Divulgação Científica e Cultural

CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

CEA - Centro de Estudos e Assessoria



CEADEC - Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento, Emprego e Cidadania  
CEDOC - Centro de Documentação em Economia Solidária  
Cempre - Compromisso Empresarial para a Reciclagem  
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos  
Cetesb - Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental  
CGA - Comissão de Gestão e Administração do NuMI-EcoSol  
CIISC - Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo  
CISC - Centro de Informática de São Carlos  
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho  
CMES - Conferência Municipal de Economia Solidária  
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros  
CNES - Conselho Nacional de Economia Solidária  
Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária  
Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente  
Conaresol - Congresso Nacional de Economia Solidária, Resíduos e Reciclagem  
Concrab - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil  
ConsUni - Conselho Universitário  
Coocassis - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis  
Cooletiva - Cooperativa dos Coletores dos Materiais Recicláveis de São Carlos  
Coopamare - Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis  
Cooperlários - Cooperativa de Trabalho de Coleta, Processamento de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis  
Cooperminas - Cooperativa de Extração de Carvão Mineral dos Trabalhadores de Criciúma  
Coopervida - Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis de São Carlos  
COPPE/UFRJ - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro  
CRHEA - Centro de Recursos Hídricos e Estudos Ambientais  
CSA - Comunidade que Sustenta a Agricultura  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
Daes – Departamento de Apoio à Economia Solidária  
DAS - Grupo Direção e Assessoramento Superior  
DENSP - Departamento de Engenharia e Saúde Pública



DF – Distrito Federal

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DNCR - Departamento Nacional de Registro do Comércio

Dra. - Doutora

Ecoativa - Cooperativa dos Coletores dos Materiais Recicláveis de São Carlos

EES - Empreendimento Econômico-Solidário

Enfac - Encontro de Formadores e Apoiadores de Catadores

EPI - Equipamento de Proteção Individual

ES - Economia Solidária

FASE - Federação de Organização para Assistência Social e Educacional

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FCPE - Funções Comissionadas do Poder Executivo

FDL - Fundação Luterana de Giaconina

FECOP - Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição

Feicoop - Feira Internacional do Cooperativismo

Fesec - Frente Parlamentar Mista em Defesa da Economia Solidária e da Economia Criativa

Finep - Agência Brasileira de Inovação

FMAE – Fundo Municipal de Aval ao Empreendedor

Fopes - Fórum Paulista de Economia Solidária

Forproex - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidade Públicas Brasileiras

Fórum Comunitário – Fórum Comunitário de Resíduos Sólidos de São Carlos/SP

Fórum do Lixo – Fórum Comunitário do Lixo

FSM - Fórum Social Mundial

Funasa – Fundação Nacional de Saúde

FCPE – Função Comissionada do Poder Executivo

Geisa - Grupo de Estudos e Intervenções Socioambientais

Giro - Gestão Integrada de Resíduos Orgânicos

GT Brasileiro de ES - Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária

IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IECLB – Igreja Evangélica da Confissão Luterana Brasileira



Incoop-UFSCar - Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos

Incop Unesp Assis – Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp de Assis

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

LACat - Linha de Ação Empreendimentos Solidários de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis

LOA - Lei Orçamentária Anual

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MPSP - Ministério Público do Estado de São Paulo

MS – Ministério da Saúde

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

Napra - Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia

NESol/UFT - Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal do Tocantins

NuMI-EcoSol - Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OES – Organização econômico-solidária

Onesc - Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo

ONG – Organização não governamental

Oscip - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAC - Projeto Alternativo Comunitário

PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

PBES - Plenária Brasileira de Economia Solidária

PEES - Plenária Estadual de Economia Solidária

PEFES - Programa estadual de fomento à economia popular solidária no Estado de São Paulo

PePSIC - Periódicos Eletrônicos de Psicologia

PERS - Política Estadual de Resíduos Sólidos

PESD - Programa Economia Solidária em Desenvolvimento



PFL - Partido da Frente Liberal  
PL - Projeto de Lei  
Plansab – Planos Nacionais de Saneamento Básico  
PLP - Projeto de Lei Complementar  
PLS - Projeto de Lei do Senado  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PMGIRS - Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos  
PMSC - Prefeitura Municipal de São Carlos  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNES - Plenária Nacional de Economia Solidária  
PNMC - Planos Nacionais de Mudanças do Clima  
PNRH – Planos Nacionais de Recursos Hídricos  
PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos  
PNSB – Política Nacional de Saneamento Básico  
PPA - Plano Plurianual  
PPCS – Planos Nacionais de Produção e Consumo Sustentável  
PPGCTS – Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade  
PPGpsi – Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
PPP – Parceria Público-Privada  
ProExt - Programa de Extensão Universitária  
Profa. – Professora  
Programa Futuro Limpo - Programa Municipal de Redução e Controle de Resíduos  
Pronacoop - Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
Proninc - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas  
PSB - Partido Socialista Brasileiro  
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RAiZ - Movimento Cidadanista  
RBSES - Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária  
Rede Anastácia - Rede Anastácia Central de Cooperativas de Catadores de Materiais



Recicláveis da Região Central e Mogiana Paulista  
Unitrabalho - Fundação Interuniversitária de  
Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho  
Reenvolta - Cooperativa de Trabalho de Profissionais da Área Socioambiental  
RS – Rio Grande do Sul  
SAIC - Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania  
SC – Santa Catarina  
SciELO - The Scientific Electronic Library Online  
SE – Solidary economy  
Sedai - Secretaria de Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais  
SEE - Solidary-economic enterprise  
Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
Senaes - Secretaria Nacional de Economia Solidária  
SGA - Superintendência de Gestão Ambiental da USP  
SGAS - Secretaria Geral de Gestão Ambiental e Sustentabilidade da UFSCar  
Sies - Sistema de Informações em Economia Solidária  
SINAES – Sistema Nacional de Economia Solidária  
SMDSCT - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia  
SMOP - Secretaria Municipal de Obras Públicas  
SMSP - Secretaria Municipal de Serviços Públicos  
SMTER - Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda  
SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento  
SNVS – Sistema Nacional de Vigilância Sanitária  
SP – São Paulo  
SR – Social representations  
TAC - Termo de Ajustamento de Conduta  
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso  
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
TRS - Teoria das Representações Sociais  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos  
UFT – Universidade Federal do Tocantins  
Unasco – União Nacional de Cooperativas  
Unesp - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo  
Unisol - Central de Cooperativas e Organizações Solidárias  
USP - Universidade de São Paulo



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Instituições apoiadoras e natureza do apoio à Coopervida. ....	72
<b>Figura 2.</b> Relação de acompanhamento das instituições e espaços públicos .....	79
<b>Figura 3.</b> Perspectivas Teóricas da economia solidária por trabalho de revisão .....	117
<b>Figura 4.</b> Conferências Municipais de Economia Solidária de São Carlos/SP .....	179
<b>Figura 5.</b> Os apoiadores reconhecidos pelos cooperados da Coopervida.....	204
<b>Figura 6.</b> Participação em cursos e eventos.....	205
<b>Figura 7.</b> Relação da Coopervida com a PMSC .....	208
<b>Figura 8.</b> Procedência da renda da Coopervida .....	209
<b>Figura 9.</b> Falas dos catadores sobre autonomia .....	210
<b>Figura 10.</b> Falas dos catadores sobre autogestão.....	211
<b>Figura 11.</b> Falas dos catadores sobre cooperativismo .....	212
<b>Figura 12.</b> Falas dos catadores sobre economia solidária.....	214
<b>Figura 13.</b> Fala dos catadores sobre a adesão ao trabalho na Coopervida .....	215
<b>Figura 14.</b> Falas dos catadores sobre as diferenças entre o trabalho anterior e o atual .....	217
<b>Figura 15.</b> Falas dos catadores sobre os processos decisórios na Cooperativa .....	218
<b>Figura 16.</b> Instituições apoiadoras reconhecidas pelos outros apoiadores .....	229
<b>Figura 17.</b> Caracterização das instituições de apoio realizada pelos entrevistados.....	232
<b>Figura 18.</b> Processos educativos e organização de eventos realizados pelos apoiadores.....	236
<b>Figura 19.</b> Falas de apoiadores sobre autonomia: Carla, Ana, Daniela, Denise e Everton ...	241
<b>Figura 20.</b> Falas de apoiadores sobre autonomia: Helena e Kleber. ....	242
<b>Figura 21.</b> Falas de apoiadores sobre autonomia: Daniel e Célia. ....	242
<b>Figura 22.</b> Falas de apoiadores sobre autonomia - Andreia e João .....	243
<b>Figura 23.</b> Falas de apoiadores sobre autonomia: Gabriela e Bruno.....	243
<b>Figura 24.</b> Falas de apoiadores sobre autogestão: Gabriela e Bruno.....	244
<b>Figura 25.</b> Falas de apoiadores sobre autogestão: Kleber e Ana .....	245
<b>Figura 26.</b> Falas de apoiadores sobre autogestão: Daniel, Célia, Carla, Kleber, Ana, Daniela, Denise .....	246
<b>Figura 27.</b> Falas de apoiadores sobre autogestão: Andreia e João .....	246
<b>Figura 28.</b> Falas de apoiadores sobre autogestão: Everton e Helena .....	247
<b>Figura 29.</b> Falas de apoiadores sobre cooperativismo: Daniel, Célia, Carla e Everton .....	248



<b>Figura 30.</b> Falas de apoiadores sobre cooperativismo: Bruno e Daniela .....	250
<b>Figura 31.</b> Falas de apoiadores sobre cooperativismo: Andreia, Helena e Gabriela.....	250
<b>Figura 32.</b> Falas de entrevistados sobre economia solidária: Daniel, Célia e Carla.....	252
<b>Figura 33.</b> Falas de apoiadores sobre economia solidária: Ana, Denise, Andreia, Daniela e Everton .....	253
<b>Figura 34.</b> Falas de apoiadores sobre economia solidária: Gabriela, Kleber e João .....	255
<b>Figura 35.</b> Leis, decretos e planos nacionais e paulistas de economia solidária .....	341
<b>Figura 36.</b> Eventos nacionais e paulistas sobre economia solidária.....	343
<b>Figura 37.</b> Instrumentos legais nacionais e estaduais relacionados aos catadores, às cooperativas e à coleta seletiva.....	352
<b>Figura 38.</b> Eventos nacionais e paulistas sobre catadores .....	354
<b>Figura 39.</b> Instrumentos legais sobre economia solidária no município de São Carlos/SP ..	358
<b>Figura 40.</b> Instrumentos legais do município de São Carlos acerca da coleta seletiva, dos resíduos sólidos e/ou dos catadores de materiais recicláveis .....	361



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Características dos domicílios em relação à renda e aos moradores catadores .....	50
Tabela 2. Engajamento/motivação para o trabalho .....	156
Tabela 3. Natureza da sede dos EES de catadores .....	156
Tabela 4. Retiradas dos sócios.....	157
Tabela 5. Modo de remuneração .....	157
Tabela 6. Destinação das sobras .....	158
Tabela 7. Direção da organização.....	159
Tabela 8. Participação dos sócios .....	159
Tabela 9. Periodicidade das Assembleias.....	160
Tabela 10. Setores de apoio.....	161
Tabela 11. Tipos de apoio.....	162
Tabela 12. Temas tratados em processos educativos .....	163
Tabela 13. Participação em redes ou fóruns .....	164
Tabela 14. Faixa etária dos catadores do estado de São Paulo.....	165
Tabela 15. Escolaridade dos catadores do estado de São Paulo.....	165
Tabela 16. Origem dos catadores do estado de São Paulo por região.....	166



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	39
INTRODUÇÃO.....	43
Referencial teórico.....	58
Objetivos.....	63
MÉTODO.....	65
Aspectos éticos da pesquisa.....	65
Levantamento bibliográfico.....	66
O campo e as instituições apoiadoras.....	67
Os espaços de interação.....	77
O processo de observação nas instituições e nos espaços de interação.....	78
Os participantes de pesquisa.....	83
Análise das entrevistas.....	87
Análises finais.....	87
Validação das informações.....	88
Organização da tese.....	89
CAPÍTULO 1 – ECONOMIA SOLIDÁRIA, CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E MUNDO DO TRABALHO.....	91
1.1 Reestruturação produtiva, precarização das condições de trabalho e vida, exclusão-social e a subjetividade dos trabalhadores.....	91
1.2 Economia solidária e cooperativismo: origens, perspectivas teóricas, políticas públicas e subjetividade.....	96
1.2.1 As mobilizações populares e as políticas públicas de economia solidária.....	102
1.2.2 Perspectivas teóricas sobre a economia solidária.....	114
1.2.3 Economia solidária e subjetividade: algumas pesquisas.....	130
1.2.4 Considerações acerca das pesquisas sobre economia solidária.....	139
1.3 Catadores de materiais recicláveis, políticas públicas e subjetividade.....	140
1.3.1 Políticas públicas, movimentações populares e os catadores de materiais recicláveis.....	146
1.3.2 Informações socioeconômicas dos catadores e caracterização de suas organizações no âmbito da economia solidária.....	152
1.3.3 Catadores de materiais recicláveis e subjetividade: algumas pesquisas.....	167
1.3.4 Considerações acerca das pesquisas sobre catadores de materiais recicláveis.....	174
CAPÍTULO 2 - A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A COOPERVIDA NO CONTEXTO DE SÃO CARLOS.....	177
2.1 A coleta seletiva no município e sua articulação com a economia solidária.....	181
2.2 A Coopervida: características gerais, estruturação e relações.....	189
2.2.1 A Coopervida nos dias atuais: entre a organização interna e a participação nos espaços públicos.....	195



CAPÍTULO 3 – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS CATADORES DA COOPERVIDA .....	201
3.1 Temas de análise das entrevistas e algumas considerações: ouvi falar, não sei explicar, mas fazemos assim... ..	210
3.2 Categorias de análise e as representações sociais dos catadores .....	219
3.2.1 Considerações gerais acerca das categorias de análise.....	224
CAPÍTULO 4 - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS APOIADORES DA COOPERVIDA .....	227
4.1 Temas de análise das entrevistas dos apoiadores e algumas considerações: minha história me levou a pensar assim, mas e os catadores? .....	240
4.2 Categorias de análise e as representações sociais dos apoiadores.....	267
4.2.1 Considerações gerais acerca dessas categorias de análise.....	271
CAPÍTULO 5 – AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PRODUZIDAS: ENCONTROS E DESENCONTROS.....	273
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	291
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	299
ANEXO 1 – AUTORIZAÇÃO COOPERVIDA .....	322
ANEXO 2 – AUTORIZAÇÃO DAES.....	323
ANEXO 3 – AUTORIZAÇÃO NUMI-ECOSOL.....	324
ANEXO 4 – AUTORIZAÇÃO USP RECICLA.....	325
ANEXO 5 – AUTORIZAÇÃO TEIA .....	326
ANEXO 6 – AUTORIZAÇÃO VERACIDADE .....	327
ANEXO 7 – AUTORIZAÇÃO REDE ANASTÁCIA.....	328
ANEXO 8 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	329
APÊNDICE 1 - TCLE .....	334
APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO - APOIADORES	336
APÊNDICE 3 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO - CATADORES .	338
APÊNDICE 4 – INSTRUMENTOS LEGAIS NACIONAIS E PAULISTAS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	340
APÊNDICE 5 - EVENTOS NACIONAIS E PAULISTAS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	342
APÊNDICE 6 – INSTRUMENTOS LEGAIS NACIONAIS E PAULISTAS RELACIONADOS AOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, ÀS COOPERATIVAS E À COLETA SELETIVA .....	344
APÊNDICE 7 – EVENTOS NACIONAIS E PAULISTAS SOBRE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS .....	353
APÊNDICE 8 – INSTRUMENTOS LEGAIS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SP .....	355
APÊNDICE 9 – INSTRUMENTOS LEGAIS SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SP .....	359



## APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa foi elaborada a partir de reflexões sobre o mundo do trabalho, a economia solidária e os catadores de materiais recicláveis<sup>1</sup>, realizadas durante minha trajetória profissional e acadêmica relacionada ao tema, desde a graduação.

Essas reflexões evidenciaram o potencial da interação entre catadores e apoiadores<sup>2</sup> para o desenvolvimento pessoal, social e econômico de catadores e de empreendimentos econômico-solidários (EES)<sup>3</sup>, ainda que algumas contradições também acompanhem esse processo.

Minhas principais experiências práticas e de pesquisas ocorreram em dois momentos: 1) junto à Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp de Assis (Incop Unesp Assis), entre 2006 e 2008, com o desenvolvimento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) relacionado à Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis (Coocassis) e à organização de cooperativas de catadores em redes de comercialização<sup>4</sup>; e 2) junto ao o Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), entre 2012 e 2013, a qual veio a ser, quando também desenvolvi minha dissertação de mestrado (Secco, 2014), pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), junto à Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis de São Carlos (Coopervida), abordando a influência das relações de trabalho cooperativas na dinâmica familiar dos catadores.

O meu olhar sobre o campo e o direcionamento de minhas pesquisas, basearam-se na

---

<sup>1</sup> A expressão “catadores de materiais recicláveis” relaciona-se à identidade dos sujeitos com essa ocupação, representados pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), ainda que o termo técnico correto para o objeto de trabalho dos catadores seja “resíduo reciclável”. Utilizarei esta expressão para preservar a identidade dos sujeitos e de coletivos estudados nesta tese.

<sup>2</sup> Novaes (1995) utiliza em pesquisas no âmbito rural o termo “mediador” para denominar quem propicia recursos materiais e simbólicos aos sujeitos auxiliados. Como esta definição atende às práticas dos denominados “apoiadores” no campo da economia solidária, ela foi considerada adequada para qualificá-los neste trabalho.

<sup>3</sup> No campo da economia solidária, discute-se a utilização do termo “empreendimentos” relacionado às suas organizações de trabalho, por entendê-lo como intrínseco a um campo empresarial que não condiz com as propostas da economia solidária. Em sua substituição, recomendaria-se a expressão “organizações econômico-solidárias”, no sentido de fortalecer as suas características e diferenciá-las dos empreendimentos tradicionais. Conforme a expressão EES é utilizada e reconhecida pelo movimento, pelos trabalhadores e pelos pesquisadores em economia solidária, eu optei por manter a expressão “empreendimento econômico-solidário” por reconhecer como mais importante a identificação dos sujeitos em relação aos assuntos que os envolvem, do que a tradicionalidade de alguns termos. No subtópico 1.2.2 do Capítulo 1, será apresentada uma crítica do autor Luiz Inácio Gaiger a essa relutância em utilizar o termo “empreendimentos” no âmbito da economia solidária.

<sup>4</sup> Ver Carvalho (2008) e Pereira, Secco & Carvalho (2014).

Psicologia Social do Trabalho, no que tange às potencialidades do ambiente de trabalho propiciar transformações subjetivas aos trabalhadores.

Essas experiências possuem convergências e divergências. Como convergência, está o surgimento não espontâneo das Cooperativas, propostas por outros agentes, o desenvolvimento de processos de conscientização e capacitação, inclusive sobre cooperativismo e economia solidária, apoiadores diversos antes da constituição das Cooperativas, e a adesão primária dos sujeitos por motivos econômicos, já que vivenciavam situações de desemprego e a catação de recicláveis, nas ruas ou lixões, ocorria por necessidade de gerar renda. Entre as divergências, estão o modo de relacionamento ao longo do tempo com o poder público e apoiadores, e os impactos objetivos e simbólicos nas condições e organização do trabalho.

A Coocassis, com um contrato de prestação de serviços melhor estabelecido com o governo municipal, possuía condições estruturais e econômicas mais adequadas para a realização do trabalho e manutenção da organização, investindo em ações cotidianas, em parceria com os apoiadores, voltadas para a alfabetização e formação política de seus cooperados, bem como se articulando mais intensamente com o MNCR. Já a Coopervida, apesar de, inicialmente, contar com um apoio mais engajado do governo municipal, ele não foi contínuo ou suficiente para garantir um contrato adequado pelos serviços prestados, principalmente entre as trocas de governo, o que, em momentos de crise, prejudicou a geração de renda e a organização interna da Cooperativa, marcada por diversos conflitos interpessoais.

Ambos os casos ilustravam situações de exclusão econômico-social dos sujeitos e de sua inserção em uma atividade marginalizada, informal e com condições precárias, em busca de gerar renda. Os apoiadores, por sua vez, procuravam alternativas, envolvendo o poder público, que propiciassem condições dignas de trabalho e a emancipação dos catadores.

Ao mesmo tempo que se observou o desencadeamento de engajamento político e social pelos cooperados da Coocassis, os fatores econômico e estrutural, na Coopervida, mostraram-se definitivos tanto na possibilidade dos cooperados se manterem em momentos de crise, quanto na apropriação acerca das condições da organização. Conseqüentemente, um maior grau de autonomia social e política e um conseqüente processo autogestionário foi visível na Coocassis, ao passo que na Coopervida, essa autonomia se restringiu à realização do processo cotidiano de trabalho e não houve destaque para a autogestão.

Esses casos corroboram com a reflexão de que o modo de estabelecimento das relações internas, entre cooperados, e externas, destes com o Poder Público e com outros apoiadores,

influenciam os resultados econômicos dos EES e suas potencialidades em propiciar alterações subjetivas relacionadas aos princípios da economia solidária e ao ganho de autonomia. Destaca-se que essas relações abarcam as motivações e os objetivos pessoais dos sujeitos em interação.

Na Coopervida, a relação instável com a Prefeitura Municipal de São Carlos (PMSC) ocasionou dificuldades financeiras acentuadas, e mesmo havendo políticas municipais que incentivassem o desenvolvimento de EES, a relação da Cooperativa com um mercado competitivo como o da cadeia produtiva dos resíduos recicláveis, gerou tensões políticas e econômicas sobre o lugar das EES nessa cadeia e o papel dos governos municipais nessa relação. O cumprimento e continuidade de contratos eram irregulares, a Cooperativa era alocada em um galpão de tamanho inadequado e com condições de organização, realização do trabalho e relações internas precárias. Quando a Coopervida vivenciou momentos de crise mais intensos, acentuados entre os anos de 2013 e 2014, muitos cooperados desistiram dela por diversas incompreensões e necessidades econômicas.

Apesar da Coopervida possuir variados apoiadores, eles se ocuparam em auxiliar demandas emergenciais, políticas e econômicas, que ameaçavam concretamente a sua existência. As contribuições com a organização interna da Cooperativa e processos educativos foram escassas e de potencialidade reduzida, pelo interesse e foco dos cooperados se direcionarem para a geração de renda, ainda que as interações entre ambos tenham notadamente propiciado a apreensão e prática de novos princípios, conforme haviam cooperados engajados em manter a Cooperativa funcionando mesmo quando ela quase cindiu.

Internamente, observou-se conflitos interpessoais decorrentes de ações de interesse individuais dos sujeitos, que limitavam a compreensão sobre o modo de funcionamento da cooperativa, a abrangência da cooperação e os resultados econômicos do trabalho, ocasionando situações de desconfiança. Externamente, enfrentavam conflitos relacionados à execução de políticas e ao seu reconhecimento pelos governantes enquanto prestadora de serviços para a PMSC. Mediando esses conflitos, encontravam-se os apoiadores, ainda que existissem incompreensões de ambos os lados sobre os papéis e anseios de cada um nessa relação.

Destacou-se como problema os limites e potencialidades que o contexto político e econômico vivenciado pelos cooperados e as relações nele estabelecidas, interna e externamente, possuíam em influenciar o desencadeamento de processos autônomos e autogestionários pela Coopervida e por seus cooperados, considerando, empiricamente, que, Coocassis e Coopervida experimentaram condições e resultados diferentes de existência.

Esse problema trouxe uma questão inquietante, sobre como as subjetividades produzidas nas interações estabelecidas em um contexto específico refletem nesses processos, destacando-se a necessidade de caracterizar as produções subjetivas acerca da autonomia e da autogestão, negociadas entre catadores e apoiadores, para compreender os seus desdobramentos.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, o surgimento tanto da economia solidária quanto do trabalho de catação possui origens similares no que tange o mundo do trabalho. Ambos apareceram e se intensificaram entre as décadas de 1980 e 1990, época de reestruturação produtiva e de crises econômicas que ocasionaram mudanças nas relações de trabalho e o aumento do desemprego.

As reestruturações produtivas se caracterizam, basicamente, como uma transformação nos modelos de produção. O período de reestruturação contemporânea se iniciou no Japão, na década de 1950, e mais tardiamente em outros países, com a substituição dos modelos de produção fordista e taylorista pelo modelo japonês toyotista, de características flexível e fragmentada (Antunes, 1997). Ela está associada à Revolução Técnico-Científico-Informacional, denominada também como Terceira Revolução Industrial, e à intensificação de políticas neoliberais, respaldo ideológico da reestruturação que defende a diminuição da regulação pública nas relações de trabalho.

Antunes (2000), caracteriza esse novo modelo de produção como vinculado às necessidades individualizadas dos consumidores, fundamentado em um trabalho operário em equipe, no qual o trabalhador possui funções multivariadas, e encadeador de um processo de trabalho flexível que diminui os direitos do trabalhador por permitir sua contratação temporária e terceirizada. A diminuição dos postos de trabalho, mesmo com o aumento da produtividade, a precarização das relações de trabalho pelo risco do desemprego e a migração dos trabalhadores para o mercado informal, são alguns de seus impactos na vida do trabalhador.

Veronese (2008) analisa que a reestruturação produtiva contemporânea resultou na perda de direitos sociais também de trabalhadores de postos formais, levando-os a buscarem formas de enfrentamento pela eminência da exclusão. Nesse sentido, observa-se impactos tanto no âmbito material quando no subjetivo do sujeito (Antunes, 2000).

No Brasil, essa reestruturação, percebida inicialmente na década de 1980, ocorreu em época de crise econômica e inflacionária que levou muitas empresas à falência, à diminuição de postos de trabalho, e à intensificação do desemprego (Singer, 2002a). Observou-se nessa década, diversas iniciativas de organização de trabalhadores de empresas falidas em cooperativas, na tentativa de recuperá-las e garantir a manutenção dos postos de trabalho.

Essas ações foram se estreitando aos ideais da economia solidária, termo introduzido no contexto brasileiro nos anos 1990, inspirados em preceitos de igualdade e fraternidade da

Revolução Francesa, como cooperação, autonomia, gestão democrática (Laville & Gaiger, 2009), defesa da propriedade coletiva ou associada, da liberdade individual, da distribuição de renda de forma igualitária e da solidariedade (Gaiger, 2004).

Os sujeitos excluídos que não tiveram essa alternativa ou não aderiram a ela, engendraram-se no mercado informal de trabalho, no qual se encontra o trabalho de catação, na tentativa de gerar renda e manter alguma condição de subsistência.

O trabalho do catador se caracteriza, então, como possibilidade e estratégia de superar uma situação de exclusão econômica e social, relacionada à intensificação da precarização e da exploração do trabalho, em meio à baixa quantidade ou falta de alternativa com a qual os sujeitos se deparam, seja pela baixa escolaridade, pela falta de capacitação profissional ou pela falta de vagas no mercado formal de trabalho.

Sawaia (2014) reflete que exclusão é um conceito difícil de definir por possuir diversas facetas e ser processual. Para analisá-la, é necessário abarcar tanto a inclusão, relação que a autora define como sendo a dialética da inclusão/exclusão, quanto as subjetividades específicas e as dimensões relacionais, estruturais e políticas que ocorrem e se encontram ao longo da história dos sujeitos. Esses fatores contribuiriam para a existência de iniciativas que levam a uma “inclusão perversa”. No contexto do catador, principalmente do não cooperativado, essa perversidade, advinda de uma situação de exclusão e de reduzidas oportunidades e alternativas, ilustra-se no exemplo de sua participação na cadeia produtiva dos materiais recicláveis que, apesar de ser um fato, é envolta a condições precárias, de exploração e de não reconhecimento.

A precariedade do trabalho do catador e a exploração sofridas podem ser exemplificadas pelo seu cotidiano de trabalho e sua relação com outros sujeitos da cadeia de resíduos recicláveis. Os catadores executam longas e exaustivas jornadas de trabalho, carregando diariamente toneladas de materiais, sujeitos a intempéries e a diversos acidentes e doenças em meio à coleta de recicláveis nos lixões e/ou nas ruas, para ao final, vender seus resíduos aos chamados atravessadores, que possuem recursos, bens e meios de produção para armazenagem e processamento desses resíduos, e que pagam um valor bem inferior ao preço do material, para lucrar em cima do trabalho do catador ao repassar os resíduos para as grandes indústrias (Pereira, 2010; Pereira, Secco & Carvalho, 2014).

Além disso, o catador passa por situações de constrangimento ao mesmo tempo pela natureza de seu trabalho e pela culpa que lhe recai de não conseguir se inserir no mercado formal. No mundo do trabalho contemporâneo, prevalece um modo de ser individualista que

limita as afetividades e a preocupação com os sentidos do outro. As pessoas, culpabilizadas pela sua situação de vulnerabilidade e desemprego, encontram suas possibilidades de escolha reduzidas pelas determinações sociais. Ainda assim, não podemos considerá-las em um papel de sujeito passivo, já que mesmo dentre as limitações impostas, as pessoas pensam e fazem suas escolhas (Sawaia, 2014). Esta compreensão contribui para olhar a problemática da adesão de catadores aos EES, mesmo sem a apropriação de seus princípios. Ainda que eles sejam propostos por apoiadores e o engajamento inicial dos catadores seja principalmente econômico, as possibilidades desses sujeitos construírem novos sentidos em relação ao seu trabalho e empreendimento são ativas e possíveis.

Com o desenvolvimento da economia solidária no Brasil e a apropriação de sua proposta por diversas instituições, como Igreja Católica<sup>5</sup>, sindicatos, organizações não-governamentais (ONGs), universidades e instituições governamentais, e tendo ela como formato de organização primordial as cooperativas, desenvolveu-se um esforço para organizar os catadores sob os seus princípios, vislumbrando melhores condições de trabalho e geração de renda. Ao mesmo tempo, houve um processo de fechamento dos lixões que acarretou aos municípios uma questão econômico-social relacionada aos catadores que lá trabalhavam e que iriam perder sua fonte de renda. Essa situação tencionou os governos municipais a procurarem soluções, ao mesmo tempo que mobilizou diversos setores sociais imbuídos com a perspectiva de uma inclusão econômica e social desses catadores que fosse garantida pelas Prefeituras Municipais.

Alguns trabalhos relativos a catadores não cooperativados (Braga, Lima & Maciel, 2015; Dias, Cherfên, Raupp & Milnitisky-Sapiro, 2014; Pereira, Silva, Melo, Oliveira & Silva, 2012; Miura & Sawaia, 2013; Maciel, Matos, Borsoi, Mendes, Siebra & Mota, 2011), relataram o sofrimento vivenciado por eles pela precariedade de suas condições de trabalho e vida e a existência de sentimentos como culpa, insegurança e exaustão. A adesão deles a esse trabalho não teria sido uma escolha, mas a única alternativa percebida para propiciar o sustento da família. Constataram também a influência que os sentidos atribuídos externamente ao trabalho realizado possuem sobre a constituição identitária dos sujeitos e seus modos de enfrentamento. Esses sentidos ocasionam aos catadores um sentimento de inferioridade e uma identificação com os restos com os quais trabalham, caracterizados como sujos e malcheirosos. Os

---

<sup>5</sup> Sobre as estreitas relações entre Igreja Católica e economia solidária no Brasil, sugiro a leitura dos trabalhos de André Ricardo de Souza, com destaque para Souza (2013).

sentimentos positivos, relacionavam-se à sensação de se sentire útil e produtivo, contrapondo a consideração de que pessoas que ocupam as ruas são mendigas e ladrões.

Os trabalhos com catadores cooperativados (Coelho & Godoy, 2011; Magni & Günther, 2014; Ghinozi & Mendes, 2014; Pereira, Secco & Carvalho, 2014), indicaram que a parceria com o poder público e o acesso às políticas públicas contribuíram para o desenvolvimento da autogestão e de sentimentos solidários, mesmo concorrendo com a competitividade do mercado da reciclagem e enfrentando dificuldades diversas. Perceberam também que o trabalho significava valorização social, além de renda, e que o interesse e dedicação dos trabalhadores, aliados a parcerias e processos educativos, contribuíram com a construção desse significado.

Essas pesquisas ressaltam os constrangimentos enfrentados pelos catadores não cooperativados, ainda que criem estratégias de negação e que essas estratégias transformem as adversidades em ações potencializantes. Elas destacam também a função de enfrentamento das condições estruturais e simbolicamente precárias que a organização desses trabalhadores em cooperativas desencadeia, observando-se algumas condições que envolvem o acesso a políticas públicas, o estabelecimento de parcerias e a organização de processos educativos como meios de superação de estigmas e elaboração de novas relações.

Estes trabalhos coincidem com diversas vivências da Coopervida, e ressaltam a relevância de estudar os processos de interação entre catadores cooperativados e apoiadores<sup>6</sup>, bem como as influências do contexto vivenciado nos avanços e limitações dos catadores em relação à criação e execução de políticas públicas e reconhecimento no mercado da reciclagem.

A Coopervida, no recorte temporal dessa pesquisa, de início de 2015 a meados de 2016, era composta por aproximadamente 39 cooperados, possuindo um contrato de prestação de serviço de coleta seletiva com a PMSC que previa que esta pagasse o aluguel de um galpão para alocação da Cooperativa<sup>7</sup>, o aluguel de caminhões para realização da coleta seletiva e o custeio de alguns equipamentos de trabalho, como equipamentos de proteção individual (EPIs). Os

---

<sup>6</sup> O contexto da Coopervida e suas relações com os apoiadores serão apresentados no Capítulo 2.

<sup>7</sup> De acordo com o Edital de Concorrência Pública nº 010/2008, para “contratação de Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa, para execução de serviços de limpeza urbana e atividades correlatas”, licitação cuja empresa São Carlos Ambiental venceu, previa em seu item 9 que a empresa vencedora deveria custear e disponibilizar “instalações para apoio das operações de coleta, separação e destinação de materiais recicláveis”. Havia também menções acerca das responsabilidades do Poder Executivo Municipal em relação à priorização das cooperativas e associações de catadores para os serviços de coleta seletiva, bem como para a construção de centros de triagem e reciclagem de resíduos sólidos reaproveitáveis. Ainda assim, o aluguel do galpão no qual a Coopervida está instalada, é custeada a parte pela PMSC (PMSC, 2008e).

maquinários e outras ferramentas, eram fornecidos pela PMSC, adquiridos pela Cooperativa, doados por parceiros ou conquistados via editais de financiamento.

Sua organização interna compreendia um Conselho Administrativo e um Conselho Fiscal com três membros cada, além dos suplentes, escolhidos por eleição. Os processos de trabalho se dividiam em várias frentes, envolvendo a coleta seletiva domiciliar de porta em porta e de grandes geradores, o carregamento dos caminhões, a triagem e a prensagem dos materiais, além da comercialização. Ela era considerada uma EES, estava inscrita junto ao Departamento de Apoio à Economia Solidária (Daes) e era membro do Conselho e do Fórum Municipal de Economia Solidária. Ao longo do tempo, a Coopervida contou com apoios de características pontuais ou duradouras de diversas naturezas, instituições e sujeitos.

Apesar da estrutura indicada, o histórico da Coopervida abarca avanços e retrocessos na relação com a PMSC, instabilidade que provocou crises econômicas e organizativas periódicas e dificultou o seu estabelecimento enquanto uma organização autônoma e autogestionária. Estes conflitos se intensificaram entre os anos de 2013 e 2014, quando, por falta de repasse financeiro pela dificuldade de renovação do contrato por desinteresse da PMSC, a Cooperativa não pode remunerar os cooperados e pagar suas contas. A maioria a abandonou, ao mesmo tempo por necessidades econômicas, e/ou por não compreender a situação, desconfiando, inclusive, dos membros dos conselhos. Ficaram apenas seis catadoras na Coopervida, responsáveis por continuar a articulação com o governo municipal em busca de resoluções para reerguer a Cooperativa, com o auxílio, no âmbito político, de diversos apoiadores.

Leite, Araújo e Lima (2015), também evidenciaram a existência de conflitos internos nas cooperativas, ao entrevistar cooperados de diversas organizações do estado de São Paulo. 79,7% dos entrevistados, indicaram que os conflitos ocorriam entre cooperados em geral, 71,2% por desconhecimento de sócios sobre a cooperativa, 66,1% somente entre alguns colaboradores, 64,4% pelas diferenças de responsabilidades entre os sócios, 62,7% pelo descompromisso e desinteresse de sócios em relação à cooperativa, 62,7% por preocupações exclusivamente econômicas dos sócios, 57,6% por desconfiança, 50,8% por preocupação exclusiva dos sócios com seu setor de trabalho, 44,1% por descontentamento referente à diferença de remuneração, 39% indicaram que eles ocorriam entre sócios e membros da administração e 6,8% indicaram existir outros motivos. Ainda que haja diferenças nos percentuais, uma análise geral dos fatores mencionados como geradores de conflito indica que o modo de engajamento, interesse e conhecimentos sobre o EES constituem questões importantes a serem refletidas, a fim de

potencializar a organização interna dessas organizações.

Os resultados dessas pesquisas também coincidem com o contexto da Coopervida, cujos cooperados ressaltaram, em uma roda de conversa organizada por mim em 2015, a necessidade de autonomia econômica que sentiam em relação à PMSC, dificultada, muitas vezes, pelos conflitos cotidianos relacionados às posturas dos cooperados. É importante salientar que, ainda que a relação com a PMSC não fosse totalmente clara para todos os cooperados, eles não consideravam a hipótese de deixar de receber pelos serviços prestados, mas sim, gerar mais renda com a venda dos materiais coletados para investir mais na Cooperativa e garantir uma melhor estabilidade econômica em momentos de crise no mercado da reciclagem.

No ano de 2013, em meio à intensificação dos ciclos de crises, a Coopervida estreitou sua relação com o MNCR, movimento que surgiu no ano de 1999, durante o I Encontro Nacional de Catadores de Papel, foi fundado em meados de 2001, no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis e reconhecido em 2002. Ele é considerado um resultado da luta dos catadores, enquanto sujeitos políticos protagonistas, por melhores condições de trabalho e inclusão social (MNCR, 2012). A organização dos catadores em um movimento popular retrata a potencialidade de ascensão e superação de condições simbólicas e materiais precárias, figurada em uma mobilização por transformações sociais mais amplas e uma sociedade justa para todos, pela constituição de relações solidárias e cooperativistas e pela participação do trabalhador em espaços de decisão (MNCR, 2013). O MNCR tem como meta:

[...] a valorização de nossa categoria de catador que é um trabalhador e tem sua importância. Nosso objetivo é garantir o protagonismo popular de nossa classe, que é oprimida pelas estruturas do sistema social. Temos por princípio garantir a independência de classe, que dispensa a fala de partidos políticos, governos e empresários em nosso nome. Acreditamos na prática da ação direta popular, que é a participação efetiva do trabalhador em tudo que envolve sua vida, algo que rompe com a indiferença do povo e abre caminho para a transformação da sociedade (MNCR, 2013).

Para o MNCR, o serviço prestado pelos catadores promove resultados que seriam responsabilidade do governo federal, como preservar o meio ambiente e prolongar a vida útil dos aterros sanitários, levando-o em busca de uma relação de reciprocidade com o Estado pela:

[...] exclusividade da coleta de materiais recicláveis; o pagamento pelos serviços prestados de coleta; controle sobre a cadeia produtiva de materiais recicláveis; a conquista de moradia, saúde, educação, creches para os catadores e suas famílias; e [...] fim dos lixões e sua transformação em aterros sanitários, com o devido deslocamento dos catadores para galpões que garantam a sobrevivência digna de todos (Ferreira, 2008, pp. 76-77).

O MNCR considera a organização dos catadores como uma alternativa benéfica para essa população, além de reconhecer a marginalização de sua ocupação em relação à cadeia de resíduos recicláveis, destacando sua posição social ativa. Uma importante conquista de sua luta foi o reconhecimento da catação como ocupação, constando desde 2002 no Código Brasileiro de Ocupações (CBO) (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [Ipea], 2013), que tem a função de nomear as atividades do mercado de trabalho e dispor sobre suas funções.

A ocupação de ‘Catador de Material Reciclável’, registrada sob o código 5192-05<sup>8</sup>, abarca: “Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa)” (Ministério do Trabalho [MTE], [2002])<sup>9</sup>.

Apesar da inserção da ocupação de catadores na CBO datar de 2002, apenas em 2013 a catação passou a ser contabilizada no Cadastro Único do Governo Federal, no qual em 2015, 49.181 pessoas declararam essa ocupação, das quais 31.078 (63%) eram beneficiárias de programas sociais (Ipea, 2012b). Ao mesmo tempo, o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>10</sup> aponta a existência de 387.910 habitantes com esta ocupação (Ipea, 2013), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada cerca de 600 mil (Ipea, 2012a) e o MNCR até 1 milhão de pessoas (Ipea, 2013). Com base nesses números, estima-se a existência entre 400 mil e 600 mil pessoas com a ocupação de catador, sendo que mais de 100 mil compõem a base do MNCR (Ipea, 2012a).

Sobre o perfil os catadores de materiais recicláveis em âmbito nacional e do estado de

---

<sup>8</sup>Ele está dentro do código geral 5192, que define os “Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável”, o qual também abarca os códigos: “5192-10 - Selecionador de material reciclável, Separador de material reciclável, Separador de sucata, Triador de material reciclável, Triador de sucata” e “5192-15 - Operador de prensa de material reciclável, Enfardador de material de sucata (cooperativa), Preseiro, Prensista”. Consta a seguinte descrição: “Os trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável são responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança” (MTE, [2002]).

<sup>9</sup>A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, definia, dentre outros assuntos, as atribuições do “Ministério do Trabalho e Emprego”. Porém, ela foi alterada pela Lei nº 13.266, de 5 de abril de 2016, levando esse Ministério a ser denominado como “Ministério do Trabalho e da Previdência Social”. Logo em seguida, com a Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, ele passou a ser denominado somente como “Ministério do Trabalho”, ainda que continue sendo utilizada, para sua divulgação, a sigla MTE. As atribuições desse ministério, por sua vez, são descritas na Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. Dentre suas atribuições, consta em seu Art. 55: “Constitui área de competência do Ministério do Trabalho [...] VIII - cooperativismo e associativismo urbano.”

<sup>10</sup> Existem dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies), do Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo (Onesc), e de Leite, Araújo e Lima (2015), que analisam os catadores e suas organizações participantes da economia solidária, e não a partir de um universo generalizado, conforme faz IBGE (2010a). Essa discussão será elaborada no tópico 1.3.2 do Capítulo 1.

São Paulo, os dados do Censo Demográfico de 2010 contribuíram com diversas informações.

O estado de São Paulo é o estado que possui a menor porcentagem de domicílios em situação de extrema pobreza, equivalente a 2,2% de seu total (IBGE, 2012a), conforme Tabela 1. Para caracterizar os domicílios nessa situação, considerou-se aqueles que possuem renda per capita de até R\$70,00<sup>11</sup>.

**Tabela 1. Características dos domicílios em relação à renda e aos moradores catadores**

<b>Característica dos domicílios</b>	<b>Quantidade de domicílios</b>	<b>% em relação ao total nacional</b>	<b>% em relação aos domicílios nacionais em situação de extrema pobreza</b>
<b>Domicílios nacionais</b>	57.872.261	100%	-
<b>Domicílios nacionais em situação de extrema pobreza</b>	5.439.992	9,4	100%
<b>Domicílios nacionais em situação de extrema pobreza com morador catador</b>	2.604.251	4,5	47,9
<b>Domicílios do estado de São Paulo</b>	12.825.453	22,2	-
<b>Domicílios do estado de São Paulo em situação de extrema pobreza com morador catador</b>	282.159	0,49	10,8

Fonte: IBGE, [2010]; 2012b; Ipea, 2013. Elaborado pela autora.

Sobre as características dos catadores, em relação à média de idade:

Essa média varia pouco entre as regiões. A maior média de idade refere-se à região Sudeste, 40,6 anos, e a menor é a da região Nordeste, com 38,3 anos. Quase metade desses trabalhadores em todo o país situa-se entre 30 e 49 anos. Apenas 2,1% do total ainda não atingiram a idade adulta, e 25,5% encontram-se entre 18 e 29 anos, idade utilizada como referência para políticas de juventude, inclusive aqueles de 15 a 17 anos. A população de catadoras e catadores acima de 70 anos na região está próxima de 6,5%, idade considerada prioritária para as políticas de assistência e Previdência Social (Ipea, 2013, p. 47).

Além disso, a maioria de 68,9% é homem, sendo apenas 31,1% mulheres, 66,1% são negros e pardos (índice maior que a média da população geral que é de 52%), 15,4% possuem acesso à Previdência Social e apresentam rendimento médio mensal de R\$ 571,56, superando em 12% o salário mínimo da época, que era de R\$510,00 (IBGE, 2012a).

Estes dados reforçam as condições precárias de existência dessa população, visto suas condições econômicas, estruturais e educacionais, além do aspecto racial, tanto em relação à

---

<sup>11</sup> Em 2014, este valor passou para R\$77,00 (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017). Porém, conforme a maioria dos levantamentos utilizados neste trabalho relacionados a esta variável são anteriores a este ano, a referência que atravessa suas análises é o valor de R\$70,00.

população em geral, quanto em relação a essa própria população.

Ao se considerar somente a renda média dos homens que atuam como catador, essa chega a R\$ 611,10, enquanto que entre as mulheres catadoras a média é de R\$ 460,54, ou seja, 32% menor que a média de rendimento masculino. Em termos raciais, os catadores de cor branca recebem em média R\$ 642,98, que representa 22% a mais que a média dos catadores negros (pretos e pardos), que é de R\$ 525,22 (Ipea, 2013, p 54).

Outro indício do impacto das condições de existência dessa população, é em relação à escolaridade. Ainda que uma taxa de analfabetismo preocupante recaia sobre a população em geral (9,4%), em relação à população de catadores essa taxa equivale a 20,5%, caindo, na região sudeste, para 13,4%. Ainda de acordo com Ipea, (2013, pp. 59-61), além do analfabetismo, a taxa de catadores por grau escolar também é inferior à média da população em geral.

Outras variáveis educacionais verificadas dizem respeito ao percentual de catadores, com 25 anos ou mais de idade, que terminaram o ensino fundamental e o médio. No primeiro caso, vale ressaltar que no Brasil 50,3% da população nesta faixa etária possui ensino fundamental completo. Entre o grupo dos catadores de material reciclável nessa mesma faixa etária, esse número cai para 24,6%, ou seja, menos da metade da média geral da população brasileira [...] No tocante à população com 25 anos de idade ou mais que possui ensino médio completo, quando se considera a população brasileira total, esse índice chega a 35,9%. Para os catadores, este valor cai para apenas 11,4%. Em ambos os casos, os melhores índices entre os catadores foram observados na região Sudeste (28,3% para o ensino fundamental e 13,5% para o ensino médio).

Em relação às cooperativas ou associações, estima-se a existência de 1.175, distribuídas entre 684 dos 5.563 municípios Brasileiros (IBGE, 2012a), representando em torno de 30.390 catadores organizados (Ipea, 2012a), o equivalente a 7,8% do total nacional de catadores.

A divisão regional desse montante de trabalhadores [catadores] aponta que a região Sudeste concentra 161.417 pessoas, o que representa 41,6% do total [nacional]. O estado de São Paulo possui o maior contingente, com 79 trabalhadores 770 [20,5% do total nacional e 49,4% do total regional]. Ou seja, além de possuir praticamente a mesma quantidade da soma dos outros três estados da região, São Paulo abriga 20,5% de todos os catadores do país (Ipea, 2013, p. 46. Análise dos dados do Censo Demográfico 2010 de IBGE, 2012a).

De acordo com pesquisas da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), ao longo dos anos, houve um aumento das iniciativas municipais de coleta seletiva: em 1989, 58 programas foram identificados (1% dos municípios brasileiros); em 2008, 994 (17%); em 2011, 3.263 (58,6%) (Abrelpe, 2011); e em 2014, 3.608 (64,8%)

(Abrelpe, 2014). Já segundo IBGE (2012c), 32% (1.796) dos municípios brasileiros disseram possuir programas de coleta seletiva, mas apenas 862 municípios, equivalente a 48% desse total, relataram possuírem cooperativas realizando esse serviço. 196 dos municípios com coleta seletiva estão localizados da região sudeste, equivalendo a 42% de seus 467 municípios.<sup>12</sup>

Para efetivar esse processo organizativo, assim como o MNCR sugere que ele ocorra sob os preceitos da economia solidária, diversas categorias de apoiadores também o fazem, considerando-a como uma das alternativas ao modo de produção vigente e composta por organizações que implementam e praticam os princípios cooperativistas (Singer, 2002a).

De acordo com a Aliança Cooperativa Internacional (ACI, 195, tradução minha) a cooperativa “[...] é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns através de uma empresa de propriedade coletiva e controlada democraticamente”, possuindo sete princípios: 1) adesão livre e voluntária; 2) controle democrático pelos membros; 3) participação econômica dos membros; 4) autonomia e independência; 5) educação, formação e informação; 6) cooperação entre cooperativas; e 7) preocupação com a comunidade (ACI, 1995).

Apesar das cooperativas terem destaque enquanto organização no âmbito da economia solidária, os EES possuem diversos formatos. De acordo com o relatório final da V Plenária Nacional de Economia Solidária (PNES), eles seriam organizações “[...] coletivas (singulares e complexas), tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos informais e bancos comunitários”, devendo buscar “[...] se organizar em redes e cadeias de produção, comercialização e consumo solidários, conglomerados, entre outras formas coletivas para além do empreendimento isolado” (V PNES, 2012, p. 100).

Na perspectiva de Singer (2002a), a prática de princípios cooperativistas aliados aos valores econômico-solidários, possibilitariam o desenvolvimento da autogestão nos EES, cuja prática é essencial para um empreendimento seja considerado de fato como econômico-

---

<sup>12</sup> Conke & Nascimento (2018), ao pesquisar as metodologias e resultados do IBGE, da Abrelpe, do Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre) e do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) sobre coleta seletiva, concluíram haver diferenças de metodologias entre os levantamentos, indicando que o IBGE seria a instituição com maior abrangência de respostas e cálculos mais simples, devido à Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968 que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas e dá outras providências”. Em seu Art. 1º, consta que “Tôda pessoa natural ou jurídica de direito público ou de direito privado que esteja sob a jurisdição da lei brasileira é obrigada a prestar as informações solicitadas pela Fundação IBGE para a execução do Plano Nacional de Estatística”. Os autores indicaram a necessidade das outras instituições aprimorarem os seus métodos de coleta de dados, já que notaram, em uma análise minuciosa, respostas diferentes de mesmos municípios às diversas pesquisas.

solidário. A autogestão pode ser definida como<sup>13</sup>:

[...] um projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta. Esta constitui um sistema em que voluntariamente, sem perceberem remuneração e sem recorrerem a intermediários, os cidadãos debatem todas as questões importantes, em assembleias (Mothé, 2009, p. 26).

Ela existiria em graus variados, tanto de uma cooperativa para outra, quanto em uma mesma ao longo do tempo. Esta variação em relação ao grau de autogestão praticado ocorre devido à forma como as cooperativas se originaram e ao momento que elas e seus cooperados vivenciam. O grau de autogestão de um empreendimento também depende do interesse de seus membros sobre o seu trabalho (Singer, 2002a).

A suposição de que um sujeito é passível de vivenciar uma experiência de autogestão pressupõe que ele deva ser um sujeito com autonomia.

De acordo com sua etimologia grega, o termo autonomia significa a condição de um indivíduo ou de um grupo suscetível de se determinar por si mesmo, segundo suas próprias leis [...] capacidade de tomar decisões enquanto ser, ou grupo racional e consciente (Cattani, 2000, p. 146).

Ela significa viver sem imposições, arbitrariedade de regras ou trabalhos servis. Pressupõe-se a existência de uma autonomia no contexto laboral e uma relacionada à ação política e da vida social, da qual um exemplo seria a atuação dos movimentos operários que buscam relações de trabalho e condições de vida mais adequados (Martins, 2002). Tendo os operários sido privados de seus direitos políticos por muitas décadas, eles foram também cerceados por relações de poder que os excluía da possibilidade de alguma representação econômica (Beer, 2006), conforme observado nos contextos das primeiras Revoluções Industriais e mais recentemente nas crises ocasionadas pela Terceira Revolução Industrial. A busca por autonomia orientou o movimento desses trabalhadores visando superar as condições

---

<sup>13</sup> Nascimento (2004), em palestra no Seminário Nacional de Autogestão em Joinville, Santa Catarina (SC), entre 13 e 14 de dezembro de 2003, trouxe uma definição de autogestão elaborada na Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário, realizada em Lisboa, Portugal, no ano de 1978: “A autogestão é a construção permanente de um modelo de Socialismo, em que as diversas alavancas de poder, os centros de decisão, de gestão e controle, mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, om base no princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos.”

às quais estavam submetidos e que incorporavam “[...] a divisão entre o trabalho intelectual e manual; a cisão entre quem decide e quem executa; a separação entre dirigentes e dirigidos, [e que] enfim, indica uma nova distribuição de poder” (Martins, 2002, p 220).

[...] autonomia aparece na literatura acadêmica, em alguns casos, vinculado à ideia de participação social, e, em outros, vinculado à ideia de ampliação da participação política no que tange a descentralização e desconcentração do poder (Martins 2002, p 208).

Para La Taille (2007, pp. 13-14):

É autônomo quem goza de liberdade, seja porque suas ações não são decorrentes de uma forma de poder exterior ao sujeito, seja porque não é irremediavelmente determinado por forças internas sobre as quais a vontade não exerce influência nenhuma [...] É autônomo quem legitima regras, princípios e valores morais sem a referência a uma fonte que o transcende, sem referência, portanto, a figuras ou instâncias de autoridade.

Conforme se observa nas condições de existência da Coopervida, a adesão dos cooperados não é realizada de modo esclarecido, já que ao passo que precisam da renda, eles desconhecem a sua natureza de organização e os enfrentamentos das dificuldades ocorrem sempre junto aos apoiadores, conforme os conflitos interpessoais internos limitam uma articulação dos cooperados em geral nesse sentido.

Compreender a complexidade do processo de conquista de autonomia dos sujeitos inseridos em EES poderia contribuir com a compreensão do desenvolvimento destes empreendimentos, já que essa conquista pressupõe o interesse e o engajamento do sujeito ao seu grupo de trabalho para superar as condições adversas vivenciadas anteriormente à sua inserção na organização, as relações estabelecidas com organizações externas e seu histórico de desenvolvimento e contexto. Frisa-se que no campo da economia solidária, corroborando com os princípios cooperativistas, a autonomia dos sujeitos e de suas organizações estão atreladas às possibilidades de avançar nos processos autogestionários. Para Singer (2002a), este seria um dos grandes desafios atuais da economia solidária.

Sendo o espaço de trabalho essencial para a constituição subjetiva do sujeito por favorecer a construção de sentidos socialmente mediados (Veronese, 2008), nos EES existiria uma dificuldade por parte dos trabalhadores em significar essa nova forma de organização, já que as vivências anteriores dos sujeitos trazem uma cultura de organização heterogestionária e valores capitalistas (Veronese, 2009), bem como de exclusão desse sistema, conforme, inclusive, ilustram os dados censitários acerca dos catadores de materiais recicláveis. Assim,

para os trabalhadores, muitas vezes a autogestão parece estar “[...] acima de suas forças”, mas ainda “[...] vislumbram possibilidades de recomeçar” (Veronese, 2008, p. 25).

Barreto e Paula (2009) problematizam que isso ocorre pelos EES não serem iniciativas ideológicas, conforme se observa no caso de algumas fábricas recuperadas, apesar das cooperativas preconizarem a livre adesão. Em outro sentido, Vietez e Dal Ri (2001), indo ao encontro de Sawaia (2014), defendem que em momentos de crise, as pessoas, ao se questionarem, podem promover essas iniciativas, ainda que elas não constituam a ideologia do sujeito em um primeiro momento. Os sujeitos possuem condições de se apropriar da natureza de um EES e de sua potencialidade política, possibilitando o enfrentamento das situações de exclusão e suas adversidades decorrentes.

Tanto Sawaia (2014) quanto Veronese (2008) apontam que a Psicologia tem como papel e responsabilidade contribuir com esse enfrentamento, buscando compreender as formas de subjetivação que esses novos arranjos promovem na sociedade.

Essa possibilidade de enfrentamento das situações de exclusão existe pela perspectiva de que ela depende subjetivamente dos processos de interação dos sujeitos.

[...] pessoas interagem para definir objetivos e para construir os meios para atingí-los, como constroem regras, rotinas e procedimentos num contexto conformado por duas ordens de realidade: de um lado pelo fato de as pessoas terem suas histórias de vida, suas expectativas e visões de mundo e também suas necessidades materiais particulares de sobrevivência [...] (Sato, 1999, p 220).

Nessa perspectiva, quando é ressaltada a necessidade de processos educativos visando a construção de conhecimentos para superar os desafios relativos à organização dos catadores e às problemáticas que derivam do mundo do trabalho, deve-se considerar que a produção de conhecimento depende dos sentidos que os sujeitos atribuem ao mundo e que por isso não é um processo linear (Veronese, 2008). Ou seja, os resultados pretendidos pelos apoiadores nos processos educativos podem não ser alcançados quando eles não são desenvolvidos a partir das demandas e condições dos catadores cooperados e focados em seus contextos.

As interações estabelecidas entre catadores cooperados e apoiadores se configuram como um objeto de estudo que contribui para compreender o problema dos conflitos vivenciados pela organização, enquanto limitantes de seu desenvolvimento. O estudo dessas interações possibilita, dentre vários esclarecimentos, compreender os papéis de cada ator nesse processo, bem como as consequências de suas ações a partir das relações estabelecidas.

Entende-se que o apoiador deva atender às necessidades dos EES de acordo com os processos desencadeados ao longo do tempo, e não por períodos pré-definidos. Porém, não existe um método único que guie a elaboração de processos de apoio no âmbito da economia solidária, pois ela depende de fatores contextuais e próprios dos sujeitos envolvidos, incorrendo em tentativas e erros para se estabelecer. A própria economia solidária possui definições variadas, sendo um campo processualmente abordado em estudos empíricos e teóricos.

Dentre as pesquisas sobre economia solidária, aquelas cujas abordagens abarcam a subjetividade dos sujeitos são as que mais interessam a essa tese. Elas envolvem perspectivas ideológicas, de identidade, de sentidos do trabalho e de representações (sob vários vieses teóricos), considerando inclusive os aspectos estruturais para análise.

Alguns trabalhos corroboram que os EES são potenciais a desenvolver princípios econômico-solidários, já que a existência de múltiplas representações e sentidos podem se disseminar pela influência mútua. Ela ocorreria pela criação de mecanismos para que as trocas subjetivas sejam um instrumento de mudança, nos quais os apoiadores teriam importância fundamental (Dourado, 2010; Esteves, 2010; Nicolletti, 2011; Onuma, 2011; Páteo, 2012; Onuma, Mafra & Moreira, 2012; Petersen, Souza & Lopes, 2014). Já outros, a economia solidária, enquanto organizadora do trabalho, é destacada como tendo importantes sentidos para os trabalhadores, mas considerada apenas como um meio paliativo de subsistência e não transformador nesse aspecto (Cruz, 2012; Wanderley, 2012).

Nicolletti (2011), discorreu sobre como o contato de trabalhadores com outros atores da economia solidária contribuem para as alterações identitárias necessárias para superar as dificuldades existentes em termos de caracterização interna das organizações.

Já Petersen, Souza e Lopes (2014), considerando a perspectiva de influência ideológica na apropriação subjetiva realizada pelos trabalhadores, denotaram a esse processo a possibilidade de superação de dificuldades, reconhecendo existência de diversos sentidos dentro de uma mesma organização, os quais podem ser influenciados pelos processos educativos elaborados por apoiadores. Dourado (2010), também abordando a ideologia, buscou diferenciar as formas de atribuição de sentidos na economia solidária, defendendo que nesse campo existem três níveis de representações: dos teóricos, dos trabalhadores e dos acadêmicos.

Onuma (2011) apontou que, dependendo da origem e engajamento do trabalhador, bem como de sua ocupação na Cooperativa, ele atribui um sentido próprio ao trabalho e que assim, mesmo que a autogestão esteja presente somente nos sentidos individuais, ela pode se

disseminar por influência mútua ao longo do tempo. Ainda nesta perspectiva, Onuma, Mafra e Moreira (2012), trabalhando com os sentidos dos apoiadores, perceberam que mesmo entre eles não há consenso e certeza sobre o que seja a autogestão, destacando a contribuição que o estudo de suas representações sociais teria para elucidar essa questão.

Moscovici (2003) compreende as representações sociais como construções coletivas realizadas de acordo com o contexto cultural e as relações históricas. Elas se constituem integradamente às experiências e às práticas sociais dos sujeitos, trazendo compreensões inclusive sobre ideologia, estrutura social e cultura que as compõem. Jodelet (2001) completa que, sendo o senso comum essencial às representações sociais, elas seriam um conjunto de ideias ligadas de forma lógica que podem ‘originar das’ e ‘orientar as’ práticas de trabalhadores, possibilitando a atribuição de sentido à realidade, a construção de identidades, a organização da comunicação e a orientação de ações. Deschamps e Moliner (2008) apontam que as representações sociais são potenciais a interferir na construção identitária, mesmo não sendo suas únicas delimitantes, por possibilitarem ao sujeito conhecer a si mesmo e aos outros.

Jovchelovitch (2000) explica que as representações sociais são produzidas em contextos nos quais um assunto polêmico está em pauta na esfera pública. Elas contribuiriam com a ocorrência de debates tensos nos quais os sujeitos, oriundos de instituições diversas e detentores de múltiplos tipos de saberes, buscam fazer sua ‘representação representar’.

No caso da Coopervida, existe um contexto interno contraditório de produção de sentidos e identidades, em um ambiente que indica relações individualizadas e conflituosas que, por sua vez, não impediram a constituição de novas subjetividades baseadas na organização de trabalho cooperativa. Essa contradição se relaciona a dois fatores: 1) um tema em disputa na esfera pública, relativo às potencialidades da economia solidária em propiciar autonomia para que os sujeitos possam autogerir seus EES e suas próprias vidas; e 2) um ambiente interno no qual os catadores vivenciam tensões relativas a como deveria ser o trabalho e a postura dos trabalhadores em uma cooperativa para possibilitar um desenvolvimento econômico mais estável, sendo que os cooperados que estão há mais tempo na Coopervida, pleiteam a ‘participação e interesse de todos’ (autogestão). Esse anseio acompanha um cansaço relativo à dependência da Cooperativa de negociações constantes para que sua relação com a PMSC e a sociedade seja efetivada, mesmo havendo leis que direcionem essas responsabilidades. As inseguranças relativas a isso e as instabilidades econômicas enfrentadas, afetam tanto a vida laboral, quanto a pessoal, familiar e social dos sujeitos.

Considerando que: a existência das EES possuem contradições com as quais o contexto da Coopervida e os resultados de diversas pesquisas corroboram, principalmente no que tange a potencialidade dessas organizações propiciarem a autonomia necessária para que os trabalhadores exerçam a autogestão; e que a Teoria das Representações Sociais (TRS), tanto pelos seus pressupostos, quanto pela indicação da literatura, pode contribuir para o desvelamento dessas contradições; considera-se que compreender as representações sociais sobre autonomia e autogestão de trabalhadores e apoiadores que estão em interação é essencial, já que elas permeiam, são negociadas e conseqüentemente influenciam as decisões e ações que envolvem esse processo. Essa compreensão deve trazer esclarecimentos acerca dos conflitos internos e externos experimentados ciclicamente pelas cooperativas.

Temos como hipótese que essas representações devam ser diferentes, devido ao mecanismo de sua gênese ter como base as condições de existência dos sujeitos. Ao mesmo tempo, caracterizá-las é primordial para entender as potencialidades que os processos de interação entre catadores e apoiadores possuem em produzir novas subjetividades em contextos contraditórios, bem como o modo como ocorrem essas possíveis influências.

O estudo das representações sociais de catadores e apoiadores em contextos de interação, ao contribuir com a compreensão sobre a emergência de novas formas de subjetivação, corrobora com a responsabilidade da Psicologia Social do Trabalho para a compreensão dos processos que ocorrem no âmbito da economia solidária (Sawaia, 2014; Veronese, 2008).

## **Referencial teórico**

Moscovici (2003), ao criar a TRS, em torno da década de 1960, partiu das dificuldades de construir uma Psicologia Social que abarcasse os fenômenos sociais relacionados às crenças e ações, pelo estudo de suas origens e consideração de processos psicológicos e sociológicos. A tendência de diversas vertentes psicológicas até então, eram separar o sujeito da sociedade, descrevendo os acontecimentos por perspectivas estáticas.

Enquanto um sistema de valores, ideias e práticas, as representações sociais aparecem com a função de ao mesmo tempo descobrir os acordos que ocorrem no dia a dia e auxiliar a sua organização. Não sendo estáticas e nem a soma de representações sociais passadas, elas são negociadas para que novas representações emergam no contexto das relações. Então, as formas de comunicação e os pensamentos elaborados devem ser compreendidos pela perspectiva de

que estruturas existentes anteriormente podem se transformar (Moscovici, 2003).

Sato (1999, p. 222) considera negociar como “um processo de argumentação e contra-argumentação, no qual diversos racionais são postos à mesa para serem avaliados e preteridos ou eleitos. Busca-se, com isso, conduzir a escolhas organizacionais. Daí porque se pensar o planejamento organizacional como atividade dialógico-discursiva (Lanzara, 1985)<sup>14</sup>”.

A produção de representações sociais ocorre pelas tensões entre dois tipos de conhecimentos existentes: os reificados, relativos às práticas científicas, e os consensuais, relativos ao senso comum. Para Moscovici (2004, p. 48), este último é “[...] a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, sem o qual nenhuma coletividade pode operar”. Ao mesmo tempo, no cotidiano, as pessoas criam suas próprias ‘teorias’ para, criativamente, superar as dificuldades que lhes são apresentadas e poder participar da vida social (Jodelet, 2001), desdobrando-se nas potencialidades existente em meio às limitações vivenciadas. O pensamento seria uma forma de resistência e autonomia em relação ao conhecimento científico, já que este conhecimento do sujeito já existe e o cientista deve trabalhar para descobri-lo (Jodelet, 2009).

Entende-se que grupos minoritários também atuam socialmente contribuindo para transformar as representações sociais existentes. Moscovici (2003) cita o caso Dreyfus como exemplo disso. Ele ocorreu na França, no século XIX, caracterizando-se como uma mobilização social de grupos minoritários em relação à condenação indevida de um oficial. Nesta mobilização, o nacionalismo e os sentidos de pertencimento social se destacaram, expondo as problemáticas da sociedade francesa, marcando a ocorrência de uma intervenção em uma estrutura socialmente imposta e forjadamente aceita, constituindo novas representações sociais sobre o ambiente vivenciado. O autor, assim como Jodelet (2009), atribuiu ao senso comum a possibilidade de conferir autonomia aos grupos minoritários, colaborando para a transformação de conhecimentos científicos pela expressão lógica do mundo que passa pelos seus sentidos.

Esta teoria denota que os sujeitos em situação de vulnerabilidade psíquica e social e privação de recursos materiais, características que podem ser atribuídas aos catadores (Braga et al, 2015; Dias et al, 2014; Pereira et al, 2012; Miura & Sawaia, 2013; Maciel et al, 2011), não são passivos a normas e outras imposições sociais, mas que eles pensam sobre o que acontece

---

<sup>14</sup> Lanzara, G. F. (1985). La progettazione: Da analisi funzionale ad attività dialógica-discursiva. In: C. Ciborra & G. F. Lanzara, Progettazione delle nuove tecnologie e qualità del lavoro. Milano, Italy: Franco Angeli.

consigo, e dessa forma, também contribuem com os conhecimentos reificados, de domínio permitido a poucas pessoas devido aos processos de legitimação social. Enquanto pesquisadora engendrada no campo da economia solidária, principalmente no que tange as cooperativas de catadores, minhas pesquisas também corroboram com essa premissa.

Jovchelovitch (2000), no sentido de ressaltar a importância da esfera pública para a produção de representações sociais, elaborou estudos centrados na produção de saberes sociais e sua relação com a construção de identidades sociais. Seu foco na esfera pública ocorreu pela sua consideração enquanto um espaço social, bem como das representações sociais como um espaço simbólico, produzidas, por sua vez, na esfera pública. Como espaços públicos, a autora indica reuniões públicas, ruas, cafés, ou qualquer lugar onde pessoas se encontrem para conversar. Esses espaços seriam compostos por instituições que passam a ter seus limites fluidos, transformando-se a partir dos encontros subjetivos de seus membros. Ela considera ainda que, apesar de existir um sujeito individual capaz de agir autonomamente, ele só o pode ser em relação ao meio social, sendo essa relação destacada como primordial para entender esse processo de desenvolvimento da autonomia.

Nesse sentido, Marková (2006) acredita que se um objeto não está nas tensões do domínio público, ele não pode ser representado. Ao mesmo tempo, ela destaca os processos de comunicação e a linguagem como mediadores da construção do conhecimento social.

No contexto de São Carlos, a necessidade de mobilização política e social de apoiadores e catadores para garantir a continuidade de contratação da Coopervida para a prestação de serviços de coleta seletiva no município, destacou a tensão existente entre as compreensões acerca da prioridade ou não de contratação desse tipo de empreendimento pelos governos municipais. Por parte de uma gestão municipal de características gerencialistas, esta forma de organização simbolizaria uma afronta aos avanços econômicos vislumbrados por atores do setor da reciclagem comprometidos com o capital e os lucros<sup>15</sup>. Já para catadores e apoiadores, essa contratação significaria o reconhecimento de uma atividade que já compõe esse setor, mesmo que ainda de modo marginal, propiciando a emersão de um processo de inclusão potencialmente transformador, e não mantenedor dos processos sociais que reproduzem as desigualdades e constrangimentos de um sistema excludente.

---

<sup>15</sup> Uma das principais formas de convênio para prestação desse tipo de serviços, envolve as chamadas Parcerias Público-Privadas (PPP), consideradas pelos catadores como uma afronta à sua existência e aos seus direitos.

Sato (1999), ao abordar o processo de construção de organizações cooperativas, descreveu-o como derivante de processos de interação que dependem “[...] que processos de negociação se dêem, nos quais diversar pessoas, postas frente a frente, passem a construir laços e daí constituírem-se em grupos”.

Conforme as representações sociais abrangem diversos aspectos particulares dos sujeitos, de seus contextos e das interações estabelecidas, e sendo a esfera pública de absoluta importância para compreender sua produção, as representações sociais devem ser averiguadas em relação ao aspecto subjetivo do sujeito (o que compõe o trabalhador em si), ao aspecto intersubjetivo (as representações que ele negocia nas interações com outros sujeitos) e ao transubjetivo (que se remete a aspectos macro que abrangem uma cultura geral e a própria ideologia do sujeito) (Jodelet, 2009). Estes elementos permitem ao pesquisador transitar no campo para compreender quais representações sociais estão em disputa, bem como os contextos estruturais, econômicos e políticos, macro e micro, que as envolvem, averiguando suas influências no contexto local, nas instituições e na vida dos sujeitos. As representações sociais:

[...] nos convidam a levar em consideração a negociação entre as condições transubjetivas e a libertação que autoriza um pensamento subjetivo comunicável e comunicado na intersubjetividade, bem como a desvendar, no jogo dessas três esferas, as condições de uma liberdade que sustentará as intervenções visando à mudança social (Jodelet, 2009, p. 704).

Marková (2006) ressalta que a característica transformadora das representações sociais se encontra na sua dinâmica e historicidade e na conseqüente ação dos conhecimentos produzidos, considerando que “[...] não pode haver conhecimento social a menos que seja formado, mantido, difundido e transformado dentro da sociedade, entre indivíduos ou entre indivíduos e grupos, subgrupos e culturas” (Marková, 2006, p. 27). Essa ação derivaria de um modo de ser caracterizado por condições de vida singulares que não podem ser limitados a uma lente teórica, mas que podem adensá-la quando os cientistas perceberem sua importância.

O conhecimento social, coincidindo na comunicação, pode servir a propósitos diferentes aos sujeitos envolvidos. Para Moscovici (2003), os conceitos, explicações e afirmações relacionados às representações sociais são criados a partir desses processos de comunicação que ocorrem dialogicamente no cotidiano dos sujeitos e grupos. A dialogicidade seria a “[...] capacidade da mente humana de conceber, criar e comunicar realidades sociais, é o fundamento da constituição da mente humana em termos do ‘Alter’” (Marková, 2006, p 15). Logo, a posição

dos sujeitos enquanto ativos em sua história, ainda que sob influência de condições sociais diversas que cerceiam suas possibilidades, é ressaltada enquanto existente e potencial.

A consideração da dialogicidade, das potencialidades dos espaços públicos e das esferas subjetivas, intersubjetivas e transubjetivas em pesquisas sobre representações sociais, possibilitariam então, a construção de intervenções em busca de uma mudança social propiciada pelas trocas dialógicas ocorridas entre os sujeitos em um contexto específico.

A elaboração de representações sociais ocorre por dois processos: objetivação e ancoragem. A objetivação permite a construção de um cenário comum ao que não era conhecido, enquanto a ancoragem leva algo estranho para um referencial possível de ser interpretado (Moscovici, 1985).

A objetivação possibilita a constituição de uma imagem da realidade que busca se tornar visível, a qual acaba sendo uma representação da realidade. Sua constituição passa por três etapas: 1) descontextualização da informação, considerando critérios culturais e os conhecimentos e experiências dos sujeitos; 2) formação de um núcleo figurativo, constituído a partir das informações que o sujeito possui; e 3) naturalização, quando ocorre a cristalização de um conceito, de modo que ele seja palpável na realidade (Moscovici, 1988).

Já ao processo de ancoragem, é implicado um juízo de valor, já que muitas vezes os sujeitos 'forçam' um encaixe de uma representação social desconhecida por isso os auxiliar no enfrentamento de dificuldades e na compreensão de fenômenos ao seu entorno. Eles utilizam sua capacidade de pensar a seu favor, de acordo com as necessidades (Oliveira & Werba, 2003) e de critérios e valores dos grupos dos quais o sujeito participa (Moscovici, 1978).

Conforme a TRS abrange em seus postulados as capacidades cognitivas dos sujeitos como parte da elaboração de suas representações sociais (Castro, 2002), a simples categorização do conteúdo de suas falas seria insuficiente para compreender suas representações sociais. É necessário compreender todo esse processo de objetivação e ancoragem.

Considerando a inferência de que os catadores de materiais recicláveis de EES precisam conquistar sua autonomia para viabilizar a autogestão, reflete-se que estas postulações precisam ser compreendidas a partir do que ocorre no campo empírico. No cotidiano da Coopervida, esta tensão é elucidada pela necessidade sentida pelos catadores de serem mais independentes economicamente da PMSC, considerando os desgastes promovidos pelas crises relacionais vivenciadas, ao passo que consideram que essa autonomia viria a partir de um maior entendimento dos cooperados acerca da natureza de uma cooperativa, bem como da

participação de todos nos espaços de decisão.

Conforme a teoria se constitui apenas em um modo de olhar os processos estudados, e não como o seu fim, já que existem outros saberes disponíveis e essenciais para o seu desenvolvimento, averiguar as representações sociais sobre autonomia e autogestão e qualificar seus modos de ocorrência pressupõe conhecer as representações sociais de sujeitos em interação e seu contexto específico. As principais contribuições vislumbradas com essa pesquisa se remetem à elaboração de conhecimentos sobre o que seja a autogestão e a autonomia na economia solidária acontecendo na prática, bem como de diretrizes de atuação para os diversos atores imbricados com o seu desenvolvimento.

No âmbito da economia solidária, dos EES e de suas contradições, estas elucidicações podem propiciar ao catador maior compreensão e entendimento sobre quem são e com o que podem contribuir os seus apoiadores, direcionando essa relação em benefício de sua organização e objetivos. Já os apoiadores, podem orientar suas práticas e intervenções pela possibilidade de uma relação mais esclarecida. Estas contribuições pressupõem a elaboração de estratégias de devolutiva dos resultados dessa pesquisa, para que eu possa discutí-los com os participantes, catadores e apoiadores, possibilitando, pela interação e comunicação estabelecidas, a apropriação deles de novos conhecimentos.

## **Objetivos**

O objetivo geral desta pesquisa é compreender as representações sociais dos catadores de materiais recicláveis cooperativados e de seus apoiadores sobre autogestão e autonomia. Os objetivos específicos são: sistematizar a literatura sobre trabalho econômico-solidário e subjetividade; sistematizar a literatura sobre catadores de materiais recicláveis e subjetividade; contextualizar e caracterizar o campo de pesquisa; compreender as representações sociais dos catadores e dos apoiadores sobre autonomia e autogestão; problematizar as convergências e divergências entre as representações sociais dos catadores e dos apoiadores sobre autonomia e autogestão.



## MÉTODO

Optei pela realização de uma pesquisa qualitativa por concordar que ela, por abranger a cultura dos sujeitos, possibilita conhecer, de forma aprofundada, os espaços de relações e os fenômenos relacionados aos processos subjetivos desencadeados nesses espaços e contextos específicos (Minayo, 2008). Como a produção e a transformação de representações sociais ocorrem subjetivamente pelas negociações ocorridas em processos de interação, esta estratégia de pesquisa se apresentou adequada para a averiguação do problema proposto.

Foi realizado um estudo de caso (Yin, 2005) no município de São Carlos, São Paulo (SP), no âmbito da Coopervida e de instituições apoiadoras (NuMI-EcoSol, Programa Usp Recicla da Universidade de São Paulo (USP), campus de São Carlos/SP, Associação Teia - Casa de Criação, Associação Veracidade, Rede Anastácia - Central de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis da Região Central e Mogiana Paulista, e Daes), tendo como participantes os catadores cooperados e os apoiadores membros das instituições. O processo metodológico envolveu quatro partes principais, além dos aspectos éticos: 1) revisão bibliográfica; 2) trabalho de campo, com observações diretas e registros em diário de campo (Gil, 2007) no ambiente da Coopervida, das instituições apoiadoras e dos espaços públicos de articulação entre os participantes; 3) realização de entrevistas semiestruturadas, pelo critério de amostragem intencional (Thiollent, 1986), com os participantes catadores e apoiadores, as quais foram gravadas, transcritas e analisadas, bem como entrevistas indiretas no acompanhamento do cotidiano da Coopervida; e 4) Validação dos dados pela devolutiva das entrevistas.

### **Aspectos éticos da pesquisa**

Os pedidos de autorização foram realizados desde o início de 2015 e emitidas (Anexo 1 a 7) pelas instituições entre fevereiro e setembro de 2015, quando o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP). A pesquisa foi autorizada pelo CEP em 12 de novembro de 2015, quando foi emitido o Parecer Consubstanciado (Anexo 8).

Além das autorizações das instituições, foi submetido ao CEP o projeto de pesquisa, o modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 1) e os roteiros de entrevista semiestruturados dos catadores e dos apoiadores (Apêndices 2 e 3, respectivamente).

Os critérios de inclusão para os membros da Coopervida foram ser membro da

Cooperativa por no mínimo seis meses e concordar em participar da pesquisa. Alguns critérios adicionais foram determinados, como a atuação dos catadores no cotidiano, considerando sua postura e influência, bem como a contribuição dos Conselhos Administrativo e Fiscal em indicar os cooperados que estavam no empreendimento a mais tempo. Para os apoiadores, além dos motivos contextuais para escolha das instituições e representatividade de atuação dos participantes no campo, os critérios de inclusão foram ser membro ou ex-membro de uma das instituições apoiadoras da Coopervida; atuar ou ter atuado por ao menos seis meses enquanto membro de uma dessas instituições em atividades diretamente relacionados ao apoio à Coopervida; e ser reconhecido pela Cooperativa enquanto apoiador ou ex-apoiador. Para garantir o sigilo de identidade dos ex-apoiadores, durante a pesquisa eles serão tratados como membros das instituições aos quais tiveram a vinculação mais representativa de apoio.

Para os membros da Cooperativa, o critério de exclusão foi estar a menos de seis meses na Cooperativa e a não concordância em participar da pesquisa. Os critérios de exclusão para os apoiadores foram a não participação atual ou anterior em alguma das instituições apoiadoras mencionadas; a não participação por ao menos seis meses em atividades com a Coopervida enquanto membros ou ex-membros de alguma das instituições apoiadoras; e não ser reconhecido pela Coopervida enquanto apoiador.

As observações nas instituições se iniciaram após emissão de parecer do CEP, e as entrevistas com os participantes foram realizadas durante o primeiro semestre de 2016.

### **Levantamento bibliográfico**

Esta etapa da pesquisa foi desenvolvida para atender aos dois primeiros objetivos específicos: sistematizar a literatura sobre trabalho econômico-solidário e subjetividade; e sistematizar a literatura sobre catadores de materiais recicláveis e subjetividade. Os resultados desta etapa foram sistematizados nos subtópicos 1.2.3 e 1.3.3 do Capítulo 1.

Foram realizadas duas buscas principais em bases de dados nacionais de diversas universidades, bem como, e com destaque, no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que abrange diversos bancos de dados, dentre os quais do Portal de Teses da CAPES, do Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e da Scientific Electronic Library Online (SciELO).

As buscas abarcaram trabalhos que atendessem a determinadas palavras-chave

combinadas, selecionados pela leitura dos resumos e definição de alguns para leitura aprofundada. Priorizou-se produções da área da Psicologia Social do Trabalho, porém, reconhecendo a contribuição da interdisciplinaridade para o desenvolvimento de uma área de conhecimento específica, considere também trabalhos de outras áreas que abordassem os processos subjetivos relacionados à economia solidária e aos catadores.

A primeira busca, que atendeu ao primeiro objetivo específico, foi realizada ao final de 2014, por trabalhos dos últimos cinco anos (2010 a 2014), pelas palavras-chave combinadas: “economia solidária”, “representações sociais”, “representação social”, “autogestão” e “autonomia”, para averiguar o que foi produzido em termos científicos sobre os principais tópicos de análise e problematização deste trabalho.

Ela resultou um total de 102 trabalhos que tratavam de algum modo a subjetividade no trabalho econômico-solidário por perspectivas, ideológicas, de identidade, de sentidos do trabalho e de representações (sob outro viés teórico). Nenhum abordou a TRS. Nove trabalhos foram selecionados para leitura, por abordarem a economia solidária pelo viés da subjetividade: Dourado, 2010; Esteves, 2010; Nicolletti, 2011; Onuma, 2011; Cruz, 2012; Onuma et al, 2012; Páteo, 2012; Wanderley, 2012; Petersen et al, 2014.

Já a segunda busca, relativa ao segundo objetivo específico, foi realizada no primeiro semestre de 2016, também por trabalhos dos últimos cinco anos (2011 a 2015). Ela aconteceu em duas etapas. Primeiramente, as palavras-chave combinadas de busca foram: “catador”, “catadores”, “reciclável”, “recicláveis”, “economia solidária”, “representação social”, “representações sociais”, “autonomia”, “autogestão”. Como os resultados dessa primeira etapa retornaram poucos trabalhos, optei por buscar, em uma segunda etapa, somente pelos termos “catador”, “catadores”, “reciclável” e “recicláveis”. Retornaram como resultado, 45 trabalhos, sendo selecionados, por abordarem um viés subjetivo, nove para leitura aprofundada: Dias et al, 2014; Coelho & Godoy, 2011; Maciel et al, 2011; Pereira et al, 2012; Miura & Sawaia, 2013; Ghinozi & Mendes, 2014; Magni & Günther, 2014; Pereira et al, 2014; Braga et al, 2015.

Além das referências principais selecionadas, foram utilizadas também referências cruzadas, mencionadas nos trabalhos, para leitura e incorporação ao texto.

## **O campo e as instituições apoiadoras**

O trabalho de campo atendeu ao terceiro objetivo específico da pesquisa: contextualizar

e caracterizar o campo de pesquisa. Seus resultados estão sistematizados no Capítulo 2.

Os apoiadores da Coopervida e suas instituições são diversos, sendo que alguns a acompanham desde o seu surgimento, mesmo antes de sua unificação<sup>16</sup>, e outros estabeleceram essa relação mais recentemente. Foi definido um recorte temporal que vai do começo de 2015 a meados de 2016, compreendendo as etapas preliminares da pesquisa para definição de instituições e participantes de pesquisa (janeiro a novembro de 2015), realização de observações diretas junto às instituições e nos espaços públicos de interação e de entrevistas com os participantes (novembro de 2015 a julho de 2016).

Nas etapas preliminares foi possível verificar quais instituições e pessoas estavam próximas à Cooperativa, junto ao questionamento direto dos cooperados sobre as instituições e pessoas que eles consideravam apoiadores, indicadas principalmente por membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal. No início de 2015, iniciei a prospecção de autorização da Coopervida e de três instituições indicadas inicialmente<sup>17</sup>: Daes, NuMI-EcoSol e Usp Recicla.

O acompanhamento das condições da Coopervida no município também foi feito pela leitura de notícias, acompanhamento dos sites da Câmara Municipal e da PMSC, participação em listas de e-mails de grupos apoiadores (Usp Recicla, NuMI-EcoSol e Rede Anastácia), participação em grupo de *WhatsApp* da Rede Anastácia, e conversas informais.

Com a Coopervida, o contato foi feito pessoalmente e mediante a entrega de uma proposta resumida da pesquisa e da participação das instituições e participantes, e uma cópia do projeto de pesquisa. Com as instituições apoiadoras, foi feito inicialmente um contato via e-mail, anexando-se os mesmos documentos entregues à Coopervida. Frisei minha disposição em me apresentar pessoalmente no espaço das instituições e conversar sobre o projeto, o que foi solicitado apenas pelo Daes e pelo Usp Recicla. As primeiras autorizações foram emitidas em 04 de fevereiro de 2015 (Usp Recicla); 02 de março de 2015 (Daes); 07 de julho de 2015 (NuMI-EcoSol); e 17 de julho de 2015 (Coopervida)<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Anteriormente, existiam três Cooperativas em São Carlos: Coopervida (Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis de São Carlos), Cooletiva (Cooperativa dos Coletores dos Materiais Recicláveis de São Carlos) e Ecoativa (mesma denominação da Cooletiva). O processo de unificação, ocorrido em 2009, será explicitado no item 2.1 do Capítulo 2.

<sup>17</sup> A Coopervida mencionou também, como apoiador, a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol). Apesar das tentativas de contato com ela, nenhum retorno foi obtido.

<sup>18</sup> O primeiro contato com a Coopervida acerca dessa pesquisa foi realizado por telefone em 17 de janeiro de 2015, porém, a Presidenta da Coopervida da época havia se desligado da Cooperativa ao passo que os cooperados organizavam uma nova assembleia para eleger novos Conselhos Administrativo e Fiscal. Conforme essa assembleia foi adiada algumas vezes, em 06 de junho de 2015, a Diretora Administrativa da Cooperativa, assinou

No dia 24 de julho de 2015, uma semana após a assinatura da autorização pela presidenta da Coopervida, eu realizei uma roda de conversa com os cooperados para: 1) apresentar os resultados de minha pesquisa de mestrado, o que não havia sido possível até então, devido aos constantes conflitos vivenciados pela Cooperativa durante 2014, que a deixaram indisponível para este tipo de atividade em meio às questões emergenciais que eles precisavam resolver; e 2) apresentar aos catadores a proposta de minha pesquisa de doutorado, destacando as observações que seriam realizadas no cotidiano da Cooperativa e os convites que faria para alguns cooperados participarem de entrevistas.

A primeira etapa da roda de conversa mobilizou os participantes: em relação à PMSC, aparecendo sentimentos de revolta e insegurança pelo constante descumprimento do contrato pela PMSC; e em relação aos apoiadores, que de acordo com os cooperados, eram os únicos que “olhavam” para eles. Destacou-se nesse processo a urgência que eles tinham de fortalecimento econômico para além do contrato com a PMSC. Assim, o objetivo dessa tese e suas potenciais contribuições à Coopervida, foi recebida positivamente pelos cooperados.

Continuando os procedimentos preliminares, outras instituições acabaram sendo consideradas, enquanto os espaços públicos de interação também foram sendo definidos.

No início de 2015, foi mobilizado pelo NuMI-EcoSol, a pedido dos Conselhos da Coopervida, uma comissão informal, intitulada de “Parceiros da Coopervida”. Ela se reuniu pela primeira vez em 25 de maio de 2015, no espaço da Coopervida, visando contribuir para a superação das problemáticas vivenciadas pela Cooperativa e que persistiam desde a troca do governo municipal ocorrida ao final de 2012. Elas se originaram da dificuldade de relação entre Coopervida e PMSC, levando ao descumprimento pela PMSC de itens do contrato de prestação de serviços firmado entre ambas, bem como à inconstância de sua renovação anual, o que colocou a estrutura da Cooperativa em risco pela falta de recursos econômicos que essa crise acarretou, além de desestabilizar a coleta seletiva no município.

Atenderam a esta solicitação, as seguintes instituições: Daes, NuMI-EcoSol, Teia, Grupo de Estudos e Intervenções Socioambientais (Geisa) vinculado à USP, ONG Circus e um representante voluntário da Secretaria Municipal de Obras Públicas (SMOP).

A partir desta reunião, foram chamadas outras duas: no dia 01 de junho de 2015, no

---

um termo autorizando a pesquisa. Depois, com a eleição dos novos conselhos, a Coopervida concordou em assinar um novo termo, para ciência dos novos membros dos Conselhos.

espaço da Coopervida, na qual compareceram membros das mesmas instituições; e no dia 15 de junho de 2015, no Espaço Público de Economia Solidária, após a reunião do Conselho Municipal de Economia Solidária, na qual permaneceram membros do NuMI-EcoSol, da Veracidade, do Geisa e da Circus, durante a qual foram definidas ações junto à sessão semanal do dia 23 de junho de 2015 da Câmara Municipal para manifestação pela Coopervida na tribuna livre. Eu estive presente nessas duas reuniões.

Os novos Conselhos eleitos na Coopervida em julho de 2015, propiciaram a reaproximação com o Fórum Municipal de Economia Solidária e o Conselho Municipal de Economia Solidária, dos quais sua participação não ocorria regularmente até então.

No âmbito governamental, houve mudanças na organização da PMSC, passando a Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SMSP) a ser responsável pela fiscalização e acompanhamento da Cooperativa, função que era da Coordenadoria de Meio Ambiente.

A partir desse cenário e mediante o reconhecimento pela Coopervida, prospectei incluir essas instituições na seleção de apoiadores da Coopervida (membros da Comissão Parceiros da Coopervida, SMSP e Coordenadoria do Meio Ambiente), bem como considerar como espaços públicos de interação o Conselho Municipal de Economia Solidária e o Fórum Municipal de Economia Solidária, além das reuniões da Comissão Parceiros da Coopervida.

Dentre os membros da Comissão, foram emitidas autorizações pela Associação Veracidade e pela Teia, em 15 de setembro de 2015. A relação da Circus com a Coopervida se iniciou pela participação de uma membra na Comissão, a qual também atuou, anteriormente, durante anos junto à Coopervida enquanto membro do NuMI-EcoSol. Devido à sua recém-inserção na Circus, ela definiu que sua relação com a Cooperativa decorria de sua experiência junto ao NuMI-EcoSol, motivo pelo qual solicitou que fosse entrevistada enquanto ex-membra dessa instituição, e não como membra da Circus. Adensou a sua escolha as peculiaridades relativas à sua inserção na ONG, que além de ser muito atual, derivava de um acordo com um projeto social “Dê a Mão para o Futuro – Colabore com a Reciclagem e ajude a Gerar Trabalho” da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC) para prestação de apoio técnico às cooperativas de catadores. Ela justificou também que não conseguiria propiciar a autorização junto à ABIHPEC. Eu tentei contato com a ABIHPEC e a Circus diretamente por e-mail e formulários online, porém não obtive retorno.

Tentei contato com a SMOP, com a Coordenadoria de Meio Ambiente e com o Geisa para solicitar as autorizações. A SMOP optou por não participar da pesquisa, conforme a SMSP

passou a exercer a função de apoio e fiscalização à Coopervida e o membro da SMOP se afastou da Cooperativa em meados de 2015. Como ainda não havia sido estabelecida uma relação entre a Coopervida e a SMSP, esta foi desconsiderada para a pesquisa. Contatei a Coordenadoria do Meio Ambiente, responsável pela Coopervida por um longo período antes da SMSP assumir, para convidá-la a aderir à pesquisa, porém, não houve interesse de sua parte em participar, justificando-se pelas mudanças internas da PMSC. É importante apontar que a Cooperativa e os apoiadores ficaram sabendo dessa mudança somente após ela acontecer, havendo por um tempo a dúvida sobre quem seria responsável pela Coopervida junto à PMSC durante o processo de crise vivenciado. O Geisa emitiu autorização apenas em 29 de junho de 2016.

No decorrer da pesquisa, o grupo de apoio se desenvolveu, concretizando-se, em outubro de 2015, enquanto Fórum Comunitário de Resíduos Sólidos de São Carlos-SP (Fórum Comunitário), ao qual se juntaram diversas outras instituições e sujeitos. Na estruturação desse Fórum, foi delimitada uma Comissão de Apoio à Coopervida, da qual passaram a participar, além das instituições da antiga Comissão Parceiros da Coopervida e do Usp Recicla, as instituições Associação para Proteção Ambiental de São Carlos (Apasc) e a Secretaria Geral de Gestão Ambiental e Sustentabilidade da UFSCar (SGAS), as quais já haviam atuado pontualmente em outros momentos como apoiadores da Cooperativa.

Devido ao destaque de participação, eu considere inserir também a Apasc e a SGAS como instituições apoiadoras. Ambas foram convidadas e emitiram autorizações, respectivamente em 15 de fevereiro de 2016 e 31 de março de 2016. Porém, reconsiderando a importância do recorte temporal para compreensão de um período histórico e atuação dos participantes em um contexto específico, e pelo fato das entrevistas terem sido realizadas no início de 2016, optei por não abarcar as instituições que emitiram autorizações em 2016 (Geisa, Apasc e SGAS) dentre os participantes de pesquisa, o que foi justificado junto a elas.

Outra instituição apoiadora considerada, de âmbito regional, foi a Rede Anastácia, vinculada ao MNCR, da qual a Cooperativa também é membra. Ela contribuiu, desde o seu surgimento, em 2009, no apoio ao fortalecimento da relação da Coopervida com a PMSC, solicitando reuniões com o governo municipal e auxiliando nas articulações nesses espaços. A Rede Anastácia emitiu autorização em 21 de agosto de 2015.

As instituições apoiadoras delimitadas estão sintetizadas na Figura 1, bem como sua natureza e informações sobre os tipos de apoio propiciados.

SETOR	INSTITUIÇÃO	APOIO		
		Técnico	Econômico	Político
Universidade	NuMI-EcoSol	X	X	X
	Usp Recicla		X	X
Organizações não governamentais, associações e outras instituições	Teia			X
	Veracidade			X
Governo Municipal	Daes	X	X	X
Movimento	Rede Anastácia	X	X	X

**Figura 1.** Instituições apoiadoras e natureza do apoio à Coopervida.

Os apoios oferecidos pelas instituições foram delimitados como técnicos, econômicos e políticos. Os apoios técnicos, relacionam-se ao auxílio para a execução do trabalho em geral, desde a utilização de computadores, até a organização da rota de coleta seletiva e do cotidiano de trabalho. Os apoios econômicos, remetem-se às captações de recursos por projetos, ao apoio financeiro direto e aos repasses para o pagamento de aluguéis e de infraestrutura. Já os apoios políticos, referem-se às negociações realizadas no âmbito público para a manutenção da Cooperativa na execução de suas atividades no município.

Em seguida, estão apresentadas as instituições apoiadoras delimitadas na Figura 1 e descrita a natureza de sua relação com a Coopervida.

#### *NuMI-EcoSol*

O NuMI-EcoSol é uma unidade de ensino, pesquisa e extensão vinculada diretamente à Reitoria da UFSCar, criada pela Resolução 698 do Conselho Universitário (ConsUni) da UFSCar, de 12 de agosto de 2011. Ele é sucessor do Programa de Extensão Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (Incoop-UFSCar), possuindo como missões: assessorar gratuitamente grupos para constituição de EES; contribuir para uma formação qualificada de profissionais que produzem conhecimentos no campo da economia solidária; facilitar processos de produção de conhecimento nessa área; e divulgar os conhecimentos produzidos (NuMI-EcoSol, [2018]).

O NuMI-EcoSol, mesmo quando foi Incoop-UFSCar, acompanhou o desenvolvimento da Coopervida desde o processo de fechamento do aterro e composição das três antigas Cooperativas, além de atuar em diversas outras situações, auxiliando na elaboração de projetos de captação de recursos e em processos de formação e articulação política, sendo inclusive o articulador da Comissão Parceiros da Coopervida.

Apesar do NuMI-EcoSol formalmente possuir um professor coordenador geral do

núcleo, bem como coordenadores e técnicos responsáveis por linhas de ação, além de docentes, alunos, voluntários e pesquisadores, são propiciadas no cotidiano, enquanto modelo autogestionário, discussões ampliadas para encaminhar as demandas recebidas dos EES.

Ao mesmo tempo que ele funciona através de linhas de ação, como a Linha de Ação Empreendimentos Solidários de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (LACat)<sup>19</sup>, o apoio fornecido à Coopervida não possui uma sistematização construída. As atividades realizadas foram pontuais e emergenciais. A atuação mais constante junto à Coopervida começou com a formação da Comissão Parceiros da Coopervida. Ainda existe a necessidade de definir as expectativas em relação a essa parceria a médio e longo prazo, para o estabelecimento de metas e planejamento de ações conjuntas entre o NuMI-EcoSol e a Coopervida.

O NuMI-EcoSol propiciava apoio técnico, econômico e político à Coopervida, auxiliando: em processos educativos, relacionados à execução, natureza e organização do trabalho interno; com a elaboração de projetos para submissão a editais de captação de recursos junto a órgãos e instituições de fomento; e com estratégias de articulação municipal e regional no intuito de contribuir para a estabilidade da Cooperativa e a garantia de seus direitos.

O NuMI-EcoSol também é reconhecido enquanto apoiador da Rede Anastácia.

### *Usp Recicla*

O Usp Recicla - da Pedagogia à Tecnologia, é um programa permanente da USP que possui iniciativas de educação, informação e gestão integrada de resíduos sólidos. Ele foi implantado em São Carlos 1995 e é vinculado à Prefeitura do Campus Administrativo de São Carlos. Ele tem como objetivo propiciar que a USP seja um exemplo de como consumir e destinar resíduos adequadamente.

No campus de São Carlos da USP, ele se estrutura da seguinte forma: possui um coordenador geral e coordenadores responsáveis por comissões formadas por funcionários e alunos do campus, os quais são vinculados aos Institutos lá existentes, como o de Matemática, de Física, de Química, de Arquitetura e a Escola de Engenharia, do Centro de Informática de São Carlos (CISC), do Centro de Divulgação Científica e Cultural (CDCC) e da Prefeitura do

---

<sup>19</sup> Esta linha de ação foi definida com essa denominação durante o ano de 2015. Anteriormente, ela era conhecida como “linha de resíduos sólidos”, ocupando-se dessa temática relacionada aos catadores.

Campus. Esses coordenadores realizam reuniões mensais, além de serem responsáveis por articular suas comissões para planejar e executar ações no âmbito do Programa em seus departamentos (Superintendência de Gestão Ambiental da USP [SGA], [2018]).

Ele propiciava apoio político e econômico à Coopervida, pelas discussões realizadas no campus sobre a destinação de seus resíduos recicláveis à Cooperativa, conscientização dos alunos e funcionários para realização da separação dos materiais no campus e em casa, bem como ajudando a divulgar as atividades da Cooperativa.

Alguns membros do Usp Recicla participaram pontualmente do Fórum Comunitário, acompanhando e apoiando, a distância, suas atividades sempre que possível.

### *Teia - Casa de Criação*

A Teia - Casa de Criação é uma associação fundada em 2002. Ela se ocupa em desenvolver, executar e assessorar projetos em diversas áreas, como a urbana e a socioambiental, em busca da construção de relações sociais mais justas. Ela atua integradamente a diversos setores sociais que visam articular esforços para lutar pela equidade social, estabelecendo parcerias com órgãos públicos, organizações civis, grupos populares, fundações, universidades, entre outros (Teia, [2009]).

Ela possui uma organização interna que busca ser participativa, apesar de ser constituída por uma Coordenação Geral e alguns grupos de atividades, que possuem reuniões tanto separadas quanto conjuntas, dependendo da natureza e dos tópicos a serem discutidos.

A Teia já havia auxiliado a Coopervida em mobilizações de apoio, porém sua aproximação mais efetiva ocorreu com a organização da Comissão Parceiros da Coopervida. Ela possuía uma participação ativa no Fórum Comunitário, tanto no apoio estrutural, cedendo espaço para a realização das reuniões, quanto participando da Comissão de Coordenação e contribuindo para a organização das atividades do Fórum em geral. Destacou-se o seu apoio político em ações de mediação das relações da Cooperativa com a PMSC.

### *Veracidade*

A Veracidade é uma associação que trabalha na temática de resíduos sólidos, com ênfase nos orgânicos, e tem a permacultura urbana como atividade primordial. Dentre suas ações,

está a ocupação de espaços ociosos e a transformação de territórios no intuito de incentivar a participação popular e as trocas de conhecimentos nesse processo (Veracidade, [2012]).

Sua organização interna conta com um coordenador geral. Porém, o processo de decisão em reuniões semanais destacou a existência de relações autogestionárias e ações que demonstraram a autonomia de seus membros, pela confiança e ajuda mútua que praticavam diariamente, direcionadas pelas regras da associação.

A Veracidade e a Coopervida já haviam articulado ações em momentos anteriores para divulgar o projeto Giro (Gestão Integrada de Resíduos Orgânicos) da associação. Ela também participou pontualmente de mobilizações de apoio à Cooperativa, ações intensificadas a partir da criação da Comissão Parceiros da Coopervida, caracterizando um histórico de apoio político.

### *Daes*

O Daes foi criado pela Lei 13.486, de 16 de dezembro de 2004, compondo inicialmente a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia (SMDSCT). Pela Lei 14.845, de 18 de dezembro de 2008, passou a compor a Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda (SMTER).

Ele é composto por três divisões: Ações de Inclusão, Banco do Povo e Tecnologia Aplicada ao Desenvolvimento Social. É constituído por um diretor geral, três orientadores técnicos que atuam em diversos programas, como empreendedorismo, imagem e som, agronomia e informática, além de estagiários de engenharia de produção.

O Daes é responsável por desenvolver o Programa de Fomento à Economia Solidária no município, buscando disponibilizar recursos humanos, físicos, institucionais e financeiros, tanto públicos quanto privados, para auxiliar o desenvolvimento dos EES (Daes, [2008]).

Ele prestou apoio à Coopervida por muito tempo de modo espontâneo, ainda que isso constasse entre suas obrigações institucionais, pela Coopervida estar inscrita no Departamento enquanto um EES. Esses apoios abarcavam a realização de processos educativos em economia solidária e cooperativismo e o apoio na captação de recursos. Atualmente, principalmente após a formalização do Fórum Comunitário, este apoio está restrito a solicitações pontuais da Cooperativa, normalmente negociadas nas reuniões do Fórum Municipal de Economia Solidária e do Conselho Municipal de Economia Solidária. Esse afastamento ocorreu pelos conflitos de interesse entre PMSC, responsável pelo Daes, e Coopervida, fato que levou os

membros do Daes a considerarem que o apoio do Fórum Comunitário atendia mais efetivamente às necessidades da Cooperativa.

*Rede Anastácia - Central de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis da Região Central e Mogiana Paulista*

A Rede Anastácia surgiu em 2009, a partir da articulação de cooperativas das regiões Central e da Alta Mogiana do estado de São Paulo. Ela abrange cooperativas e associações de catadores dos municípios de Orlandia, Araraquara, São Carlos, Rio Claro, Morro Agudo, Batatais, Jaboticabal, Restinga, Américo Brasiliense, Ribeirão Preto, Franca, Matão e Borborema. Ela é resultado da articulação do Comitê Anastácia, vinculado ao MNCR enquanto uma de suas bases orgânicas. Ressalta-se que vários de seus membros, incluindo suas lideranças, participam ativamente das ações do MNCR, via Comitê Regional e grupos de trabalho. Apesar do reconhecimento da existência de uma Rede desde 2009, ela somente foi formalizada no dia 13 de maio de 2016, enquanto uma Cooperativa de Segundo Grau.

Ela foi organizada para fortalecer o compartilhamento de informações e ações sobre comercialização, melhorias tecnológicas e organização na área dos resíduos recicláveis, buscando a inserção efetiva do catador na cadeia produtiva dos resíduos recicláveis e o seu reconhecimento enquanto parte dessa cadeia.

O que motivou a união dessas duas regiões foi a participação no Projeto Cataforte – Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias (Cataforte), em sua primeira fase, desenvolvido no âmbito do Governo Federal, em parceria com empresas públicas e privadas, propiciando a estruturação física de EES de catadores, bem como sua capacitação.

A Rede reconhece que um importante resultado advindo dessa união foi a conquista de contratos de EES de catadores participantes com Prefeituras Municipais para realização da coleta seletiva, além do fortalecimento da identidade de catador (Rede Anastácia, 2016).

Em relação à Coopervida, ela pode ser considerada um apoiador que propicia recursos técnicos, econômicos e políticos. Os apoios técnicos, advêm das parcerias com o MNCR e com empresas públicas e privadas para a elaboração de processos educativos que propiciem ferramentas para execução de seu trabalho, bem como compreensão acerca da natureza, princípios e objetivos de EES de catadores. Os econômicos também se relacionam às empresas públicas e privadas, pela possibilidade de captação de recursos através de editais, contratos ou

doações, para a estruturação física, econômica e educacional dos empreendimentos. A comercialização conjunta e as trocas de informações também contribuem para melhorar o âmbito econômico desses empreendimentos. E por fim, o apoio político se relaciona às potencialidades que a união dessas cooperativas e catadores possuem em enfrentar suas problemáticas, considerando desde suas condições materiais e simbólicas precárias, até o seu reconhecimento, ainda marginal, enquanto participante da cadeia produtiva dos resíduos recicláveis. No âmbito municipal, a Rede apoiou as mobilizações em busca da inserção e permanência dos EES de catadores nos programas de coleta seletiva municipais, bem como uma articulação mais robusta com as Prefeituras Municipais por meio do diálogo.

### **Os espaços de interação**

Conforme delineamento do campo de pesquisa, que apesar de processual, limitou-se a um determinado período, os espaços de interação frequentados para as observações foram: reuniões interinstitucionais; os encontros do Fórum Comunitário, ampliados ou da Comissão de Apoio à Coopervida; encontros da Rede Anastácia; momentos de deslocamento entre instituições, eventos e reuniões; espaços de eventos diversos; e reuniões do Fórum Municipal de Economia Solidária e do Conselho Municipal de Economia Solidária.

Minha inserção no campo de pesquisa, foi sempre iniciada pela minha apresentação aos participantes, com a intenção primordial de observação. Devido à intensidade dessa inserção no cotidiano e pelo conhecimento dos participantes de minha circulação pelas instituições e espaços, muitas vezes eles solicitaram minhas anotações e contribuições para elaboração de atas e outros registros. Assim, realizei diversas sistematizações dos meus registros para compartilhar e contribuir com os participantes, acerca das problemáticas discutidas, de datas de reuniões e dos encaminhamentos delineados.

Minha presença contínua nesses espaços, levou à minha consideração pelos participantes enquanto também participante do ambiente e das atividades desencadeadas. Isso foi importante para a pesquisa, já que as relações de confiança e a intensificação dessas vivências trouxe importantes compreensões acerca dos processos estabelecidos entre participantes, instituições apoiadoras e o contexto municipal.

A definição dos participantes de cada instituição a serem convidados para as entrevistas, ocorreu pela observação de suas participações nos espaços públicos de interação. Considerou-

se frequência e representatividade, de acordo, principalmente, com a percepção dos catadores.

A seguir, serão apresentadas algumas características do processo de acompanhamento das instituições e dos espaços públicos, bem como pinceladas algumas características e acontecimentos gerais observados, para clarificar o quão dinâmico foi esse processo. Os resultados dessas observações, estão estruturados ao longo do Capítulo 2.

### **O processo de observação nas instituições e nos espaços de interação**

A participação nos espaços da Coopervida, das instituições apoiadoras e dos espaços de interação pela técnica da observação direta, permitiu conhecer o ambiente e as relações estabelecidas nas instituições, bem como a natureza de suas relações com a Coopervida. As observações foram registradas em diário de campo e tiveram como guia quatro fatores principais: a relação estabelecida entre os participantes, a participação nas decisões, a natureza da instituição e os temas discutidos. Essa imersão ocorreu em reuniões, de coordenadores ou gerais, em alguns momentos de intervenção, nos espaços de interação e, no caso da Cooperativa, também durante o cotidiano de trabalho.

As anotações de campo, no decorrer de sua apresentação, não foram discriminadas por dia no desenvolvimento desse texto, mas analisadas e apresentadas processualmente junto às diversas informações sistematizadas, para caracterização das relações estabelecidas no campo e compreensão da processualidade do contexto estudado.

Na Figura 2, encontra-se uma síntese do acompanhamento, por data, de cada instituição e espaço público de interação, destacando-se a fase e a natureza de cada processo observado.

As observações dos espaços de reuniões das instituições, sempre foram combinadas previamente com os seus representantes. Elas se iniciavam com minha apresentação pessoal, apresentação sintética de meu projeto e das contribuições das observações para a minha tese<sup>20</sup>. Minha permanência nesses espaços contava com a anuência de todos os participantes daquele momento. Nos espaços públicos de discussão, conforme o acesso era aberto e democrático, não havia necessidade de combinação prévia, mas eu também orientava os participantes acerca do

---

<sup>20</sup> Com destaque no terceiro objetivo específico (contextualizar e caracterizar o campo de pesquisa), e nos objetivos específicos quatro e cinco (compreender as representações sociais dos catadores e dos apoiadores sobre autonomia e autogestão; e problematizar as convergências e divergências entre as representações sociais dos catadores e dos apoiadores sobre autonomia e autogestão).

desenvolvimento de minha pesquisa e de minha presença naquele espaço.

ESPAÇOS DE INTERAÇÃO	NATUREZA DAS INTERAÇÕES						
	Cotidiano de trabalho		Reuniões/ Assembleias		Outros <sup>21</sup>		
INSTITUIÇÕES	Coopervida	17.11.15	30.03.16				
		20.11.15	20.04.16	03.12.15		02.06.15	
		03.12.15	25.04.16	10.12.15		24.07.15	
		10.12.15	27.04.16	30.03.16		13.08.15	
		11.12.15	29.04.16			24.08.15	
		18.12.15					
	NuMI-EcoSol	-		17.11.15	09.12.15	07.07.15	29.09.15
				24.11.15	10.03.16	02.08.15	19.04.16
	Usp Recicla	-		25.11.15		04.02.15	
				31.03.16		01.10.15	
	Teia	-		26.01.16		26.08.15	23.03.16
						15.09.15	06.04.16
	Veracidade	-		19.01.16		15.09.15	
						05.04.16	
Daes	-		-		09.02.15	05.04.17	
					02.03.15		
ESPAÇOS PÚBLICOS	Rede Anastácia	-	25.11.15	09.03.16			
			17.01.16	13.04.16		-	
	Comissão Parceiros da Coopervida	-		01.06.15			
				15.06.15		-	
	Reuniões Pró-Fórum e Comissões	-		13.08.15	31.08.15		
				24.08.15	14.09.15		
				26.08.15	21.09.15		
	Fórum Comunitário	-		02.10.15	09.12.15		
				28.10.15	17.02.16		
				16.11.15	06.04.16		
Fórum e Conselho Municipais de economia solidária	-		10.03.16	08.03.16			
			15.02.16	21.03.16	15.06.15		
Outros <sup>22</sup>					03.08.15	13.11.15	
				23.06.15	21.08.15	01.12.15	

**Figura 2<sup>23</sup>**. Relação de acompanhamento das instituições e espaços públicos.

As reuniões das quais mais participei, foram as do NuMI-EcoSol. Conforme seus membros foram os principais articuladores das reuniões e atividades relacionadas à Coopervida no município, culminando no Fórum Comunitário, bem como os mais ativos naquele contexto em relação a compreender as demandas de apoio da Coopervida e da Rede Anastácia, considerando também a abertura para minha participação em suas reuniões, esse foi um dos

<sup>21</sup> Solicitação de autorizações, apresentação da pesquisa e momentos de deslocamento.

<sup>22</sup> Eventos relativos às diversas instituições e sujeitos.

<sup>23</sup> Reitera-se que as datas anteriores à emissão do Parecer do CEP, 12 de novembro de 2015, são relativas às etapas preliminares de pesquisa.

espaços mais densos em termos de conhecimento e acesso a materiais sobre o histórico de desenvolvimento da Coopervida no município. Esse contato não só propiciou conhecer a organização interna do NuMI-EcoSol, mas também diversos outros processos relacionados à Coopervida e às responsabilidades da PMSC ao longo do tempo.

A participação da Presidenta da Coopervida nos espaços de interação, era ativa. Porém no período de pesquisa, ela nunca participou de reuniões das instituições apoiadoras, sendo essa relação mais direta estabelecida sempre no espaço da Coopervida ou nos de interação. Ela ressaltava demandas da Cooperativa, problematizava as condições de relação com a PMSC e cobrava a elaboração de alternativas. Ao mesmo tempo, antes das reuniões de fato, principalmente as da Rede Anastácia e as do Fórum Comunitário, ela discutia suas questões com outros apoiadores com quem tinha mais proximidade, normalmente do NuMI-EcoSol. Conforme a Presidenta da Coopervida comumente se deslocava para essas reuniões de carona comigo, eu tive a oportunidade de esclarecer com ela diversas dúvidas acerca das problemáticas vivenciadas pela Coopervida e das ações propostas para saná-las.

Nos espaços de reunião da Rede Anastácia, eu pude acompanhar todo o processo de sua formalização em uma Cooperativa de Segundo Grau, passando pela organização de instrumentos relacionados ao Cataforte e à discussão e elaboração de seu estatuto social. Nesse processo, eu pude contribuir com alguns conhecimentos acerca de legislação, bem como com a indicação de outras pessoas para a realização de consultas acerca de dúvidas dos catadores que apareceram ao longo do processo, conforme os membros da Rede indicavam a demanda.

Já em relação ao Fórum Comunitário, eu também pude acompanhar o seu processo de desenvolvimento, desde a formação da Comissão Parceiros da Coopervida. Pude contribuir, também conforme demanda, com o compartilhamento de minhas anotações e outros materiais que pudessem auxiliar as discussões e ações realizadas.

Em relação às assembleias da Coopervida, participei apenas de uma, já que elas foram escassas no período de pesquisa. Ela se referiu à prestação de contas anual da Cooperativa, e foi conduzida pela Presidenta, juntamente com o Contabilista contratado pela Coopervida. Foi anunciada pela Presidenta aos outros cooperados, tanto a minha presença quanto a de apoiadores do NuMI-EcoSol no acompanhamento daquele momento, nos descrevendo como pessoas que estavam ali para “ajudar a Coopervida”.

Pude conversar com os catadores dos Conselhos Administrativo e Fiscal acerca de meu acompanhamento em algumas atividades da Coopervida em outros espaços (oferecimento de

carona para participar de reuniões da Rede Anastácia, do Fórum Comunitário e do Fórum e do Conselho de Economia Solidária, e tirar algumas dúvidas sobre a resolução das problemáticas vivenciadas pela Coopervida no momento, como o processo de mudança de galpão, para um regularizado, cedido pela PMSC, cuja data estava próxima). Também abordei brevemente outros catadores sobre os temas discutidos na assembleia, mas naquele momento a interação foi comprometida pelo foco dos catadores na proximidade do horário de ir embora. A presença deles na assembleia foi quase total, porém a participação deles não foi ativa, não ocorrendo nenhuma fala ou questionamento dos assuntos. Houve, inclusive, a solicitação da Presidenta e do Contabilista para que os catadores tirassem dúvidas sobre a prestação de contas e outras informações, ressaltando a importância deles compreenderem as demandas da Cooperativa, as dificuldades enfrentadas e as propostas em construção.

As outras duas reuniões que participei no espaço da Cooperativa, foram agendadas por apoiadores do NuMI-EcoSol, em processos de discussão acerca do projeto enviado à Cáritas<sup>24</sup>. Porém, pela agenda dos dias, não pude permanecer para acompanhamento das atividades gerais.

Sobre o cotidiano de trabalho na Coopervida, o acompanhamento era previamente combinado com a Presidenta. De acordo com a rotina do dia, acontecia dela solicitar que eu fosse um outro momento, com o intuito de que houvesse mais cooperados presentes ou que o trabalho não se desviasse, caso fosse necessário que as atividades estivessem mais intensas.

O acompanhamento foi realizado no âmbito da triagem e prensagem de resíduos e carregamento dos caminhões para venda dos materiais, no espaço sede da Coopervida. Ele ocorreu em dias da semana variados, acompanhando momentos em que a maioria dos cooperados estavam na Cooperativa, e outros em que apenas alguns grupos de trabalho permaneciam, enquanto os outros catadores trabalhavam na coleta seletiva. Eu busquei participar de atividades de coleta seletiva em alguns momentos, porém houve desencontros como: a indisponibilidade de caminhões nos dias possíveis, ocasionando a interrupção desse trabalho em alguns momentos; a localidade e horário de início de algumas rotas, havendo desencontro com os grupos de trabalho por algumas variações no horário de saída, de acordo com as necessidades e preparação do dia; e a preferência dos cooperados de que eu acompanhasse rotas determinadas, considerando suas dinâmicas, e que às vezes não coincidiam

---

<sup>24</sup> Assunto a ser discutido nos tópicos 2.1 e 2.2.1 do Capítulo 2.

com os meus dias disponíveis. Essa sugestão de rota era relativa tanto à minha segurança, já que eu não poderia, por exemplo, andar no caminhão com os catadores, quanto à execução do trabalho em si, que poderia ser afetada pela minha presença. Destacou-se o fato de os membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal também realizarem atividades de coleta e triagem, não restringindo sua atuação apenas às atividades administrativas e fiscais.

Os momentos mais vivenciados nesse cotidiano foram os relativos à execução do trabalho em si, os quais também foram mais densos em termos de informações acerca da temática dessa pesquisa. Porém, também observei alguns períodos de cessão do trabalho, normalmente o café da tarde ou o final de expediente, já que era comum minhas visitas ocorrerem a partir das 14h30, respeitando a dinâmica da Cooperativa e a abertura dos catadores para minhas visitas. Nesses momentos, poucos cooperados se juntavam para conversar, o que quando acontecia, era sobre assuntos não relacionados ao trabalho na Coopervida, mas pessoais.

Durante o trabalho, eles discutiam, de diversos modos, sobre as dificuldades da Cooperativa, os problemas e conflitos, e apresentavam seus pontos de vista em vias de melhorar a organização do trabalho e o rendimento decorrente das atividades realizadas. Por algumas lideranças, essas manifestações ocorriam em voz alta, “para quem servisse”. Outros catadores, conversavam mais baixo em seus setores de trabalho, criticando algumas questões para pessoas mais próximas, ou quando as lideranças não viam que alguém estava “folgando”.

As manifestações em voz alta eram mais relativas ao ritmo de trabalho, quando os catadores possuíam alguma demanda específica para cumprir, como: “Vamos pessoal, tem gente trabalhando e gente enconstando. Assim não terminamos o trabalho até o final do dia”; ou ainda: “Se todo mundo não fizer sua parte, a gente não consegue melhorar o trabalho”. Quando havia algum problema mais específico, os catadores tanto buscavam conversar diretamente uns com os outros, quanto recorriam aos membros do Conselho Administrativo, para que determinados assuntos fossem abordados em reuniões.

Eu não presenciei nenhuma dessas reuniões espontâneas do cotidiano, chamadas de acordo com as demandas diárias, porém elas se revelaram nas falas dos catadores, no cotidiano e nas entrevistas, enquanto espaços de resolução de problemas.

Um outro momento que vivenciei na Coopervida e que quebrou a rotina de trabalho, foi relativo à uma reunião organizada pelo NuMI-EcoSol, para discutir um processo educativo que estava em construção junto aos cooperados. Porém, conforme os membros do NuMI-EcoSol responsáveis por aquele momento não puderam comparecer, eu, juntamente com os cooperados

interessados em participar daquele processo, acabamos em uma roda de conversa espontânea, na qual eles se manifestaram acerca da necessidade que eles sentiam em entender alguns assuntos relacionados à cooperativa (técnicos, organizativos, e na relação com a PMSC); de como eles tinham gostado da interação com as membras do NuMI-EcoSol responsáveis pela atividade, bem como da proposta em negociação; o quanto eles esperavam por aquele momento; e como a intensificação do trabalho para geração de renda, frente às dificuldades vivenciadas, diminuíram a quantidade de catadores interessados em participar daquele espaço. Conforme combinado com eles, eu compartilhei essas informações com a equipe do NuMI-EcoSol.

Esse processo intenso de imersão no campo, contribuiu para definir os participantes a serem entrevistados, os quais serão apresentados a seguir.

### **Os participantes de pesquisa**

As entrevistas atenderam ao quarto objetivo específico dessa tese: compreender as representações sociais dos catadores e dos apoiadores sobre autogestão e autonomia, e seus resultados foram apresentados nos Capítulos 3 e 4.

Para definir os catadores da Coopervida, além dos critérios de inclusão e exclusão, observou-se sua atuação no cotidiano da Cooperativa no sentido de conhecer seu papel e influência no contexto de trabalho. Também foi levantado junto aos conselhos quais catadores estavam a mais tempo na Cooperativa. Foram delimitadas dez pessoas, das quais apenas um catador não aceitou ser entrevistado. Dos nove catadores entrevistados, três participavam do Conselho Administrativo ou Fiscal e três já haviam composto algum desses conselhos anteriormente. Os outros três atuavam nas diversas atividades cotidianas de coleta, triagem e preparação dos resíduos.

Durante esse processo, destacou-se o Contabilista da Coopervida e da Rede Anastácia enquanto um apoiador considerado praticamente como membro da Cooperativa. Ele atuou politicamente ao lado de cooperados e apoiadores por diversos anos. Devido à relevância de seu suporte à Cooperativa, ele foi incluído como participante apoiador, apesar de não estar vinculado a nenhuma instituição.

Sobre o NuMI-EcoSol, delimitou-se o convite a quatro membros e à ex-membra, sendo três da LACat e um participante de outra linha de ação e que, de acordo com suas atribuições e demandas, também assessorava a Coopervida. Este foi o único que não aceitou participar, por

estar deixando suas atividades junto à Cooperativa. A ex-membra participou anteriormente da LACat, bem como de outras linhas de ação e, junto com os outros membros, aceitou participar da pesquisa. É importante mencionar que um desses participantes também participa da Apasc, porém sua aproximação com a Coopervida ocorreu primordialmente via NuMI-EcoSol.

Em relação ao Usp Recicla, apesar do reconhecimento dos catadores sobre a relação de apoio, não haviam membros participando efetivamente dos espaços públicos de interação, mas apenas pontualmente. Considerando o reconhecimento inicial dela pelos catadores e o trabalho de apoio dessa instituição, três de seus membros foram convidados para as entrevistas. Dois deles já haviam realizado apoios pontuais, desde o surgimento das três Cooperativas nos anos 2000, seja na organização da coleta seletiva, em processos educativos ou na divulgação do trabalho da Cooperativa. O terceiro membro, o único que recusou participar por não se sentir relacionado às ações da Coopervida para além do Usp Recicla, havia participado de algumas atividades relativas à Coopervida no período pós surgimento da Comissão de Apoiadores.

Já sobre a Teia, havia uma membra da associação que participou ativamente das ações da Comissão de Parceiros e das atividades subsequentes, bem como outra, membra também da Apasc, que começou sua atuação nas atividades pré-fórum. Devido à sua intensa participação nas ações sobre a Coopervida, ambas foram convidadas e aceitaram ser entrevistadas.

Em relação à Veracidade, duas membras tiveram participação intensa na Comissão Parceiros da Coopervida, apesar de outros membros também terem participado pontualmente das atividades dessa comissão e das ações subsequentes. Ambas foram convidadas para as entrevistas e aceitaram, porém, apenas uma foi entrevistada, devido à constante incompatibilidade de horário com a outra membra que inviabilizou a entrevista.

Sobre o Daes, havia um participante principal prospectado para as entrevistas, considerando tanto sua atuação na Comissão Parceiros da Coopervida, quanto anteriormente, comportando anos de apoio à Cooperativa. Porém, ele não retornou nenhum contato de e-mail ou telefone, realizado durante meses, e não compareceu a nenhum outro espaço de interação que eu tenha participado, o que inviabilizou a possibilidade de convidá-lo pessoalmente. Assim, ele não pôde ser incluído como participante de pesquisa pelas dificuldades apresentadas. Outro membro do Daes, que acompanhou menos atividades junto à Cooperativa, mas que conhecia sua condição e histórico, as atuações do Daes em relação a ela e que esteve em contato com a Coopervida através de reuniões, principalmente do Fórum e do Conselho Municipal de Economia Solidária, foi convidado para as entrevistas, aceitou e foi entrevistado.

Por fim, em relação à Rede Anastácia, optou-se por entrevistar dois membros da liderança, considerando o papel de liderança desempenhado, bem como sua atuação junto à Coopervida no período de recorte dessa pesquisa, participando de eventos no município de São Carlos com o objetivo de discutir a gestão de resíduos sólidos, e de reuniões nos espaços públicos, buscando viabilizar uma articulação efetiva entre a Cooperativa e o governo municipal. Ambos foram convidados para as entrevistas e aceitaram.

Foi realizado um roteiro de entrevista semiestruturado para os catadores (Apêndice 2) e um para os apoiadores (Apêndice 3), com perguntas dispostas nos seguintes blocos:

1) Roteiro dos catadores:

- a) economia solidária, autonomia e autogestão: abordou-se os conhecimentos dos catadores sobre esses temas, bem como os meios pelos quais eles elaboraram seus conhecimentos;
- b) Experiências de trabalho: procurou-se compreender as experiências de trabalho anteriores dos catadores, suas relações e divergências com o trabalho atual;
- c) O trabalho na Cooperativa: pretendeu-se saber como os catadores conheceram a Cooperativa, os motivos que levaram sua adesão a ela, bem como se caracterizava a organização interna do trabalho na organização;
- d) A participação dos apoiadores na vida da Coopervida: procurou-se averiguar quais eram os apoiadores que eles reconheciam e o tipo de apoio fornecido por eles;
- e) Perfil socioeconômico.

2) Roteiro dos apoiadores:

- a) economia solidária, autonomia e autogestão: assim como no roteiro dos catadores, questionou-se os entrevistados sobre os temas, visando compreender tanto como tiveram contato, quanto seus conhecimentos em relação a eles;
- b) Experiências de trabalho: pretendeu-se que os entrevistados falassem sobre suas experiências profissionais anteriores e atuais, para compreender sua trajetória até realizar a função de apoio à Coopervida;
- c) A relação do apoiador com a Coopervida: abordou-se o apoio institucional e/ou pessoal do participante à Coopervida, para entender como foi estabelecido;
- d) A visão do apoiador sobre o trabalho na Cooperativa: procurou-se instigar o

- apoiador a falar sobre o que pensava da forma de organização cooperativa;
- e) A participação dos apoiadores na vida da Coopervida: tratou-se de questões acerca do conhecimento e relação do apoiador com outros apoiadores, bem como destes com a Coopervida;
- f) Perfil socioeconômico.

A abordagem dos participantes durante a entrevista, foi iniciada com a lembrança acerca do tema de minha pesquisa e do meu percurso junto à Coopervida, seguida da leitura do TCLE e do roteiro de entrevista. Somente após sua concordância em participar, é que esse momento passou a ser gravado.

Ao realizar a entrevista, optei por perguntar, primeiramente, a partir do questionário semiestruturado, sobre os termos “autonomia”, “autogestão”, “cooperativismo” e “economia solidária”, de modo direto. A partir do questionamento “O que é autonomia para você?”, o significado dessa pergunta foi sendo desdobrado com perguntas auxiliares como: “Você já ouviu esse termo em algum lugar?”; “O que ele significa para você?”; “Você conhece algum exemplo?”, para que o participante resgatasse, aos poucos, seus conhecimentos e experiências acerca desses temas. Essa estratégia foi escolhida, no caso dos apoiadores, para que eles pudessem discorrer mais livremente sobre o tema discutido. Já no caso dos catadores, pela consideração de que eles haviam passado por processos educativos junto a alguns apoiadores e que, por isso, incorreria a possibilidade deles também discorrerem mais livremente sobre os temas, ainda que suas condições materiais e simbólicas divergissem dos apoiadores.

Essa estratégia não foi desenvolvida de modo a causar constrangimento aos catadores. Primeiramente, por eles já me conhecerem de minhas idas à Cooperativa. Depois, pela explicação inicial acerca de meus objetivos com as entrevistas e apresentação do roteiro, clarificando que eu não estava “tomando lição” deles, muito menos julgando e ressaltando o quanto aquela conversa também me ensinaria. Nesse fluxo, as perguntas foram sendo encaminhadas para a ilustração de suas respostas com o cotidiano de trabalho, quando eles conseguiram expressar mais suas interpretações sobre os temas. Ao final, alguns catadores conseguiram identificar que possuíam conhecimentos sobre os temas, instigando-os, inclusive, a querer os conhecer mais e a se apropriar daqueles que ainda lhes eram estranhos.

Os locais de realização das entrevistas foram variados, tendo sido definidos pelos participantes. Em geral, elas foram realizadas no espaço das instituições dos apoiadores, porém

algumas entrevistas com membros do NuMI-EcoSol ocorreram na residência dos entrevistados ou em outros espaços disponíveis na UFSCar. Para garantir o sigilo sobre as identidades dos participantes, foram atribuídos para as gravações códigos alfanuméricos para que os nomes não fossem identificados nos áudios. Após as transcrições, foram atribuídos nomes fictícios a eles.

Ao total, foram 22 entrevistados, sendo 9 da Coopervida, 2 da Rede Anastácia, 4 do NuMI-EcoSol, 2 do Usp Recicla, 2 da Teia, 1 da Veracidade, 1 do Daes e o Contabilista.

### **Análise das entrevistas**

A análise das entrevistas também contribuiu com o objetivo específico quatro (compreender as representações sociais dos catadores e dos apoiadores sobre autogestão e autonomia) e com a elaboração dos Capítulos 3 e 4.

As análises foram realizadas pela técnica da análise temática (Minayo, 2008), pela qual o conteúdo das entrevistas foi organizado em categorias a partir das temáticas destacadas nas falas dos participantes, relacionadas aos roteiros de entrevista. Para Minayo (2008), categorizações são empregadas para estabelecer classificações, ou seja, agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger de um modo geral qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa. Esta etapa compreendeu a pré-análise, a exploração do material e a organização dos resultados obtidos juntamente com a interpretação (Minayo, 2008). As análises foram feitas por grupo de participantes, separadamente.

As entrevistas foram transcritas logo após sua ocorrência e pré-analisadas para garantir uma interpretação mais fidedigna das informações durante o processo de análise mais profunda. Esta pré-análise foi realizada pela organização dos conteúdos de cada entrevista, preservando-se algumas falas dos entrevistados. Por conseguinte, os textos foram lidos, relidos, e confrontados com o que foi observado no trabalho de campo. Delimitou-se, por conseguinte, temas comuns pela análise cruzada das entrevistas. Por fim, organizou-se as informações para uma análise mais profunda, compreensão das representações sociais abstraídas e criação das categorias de análise.

### **Análises finais**

Finalmente, foi realizada a triangulação das informações (entrevistas, observações de

campo e literatura), constituindo-se o Capítulo 5, que atendeu ao último objetivo específico: problematizar as convergências e divergências entre as representações sociais dos catadores e dos apoiadores sobre autonomia e autogestão.

### **Validação das informações**

Todos os entrevistados tiveram a oportunidade de conhecer o conteúdo do texto corrido e análises de suas entrevistas individuais, para que pudessem averiguar se eles se reconheciam nas interpretações realizadas por mim. Nesse momento, os participantes puderam alterar os nomes fictícios atribuídos a eles, sugerir modificações ou supressão de conteúdos que os deixaram desconfortáveis ou que julgaram terem sido incompreendidos por mim, e selecionar o conteúdo que eles concordavam que fosse utilizado nesta tese.

Houve solicitações pelos apoiadores de mudanças relativas ao enxugamento e aprimoramento do conteúdo das falas transcritas, considerando que deixaria o texto mais compreensível.

Dois apoiadores pediram para que eu utilizasse seus nomes reais, ao passo que expliquei que, devido aos procedimentos éticos da pesquisa, no caso relacionados ao TCLE assinado por eles, haveria a necessidade de não divulgar os nomes verdadeiros. Porém, conforme consulta à Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, a qual “dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução”, encontrou-se no item IV, da Seção II (Do Registro do Consentimento e do Assentimento) do Capítulo III (Do Processo de Consentimento e do Assentimento Livre e Esclarecido) que é responsabilidade do pesquisador “a garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa, seja pessoa ou grupo de pessoas, durante todas as fases da pesquisa, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário, mesmo após o término da pesquisa”.

Considerando que o não atendimento a essa demanda dos participantes de terem seus nomes reais associados ao conteúdo de sua própria entrevista, os colocaria em posição de simples fontes despersonalizadas, bem como que existe respaldo nessa resolução para que essa demanda fosse atendida, eu os consultei novamente acerca de sua opção em utilizar seus nomes

reais. Conforme eles confirmaram essa opção, eu utilizei no texto de minha tese, os nomes reais desses dois apoiadores: Helena e João. João ainda mencionou sua satisfação acerca do conteúdo elaborado, sentindo-se como lendo sua biografia.

Entre os catadores, apenas uma catadora solicitou a alteração do nome fictício por outro também fictício. Eles ainda puderam clarificar alguns pontos das entrevistas, corroborando com minhas análises.

### **Organização da tese**

A tese foi estruturada da seguinte forma:

No “Capítulo 1 - Economia solidária, catação de materiais recicláveis e mundo do trabalho”, foram abordados: 1) conteúdos sobre o mundo do trabalho e seus desdobramentos em relação às condições subjetivas e estruturais dos trabalhadores; 2) os aspectos teóricos, as políticas públicas e algumas pesquisas sobre a economia solidária e o cooperativismo; e 3) as condições de vida dos catadores e de existência de suas organizações, políticas públicas e algumas pesquisas sobre os catadores de materiais recicláveis.

No “Capítulo 2 - A economia solidária e a Coopervida no contexto de São Carlos”, foram apresentado o contexto da economia solidária, dos catadores e da coleta seletiva no município de São Carlos, considerando as políticas e espaços institucionais existentes, os resultados de pesquisas anteriores sobre a Coopervida e as mobilizações populares de trabalhadores e apoiadores. Também foram descritas as observações de campo para caracterizar o desenvolvimento da Cooperativa, suas condições e relações estabelecidas.

No “Capítulo 3 - Representações sociais dos catadores da Coopervida” e no “Capítulo 4 - Representações sociais dos apoiadores da Coopervida”, foram apresentados respectivamente os resultados das análises das entrevistas com os catadores e com os apoiadores, passando pela apresentação de temas e, por fim, das categorias de análise, destacando-se as representações sociais de cada grupo e suas ancoragens.

O “Capítulo 5 – As representações sociais produzidas: encontros e desencontros”, é composto pelas discussões acerca dos resultados gerais analisados de modo cruzado, tendo sido as informações trianguladas. Segue-se a este Capítulo, as Conclusões do trabalho, as Referências Bibliográficas, os Anexos e os Apêndices.



## **CAPÍTULO 1 – ECONOMIA SOLIDÁRIA, CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E MUNDO DO TRABALHO**

A economia solidária se apresenta como um modo de enfrentamento e estratégia de organização de sujeitos em trabalhos e empreendimentos coletivos, em busca de manter seus postos de trabalho, como no caso de recuperação de empresas em processo falimentar, ou de se inserir econômica e socialmente pela geração de renda por meio de EES. Já a catação de materiais recicláveis, constitui-se enquanto um modo de enfrentamento ao desemprego, sendo uma possibilidade de geração de renda, ainda que precária e marginalizada, para as pessoas excluídas econômica e socialmente do mercado formal de trabalho por motivos variados, como falta de postos de trabalho, baixa escolaridade, falta de capacitação profissional e idade.

As interpretações atribuídas a esses contextos são variadas, sendo a proposta deste capítulo refletir, sob a ótica do mundo do trabalho e algumas de suas consequências, sobre as relações entre economia solidária e catação de materiais recicláveis.

### **1.1 Reestruturação produtiva, precarização das condições de trabalho e vida, exclusão social e a subjetividade dos trabalhadores**

Desde a Primeira Revolução Industrial, que ocorreu ao final do século XVIII, alguns sistemas vêm sendo impostos como modos de organização do trabalho, como o taylorismo e o fordismo, que imbricaram um perfil de trabalhador produtivo e disciplinado e, mais atualmente, substituindo a rigidez fordista e visando sistemas de trabalho mais eficientes, o toyotismo, pautado em padrões de acumulação flexível e caracterizado pela flexibilização de relações de trabalho e do mercado, com incentivo à produção tecnológica e ao consumo (Lopes, 2009).

Um grave processo de precarização das condições de vida e de trabalho, bem como de exclusão social, acompanha a reestruturação produtiva desencadeada a partir dos anos 1980, mas, sobretudo, a partir das políticas macroeconômicas colocadas em prática com a abertura do mercado nos anos 1990. Marcado por profundas desigualdades de gênero, raça e idade, esse processo afeta desigualmente homens e mulheres, brancos e negros, jovens e adultos, punindo especialmente os setores mais discriminados (Leite, 2003 p. 113)

Braverman (1981) discorre que com o taylorismo, houve a instituição de uma ‘gerência científica’, encarregada dessa separação entre trabalhos manual e intelectual, enfatizando, em

termos de degradação do trabalho no século XX, que “o taylorismo domina o mundo da produção; os que praticam as ‘relações humanas’ e a ‘Psicologia industrial’ são a turma de manutenção da maquinaria humana” (Braverman, 1981, p. 84). Percebe-se, ao longo das reestruturações produtivas, uma intensificação do controle subjetivo do trabalhador.

Destaca-se nas reflexões e críticas sobre o desenvolvimento desses modelos de gestão e suas relações com a atuação do Estado e de setores privados, a existência ou não de um Estado de Bem-Estar Social, denominado ainda como Estado-Providência ou *Welfare State*.

Lima e Souza (2014, p. 143) discorrem sobre como as frequentes crises capitalistas resultaram em intervenções Estatais nas relações entre capital e trabalho, considerando que a partir “[...] da Segunda Guerra Mundial, podemos nos referir, principalmente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, ao surgimento de formas de Estado de Bem-Estar Social, caracterizadas pelo pleno emprego e a extensão crescente dos direitos sociais vinculados à relação salarial”<sup>25</sup>. Para os autores, estas características pressupostas desmoronaram, a partir dos anos 1970 “[...] com a reestruturação econômica e a implementação de políticas neoliberais: a internacionalização da produção e dos mercados; a redução das barreiras ao livre comércio; o enxugamento do papel do Estado com o corte dos investimentos sociais; e a mobilidade global do capital e do trabalho” (Lima & Souza, 2014, p. 143).

Tendo a classe econômica dos proletariados emergido nesse contexto enquanto agente político frente às crises vivenciadas, a solidariedade passou a ser considerada como inerente às possibilidades de inserção social, ao passo que as condições salariais passaram a ser defendidas enquanto direito à cidadania de todos os trabalhadores. Este cenário acompanha a redução, pelo avanço das políticas neoliberais, da intervenção estatal nessas relações salariais, colocando em questionamento o próprio significado do trabalho, que passa a ser confundido com a relação salarial estabelecida pelo emprego (Lima & Souza, 2014).

Ipea (2001, p. 9), abordando o *Welfare State* no contexto brasileiro, discorre que:

[...] no início dos anos 1920, já constituíam um esboço da formação do *Welfare State* brasileiro, cuja função era atuar como instrumento de controle dos movimentos de trabalhadores no país. Sua estratégia era antecipar algumas demandas, o que favorecia os grupos profissionais de maior influência política para, com isso, restringir a

---

<sup>25</sup> Os autores basearam-se em Harvey (1993), Castel (1998) e Castells (1999), conforme as referências: HARVEY, D. (1993). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola. CASTEL, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes. CASTELLS, M. 1999. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

legitimidade das lideranças trabalhadoras nas reivindicações sociais e limitar a capacidade de mobilização dos trabalhadores em geral. Malloy (1979, p. 45)<sup>26</sup>, por exemplo, argumenta que as políticas de seguridade social da época tinham caráter reformista e buscavam satisfazer às demandas das alas defensivas do movimento trabalhador a fim de enfraquecer as organizações de cunho mais radical. É a partir de 1930 que se torna nítida a constituição de um Welfare State no Brasil, com políticas sociais de profundo caráter conservador. De acordo com a perspectiva corporativista dos grupos no poder, nesse período predominava um ideal de sociedade harmônica em que os antagonismos entre classes eram encarados como nocivos ao bem comum representado pelo Estado. Assim, uma marca do surgimento do Welfare State brasileiro é o autoritarismo, evidente na repressão aos movimentos de trabalhadores [...]

Ficam claras, desde esses primórdios, as distorções acerca do que seriam políticas de desenvolvimento social que tivessem como foco os trabalhadores como um todo. Ao passo que, politicamente se pode indicar avanços em seus direitos, o modo de condução dos modelos desencadeados denuncia o descaso real com as necessidades da população em geral, já que se defendia a concentração de renda que, tendo resultados sociais negativos, era compensada com políticas redistributivas de caráter assistencialista (Ipea, 2001)

Observa-se que, distinguindo-se do contexto europeu, no qual o Estado de Bem-Estar Social se destacou a partir da mobilização política dos trabalhadores, no Brasil esse modelo se iniciou, na década de 1930<sup>27</sup>, com a intervenção estatal na regulação das relações de trabalho assalariadas enquanto estratégia de desenvolvimento (Ipea, 2001), cerceada pela necessidade e forte controle de manifestações de oposição.

Com o tempo, esse modelo proposto perdeu seu caráter populista, em prol de caracteres compensatórios, imbuídos na diminuição de impactos sociais advindos da concentração das riquezas do desenvolvimento decorrente, e produtivistas, que buscavam contribuir para o crescimento econômico com ações que incluíam inclusive a qualificação do trabalhador (considerado como ‘mão de obra’). Observa-se a continuidade de diminuição de gastos sociais,

---

<sup>26</sup> Malloy, J. M. (1979). *The Politics of Social Security in Brazil*. Pittsburg: University of Pittsburg Press.

<sup>27</sup> “Do ponto de vista das relações de trabalho, o regime populista [preconizado por Getúlio Vargas] do período perseguiu três objetivos básicos: (i) evitar que os movimentos de trabalhadores se tornassem base de apoio para grupos de oposição que reivindicavam mudanças mais profundas na organização da sociedade; (ii) despolitizar as relações de trabalho, impedindo que as organizações de trabalhadores se legitimassem como instrumento de reivindicação; e (iii) fazer dos trabalhadores um ponto de apoio, ainda que passivo, do regime. Tais objetivos foram alcançados por meio de uma combinação de repressão à oposição e concessão aos movimentos de trabalhadores que apoiavam o regime. Em vez de mobilizar, o regime populista buscou cooptar seletivamente segmentos de trabalhadores em um processo de “inclusão controlada”. Trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos não organizados foram sistematicamente ignorados nesse processo (Malloy, 1979, p. 56, apud Ipea, 2001).

com consequências ressaltadas nas décadas de 1980 e 1990, reforçando ainda mais as intenções reais do *Welfare State* (Ipea, 2001), descompromissadas com a busca pela equidade social, já que os beneficiários de suas ações acabavam sendo restritos a um mesmo grupo social. Assim, as políticas elaboradas, como por exemplo, relacionadas à educação, tinham como foco a qualificação da força de trabalho para o aumento produtivo, e não as melhorias em suas condições de vida, destacando-se a racionalidade econômica e privatista das políticas ditas como de cunho social. A meritocracia se destaca enquanto fator de merecimento dos sujeitos à ascensão social e justificativa para sua culpabilização em caso de fracasso, reforçada pelo aumento de poder de compra de uma classe média em desenvolvimento, tanto no Brasil quanto na América América Latina (Ipea, 2001).

Em meados de 1990, “[...] o governo federal subitamente “lavou as mãos” quanto a sua responsabilidade em uma série de programas que vinha gerindo centralizadamente há mais de três décadas” (Fagnani, 1997, p. 223), ainda que com intenções contraditórias, ao passo que houve uma ligeira aproximação dos governos com os movimentos sociais<sup>28</sup>.

A falácia da noção neoliberal de que o mercado deve ser absoluto em sua própria regulação, conforme fosse considerado como potencialmente capaz de ocasionar o desenvolvimento social, foi desvelada no início do século XXI, quando foi vivenciado um período de crise globalizada intensa, superado no Brasil exatamente pela intervenção Estatal. O aspecto da solidariedade passou novamente a ser questionado, abrangido a todos os atores sociais, e não somente àqueles em situação de exclusão (Lima & Souza, 2014).

Devido às transformações ocorridas no mundo do trabalho, na cena contemporânea se observa a intensificação do fenômeno social do desemprego, tanto pela substituição do trabalho humano pelo de máquinas, quanto pelas altas taxas de analfabetismo e a crescente cobrança pela capacitação profissional (Antunes, 2005).

---

<sup>28</sup> “De uma visão vaga e frouxa da política - entendida como um modo de acudir os pobres através da ação assistencial emergencial e benevolente do Estado, isoladamente ou em parceria com organizações filantrópicas - o conceito [*Welfare State*] tende hoje a estar associado a ações públicas que garantam aos setores carentes, afetados por tipos e graus variados de exclusão social, o exercício dos direitos sociais básicos” (Draibe, 1998a, p. 309) [...] “Do ponto de vista do cumprimento de metas, descentralização e maior autonomia decisória efetivamente parecem ter andado juntas, na experiência recente do país, seja por ampliação de poderes de prefeitos e diretores de serviços sociais, seja por ampliação dos canais de participação social, através dos Conselhos Municipais e associações de pais nas unidades escolares. Coerentemente a tais efeitos, registrou-se maior satisfação de usuários e gestores. Mesmo quando sejam notoriamente insuficientes, por qualquer medida que as meçam, as maiores autonomia e participação registradas significam efetivas inflexões, no país, das suas fortes tradições de centralismo autoritário e burocrático, de difícil remoção, como se sabe” (Draibe, 1998b, p. 7).

O trabalho é uma referência econômica e social que confere ao sujeito características de honestidade e dignidade (Antunes, 2005) pois, além da possibilidade de provimento econômico, o espaço de trabalho possibilita a integração social do sujeito pela interação que ele estabelece com outros trabalhadores, resultando em um sentimento de pertencimento a um grupo (Medeiros & Macêdo, 2006) e na elaboração de sentidos que contribuem para a sua identidade.

Com o advento das reestruturações produtivas, o trabalho enquanto referência da organização humana perdeu espaço para o sentimento de insegurança. A introdução de um sistema disfarçado de incentivador da criatividade e valorizador da sabedoria do trabalhador, reforçado por políticas contraditórias, induziu a uma cooperação não espontânea, altamente controlada e que esconde o caráter real de intensificação do individualismo e da competição, resultando na desestruturação do coletivismo pela necessidade individual dos sujeitos se manterem empregados (Lopes, 2009). Apesar disso, Antunes (1997) defende que mesmo com essas mudanças ocorridas, o trabalho continua sendo central na vida das pessoas, ainda que na atual conjuntura ele apresente uma nova configuração e sentido.

Devido ao aumento das relações de trabalho informais, de subemprego e ainda do desemprego, os níveis de exploração dos trabalhadores aumentou na contemporaneidade, assim como a precarização das relações e condições de trabalho (Antunes & Alves, 2004). Os impactos desse novo cenário na subjetividade dos trabalhadores são diversos, já que “[...] um trabalho que tem sentido é importante, útil e legítimo para aquele que o realiza” (Tolfo & Piccinini, 2007, p. 39). Considerando que a representação e o valor atribuído ao trabalho, a disposição para ele, bem como a coerência esperada com a sua realização compõem esse sentido, logo ele depende do prazer e da realização existentes na sua execução (Morin, 2001).

Quando o sujeito não encontra sentido em seu trabalho, ele é passível de também destituir de sentido a sua vida, já que a relação entre sua inserção no mercado de trabalho e o meio social é indissociável (Antunes, 2000). Esse movimento de expurgo de trabalhadores do mercado de trabalho exprime o enfraquecimento e até a ruptura de laços sociais, atingindo uma parcela cada vez maior da população. Estes acontecimentos caracterizam o que Paugam (2001) define como desqualificação social, a qual agrava os processos de precarização vivenciados e diminui as possibilidades de participação no mercado de trabalho pelo impacto negativo que acarreta em diversas esferas da vida, como educação, saúde, alimentação e moradia.

A exclusão social a que estes sujeitos são submetidos se relaciona à sua segregação pelas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, acarretando situações de discriminação e

impossibilidade deles acessarem o mundo formal de trabalho e consumo (Minayo, 2008). Ao mesmo tempo, a responsabilidade pela empregabilidade recai sobre o trabalhador e, como o emprego é importante para que o sujeito construa sua identidade e seja integrado socialmente, as consequências dessa exclusão são intensificadas (Dupas, 2001) no campo simbólico.

Para Sawaia (2014, p. 9), a legitimação social e individual da exclusão resulta em um processo de injustiça social pela sua manifestação “[...] no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência”, contribuindo para compreender como a desqualificação social se intensifica pelos processos de exclusão. Quando a sociedade reafirma e normaliza a atribuição de características e sentidos em relação a determinada população ou coletivo de sujeitos, é criado, aceito e reforçado um cenário que cerceia a emersão de novas potencialidades e possibilidades de mudança.

No cerne deste cenário surgiu, como ocupação informal alternativa ao desemprego (Carneiro & Correa, 2008) e como possibilidade de geração de renda, a catação de materiais recicláveis, bem como iniciativas de economia solidária, representadas pela organização de empreendimentos a partir da recuperação de empresas falidas ou de outras atividades produtivas e de prestação de serviços, com o direcionamento e apoio de diversos sujeitos e instituições. No âmbito da catação enquanto um trabalho precário, a organização dos catadores em EES é considerada um meio de superar essas condições (Pereira et al, 2014), em meio ao ressurgimento da solidariedade enquanto fator importante para a inclusão e o desenvolvimento social. Nos tópicos a seguir, essa relação será discutida.

## **1.2 Economia solidária e cooperativismo: origens, perspectivas teóricas, políticas públicas e subjetividade**

A economia solidária foi inspirada pelas experiências de trabalhadores europeus do período da Primeira Revolução Industrial, caracterizando o enfrentamento das dificuldades impostas pelas transformações vivenciadas, das quais resultaram relações fragilizadas de trabalho e situações de desemprego. Baseando-se nos valores de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa, esses trabalhadores passaram a se organizar a partir de novos princípios, visando a construção de relações de trabalho solidárias, cooperativas, não hierárquicas e que não resultassem em modelos repressivos e excludentes (Singer 2002a).

A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo

industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão «desregulamentada» das máquinas-ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo (Singer, 2002a, p.81).

Em termos de raízes históricas da economia solidária, Singer (2002b) as relaciona aos socialistas utópicos Robert Owen (Inglaterra), François Marie Charles Fourier (França), e Conde Claude Henri Rouvroy de Saint-Simon (França), os quais inspiraram o cooperativismo<sup>29</sup> e possibilitaram aos militantes da economia solidária construir seus percursos com base nessa forma de organização.

Sugere-se que esta forma de organização aconteceu de fato, mesmo que ainda não tivesse essa denominação, no ano de 1844, quando prevalecia a economia liberal, em Manchester, na Inglaterra, a partir da fundação da *Rochdale Society of Equitable Pioneers* (Reis Júnior, 2006). Em termos de experiência cooperativa, Mondragón foi considerada a maior de todas, sendo um complexo de cooperativas criado em Gipuzkoa, no País Basco, Espanha, pela tomada de empresas falidas sob intervenção e influência do padre Jorge María Arizmendiarieta, a partir do oferecimento de processos educativos. Estes, foram determinantes para o seu sucesso, destacando-se a equalização das diferenças entre as rendas dos vários grupos que a compunham (Vieira, 2005). Mondragón se desenvolveu enquanto uma multinacional de proposta cooperativista envolta em problemas e contradições, com mais de quarenta mil trabalhadores. Porém, a proposta cooperativista não foi de fato incorporada por suas sucursais

---

<sup>29</sup> Olhando no dicionário, vemos que “cooperativismo”, é considerado um, “sistema que preconiza o princípio cooperativo como meio de progresso e distribuição de riqueza”, enquanto “cooperativo” é definido como aquele “que coopera”. Cooperação, por sua vez, estaria relacionado a “operar simultaneamente ou coletivamente; colaborar” (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, [2013a; 2013b; 2013c]). Ao analisarmos esses significados, a partir das experiências relatadas, podemos dizer que o cooperativismo seria um movimento de mudança das relações econômicas que tem como princípio a cooperação, como meio a institucionalização de organizações cooperativas e, como objetivo, relações econômicas e de acesso às riquezas mais igualitárias. A economia solidária, ao se apropriar desse movimento, abarcou o cooperativismo como um de seus princípios, ampliando a percepção acerca da economia para âmbitos não somente monetários e dependente de mudanças de sociabilidade, que demandam substituir o espírito competitivo pelo solidário, para que a autogestão do trabalho e da vida possa ocorrer. A organização cooperativa, seria apenas um de seus instrumentos de transformação. Porém, vemos no cotidiano, trabalhadores e apoiadores abordando todos esses termos enquanto sinônimos, o que pode trazer perdas à compreensão dos contextos e de suas possibilidades de mudança. O denominado “novo cooperativismo”, derivaria do resgate desses princípios, associados à perspectiva de uma “economia solidária”, em decorrência das crises estruturais dos anos 1970, que, a partir das contradições do capitalismo, possibilitou o desenvolvimento e defesa de uma nova lógica de organização e produção (Nascimento, 2004).

espalhadas pelo mundo (Lima & Souza, 2014).

De acordo com Pereira (1994, p. 3), no Brasil a primeira cooperativa:

[...] surgiu no ano de 1891, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, e denominou-se Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica. Em seguida, fundou-se, em 1894, a Cooperativa Militar de Consumo no Rio de Janeiro, e, em 1895, a Cooperativa do Proletariado Industrial de Camaragibe, no Estado de Pernambuco. Outras cooperativas surgem, como por exemplo a Cooperativa Internacional da Lapa, criada em 1908, existente até os dias atuais e hoje denominada de Cooperativa de Consumo da Lapa.

Ainda de acordo com Pereira (1994, p. 3), a Proclamação da República em 1889 e a Constituição Republicana de 1891 favoreceram o surgimento das cooperativas, pela primeira propiciar “[...] um ambiente mais favorável à liberdades de associação [...]” e a pela segunda ter assegurado “[...] b) a liberdade de associação (art. 72, § 8º)”.

No Brasil, a economia solidária se destacou em épocas de reestruturação produtiva que acompanharam a crise econômica ocorrida nos anos 1980, que persistiu e se intensificou pelos anos 1990, quando diversas empresas entraram em processo falimentar, levando conseqüentemente à perda de muitos postos de trabalho. Em decorrência disso, até o início do século XXI a economia brasileira ainda não havia conseguido se estabilizar, o que, além de dificultar a geração de novos postos de trabalho, acabou com vários outros.

A economia solidária foi evidenciada com esta denominação no Brasil na década de 1990, período no qual apareceram diversas atividades econômicas com formas de organização diferentes das capitalistas e que tinham como princípios a cooperação, a autonomia e a gestão democrática. À frente destas organizações, estavam cidadãos, produtores e consumidores (Laville & Gaiger, 2009). Ela se constituiu tanto como uma forma de gerar trabalho e renda para a população marginalizada, quanto um meio de instigar a reflexão sobre o funcionamento do sistema capitalista. Pretendia-se com a economia solidária, atingir um equilíbrio entre as relações de comercialização, propiciando maior segurança aos trabalhadores (Singer, 2002a).

As crises resultantes das reestruturações produtivas propiciaram o resgate de experiências revolucionárias relativas à organização cooperativista. Porém, quando observamos o desenvolvimento dessas organizações no Brasil, deparamo-nos com várias problemáticas, embasadas nas características do desenvolvimento político e econômico do país.

Relaciona-se ao período militar no Brasil, um processo de intervenção estatal para o desenvolvimento de cooperativas, em benefício de classes sociais relacionadas aos grandes

exportadores da área agrícola, destacando um caráter vinculado à desigualdade social. A organização dessas cooperativas, embasou-se na tentativa de expansão da indústria nacional e no abastecimento do mercado interno, pelas dificuldades resultantes da II Guerra Mundial. A desvinculação entre Estado e práticas cooperativas se iniciou com a instituição da Constituição Federal de 1988, quando essas práticas passam a se revitalizar com características democráticas e embasadas no aspecto revolucionário de seus primórdios europeus, além de ser apropriada pelos movimentos populares, como da economia solidária. Na Constituição Estadual de 1937 do estado de São Paulo, também se encontram menções às cooperativas (Silva, Salomão, McIntyre, Guerreiro, Pires, Albuquerque, Bergonsi & Vaz, 2003).

Se, por um lado, o cooperativismo agropecuário no Sudeste apresenta-se cada vez mais profissionalizado, mecanizado e competitivo ao nível global, por outro, o ramo de atividade que mais cresce – cooperativas de trabalho – concentra um enorme contingente de cooperados com baixa qualificação profissional e educacional (Silva et al, 2003, p. 86).

Com o crescimento dessa forma de organização, acentuada em meados da década de 1990, nesta década foi constatado o registro de 4.666 cooperativas no Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNCR), número que saltou para 20.579 em 2001 (um crescimento de 331%). Em relação aos dados da Organização das Cooperativas Brasileira (OCB)<sup>30</sup>, nos anos 1990 haviam 3.440 filiadas, enquanto em 2001 houve um aumento de 104%, indo para 7.026. O funcionamento das cooperativas era condicionado ao registro no DNCR, enquanto sua filiação à OCB era optativa (Silva et al, 2003). Os autores atribuem esse crescimento ao favorecimento das terceirizações, tanto de serviços públicos quanto de privados, bem como advertem que ainda que tenha havido esse crescimento, a rotatividade entre fechamento e abertura de cooperativas também era alta, indicando a dificuldade de sua sobrevivência.

Nesse cenário, a organização de cooperativas foi criticada enquanto modo de precarizar das relações de trabalho pela sua utilização em processos de terceirização (Lima, 2002), os quais foram facilitados pela Lei nº 8.949, de 9 de dezembro de 1994, que acrescentou “parágrafo ao art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para declarar a inexistência de vínculo

---

<sup>30</sup> A OCB foi criada em 1969, durante o IV Congresso Brasileiro do Cooperativismo, substituindo e unificando a Abcoop (Associação Brasileira de Cooperativas) e a Unasco (União Nacional de Cooperativas), ficando responsável pelo fomento do cooperativismo no Brasil (OCB, n.d.).

empregatício entre as cooperativas e seus associados” (Silva et al, 2003)<sup>31</sup>.

A economia solidária, ao fazer o resgate da organização cooperativa enquanto estratégia de estabelecimento de suas organizações, também reforçou a necessidade da autogestão para as cooperativas (Esteves, 2004). A autogestão se caracteriza como um projeto de organização que preza pela democracia, tendo sido introduzido na Iugoslávia na década de 1950 pelo partido comunista e pensada a partir do desejo de mudança de sujeitos revolucionários (Mothé, 2009).

A autogestão possui uma implicação prática como problema referente à postura do líder e ao compromisso dos membros do grupo com a sua totalidade. A liderança é construída no dia a dia e o respeito a ela ocorre por sua utilidade à organização e pela necessidade de sua existência. Porém, a imposição de uma autoridade não garante o respeito do grupo e, pelo outro lado, um grupo desinteressado e desunido não recebe os esforços de um líder para mantê-lo. Esse equilíbrio está diretamente relacionado à sobrevivência das EES, a qual pode ser posta em risco pelo surgimento de conflitos (Cruz, 2006) derivados da não satisfação pelo trabalho das necessidades e interesses dos trabalhadores e, conseqüentemente, seu não engajamento.

Para que uma organização seja considerada econômico-solidária, ela precisa de fato implementar e praticar os princípios cooperativistas, com ênfase para a autogestão. Ao mesmo tempo, é necessário averiguar que ela existe em graus variados, tanto de uma cooperativa para outra, quanto em uma mesma. Esta variação ocorre devido à forma como as cooperativas se originaram e ao momento vivenciado por elas e pelos cooperados. Acrescenta-se ainda que o grau de autogestão de uma organização depende do interesse de seus membros sobre a natureza e a organização de seu trabalho (Singer, 2002a) e que a sua prática pressupõe que deva existir um sujeito com autonomia (Cattani, 2000).

Conforme houve um avanço em políticas voltadas à economia solidária a partir das mobilizações de seu movimento, mesmo que ainda careçam de regulamentação, e considerando o modo de desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social brasileiro, que não foi capaz de estender os direitos sociais a toda a população, constituindo uma sociedade de privilégios, a problematização sobre o desenvolvimento de um modelo estatal continua sendo primordial.

---

<sup>31</sup> Tendo a organização cooperativa econômico-solidária sido considerada no âmbito do Programa Brasil Sem Miséria, no governo petista de Dilma Rousseff, como estratégia aos programas sociais compensatórios, dentre os quais se encontra o Bolsa Família, foi aprovada a “nova lei do cooperativismo de trabalho” (Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, que “Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho”) no sentido de evitar as fraudes trabalhistas relacionadas às cooperativas (Lima, 2014). Esta lei será abordada no tópico 1.3.1.

Para Leite (2007), a crise do Welfare State deve ser entendida tanto pela perspectiva econômica, quanto pelo sistema de relações sociais, questões destacadas na década de 1990 sobre a necessidade de emergência de uma solidariedade genuína no âmbito das sociabilidades.

Conforme nesta década houve um certo estreitamento entre políticas e demandas de movimentos sociais, ainda que as intenções estatais envolvessem o sistema produtivo acima das condições de vida da população em si, Leite (2007, p. 64) defende que:

[...] o Estado não pode mais ser a forma preponderante de suporte para o desenvolvimento dos progressos sociais e, sobretudo, para as formas de solidariedade social, pois absolutizar o Estado como único suporte dos progressos sociais e o único agente de solidariedade [...] nos parece um pouco exagerado, uma vez que retira de todas as organizações da sociedade civil – movimentos sociais, organizações, instituições, partidos, sindicatos e etc – toda e qualquer possibilidade de serem desempenhados, ainda que durante a construção e o pleno funcionamento do Estado do bem-estar, o papel de agentes propulsores de transformações e conquistas sociais bem como o papel de agentes de socialização e canais de solidariedade social [...] “Com o desenvolvimento do que se convencionou chamar de anos de ouro do capitalismo, a solidariedade – com a diminuição das formas tradicionais da mesma – reduziu-se a uma solidariedade institucional abstrata que, devido ao fenômeno da burocratização dos serviços sociais, tendeu a ser percebida como um sistema de seguridade ou de assistência muito mais do que um sistema de solidariedade ativa.

A autora denuncia a propaganda forjada do Estado enquanto provedor de condições de vida adequada, escondendo a pressão social envolvida para que políticas sociais não-assistencialistas sejam desenvolvidas. Conforme será visto no tópico 1.2.1, essas mobilizações foram essenciais para a elaboração de políticas no âmbito da economia solidária, e ainda possuem como motor a busca pela garantia de suas execuções. Assim, a autora destaca que as crises desencadeadas deveriam servir para repensar as relações entre economia e sociedade, e desta com o estado, já que elas abarcam uma cultura imbuída de valores concretos em disputa no meio social

[...] o *Welfare State* propicia uma solidariedade mecanizada, exógena, fria, que substitui as relações entre sujeitos e grupos [...] Uma política, portanto, que ignore solidariedades imediatas se torna, inevitavelmente, teórica, impiedosa e autodestrutiva” (Leite, 2007, p. 67) [...] Sendo assim, a definição de alternativas positivas ao Estado-Providência supõe, que segmentos da sociedade civil possam ser reconhecidos como sujeitos de direito e instâncias produtoras de um direito autônomo em relação à lei de essência estatal (Leite, 2007, p. 73).

A inserção da economia solidária no contexto brasileiro, bem como o desenvolvimento

de EES, envolveram e ainda envolvem diversas disputas ideológicas e políticas, as quais, por possuírem certas características dinâmicas e contextuais, ainda necessitam ser estudadas, mesmo considerando a vastidão de trabalhos já produzidos nessa temática. Nos próximos tópicos, serão abordadas as políticas públicas, algumas perspectivas teóricas e os resultados de algumas pesquisas científicas sobre a economia solidária no Brasil.

Cumpra observar também que a reinvenção da economia solidária [baseada no resgate de suas origens influenciadas pelo socialismo, visando uma transformação social centrada nas ações da população e de sua organização em movimentos] não se deve apenas aos próprios desempregados e marginalizados. Ela é obra ainda de inúmeras entidades ligadas, ao menos no Brasil, principalmente à Igreja Católica e a outras igrejas, a sindicatos, universidades e movimentos sociais. Tais projetos e propostas ganham maior vitalidade e visibilidade devido à necessidade das classes trabalhadoras de diante da desocupação, do desemprego e da crise econômica, buscar encontrar saídas mais autônomas de sobrevivência, bem como pela necessidade política de evidenciar que há alternativas superiores ao atual estado das coisas (Leite, 2007, pp. 130-131).

### *1.2.1 As mobilizações populares e as políticas públicas de economia solidária*

Quando começou no Brasil o processo de recuperação de patrimônios falidos, observou-se, para seu arrendamento ou aquisição pelos trabalhadores, a necessidade de que eles conhecessem e entendessem os princípios cooperativistas baseados na economia solidária. Esta conscientização inicial foi realizada primeiramente por uma equipe da antiga Secretaria de Formação do Sindicato dos Químicos de São Paulo, fechada em 1991 quando a diretoria do sindicato foi alterada (Singer, 2002a).

Em 1994, surgiu a Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), responsável por suprir as necessidades de coordenação dos processos de transformação das empresas em cooperativas e de possibilitar aos trabalhadores a apropriação de conhecimentos indispensáveis para o desempenho de suas funções nessa nova organização de trabalho. Outra responsabilidade da Anteag, era articular e democratizar informações e espaços de discussão, resultando, no mesmo ano, no 1º Encontro dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, realizado na cidade de São Paulo (Singer, 2002a). A partir do ano 2000, a Anteag passou a ser contratada por governos que priorizavam a economia solidária em suas ações, assessorando, em 2001, em torno de 160 EES pelo Brasil (Singer, 2002a).

Muitas outras instituições, tais quais, sindicatos, igreja católica, incubadoras e algumas

prefeituras, colaboraram com as EES, exercendo funções de apoiar a formação de novas organizações, incentivar a estruturação de outras e fomentar projetos de geração de trabalho e renda econômico-solidários. Nas palavras de Carvalho (2010, p. 36):

Diversas iniciativas de diferentes segmentos da sociedade contribuíram, e ainda contribuem, para compor o quadro da economia solidária brasileira atual, entre as quais podemos citar: as ações da Cáritas Brasileira<sup>32</sup>, entidade da Igreja Católica, ligada a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros -CNBB, com os Projetos Alternativos Comunitários -PACs-, muitos dos quais de geração de trabalho e renda, de forma cooperada ou associativa; as do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - resultando no assentamento de milhares de famílias [...] universidades, especialmente as públicas, que por intermédio das Incubadoras de Cooperativas Populares, assessoram os trabalhadores em seu projeto de organização do trabalho de forma coletiva e democrática. Sindicatos mais progressistas, governos e instituições como a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogeridas), a UNISOL (Central de Cooperativas e Organizações Solidárias), a FASE (Federação de Organização para Assistência Social e Educacional), o PACS (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul), também vêm fomentando direta ou indiretamente a economia solidária.

Dentre as diversas naturezas de apoios, considera-se que a ITCP passou a preencher uma lacuna importante para a consolidação de EES, assessorando-as a partir de diversas áreas de conhecimentos necessários aos cooperados para desenvolverem e manterem as EES.

Em 1998, foi criado o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (Proninc), pelo qual a Agência Brasileira de Inovação (Finep) e Fundação Banco do Brasil passaram a financiar a formação de novas ITCPs (Singer, 2002a). A primeira ITCP universitária surgiu em 1995 no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), por meio de convênio com a Finep e a Fundação Banco do Brasil. As ITCPs contribuem para a construção de conhecimentos e realização de intervenções junto aos EES (Cruz-Souza, Cortegoso, Zanin & Shimbo, 2011) e suas ações tendem a contribuir para que a universidade cumpra seu papel social de produtora de conhecimento por propiciar que a população se aproxime de novos saberes, potencializando o contato e as trocas entre comunidade científica e sociedade.

As universidades atuam por meio do tripé ensino-pesquisa-extensão. De acordo com o

---

<sup>32</sup> A Cáritas, pela disseminação dos PACs nacionalmente, passa a ser a primeira entidade não estatal apoiadora da economia solidária (Souza, 2013).

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidade Públicas Brasileiras (Forproex, 2001):

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

Porém, existem algumas problematizações acerca do conceito de extensão, baseados na teoria de Paulo Freire (1983), que entende que o que deve ser buscado é a comunicação. Semanticamente, essa concepção de extensão como algo invasivo e não transformador, partiria de seu significado enquanto verbo transitivo, de “estender algo a”. Já no campo associativo, ela é entendida como “[...] transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação, etc.” (Freire, 1983, p. 22). O autor ainda analisa que o ato da extensão significa a consideração do homem enquanto “coisa”, negando-o enquanto um ser de transformação do mundo. Nesse sentido, o autor nega a extensão enquanto um processo educativo libertador, ainda que as intenções do extensionista sejam boas. Porém, ela se relacionaria à persuasão e à propaganda feita para que uma população aceite determinada intervenção invasiva e de objetivo normalizador, e não transformador.

Persuadir implica, no fundo, num sujeito que persuade, desta ou daquela forma, e num objeto sobre o qual incide a ação de persuadir. [...] Nem aos camponeses, nem a ninguém, se persuade ou se submete à força mítica da propaganda, quando se tem uma opção libertadora (Freire, 1983, p. 24).

Isso, pois a aprendizagem, a construção de conhecimentos e o potencial transformador só pode ocorrer quando o sujeito apreende e se apropria de fato de algo passível de ser vivenciado concretamente, e não contradizente a suas experiências e contexto.

[...] conhecer não é o ato através do qual um sujeito transformado em objeto, recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou lhe impõe. O conhecimento pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face ao mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo

qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos (Freire, 1983, p. 27).

O autor ainda destaca a importância da intersubjetividade e da dialogicidade nesse processo, no sentido de que a intenção de ser dialógico não basta para estabelecer esse processo, mas sim a vivência do diálogo, considerando que a comunicação é onde ocorre o ato de pensar. “Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade” (Freire, 1983, p. 43).

As influências percebidas resultantes das interações entre membros de EES e apoiadores, são atravessadas por esses conceitos de Freire (1983), que vai ao encontro dos diversos pressupostos da TRS. Ainda que a teoria de Paulo Freire seja constantemente considerada no âmbito de processos educativos, ela pode ser ampliada para as interações ocorridas em espaços públicos ampliados, e suas possibilidades transformadoras direcionadas tanto para os sujeitos trabalhadores, quanto para os apoiadores e membros dos governos.

Com a articulação entre sujeitos e parceiros, seguiu-se uma ampla mobilização social referente à economia solidária, buscando a criação de políticas que possibilitassem a organização e a sustentabilidade dos EES, considerando o Estado enquanto cerne das possibilidades de desenvolvimento de seus princípios e ações, conforme estratégia de disseminação social.

Durante o I Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS), no ano de 2001, algumas atividades, como a oficina ‘Economia Popular Solidária e Autogestão: novas formas de geração de trabalho e renda’, com duração de dois dias e a presença de mais de 1500 pessoas, foram importantes para a emergência de uma articulação nacional entre diversos agentes em prol da solidificação de propostas relacionadas à economia solidária, até então apresentadas como fragmentadas (Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária/Fórum Social Mundial [GT Brasileiro de ES/FSM], [2002], p. 11).

Ela foi constituída em tempo exíguo, como todo o I FSM, ainda assim permitindo a articulação e apresentação de experiências e agentes de economia solidária do Brasil e da França como: Cooperminas (SC) [Cooperativa de Extração de Carvão Mineral dos Trabalhadores de Criciúma] – experiência de empresa autogestionária de sucesso -, Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão (Anteag), Agência de Desenvolvimento Solidário [da Central Única dos Trabalhadores] (ADS/CUT), Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas, Universidade de São Paulo (USP), Cáritas Diocesana, Prefeitura Municipal de Belém, governo do estado do Rio Grande do Sul (Secretaria de Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais – Sedai)

e Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho da França.

Outra atividade importante ocorrida no I FSM, foi o lançamento de uma rede global de economia solidária para articulações internacionais, o que, juntamente com a oficina, propiciou uma identificação da economia solidária com o FSM, pela perspectiva de ambos de que “outro mundo é possível”. O GT articulado envolveu, além da Anteag, da ADS/CUT, da Cáritas, da Rede de ITCs e do Governo Estadual de Porto Alegre, também o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), A Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase), o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (GT Brasileiro de ES/FSM, [2002]), a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES), a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), a Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária e a Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (Abicred) (Rodrigues & Ramalho, 2007). Nota-se nesse momento que, apesar da participação de trabalhadores nas atividades, a maioria das instituições se remete aos apoiadores ou gestores.

Em 2002, durante o II FSM e com a participação de mais de 2000 pessoas, foi promovida a ‘Conferência Nacional de Economia Solidária’ e o ‘Seminário Internacional de Economia Popular Solidária: alternativa concreta de radicalização da democracia’. Ambos os eventos contaram com palestrantes e participantes de diversos países (GT Brasileiro de ES/FSM, [2002]). Ainda em 2002, ocorreu a I Plenária Brasileira de Economia Solidária (PBES), a qual, organizada em cinco eixos principais (1. finanças solidárias; 2. marco legal; 3. redes de produção, comercialização, consumo; 4. democratização do conhecimento e da tecnologia; e 5. organização social da economia solidária), teve como objetivos (GT Brasileiro de ES/FSM, [2002], p. 35):

1. Socializar ações de articulação e mobilização do GT Brasileiro de Economia Solidária para o III FSM.
2. Definir os “gargalos” que um conjunto de iniciativas da economia solidária vem enfrentando no Brasil, suas expectativas e/ou propostas perante o novo governo.
3. Construir agenda de interesse comum para esse conjunto do movimento de economia solidária.
4. Criar mecanismos para desenvolvimento de políticas conjuntas e estabelecimento de interlocução interna.

A partir das diretrizes oriundas das discussões da I PBES, durante o III FSM, em 2003,

ocorreram atividades variadas relacionadas à economia solidária, fortalecendo as articulações nacionais e internacionais entre apoiadores, gestores e trabalhadores e culminando na ideia de um Fórum Brasileiro de Economia solidária (FBES) (GT Brasileiro de ES/FSM, [2002]).

Antes mesmo da realização do III FSM, em 2003 foi instituída pelo Governo Federal a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes)<sup>33</sup>, no âmbito do antigo MTE, pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, que “Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego, e dá outras providências”, visando promover a geração de trabalho e renda com inclusão social através de políticas integradas. A criação da Senaes foi fruto do esforço político conjunto de uma série de organizações que atuam na economia solidária, sendo reivindicada em carta enviada ao ex-Presidente Lula pelo GT Brasileiro de ES/FSM em 2002. Diversos espaços de controle social (fóruns, plenárias e conferências) para discutir economia solidária foram organizados pela Senaes, marcando seu papel político e estratégico (Singer, 2002a).

Ainda em 2003, foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), um “[...] órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego, de natureza consultiva e propositiva, que tem por finalidade realizar a interlocução e buscar consensos em torno de políticas e ações de fortalecimento da economia solidária” (Decreto nº 5.811, de 21 de junho de 2006, Art. 1º). Ele foi criado pelo inciso XIII do art. 30 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que “Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências”, a qual foi revogada primeiramente pela Medida Provisória nº 782, de 2017 que “Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios” e depois pela Lei nº 13.502, de 2017, que “Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016; e revoga a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e a Medida Provisória nº 768, de 2 de fevereiro de 2017”. O CNES consta como constituinte do MTE pelo inciso III do Art. 56 dessa lei. Apesar da revogação e substituição da lei que o criou, o Decreto nº 5.811, de 21 de

---

<sup>33</sup> Apesar de constar em sites governamentais oficiais que a Senaes foi criada através da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no texto da referida lei não é encontrada menção à Senaes, mas apenas o indicativo, no item XXI do Art. 29, da criação, dentre outros órgãos, do CNES e de até mais três secretarias, de denominações e atribuições não definidas pela lei. Constam informações sobre a Senaes apenas no Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003.

junho de 2006 que o instituiu e estabeleceu sua natureza e disposições continua ativo.<sup>34</sup>

Durante a III PBES, realizada em 2003, o FBES foi criado de forma definitiva.

FBES saiu desta III Plenária com a incumbência de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas aprovadas naquela oportunidade. Além de se definir a composição e funcionamento do FBES, foi iniciado um processo de interlocução do FBES com a SENAES com o compromisso de promover um intercâmbio qualificado de interesses econômicos, sociais e políticos, numa perspectiva de superar práticas tradicionais de dependência, que tanto têm comprometido a autonomia necessária ao desenvolvimento das organizações sociais (FBES, 2005).

Ele se configura como um importante espaço de discussão e participação, além de instrumento do Movimento de Economia Solidária. É constituído por cerca de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, 3000 EES, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais, também da Rede de Gestores em Economia Solidária, e 200 municípios (FBES, n.d.).

O FBES reconhece que a economia solidária se fundamenta no ideal de uma globalização humanizadora e no desenvolvimento sustentável (econômico, ambiental e social conjuntamente), considerando nesse modelo de desenvolvimento, a importância do aspecto intergeracional na qualidade de vida da população (Singer, 2002a).

Durante a preparação da III PBES, foi prospectada a organização do Fórum Paulista de Economia Solidária (Fopes), bem como, em maio de 2003, realizada a I Plenária Estadual de Economia Solidária (PEES) do estado de São Paulo; entre julho e agosto, a II PEES; e em novembro, a III PEES, durante a qual o Fopes foi criado oficialmente (FBES, n.d.).

Iniciou-se em 2004 o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (PESD), buscando atender demandas de EES e propiciando acesso a infraestrutura, assessorias, formações, organização da produção e fornecimento de bens e serviços. Considerando os Planos Plurianuais (PPA) de 2004-2007 e 2008-2011, entre os anos de 2003 e 2009, observou-se, um aumento dos recursos totais destinados à Senaes (de R\$89.157.502,00, dos quais 81,03% foram executados, a R\$186.801.262,00, dos quais apenas 66,2% dos recursos foram executados). No primeiro PPA, que tinha 11 ações previstas, aquela com maior dotação orçamentária (66,5%), ainda que não tenha executado nem 50% dela, foi a 4737 – Fomento à Geração de Trabalho e

---

<sup>34</sup> Apesar do Decreto ainda estar ativo, o seu texto não foi atualizado com a nova denominação da Senaes, que conforme será visto, apesar de continuar abreviada como Senaes, com as revogações das leis, passou a Subsecretaria de Economia Solidária.

Renda em Atividades de Economia Solidária, que também abarcava apoio às ITCPs e à criação de Centros Públicos de Economia Solidária. Já a segunda (12,1%), executando quase 100% do orçamento, 8275 – Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão. No segundo PPA, tendo 13 ações previstas, a ação com maior investimento (30%) foi a 8078 – Agentes de Desenvolvimento Solidário (Ipea, 2011; 2017).

O que se entende da discussão deste tópico é que os instrumentos orçamentários da Senaes, além de representarem um volume de recursos muito baixo para a efetivação de um programa nacional de cunho transversal, como almejava ser o PESD, comungam da mesma fragilidade de outras políticas sociais. Seus recursos destinados originariamente pela LOA [Lei Orçamentária Anual] são reduzidos por meio de cortes ou contingenciamentos ao longo do ano, de acordo o planejamento econômico e fiscal do governo federal. Com isso, a possibilidade de descontinuidade das ações é grande, deixando a política em um estado de instabilidade [...] Esse desprestígio da economia solidária na esfera do governo federal também foi diagnosticado por Novaes (2008)<sup>35</sup>, o que o levou a argumentar que a Senaes seria uma espécie de pedra proto-socialista em um colar pró-capital (Ipea, 2011, p. 27).

Sobre esta relação entre Estado e políticas, Leite (2007) discorre que o desenvolvimento da economia solidária dependeria da superação do *Welfare State* como único meio para alcançar uma sociedade solidária e coletiva, o qual deveria ser substituído por um modelo que os sujeitos e coletividades sociais sejam considerados com a mesma importância em termos de participação na proposição e regulação de políticas. O Estado, nesse novo modelo, deveria agir, destacando a continuidade de sua importância, a partir das bases das novas relações sociais estabelecidas, configurando uma economia plural que rearticulava de outro modo os princípios de mercado, reciprocidade e redistribuição, não colocando economia e mercado enquanto sinônimos, mas abarcando a “economia de mercado em si”, a “economia não de mercado”, relacionada à tutela do Estado, e a “economia não monetária”, vinculada à reciprocidade e ambiente doméstico (Laville, 1998). O autor associa a economia à distribuição de bens e serviços.

Apesar dos avanços políticos e sociais conquistados pelo Movimento de Economia Solidária, ele ainda tem como grande desafio a regulamentação de políticas públicas de economia solidária de Estado, para que elas sejam efetivas e haja garantias para a estabilidade

---

<sup>35</sup> NOVAES, H. (2008). Uma pedra proto-socialista num colar pró-capital financeiro: notas sobre a política pública de economia solidária no governo Lula. In: VI Encontro Internacional de Economia Solidária, *Anais*. São Paulo, SP.

dos EES e de projetos econômico-solidários. Isso, pois enquanto políticas de Estado, elas deixariam de possuir caráter transitório de políticas de governo, já que seriam absorvidas pela estrutura do Estado (Schiochet, 2009). Ou seja, assinala-se uma grande dependência da economia solidária das ações estatais.

As políticas públicas podem ser entendidas:

[...] tanto como uma área de conhecimento, como o próprio objeto dessas políticas. Enquanto área do conhecimento, correspondem a um conjunto de estudos e análises sobre questões e temas relativos ao Estado, seu papel e suas instituições (pensamento europeu), ou enfatizam, mais especificamente, a própria “ação ou produção dos governos” (reflexão teórica estadunidense) (Souza, 2006)<sup>36</sup>. Tais reflexões oferecem modelos, tipologias e conceitos para se compreender a incorporação dessas ações do governo (ou Estado) e seus impactos sobre a sociedade [...] A política pública é a própria iniciativa do governo (ou do Estado) que se organiza em planos, programas e ações. É importante reconhecer que a “não-ação”, a negligência do Estado ou governo também integra esse conceito. No Estado moderno e seus governos democráticos, o âmbito da política pública é a cidadania, entendida como a relação entre Estado e sociedade civil mediada pelos direitos (Schiochet, 2009, p. 268).

Souza (2007, p. 75) constata que “[...] crenças, valores e ideias são importantes dimensões do processo de formulação de políticas públicas [...]”. A participação e a articulação populares possibilitariam a conquista de direitos sociais, o que é remetido diretamente ao exercício da cidadania. Nesse sentido, por meio da democracia, os esforços desempenhados por diversos setores sociais visando melhores condições de vida, levariam à elaboração de políticas públicas, que devem ser contínuas, planejadas, estruturadas e avaliadas (Ferreira, 2008).

Mildner (2012, p. 86), traz uma definição complementar, definindo políticas públicas como:

[...] um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreendem a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação.

As políticas públicas podem ser executadas pela elaboração de projetos, programas e criação de serviços, que devem seguir o conteúdo desenvolvido a partir das demandas sociais indicadas aos governos. A necessidade de que elas sejam regulamentadas enquanto políticas de

---

<sup>36</sup> Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura, *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, pp. 20-45.

Estado e não apenas como um programa de governo, decorre do fato de que a transitoriedade dos governos poderia colocar as ações desenvolvidas em risco. É nesse sentido que a não regulamentação de políticas públicas de economia solidária pode desestabilizar os EES que possuem parcerias com os governos municipais. Os resultados da organização popular e das mobilizações ocorridas no âmbito da economia solidária e que resultaram na conquista da Senaes, do CNES, dentre diversos programas e projetos de fomento, ilustram essa potencialidade e importância da participação popular na luta pela criação e efetivação de políticas públicas. Ao mesmo tempo, é importante destacar a participação de gestores, organizados em rede, no Movimento de Economia Solidária.

Existem ainda diversos projetos e programas, como o Programa de Fomento às Cooperativas de Trabalho (Pronacoop) e o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários, organizado em parceria entre Senaes, MTE, o Banco do Nordeste e o antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (atual Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, de acordo com a Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016), que foi expandido no território nacional em 2010, com o apoio a fundos rotativos solidários, dentre outros.

Durante a III Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes)<sup>37</sup>, realizada entre 26 e 29 de novembro de 2014 em Brasília, Distrito Federal (DF) (FBES, 2014; CNES, 2015), foram estabelecidos, pela sociedade civil e o poder público, marcos para a constituição de políticas públicas estaduais e mecanismos para a sua consolidação. Encontra-se no Eixo IV do Documento Final da III Conaes as seguintes diretrizes, para elaboração de um Plano Nacional de Economia Solidária, sintetizadas por Prosper Associados (2017)<sup>38</sup>, para atingir esse fim:

[...] construção, aprovação e implementação com orçamento dos planos estaduais de economia solidária; aprovação de leis estaduais de economia solidária; criação de conselho estadual, bem como de fundo estadual; e fortalecimento do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) que visa garantir o acesso às políticas para esta questão. Além disso, o ambiente institucional prevê o fortalecimento do tema nas assembleias legislativas (p. 3) [...] A diretriz do Plano Nacional de

---

<sup>37</sup> A I Conaes ocorreu entre 26 a 29 de junho de 2006 e a II conaes entre 16 e 18 de junho de 2010, em Brasília/DF.

<sup>38</sup> Esta referência diz respeito ao levantamento “Situação das Políticas Estaduais de Economia Solidária”, elaborado no âmbito do projeto “Fortalecendo a Política Pública de Economia Solidária: mobilização e participação social na construção do Plano Nacional de Economia Solidária” pelo convênio 795124/2013 entre a ONG Centro de Estudos e Assessoria (CEA), o MTE e a Senaes, e realizado pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Prosper Associados. No respectivo documento, encontra-se a informação de que a III Conaes ocorreu de 27 a 30 de novembro de 2015. Neste texto, foram utilizadas referências FBES (2014) e CNES (2015), que trazem outra informação, de que a III Conaes ocorreu de 26 a 29 de novembro de 2014.

Economia Solidária é a constituição de planos estaduais e sua respectiva aprovação com destinação de orçamento para apoio às iniciativas de economia solidária, bem como a consolidação de estratégias para o fortalecimento da produção, comercialização, consumo, finanças e serviços, além de investimento em segmentos como mulheres e jovens (p. 10).

Após a III Conaes, o Plano Nacional foi lançado pelo CNES em 2015, com diretrizes e metas para 2015 a 2019. “[...] Compreende-se que a consolidação do Plano Nacional estabelece contribuição fundamental para a criação de um ambiente institucional que fortaleça a economia solidária na sua trajetória de superação do patamar de política de governo, constituindo-a efetivamente como política de estado” (CNES, 2015, p. 5). A partir dos objetivos da Conferência e perspectivas do Plano Nacional, Prosper (2017, p. 2) analisa que “compreender a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento solidário pressupõe concebê-la com instrumentos e ferramentas instituídos como direitos perenes dos trabalhadores e trabalhadoras e dever de um Estado republicano e democrático”, visando garantir o avanço e a estabilização de iniciativas de economia solidária no país.

Em 2015, destaca-se ainda o registro da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Economia Solidária e da Economia Criativa (Fesec), pelo Requerimento 3251, de 24 de setembro de 2015, da qual participam em torno de 226 parlamentares, entre 205 deputados e 21 senadores. Esta frente atua junto ao Movimento de Economia Solidária no sentido de dialogar com diferentes atores e cobrar dentro do governo a efetivação de políticas (Cáritas, 2015a).

No Brasil, em torno de 70% dos estados (19 dos 27) possuem leis de economia solidária. Porém, seus conteúdos não condizem com a proposta do Projeto de Lei (PL) 4685/2012 para criação de uma Política Nacional de Economia Solidária, de um Sistema Nacional de Economia Solidária e de um Fundo Nacional de Economia Solidária, em tramitação no Senado desde meados de 2017. Assim, constata-se que elas terão que ser adequadas caso haja a aprovação da PL (FBES, 2017a). Ao mesmo tempo, apenas o estado de Minas Gerais (3,7%) possui um Plano Estadual de Economia Solidária em execução, ao passo que Alagoas, Paraíba e Rio de Janeiro (11,1%) possuem planos aprovados, mas que ainda não estão em execução, nove estados (33,3%), dentre os quais está o estado de São Paulo, possuem o texto de um plano ainda não aprovado, seis estados (22,2%) estão em fase de elaboração dos planos e oito estados (29,6%) não iniciaram a elaboração dos planos.

O texto do Plano de Economia Solidária do Estado de São Paulo foi fruto da III Conferência Estadual de Economia Solidária do Estado de São Paulo, realizada de 15 a 17 de

maio de 2014, no município de São Bernardo do Campo (Fopes, 2015).<sup>39</sup>

Além desse Plano ainda não aprovado, o estado de São Paulo conta com a Lei 14.651 de 15 de dezembro de 2011, que “Cria o Programa estadual de fomento à economia popular solidária no Estado de São Paulo - PEFES e dá outras providências”. Conforme ela ainda não se encontra regulamentada, no dia 20 de junho de 2018 foi realizada uma audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo para discutir essa regulamentação, com apresentação pelo Fopes de uma minuta de Decreto Regulador dessa lei (Fopes, 2018).

Em 31 de agosto de 2016, ocorreu um processo que resultou no *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff, quando o vice-presidente Michel Temer assumiu a posição de Presidente do Brasil. Desse momento em diante a Senaes sofreu diversos retrocessos frente aos mais de quatorze anos de avanços políticos na temática, conforme analisa o FBES (2016), que se iniciaram com a saída de Paul Singer<sup>40</sup> da posição de Secretário da Senaes e a indicação de um Secretário que não representava o Movimento de Economia Solidária. Ocorreu também o estrangulamento de verbas decorrente do descumprimento de acordos do Governo Federal com a sociedade civil constantes no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019<sup>41</sup> (FBES, 2017a), resultante do rebaixamento da Senaes e da descontinuidade de diversos projetos. Apesar dela ainda ser referenciada como Senaes, ela passou a Subsecretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social, conforme o Art. 22 do Decreto nº 8.894, de 3 de novembro de 2016, que “Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE”.

Diante desse cenário, o FBES luta através de uma mobilização permanente pela

---

<sup>39</sup> Dentre as dez metas estabelecidas para instâncias municipais e regionais, a meta 9 se refere aos catadores de materiais recicláveis: “Atuar para que os municípios que ainda não cumprem com a determinação legal da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305/2010) de contratar as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis alinhadas com os princípios e práticas da economia solidária para a prestação de serviços da coleta seletiva, com dispensa de licitação pública, garantindo-lhes a inclusão sócio produtiva e a construção da autonomia econômica, o façam o mais urgente possível” (Fopes, 2015, p. 11).

<sup>40</sup> Paul Israel Singer faleceu em 16 de abril de 2018, no município de São Paulo-SP (FBES, 2018).

<sup>41</sup> Em 2015, houve a organização e mobilização da sociedade civil para que neste PPA fosse garantida a inserção da economia solidária, considerando-se a importância desse instrumento que “[...] reforça a opção por um modelo de desenvolvimento com inclusão social e redução das desigualdades, com foco na qualidade dos serviços públicos e no equilíbrio da economia” (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2016). Utilizou-se como referência as diretrizes do Plano Nacional de Economia Solidária.

efetivação da Política Nacional de Economia Solidária, visando garantir que os sujeitos desse movimento não tenham nenhum direito a menos dos que já foram conquistados. Dentre algumas ações, estão a realização da I Assembleia Nacional do Movimento de Economia Popular Solidária, ocorrida em Santa Maria/RS, no dia 9 de julho de 2016, durante a 23ª Feira Internacional do Cooperativismo (Feicoop) e 12ª Feira Latino-Americana de Economia Solidária (FBES, 2016; Cáritas, 2016) e a elaboração e divulgação de um Manifesto do Movimento de Economia Solidária (FBES, 2017b).

[...] o movimento social é fundamental na consolidação de uma política de caráter democrático e amplia a cidadania da população [...] Esta consolida-se a partir de articulações em diversos campos institucionais e do acúmulo de forças em diversos campos de luta, como o Poder Legislativo, o Executivo e os movimentos sociais, sendo que estes exercem a função fundamental de pressionar os diversos segmentos e dar legitimidade às demandas” (Praxedes, 2009, p. 39).

Nos Apêndices 4 e 5 (Figuras 35 e 36), encontram-se sintetizadas informações sobre as leis, projetos de leis, decretos e planos nacionais e paulistas mencionados no texto, bem como sobre os eventos nacionais e paulistas de economia solidária.

Ainda que se reconheça as premissas básicas da economia solidária, sua origem e inserção no contexto brasileiro e que ela tenha avançado em termos de estruturação e organização no Brasil pela luta de sujeitos e apoiadores desse Movimento, a concepção sobre o que seja a economia solidária é algo em disputa e não totalmente definida, não sendo possível indicar a existência de uma única teoria ou modelo sobre ela. Os próprios resultados da I PBES indicaram a necessidade de discussão no III FSM acerca “[...] das diferentes forças que compõem a economia solidária [...]” (GT Brasileiro de ES/FSM, [2002]). Algumas perspectivas teóricas serão abordadas no próximo tópico.

### *1.2.2 Perspectivas teóricas sobre a economia solidária*

O desenvolvimento do termo ‘economia solidária’ é recente, ao mesmo tempo que as interpretações sobre o seu surgimento possuem diferentes vieses (Pinheiro, 2013). Cruz (2006, p. 6) apresenta a perspectiva de que isso ocorre por ela ser “[...] uma expressão conceitual em disputa” e polêmica, passível de diversos sentidos em sua crítica e/ou defesa.

Em termos de primeira utilização, França Filho (2002) indica que ela ocorreu por Jean Louis Laville e Bernard Ème, em 1992, na França, enquanto buscavam compreender diversas

iniciativas locais europeias de diferentes práticas socioeconômicas. Juntamente com Alain Caille, eles publicaram em 1993, no âmbito acadêmico, um dossiê sobre a economia solidária, bem como em 1994, Laville organizou um livro sobre a temática<sup>42</sup> (França Filho, 2002).

Porém, Lechat (2002a) apresenta que Razeto, autor chileno, utilizou o termo ‘economia da solidariedade’ em 1980, ao passo que Laville também indicou em seus trabalhos que a economia solidária haveria surgido na década de 1980, coincidindo com o contexto latino-americano (Soares & Gomes de Sá, 2004). Coraggio (2002) concorda com a inadequação de instituir a utilização do termo ao contexto Francês, já que ele teria sido utilizado na América Latina anteriormente, enquanto na Europa predominava a economia social<sup>43</sup>.

Sobre a discussão acerca do pioneirismo do uso do termo ‘economia solidária’, Razeto (2010) afirma que antes dele utilizá-lo no âmbito acadêmico, o termo já circulava no contexto popular, atribuindo sua origem às discussões que ocorriam em um fórum de trabalhadores sobre alternativas socioeconômicas, do qual ele participava. Esta indicação é importante no sentido de que sua gênese parece ter ocorrido em meio aos trabalhadores.

Razeto, destacando-se como pioneiro em utilizar esse termo no âmbito acadêmico, também aparece como responsável pela primeira aparição dele no Brasil em 1993, ainda que a economia solidária tenha sido incorporada nos discursos em uma mesa redonda do 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia, ocorrido no Rio de Janeiro em 1995 (Lechat, 2002a). Em 1996, Paul Singer a teria utilizado em uma matéria escrita para o Jornal Folha de São Paulo de título “Economia Solidária contra o desemprego” (Pinheiro, 2013).

Teixeira (2007), sobre essa disputa, conclui que o termo economia solidária foi cunhado em ambiente não acadêmico (por trabalhadores militantes), e incorporada ao meio acadêmico por Razeto e que, independentemente de sua origem, as teorizações acadêmicas sobre esse conceito, de acordo com Lechat (2002b), intensificaram o conhecimento sobre sua existência e os debates acerca de suas perspectivas, potencialidades e limitações.

---

<sup>42</sup> Laville, J. L. (1994). *L'économie solidaire - une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer.

<sup>43</sup> A economia social é mais debatida em países Europeus, como França e Espanha, existindo pelo século XX relacionada às organizações cooperativas de produção participantes do mercado, ainda que possuíssem um papel econômico secundário. Nos anos 1970, destacou-se a recuperação de empresas em processo falimentar em organizações cooperativas como modo de atenuar o desemprego resultante das reestruturações produtivas, principalmente na Itália e na Espanha. Já a economia solidária, partindo do contexto francês, permeava as discussões sobre relações de proximidade e não mercantis, encontradas em parte do processo produtivo, baseadas em variadas ações coletivas de cunho democrático (Laville, 1994).

Uma das atribuições sobre a origem do ideal de uma economia solidária, ainda que não utilizada com essa denominação, recai sobre o movimento cooperativista de Rochdale, que ocorreu no século XIX, na Inglaterra, bem como, nesse mesmo século, às Associações de Ajuda Mútua na França (Lechat, 2002a). A variedade de denominações decorreria dos diferentes contextos, compostos por diversas realidades e nos quais iniciativas de superação das dificuldades impostas ao mundo do trabalho eclodiram.

Em meio a essa disputa sobre a origem do conceito, originaram-se também diversas perspectivas teóricas sobre o que seja a economia solidária, bem como críticas sobre elas.

Na literatura, diversos trabalhos, dentre os quais estão os de Vieira (2005), Teixeira (2007) e Pinheiro (2013), ocuparam-se em estudar as perspectivas teóricas existentes sobre a economia solidária, na tentativa de sistematizar um conceito. Todos coincidiram em afirmar que não existe concordância absoluta sobre o que ela seja, apesar de existirem perspectivas que podem ser complementares, o que é compreensível devido às influências de variados contextos e ideologias em seu processo de desenvolvimento. Observam-se conformidades sobre sua origem e influências, porém sua natureza e potencialidades ainda geram discussões, às quais os autores indicam necessitar de pesquisas empíricas para serem desenvolvidas.

Gaiger (2000) indica que em cada conceitualização, os autores imbricam seus desejos e ideologias sobre como uma economia e uma sociedade deveriam ser construídas. Esses conceitos estariam em construção, relacionados à subjetividade dos autores que elaboram idealizações sobre o que ela seja, pela necessidade de compreender os seus sentidos.

Partindo dos resultados desses três trabalhos e com algumas considerações e desenvolvimentos próprios, foi organizada a Figura 3, com alguns autores abordados nos trabalhos mencionados e que foram considerados para análise nessa sessão.

Esta estrutura inicial foi apenas norteadora de minhas pesquisas e leituras, porém as perspectivas de outros autores também foram incorporadas para tecer reflexões.

Para Vieira (2005), essas teorias não necessariamente se contradizem, mas consideram e desenvolvem aspectos diferentes sobre um mesmo objeto. Teixeira (2007) pondera que os autores partem de correntes teóricas distintas para fazer suas interpretações, conseqüentemente diferenciadas, assim como são os variados conceitos e denominações atribuídos à economia solidária. Pinheiro (2013), por sua vez, menciona que os autores das obras que analisou são os que mais apresentavam citações em trabalhos acadêmicos e, dessa forma, de influência considerável nas construções e considerações acerca da economia solidária.

<b>TRABALHOS TEÓRICOS</b>	<b>VIEIRA (2005)</b>	<b>TEIXEIRA (2007)</b>	<b>PINHEIRO (2013)</b>
Paul Singer	X	X	X
Marcos Arruda	X	X	X
José Luis Coraggio	X	X	X
Luiz Inácio Gaiger	X	X	X
Euclides Mance	X	-	X
Genauto Carvalho de França Filho	-	X	X
Jean-Louis Laville	-	X	X
Lia Tiriba	-	X	X
Antonio David Cattani	-	X	-
Luiz Razeto Migliaro	-	-	X
José Ricardo Tauile	-	-	X
Renato Dagnino	-	-	X
Bernard Éme	-	-	X

**Figura 3.** Perspectivas Teóricas da economia solidária por trabalho de revisão.

Fonte: Elaborado pela autora. Baseado em Vieira (2005); Teixeira (2007); e Pinheiro (2013).

Vieira (2005) anuncia que Paul Singer enfatiza em suas publicações sobre economia solidária, aspectos relacionados à forma de produção, propondo-a como um meio de superação do sistema capitalista. Singer (2000; 2002a) sustenta em seus trabalhos que as contradições desse sistema levam à elaboração de outras formas de organização econômica, como a economia solidária, que emergem em meio a crises sociais periodicamente ocasionadas pela intensa competição dos capitais privados. Ela se constituiria não somente enquanto alternativa à criação e manutenção de postos de trabalho, mas também como possibilidade de superação do capitalismo, sendo essa organização de trabalhadores em EES um caminho para a livre escolha deles pelo socialismo (Singer, 2001).

Singer (2002a) também acredita ser papel do Estado o financiamento de EES, bem como que elas devem se organizar em redes de consumo (Singer, 2002a). Ao mesmo tempo, a sociedade precisaria ser conscientizada sobre a compra de seus produtos e utilização de seus serviços, para que os EES tenham possibilidade de superar as organizações capitalistas. Autores de tendências marxistas tendem a criticar Singer pela proposta de uma concorrência direta visando uma mudança socialista, já que para eles, essa proposta não modificaria os valores mercadológicos hegemônicos (Teixeira, 2007). Nas palavras de Singer (2000, p. 13):

A Economia Solidária surge como modelo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo) (Singer, 2000, p.13).

Ao mesmo tempo, Singer (1998, p. 12), considerando que a prática da economia solidária ocorre por tentativas e erros, pondera:

Como estamos longe de ter no mundo formações sociais em que o modo de produção socialista seja hegemônico, a implantação de cooperativas e outras instituições de cunho socialista é um processo que poderá ou não desembocar numa revolução socialista. Trata-se, portanto, de uma revolução social em potencial, cuja culminação ou “vitória” é uma possibilidade futura.

Mance (1999), aproxima-se de Singer (2002a) ao defender a necessidade de organização de EES em redes solidárias<sup>44</sup> e desenvolver um consumo solidário para que a economia solidária possa se sustentar como uma nova forma de organização econômica. Novaes e Dagnino (2004), aproximando-se da perspectiva de Mance (1999), indicam que essas redes devem ocorrer localmente (contexto micro), em nível intermediário, considerando as trocas solidárias, e em nível global (macro), em busca da reflexão sobre uma nova forma de economia, baseada em pressupostos de responsabilidade e solidariedade. Porém, eles acreditam que isso possibilitaria à economia solidária conviver com o capitalismo, em uma ideia de transição, até que ele fosse superado e o governo fosse realizado por um Estado democratizado e participativo. Leite (2007) corrobora com essa perspectiva, ao defender um sistema no qual a população seja considerada como força essencial na condução das políticas e das decisões, e não somente o Estado. Para Mance (1999), a possibilidade de superar essa contradição de convivência de dois sistemas econômicos, ocorreria pela potencialidade das redes sustentarem uma comercialização paralela ao mercado capitalista, permitindo a superação e independência dessa estrutura de produção. Nas palavras de Mance (1999, pp.74-78):

O tema economia solidária abarca significados diferentes, a depender da prática enfocada, não havendo um consenso. Está vinculado a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, promoção e desenvolvimento humano. De certo modo, esses aspectos compõem uma certa unidade, um campo comum de significação, mas nem sempre todas essas características estão presentes, nas diversas práticas de economia solidária [...] Trata-se de uma rede mais complexa porque todos os tipos de fluxos possíveis - centralizados, descentralizados, distribuídos - se

---

<sup>44</sup> Existem diversas redes, a exemplo de: Fair Trade; Comércio Justo; Consumidores Conscientes da Itália; Rede Brasileira de Economia Solidária – fundada em Mendes, em 2000, no Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária e que integra organizações de economia solidária de todo o país; e a Rede Global de Socioeconomia Solidária – lançada no Fórum Social Mundial, integrando organizações de vários países que estão no processo de construção de redes; por enquanto, ela ainda é uma rede de fluxo de informações, mas está avançando com algumas práticas de comércio justo (Mance, 1999, pp. 78-79).

superpõem simultaneamente. A informação corre de um lugar para outro, agencia decisões regionais, articula conexões locais, e as conexões locais redefinem decisões regionais [...] Uma rede econômica, portanto, integra grupos de consumidores, comércio, produção, serviço. Se os consumidores dão preferência aos produtos da economia solidária, os empreendimentos vendem toda a sua produção, e com isso geram excedentes que são reinvestidos de maneira solidária. Com esse reinvestimento é possível gerar outras cooperativas, ou empresas sociais que vão produzir o que na rede ainda não se produz. Desse modo a rede vai crescendo em sua diversidade de produtos e serviços, também se fortalecendo e gerando postos de trabalho e se expandindo [...] As redes de economia solidária podem ser vistas como uma estratégia para integrar grupos de consumo, cooperativas, sindicatos, movimentos populares, grupos de produção, e outros, de maneira tal que todos possam se fortalecer e avançar juntos, construindo uma nova sociedade.

Mance (1999), nesse sentido, defende uma sistematização econômica das organizações, a divulgação de seus produtos e serviços, além de uma atenção do consumidor à qualidade dos produtos, não sugerindo suas compras por caridade, mas sim como um modo consciente de consumir. Destaca também a necessidade de capacitação técnica do produtor, além de formações em autogestão que abarquem questões políticas e culturais. As redes seriam o caminho para propagar novos valores e conseqüentes novas relações humanas transformadoras.

Dagnino (2014, p.36), defende que para que os EES que constituem as redes se estabeleçam, é necessária a “[...] elaboração de uma base cognitiva (inclusive tecnológica)”. Ele vai ao encontro de Paul Singer, ao afirmar a necessidade de elaboração de políticas públicas, destacando que elas, enquanto “Estratégia”, devem ser inovadoras, de modo a combinar produção e emancipação ao desenvolvimento econômico e aos ideais de justiça social, destacando a necessidade das organizações “empreenderem”.

[...] A Estratégia deverá aliar e integrar o que se denomina os três momentos – distributivo, formativo e empreendedor – responsáveis pela consecução daqueles objetivos e ideais [...] O momento distributivo provocará a imediata redução da pobreza, o aumento do nível de atividade econômica e da ocupação e assentará as bases necessárias para viabilizar os outros dois momentos. Dificilmente a alavancagem necessária para a realização destes poderia ser obtida de outra maneira; sobretudo nas condições atuais. Os outros dois momentos do ciclo são mais complexos e potencialmente problemáticos. O segundo momento (formativo), em que o beneficiário do primeiro (distributivo) passa a ser agente de um processo que o capacite para empreender de forma solidária atividades autogestionárias que permitam a si e a outros cidadãos uma existência digna e uma crescente independência do circuito econômico formal. A respeito desse terceiro momento (empreendedor) em que ele começa a materializar no seu entorno e para os seus aqueles ideais de justiça social e desenvolvimento econômico, há muito a ser feito. A esta altura, como de costume em

processos incipientes, sabe-se mais a respeito dos “nãos” do que dos “sins”. Isto é, sabe-se que a insistência acerca dessa independização do circuito econômico formal não significa que se esteja a favor de condenar o trabalhador à insegurança que a informalidade implica. Nem que se esteja aceitando o que entre nós não tem como deixar de soar, como um eufemismo de mau gosto, a ideia do informal cibernético dos países avançados como modelo para o mercado de trabalho dos países periféricos. Entre tantos outros “nãos” está também a refutação do conceito de “empreendedorismo” com tudo aquilo que ele traz consigo. E, neste caso, pelo lado afirmativo, a proposição do “solidário” como um valor e um comportamento a ser materializado. Mas como é também usual dada a incipiência do processo, a construção de cada uma de suas partes não é independente do avanço que se é capaz de obter nas demais. Assim, a indefinição acerca do momento empreendedor pode se tornar num gargalo paralisante, uma vez que dele depende a caracterização dos outros dois (Dagnino, 2014, pp. 37-38).

Uma estratégia para o avanço da economia solidária no âmbito tecnológico, seriam as Adequações Sociotécnicas (AST), “[...] concebido como um processo que busca promover uma adequação do conhecimento científico e tecnológico, esteja ele já incorporado em equipamentos, insumos e formas de organização da produção, ou ainda sob a forma intangível e mesmo tácita, não apenas aos requisitos e finalidades de caráter técnico, como até agora tem sido o usual, mas ao conjunto de aspectos de natureza socioeconômica e ambiental que constituem a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade” (Dagnino, 2014, pp. 39-40)<sup>45</sup>.

França Filho e Cunha (2009) também abordam a perspectiva de organização de redes locais, mas em parcerias com outros atores, como empresas privadas e públicas, organizações diversas e outras comunidades, visando a geração de renda e a articulação política. Sendo a atividade econômica “um meio para a realização de outros objetivos, sejam eles de natureza social, política ou cultural” (França Filho & Laville, 2004, p. 16), a economia solidária seria muito mais do que a tentativa de articular economias mercantis, não mercantis e não monetárias.

Já Arruda (2002), remete suas reflexões à elaboração de críticas ao sistema capitalista, enfatizando a existência de uma crise civilizatória e avaliando que o desenvolvimento humano tem ocorrido com base na opressão e na exploração. Nesse sentido, Vieira (2005) analisa que Arruda defende a busca de novas formas de organização social, que não sejam pautadas em princípios de hierarquia e superioridade e considera que a economia solidária é um meio para isso. Corroborando com Singer (2000), para Arruda (2003) a economia solidária é uma proposta ideológica oposta ao sistema capitalista, que deve cunhar valores de solidariedade e

---

<sup>45</sup> Sobre essa temática, sugiro também a leitura de Gutierrez & Zanin (2013).

reciprocidade em todos os âmbitos da vida.

É nesse processo que ganha enorme importância a práxis de um cooperativismo autônomo, autogestionário e solidário, que inova no espaço da empresa-comunidade humana e também na relação de troca entre os diversos agentes [...] o associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projetos estratégicos, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação da socioeconomia na nova era que se anuncia (Arruda, 2002, p. 4).

Arruda (2003), ao deslocar a imposição da relação economia-trabalho para uma economia que abarque as relações humanas, explica que o termo capital, vem do latim *capi, capus, capiti*, que significa “cabeça humana”, subvertendo as relações humanas em relações de dominação direcionadas pelo mercado.

O conceito de desenvolvimento para o autor, atualmente reduzido à dimensão tecnológica e material que dela devém, pela ideologia do capital que vislumbra a produção e a acumulação de riquezas a partir da cópia de padrões de outros países, deve ser substituído por outra lógica, que abarque estratégias governamentais que definam bem os níveis local, nacional e global. Assim, defende que os recursos para investimento no desenvolvimento do país devem vir de fontes internas, considerando os saberes do povo local.

[...] há uma inversão da própria lógica. O desenvolvimento passa a ser um desafio de cada pessoa, de cada comunidade, de cada nação. E não um desafio a ser realizado por atores externos. E por que isso? Porque o referencial é o potencial que a pessoa, a comunidade e a nação carregam, possuem. Ninguém pode desenvolver ninguém; e também ninguém pode se desenvolver sozinho (eu estou tomando emprestado um axioma de Paulo Freire para falar de desenvolvimento) (Arruda, 2003, p. 24).

Arruda (2003) reflete que a economia hegemônica é absolutamente distante da concepção originária do grego *ecus nomia*, que significaria algo próximo a gestão da casa. Para ele, essa casa existiria em vários âmbitos, desde nosso corpo, até nossas casas, comunidades, organizações de trabalho, país, e o próprio planeta.

A unidade micro-econômica da reprodução do capital, no mundo do capital, é a empresa, mas a unidade micro-econômica da reprodução da vida é a unidade familiar, o lar, e a comunidade ou conjunto de lares. Esses dois conceitos são díspares; há uma contradição entre os dois, tanto que no mundo do capital existe um crescente mundo de exclusão. A economia popular que é a economia do povo – como ele consegue sobreviver – se dá muito mais no campo da mera reprodução da vida, mas não é aí que o ser humano esgota a sua aspiração. A aspiração de todo ser humano, mesmo o mais alienado, vai além de, simplesmente, sobreviver (Arruda, 2003, pp. 25-26).

Conforme nosso sistema educacional não abarca essa percepção, bem como atualmente vivenciamos um sistema econômico misto, o autor defende a proposição de uma nova educação para que a proposta da economia solidária se efetive. Como vivenciamos períodos de grande insatisfação com os resultados propiciados pelas políticas neoliberais, o autor acredita que existem condições propícias para o desencadeamento de uma luta cultural pela reflexão que poderia, inclusive, resultar na transformação subjetiva dos próprios capitalistas.

O papel do Estado, para Arruda (2003), seria contribuir para a emancipação do sujeito trabalhador, considerando a incorporação de tecnologias que possibilitem o desenvolvimento de seus potenciais humanos, a liberação de seu tempo para atividades além das laborais, e a sua participação como cerne do desenvolvimento. Nesse modelo, o Estado seria ao mesmo tempo um subsídio para os cidadãos, imbuídos de direitos e deveres, e guiado por eles, que não ficariam à deriva do Estado ou do mercado, modelos que o autor considera terem falhado.

Em relação a Coraggio e Gaiger, Vieira (2005) os considera autores defensores da singularidade do sujeito, acusando o sistema capitalista de homogeneizar suas condições simbólicas e defendendo uma mudança nas relações de poder de forma que sejam propiciadas condições para que as pessoas possam se manifestar enquanto sujeitos autônomos passíveis de transformar o seu contexto.

Coraggio (2002) acredita na economia solidária como um projeto político de outra economia, de potencial transformador, atrelado à necessidade de alterações ampliadas das relações sociais. Essas mudanças devem ser democráticas e apoiadas pelo Estado, perspectiva que corrobora com Singer (2002a) e Arruda (2003). Aproximando-se de Arruda (2003), que fala sobre a “gestão da casa”, Coraggio (2003) desenvolve sentidos sobre a economia relacionados à unidade doméstica.

Ele reflete que as consequências de um desenvolvimento econômico injusto desencadearam iniciativas individuais e coletivas com objetivos tanto específicos de superação das dificuldades materiais, quanto transcendentais, ainda que todas as alternativas sejam elaboradas no sentido de sobreviver à exclusão (Coraggio, 2003).

A partir dessas iniciativas, que já duram algumas décadas, configurou-se um amplo setor com diversas formas de sobreviver ao neoliberalismo e que nós chamamos: economia popular. Contudo, essa economia popular realmente existente é altamente fragmentada, muito heterogênea, muito diversa e nela competem os valores do mercado capitalista com aqueles de solidariedade (Coraggio, 2003, p. 38).

O autor, aproximando-se novamente de Arruda (2003), descreve a existência de uma

economia mista, organizada em economia pública e economia capitalista, que até certo ponto realizam intercâmbios entre si. Porém, para que um projeto solidariamente orgânico se desenvolva, é necessário que esse princípio permeie tanto as relações sociais, quando as econômicas, que deveriam, por sua vez, andar juntas. Coraggio (2003, p. 38) propõe o termo Economia do Trabalho, pela necessidade desse sistema “[...] estar centrado nas capacidades dos trabalhadores e na lógica da reprodução de suas vidas e não na lógica da reprodução do capital (economia empresarial capitalista), ou do poder político (economia pública)”, considerando a solidariedade como atravessando de modo amplo os trabalhadores de diversas ocupações existentes, sejam proletários ou intelectuais.

Essa mudança, por sua vez, aconteceria pela discussão, e não pela imposição, argumento ao qual podemos adicionar a perspectiva de Freire (1983) acerca da importância e das potencialidades da dialogicidade. Nela, os argumentos devem ser embasados em construções teóricas a partir de experiências reais, bem como projetos e programas que se demonstrem viáveis. Coraggio (2003) destaca as consequências negativas do capitalismo como base de argumentação, considerando que as alternativas solidárias e cooperativas seriam as únicas passíveis de melhorar a vida social, ainda que paulatinamente.

Nós estamos falando, justamente, de uma mudança dialética, ou seja, as novas práticas iam constituindo os atores e transformando as idéias no mesmo processo de decantação histórica. Não é primeiro ter as idéias e depois aplicá-las. Nós estamos falando da emergência/construção de um novo sujeito coletivo como resultado de novas práticas históricas, para enfrentar os sistemas de necessidades, os sistemas de representação social e política, o sistema simbólico de constituição de nossa sociedade (Coraggio, 2003, p. 52).

Gaiger (2003), por sua vez, mesmo abordando a economia solidária como um fenômeno potencializador de ideais emancipatórios que possui condições de produzir novas sociabilidades pela sua lógica solidária, não atribui à economia solidária um ideal de superação do sistema capitalista, mas de equilíbrio e regulação do mercado pela consideração dos interesses públicos.

[...] empreendimentos econômicos solidários combinam o espírito empresarial e o espírito solidário se diferenciam da racionalidade capitalista e da solidariedade comunitária (Gaiger, 1996, p. 114).

Considerando a importância da autonomia para essas organizações, Gaiger (1996) defende que, em termos de reciprocidade, os financiamentos a “fundo perdido” devem dar lugar

à obrigatoriedade de sua devolução, diferenciando projetos promissores (parte de proposta política) e projetos de sobrevivência imediata. Nesses casos, o primeiro seria aquele passível de constituir uma economia solidária, tendo a amenização da pobreza como condição primordial para a mobilização popular, já que a adesão de trabalhadores a desses projetos decorre da satisfação de seus interesses. Seria a partir dessa condição que se desenvolveria a possibilidade de apresentar aos trabalhadores outras possibilidades do modo de produção solidário (Associação Brasileira das Editoras Universitárias [ABEU], 2017).

O autor destaca a importância da dimensão empreendedora de iniciativas associativas para que elas possam cumprir suas metas também econômicas, além da produção de novas sociabilidades, de sua organização em redes e avanços políticos (Gaiger, 2008). Ele critica a relutância na utilização de termos como “empresa, eficiência e empreendedorismo” quando se aborda as iniciativas econômico-solidárias (Gaiger, 2008, p. 63).

Gaiger (2004) considera a possibilidade de haver mudanças na forma como os sujeitos se relacionam, mas sugere que a economia solidária tenha dificuldades em superar o sistema capitalista, já que é a essa cultura que os sujeitos têm o seu desenvolvimento intrínseco. Mesmo que a lógica interna dos empreendimentos seja diferente, e ainda que alguns atuem paralelamente ao mercado capitalista, com o controle solidário de seu processo produtivo<sup>46</sup>, principalmente pela articulação de redes, muitos atuam de modo dependente desse mercado. Isso seria um fator limitante da autonomia dos sujeitos cooperados, pois dessa forma eles não possuem liberdade para ditar o seu ritmo de trabalho, tendo que cumprir com as demandas externas, bem como correndo o risco iminente de se extinguir pela competição mercadológica.

França Filho (2002), corroborando com Arruda (2003) e Coraggio (2003), aborda a economia solidária como um fenômeno que pode contribuir para refletir e organizar um novo modo de gestão pública, além de um conceito que abrange experiências de organizações que

---

<sup>46</sup> Vide o exemplo da Cooperativa Central Justa Trama. “A **Justa Trama** é composta por trabalhadores(as) organizados(as) em empreendimentos da economia solidária. São mulheres e homens agricultores, fiadores, tecedores, costureiras, artesão e coletores e beneficiadores de sementes. É gente que acredita no comércio justo e solidário e em relações de produção sem exploração. A **Cooperativa Central Justa Trama** é uma cadeia produtiva, processo que inicia no plantio do algodão agroecológico e vai até comercialização de peças de confecção produzidas com este insumo” (Justa Trama, [2018], n.d.). Sobre a Justa Trama, características, desafios e potencialidades, recomendo a leitura dos trabalhos de Cris Fernández Andrada:

Andrada, C. F. (2013). *Trabalho e política no cotidiano da autogestão: o caso da rede Justa Trama*. Tese de Doutorado, de Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de: <https://goo.gl/8Dy7hb>.

Andrada, C. F. & Sato, L. (2014). Trabalho e política no cotidiano da autogestão: a rede Justatrama. *Psicologia & Sociedade*, 26(spe), 3-13. Recuperado de: <https://goo.gl/7GcVN1>.

abarcam novas formas de solidariedade, mesmo que inseridas na dinâmica capitalista atual. Ele destaca a existência de formas econômicas híbridas, baseadas na concepção de Economia Plural, enxergando a economia solidária não como um modo de romper com o capitalismo, mas como constituindo um sistema capaz de englobar atividades mercantis, não mercantis e não monetárias, priorizando uma ação coletiva que não seja serviente às atividades mercantis. Perspectiva similar se encontra no trabalho de França Filho e Laville (2004).

Leite (2007), a partir desse conceito de uma Economia Plural, destaca a existência, enquanto parte do movimento de economia solidária, de uma Economia de Comunhão, a qual se vincularia à práxis social, mais do que às teorias exógenas que abarcam explicações sobre a economia solidária.

Desta forma, a solidariedade e a cooperação começam a serem pensadas a partir da possibilidade de serem politicamente articuladas como fatores estratégicos necessários para se enfrentar os desafios da reestruturação capitalista da sociedade. Isto porque os momentos de crise e de reestruturação podem ser entendidos como aqueles que abrem as portas para uma redefinição dos limites e das possibilidades de mudanças no modo de produção e reprodução da vida social (Leite, 2007, p. 109) [...] Percebe-se, assim, que as contribuições para a formação da Economia Solidária foram variadas tendo, porém como denominador comum, para além das diferenças, o agrupamento voluntário que possui sua origem na referência a um vínculo social que se mantém pela realização de uma atividade econômica, do qual a participação entra, portanto, no princípio do comportamento econômico que é a reciprocidade, regulador dos relacionamentos entre as pessoas associadas. Um segundo elemento em comum, é que, enquanto se baseia na igualdade entre os membros, a ação comum é o vetor de um acesso ao espaço público que dá aos seus membros a capacidade de fazer, sentir e agir em vista de uma mudança institucional (Leite, 2007, p. 119).

Laville (2003, pp. 16-17), também defendendo a existência de uma economia plural, em prol de consideração de economias além da mercadológica, analisa como necessário “[...] romper com a ideia segundo a qual só existe uma forma de empresa: a sociedade de capitais. Não há um único princípio de mercado; não há um único de tipo de empresa; não há uma única motivação humana baseada no material e no lucro [...] Existem outras motivações que podem ser incluídas, como a solidariedade que pode representar um fator organizador da produção”. Ele justifica esse foco mercadológico a partir do pressuposto de Adam Smith, que considera que a realização de interesses privados e o bem público podem coexistir, assegurando um equilíbrio social, promessa essa que a história denuncia como não cumprida e que, por outro lado, aumentou a desigualdade e a pobreza. As colocações do autor vão ao encontro de Leite

(2007), ao falar sobre a solidariedade mecânica imposta pelo Estado na tentativa de regular as desigualdades resultantes da economia capitalista e de mercado.

Todas as experiências realizadas evidenciam que, hoje, a solidariedade deve reencontrar a dimensão do elo social voluntário e espontâneo entre cidadãos livres e iguais, mas que também seja assegurado um complemento pela redistribuição. Contudo, é necessário reconhecer, hoje, que nós estamos no cruzamento de caminhos. Na Europa, ao mesmo tempo em que há um número de iniciativas cada vez mais importantes, também existe uma fragilidade nessas iniciativas. Além disso, o reconhecimento dos poderes públicos continua difícil de ser conquistado, apesar de ter sido criada, na França, há dois anos, a Secretaria da Economia Solidária (Laville, 2003, p. 17).

Cattani (2003) também indica que a economia solidária é plural, mas no sentido de que se encontram relacionados ao seu conceito diversos verbetes que caracterizam iniciativas de oposição à economia capitalista, tais como Economia de Dádiva, Popular, de Trabalho, Desenvolvimento Local, Associativismo, Socialismo Autogestionário, dentre outros.

Para ele, o desafio dessa “outra economia”, é a reafirmação da importância fundamental do trabalho para sujeitos e sociedade. Ela não objetivaria retornar à era pré-capitalista enquanto alternativa para os pobres e excluídos, mas sim avançar em todas as dimensões, entre os diversos segmentos sociais, ocupando-se em restabelecer a criatividade humana, propiciar boas condições de vida a todos, estabelecer relações democráticas, no âmbito do trabalho, e reforçar as lutas sociais em prol de um controle realmente social, no âmbito político.

Tiriba (2008) e Tauile (2002), atribuem à economia solidária a noção de movimento social em embate com as consequências da reestruturação produtiva global geradora de desequilíbrio econômico.

Para Tiriba (2008), a economia solidária seria um Movimento no qual diversos grupos sociais convivem, mesmo com diferentes concepções sobre o que gostariam enquanto organização da sociedade. As demandas apresentadas devem se voltar ao Estado, que por sua vez assumiria o papel de financiar e criar políticas públicas para a economia solidária, a partir da mediação de diversos atores que apoiam EES. Enquanto uma nova forma de organização do trabalho, faz-se necessário não observar somente a quantidade de tempo trabalhada, já que considera que muitas vezes são necessários sacrifícios em prol de um objetivo, mas sim o quando e como trabalhar, considerando a autonomia dos sujeitos em ditar seu ritmo, conforme a responsabilidade assumida (Tiriba, 2000).

Conforme a autora defende que mais do que um nome atribuído a uma organização, o que importa de fato são seus resultados, relacionados à produção, organização social e relações

entre sujeitos, destaca-se em seu trabalho também a importância dos processos educativos como possuindo potencial emancipatório.

Tauile (2009a) corrobora com Paul Singer e Marcos Arruda sobre a potencialidade da economia solidária superar a economia capitalista, atrelando essa possibilidade aos interesses dos trabalhadores e à criação de políticas públicas passíveis de “[...] criar a cultura de sustentação efetiva da rede solidária do tempo [...] [preenchendo] substancialmente as carências sociais com mecanismos democráticos de acumulação” (Tauile, 2009a, p. 298). Para isso, destaca a necessidade de um propor-fazer, vislumbrando em experiências de organizações autogestionárias e de economia solidária, um modo eficaz de enfrentamento da exclusão econômica e social. Ainda que para o autor seja importante a consideração da lógica mercadológica pela coexistência de ambas, ele considera a economia solidária como única alternativa sustentável para o desenvolvimento econômico a longo prazo.

Tauile (2009c, p. 313) define a economia solidária como “[...] conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna, e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade”, caracterizando-a como possuidora de uma dinâmica de reciprocidade de articulação entre interesses coletivos e pessoais.

Ele analisa o caso dos catadores de materiais recicláveis para ilustrar o quanto os benefícios sociais resultantes dos EES de catadores não podem ser remunerados a partir da lógica mercadológica, pautada em um conceito tradicional de eficiência. Defende, inclusive, a elaboração de outros indicadores para isso.

O caso é que, além do plástico, do papel, do vidro e dos metais, esses galpões produzem emprego, renda, qualidade de vida, diminuição do volume de lixo em aterros sanitários, redução no desmatamento, menos lixo nos arroios, reaproveitamento de recursos que demorariam séculos para serem biodegradados etc (Tauile, 2009c, p. 323).

Razeto (2010), por sua vez, acredita que a economia solidária já acontece como uma realidade cotidiana transformadora que não depende de concepções teóricas, ainda que a participação de pesquisadores em busca de compreendê-la e de propor alternativas. Ele a define como um projeto embasado na solidariedade que busca uma transformação social, aproximando-se da ideia de necessidade de transformação de valores de Coraggio (2002).

As experiências concretas de solidarismo econômico teriam a faculdade de arrancar os

trabalhadores de um contexto prático de reiteração da consciência alienada, quer no agir, quer nos fins que elege. São reais as chances para que se recupere e se reintegre às pessoas a riqueza dos conteúdos do trabalho e da vida coletiva em geral, de modo que interajam por suas qualidades, não “na pobreza e na homogeneidade das suas carências (Razeto, 1997, p. 94).

Do mesmo modo que alguns autores abordam a economia solidária como algo possível, destacando diferentes aspectos e potencialidades, existem outros descrentes sobre isso.

Para Vainer (2000), a economia solidária é uma utopia, mesmo considerando sua vivência essencial no combate à desesperança. Ela seria, ao mesmo tempo, uma ideia vendida como possibilidade de superação da miséria e um mecanismo de controle político das populações nessa condição. Observa-se em sua concepção, tanto a ideia de que as políticas públicas continuam reproduzindo desigualdades em prol de uma minoria, quanto o reconhecimento de que as iniciativas associativas permitem a vivência de novas relações.

Corroborando com essa perspectiva, o autor Wellen (2008), que considerava também que a economia solidária precariza as condições de trabalho, dentro de uma proposta ideológica capitalista, pelo fato dos EES e de seus trabalhadores serem privados de direitos trabalhistas, gerarem rendas abaixo da média do mercado formal, com força de trabalho oferecida a valores irrisórios e jornadas exaustivas. Outra crítica se refere à análise de que, por ela propiciar trabalhos e condições exaustivas, ela desarticula a possibilidade de mobilização de trabalhadores e encobre a existência de conflitos de classe. Nesse sentido, a organização do sistema capitalista e o processo de exclusão e desemprego desencadeado teriam obrigado os sujeitos a questionar e buscar novas possibilidades de organização, caracterizando a economia solidária como uma: “[...] iniciativa de constituir práticas amenizadoras do não assalariamento para subsistência de trabalhadores desempregados, iniciativa que, na parte latina das Américas, recebeu o nome de economia solidária” (Barbosa, 2007, p. 21).

Esses autores trazem perspectivas sobre a economia solidária não de superação, mas de solução temporária, analisando que, em termos de políticas, o Governo Federal ainda investe pouco em aspectos de promoção social e geração de emprego, ao passo que investe em projetos de “auto-emprego”, reforçando as estratégias manipuladas e excludentes do que deveria ser o *Welfare State*. Barbosa (2007) acredita que isso ocorra como uma saída intersticial do capitalismo frente ao adensamento da questão social nesse sistema.

Benini e Benini (2005), acompanhando a perspectiva de que a economia solidária não é uma forma de superação do capitalismo, defendem que ela mantém, nos EES, o antigo exército

de reserva do capitalismo, já que eles ocupam vagas de trabalho menos valorizadas. Esta característica explicaria o abandono dos EES pelos trabalhadores quando há a possibilidade de um trabalho assalariado. Os autores não relacionam essa preferência a gostar ou pensar no modelo cooperativo como melhor que outros disponíveis, mas acredita que isso não é suficiente para manter os trabalhadores nesse modo de organização de trabalho.

Vainer (1999) defende uma perspectiva similar, dizendo que a economia solidária só deixaria um espaço de “utopia exploratória” para ser uma alternativa, caso as diversas sociabilidades possíveis no trabalho realmente convivessem, a partir de uma perspectiva também subjetiva, e não somente estrutural. Ele também destaca que muitas cooperativas solidárias, tendo sucesso no mercado, acabam virando empresas capitalistas.

Por fim, Quijano (2002), pesquisador peruano, baseia-se em Rosa Luxemburgo (1986)<sup>47</sup> para afirmar que ao mesmo tempo que não considera a economia solidária como um produto do capitalismo, ele não a considera capaz de superar suas mazelas. Ele argumenta que os EES, possuindo uma sociabilidade interna baseada na solidariedade, necessitam de inserção no mercado para comercializarem produtos e oferecerem serviços. Isso, por sua vez, acarreta na intensificação de processos exploratórios da força de trabalho, levando os EES a seguir a lógica capitalista de organização e produção para sobreviver. Quando os empreendimentos conseguem se manter em redes locais, sua inserção se restringiria a esse espaço, sem possibilidades de expansão, contrapondo a ideia de redes exploradas por Paul Singer e Euclides Mance.

Analisando os trabalhos dos autores, observa-se uma tendência à definição de três grandes categorias de pensamento teóricos: 1) economia solidária como possibilidade de transformação social, possibilitando a superação das relações capitalistas e de suas mazelas; 2) economia solidária como estratégia de geração de renda e inclusão social, podendo conviver hibridamente com outras economias; e 3) economia solidária sem possibilidade transformadora por ser uma estratégia capitalista para amenizar os conflitos sociais.

Em meio às diferentes considerações existentes, uma definição considerada oficial de economia solidária consta no Atlas de Economia Solidária no Brasil, segundo o qual ela é um: “[...] conjunto de atividades econômicas - de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma

---

<sup>47</sup> Luxemburgo, R. (1986). *Reforma Social ou Revolução?* São Paulo: Global.

coletiva e autogestionária” (Senaes, 2006, p. 11). Esta definição assume de forma prática uma posição genérica que destaca o aspecto produtivo dos EES, e suas características internas.

Existe, dentre esta diversidade de conceituações, a possibilidade de existência de fronteiras entre elas, exemplificadas pela convivência de diversos atores, com perspectivas diferentes, em espaços de articulação que os leva a atuar em uma mesma plataforma de ação. Um exemplo seria o FBES (Pinheiro, Barreto & Diniz, 2011). Ao mesmo tempo, percebe-se entre os autores que defendem de alguma forma a existência da economia solidária, seja como força de superação capitalista, ou apenas um meio de geração de renda e inclusão social, uma tendência a vislumbrar a articulação em rede, tanto de EES, quanto destas com outras instituições e sujeitos que se incorporam ao movimento de economia solidária.

Sobre essa diversidade de conceitualizações, Bertucci (2010) reflete que elas variam entre ideais sobre o que a economia solidária poderia ser e a realidade. Para Páteo (2012), mesmo a economia solidária e os autores que a defendem de algum modo sendo considerados utópicos, contribuem com uma percepção de que as mudanças e a autonomia dependem da subjetividade dos trabalhadores, devendo-se também buscar compreender os esforços empenhados para que mudanças ocorram.

Nesse sentido, o próximo tópico abordará os resultados de pesquisas acadêmicas que estudaram experiências de EES de diversas naturezas.

### *1.2.3 Economia solidária e subjetividade: algumas pesquisas*

No intuito de considerar os processos subjetivos que ocorrem nos EES para compreender suas perspectivas e desafios, Dourado (2010) considerou a economia solidária como um conjunto de valores pensados em diferentes níveis de representação, destacando que se as diferenças ideológicas dos autores podem ser as responsáveis pela variedade de interpretações sobre um mesmo objeto, assim também deve ser com os trabalhadores dos EES.

Ele indica a importância de averiguar no campo empírico os aspectos subjetivos que envolvem os EES, desde sua organização até a relação dos trabalhadores com elas, com os apoiadores e com as políticas públicas, além das representações que os atores em interação possuem sobre esse processo do qual participam. Para ele, sem essa compreensão, estaríamos nos dispendo a uma repetição teórica utópica, cuja aplicabilidade real seria desconhecida.

Dourado (2010) trabalha com a perspectiva da ideologia para diferenciar as formas de

atribuição de sentidos, defendendo que na economia solidária existem três níveis de representações: dos teóricos, dos acadêmicos e dos sujeitos trabalhadores.

Ele buscou compreender, pela realização de um trabalho de campo etnográfico, as elaborações e sentidos sobre a economia solidária no contexto de dois EES, mantendo sigilo em relação aos nomes das organizações: um de profissionais de formação superior, que não dependiam economicamente do trabalho na Cooperativa; e um do ramo de costura.

Para isso, o autor analisou três trabalhos acadêmicos da área de ciências sociais, Mondadore (2008), Barreto e Paula (2009) e Gonçalves (2007), para averiguar a perspectiva dos autores sobre experiências empíricas de economia solidária, além de investigar algumas concepções teóricas de autores como Paul Singer, Luiz Inácio Gaiger e Jean Louis Laville, os quais ele chamou de “especialistas engajados”. Ele sintetizou que para os teóricos, o interesse e disponibilidade dos sujeitos inseridos nas organizações em aprender, os aproximaria das características de um “sujeito solidário”.

Mondadore (2008), ao estudar uma Cooperativa de produção para averiguar o motivo de adesão dos sujeitos ao trabalho na Cooperativa, concluiu que o engajamento deles era econômico, bem como que, apesar deles terem “ouvido falar” de autogestão e economia solidária em cursos e por parte das lideranças, eles não sabiam o que era e não se interessavam em saber. Atribuía ao trabalho que realizavam valores cooperativos, mas não os praticavam.

Barreto e Paula (2009) averiguaram em seus estudos diferentes posturas sobre a relação indivíduo-trabalho em contexto cooperativo. Perceberam que a conscientização dos sujeitos inseridos é uma importante ferramenta para a absorção de valores cooperativos e solidários, ao passo que notaram um profundo desconhecimento desses valores, apontando uma inserção inconsciente dos sujeitos na Cooperativa.

Já Gonçalves (2007) indicou a existência de laços solidários norteadores das relações nos EES, os quais podem entrar em conflito com interesses individuais. Estudando três Cooperativas de diferentes naturezas, percebeu nelas a dificuldade de sustentabilidade econômica como fator atribuído à dificuldade do desenvolvimento solidário no mercado capitalista, bem como que o nível de valores solidários dentro das Cooperativas variava de acordo com a origem da organização.

Dourado (2010), notou que os sentidos produzidos eram diferentes em cada uma. Para os cooperados da Cooperativa de costura, a lógica de sua existência era similar à lógica de mercado, sendo seu foco o trabalho. Para os cooperados universitários, sentidos próximos aos

dos intelectuais apareceram em relação à emersão e prática de princípios econômico-solidários.

O autor ressaltou que tanto na perspectiva teórica, quanto na acadêmica e na prática, o sujeito é destacado como importante para as reflexões realizadas. Seu trabalho contribuiu para confirmar que a origem da organização, dos membros, sua motivação de engajamento e disponibilidade, contribuem para a compreensão dos potenciais econômico-solidários na prática, a partir dos diversos sentidos atribuídos, que hora dialogam e hora se contrapõem.

Esteves (2010), em sua tese de doutorado, problematizou como a falta de autonomia e a rigidez do espaço de trabalho dificultam o desenvolvimento do sujeito cooperado, bem como que a reorganização sociotécnica pode contribuir para construir um espaço laboral favorável ao desenvolvimento de um trabalhador engajado.

O autor mostrou as dificuldades dos trabalhadores que atuam em fábricas recuperadas em assumir uma nova identidade, não mais como empregados, mas agora como cooperados, ou utilizando o termo cunhado por ele próprio, como sócio-trabalhadores.

Ele apresentou que a manutenção da identidade de empregado, de baixa autonomia e participação, encontra na manutenção da forma de organização do trabalho a sua principal justificativa. O argumento do autor é de que nas fábricas recuperadas pouco se fez para mudar o modo de trabalho em relação ao modelo fordista-taylorista vigente anteriormente. Tal composição sociotécnica inibiu a reconstrução da identidade do sujeito trabalhador, configurando um dos grandes desafios que as fábricas recuperadas têm pela frente.

Já Nicolletti (2011), discorreu sobre como o contato com outros atores da economia solidária pode contribuir para as alterações identitárias necessárias para superar as dificuldades existentes em termos de caracterização interna dos empreendimentos econômico-solidários.

A autora buscou compreender em que ponto da história das pessoas inseridas em EES, as identidades se alteraram ou se mantiveram, para entender de que maneira essa vivência da economia solidária impulsionou um novo sentido à metamorfose das identidades dos sujeitos cooperados em relação à autonomia. Ela defendeu que nos três casos estudados, a economia solidária se apresentou como alternativa às ideologias enrijecidas e aos valores dos sujeitos. Porém, alertou que para que ocorram transformações identitárias, é necessário que o sujeito se comprometa com o grupo.

No início de seu texto, a autora apresentou uma diferenciação na discussão sobre a origem e a formação dos EES, distinguindo cooperativas endógenas, formadas pelos próprios trabalhadores, e exógenas, formadas por outras pessoas que convocam os sujeitos a

participarem dela. A percepção e sentidos constituídos sobre a organização variam muito de uma para a outra, incluindo o engajamento político e a luta pela sua manutenção, que estariam mais presentes no modelo endógeno.

Em seus resultados, ela apontou que os sujeitos passaram por diversas transformações e que a capacidade de mudar ocorreu pela autonomia que eles tinham para propiciar isso a eles mesmos. Ao mesmo tempo, a autora indicou existir, na organização exógena, a dificuldade de constituir um objetivo coletivo para manter a organização funcionando, mediante as diferentes origens dos sujeitos que a constituem. Apesar dessas dificuldades, ela concluiu que a autogestão, assim como outros princípios da economia solidária, influenciou, ainda que pouco, na transformação identitária dos trabalhadores, o que ela atribuiu às formas de organização propostas e ao contato com outros sujeitos da economia solidária,

Onuma (2011) apontou em sua dissertação que, dependendo da origem e engajamento do trabalhador, bem como de sua ocupação na Cooperativa, um sentido diferente era atribuído ao trabalho. Desse modo, mesmo que a autogestão estivesse presente somente nos sentidos individuais, ela poderia ser disseminada por influência mútua ao longo do tempo.

Ela entrevistou sujeitos de cooperativas de empresas falidas e recuperadas, na perspectiva de explorar a subjetividade individual e a coletiva, objetivando entender os sentidos do trabalho para os sujeitos inseridos em EES.

Em seus resultados, a autora observou que cada categoria de trabalhador - fundador, cooperado ou celetista - expressava um sentido diferente pelo trabalho. Os fundadores foram os que mais se aproximaram dos preceitos teóricos da economia solidária. Ela concluiu sobre a importância da história do sujeito para definir os sentidos destinados à organização, bem como que mesmo em fase inicial, os processos de autogestão, fazendo parte das subjetividades individuais, podem se expandir para as sociais.

Após discutir sobre como a Teoria da Administração ignora o estudo de organizações autogestionárias, defendendo a existência de indivíduos aptos a pensar o trabalho e outros somente a realizá-lo (Tittoni, 2004), Onuma (2011) apontou que a Cooperativa pesquisada superou esta premissa, destacando o estudo das subjetividades individuais e coletivas como auxiliares à compreensão sobre o que leva as pessoas a aderir e permanecer em EES.

Ela conseguiu apreender que os trabalhadores, independentemente de sua posição interna, conseguiram definir diferenças entre autogestão e heterogestão, ainda que com sentidos subjetivos particulares. Os fundadores apresentaram um sentimento mais ligado aos valores

econômico-solidários, enquanto os outros trabalhadores ainda persistiam em sentimentos próximos aos da organização capitalista. Ela supôs que essas características devêm da filiação sindicalista desses fundadores, ao mesmo tempo que essa explicação não se esgotaria, inclusive pelo fato de que alguns desses fundadores eram contrários à organização da Cooperativa.

Pelas cobranças do mercado, tanto a organização quanto as decisões eram realizadas representativamente, considerado um modo mais rápido de agir. Esta escolha era vista como confusa pelos membros que reconheciam a autogestão e sabiam que ela estava sendo prejudicada com essa escolha, delineando uma influência da estrutura sobre as subjetividades. Ao mesmo tempo, a influência dos fundadores estimulava a perpetuação de valores iniciais que buscavam uma aproximação com os princípios da economia solidária, observando-se, de algum modo, a perpetuação da identidade coletiva da organização pelos seus membros.

Cruz (2012) afirmou em seu trabalho acreditar na existência de um espaço potencial à criação de novas subjetividades e, conseqüentemente de uma “outra economia”, mas que ele não conseguiu encontrá-lo de fato. O autor objetivou, sob uma abordagem da sociologia da experiência, tecer relações entre economia solidária e trabalho, considerando a necessidade de estudar as ações dos atores de uma sociedade que acredita ter perdido o seu centro. A busca por entender se existe um “outro trabalho” na economia solidária, parte de três dimensões: o projeto da economia solidária, a necessidade de eficácia produtiva e a busca por autonomia. A hipótese é de que ela possui uma ‘dupla pluralidade’, relacionada tanto aos sentidos dispostos quando à forma de sua articulação.

Ele encontrou três barreiras ao estabelecimento de uma nova organização do trabalho:

- 1) Obstáculos produtivos: foram relacionados às responsabilidades dos trabalhadores com suas organizações, além das condições econômicas, tecnológicas e técnicas frágeis em suprir as demandas produtivas. Os trabalhadores se posicionavam a partir de seus sentidos sobre o trabalho para exercer sua função tanto de modo emergencial, quanto para manter seus princípios;
- 2) Incongruências entre o projeto de economia solidária e a vivência cotidiana dos trabalhadores: eles não assumiam uma posição passiva, porém particularizavam e reformulavam esse projeto cotidianamente a partir de suas experiências;
- 3) Restrição da luta pela autonomia: ocorreu pela constituição de concepções negativas dos trabalhadores sobre eles mesmos, já que a autonomia dependeria da identificação subjetiva com o trabalho de cada um e do reconhecimento do outro.

Cruz (2012) também encontrou seis tipologias relacionadas aos sentidos atribuídos ao

trabalho na economia solidária - conservação, filiação, centrado no ofício, engajado, gerencial e pessoalizado -, indicando a presença no empreendimento de sujeitos plurais, que impossibilitou a “classificação” dos trabalhadores enquanto vinculados ao projeto da economia solidária e/ou buscando meios de sobreviver. Eles também se dispunham às negociações do coletivo de forma plural, porém buscando uma coerência.

Tendo em conta esses aspectos, argumentou-se que o processo de reconhecimento coletivo dos sentidos que os trabalhadores possuem sobre o seu trabalho enfrenta menos dificuldades pela pluralidade presente nos empreendimentos, do que pela presença de diferentes obstáculos sociais que obliteram o reconhecimento do indivíduo na relação consigo mesmo (Cruz, 2012, p. 235).

O autor percebeu que a responsabilização, a solidariedade e a cooperação eram valores atribuídos tanto internamente, no cotidiano e organização do trabalho, quanto externamente, como ações na comunidade local, apoio a outras organizações e caridade (doações). Ao mesmo tempo, as diferentes significações deram várias atribuições ao sentido de economia solidária.

[...] os entrevistados descreveram o projeto de economia solidária enquanto uma ilusão, um meio de filantropia, uma proposta de sociabilidade mais próxima, um acréscimo das responsabilidades, um recurso no mercado ou como um programa político-econômico (Cruz, 2012, p. 233).

O autor concluiu que só seria possível falar de um “outro trabalho” no sentido de que nos EES existe espaço para que os sentidos sejam conversados e os trabalhadores invistam suas ações para propiciar uma mudança, considerando o sentido subjetivo que atribuem ao que fazem e à organização. Porém, este “outro trabalho” não pôde ser definitivamente constatado.

Já Páteo (2012), enfatizou que apesar da existência de críticas de origens estruturais à economia solidária, seus desafios devem ser considerados por uma perspectiva dos sentidos do trabalho, afirmando também que mesmo quando os EES avançam em termos de organização interna, eles esbarram em dificuldades de comercialização.

O autor teve como objetivo compreender se a organização de EES é uma alternativa de superação do sistema capitalista, trabalhando com cooperativas brasileiras e argentinas. As discussões foram feitas considerando as semelhanças e diferenças entre conceitos marxistas e de autores da economia solidária. Como resultados, observou que os trabalhadores estavam se apropriando do controle do processo de trabalho e do significado de seu fruto. Ao mesmo tempo, destacou a existência de processos internos de desalienação nas organizações, as quais

são marcadas por características distintas: de luta autônoma ou apropriação pelo capital.

Páteo (2012) não abordou a economia solidária com base nas críticas tradicionais sobre sua “concorrência” com o capital por um espaço enquanto modelo de trabalho e organização econômica, mas sim a partir dos sentidos declarados e não declarados dos trabalhadores.

Observando as práticas construídas pelos trabalhadores nas organizações, o autor percebeu que existe um avanço no controle do trabalho e negociações, porém ele não é total por uma série de fatores que indicam a constante contradição dessas organizações: quanto mais avançavam na luta por reconhecimento relacionado aos valores políticos e sociais dos EES, mais dificuldade de comercialização eles tinham. Ou seja, para sustentar esses avanços, seria necessária uma discussão social mais ampla sobre o seu significado.

O autor concluiu que não há resposta definitiva sobre a natureza da economia solidária, já que cada contexto e tendência de pensamento aponta para um lado. Ele considerou que os EES servem ao menos para tensionar um sistema injusto, promotor de desigualdade, e inspirar lutas autônomas em busca de direitos para os trabalhadores.

Já para Wanderley (2012), a economia solidária seria uma saída paliativa, mas não transformadora. O autor se propôs a compreender porque os trabalhadores aderiam aos EES, relatando que no Brasil, poucas organizações eram exitosas, constituindo, na maioria das vezes, experiências frustrantes. Apontou ainda como um dos principais impedimentos da conquista da autonomia, a falta de apoio governamental e a busca da maioria dos trabalhadores por sobrevivência, e não por uma nova forma de organização coletiva.

Ele apontou que no Maranhão, um dos estados com maior desigualdade econômica e concentração de problemas sociais extremos, as Cooperativas demonstraram precariedade de relações e estrutura, reconstituindo o que é visto no setor informal de trabalho capitalista. Percebeu também que a dificuldade de estabelecimento dessas organizações acontece porque as mudanças em relação aos modos de trabalho ocorrem devido às necessidades histórico-materiais do próprio sistema. Assim, as próprias políticas de economia solidária derivavam do adensamento das desigualdades capitalistas.

O fracasso das organizações, para Wanderley (2012) seria relativo ao sistema capitalista, resultando da falta de estrutura para transporte e produção e da dificuldade de encontrar mercados consumidores pela baixa renda que grande parte da população vivencia.

O autor considerou impossível finalizar essa discussão, restringindo-se a apontar indícios para pesquisas que possam evoluir nessas constatações, porém, percebeu que o ideal

de um trabalho coletivo autogestionário perdia força frente à necessidade de sobrevivência das pessoas excluídas do sistema produtivo capitalista.

Onuma et al (2012), trabalharam com a perspectiva dos apoiadores de EES, percebendo que mesmo entre eles não havia consenso ou certeza sobre o que seria a autogestão. Os autores buscaram compreender os desafios enfrentados pelos trabalhadores que decidiam trabalhar de maneira autogestionária, entrevistando, a partir de roteiro de entrevista semiestruturado, especialistas de três organizações de apoio a EES: Anteag, Unisol e Unitrabalho.

Eles iniciaram o texto fazendo uma contraposição entre a teoria clássica de administração, com seus termos e ações servindo ao sistema capitalista, e as diferentes terminologias utilizadas na economia solidária, como por exemplo: funcionário x sócio; heterogestão x autogestão; salário x retirada; lucro x distribuição de renda. Argumentaram que problematizar essas questões trazia avanços para a Teoria da Administração.

Onuma et al (2012), observaram que a autogestão apareceu na fala dos especialistas como um instrumento de modificação social, como uma forma de aprimorar o sistema capitalista, e ainda como utopia. Ao mesmo tempo, esses especialistas compreendiam que a efetivação da autogestão dependeria de uma mudança subjetiva dos trabalhadores, os quais foram embebidos na cultura capitalista.

Os autores apontaram que essas considerações e reflexões iniciais contribuem para pesquisas sobre as motivações de adesão de sujeitos ao EES, não somente sob uma perspectiva de ruptura, mas de processo, considerando suas ações e esforços para que os empreendimentos e suas próprias vidas sigam adiante. Argumentaram também sobre a necessidade de uma abordagem da subjetividade individual e coletiva de trabalhadores e apoiadores para compreensão da autogestão nos EES.

Por fim, Petersen et al (2014) consideraram a perspectiva de influência ideológica para analisar os EES, denotando a essa influência a problemática de superação de algumas dificuldades no âmbito da economia solidária. Ao mesmo tempo, reconheceram a existência de diversos sentidos dentro de uma mesma organização, influenciados pelos processos educativos elaborados por apoiadores. Eles tinham o objetivo de averiguar a existência de indícios de que

a inserção em cooperativas influenciava na construção de cidadania<sup>48</sup> como parte da identidade dos sujeitos. O campo de pesquisa foi uma Cooperativa de reciclagem de Joinville-SC.

Para os autores, a democracia seria essencial para que essa autodeterminação ocorra, considerando a possibilidade de contato com diferentes grupos e espaços que contribuem para a ocorrência de processos dialógicos. A cidadania se tornou objeto de estudo de sua pesquisa, por ser um dos elementos primordiais da democracia.

Eles perceberam que a inserção em EES possibilitou a participação dos cooperados em espaços políticos, mesmo que suas lutas só possuíssem significado quando a Cooperativa estava com seus interesses em risco. Os autores remeteram isso à possibilidade de relação afetiva dos cooperados com a Cooperativa.

Para Peterson et al (2014), ao mesmo tempo que o sujeito é ativo nas relações sociais, que dependem de sua atuação no meio social, ele pode “cair na mesmice”, interiorizando afirmativas de outros sujeitos e/ou da sociedade, como se ele somente pudesse agir de acordo com esses preceitos externos. Esta pressão poderia se alterar caso esses sujeitos se inserissem em outro grupo, quebrando a aparente estaticidade e retomando a característica metamórfica da identidade, que permite ao sujeito escolher aquilo que lhe é mais coerente e significativo.

A partir destas constatações, eles associaram a cidadania como inerente à prática política, pois ela dependeria da participação dos sujeitos em espaços de debate que buscam alcançar um objetivo comum. Apontaram que a autogestão, promulgada como essencial e inerente aos EES, contribui para potencializar a participação dos sujeitos nos processos políticos. Também ressaltaram que a ideologia dificulta o processo metamórfico que deve ter a identidade, pela legitimação de processos dominantes disseminados pela mídia que muitas vezes colocam algumas condições sociais como imutáveis. Esta ideologia dominante se materializaria na figura do ‘indivíduo’, o qual Bauman (2002) considera como o maior inimigo do cidadão, pela sua passividade.

Petersen et al (2014) concluíram que a Cooperativa está incorporada nas identidades e nos projetos de vida dos membros mais antigos, os quais, além de participarem com maior frequência e há mais tempo de espaços políticos, manifestaram, mais do que os novos cooperados, características que os autores denominaram de “Personagem Cidadão”. Esta

---

<sup>48</sup> Entende-se a cidadania como uma “[...] construção coletiva vinculada à participação dos membros de uma determinada sociedade em suas decisões, garantindo-se direitos e deveres iguais, sem privilégios de uns sobre os outros” (Minayo et al., 1999, p. 16).

personagem é mais ativa em relação à Cooperativa do que em relação, por exemplo, às necessidades da comunidade. Os autores acreditam que isso ocorre pela falta de coletividades disponíveis socialmente, em contraposição à coletividade já constituída na Cooperativa, que permitiu uma construção identitária. Eles ainda apresentaram reconhecer a existência de influência das formações oferecidas por ONGs no processo de internalização de valores pelos cooperados, mas não conseguiram mensurar essa influência.

Como limitações, além da impossibilidade de identificar as influências externas na identidade construída, destacamos a necessidade de averiguar as potencialidades da cidadania dos cooperados em beneficiar também a sociedade. Caso este comportamento seja limitado ao espaço do EES, talvez não possa ser generalizado como um comportamento cidadão.

#### *1.2.4 Considerações acerca das pesquisas sobre economia solidária*

Percebe-se que muitas pesquisas vêm se ocupando em compreender como a economia solidária acontece no cotidiano, para além dos pressupostos teóricos, ao mesmo tempo que se guiam por eles para tecer problematizações acerca do que encontram no campo empírico.

Muitas dessas pesquisas têm abordado aspectos subjetivos, considerando ideologias, identidades, sentidos do trabalho e representações. Um fator constante nesses estudos, são as considerações sobre as relações internas e externas estabelecidas pelos os membros dos EES. Independentemente dos objetivos e resultados desses trabalhos, eles corroboram que a qualidade dessas relações, associada ao contexto vivenciado, propicia indícios sobre como as transformações subjetivas se desenvolvem nesses diversos contextos. Consideram também uma multiplicidade de existências singulares nas organizações e de contextos externos diversos que tornam as análises subjetivas tanto mais complexas, quanto necessárias.

De modo geral, essas pesquisas destacam que os espaços dos EES são potenciais à produção de novas subjetividades, a partir da consideração de diversos fatores que envolvem a origem da organização e de seus membros, o engajamento dos sócios e os apoios político, econômico e simbólico propiciados. Ainda mostram a existência de uma variedade de resultados decorrentes dessas transformações, bem como de interpretações sobre eles, de acordo com as perspectivas teóricas consideradas, resultando em análises acerca da economia solidária ter um potencial transformador em um âmbito macrosocial, ou ter essa capacidade reduzida aos ambientes de trabalho ou algumas comunidades (ambientes microsociais). Nesse segundo

caso, a experiencição de novas sociabilidades é considerada possível, ao passo que elas não garantem o enfrentamento do contexto cultural geral que, por sua vez, pode restringi-las.

Os processos educativos e a influência de apoiadores nas transformações subjetivas ocorridas foram destacados como importantes na compreensão das realidades pesquisadas, ao passo que a emersão do catador como sujeito político é ressaltada como essencial para que ele conheça, entenda, acesse seus direitos e participe do aprimoramento e criação de políticas e ações que contribuam para melhorias de suas condições de vida e trabalho.

Conforme será visto no próximo tópico, é visível a contribuição dos sujeitos catadores organizados no MNCR na elaboração de políticas e execução de ações que contribuem para que suas diretrizes sejam consideradas nos diversos âmbitos. Porém, esta potência ocorre associada a outros movimentos, que envolvem outros sujeitos de diversas instituições.

### **1.3 Catadores de materiais recicláveis, políticas públicas e subjetividade**

Assim como o surgimento da economia solidária se relaciona com as crises ocasionadas pelas reestruturações produtivas e seus impactos nas relações de trabalho e emprego, o aparecimento e desenvolvimento da atividade de catação segue o mesmo sentido, caracterizando-se por situações de precariedade das condições de trabalho e vida, bem como sendo cerceada por uma lógica de exclusão e inclusão perversa. A ocorrência dessa atividade no contexto brasileiro é retratada desde os anos 1950 (Silva, 2006).

Em suas pesquisas, Bortoli (2013) salienta a participação das populações de rua nas atividades de catação, principalmente entre as décadas de 1980 e 1990. Essa população se caracteriza pela baixa escolaridade, desestruturação de vínculos pessoais e sociais e condições precárias de trabalho (Bursztyn, 2000). Por estar à margem da economia, a sociedade não atribui valor ao trabalho de catação, o que, aliado às condições precárias do trabalho em si, caracteriza uma ocupação duplamente marginalizada (Barros & Pinto, 2008).

Jacobi e Teixeira (1997) ponderam que a atividade de catação, sendo antes considerada uma manifestação da natureza do indivíduo que rompeu laços sociais e passou a sobreviver nas ruas, tornou-se uma forma de subsistência daqueles que atuavam na formalidade e que, atingidos pela crise do desemprego, foram obrigados a optar por essa forma alternativa de sobrevivência. No mesmo sentido, Bortoli (2009) argumenta que a atividade de catar alimentos e material reciclável é comum para desempregados, moradores de rua, bem como àqueles que

se tornaram “não-empregáveis” e se deslocaram para a informalidade. A catação se apresenta como uma das estratégias de sobrevivência dos diversos sujeitos excluídos, seja realizada em lixões ou aterros, sozinhos pelas ruas ou em iniciativas associativas (Siqueira & Moraes, 2009).

O processo dialético de exclusão/inclusão social perverso se aplica à situação do catador, pois sua condição de existência é demarcada por três aspectos: o primeiro, voltado para a dimensão material, designado pela desigualdade social; o segundo, referente à injustiça social, pelo impacto da falta de ética caracterizada pela discriminação, pelo preconceito e pela criação de estereótipos que a sociedade atribui a essa população; e o terceiro, demarcador do sofrimento psíquico, que diante à condição de exclusão, faz com que o indivíduo possua sentimentos tais como de culpa, tristeza, medo e vergonha (Miura & Sawaia, 2013). Lima, Bonfim e Pascual (2009) também destacam o sofrimento vivenciado pelos catadores relacionado à injustiça social, associando essa injustiça à exploração de sua força de trabalho e à precariedade de reconhecimento e acesso aos seus direitos.

Ao passo que a origem da catação, as condições que a acompanham e as consequências subjetivas se relacionam negativamente às condições de vida do trabalhador, o aumento da atividade de catação coincide com o crescimento da indústria dos recicláveis. Isso ocorre pelo crescimento da geração de resíduos sólidos pela sociedade em geral, como resultado do crescimento populacional e incentivo ao consumo, decorrentes do modelo econômico vigente (Ministério do Meio Ambiente [MMA], 2004). Tanto é que o aproveitamento dos resíduos sólidos urbanos é colocado como uma das alternativas de superação das altas taxas de desemprego, já que sua destinação adequada possibilitaria a inclusão social de catadores, a geração de renda e a consideração conjunta de aspectos ambientais, sociais e econômicos (Gonçalves, 2004; Batista, Oliveira & Secco-Oliveira, 2016).

Segundo o Ipea (2013), os catadores são responsáveis pela coleta de aproximadamente 90% dos resíduos recicláveis no Brasil. Porém, quando desorganizados, possuem uma capacidade de barganha muito pequena devido ao baixo volume de material coletado, ficando dependentes do repasse de materiais a atravessadores que determinam o preço a ser pago. Esses atravessadores, que podem ser sucateiros e aparistas, possuem infraestrutura de armazenagem e processamento dos resíduos que possibilitam agregar valor a eles, os quais revendem às grandes indústrias a um preço até dez vezes maior do que o pago aos catadores (Magera, 2003).

Além de receberem uma pequena parcela dos ganhos que seu trabalho rende aos atravessadores, os catadores, principalmente quando desorganizados, ficam à margem do ciclo

da reciclagem (Dias, 2002), executando um trabalho exaustivo no qual percorrem diariamente até 20km, carregando até 200kg de material (Magera, 2003), com jornadas que podem ultrapassar 10h de trabalho (Scarpinatti, 2008) e correndo diversos riscos inerentes à atividade, como exposição a produtos tóxicos, cortes e ferimentos pelo descarte incorreto de resíduos pela população e aquisição de doenças de pele (Santos, Ultramari & Dutra, 2002). A catação de materiais recicláveis se caracteriza como uma atividade altamente insalubre, na qual a maioria dos trabalhadores não conta com a proteção do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (Pereira et al, 2014), intensificando suas características marginalizadas.

Essas condições precárias e a exploração impostas aos catadores são bem analisadas por Dias (2002, p. 95), a partir de entrevistas realizadas com catadores não cooperativados. Eles expressaram em suas falas o fato de terem se acostumado a lidar com o lixo por necessidade, relacionando-o a “um trabalho sujo”, “que ninguém enxerga”, no qual se “leva desaforo”, “recebendo mixaria” e ainda, que os “donos” dos depósitos, “ganham nas costas do catador”. É destacada pelo autor, a mesma percepção da sociedade sobre os catadores, como “estorvos”, “sujos” ou ainda “marginais”, reforçando o processo de desqualificação social desses sujeitos.

Outro fator importante é relacionado às suas moradias, localizadas em favelas ou depósitos, representando a distribuição urbana dos sujeitos excluídos em locais periféricos e com pouca ou nenhuma condição básica de vida. O âmbito político, por sua vez, acrescenta ainda mais descaso em relação a esses sujeitos, ao organizar, conforme o caso de Curitiba/PR no período de pesquisa, um sistema de coleta seletiva sem considerá-los parte do processo, o que foi percebido pelos catadores como prejudicial ao seu trabalho e gerador de disputas.

Na década de 1980, os municípios passaram a realizar ações de saneamento público e de organização das populações de rua e dos catadores (Bortoli, 2013). Na medida que os municípios se tornaram responsáveis pela limpeza urbana, os catadores passaram a ser considerados como um segmento passível de atuar diretamente nesses serviços, visto que já desenvolviam as atividades de coleta seletiva nas ruas das cidades. Conceição (2003, p. 132) situa que nesse contexto, o catador antes somente tirava do seu trabalho “[...] o seu sustento e, agora, para tentar livrar-se dos sucateiros, seus ‘sanguessugas’ e da exclusão social que este modelo capitalista lhes impõe, está formando cooperativas de recicladores de lixo”.

Essas iniciativas de organização dos catadores se vinculam a ações assistenciais da Igreja Católica, bem como a programas de coleta seletiva municipais, articulados pelo poder público, caracterizando um conjunto de ações que levou ao surgimento das primeiras

organizações de catadores entre as décadas de 1980 e 1990, nos estados de Porto Alegre (1986, Associação de Catadores de Materiais de Porto Alegre), São Paulo (1989, Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis - Coopamare) e em Belo Horizonte (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis – Asmare)<sup>49</sup> (Kemp & Crivellari, 2008). Além dessas cooperativas terem em comum o envolvimento de segmentos da Igreja Católica em sua organização, a instituição de programas de coleta seletiva em seus municípios ocorreu durante o governo de prefeitos filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) (Pereira & Teixeira, 2011).

A existência dessas novas organizações produzindo novas sociabilidades merecem atenção no sentido de que é necessário compreender os modos de enfrentamento das crises ocorridas no mundo do trabalho (Bortoli, 2009), bem como dos interesses do capital em manter a subordinação desses sujeitos a trabalhos precários (Mota & Amaral, 2006). Mesmo com a possibilidade de organização, diversos fatores como dificuldade de acesso a bens e meios de produção e manutenção de contratos com as Prefeituras Municipais para realização da coleta seletiva, além do desinteresse dessas em relação ao papel dos catadores na gestão de resíduos sólidos, contribuem para que este trabalho continue precarizado. Ao mesmo tempo, acredita-se que a organização dos catadores em cooperativas possibilite o fortalecimento da categoria frente à necessidade de comercialização dos materiais coletados e o estabelecimento de parcerias que contribuam para modificar sua posição no espaço urbano e produzir novas identidades (Freitas

---

<sup>49</sup> Magalhães (2016), ao investigar as relações entre as preocupações sociais com o meio ambiente e a valorização dos catadores de materiais recicláveis, destacou a vivência de diversos conflitos pelos catadores, como as ‘operações de limpeza’ entre 1979 e 1992, realizadas pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que intimidavam catadores, expulsava-os das ruas, confiscavam seus materiais e os caracterizava como marginais (Dias, 2002a)\*. Assim, destacou a fundação da Asmare como um marco para uma transformação simbólica e prática dessa relação. Em associação à Pastoral de Rua, catadores reagiram, em 1988, contra as ‘operações de limpeza’, mobilizando-se “[...] pelo reconhecimento do trabalho do catador como categoria profissional, tanto pelo poder público como pela população” (Dias, 2002b, p. 58)\*\*. Essas mobilizações foram precursoras da Asmare. Magalhães (2016) destaca a dificuldade, por questões de escala, dos catadores venderem seus materiais diretamente para as indústrias, bem como as ações da Asmare e de outras nove associações e cooperativas da Região Metropolitana de Belo Horizonte para formalizar, em 2006, a Cooperativa de Reciclagem dos Catadores da Rede de Economia Solidária (Cataunidos). De acordo com o Catanotícias (2011)\*\*\*, mais dezesseis EES da região aderiram à rede em 2011.

\*DIAS, S. (2002a). *Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a Asmare*. 206f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG.

\*\* \_\_\_\_\_. (2002b). Lixo e cidadania: os impactos da política de resíduos sólidos de Belo Horizonte no catador da Asmare. In: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto/MG.

\*\*\* Catanotícias (2011). *Cataunidos*, Belo Horizonte/MG, n.1, jul.

& Neves, 2008) em busca da superação das condições precárias vivenciadas e de sua priorização nas decisões relativas às políticas públicas, para além da ideologia dos governantes.

O acompanhamento insatisfatório do poder público em relação às demandas relacionadas à constituição de uma gestão de resíduos sólidos eficiente, compõe uma problemática que ao mesmo tempo que compromete a qualidade dos recursos naturais e da saúde da população, coloca o poder público como ator fundamental na proposição e execução de soluções (Instituto Brasileiro de Administração Municipal [IBAM], 2001).

Dentre as possíveis alternativas a esta problemática, destacam-se a educação ambiental como estratégia para o desenvolvimento adequado do gerenciamento de resíduos sólidos (Deus, Battistelle & Silva, 2015) e a coleta seletiva, determinada como condição para a manutenção de uma nova racionalidade social e ambiental, com possibilidades de redução do desperdício, reutilização e reciclagem de matéria-prima (Leff, 2003) e inclusão social de catadores pela sua participação nessas ações (Gutierrez & Zanin, 2013).

Conforme analisou Freire (1983), podemos afirmar que o modo como esses processos educativos e de diálogo com a população são elaborados e executados, inferem na possibilidade ou não dessas estratégias se concretizarem. Como Bortoli (2009) enfatiza, ao mesmo tempo que os catadores são explorados pela indústria de reciclagem, eles ficam expostos à ‘boa vontade’ da sociedade em realizar o seu papel de destinar corretamente os seus resíduos. As possíveis intervenções governamentais relacionadas à educação ambiental, contribuiriam para construir e manter junto à sociedade, conhecimentos e ações relacionados à temática.

Muitos municípios consideram a coleta seletiva um programa relacionado somente a práticas sociais e ambientais, tendo dificuldade em significá-lo enquanto um trabalho de prestação de serviços integrante dos sistemas de limpeza urbana (Besen, 2012). Como consequências negativas, observa-se a dificuldade das organizações de catadores em manterem contratos contínuos e com prazos longos junto ao poder público e a falta de reconhecimento do trabalho de catador como uma ocupação (Bringhenti & Günther, 2011), vista ainda como atividade marginalizada, mesmo já constando desde 2002 no CBO (Ipea, 2013), resultado das discussões, demandas e lutas estabelecidas pelo MNCR.

A consideração dos catadores no âmbito da cadeia de reciclagem em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, destacaria-os como aliados na solução de problemas relacionados ao lixo urbano. Ao mesmo tempo que essas ações devem compor medidas que sejam socialmente justas e ambientalmente adequadas (Jacobi, 2006), o fortalecimento e

reconhecimento das organizações de catadores esbarram em interesses do mercado da reciclagem e nas necessidades das empresas e municípios se adequarem em relação às normas e políticas. Para esses setores, a organização de catadores em cooperativas, antes de ser reconhecida enquanto alternativa para gerar trabalho e renda com inclusão social, é motivada por interesses primordialmente econômicos (Bortoli, 2013). Caso as empresas inseridas no mercado de resíduos recicláveis considerem as organizações de catadores como intermediários que diminuem a possibilidade de concentração de renda, eles podem ser considerados “descartáveis” dessa cadeia (Layrargues, 2005). Sob essa perspectiva, percebe-se que a valorização do trabalho do catador no mercado de resíduos depende primordialmente da valorização desse mercado para garantia de sua manutenção nesse meio (Barros & Pinto, 2008). Ou seja, a partir dos apontamentos de Leite (2007) e diversos teóricos da economia solidária, percebe-se que os catadores se encontram nos interstícios de uma luta travada, em meio às tensões relacionadas ao mercado *versus* Estado, pelo reconhecimento dos sujeitos e coletivos como força primordial nas decisões políticas e econômicas. A instabilidade das políticas de governo também entra nesse jogo, conforme as tendências ideológicas dos governantes os levam a priorizar uma das pontas dessa tensão, enquanto a vontade social é ignorada.

Por essa diversidade de olhares e interpretações acerca da organização e participação dos catadores na cadeia produtiva dos recicláveis, Bortoli (2013) defende que ao averiguar as relações dos catadores nessa cadeia e suas potencialidades políticas e sociais, é necessário considerar os interesses existentes entre os sujeitos envolvidos nesse processo. Isso direcionaria melhor o modo de comunicação dos sujeitos para potencializar as negociações estabelecidas.

[...] a organização das atividades de coleta não se reduz à garantia de subsistência, sustento e reprodução da força de trabalho, pois produz um movimento social que se caracteriza pela identificação da ocupação, pela sua organização socioeconômica e, principalmente, política. Através desse movimento são criadas as condições para os catadores discutirem seu lugar e papel na sociedade, assim como sua luta pela construção de novos projetos societários (Bortoli, 2013, p. 255).

As parcerias são consideradas essenciais para a organização social e econômica dos catadores (Silva, 2006) em cooperativas e associações, porém estas diferenças de interesses e até desigualdades em termos de posses e poder, podem caracterizar essas parcerias sob uma ótica diversa do que seria uma iniciativa de promoção social, levando até à ocorrência de ingerências desses sujeitos nas organizações de catadores.

Buscando superar esses entraves relacionados à cadeia de reciclagem, muitas cooperativas de catadores se encontram alinhadas aos princípios da economia solidária, sendo criadas com o objetivo de humanizar e formalizar o trabalho no contexto de gestão de resíduos sólidos (Gutierrez & Zanin, 2013). Para Singer (2002b, p. 89), sendo a cooperativa “[...] uma oportunidade de resgate da dignidade humana do catador e desenvolvimento da auto-ajuda e ajuda mútua, que permite constituir a comunidade dos catadores”, ela possibilitaria vantagens aos catadores organizados, abarcando além de fatores econômicos, fatores políticos pela potencialização da luta dos catadores por seus direitos. Os EES, enquanto entidades políticas e econômicas, representam os catadores defronte o poder público e a sociedade.

Para Grimberg (2007), capacitar o catador para que compreenda o trabalho coletivo e a sua organização, possibilitaria, a longo prazo, melhores resultados econômicos e sociais em comparação às atividades individuais. Essas atividades educativas são importantes para que os sujeitos que aderem a essa forma de organização, superem suas dificuldades de participação nesse novo ambiente até então desconhecido, estabelecendo relações de respeito e confiança entre os cooperados e entendimento das diversas funções que desenvolvem no EES.

Apesar de haver consenso sobre a origem do trabalho de catação, os seus potenciais desdobramentos, a potencialidade de organização desses trabalhadores e os interesses dos apoios e das empresas da cadeia produtiva dos materiais recicláveis, evidenciam-se tensões em relação à catação e suas possíveis relações com o campo da economia solidária. Essas tensões são atravessadas por constantes disputas políticas e de espaço, nas quais catadores e apoiadores são protagonistas em busca de uma discussão social mais abrangente acerca das temáticas ambiental e econômica que predominam no âmbito dos resíduos recicláveis.

### *1.3.1 Políticas públicas, movimentações populares e os catadores de materiais recicláveis*

O catador de materiais recicláveis, principalmente pelo MNCR e organizado em empreendimentos, assim como o Movimento de Economia Solidária, demanda a criação de políticas públicas para que sua participação na cadeia da reciclagem seja de fato reconhecida e um maior volume de resíduos seja destinado aos empreendimentos de catadores, para que eles se apoderem de algo que há muito tempo tem sido sua responsabilidade, mesmo informalmente: a catação e comercialização de materiais recicláveis.

Nas esferas estaduais e federais, o final da década de 1990 ainda não apresentava bases

legais sólidas na esfera dos resíduos sólidos, já que a Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS) de São Paulo foi promulgada apenas em 2006, enquanto a Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foram, respectivamente, promulgadas em 2007 e 2010. Em caráter nacional, até 2010 existiam apenas algumas normas, como as do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)<sup>50</sup>.

Neste cenário, apenas 35,4% dos municípios brasileiros destinavam seus resíduos para aterros sanitários. Na região sudeste, 18,4% dos municípios os destinava para lixões e 29,77% declararam a existência de catadores nas unidades finais de destino dos resíduos (IBGE, 2002).

Em 1998, com o objetivo de discutir a situação das famílias de vivem do 'lixo', surgiu o Fórum Nacional Lixo e Cidadania. Suas principais motivações eram criar alternativas ao trabalho dos catadores adultos para que tivessem melhores condições e erradicar o trabalho de crianças e adolescentes, além de erradicar os próprios lixões. Este Fórum, que ampliadamente relaciona os aspectos sociais e ambientais dos resíduos sólidos em suas discussões, atua até os dias atuais, existindo também Fóruns nos âmbitos municipal e estadual que compartilham o mesmo objetivo do Fórum Nacional, favorecendo a ampliação de “[...] programas de recuperação e reciclagem com inclusão dos catadores” (Grimberg, 2007, p. 15).

Já no ano de 1999, ocorreu o I Encontro Nacional de Catadores de Papel, durante o qual surgiu o MNCR, reconhecido em 2002 (MNCR, 2012). Considera-se este reconhecimento como importante no sentido de que a organização dos trabalhadores em movimentos “[...] pode contribuir para melhorar a sociedade, com novas oportunidades de trabalho, justiça social e maior equilíbrio na distribuição de renda” (Pinhel; Zanin & Mônaco, 2011, p. 65) pelas articulações e força representativa que adquirem por essa união.

Como resultado do 1º Congresso Latinoamericano de Catadores, realizado em 2003, em Caxias do Sul/RS, foi elaborada a Carta de Caxias, na qual os aproximadamente 800 catadores participantes, sistematizadas diversas diretrizes e objetivos derivados de sua experiência de luta, visando um novo modelo de desenvolvimento urbano relacionado à gestão de resíduos sólidos. Alguns pontos principais são: defesa do MNCR; intercâmbio internacional de catadores;

---

<sup>50</sup> Ainda que o Departamento de Ambiente Urbano (2012) do MMA destaque a ausência, no âmbito nacional, de legislação relativa aos catadores até 2010, existe menções a eles na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, no Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (que institui a PNSB) e, no âmbito do estado de São Paulo, na Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006 (que institui a PERS) e no Decreto nº 54.645, de 05 de agosto de 2009 (que regulamente a PERS). Estas políticas e decretos serão discutidas ainda neste tópico.

programas de educação ambiental para integração entre população e catadores; controle social; reconhecimento e à regularização do trabalho do catador em relação à prestação de serviços públicos; programas de alfabetização para catadores; revisão da legislação sobre cooperativismo; investimento do governo federal na organização dos catadores e programas de coleta seletiva; responsabilização das empresas pela destinação dos resíduos produtivos; tecnologias adequadas de industrialização; dentre outros pontos.

Um exemplo de política voltada aos catadores, foi o Decreto nº 7.405, de 11 de setembro de 2003, que criou o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo (CIISC), coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República. O mesmo decreto instituiu o Programa Pró-Catador, com o intuito de integrar ações voltadas a essa categoria, promovendo fomento e apoio aos seus empreendimentos, para sua inclusão social, melhores condições de trabalho e expansão da coleta seletiva. No âmbito deste programa está o Cataforte, articulado pela Senaes, que foca a estruturação de redes de catadores vinculados à economia solidária. Este Decreto foi revogado pelo Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010, que alterou o nome do CIISC para Comitê Interministerial da Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, continuando a abarcar o Programa Pró-Catador.

O Cataforte foi desenvolvido em três etapas: o Cataforte I, que realizou ações estimulando a organização de catadores em cooperativas pautadas pela economia solidária; o Cataforte II, que propôs a estruturação logística de redes de comercialização; e o Cataforte III, que tem desenvolvido, desde seu lançamento em 2014, ações voltadas à estruturação técnica e fortalecimento das redes de catadores existentes, apoiando em torno de 33 redes que abarcam mais de 450 EES, dos quais participam em torno de 13 mil catadores (Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento, Emprego e Cidadania [CEADEC], [2016]), com verbas fornecidas pela Fundação Banco do Brasil e pela Senaes, através do MTE (Secretaria de Governo – Presidência da República, Brasil, 2014a).

Outro exemplo é o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, que instituiu “[...] a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências”.

Em 2007, a PNSB, instituída pela Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 e regulamentada pelo Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, declarou como política a realização de coleta seletiva com inclusão de catadores, considerando-os prestadores de

serviços, e se respaldando na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, que instituiu a licença de licitações para a contratação de empreendimentos de catadores.

Para Rodriguez (2002), esse modelo de coleta seletiva com inclusão de organizações de catadores pode romper com a lógica de privatização vigente do setor de serviços, incorporando aos mercados formais de trabalho essas pessoas excluídas social e economicamente. Podemos acrescentar ainda que conquistar a manutenção dessa condição de protagonista, contribuiria também para a mudança de lógica acerca do papel do Estado no Brasil.

Existe ainda no âmbito do MMA, conforme consta em seu site, enquanto capacitação, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) para Catador (conhecido como Pronatec Catador), coordenado pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania (SAIC). Ele é voltado para catadores inscritos no Cadastro Único e visa promover o aumento da escolaridade e a capacitação desta categoria para fortalecer seus empreendimentos e garantir sua inserção e permanência no mercado de reciclagem. Conforme no Cadastro Único, em 2015, constavam 49.181 pessoas declarantes com a ocupação de catador e se considera a existência média de 400mil a 600mil catadores no Brasil (Ipea, 2012a), ressalta-se que o acesso a essa ação é restrito a uma quantidade muito pequena de catadores. Além disso, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário<sup>51</sup> (2017) anunciou que o governo havia intensificado a proteção social aos catadores de materiais recicláveis, aumentando em 63% a inclusão de famílias no Cadastro Único (de 18 mil, em 2013, para 29 mil, em 2017).

A PNRS, instituída pela Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 e regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 em ato ocorrido na Expocatadores, é um marco importante para a gestão dos resíduos sólidos no Brasil com inclusão de catadores. Nela, são abordados a necessidade de coleta seletiva e o incentivo ao fortalecimento da atuação de associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis para a gestão dos resíduos sólidos (MMA, 2012a), estimulando a geração de trabalho e renda para esta população, além de inclusão social e reconhecimento na cadeia produtiva dos resíduos recicláveis.

A PNRS, cuja elaboração contou com a participação do MNCR, considerando o compêndio de ideias da Carta de Caxias, garante visibilidade e prioridade para que as

---

<sup>51</sup> No texto consultado a partir de site governamental oficial, este Ministério ainda era denominado como do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Porém, desde 2016 ele possui a denominação de Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Assim, decidi utilizar a terminologia definida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016 para nomear essa fonte.

cooperativas de catadores assumam os serviços de recuperação de materiais recicláveis nos municípios. Consta em suas diretrizes que a implantação de coleta seletiva é obrigação dos municípios e que seus Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) devem prever metas referentes a ela, estabelecendo ainda mecanismos de indução deste modelo de coleta seletiva por meio da disponibilização de recursos para os municípios com PMGIRS que sigam suas diretrizes.

O prazo estabelecido na PNRS para eliminação dos lixões, era de quatro anos, vencendo em 02 de agosto de 2014. Porém, nesse ano apenas 58,4% dos resíduos produzidos foi destinado adequadamente para aterros sanitários, sendo que 3.331 municípios (59,8% do total), ainda destinou seus resíduos para aterros controlados e lixões (Abrelpe, 2014). É notável que houve avanço em relação à adequação das destinações, se compararmos os dados de 2014 com os de 2008, quando apenas 27,7% dos resíduos eram dispostos em aterros sanitários (IBGE, 2008). Ainda assim, as metas estabelecidas pela PNRS não foram cumpridas.

Nesse sentido, em 2015, o Senado aprovou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 425/2014, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados como PL 2289/2015, solicitando a ampliação desse prazo para 2018 a 2021, dependendo das características dos municípios. Ao mesmo tempo, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 14/2015, também em tramitação na Câmara dos Deputados, solicita que esse prazo seja prorrogado para 2024, incluindo também o prazo de 2020 para o estabelecimento de PMGIRS pelos municípios. Em 2013, apenas 1.865 municípios brasileiros, 33,5% do total, tinham PMGIRS elaborados a partir das diretrizes da PNRS (IBGE, 2013).

Existe uma versão preliminar, ainda não aprovada, de um Plano Nacional de Resíduos Sólidos (MMA, 2012b). Nele, constam estimativas de que no país são coletados diariamente em torno de 58.527,40 toneladas de resíduos secos que podem ser destinados à coleta seletiva, o que corresponde a 31,9% do total dos resíduos coletados nos municípios (183.481,50 toneladas). Ele tem como meta, diminuir em até 45% a destinação de resíduos aos aterros sanitários até 2031, baseando-se na PNRS e tendo a coleta seletiva e a logística reversa como importantes instrumentos. Este plano também prevê, baseando-se no Plano Brasil Sem Miséria<sup>52</sup>, a inclusão de 600 mil catadores, a partir da execução dos PMGIRS.

---

<sup>52</sup> “O **Plano Brasil Sem Miséria (BSM)** foi lançado em junho de 2011, voltado às famílias que viviam com uma renda familiar inferior a R\$ 70 mensais por pessoa. Em quatro anos, as ações do BSM retiraram 22 milhões de pessoas da situação de extrema pobreza. Em 2014, a linha que caracteriza a extrema pobreza passou de R\$ 70

Com a consolidação dessas políticas, municípios e catadores passaram a receber investimentos de ministérios, do Banco do Brasil, do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), bem como de diversas empresas e associações, públicas e privadas. Estes investimentos contribuem com a necessidade de estruturação física dos empreendimentos, bem como de capacitações de seus sócios e fortalecimento de redes de comercialização. Delineia-se um meio para o estabelecimento de contratos de pagamento pelo serviço prestado pelas organizações de catadores e sua estruturação, considerando também a contrapartida dos municípios (Besen, 2012), além do estímulo à organização dos catadores em cooperativas, com destaque para as ações do MNCR (Saiani, Dourado & Tonello Junior, 2014).

Além das legislações e diretrizes apresentadas, as organizações de catadores também possuem respaldo: da Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, que “Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho”, além de outras disposições, dentre as quais se encontram as cooperativas de serviço, relacionadas aos catadores; da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o Código Civil Brasileiro e explica a natureza, as características das cooperativas e as responsabilidades de seus sócios; além da própria Constituição Federal de 1988, que aborda o funcionamento das cooperativas, os direitos de existência e econômicos dessas organizações.

Antes da existência da Lei nº 12.690 de 2012, as cooperativas seguiam a lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a qual “Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências”. Porém, suas definições restringia a atuação de diversas modalidades de cooperativa, dentre elas a de prestação de serviços que abarca as cooperativas de catadores.

No âmbito do estado de São Paulo, além da PERS, que também incentiva a organização dos catadores e sua inclusão nas políticas de resíduos sólidos, existe a Lei nº 12.226, de 11 de janeiro de 2006, que institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo. O Plano Estadual de Economia Solidária do Estado de São Paulo, elaborado em 2015, mas ainda não aprovado,

---

mensais *per capita* para R\$ 77, e o benefício médio mensal repassado às famílias chegou a R\$ 170,00, reajuste aproximado de 88% para o período [...] O plano é baseado em três pilares: garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; acesso aos serviços públicos, visando melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e inclusão produtiva, com o objetivo de aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades” (Secretaria de Governo – Presidência da República, [2014b]).

também possui metas, baseadas na PNRS, de inclusão de EES de catadores de materiais recicláveis nos programas municipais de coleta seletiva (Fopes, 2015).

Apesar do avanço das políticas públicas e dos programas que beneficiam os catadores, ainda não existe um modelo adequado para que elas sejam executadas, levando municípios e organizações a se mobilizarem por meio de tentativas e erros, a partir das forças e interesses envolvidos. Por isso, os catadores constantemente precisam tencionar os governos municipais para garantir seu protagonismo nos programas de coleta seletiva, indicando a necessidade de muitas ações no âmbito executivo para que os direitos dessa categoria sejam garantidos e os impactos dessas políticas no desenvolvimento de organizações de catadores, ao longo do tempo, possam ser avaliados. Inclusive, considerando as pesquisas acerca da economia solidária sob uma perspectiva subjetiva, se essas políticas contribuem para o desenvolvimento e a estabilidade dos empreendimentos de catadores a partir dos princípios da economia solidária.

Nos Apêndices 6 e 7 (Figuras 37 e 38), encontram-se sintetizados, respectivamente, os instrumentos legais e os eventos relacionados aos catadores, às cooperativas e à coleta seletiva, nos âmbitos nacional e paulista.

### *1.3.2 Informações socioeconômicas dos catadores e caracterização de suas organizações no âmbito da economia solidária*

Até o momento, tratamos das políticas e relações entre economia solidária e catadores de materiais recicláveis a partir de dados gerais baseados principalmente em pesquisas focadas em aspectos relacionados às organizações de catadores em geral, e algumas questões sociais que envolvem essa população. Porém, existem informações específicas acerca das condições dos catadores e suas organizações no âmbito da economia solidária.

Para este subtópico, utilizou-se informações do Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies, 2007 e 2013)<sup>53</sup>, do Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo (Onesc, 2013 e 2014)<sup>54</sup> e de Leite, Araújo e Lima (2015), que entre 2008 e

---

<sup>53, 54</sup> As informações sistematizadas nesse subtópico, referentes ao Sies e ao Onesc, foram extraídas, processadas e sistematizadas por mim. Desse modo, não existem *links*, nas referências bibliográficas, que levem aos dados objetivos aqui utilizados. Eles encaminham para os sistemas consultados.

2012, pesquisaram os dados de 2007 da base do Sies e realizaram uma *survey* abordando informações de diversos ramos de EES do Sies, localizados no estado de São Paulo.

De acordo com Leite, Araújo e Lima (2015), enquanto no Sies (2007) constavam, em âmbito nacional, a existência de 21.859 EES, o estado de São Paulo abarcava 813 (3,7%) delas, localizadas em 174 municípios do estado, dos quais apenas 15 reuniam um total de 473 organizações, equivalente a 58,3% do total. Os autores ainda detalharam que 16,6% dessas EES, encontravam-se no âmbito rural, 74,8% no urbano e 8,7% entre o rural e o urbano.

Já a pesquisa do Sies (2013), indicou a existência nacional de 19.708 EES, o que mostra uma queda no número de organizações em relação aos dados de 2007. Desse total, 1.167 (6%) se encontravam no estado de São Paulo, o que, em contrapartida aos dados nacionais, revela um aumento na concentração de EES no estado entre 2007 e 2013. Delas, 15,7% (183) estariam no âmbito rural, 81% (945) no urbano e apenas 3,3% (39) estariam entre ambos. Destaca-se o aumento da concentração dessas organizações em ambiente urbano no estado de São Paulo.

Nos dados do Sies (2013), constam 692 organizações de reciclagem no país (3,2% do total de EES), das quais mais de 80% se originaram a partir de 2001, totalizando:

[...] 21.164 mil trabalhadores envolvidos (39% [8254] de mulheres), o que representa uma média em torno de trinta trabalhadores por empreendimento. Somente a região Sudeste respondeu por quase a metade, com destaque para o estado de São Paulo, com 276 [40%] empreendimentos mapeados. Desse total mapeado de empreendimentos de reciclagem, 38% [105] atuam informalizados, enquanto outros 34% [94] são formalizados como associações, e 28% [77] como cooperativas. Em termos de organização em rede, apenas 19% [52] deles afirmaram participar de alguma, com destaque para as redes de comercialização. Quanto aos equipamentos utilizados no trabalho, 53% [146] deles afirmaram ser donos, enquanto 39% [108] utilizam equipamentos alugados ou cedidos. A participação de “atravessadores” no ato da comercialização do material coletado é alta, sendo o meio que 46% [127] dos empreendimentos utilizam para escoar seu produto. Apenas 8% [22] deles responderam ter adquirido algum tipo de financiamento nos doze meses anteriores à pesquisa (Ipea, 2013, p. 27. Análise do Censo Demográfico 2010 de IBGE, 2012a).

Considerando empreendimentos e sujeitos fora do radar da economia solidária:

A divisão regional desse montante de trabalhadores [catadores] aponta que a região Sudeste concentra 161.417 pessoas, o que representa 41,6% do total [nacional, de 387.910]. O estado de São Paulo possui o maior contingente, com 79.770 [20,5% do total nacional e 49,4% do total regional] trabalhadores. Ou seja, além de possuir praticamente a mesma quantidade da soma dos outros três estados da região, São Paulo abriga 20,5% de todos os catadores do país (Ipea, 2013, p. 46. Análise do Censo

Demográfico 2010 de IBGE, 2012a).

Já pelo Onesc (2014), encontram-se no estado de São Paulo 264 (19,5%) dos 1.354 EES de catadores nacionalmente distribuídas, abrangendo 5.532 (19%) dos 29.105 sujeitos inseridos em empreendimentos, dos quais são homens 1.058 (8,3%) de 12.804 (44% da amostra nacional), e mulheres 3.574 (22%) de 16.301 (56% da amostra nacional). Observa-se, comparando com os dados do Sies (2013), não só o aumento de sujeitos inseridos nessas organizações, como também a continuidade de uma maioria de mulheres trabalhadoras nessa categoria. Enquanto nacionalmente 702 (51,8%) EES se caracterizavam como associações, 631 (46,5%) são cooperativas, 1 (0,07%) seria grupo informal e 16 (1,2%) redes de cooperação. Em São Paulo, esses números são respectivamente 47 (17,8%), 214 (81%), 0 e 3 (1,1%), indicando a permanência ao longo do tempo da escolha cooperativa enquanto forma de organização primordial no estado. Faltam dados que caracterizem essas formas de organização em rede.

Comparando os dados do Sies (2013) e do Onesc (2014), em relação aos do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, que indicou a existência de 387.910 catadores no Brasil (Ipea, 2013), as porcentagens proporcionais de catadores organizados em EES, em relação ao total nacional de catadores, seriam respectivamente de 5,5% e 7,5%. Já em relação a dados do mesmo Censo, que indicou a existência de 30.390 catadores organizados (Ipea, 2012a), as porcentagens equivalentes seriam respectivamente de 69,6% e 95,8%, contribuindo para a reflexão de que uma enorme quantidade de organizações de catadores está fora do radar da economia solidária, ou ainda não se organizam sobre os seus princípios.

Segundo alguns critérios de seleção, Leite, Araújo & Lima (2015) estudaram 247 desses EES do Estado de São Paulo constantes no Sies (2007), equivalentes a 34% do total e dos quais 78 (27%) trabalhavam com recicláveis. Estas compreendiam a existência de 2067 pessoas organizadas, das quais 881 eram homens e 1186 eram mulheres. 42% (104) eram organizações informais, 44% (108) cooperativas e 14% (35) associações.

A pesquisa *survey* de Leite, Araújo e Lima (2015) abarcou a entrevista de 107 lideranças de 107 (43,3%) dessas organizações, que compuseram uma análise comparativa em relação às informações do Sies (2007). Destas, 59 (23,9%) eram de reciclagem, das quais 20,5% (12) organizações informais, 66% (39) cooperativas e 13,5% (8) associações. Nessa amostra, 45,4% dos sócios eram homens e 54,6% mulheres, as quais, além de figurarem uma maior amostra em relação aos sócios em geral, também eram lideranças da maioria dos EES: em 38 das 59.

Em um âmbito mais geral dos catadores, para além da economia solidária, os homens

seriam predominantes nas organizações de catadores:

O sexo masculino é predominante entre as pessoas que exercem a atividade de coleta e reciclagem de resíduos sólidos no país. Os homens representam 68,9% do total, contra 31,1% das mulheres (Ipea, 2013, p. 48. Análise do Censo Demográfico 2010 de IBGE, 2012a).

De acordo com o Sies (2007), 32% das organizações de catadores do estado de São Paulo aumentaram a quantidade de sócios ao longo do tempo, 40% diminuíram e 28% permaneceram com o mesmo quadro no período de um ano, indicando uma alta incidência de rotatividade nesses EES. Além disso, 18% disseram ter contratado outros trabalhadores além de sócios, enquanto 82% não o tinham. De acordo com a Onesc (2013), 6 organizações possuíam trabalhadores contratados de modo permanente, 13 temporário e 6 conforme um estágio probatório para ingressar no quadro de sócios.

Os resultados da *survey* também indicaram certa rotatividade no período de um ano, ocorrendo 45 desligamentos e 47 admissões, em números totais, além de que uma organização tinha de 4 a 5 empregados contratados, e outras duas, de 1 a 3, além do quadro de sócios.

Ainda em relação aos postos de trabalho, esta pesquisa observou uma distribuição das tarefas por gênero. Os homens, eram responsáveis pelos serviços mais pesados, carregamento de peso, fardos, caixas, etc. (43,5%), pela prensagem e enfardamento (39,1%), pelo transporte (8,7%) e pelo carregamento de caminhão (8,7%). Já as mulheres se distribuíam pela triagem (65%), esteira de triagem (15%), coleta seletiva (5%) e faxina (5%). Apenas 10% disse participar de todas as funções.

Em relação ao engajamento/motivação dos trabalhadores para aderirem aos EES, os dados do Sies (2007) reforçam os resultados das experiências estudadas pela literatura, bem como as indicações das análises acerca das consequências negativas do desenvolvimento do modelo econômico e de produção capitalista: 58% buscou a organização como alternativa ao desemprego, conforme a Tabela 2.

Já em relação à posse da sede da organização, conforme Tabela 3, tanto o Sies (2007) quanto a *survey* de Leite, Araújo e Lima (2015) constataram que a maioria era cedida ou emprestada. A *survey* ainda conseguiu delimitar que a maioria das cessões foram realizadas pelas Prefeituras.

Tabela 2. **Engajamento/motivação para o trabalho**

<b>Engajamento/motivação para o trabalho</b>	<b>%</b>
Alternativa ao desemprego	58
Obter maiores ganhos	8
Motivação social, filantrópica ou religiosa	8
Fonte complementar de renda	5
Atividade onde todos são donos	4
Alternativa organizativa e de qualificação	4
Desenvolvimento comunitário, de capacidades e potencialidades	3
Exigência para acesso a financiamentos e outros apoios	1
Outros	10

Fonte: Leite, Araújo e Lima (2015). Baseado nos dados do Sies (2007). Elaborado pela autora.

Tabela 3. Natureza da sede dos EES de catadores

<b>Natureza DA SEDE (Sies, 2007)</b>	<b>%</b>	<b>Natureza da sede (survey)</b>	<b>%</b>
Cedida ou emprestada	76	Cedida pela Prefeitura	71,2
Alugada	14	Alugada	10,2
Própria	5	Cedida por outros órgãos	13,6
Ocupada	4	Ocupada	1,7
Arrendada	1	Cedida por empresas	3,4

Fonte: Leite, Araújo e Lima (2015). Baseado nos dados do Sies (2007). Elaborado pela autora.

Além dessas informações sobre a situação em relação à posse da sede, a *survey* trouxe informações também sobre os equipamentos. 49,1% dos EES indicaram possuir equipamentos próprios, 3,4% que seus equipamentos são em parte próprios e em parte alugados, 37,3% disseram que seus equipamentos foram cedidos por outros, 6,8% que os adquiriram por comodato, 1,7% que seus equipamentos são penhorados e 1,7% que eles são de associados que trabalham em casa ou em outro local. Ainda assim, faltam informações acerca da porcentagem que possui equipamentos próprios, sobre como eles foram adquiridos.

O Onesc (2013) trouxe informações complementares acerca da estruturação dos empreendimentos de catadores no estado. Eles averiguaram que 167 (63,2%) EES compreendiam, para sua manutenção, recursos dos próprios sócios (capitalização ou cotas), 144 (54,5%) recursos públicos não reembolsáveis (fundo perdido), 120 (45,5%) se mantinham com a doação de pessoas físicas e empresas, 43 (16,5%) com doações de organismos internacionais ou ONGs, 10 (3,8%) por meio de empréstimos e/ou financiamentos e 4 (1,5%) indicaram não ter havido a necessidade de recursos.

O Sies (2007) e a *survey* também ressaltaram o valor da retirada por sócio, conforme informações da Tabela 4. Ambos os resultados mostraram que a maioria dos catadores possuía uma retirada de  $\frac{1}{2}$  a 1 salário mínimo<sup>55</sup> (40% e 53,4%, respectivamente), seguidos por 1 a 2

<sup>55</sup> Valor considerado: R\$510,00.

salários mínimos (37% e 32,6%), indicando uma baixa renda geral.

**Tabela 4. Retiradas dos sócios**

Valor de retirada dos sócios	Sies (2007) (%)	survey (%)	Gênero (survey)	%
0 salários mínimos	10	-	Homens	-
			Mulheres	-
Até ½ salário mínimo	13	14	Homens	8,9
			Mulheres	18,2
De ½ a 1 salário mínimo	40	53,4	Homens	50,6
			Mulheres	55,6
De 1 a 2 salários mínimos	37	32,6	Homens	40,5
			Mulheres	26,3

Fonte: Leite, Araújo e Lima (2015). Baseado nos dados do Sies (2007). Elaborado pela autora.

Porém, as retiradas não eram iguais entre todos os membros dos EES. 43% dos empreendimentos da *survey* apresentavam diferenças nas retiradas dos sócios. Destas, 40,1% consideravam que elas eram justas, 9,6% injustas, 6,8% mais ou menos justas. 43,5% indicaram que todos possuíam retiradas iguais, indicando a existência de diferentes remunerações que pode estar relacionada tanto ao papel empenhado por cada um nas organizações, quanto às regras relativas às punições.

O Sies (2007) indicou que a maioria das remunerações ocorriam por horas, trabalhadas (47%), seguida de remunerações por produto ou produtividade (38%). Conforme Tabela 5, Leite, Araújo e Lima (2015), indicaram em sua *survey* que essa diferenciação de remuneração tinha relação com as condições de gênero de seus membros. Eles constataram que era comum as mulheres receberem pela produção no processo de triagem, e os homens por horas trabalhadas. Esses dados podem sugerir a existência de uma intolerância referente às limitações relacionadas a fatores, como, por exemplo, a idade, instigando, de certo modo, um comportamento competitivo em busca de ganhar mais pela intensificação do trabalho daqueles mais ‘aptos’, ou ainda, pelo aumento de horas.

**Tabela 5. Modo de remuneração**

Modo de Remuneração (Sies, 2007)	%
Horas trabalhadas	47
Por produto ou produtividade	38
Não está conseguindo remunerar	5
Não respondeu	10

Fonte: Leite, Araújo e Lima (2015). Baseado nos dados do Sies (2007). Elaborado pela autora.

Outras informações corroboram com esse raciocínio: o fato de que 40,7% dos empreendimentos indicaram realizar horas extras, sendo que 47,5% dos EES tinham uma rotina semanal de 40h de trabalho, 20,3% extrapolava essas horas e 22% possuíam uma jornada

variável, definida pela demanda.

Outra informação relevante trazida pela Sies (2007), que contribui para averiguar o planejamento financeiro dos EES de catadores, é em relação à destinação das sobras. Conforme a maioria das organizações ainda não possuíam sede própria ou seus próprios bens e meios de produção, este tipo de planejamento contribuiria para a melhoria das condições estruturais de trabalho e, conseqüentemente, de seus resultados. Porém, o que se percebe é que a maioria dos empreendimentos, ao invés de reaplicar as sobras no desenvolvimento da organização, distribuí-as entre os sócios, conforme Tabela 6, destacando a emergência desses sujeitos em obter renda, bem como uma limitação de planejamento para chegar a esse fim efetivamente.

**Tabela 6. Destinação das sobras**

<b>Destinação das sobras (Sies, 2007)</b>	<b>%</b>
Distribuição entre sócios	22
Fundo de reserva	13
Fundo de investimento	10
Fundo de solidariedade	1

Fonte: Leite, Araújo e Lima (2015). Baseado nos dados do Sies (2007). Elaborado pela autora.

A *survey*, apesar de não ter discriminado o encaminhamento das sobras por organização, indicou que 42,3% dos EES em geral possuíam sobras, e que 40,7% as encaminhavam para os diversos fundos. Dentre os EES de catadores, 42,4% (25) indicaram possuir sobras, dos quais 5,1% (3) eram associações, 23,7% (14) eram cooperativas, e 13,6% (8) eram grupos informais. O modo de organização cooperativo se mostrou mais potencial a resultar sobras.

Sobre o modo de organização desses EES, em relação às ações de direção da organização, a maioria disse haver assembleias ou reuniões coletivas para isso, enquanto o Sies (2007) apontou ainda a direção realizada por Diretoria/Conselho Diretor/Coordenação como um dos meios para isso, com porcentagens muito próximas às assembleias. Estas informações estão organizadas na Tabela 7.

A partir dessas informações, podemos inferir que existem gêneros de decisões atribuídos a cada instância. Porém, os resultados da *survey*, ainda que corroborem com o Sies (2007) em relação às assembleias ou reuniões coletivas, obteve resultados muito menores em relação às decisões serem tomadas pela Diretoria/Conselho Diretor/Coordenação. Talvez o modo e conteúdo de abordagem tenha contribuído para uma maior distinção dos respondentes em relação às instâncias de decisão de sua organização.

Tabela 7. **Direção da organização**

Modo de direção da EES	(Sies, 2007) (%)	survey (%)	Gênero survey	%
Assembleia ou reuniões coletivas	81	81,1	Homens	66
			Mulheres	84
Diretoria/Conselho diretor/Coordenação	78	26,5	Homens	19
			Mulheres	30
Conselho Consultivo	4	-	Homens	-
			Mulheres	-
Conselho Administrativo	19	22,7	Homens	16
			Mulheres	26
Conselho Fiscal	58	24,3	Homens	19
			Mulheres	26
Grupos de trabalho/Comissões ou núcleos	18	-	Homens	-
			Mulheres	-

Fonte: Leite, Araújo e Lima (2015). Baseado nos dados do Sies (2007). Elaborado pela autora.

As Tabelas 8 e 9 ainda trazem informações sobre a forma de participação dos sócios no EES, bem como sobre a frequência de ocorrência das assembleias, respectivamente.

A Tabela 8, indica um alto grau de possibilidade de participação dos sujeitos nos espaços coletivos de decisão, ainda que, conforme sua participação não ocorra integralmente em relação a todas as decisões, sugere-se a existência de acordos internos sobre a distribuição de responsabilidades por papel.

Tabela 8. **Participação dos sócios**

Participação dos sócios (Sies, 2007)	%	Participação dos sócios (survey)	%
Decisões cotidianas	88	Decisões cotidianas	81,4
Prestação de contas em assembleias ou reuniões coletivas	73	Prestação de contas em assembleias ou reuniões coletivas	89,9
Acesso a registros/informações da organização	69	-	-
Eleição em assembleias ou reuniões coletivas	68	Eleição em assembleias ou reuniões coletivas	91,5
Decisão sobre sobras em assembleias ou reuniões coletivas	64	Decisão sobre sobras em assembleias ou reuniões coletivas	84,7
Plano de trabalho em assembleias ou reuniões coletivas	59	Jornada de trabalho	72,9
Contratações e demissões em assembleias ou reuniões coletivas	44	Contratações e demissões em assembleias ou reuniões coletivas	71,2
Não existe	1	Outras instâncias de decisão	15,3
-	-	Retirada/remuneração dos sócios	61
-	-	Organização da produção e do trabalho	83,1
-	-	Planejamento da produção	62,7

Fonte: Leite, Araújo e Lima (2015). Baseado nos dados do Sies (2007). Elaborado pela autora.

Já na Tabela 9, constatamos que a maioria das assembleias são mensais, ainda que em alguns EE elas ocorram em outras frequências, sendo a segunda maior, as quinzenais ou semanais.

Tabela 9. Periodicidade das Assembleias

Frequência das assembleias (Sies, 2007)	%	Frequência das assembleias (survey)	%	Por tipo de organização (survey)	%
Anual ou mais de 1 vez ao ano	10	Anual ou mais de 1 vez ao ano	10,1	Associação	-
				Cooperativa	15,4
				Grupo Informal	8,3
Semestral	1	Semestral	17,3	Associação	-
				Cooperativa	-
				Grupo Informal	16,7
Bimestral ou trimestral	1	Bimestral ou trimestral	10,4	Associação	-
				Cooperativa	7,7
				Grupo Informal	16,7
Mensal	41	Mensal	23,2	Associação	5
				Cooperativa	33,3
				Grupo Informal	25
Semanal ou quinzenal	32	Semanal ou quinzenal	24,8	Associação	37,5
				Cooperativa	20,5
				Grupo Informal	25
Não soube responder	3	Quase nunca	2,8	Associação	-
				Cooperativa	2,6
				Grupo Informal	-
Outra	12	Sempre que necessário	14,2	Associação	12,5
				Cooperativa	20,5
				Grupo Informal	8,3

Fonte: Leite, Araújo e Lima (2015). Baseado nos dados do Sies (2007). Elaborado pela autora

Ainda que exista alguma concentração das atividades de direção nos conselhos, as assembleias em ambas as pesquisas foram indicadas como principal espaço de direcionamento das decisões, tanto na pesquisa do Sies (2007) quanto na de Leite, Araújo e Lima (2015). Em complemento, a *survey* indicou que 94,1% das organizações consideravam as relações com as “chefias” como boas, 4,3% como regular e 1,6% como ruim. Eles disseram que elas realizavam a prestação de contas aos sócios (84,9%), trocavam ideias (87,6%), atendiam reivindicações dos sócios (76,8%), transmitiam informações satisfatoriamente (76,8%) e realizavam reuniões frequentemente com os trabalhadores (74,6%), sugerindo a existência de processos democráticos em desenvolvimento e concordância acerca dos papéis internos, ainda que a questão da distribuição das retiradas vá de encontro a uma perspectiva democrática e solidária.

Ao mesmo tempo que a maioria dos sujeitos possui boas relações com os membros dos conselhos e diretorias, na *survey* 61% indicou haver problemas de gestão em seus EES, como falta de organização (7%), falta de acesso a informação, problemas na gestão financeira, divisão interna do grupo, pouco envolvimento de outros sócios no trabalho, falta de material (4% cada), dificuldade de gestão coletiva (3%), falta de cooperação (2%), falta de apoio externo, falta de direitos trabalhistas, falta de comunicação e falta de preocupação com o segmento (1% cada), além de diversos outros.

Em relação a essas lideranças, Leite, Araújo e Lima (2015) mostraram que a maioria dos mandatos era de dois anos (39%), seguidos de quatro anos (23,7%), três anos (15,3%), um ano (6,8%), cinco a oito anos (3,4%), indeterminado (3,4%) e vitalício (1,7%). Ainda, 6,8% disseram não possuir mandatos por não serem formalizados.

Destacando uma hierarquização implícita nas organizações e contradizendo a existência de processos democráticos pelo foco das decisões serem em assembleia ou reuniões coletivas, 55,7% disseram que um superior era responsável pelo controle da disciplina no EES, enquanto 12,4% indicou as assembleias para isso, 4,3% uma autonomia individual, 3,8% os outros colegas de trabalho, 22,2% outros motivos e 1,6% não soube ou não respondeu. Ao mesmo tempo, a resolução de problemas era direcionada pelo presidente ou diretor da organização (54,3%), por um supervisor (20%), pelos colegas (17,1%), por um coordenador (1,1%) ou de outras formas (7,4%) (Leite, Araújo & Lima, 2015).

Sobre as condições de trabalho, 69,7% as consideraram boas, 26,5% regulares e 1,1% não soube responder ou não respondeu. Em relação a problemas de saúde, 18,9% declararam possuir algum (17,9% homens e 19,8% mulheres), 80,5% disse não possuir nenhum (82,1% homens e 79,2% mulheres) e 0,5% ainda não soube responder ou não respondeu (Leite, Araújo & Lima, 2015).

Pelo Sies (2007), 92% dos EES disseram receber algum tipo de apoio, enquanto apenas 8% indicaram não possuir nenhum. Porém, não foram especificados os apoios somente às organizações que trabalham com recicláveis, sendo apresentados na Tabela 10, os apoios aos EES em geral.

**Tabela 10. Setores de apoio**

<b>Setor de apoio</b>	<b>Sies (2007) (%)</b>	<b>survey (%)</b>
Órgãos governamentais	71	76,3
ONGs, Oscips, Igrejas, Associações e Conselhos	38	49,2
Universidade, ITCs, Unitrabalho	37	20,3
Sistema S (Sebrae, SESCOOP, etc)	12	30,5
Outro	12	37,3
Movimento sindical (central, sindicato, federação)	1	5,1

Fonte: Leite, Araújo e Lima (2015). Baseado nos dados do Sies (2007). Elaborado pela autora.

Percebe-se que a maioria decorre de órgãos governamentais, ainda que não tenham sido especificados quais os tipos de apoio promovidos, já que, inclusive, muitas organizações consideram, por exemplo, que o pagamento previsto em contrato de prestação de serviços seria um apoio, e não uma obrigação da Prefeitura Municipal. O segundo maior setor de apoio

mencionado se refere às ONGs, Oscips, Igrejas, Associações e Conselhos, ficando as universidades, ITCPs e a Unitrabalho, apontadas pela literatura como essenciais para o estabelecimento de processos educativos e alterações subjetivas, em terceiro lugar.

Quando Leite, Araújo e Lima (2015) investigaram sobre o surgimento dos EES de catadores, definiram que 8% surgiu a partir da articulação de uma ITCP, 17% foram incubadas ou organizadas por ONGs e/ou Igrejas, 17% pela Prefeitura Municipal e 15% pelos próprios trabalhadores. Ou seja, apenas uma minoria surgiu da articulação de alguma entidade vinculada à universidade. Conforme o estado de São Paulo possui leis e decretos desde 2006, relacionados aos resíduos sólidos (PERS) e ao cooperativismo que abordam a participação dos catadores, bem como que a Igreja Católica e suas instituições possuem historicamente uma proximidade com a população de catadores, esses fatores contribuem para compreender os dados mencionados, de que Prefeituras Municipais e ONGs e/ou Igrejas foram os principais apoiadores envolvidos no surgimento desses EES.

Conforme os EES possuem diversos tipos de apoio, pôde-se constatar pelo Sies (2007) e pelo Onesc (2013), de acordo com a Tabela 11, ainda que com grandes variações nas porcentagens, que a maioria desses apoios ocorrem no âmbito de formações sociopolíticas (autogestão, cooperativismo e economia solidária) (34% e 71,2% respectivamente), ficando a qualificação profissional, técnica e gerencial em segundo lugar (27% e 60%) e assessoria técnica ou gerencial em terceiro (21% e 47%).

**Tabela 11. Tipos de apoio**

<b>Tipo de apoio (Sies, 2007)</b>	<b>%</b>	<b>Tipo de Apoio (Onesc, 2013)</b>	<b>%</b>
Formação sociopolítica (autogestão, cooperativismo, economia solidária)	34	Formação sociopolítica (autogestão, cooperativismo, economia solidária)	71,2
Qualificação profissional, técnica ou gerencial	27	Qualificação profissional, técnica ou gerencial	60
Assessoria técnica ou gerencial	21	Assessoria técnica ou gerencial	47
Assessoria na constituição, formação ou registro	7	Assessoria na constituição, formação ou registro	59
Assistência jurídica	3	Assistência jurídica	42,4
Assistência em marketing e na comercialização de produtos e serviços	1	Assistência em marketing e na comercialização de produtos e serviços	33,7
Diagnóstico e planejamento (viabilidade econômica)	1	Diagnóstico e planejamento (viabilidade econômica)	57,6
Outro	1	-	-
-	-	Elaboração de projetos	43,3
-	-	Incubação	10,2

Fonte: Leite, Araújo e Lima (2015). Baseado nos dados do Sies (2007). Onesc (2013). Elaborado pela autora.

A Onesc (2013) apresentou que 57,6% dos EES recebiam apoio para seu diagnóstico e planejamento (viabilidade econômica), enquanto na pesquisa do Sies (2007) essa porcentagem

era de apenas 1%. Conforme as informações sistematizadas nesse tópico inferem questões contraditórias envolvendo organização interna, participação dos sujeitos e as decisões realizadas, este tipo de apoio se destaca como importante para auxiliar no estabelecimento dos EES, inclusive por meio de um melhor planejamento financeiro.

Tendo as formações políticas e a qualificação profissional composto a maioria das ações dos apoiadores junto aos EES em geral, a Tabela 12, por sua vez, traz os principais temas abordados nos processos educativos junto às EES de catadores.

Tabela 12. **Temas tratados em processos educativos**

TEMAS	Nº de EES
Economia Solidária, autogestão, cooperativismo	184
Questões ambientais	177
Organização do trabalho, saúde e segurança no trabalho	135
Gestão, contabilidade, questões jurídicas	128
Elevação da escolaridade, educação formal e/ou profissional	121
Formação política e social	114
Formação técnica ou profissional (atividades específicas, funções de produção, etc.)	87
Questões de gênero	64
Motivação, dimensão subjetiva	43
Questões étnicas e raciais	32
Outras	3

Fonte: Onesc (2013). Elaborado pela autora.

Corroborando com os outros quadros, os temas mais trabalhados junto aos catadores foram economia solidária, autogestão e cooperativismo, seguido de questões ambientais e outras questões, voltadas à organização interna do trabalho (Organização do trabalho, saúde e segurança no trabalho e Gestão, contabilidade, questões jurídicas) e da promoção pessoal dos próprios sujeitos (Elevação da escolaridade, educação formal e/ou profissional). Outros temas de cunho cultural mais geral também foram abordados.

Além desse contato com apoiadores e suas instituições, os EES de catadores indicaram participar de outros espaços de interação, como redes ou fóruns, conforme a Tabela 13.

Na pesquisa do Sies (2007), 49% indicou não participar de nenhum desses espaços, dado que não apareceu nos resultados do Onesc (2013) e de Leite, Araújo e Lima (2015). Enquanto nos resultados do Sies (2007) e do Onesc (2013), a participação em fóruns ou redes de economia solidária e em redes de produção e comercialização são respectivamente os espaços dos quais os EES mais participam, na *survey* são indicadas “associações de cooperativas”, seguida por redes de comercialização e produção. Somente depois os fóruns ou redes de economia solidária

aparecem, empatados com espaços de ONGs, Igrejas, Pastorais, Fundações, etc. Este termo “associações de cooperativas” não foi explicado pelos autores. Ainda assim, ao longo do tempo, há indícios de que ao passo que as redes de produção e comercialização se fortaleceram, o que pode ser resultado de ações, como por exemplo, do Programa Cataforte, a participação das organizações de catadores em espaços de economia solidária, mesmo tendo aumentado porcentualmente, não figura mais como o principal espaço de apoio dessas organizações.

**Tabela 13. Participação em redes ou fóruns**

<b>Redes ou fóruns (Sies, 2007)</b>	<b>%</b>	<b>Redes ou fóruns (Onesc, 2013)</b>	<b>%</b>	<b>Redes ou Fóruns (survey)</b>	<b>%</b>
Não participa de redes ou fóruns	49	-	-	-	-
Fóruns ou redes de economia solidária	27	Fóruns ou redes de economia solidária	15,5	Fóruns ou redes de economia solidária	32,2
Redes de produção e comercialização	22	Redes de produção e comercialização	16	Redes de produção e comercialização	45,8
Movimento social ou sindical	9	-	-	Movimento social ou sindical	16,9
Demais articulações em redes	5	Outros fóruns, redes ou articulações	13,3	-	-
Complexos cooperativos	3	Cooperativa central	0,4	-	-
ONGs, Igrejas, Pastorais, Fundações, etc.	3	-	-	ONGs, Igrejas, Pastorais, Fundações, etc.	32,2
Outros	3	União ou Associação de Estabelecimentos de Economia Solidária	1,1	Associações de cooperativas	50,8
Federações de cooperativas	1	Federações de cooperativas	5,3	-	-
Centrais de comercialização	1	Centrais de comercialização	0,4	-	-
Conselhos de gestão e fóruns de participação em políticas	1	Conselhos de gestão e fóruns de participação em políticas	9,5	Conselhos de gestão e fóruns de participação em políticas	18,6

Fonte: Leite, Araújo e Lima (2015). Baseado nos dados do Sies (2007). Onesc (2013). Elaborado pela autora.

Antes de aderirem à organização atual, 1,1% dos sujeitos era empregador, 25,4% trabalhava como empregado, sem carteira assinada, 31,4% trabalhava como empregado, porém com carteira assinada, 30,3% trabalhava por conta própria e ainda 7% indicaram outros trabalhos e 4,9% não sabiam ou não responderam (Leite, Araújo & Lima, 2015). Analisando esses dados a partir do processo excludente vivenciado ao longo do tempo, percebe-se a aderência de uma maioria de ex-trabalhadores formais aos EES de catadores, sendo que dentre aqueles que foram empregados, apenas a minoria trabalhava sem carteira assinada. Destaca-se ainda a existência de ex-empregadores e ex-autônomos nos empreendimentos.

Em relação ao perfil socioeconômico, a maior quantidade de informações veio da pesquisa *survey*. Ela indicou porcentagens muito próximas da presença de membros entre as

faixas etárias de 30 a 40, de 41 a 50 e de mais de 50, com uma ligeira concentração na faixa de 41 a 50, na qual se encontra a maioria dos sujeitos homens. As mulheres estão concentradas principalmente entre essa faixa de idade de 30 a 40. Essas porcentagens, sistematizadas na Tabela 14, são similares às dos dados nacionais, que indicam uma média de idade de 39,4, sendo que na região sudeste, essa média é de 40,6 anos (Ipea, 2013; IBGE, 2012a).

**Tabela 14. Faixa etária dos catadores do estado de São Paulo**

Faixas etárias ( <i>survey</i> )	%	Gênero	%
Até 29	21,6	Homens	19
		Mulheres	23,8
De 30 a 40	28,1	Homens	26,2
		Mulheres	29,7
De 41 a 50	30,3	Homens	32,1
		Mulheres	28,7
Mais de 50	30	Homens	22,6
		Mulheres	17,8

Fonte: Leite, Araújo e Lima (2015). Adaptado pela autora.

Já em relação à escolaridade, conforme dados da Tabela 15, a maioria dos catadores possuem apenas o primeiro grau incompleto (não tendo completado a antiga 8ª série). Tanto a a maioria dos homens quanto das mulheres se concentra nessa faixa de escolaridade. Conforme a taxa de analfabetismo da população geral do Brasil é de 9,4% e a do Sudeste é de 13,4% a porcentagem dos catadores de EES do estado de São Paulo nessa condição (9,7%) é similar à nacional e menor que a regional. Já em comparação à taxa nacional de analfabetismo de catadores, de 20,5%, mais uma vez o estado se destaca com uma taxa 50% menor de analfabetismo entre os catadores, comparada à nacional (Ipea, 2013; IBGE, 2012a).

**Tabela 15. Escolaridade dos catadores do estado de São Paulo**

Escolaridade ( <i>survey</i> )	%	Gênero	%
Sem instrução	9,7	Homens	10,7
		Mulheres	8,9
Primeiro grau incompleto	50,8	Homens	47,6
		Mulheres	53,5
Primeiro grau completo	21,6	Homens	22,6
		Mulheres	20,8
Segundo grau completo	17,8	Homens	19
		Mulheres	16,8

Fonte: Leite, Araújo e Lima (2015). Adaptado pela autora.

Por fim, em relação à origem dos catadores de EES do estado de São Paulo, sistematizados na Tabela 16, nota-se que a maioria nasceu no próprio estado (56,8%), ao passo que do restante, 24,9% migrou principalmente da região nordeste, coincidentemente o estado que apresenta alguns dos maiores índices de pobreza e privação de acesso a direitos básicos,

como educação. Dentre os catadores dessa região, estão aqueles que, comparados com a população em geral, possuem os mais baixos índices de escolaridade e renda.

**Tabela 16. Origem dos catadores do estado de São Paulo por região**

<b>Origem dos catadores do estado de São Paulo (survey)</b>	<b>%</b>
Estado de São Paulo	56,8
Sudeste (outros estados)	8,1
Nordeste	24,9
Centro Oeste	1,1
Norte	0,5
Sul	8,6

Fonte: Leite, Araújo e Lima (2015). Adaptado pela autora.

Esses resultados destacaram que os EES no estado de São Paulo: concentram-se no ambiente urbano; a maioria dos catadores não participam do Movimento da Economia Solidária, considerando a baixa porcentagem de catadores organizados em EES em relação ao total nacional; que a questão de gênero nos EES, no sentido de que além, de haver divisão do trabalho por gênero, a maioria dos trabalhadores é homem, os quais recebem as retiradas de maior valor, considerando a grande incidência de diferenciação nas retiradas.

Outra questão destacada no âmbito das relações, os EES da pesquisa indicaram que as decisões ocorrem em assembleias, ainda que muitas sejam realizadas pelos papéis estabelecidos, indicando uma divisão implícita das funções de trabalho.

Ainda que quase metade das cooperativas possuíssem equipamentos próprios, a sua origem não foi destacada. A manutenção desses equipamentos ocorria primordialmente com recursos próprios, considerando ainda que doações físicas e de empresas e recursos públicos não reembolsáveis, compunham uma grande parcela das manutenções. Ainda que os sujeitos considerassem possuir uma boa relação com as lideranças de seu EES, bem como indicassem grande possibilidade de participação, os tipos de decisões e seu modo de resolução por instância, depende de sua natureza.

Em relação aos recursos, as cooperativas indicaram um baixo planejamento acerca das sobras, que normalmente são distribuídas entre os trabalhadores, e não reinvestidas no EES.

Ainda que a literatura destaque a participação de universidades na organização e apoio dos EES (Singer, 2002a; Cruz-Souza, Cortegoso, Zanin & Shimbo, 2011), apenas uma pequena parcela teve como propulsor inicial esse tipo de instituição ou apoiador primordial. Os governos municipais são os considerados apoiadores principais desses EES.

Ouro fator destacável é a baixa participação desses EES em fóruns ou redes, indicando uma limitação de sua articulação política que, por sua vez, mostra-se importante para o

desenvolvimento e estabilidade dessas organizações.

Ainda que as pesquisas possuam metodologias diferentes que podem ocasionar variações em seus dados, ao mesmo tempo que se referem a períodos diferentes, seus resultados e as comparações entre ambas contribuem para que tenhamos um panorama norteador acerca do que vem acontecendo no Brasil em relação aos EES, bem como aos de catadores.

### *1.3.3 Catadores de materiais recicláveis e subjetividade: algumas pesquisas*

Ao mesmo tempo que pesquisadores de áreas sociais trazem compreensões sobre o mundo do trabalho e as consequências das transformações produtivas para as condições de trabalho e vida das pessoas, conforme ocorre no âmbito da economia solidária, o significado das cooperativas de catadores possui diversas interpretações, que abrangem argumentos sobre a exploração dessa categoria pelo mercado capitalista, a continuidade de condições precárias de trabalho ou a possibilidade de superação das situações de exclusão e exploração vivenciadas.

O cotidiano das organizações de catadores revela muito sobre como acontece na prática o seu desenvolvimento, abarcando as características das relações internas estabelecidas, as articulações com os apoiadores, o acesso às políticas públicas e o contexto local, além de suas relações com a temática dos resíduos sólidos.

Em pesquisas que consideram aspectos subjetivos e estruturais dessas organizações, também não há uma concordância absoluta sobre suas potencialidades de desenvolvimento, nem sobre o significado desse trabalho para os catadores e a sociedade.

A diversidade de sentidos atribuída à catação é bem apresentada na pesquisa de Porto, Junca, Gonçalves e Filhote (2004, p. 1509) que, investigando os catadores de um aterro sobre os sentidos que atribuíam ao seu trabalho, encontraram respostas como “[...] meio de sobrevivência, possibilidade de conquistar uma independência, forma de distração e de fazer amigos, modo de se sentir útil, único jeito de conseguir as coisas honestamente”.

No mesmo sentido, Cavalcante e Franco (2007) detectaram estratégias defensivas dos catadores em relação ao seu trabalho, minimizando, negando, dissimulando e compensando em suas respostas os problemas vivenciados e que os fizeram se sentir vulneráveis, sem acesso a direitos e sem reconhecimento.

Braga et al (2015), também buscando compreender os sentidos atribuídos pelos catadores não cooperativados ao seu trabalho, confirmaram a existência de condições de

trabalho exaustivas e renda instável que resultaram em um sentimento contínuo de insegurança, além de aspectos de sofrimento relacionados à injustiça social vivenciada. Para esses sujeitos, o trabalho de catação se tornou um fardo, já que ele não foi uma escolha, mas sim a única alternativa de gerar renda para a família, pelo fato de serem idosos. Ao mesmo tempo, consideravam que o trabalho do catador tinha um sentido importante para a sociedade. Mesmo não possuindo acesso aos direitos trabalhistas, os catadores tinham o sonho de se aposentar.

Quando este trabalho incorre como única alternativa para gerar renda após um período de desemprego prolongado, acontece um estranhamento em relação à identificação dos sujeitos com a atividade e ao reconhecimento dela como profissão (Feitosa, 2011).

Em um trabalho sobre representações sociais de Dias et al (2014), alguns resultados similares foram encontrados, além de terem destacado outras questões relativas às percepções externas da sociedade e a importância do vínculo territorial e dos governos considerarem a realidade dos catadores na elaboração de políticas públicas.

Os autores buscaram compreender as representações sociais de catadores sobre o seu trabalho e moradia, considerando uma região de ocupação próxima ao centro de Porto Alegre, a Vila Choclatão, na qual se concentravam catadores, dentre outros trabalhadores informais.

Os catadores consideravam como fator positivo, apesar de apontarem não ter outra opção viável de trabalho, a autonomia que possuíam em definir seus horários de trabalho, ao mesmo tempo que intempéries e outras condições das vias públicas atrapalhavam sua execução e rendimento. Muitas vezes, eles estabeleciam vínculos com doadores de recicláveis, com os quais precisavam cumprir obrigações relacionadas aos horários e dias estabelecidos para a retirada dos recicláveis nos locais. Eles utilizaram suas representações sobre outros trabalhos para valorizar o da catação em termos econômicos, destacando, por exemplo, que os catadores possuem uma remuneração maior que a dos professores.

Indicando desconhecer uma lei municipal que visava proibir a circulação de carrinhos e carroças no centro da cidade, eles associaram como possíveis resultados de sua aplicação, a intensificação da miséria e da criminalidade pela decorrente impossibilidade das pessoas gerarem renda a partir desse trabalho. Eles manifestaram desamparo frente à situação, destacando a baixa escolaridade e a situação de exclusão vivenciada como cerceadores de suas escolhas frente a eminência de não poderem mais realizar o seu trabalho.

Representantes da Prefeitura Municipal propuseram que eles aderissem a alguma cooperativa para continuar no trabalho de catação, mas a aversão que os catadores sentiam a

esta possibilidade, os fez rejeitar a proposta. Em suas representações, a adesão à cooperativa resultaria em perda de autonomia pela mudança nas horas trabalhadas e diminuição da renda pela distribuição igual de valores entre pessoas com diferentes ritmos de trabalho.

Em relação à comunidade em que viviam, ainda que fosse uma apropriação ilegal do espaço público, eles se consideravam donos de suas casas, ao mesmo tempo que reconheciam suas moradias como “de favor”, por estarem em um terreno do governo municipal ou por tê-las adquirido por meio de donos de depósitos. Havia uma proposta municipal de transferir essa comunidade para outro local, mas eles não ficaram satisfeitos pela distância que ficariam do centro e pelos possíveis futuros conflitos com catadores que já trabalhavam nesse novo território. Ao mesmo tempo, a preocupação dos donos de depósitos recaía na previsão de existência de apenas um galpão de reciclagem no novo território.

Em suma, nas entrevistas, a mudança significava perda de referências, aumento da violência e incerteza quanto à própria sobrevivência. Questões como a fome, a miséria e retorno às ruas figuravam como possíveis consequências do reassentamento (Dias et al, 2014, p. 198).

Esta mudança proposta não foi construída de forma participativa e a comunicação com o poder público era irregular, ilustrando a desconsideração da importância da participação popular na construção das políticas públicas. O sentido que os catadores atribuíam a essa mudança proposta pelo poder público se referia a um desconforto estético da população e governantes, e não de conscientização sobre a importância do trabalho do catador, resultando em uma descrença no poder público e um sentimento de insegurança em relação ao futuro.

Mantém-se a falta de ações regulares e integradas de órgãos públicos responsáveis por ações nas áreas da saúde, habitação, urbanismo e educação. Ainda, os vinte anos de existência da comunidade culminaram apenas com a transferência para uma região fora do perímetro urbano, praticamente inviabilizando a manutenção dos precários vínculos de trabalho e fonte de renda; exacerbando, assim, seu “não lugar” à exposição e reprodução de violência e vulnerabilidade social (Dias et al, 2014, p. 199).

A intenção da pesquisa foi mostrar o sufoco das vozes em interação de uma comunidade e contribuir para o encaminhamento de políticas públicas que considerem as representações e necessidades da população, bem como inferir algumas consequências de políticas impositivas na vida das pessoas, quando não existe preocupação em conhecê-las.

Em outra pesquisa sobre representações sociais, Pereira et al (2012) focaram catadores

de um aterro sanitário que manifestaram sentimentos relacionados aos restos, atribuídos ao teor do trabalho realizado e às condições de trabalho e vida que possuíam, como realizando o manuseio de restos e vestindo roupas rasgadas e malcheirosas. Isso resultou em um sentimento de inferioridade e uma conseqüente marginalização social.

Segundo os autores, houve um processo de alienação desses catadores pela sua consideração acerca de como são vistos pelos outros, resultando um sentimento de estranhamento ante a repulsa social. Suas identidades foram construídas em meio à dialética da relação indivíduo e sociedade, que resultou numa invasão da identidade subjetiva do sujeito pela identidade socialmente atribuída a ele, a qual é estabelecida a partir dos conhecimentos difundidos e aceitos socialmente.

Suas representações se associavam aos sentimentos de serem similares a mendigos ou bandidos, ocasionado pela reação de medo que as pessoas possuíam em relação a eles e que as levavam a os tratarem como seres impessoais.

Em relação ao trabalho no aterro, os catadores se sentiam incluídos pela organização junto aos outros catadores, a qual permitia a manutenção de uma ordem e uma lógica próprias e um sentimento de inclusão no trabalho, ainda que a exclusão imposta socialmente também fosse sentida por eles, propiciando-lhes uma insegurança sobre o trabalho desenvolvido.

Além do desamparo sofrido tanto em função do desprezo e alienação da sociedade, quanto na falta de condições humanas de trabalho, os catadores se sentem desprotegidos na catação de lixo pelos vários riscos a que se submetem para sobreviver (Pereira et al, 2012, p. 42).

Este trabalho expressa a insegurança e a desesperança sentidas pelos catadores desorganizados em relação ao futuro, pelo sentimento de desamparo social vivenciado.

Em outra pesquisa de cunho subjetivo, Miura e Sawaia (2013) partiram da consideração do catador, sob uma perspectiva sociológica, relacionando-o ao processo de inclusão perversa de pessoas excluídas e que não possuem outro lugar na sociedade, e sob uma perspectiva psicossocial, desvelando o sentido de que o trabalho do catador é um modo digno e legítimo de obtenção de renda pela diferenciação de 'ladrões' que ele os propicia.

As autoras discorreram que as ambigüidades de ser catador contidas nestas considerações merecem ser averiguadas pelo viés do sofrimento que esse trabalho propicia em relação à vivência de situações de discriminação, preconceito, problemas de saúde e dificuldades de constituir um projeto de vida. Isso, pela importância que as condições de

trabalho e vida possuem para compreensão dos significados para além da sobrevivência que a catação pode possuir enquanto ocupação.

Elas utilizaram conceitos de afetividade, sentimento e emoção para tratar dessa questão, relacionando o primeiro à totalidade de afetos que a existência humana possui e que é constituída de sentimento e emoção, o segundo às sensações de prazer e desprazer, e o terceiro a uma afetividade intensa e temporária relativa a um objeto específico (Miura & Sawaia, 2013).

As autoras desvelaram que um sentimento considerado imobilizador pelos catadores era a vergonha de precisar se tornar catador, carregando um significado construído socialmente de negatividade e favorecedor de comportamentos submissos, já que o catador atribuía a si mesmo uma censura em relação ao que ele reconhece como sendo o olhar do outro.

O sofrimento atribuído à vivência cotidiana desse trabalhador devém de sua situação social, da desigualdade e do sentimento de inferioridade construído.

Os catadores mostraram dois grandes blocos de emoções tristes: um derivado do medo da esperança; e o outro derivado do medo da censura, que significa humilhação, vergonha, pudor, culpa. Tudo isso sedimenta e concretiza o preconceito. No entanto, o medo da esperança é menor do que o medo de não trabalhar, não criar e não expandir. Além de também ser menor que a lembrança de situações muito mais padecedoras (Miura & Sawaia, 2013, p. 336).

Mesmo diante de sentidos negativos, os catadores se mobilizam por uma potência de ação em busca da realização de seus desejos. Quando eles encontram em outras pessoas a possibilidade de uma união que condiz com suas ideias, a ação se torna mais potencializada, levando os sujeitos a continuarem agindo, mesmo quando não conseguem atingir seu objetivo final, já que o trabalho possui outros sentidos além da finalidade econômica. Os ganhos imateriais, como o reconhecimento, decorrem da realização dos desejos dos sujeitos.

Reciclar-se é sair da depressão, da despotencialização, e tornar-se potência de ação. O catador sai da negatividade para entrar na positividade social, tendo e criando sua função, que atualmente está sendo valorizada. Reciclar é mudar a função de algo sem perder sua essência (Miura & Sawaia, 2013, p. 336).

Segundo as autoras, não é viável reduzir o trabalho a algo somente includente ou excludente. Seria necessário compreender os seus momentos diferenciados, que podem levar à potência ou ao padecimento, à ruptura ou à cooperação, e os sentidos atribuídos a ele, bem como as diversas motivações que os produzem.

Maciel et al (2011), trabalhando com a história de vida de catadores também não cooperativados, perceberam que eles associavam o trabalho do catador a situações de humilhação e trabalho pesado, considerando-o como única alternativa de geração de renda, além do recebimento de benefícios sociais, aposentadorias e pensões próprias ou de outros familiares. Ao mesmo tempo, eles sentiam o preconceito das pessoas relacionado ao seu trabalho, bem como incluíram esse olhar do outro na construção de sua imagem sobre si.

Os sentimentos positivos desencadeados pelo trabalho de catação se relacionaram à sensação de se sentir útil e produtivo e à sensação física de agilidade. Esses sentimentos adquiriram uma importância tão grande na vida desses sujeitos que acabaram auxiliando na superação de características econômicas do trabalho, como o fato da renda ser baixa.

Os catadores mais jovens tinham como sonho a inserção no mercado de trabalho formal, com carteira assinada e salário fixo. Porém, esse sonho esbarrava em sua baixa escolaridade, que se caracterizou como impeditivo para a realização de alguns trabalhos mencionados como sendo seus objetivos, como zelador, policial e empacotador de supermercado.

As conclusões desse trabalho ressaltaram mais uma vez a desesperança na possibilidade de condições melhores de vida e a desigualdade e exclusão social vivenciadas como limitantes do acesso a direitos básicos e do desenvolvimento pessoal dos sujeitos, além da importância da atribuição social de sentidos sobre eles.

Coelho e Godoy (2011) trabalharam com a trajetória de inserção de catadores de rua em cooperativas, tendo como foco o processo organizativo da Cooperativa de Trabalho de Coleta, Processamento de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (Cooperlários), da Região Metropolitana de Campinas.

Os autores destacaram que o EES pesquisado surgiu da ação conjunta entre catadores e Prefeitura. A motivação inicial da Prefeitura foi organizar os catadores para realizar a coleta seletiva e melhorar o saneamento de um bairro, bem como de gerar emprego e renda, o que delineou uma motivação econômico-instrumental que escolheu o cooperativismo como meio de atingir o seu objetivo. Durante o processo de organização da Cooperativa, foi possível aos catadores se identificarem com o trabalho e a proposta, resultando em seu engajamento no desenvolvimento da organização, além de se apoiarem em parcerias para garantir esse processo.

Mesmo a Cooperativa tendo nascido de uma iniciativa externa (Prefeitura) alinhada a princípios cooperativistas, os cooperados relataram ter desenvolvido a capacidade de argumentação e participação, um sentimento de preocupação com o próximo, e uma capacidade

de organização coletiva relativa. Além disso, sentiam-se identificados com o trabalho e com os princípios solidários que caracterizavam sua organização.

Os autores concluíram que a organização solidária é potencial a propiciar condições objetivas e subjetivas favorecedoras de uma transformação econômica focada no ser humano, influenciando positivamente a vida social e política de seus associados, principalmente quando são incentivadas e respaldadas por políticas públicas.

Observa-se que o processo de organização dos catadores, sob a tutela governamental e política, desencadeou sentimentos diversos aos apresentados pelos catadores não organizados.

Considerando os estudos sobre cooperativas, Magni e Günther (2014) realizaram uma pesquisa para avaliar os processos de autogestão da Coopamare, entre 2006 e 2010.

Em relação ao significado do trabalho para os catadores, eles o consideravam como um meio de valorização social, e não somente uma fonte de renda, o que para os autores é essencial, em termos de princípios cooperativistas, para que os EES sobrevivam. Porém, eles perceberam uma dificuldade dos cooperados em manterem os princípios da autogestão em meio a uma atividade econômica inserida em um mercado tão competitivo, ao mesmo tempo que, partindo de um momento de crise em 2006, houve um crescimento no número de cooperados, no valor da renda dos catadores e no número de parcerias.

Ghinozi e Mendes (2014) fizeram uma pesquisa junto à Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas (Ascampa) a partir de uma demanda dirigida ao Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal do Tocantins (NESol/UFT) para a constituição de uma cooperativa. Como não tinham condições de atender à demanda, propuseram-se a trabalhar com um grupo de discussão formado pelos catadores que visava resgatar um sentimento de coletividade. Foi criada a ‘Clínica Psicodinâmica da Cooperação’ com este grupo, no intuito de ‘dar voz’ aos trabalhadores e potencializar a mobilização subjetiva coletiva sobre as regras do espaço de trabalho.

Eles observaram que nesse início de organização do grupo, havia uma centralização do poder decisório e uma baixa participação dos associados. Conforme o grupo apresentou maior disponibilidade em participar da atividade, os catadores expuseram suas fragilidades e sofrimentos relacionados ao trabalho, o que os autores consideraram como condição essencial para possibilitar a ocorrência de mudanças.

Com o desenvolvimento das atividades, o sofrimento apresentado se tornou uma possibilidade criativa e mobilizadora de mudanças no espaço de trabalho e na vida pessoal dos

catadores, conforme Miura e Sawaia (2013) perceberam junto aos catadores não cooperativados: como as condições adversas podem constituir sentimentos desenvolvedores de uma potência de mudança. Como resultados, os autores indicaram um processo de transição de uma gestão centralizada para uma coletiva, apesar de ainda estar em construção.

Por fim, Pereira et al (2014) relataram em seu artigo os processos realizados em busca do avanço dos catadores de materiais recicláveis do Oeste Paulista na cadeia produtiva dos resíduos recicláveis. Elas observaram que uma das principais dificuldades de articulação em rede dos catadores era o desinteresse dos sócios em participar dos espaços coletivos de decisões.

Contudo, na Cooperativa articuladora do processo de trabalho em rede, um núcleo de aproximadamente 20 pessoas que estava na organização desde o seu início, além de possuir uma participação mais engajada tanto ao cotidiano de trabalho quanto às questões políticas que envolviam a organização, incentivava a participação dos outros sócios nos processos decisórios, bem como nos espaços educativos existentes no cotidiano de trabalho.

As autoras destacaram o apoio constante do MNCR e da Incop Unesp Assis, além da parceria estabelecida com a Prefeitura Municipal e Igreja Católica, como essenciais para garantir a estruturação física dessa Cooperativa, que seria a sede de uma futura rede de comercialização, bem como para organizar os espaços educativos no ambiente da Cooperativa, importantes para auxiliar a promoção de consciência do catador sobre o seu trabalho, principalmente quando acontecia “de catador para catador”. Todas as organizações de catadores participantes dessa rede eram caracterizadas como EES.

#### *1.3.4 Considerações acerca das pesquisas sobre catadores de materiais recicláveis*

As pesquisas discutidas no tópico anterior ilustram alguns dos interstícios dos impactos ocasionados pelo desenvolvimento econômico e social do país, acompanhado das reestruturações produtivas e das mudanças das relações de trabalho.

Quando lemos sobre crises, desemprego, exploração, exclusão, luta pela sobrevivência, muitas vezes, não nos apropriamos de seus significados expressos no cotidiano das pessoas que os vivenciam. Como esses processos são percebidos pelas pessoas a partir de suas singularidades? Como eles se desdobram nas ações cotidianas dos sujeitos? Quais são suas consequências negativas e potencialidades enquanto reflexo nas condições de vida das pessoas?

As situações vivenciadas pelos catadores não cooperativados de variados locais, em

variadas situações, são similares em termos de origens, condições e impactos na vida e nas relações desses sujeitos com o mundo e com a sua ocupação. Os estigmas interiorizados pelos sujeitos são reforçados pela legitimação social, percebida pelos catadores. Ao mesmo tempo, eles os acompanham em processos que possibilitam a organização de seu trabalho, podendo se transformar em ações positivas em termos pessoais e de trabalho, ou limitar o entendimento dos sujeitos em relação a essa nova possibilidade, cerceando suas escolhas e ações.

As potencialidades de transformação subjetiva dos EES são indiscutíveis, já que mesmo os autores que enxergam essas iniciativas como uma nova forma de exploração do trabalhador e manutenção das desigualdades econômicas e sociais, consideram que o desejo e o engajamento dos sujeitos podem desencadear novas formas de ver o mundo e de agir. Porém, os contextos e as relações externas com diversos tipos de apoiadores, considerando o modo de seu estabelecimento, destacaram-se como necessárias para engrenar essas transformações e desenvolver as potencialidades disponíveis.

O fato de um EES de catador ter origem exógena ou endógena não é suficiente para determinar se ele é ou não legítimo em termos de organização e princípios. Apesar dessa origem guiar algumas características de desenvolvimento e auxiliar na compreensão de sua história pelos contextos vivenciados, as potencialidades emancipatórias dos EES dependem de como os sujeitos catadores assimilam e negociam as suas representações, entre si e com a sociedade, acerca de suas condições e vivências.

No próximo capítulo, o contexto e as condições de existência da Coopervida, bem como suas características enquanto organização e articulações nos espaços externos, serão delineadas.



## **CAPÍTULO 2 - A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A COOPERVIDA NO CONTEXTO DE SÃO CARLOS**

Existe no município de São Carlos-SP, o Programa de Fomento à Economia Solidária. Como uma política transversal de desenvolvimento, é considerado estratégico no que diz respeito à geração de trabalho e renda. Ele é desenvolvido pela SMTER em parceria com outras Secretarias e Fundações Municipais. Por esse Programa, os EES do município, tais como cooperativas, associações, redes e cadeias produtivas de diversas naturezas, recebem assessorias diversas (PMSC, [2010a]).

Com a criação da Lei nº 15.196, de 26 de fevereiro de 2010, o Programa de Fomento à Economia Solidária foi institucionalizado, prevendo a consolidação de empreendimentos já existentes e o fomento de novos.

Estão entre as atividades fomentadas (PMSC, [2010a]):

- a) Cadeia Produtiva de Resíduos;
- b) Cadeia Produtiva de Alimentos e Gastronomia;
- c) Finanças Solidárias;
- d) Artesanato.

A PMSC se baseou na dispensa de licitação para contratação de catadores, instituída pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, conforme a PNSB, para justificar a contratação, desde março de 2010, da Coopervida como prestadora de serviço de coleta seletiva através de estabelecimento de contrato.

A economia solidária no município é amparada e desenvolvida pelos seguintes dispositivos e recursos vinculados ao governo municipal:

- a) Daes: inicialmente fez parte da SMDSCT, tendo sido criado pela Lei nº 13.486, de 16 de dezembro de 2004. Atualmente, pela lei 14.845, de 18 de dezembro de 2008, vincula-se à SMTER. Tem como objetivo desenvolver o Programa de Fomento à Economia Solidária, além de buscar e disponibilizar recursos públicos e privados aos EES do município. Esses recursos são de natureza humana, física, institucional e financeira. O Daes é responsável por propiciar o controle social das políticas públicas

municipais, de uma política transversal de fomento à economia solidária, bem como pelo fortalecimento político e comunitário de comunidades e territórios da zona sul de São Carlos, área de maior vulnerabilidade econômica e social, envolvendo os bairros Antenor Garcia, Presidente Collor, Cidade Aracy I, Cidade Aracy II, Jardim Gonzaga, e da zona norte, considerando o Distrito de Santa Eudóxia. As ações do Daes remetem à criação e consolidação de EES, o fomento à articulação entre os diversos EES como meio de geração de renda e superação de situações de extrema pobreza, e a realização de cursos de capacitação e formação técnica em diferentes áreas para os membros dos EES (PMSC, [2008a]; [2012a]). O Daes frequentemente recebe verba para suas ações por convênios junto ao BSM.

- b) Centros Públicos de Economia Solidária: em 2008, foi criado o Centro Público de Economia Solidária “Herbert de Souza Betinho” pela Lei nº 14.414, de 20 de março de 2008, sendo considerado tanto difusor quanto acolhedor administrativo dos EES no município (PMSC, [2008b]). Em 2012, foi criado outro Centro Público no município, pela Lei nº 16.146, de 15 de maio de 2012, denominado Centro Público de Produção de Economia Solidária “Rosa Sundermann”, voltado para a capacitação e inclusão produtiva de mulheres da economia solidária (PMSC, 2012b);
- c) Centro de Documentação em Economia Solidária (CEDOC): localizado no Centro Público de Economia Solidária, possui publicações, informações e documentações sobre economia solidária, disponíveis para consulta pública (PMSC, [2008c]);
- d) Conselho Municipal de Economia Solidária e Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária: criados pela Lei nº 15.853, de 11 de outubro de 2011<sup>56</sup> e vinculados à SMTER, esse Conselho se constitui enquanto órgão consultivo e deliberativo. É composto 50% por membros da sociedade civil e 50% por membros do poder público (PMSC, [2012a]);
- e) Feira de Economia Solidária: com regimento regulamentado pelo Decreto nº 94, de 11 de Abril de 2016 e incluída no calendário municipal como evento oficial pela Lei

---

<sup>56</sup> Esta lei teve a redação de seu artigo 3º alterada quatro vezes ao longo dos anos, no que se refere à composição do Conselho Municipal de Economia Solidária, em termos de número e origem de seus membros. Porém, todas as alterações mativeram a proporção de 50% de membros da sociedade civil e 50% do poder público. As alterações foram realizadas pelas seguintes leis: Lei nº 16.121, de 02 de maio de 2012; Lei nº 17.112, de 24 de abril de 2014; Lei nº 17.921, de 14 de julho de 2016; e Lei nº 17.803, de 13 de abril de 2016. Pela redação da lei original, o Conselho era composto por 20 membros. Após a última alteração, o Conselho passou a ser composto por 18.

17.916, de 12 de julho de 2016, esta Feira propicia um espaço para que os diversos EES do município possam comercializar os seus produtos (PMSC, [2012a]; [2016a]).

Existe ainda o Fórum Municipal de Economia Solidária, criado em 2005, que tem como objetivo desenvolver o Movimento de Economia Solidária no município. Ele é caracterizado como uma organização democrática e considerado um instrumento de controle social das políticas de economia solidária, tendo como principais atividades (PMSC, [2005]):

- a) Discussão, troca de ideias e informações sobre as EES e sobre a economia solidária;
- b) Organização de eventos relacionados à economia solidária;
- c) Formulação, implementação e monitoramento de propostas para o fortalecimento das iniciativas de economia solidária;
- d) Representação de São Carlos em outros espaços de discussão sobre economia solidária;
- e) Aproximação e integração entre as EES.

Outro espaço importante que possibilita discussões ampliadas para elaboração de diretrizes e aperfeiçoamento e criação das políticas públicas e ações municipais, é a Conferência Municipal de Economia Solidária (CMES), instituída pela Lei nº 15.779, de 05 de agosto de 2011, tendo frequência bianual (PMSC, [2012a]; [2016a]). Na Figura 4, constam informações de todas as CMES realizadas até o momento.

DATA	CONFERÊNCIA	TEMA
05/05/2012	I CMES	Participação e Controle Social: eleição do Conselho Municipal de Economia Solidária
31/05/2014	II CMES	Construindo um Plano Municipal de Economia Solidária para Promover o Direito de Produzir e Viver de Forma Associativa e Sustentável
20- 21/05/2016	III CMES	Pensando a representação no contexto da autogestão: superar o individualismo para construir a representação de fato
12/05/2018	IV CMES	Economia Solidária como estratégia de ação coletiva - a importância da união/cooperação para alcançar conquistas

**Figura 4.** Conferências Municipais de Economia Solidária de São Carlos/SP.

Fonte: Elaborado pela autora. Baseado em PMSC ([2012a]; 2014; 2016b; 2018).

Além dessas normas, estruturas e espaços diretamente relacionados à economia solidária no município, ela aparece transversalmente em algumas outras leis, como na Lei nº 18.053, de 19 de dezembro de 2016, que estabelece o plano diretor do município de São Carlos, dentre

outras providências, compondo o seu XIV objetivo estratégico, relativo ao ordenamento territorial; a Lei nº 14.344, de 13 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da Micro e Pequena Empresa, o Fundo Municipal de Aval ao Empreendedor (FMAE), dentre outras providências, como parte da XIII competência desse Conselho, e tendo seus empreendimentos incluídos como passíveis de utilizar recursos do FMAE; a Lei nº 17.492, de 22 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação, dentre outras providências, para o período de 2015 a 2025, compondo a meta 16 e a estratégia 21 delineadas para esse decênio; e a Lei nº 17.004, de 18 de dezembro de 2013, a qual institui o Plano Municipal de Cultura, dentre outras providências, a qual trata da economia solidária sob vários aspectos e relacionada a diversas atividades artísticas, incentivando o estabelecimento de EES, centros públicos e outras atividades relacionadas à economia solidária no âmbito cultural em geral.

Apesar da existência de diversos dispositivos legais relacionados à economia solidária no município, os EES e sujeitos atuantes nesse campo realizam embates constates com o governo para garantir a manutenção de suas atividades. Mesmo que as políticas municipais voltadas para a economia solidária abarquem atividades relacionadas aos resíduos sólidos e sejam importantes para a manutenção das atividades da Coopervida em São Carlos, principalmente quando há necessidade de mobilizações políticas, as principais ações municipais relacionadas a ela partem da temática dos resíduos sólidos e outras questões ambientais, ressaltando a existência de ações fragmentadas e desarticuladas entre os setores relacionados às atividades da Cooperativa no município.

Até 2015, a fiscalização do trabalho da Coopervida e dos fatores relacionados à sua relação com a PMSC eram de responsabilidade da Coordenadoria do Meio Ambiente, que possui como atribuição executar políticas ambientais no município. Essa Coordenadoria também era responsável por divulgar, orientar e informar a população em relação às informações, diretrizes e ações relacionadas ao contrato entre Coopervida e PMSC. Porém, após uma reorganização interna da PMSC, em meados de 2015, esta função passou para a SMSP, responsável por fiscalizar e executar serviços gerais de manutenção pública, dentre os quais se encontram serviços de limpeza e relacionados aos resíduos sólidos.

Essa mudança ocasionou mais dificuldades no diálogo entre a Cooperativa e o poder público, já que esta mudança não foi comunicada de imediato à Coopervida e a necessidade de construção de uma nova relação entre ambos, em meio aos vários problemas vivenciados, desestabilizou as atividades e os serviços que a Cooperativa prestava à população.

Ainda que haja toda essa estrutura e diretrizes no município, bem como diversas mobilizações populares, suas ações ainda não estão em concordância com a PNRS, não tendo sido ainda elaborado o PMGIRS do município. Por essa condição, além de questões políticas, a participação da Coopervida nas ações relacionadas aos resíduos sólidos no município ainda ocorre de modo instável, indefinido e desestruturado, conforme será apresentado a seguir.

As legislações municipais sobre economia solidária estão sistematizadas no Apêndice 8 (Figura 39).

## 2.1 A coleta seletiva no município e sua articulação com a economia solidária

Assessorias pontuais ou de caráter mais prolongado de diversos atores da sociedade civil foram propiciadas à Coopervida ao longo do tempo, desde o seu surgimento. Esses atores, mobilizados pela inexistência de um programa sólido de coleta seletiva municipal e pelas dificuldades vivenciadas pela Coopervida em diversos momentos, especialmente sobre sua relação com a PMSC, compuseram estruturas de articulação em variados momentos, desde 1999 até o presente. As condições de existência implicadas à Coopervida no contexto municipal, resultaram na articulação de estratégias entre cooperados e sociedade civil em busca de resoluções para as problemáticas vivenciadas e da execução de um programa de coleta seletiva que priorizasse a inclusão social dos catadores pela participação da Coopervida.

Enquanto nas esferas estaduais e federais, o final da década de 1990 não apresentava bases legais sólidas na esfera dos resíduos sólidos, em São Carlos, o município dispunha da Lei nº 11.338, de 16 de setembro de 1997<sup>57</sup>, sancionada pelo governo do Partido da Frente Liberal (PFL)<sup>58</sup>, que previa um programa de coleta seletiva e reciclagem de resíduos<sup>59</sup>. Porém, na esfera do poder executivo, ainda não haviam sido determinadas ações para o cumprimento da legislação vigente.

Nesse contexto, foi organizado o Fórum Comunitário do Lixo (Fórum do Lixo), lançado

---

<sup>57</sup> Essa lei dispunha sobre a organização de um grupo de trabalho para direcionar a implementação da coleta seletiva no município, indicando, além de órgãos municipais, a Apasc, a Escola de Engenharia da Usp e a UFScar.

<sup>58</sup> Prefeito João Octávio Dagnone de Melo, com mandato de 1997 a 2000. Já havia sido Prefeito eleito do município de São Carlos entre 1983 e 1987 e entre 1987 e 1988, após prorrogação de mandato, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

<sup>59</sup> É interessante apontar que a Lei Orgânica do Município, de 05 de abril de 1990, já abordava, em seu Art. 251, sobre a destinação dos resíduos sólidos em geral, priorizando a reciclagem de materiais.

em 05 de junho de 1999 (Apasc, [2005]). Ele se constituiu como espaço de discussão entre cidadãos do município em defesa de um projeto de gestão de resíduos sólidos, sob responsabilidade do Poder Executivo Municipal, que abarcasse ampla participação da comunidade e fosse desenvolvido a partir do diagnóstico da situação existente.

Em resposta à ineficiência do poder público no que tange essa questão, o Fórum do Lixo encadeou ações para favorecer a redução na geração, a reutilização e a reciclagem dos resíduos sólidos, com foco em processos educativos como estratégia de sensibilização. Outro aspecto relevante considerado pelo coletivo foi a inclusão social de segmentos da sociedade que, de modo formal ou informal, exercessem atividades associadas aos resíduos sólidos, como catadores, sucateiros dentre outros sujeitos e grupos. Destacava-se como inadmissível a existência de catadores no aterro de lixo, em condições precárias de trabalho. Estas informações constam na Carta do Lixo, elaborada durante seminário realizado em 24 de setembro de 1999 por este Fórum, de tema “Lixo: Discutindo alternativas para São Carlos”.

Desde seu lançamento, o Fórum contou com o apoio e a participação de diversas organizações, incluindo, conforme disposto na Carta do Lixo: Apasc, a Sociedade Civil Ambiental e Cultural (Biokinesis), Associação de Alunos e ex-Alunos do Centro de Recursos Hídricos e Estudos Ambientais (CRHEA) e CDCC.

O Fórum teve como ações a organização de novos seminários: “Construindo propostas de coleta seletiva em São Carlos e região”, realizado em 2001 em parceria com a SMDSCT, resultando na organização de uma comissão responsável por formular as diretrizes de implantação do programa de coleta seletiva no município; e outro seminário destinado à discussão da PNRS, que já estava em elaboração naquela época (Apasc, [2005]).

A mudança de gestão municipal em 2001 para um governo do PT<sup>60</sup>, associada à reestruturação da PMSC e à consequente abertura para o diálogo com a sociedade civil, foi um dos motivos que diminuiu a demanda para manutenção do Fórum, descontinuado em 2002.

No mesmo ano, houve a criação do Programa de Coleta Seletiva, pela SMDSCT, com o apoio do Programa Municipal de Redução e Controle de Resíduos (Programa Futuro Limpo)<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> Prefeito Newton Lima Neto, eleito para o mandato de 2001 a 2004 e reeleito para o mandato de 2005 a 2008. Foi sucedido pelo Prefeito Oswaldo Barba, também do PT, com mandato de 2009 a 2012.

<sup>61</sup> “Os objetivos desse programa são a sensibilização e a conscientização da comunidade, a promoção de uma revisão de valores e hábitos de consumo, a formação de massa crítica sobre as questões ambientais e a responsabilidade de cada cidadão na busca de melhores condições de vida para todos. Além disso, o desvio de materiais para a reciclagem permite o aumento da vida útil do aterro sanitário, que já está em fase de ampliação

e do Programa de Fomento à Economia Solidária (Martins & Sorbille, 2011), junto à formação de três Cooperativas de catadores: Coopervida, Cooletiva e Ecoativa.

O programa de coleta foi iniciado com a inserção de 11 catadores que abandonaram a coleta de resíduos no aterro sanitário do município. Em meados de 2003, foram retirados outros 35 catadores que ainda trabalhavam no aterro, devido ao caráter ilegal da atividade e das péssimas condições de trabalho ali vigentes (Rancura, 2005). A divulgação do programa ocorreu em parceria entre Apasc, UFSCar e USP, abrangendo distribuição de folhetos explicativos e abordagens diretas aos moradores sobre o projeto (PMSC, 2008d).

Ainda que o Programa tenha sido iniciado em 2002, sua institucionalização ocorreu apenas em 2005<sup>62</sup>, com evento oficial de assinatura de convênio que formalizou a parceria entre a PMSC e as três Cooperativas para execução de coleta seletiva, manuseio, triagem, prensagem, recuperação e comercialização de resíduos recicláveis (Martins & Sorbille, 2011)<sup>63</sup>. Além da PMSC, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) também foi ator fundamental em garantir a saída dos catadores do aterro pelo firmamento de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em 2003, envolvendo o MPSP, a Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (Cetesb) e a PMSC, para encerramento das atividades do aterro sanitário “Fazenda Guaporé” (MPSP, 2003).

Considera-se que a articulação dos apoiadores neste período visava garantir a participação democrática em ações tomadas pelo setor público no que tangenciava a gestão de resíduos sólidos, bem como que organização do Fórum do Lixo foi importante para as conquistas relativas à coleta seletiva com inclusão social.

A Lei nº 11.338, de 16 de setembro de 1997<sup>64</sup>, foi revogada pela Lei nº 14.480, de 27

---

devido ao esgotamento da área atual. A coleta seletiva permite também a inclusão social com geração de renda, por meio do envolvimento dos atores sociais que já trabalham, de maneira informal, na coleta de material reciclável” (Cliquet et al, 2005, p. 55).

<sup>62</sup> A Lei nº 13.457, de 17 de novembro de 2004, alterou o texto da lei de 1997, substituindo a indicação da possibilidade de catadores autônomos trabalharem na central de triagem, para realização de convênios com associações e cooperativas de catadores, favorecendo a contratação das cooperativas. Ela também foi revogada pela Lei nº 14.480, de 27 de maio de 2008.

<sup>63</sup> Essas ações vão ao encontro das disposições do Plano Diretor Lei nº 13.691, de 25 de novembro de 2005, revogada pela Lei nº 18.053, de 19 de dezembro de 2016, que indicava como “empreendimento de impacto”, as usinas de reciclagem de resíduos sólidos.

<sup>64</sup> Além dessa Lei de 1997, entre 2000 e 2004 o governo municipal dispôs outras leis relacionadas à coleta seletiva em instituições específicas: A Lei nº 12.350, de 05 de janeiro de 2000 (repartições públicas do poder executivo); Lei nº 12.464, de 07 de abril de 2000 (escolas públicas municipais); Lei nº 12.465, de 07 de abril de 2000 (indústrias). Todas elas foram revogadas pela Lei nº 14.480, de 27 de maio de 2008.

de maio de 2008<sup>65</sup>, que “Dispõe sobre a Política Municipal de Limpeza Urbana e manejo de resíduos sólidos e dá outras providências”, contendo diretrizes para as ações de coleta seletiva e inclusão de organizações de catadores<sup>66</sup>.

Em 2009, o quadro geral do Programa de Coleta Seletiva de São Carlos apresentava diversos desafios a serem superados, relacionados à diminuição da aderência de domicílios ao programa, à redução na quantidade de materiais coletados e, conseqüentemente, do número de cooperados. Houve, também, uma queda acentuada na remuneração dos trabalhadores, enquanto a estrutura organizacional e produtiva das Cooperativas se apresentava ineficaz para responder à demanda de aumento de geração de resíduos (Martins & Sorbille, 2011).

Em 22 de julho de 2009<sup>67</sup>, novamente com mudança de governo municipal, foi apresentada uma proposta de Reformulação da Coleta Seletiva no município pela Coordenadoria de Meio Ambiente, com o objetivo de realizar uma “[...] mudança do modelo de coleta e comercialização de materiais recicláveis desenvolvido no município de São Carlos” (Martins & Sorbille, 2011, p. 174). Assim, iniciou-se em 2009 o processo de unificação das três Cooperativas existentes em uma única Cooperativa responsável pela coleta seletiva na cidade, a Coopervida<sup>68</sup>. Foi realizado um contrato de prestação de serviços com a PMSC em 2010, prorrogado até 2012 após três aditamentos que conceberam valores complementares para a prestação dos serviços “[...] de coleta, beneficiamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis” (Diário Oficial de São Carlos, 2010, p. 6).

A unificação teve como objetivo intensificar as articulações entre os grupos, de modo a

---

<sup>65</sup> No mesmo dia, foi sancionada a Lei nº 14.479, de 27 de maio de 2008, que “Dispõe sobre a contratação de Parcerias Público-Privadas para a concessão dos serviços públicos de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos e dá outras providências”, prevendo o fomento das PPPs à coleta seletiva de resíduos recicláveis realizada por catadores organizados. Ela ainda está em vigência.

<sup>66</sup> Apesar de não haver nenhum decreto regulamentando a Lei nº 14.480, de 27 de maio de 2008, na Lei nº 17.005, de 20 de dezembro de 2013, que “Institui o Programa Municipal de Drenagem Urbana Ambientalmente Sustentável do Município de São Carlos, consolida o Plano Municipal de Saneamento Básico, e dá outras providências”, ela é abarcada, juntamente com a Lei Municipal nº 16.884, de 20 de novembro de 2013, que “institui o Plano Municipal de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de São Carlos”, como consolidantes do Plano Municipal de Saneamento Básico de São Carlos.

<sup>67</sup> Neste mesmo ano, foi instituída a Lei nº 15.072, de 16 de outubro de 2009, que “Dispõe sobre a coleta, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final de lixo tecnológico no Município de São Carlos e dá outras providências”, sugerindo incentivos às ações que envolvem parcerias com cooperativas de catadores. Destaca-se também a Lei nº 14.171, de 09 de agosto de 2007, que autoriza o “Programa para a destinação e recolhimento de óleo vegetal ou gordura em nossa cidade, e dá outras providências”, incentivando também o estabelecimento de parcerias preferencialmente com cooperativas ou associações de catadores para essa destinação.

<sup>68</sup> No mesmo ano, foi instituída a Lei nº 15.054, de 30 de setembro de 2009, determinando o “Dia Municipal dos Catadores de Materiais Recicláveis”, a ser comemorado no dia 06 de junho de cada ano, juntamente com a Semana Mundial do Meio Ambiente.

potencializar as iniciativas de comercialização, coordenadas por um modelo administrativo mais ágil e eficiente e otimizando a utilização dos recursos, que por vezes ficavam ociosos (Martins & Sorbille, 2011). Observa-se nesse cenário a emergência apontada por Gaiger (1996), de que os EES se instrumentalizem no âmbito dos negócios e operacionalmente, para atender às suas demandas, ainda que a solidariedade seja a natureza das relações entre trabalhadores e sociedade. O NuMI-EcoSol e o Daes foram determinantes para o processo de unificação e formalização da prestação de serviços, antecipando o que seria definido na PNRS, pela organização em assessorias que elaboraram participativamente com a Coopervida o seu regimento interno, além de buscar parcerias, planejar e organizar as atividades da Cooperativa.

Após a unificação, a Coopervida ampliou as atividades de coleta seletiva, abrangendo 70% do município. Com a contratação pela PMSC (Contrato nº 77 de 2012), a Coopervida passou a ser um EES prestador de serviço de coleta seletiva ao município, com remuneração mensal pelo serviço prestado, aquisição de recursos e infraestrutura que não poderiam ser adquiridos sob outras condições, sendo uma das primeiras cooperativas brasileiras de catadores com contrato de prestação de serviço remunerado (Diário Oficial de São Carlos, 2012).

Uma análise de desempenho das atividades da Coopervida, realizada pelo Daes, mostrou melhoria progressiva nos resultados da Cooperativa, atribuída à melhoria também das condições de trabalho dos cooperados com relação à infraestrutura, além da maior adesão da população na coleta seletiva e abrangência da área de atuação da Cooperativa na cidade (Santiago et al, 2013). De acordo com Zanin et al (2011), a receita gerada pela Cooperativa, composta pela comercialização dos resíduos e pela remuneração dos serviços de coleta, passou de R\$ 39.037,00 no mês da unificação (março/2010) para R\$ 42.143,00 após a unificação (junho/2010), aspecto diretamente relacionado ao aumento da quantidade de material coletado e comercializado (74.822 kg em março/2010 para 100.671 kg em junho/2010). Também houve o aumento no número de cooperados, que em junho de 2010 era em torno de 49 trabalhadores, em contraste aos 33 cooperados de fevereiro do mesmo ano.

Neste momento de transição, observou-se a atuação de apoiadores relacionados à economia solidária, como o NuMI-EcoSol e o Daes, em processos educativos e de organização, além de apoiadores da USP, relacionados mais especificamente aos resíduos sólidos em si.

Em 2013, com a mudança de gestão municipal para um governo do Partido da Social

Democracia Brasileira (PSDB)<sup>69</sup>, houve o agravamento de dificuldades financeiras, operacionais, ambientais e sociais, existentes desde 2012, e advindas de problemas no repasse da PMSC para a Coopervida, além da descontinuidade do apoio do setor público à Cooperativa.

A Coopervida apresentou uma demanda de apoio aos apoiadores, que culminou na formação de um grupo de apoio à Coopervida, proposto inicialmente pelo NuMI-EcoSol em articulação com o Daes e a Cooperativa, estruturado em cinco frentes de trabalho: Questões emergenciais para a Coopervida; Infraestrutura para a coleta seletiva e Coopervida; Processo de ampliação da coleta seletiva de São Carlos e do número de cooperados da Coopervida; Contrato entre a PMSC e a Coopervida; e Estatuto e Regimento interno da Coopervida.

Somaram-se ao Daes e ao NuMI-EcoSol, o Fórum Municipal de Economia Solidária, principal espaço de diálogo entre os sujeitos nesse momento, e a Coordenadoria do Meio Ambiente. A deficiência de comunicação entre o setor público, a Cooperativa e os demais apoiadores foi o principal agravante das dificuldades enfrentadas neste momento, considerando as perspectivas de cada um sobre a situação. Esse grupo se manteve até fevereiro de 2014.

No início de 2015, a Coopervida se encontrava novamente em momento de dificuldade pela indisponibilidade de caminhões para coleta na cidade, que deveriam ser propiciados pela PMSC de acordo com o Contrato nº 12 de 2015 (Diário Oficial de São Carlos, 2015), além de uma dívida de R\$ 128.500,00 da PMSC com a Cooperativa, referente aos meses de outubro de 2014 a fevereiro de 2015, quando a Coopervida continuou prestando serviços sem a renovação do contrato pela PMSC<sup>70</sup>. Neste contexto, a Coopervida solicitou o apoio do NuMI-EcoSol para lidar com tais entraves, e a equipe convocou para uma reunião, realizada em 15 de maio de 2015, parceiros da Cooperativa e apoiadores da coleta seletiva municipal: o Daes, a Circus, o Geisa, a Teia, a Veracidade, e a SMSP, secretaria então responsável pela Coopervida. Membros de todas as instituições compareceram a essa primeira reunião, realizada na sede da Cooperativa, para discussão dos apontamentos da Coopervida.

Esse grupo continuou se reunindo periodicamente, consolidando a comissão intitulada “Parceiros da Coopervida”, responsável por articular ações coletivas com o objetivo de exigir o cumprimento do contrato pela PMSC, conforme ata de 25/05/2015 dessa comissão.

---

<sup>69</sup> Prefeito Paulo Roberto Altomani, com mandato de 2013 a 2016.

<sup>70</sup> Ao passo que a Coopervida vivenciava conflitos com a PMSC, a Cáritas Brasileira lançou o edital “Fortalecimento da Economia Solidária no Brasil”, em julho de 2015, quando a cooperativa contou com a assessoria do NuMI-EcoSol para elaborar e submeter o projeto “Ações e infraestrutura para fortalecimento da Coopervida”, o qual foi aprovado (Cáritas, 2015b).

Um acontecimento de atuação política dos cooperados que marcou esse período, foi a manifestação da presidenta da Coopervida em uma sessão de tribuna livre, durante a 23ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Carlos, ocorrida em 23 de junho de 2015, solicitando o apoio dos vereadores da cidade e apresentando os problemas existentes entre a coopervida e a PMSC. Os vereadores aprovaram no mesmo dia o PL nº 176 da PMSC, autorizando a abertura de crédito adicional suplementar para despesas com o pagamento indenizatório referente à contratação da Coopervida para a prestação do serviço de coleta seletiva (Câmara Municipal de São Carlos, 2015). Também foi aberta licitação para contratação de dois caminhões para a coleta seletiva, liberados para a Cooperativa ainda em meados de 2015.

Nesse mesmo período, houve a representação de um Vereador do PT contra a PMSC, destacando diversos problemas relativos à coleta seletiva, ao relacionamento com a Coopervida e ao cumprimento do contrato. A Cooperativa também contou nesse período com o apoio da Rede Anastácia de Cooperativas de Catadores, a qual se mobilizou para realizar reuniões e contribuir com a articulação da Cooperativa com o poder público.

A comissão de parceiros, que inicialmente atendia questões emergenciais da Coopervida, reuniu-se periodicamente até agosto de 2015, quando passou a investir na organização de um Fórum Comunitário enquanto estratégia para ampliar as discussões acerca da gestão de resíduos no município, aproximando mais interessados em discutir a temática.

Entre agosto e outubro de 2015, a comissão de parceiros investiu nessa organização, tendo sido o Fórum Comunitário lançado em 02 de outubro de 2015, em evento realizado no espaço do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) de São Carlos, de acordo com ata de 02/10/2015 do Fórum.

O objetivo desse Fórum Comunitário é consolidar um projeto para a gestão de resíduos sólidos de longo prazo que garanta a reorganização da coleta seletiva e o fortalecimento da Coopervida, em consonância com a PERS e a PNRS. Consta em sua Carta de Princípios que além desse Fórum ser uma evolução da Comissão Parceiros da Coopervida, ele é baseado na experiência e história do antigo Fórum do Lixo.

Além das instituições presentes na comissão “Parceiros da Coopervida”, aderiram ao Fórum Comunitário o Usp Recicla, a Apasc, a ONG Veredas, a Cooperativa de Trabalho de Profissionais da Área Socioambiental (Reenvolta), o Movimento Cidadanista (RAiZ), a Associação de Moradores e Amigos dos Jardins (Amor) e a SGAS, além de membros de programas de pós-graduação da USP de São Carlos e da UFSCar, conforme análise das listas

de presença das reuniões ordinárias do Fórum de 28/10 e 09/12 de 2015.

Neste momento, o Daes se afastou de sua atuação junto à Coopervida ao mesmo tempo que, por convite dos membros do Fórum Comunitário, uma membra da SMDSCT<sup>71</sup> passou a participar de suas reuniões, mesmo sendo a SMSP a responsável pela Coopervida, conforme consta nas atas de 28/10/2015 e 16/11/2015 do Fórum.

O Fórum Comunitário é estruturado por três comissões permanentes: Comissão Gestora; Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização; e Comissão de Apoio à Coleta Seletiva Solidária e à Coopervida, sendo esta última a mais vinculada à temática da economia solidária. Foi também organizado um Grupo de Estudos responsável por compreender as políticas e contratos referentes à gestão de resíduos nos âmbitos municipal, estadual e nacional.

Um apoiador que vem assessorando recentemente a Coopervida, em parceria estabelecida com a ONG Circus e como membro do Fórum, é a ABIHPEC. Ela realizou a doação de prensas, ações de divulgação da coleta seletiva, além de propiciar acompanhamento técnico das atividades Coopervida. Estas ações compreendem as diretrizes sobre logística reversa da PNRS. Ao mesmo tempo, a Associação Amigos do Bairro Parque Santa Mônica e Associação de Moradores e Proprietários de Imóveis do Parque Santa Marta, instituições também participantes do Fórum, incentivaram a reestruturação da coleta seletiva em seus bairros de abrangência, auxiliando na constituição de um projeto piloto e na divulgação das atividades de coleta seletiva junto aos moradores, de acordo com ata de 28/10/2015.

Assim, as atividades do Fórum Comunitário envolviam o apoio a questões emergenciais da Coopervida e a busca pela elaboração de um PMGIRS representativo e participativo em São Carlos, conforme consta no regimento interno do Fórum. A partir dessas ações de pressão sobre o governo municipal, foi garantido que ao menos um membro do Fórum comporia o Comitê de Coordenação de elaboração da PMGIRS, de acordo com a ata de 27/04/2016 do Fórum, proposta essa garantida oficialmente pelo Decreto Municipal nº 194, de 7 de julho de 2016.

No período de pesquisa, sob o governo do Partido Socialista Brasileiro (PSB)<sup>72</sup>, o

---

<sup>71</sup> Por meio dessa membra, o Fórum Comunitário tomou conhecimento das intenções do atual governo em contratar uma empresa para realizar a incineração do lixo, motivo de intensos debates com posições do Fórum contrárias a essa ação, ressaltando conflitos relacionados aos embates políticos acerca da contratação de cooperativas ou de realização de PPPs. Ainda ao início de 2018, esse tema estava em ampla discussão no meio político, tendo a Rede Anastácia participado de reuniões de discussão sobre consórcios regionais, principalmente na região de Ribeirão Preto, com intenções escusas de contratação de empresas com projetos de terceirização da força de trabalho do catador, além da incineração mais uma vez se destacar nos discursos.

<sup>72</sup> Prefeito Airton Garcia Ferreira, eleito para mandato iniciado em 2017, com término previsto para 2020.

município se encontrava em fase de negociação com a sociedade civil sobre o conteúdo e a constituição de seu PMGIRS, bem como a prioridade das ações a serem executadas no âmbito desse plano, sob as diretrizes da PNRs.

Apesar de observamos avanços iniciais nas ações do município em relação às diretrizes federais e estaduais, ao longo do tempo, mesmo com toda a mobilização organizada, as propostas municipais ficaram aquém do previstos, se considerarmos que o prazo inicial da PNRs para fechamento de lixões e elaboração de PMGIRS era 2014, e o município começou a discutir o seu Plano apenas em 2015, atividade alavancada pelas cobranças do Fórum Comunitário e iniciadas pelas condições precárias do trabalho e participação da Coopervida no município. Destaca-se a fragilidade das ações durante as trocas de governo municipal, bem como a resistência governamental em atuar conforme apelo popular, colocando à frente, diversas vezes, a preferência por PPPs.

No Apêndice 9 (Figura 40), encontram-se sintetizadas as legislações municipais relacionadas à coleta seletiva e à gestão de resíduo sólidos do município de São Carlos.

## **2.2 A Coopervida: características gerais, estruturação e relações**

Ao mesmo tempo que a Coopervida enfrentou uma série de tensões políticas em relação à PMSC e que um movimento ampliado se desenvolve para que a Cooperativa se estabeleça reconhecidamente no cenário das ações relacionadas aos resíduos sólidos no município, algumas pesquisas sobre suas condições foram realizadas. Destacarei aqui as contribuições de França (2012), em pesquisa realizada entre 2010 e 2012, e de minha dissertação de mestrado (Secco, 2014), elaborada entre 2012 e 2014.

França (2012) em sua pesquisa, averiguou o grau de autonomia de duas cooperativas de catadores, sendo uma delas, a Coopervida, o que auxiliou na compreensão das condições vivenciadas pela Cooperativa e os impactos na sua organização. Ele delimitou para análise, três tipos de autonomia: a autonomia social, a autonomia política e a autonomia econômica.

Para a autonomia social, ele definiu quatro categorias de análise: 1) Instâncias de decisões; 2) Grau de democratização das relações; 3) Organização do trabalho; e 4) Solidariedade.

Na categoria “instância de decisões”, ele constatou a existência de intenção entre os cooperados em participar das decisões, considerando o consenso construído em assembleias.

Porém, como poucos catadores se manifestavam nesses espaços, as votações das temáticas discutidas acabavam conduzidas pelos membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal.

Em relação à segunda categoria, o autor destacou a existência de uma participação parcial dos cooperados nos processos decisórios da área administrativa, sendo que decisões urgentes eram encaminhadas somente pelos Conselhos. Com a dinâmica existente de compartilhar informações durante as assembleias, reuniões ou ainda por escrito, os cooperados consideravam que o coletivo era sempre consultado sobre as decisões a serem tomadas.

Para os cooperados, em relação à “organização do trabalho”, as atividades eram realizadas coletivamente, apesar de em alguns momentos alguns cooperados atuarem de modo individualizado. Ao mesmo tempo, consideravam que o modo de realizar o trabalho era definido por todos, e não prescrito por uma única pessoa.

Na última categoria, “solidariedade”, constatou-se que a maioria dos cooperados a consideravam ocorrendo parcialmente no ambiente da Cooperativa.

Em relação à autonomia política, França (2002) considerou as seguintes categorias de análise: 1) ação pública no território; 2) gestão da organização; e 3) participação/articulação.

Ele observou, sobre a primeira categoria, que havia participação externa dos cooperados apenas em palestras promovidas por apoiadores, com temáticas relacionadas aos resíduos sólidos e à coleta seletiva. Já em minha pesquisa (Secco, 2014), observei algumas participações externas, porém em eventos abertos, sendo detectados poucos processos educativos.

Sobre a categoria “gestão da organização”, o autor constatou que o diálogo e o respeito às diferenças não eram totalmente praticados nas relações cotidianas.

Já a última categoria, “participação/articulação”, era inexistente na organização, já que:

Não foi declarado por nenhuma das cooperativas, a participação em qualquer fórum de articulação, redes de representação, movimentos sociais ou sindicais, ou seja, nenhum tipo de articulação política. Apenas um dos membros da cooperativa de São Carlos afirmou que um de seus representantes participava de alguns encontros e discussões referentes à coleta seletiva e encontros promovidos por universidades (incubadoras), mas mesmo assim não fazia parte oficialmente de nenhum destes como membro filiado (França, 2012, p. 89).

Considerando a autonomia econômica, França (2012) delimitou cinco categorias de análise: 1) formação de redes; 2) posse dos meios de produção; 3) garantias trabalhistas; 4) investimentos em infraestrutura; e 5) fontes de arrecadação da organização.

O autor constatou na categoria de análise “formação de redes”, que a Coopervida não

participava de redes, considerando atividades de produção, comercialização, consumo e crédito. Já de acordo com minha pesquisa (Secco, 2014), alguns cooperados citaram a realização de trocas com uma cooperativa no ramo de produtos de limpeza, de embalagens vazias de amaciantes e restos de óleo de cozinha por produtos de limpeza, o que não é de conhecimento de todos os cooperados. Além disso, desde 2009 a Coopervida já constituía os primórdios da Rede Anastácia, participando do planejamento de estratégias e de projeto para o Cataforte.

Sobre a categoria “posse dos meios de produção”, o cenário foi considerado desfavorável, sendo que a Cooperativa não possuía meios de produção além de computadores<sup>73</sup>.

Todo o maquinário disposto dentro do galpão, como: prensas, mesas, picador de papel, unidade de beneficiamento de plástico, caminhões, entre outros, são cedidos pela prefeitura local para uso da cooperativa, segundo seus representantes. A prefeitura local ainda é responsável pelo pagamento do aluguel do terreno (galpão), contas de água e luz (França 2012, p. 81).

Na categoria de análise “garantias trabalhistas”, os catadores da Coopervida informaram possuir benefícios como “[...] recolhimento do INSS, provimento de férias, gratificação (uma bonificação mensal a parte da retirada de cada cooperado), cota parte e fundo de reserva” (França, 2012, p. 81).

Em relação à categoria “investimentos em infraestrutura”, França (2012) p. 82 percebeu não ocorrer nenhum investimento nesse sentido, sendo que “[...] a cooperativa apenas realiza manutenções constantes nas prensas, calhas e portas do galpão com recursos próprios”.

A última categoria de análise, “fontes de arrecadação do empreendimento”, mostrou que a Coopervida possuía mais de uma fonte de recursos, sendo: contrato estabelecido com a PMSC, venda dos materiais e verbas provenientes de editais.

---

<sup>73</sup> Tem-se conhecimento de que a Coopervida possuía alguns bens e meios de produção nesse período. Em 17 de setembro de 2010, foi entregue uma fragmentadora de papel à Coopervida, doada pela PMSC, o que permitiu que ela avançasse na coleta seletiva junto a grandes geradores de instituições públicas, bem como a essas, cumprir com o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, que instituiu a destinação de seus resíduos preferencialmente a cooperativas de catadores, pela possibilidade de elaboração de um contrato de prestação de serviços, garantindo o sigilo acerca do conteúdo desses resíduos (PMSC, 2010b). No mesmo ano, pela Portaria nº 1.176, de 4 de novembro de 2010, foi divulgado pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), o “resultado da seleção das propostas elegíveis, referente ao Edital de Chamamento Público n.º 001/2010 – DENSP [Departamento de Engenharia e Saúde Pública]/FUNASA/MS [Ministério da Saúde]”, voltado para associações e cooperativas de catadores, no qual a Coopervida foi contemplada (Funasa, 2010) com a “[...] aquisição dos seguintes equipamentos: 2 balanças eletromecânicas; 3 prensas enfardadeiras verticais; 1 prensa enfardadeira horizontal; 2 empilhadeiras semi-elétricas; 2 mesas de triagem; 1 esteira de triagem com funil de alimentação; 2 carrinhos de tambores; 50 carrinhos de coleta e 2 motos triciclos urbanos com bagageiro” (PMSC, 2010c).

França (2012), concluiu que a autonomia na Cooperativa era relativa e quase inexistente nos aspectos político e econômico. Em relação à autonomia social, constatou que era presente em relação à organização do cotidiano de trabalho, porém sobre os princípios cooperativistas e solidários, ela indicava contradições.

E minha pesquisa (Secco, 2014), constatei similaridades em relação aos resultados de França (2012) no que tange às relações internas na Cooperativa e ao contexto municipal.

Mesmo o número total de cooperados se mantendo praticamente o mesmo ao longo do tempo, existia uma alta rotatividade dos trabalhadores na organização, a qual, por sua vez, influenciou nos padrões de comunicação e interação internos, impactando negativamente na estabilidade do grupo.

Ao mesmo tempo que o tamanho do grupo era suficiente para garantir uma distribuição adequada do trabalho a ser desempenhado, o esforço empenhado por cada cooperado era relativo e variado. Alguns cooperados tinham o sentimento de que estavam sendo prejudicados pelo desinteresse de outros, situação que comprometeu a unidade grupal, a qual se estratificou em alguns pequenos grupos para execução do trabalho. Esta dificuldade de identificação uns com os outros em prol de um objetivo comum também limitou a participação dos cooperados nas decisões coletivas.

Pude perceber (Secco (2012) que a motivação principal observada no grupo era a econômica, mesmo que no discurso de alguns cooperados ainda aparecesse princípios econômico-solidários e cooperativos. Esta situação pode ser analisada a partir dos apontamentos de Nicollette (2011) e Onuma (2011) de que mesmo que inicialmente de modo individual, elementos de autogestão podem influenciar a subjetividade dos cooperados, ainda que por falta de participação e interesse, eles não sejam efetivamente incorporados ao coletivo. Ainda segundo os apontamentos de Onuma (2011), podemos dizer que esta motivação coletiva sobre a geração de renda manteve o grupo funcionando enquanto enfrentavam um momento de dificuldade. Porém, conforme ela não era o objetivo geral da Coopervida, a função dessa organização relacionada aos princípios da economia solidária foi comprometida pouco estabelecida. Tanto é que, quando a crise vivenciada se agravou ao final de 2012, mais da metade dos cooperados abandonou a organização.

A estruturação e o fortalecimento do grupo são aspectos nos quais a ação conjunta aos apoiadores poderia contribuir, já que este contato possibilitaria, através das influências mútuas, alterações identitárias (Onuma, 2011). Nesse sentido, dependendo da qualificação desses

contatos, poderia ocorrer um incentivo para que a organização funcionasse a partir de seus princípios iniciais, de economia solidária, além de atender aos objetivos comuns dos cooperados, centrados naquele momento no fator econômico.

Em relação a aspectos de gênero, percebi que os trabalhos não eram necessariamente definidos entre trabalhos masculinos e femininos, mas que em geral, os homens executavam os trabalhos que exigiam maior força física. Ao mesmo tempo, isso não impedia que uma mulher executasse uma função de, por exemplo, auxiliar no carregamento de fardos no caminhão, contanto que estivesse dentro de suas possibilidades e ela estivesse de acordo. As habilidades, capacidades e limitações de cada cooperado eram respeitadas, tanto quanto as condições relacionadas à idade, propiciando aos cooperados mais velhos a execução de atividades compatíveis às suas condições físicas e mentais, sem exigências excessivas.

As regras gerais de organização da rotina eram razoavelmente seguidas. Também acontecia, eventualmente, a criação de formas alternativas de executar o trabalho quando alguma dificuldade aparecia. Porém, elas não eram discutidas formalmente e nem sistematizadas em algum instrumento, como o regimento interno, para auxiliar no direcionamento das regras internas.

A dificuldade de identificação dos cooperados com o grupo de trabalho, ocasionada pela alta rotatividade de membros e pelas crises econômicas vivenciadas, interferiu na organização interna e na motivação dos cooperados, comprometendo a unidade grupal. Contraditoriamente, ainda que a autogestão fosse relativa e os comportamentos mais próximos aos preceitos teóricos da economia solidária fossem observados em cooperados mais antigos, estes mesmos sujeitos acabavam adotando atitudes centralizadoras (Secco, 2014).

Estes conflitos internos possuíam relação com a afiliação grupal. Sendo um grupo criado de forma exógena, muitos associados não possuíam relação anterior com a ocupação de catação. Sendo essa identificação com o trabalho atribuída, primordialmente, aos catadores mais antigos, sua relação com os mais novos gerava estranheza e desconfiança, já que normalmente eles aderiam à Cooperativa como uma forma temporária de gerar renda e a abandonavam quando conseguiam uma vaga no mercado formal de trabalho. Os cooperados mais antigos reconheciam que essa rotatividade prejudicava a organização do trabalho na Cooperativa (Secco, 2014).

A constituição implícita verticalizada de posição e *status* que não correspondia aos princípios econômico-solidários e ao cooperativismo, prejudicava a execução dos papéis sociais dos cooperados, e a autonomia centralizada dos membros dos Conselhos comprometia a

autogestão, a autonomia geral do grupo e a comunicação interna. Na Coopervida, este clima grupal conflituoso ressaltou mais as diferenças existentes do que a motivação pelos objetivos coletivos, já que a falta de uma identificação de grande parte dos cooperados para com o grupo, prejudicou o desenvolvimento de uma identidade coletiva (Secco, 2014). Conforme Elias (1994) destaca a existência das identidades coletiva e individual de modo interdependente (sujeito-sociedade), a sua ocorrência seria crucial para garantir a natureza, o desenvolvimento e a sustentabilidade das organizações.

Considerando que dentre os 56 cooperados existentes na época, vinte e seis eram novos e ainda não sabiam o que era economia solidária e cooperativismo, conforme as observações de Singer (2002a) sobre a existência de graus de autogestão, percebi que o nível de autogestão na Cooperativa era relativamente baixo, arriscando mencionar a ocorrência apenas de uma gestão participativa (Secco, 2014). Também eram insuficientes os espaços e estratégias para compartilhamento de informações, indo de encontro às observações de França (2012), que indicou haver compartilhamento de informações durante assembleias, reuniões ou por escrito.

Segundo Singer (2002b), outra dificuldade dos cooperados é a de configurar as novas relações de trabalho e, considerando que a Cooperativa é de natureza exógena e que muitos novos cooperados não eram catadores anteriormente, mas pessoas desempregadas que não conseguiram se inserir em outros postos de trabalho, a identificação desses cooperados com as relações de trabalho econômico-solidárias e com a categoria de trabalho de catador foi dificultada, inclusive pelos conflitos com os catadores mais antigos.

Estes resultados foram similares aos de Nicolletti (2011), considerando que apesar de não ter sido observado um processo de identificação consistente, ela ainda foi observada em alguns discursos. Também realizei considerações similares às de Nicolletti (2011), ao concluir que mesmo sem conhecimentos específicos sobre o que seja economia solidária, elementos da organização de trabalho cotidiano refletiram nas ações dos catadores, produzindo comportamentos, em geral, mais cooperativos e solidários (Secco 2014).

Uma hipótese que delineeii, na tentativa de compreender o comportamento contraditório dos catadores mais antigos, foi de que a situação socioeconômica instável da Cooperativa refletiu em insegurança aos catadores em perderem seus vínculos de trabalho e condições adquiridas pela possibilidade de uma situação econômica mais estável. A reação a um fator que pudesse prejudicar ainda mais a organização (os novos cooperados não engajados), na emergência econômica vivenciada, justificar-se-ia pelo medo da exclusão econômica e social.

Isso poderia ser ilustrado no abandono da Coopervida pelos cooperados mais novos durante a crise vivenciada, agravada ao final de 2012 e início de 2013 (Secco, 2014).

A falta de repasses financeiros por parte do governo municipal e de caminhão para transportar os materiais da coleta seletiva levou a uma retirada absolutamente baixa no mês de dezembro de 2012, ocasionando a desconfiança dos cooperados mais novos em relação aos membros dos conselhos, por não compreenderem a situação (Secco 2014). Esta situação também difere do que foi observado por França (2012), sobre os catadores se sentirem consultados sobre as decisões, bem como de existirem formas de compartilhamento de informações. Entre 2012 e 2014, essa desconfiança e fragilidade grupal decorreram da falta de conhecimentos sobre a organização. Ainda assim, compartilho do argumento do autor de que o interesse dos cooperados sobre os assuntos da Coopervida não era geral, sendo isso um fator limitante do processo de compartilhamento.

A incompreensão sobre o momento vivenciado e o desconhecimento sobre o funcionamento da organização por parte desses cooperados, desde seus princípios até as atividades técnicas e administrativas, também reforçou a defesa de que para muitos sujeitos, não foi constituída uma identificação com o trabalho e a natureza da Cooperativa (Secco, 2014).

As potencialidades das interações entre catadores e apoiadores em contribuir para o desenvolvimento dos EES entram em foco de análise, partindo da perspectiva de que a aquisição de conhecimentos pelos cooperados contribuiria para o processo de identificação dos sujeitos com o coletivo e com o fortalecimento da Cooperativa. Assim, sugeri o investimento em estratégias para a realização de processos educativos nos ambientes interno e externo da Coopervida, como um dos meios para a superação das dificuldades vivenciadas (Secco, 2014).

### *2.2.1 A Coopervida no período de pesquisa: entre a organização interna e a participação nos espaços públicos*

Considerando todos os momentos conflituosos vivenciados pela Cooperativa e toda a mobilização que já ocorreu e que continua ocorrendo junto aos apoiadores, pode-se dizer que, no período de elaboração desta tese, a sua organização avançou em alguns pontos, no que tange a análise comparada aos resultados da pesquisa de França (2012) e da minha Secco (2014). Este tópico foi baseado nas informações e análises decorrentes das observações de campo.

Em relação à infraestrutura, no início de 2015, a Coopervida deixou de obter recursos

de editais para compra de prensas, bancadas e outras estruturas, pois o galpão para o qual foram transferidos em 2014, pela PMSC, possuía restrições relacionadas ao Plano Diretor para a realização de seu tipo de atividade: ela fora alocada pela PMSC em um bairro residencial, para um galpão que não possuía as documentações exigidas nos editais. Com a mobilização conjunta de apoiadores por meio do Fórum Comunitário e da Rede Anastácia, ela conseguiu que outro galpão, com a documentação adequada, fosse alugado, mudando-se no início de 2016.

Esta adequação permitiu que ela consolidasse uma parceria com a ABIHPEC, por meio de projetos, que disponibilizou recursos para a compra de equipamentos pela Cooperativa. Outro avanço, foi poder se formalizar junto à Rede Anastácia, que sendo contemplada pelo Cataforte, necessitava que a documentação de suas cooperativas e associações estivessem em dia para poder acessar os recursos disponíveis. Outra fonte de recurso conquistada, em projeto para captação de recursos elaborado pelo NuMI-EcoSol, foi junto à Cáritas Diocesana, cujo edital também pressupunha o investimento em equipamentos e outros materiais.

Junto a essa mudança de galpão, ocorreu a renovação do contrato com a PMSC para a prestação de serviços de coleta seletiva, em maio de 2016, com prazo de um ano, bem como o contrato dos caminhões foi renovado em julho de 2016.

Garantida essa estrutura mínima de trabalho e a possibilidade de gerar renda, o número de cooperados voltou a aumentar. Em 2012 eles trabalhavam em 56 cooperados. Passando pela crise desse período esse número caiu para 26 em 2013, sendo que no auge dos problemas na relação com a PMSC deste ano, eles chegaram a trabalhar apenas em 6 catadores. Em 2015, esse número subiu inicialmente para 23 cooperados e, após mobilização da comissão de apoiadores, a Cooperativa passou a contar com 39 associados, com expectativa de aumentar ainda mais seu quadro de cooperados.

Porém, ainda eram observadas características relativas à não apropriação dos novos cooperados de conhecimentos sobre a natureza de uma cooperativa, a não identificação com o trabalho de catação e a consideração da Cooperativa como um meio paliativo de gerar renda. Sobre a economia solidária, o desconhecimento se agravava entre os cooperados. Ao final de 2015, os Conselhos Administrativo e Fiscal, reconhecendo essas dificuldades e limitações internas da Coopervida, demandaram ao NuMI-EcoSol a realização de capacitações para os cooperados. Ele se aproximou para averiguar essa demanda, porém não conseguiu estabelecer um cronograma de temas e datas para realização das atividades, já que mesmo em momento de reestruturação, a Cooperativa ainda passava por problemas financeiros, necessitando

intensificar a triagem e a venda de materiais para gerar renda aos catadores.

Conforme acompanhei esse período, pude perceber a emergência e a vontade de alguns catadores participarem dessas capacitações, que se iniciaram com rodas de conversas junto aos catadores interessados, para levantar temas e realizar acordos. Por parte desse grupo, de aproximadamente dez pessoas, a “falta de visão” dos outros catadores sobre como a organização interna poderia contribuir para a geração de renda, era o que os fazia focar somente nos processos de coleta e triagem.

Ao mesmo tempo que alguns novos cooperados estranhavam a relação de não ser empregado, outros se apropriaram dessa condição em benefício próprio. O fato de se considerarem seus próprios “patrões”, levava a comportamentos que desconsideravam os acordos internos como importantes no direcionamento das ações coletivas, o que os levava, por exemplo, a considerar que poderiam faltar quando quisessem. Isso, associado à “falta de visão” mencionada pelos catadores sobre as diversas estratégias que poderiam contribuir para aumentar a geração de renda com a venda dos resíduos, causava os maiores conflitos cotidianos relacionados à execução do trabalho, gerando discussões entre os cooperados com comportamentos individualizados e o restante do grupo.

Agravou esse fato, a participação em atividades externas quase que exclusivamente por membros dos conselhos. Em seu comportamento, eles incentivavam a participação de outros cooperados, que por sua vez não ocupavam uma posição ativa de sócios nesses momentos. Por mais que os conselhos se esforçassem para compartilhar informações importantes com os cooperados nos espaços de assembleia, o desinteresse dos sócios era praticamente generalizado, resultando na diminuição de investimento dos conselhos nessas ações. A estratégia de levar algumas intervenções para o espaço interno da Coopervida, ao invés desse deslocamento para atividades no espaço externo, apareceu como um dos modos mais bem recebidos pelos catadores para o desenvolvimento de processos educativos.

A percepção dos cooperados que participaram da roda de conversa com o NuMI-EcoSol, ao final de 2015, destacou um ponto interessante de discussão, relacionado à compreensão de um cooperado sobre as ações do outro no empreendimento. Conforme a comunicação interna apresentava pontos de desencontro entre o fato comunicado e a percepção dos cooperados sobre ele, percebi que isso ocorria pelos diferentes conhecimentos e modos de acesso à informação existentes, principalmente entre os membros dos Conselhos e os outros cooperados. Assim, o desfecho da situação que gerou determinada discussão, muitas vezes não era suficiente para

levar à resolução do problema de modo coletivo, resultando na centralização de informações como estratégia para otimizar as resoluções, embasada na percepção de que o outro estava desinteressado, sem perceber que muitas vezes, o outro não possuía recursos para compreender aquele problema de modo diferente.

Isso ficou claro quando os catadores se expressaram sobre por que achavam que alguns cooperados não quiseram participar da roda de conversa, argumentando que eles enxergavam apenas um meio de gerar renda: a coleta e a triagem dos resíduos. Isso era interpretado muitas vezes como desinteresse em relação à cooperativa. Porém, enquanto hipótese, acredita-se que dependendo do modo de apresentação da proposta ao coletivo pelo Conselho Administrativo, poderia resultar em um processo de engajamento maior às atividades educativas, primeiramente no ambiente interno, e depois, de modo amplo, no externo.

Ao mesmo tempo que os cooperados não se apropriavam de informações importantes sobre a Cooperativa e que existiam aqueles que realmente não acreditavam ser sua obrigação saber sobre as condições políticas, econômicas e administrativas do empreendimento, a maioria tinha noção de que estavam deixando de conhecer coisas importantes quando deixavam de participar de espaços internos e externos de discussão. Porém, atribuíram à confiança que possuíam nos Conselhos a justificativa de seus comportamentos, já que seus membros sempre se esforçavam em resolver os problemas com a ajuda dos apoiadores.

Ainda que relativamente, observou-se na Coopervida uma tendência à dissociação entre trabalho físico e intelectual, aos quais eles atribuíam diferenciadamente aos papéis sociais exercidos no âmbito da Cooperativa. Tanto é que quando abordei, no cotidiano, temas como o “Fórum”, a “Rede”, a “Universidade”, eles disseram que eram pessoas que os estavam “ajudando”, mas não possuíam consciência sobre os motivos, a natureza e as estratégias de apoio. Conversei sobre esses temas em meio às conversas cotidianas entre os catadores sobre as dificuldades enfrentadas economicamente e sobre o medo da Cooperativa fechar. Assim, no que tange as ações dos apoiadores, os cooperados as interpretavam como “ajudas” externas para que a Cooperativa continue existindo, não havendo compreensão de uma relação de mutualidade com essas pessoas. Em sua relação com a PMSC, algo similar ocorria, já que a perspectiva de “ajuda” se sobressaiu à percepção de prestação de serviços, relacionada às responsabilidades da Prefeitura em relação às leis. Sobre esse assunto, a menção a instrumentos legais relacionados à atividade de catação, não compunha as discussões cotidianas sobre a atuação da Coopervida no município e sua relação com a PMSC. Em geral, os cooperados não

possuíam compreensão sobre suas condições e direitos enquanto catadores cooperativados, bem como dos impactos de seu trabalho na sociedade. Eles tinham consciência de que na Cooperativa eles pagavam o “INSS”, o que era diferente de trabalhar “catando sozinho”.

Ao mesmo tempo que a manifestação dos cooperados nos espaços oficiais de reunião era limitada, no cotidiano, em conversas informais, eles trocavam muitas informações sobre suas dúvidas, incompreensões e opiniões. Junto a esse comportamento, foi possível entender que muitas vezes eles decidiam não se expressar, por acharem que não obteriam resultados, normalmente pela consideração de que não sabiam o suficiente para opinar. Não era escasso os momentos em que, ao conversar, por exemplo, sobre a regularização do contrato com a PMSC, os cooperados respondiam: “Pergunta prás meninas do escritório que elas que sabem. Eu sei é fazer isso aqui [mostrando a ação de triar os resíduos na bancada, ou a prensagem dos resíduos, ou ainda, o seu carregamento nos caminhões]”.

Apesar dessas características gerais, as relações estabelecidas no cotidiano para execução do trabalho eram carregadas de traços solidários e cooperativos. Ainda que com limitações, os cooperados auto se organizavam e ajudavam uns aos outros na execução das atividades, quando percebiam que alguém estava com dificuldade. Era frequente que catadores da triagem suspendessem a atividade momentaneamente para ajudar outros a arrastarem um *bag* cheio para o local de pensagem. Eles transpareciam uma autonomia dinâmica na execução do trabalho, destacando-se suas capacidades técnicas em sua execução.

Tanto é que não eram poucas as reclamações sobre a postura de alguns cooperados que insistiam em trabalhar “no seu canto”, em termos de dizer que faltava a união deles para melhorar o trabalho. Eles acreditavam no potencial de um trabalho coletivo e os cooperados se dividiam entre aqueles que buscavam por um trabalho com carteira assinada, os que gostariam de ter um trabalho com carteira assinada, mas não acreditavam que um dia teriam essa oportunidade, e outros que desejavam que a Coopervida tivesse uma estabilidade para continuar existindo, porém de forma mais digna, para que não precisassem abandonar esse trabalho. Essa dignidade almejada, relacionava-se ao que sentiam como constante “descaso” da PMSC para com o seu trabalho, já que os descumprimentos contratuais relacionados ao repasse e aos caminhões, prejudicava o seu trabalho e as condições socioeconômicas de se manterem. Quando havia a oportunidade de conversar sobre as crises vivenciadas em outros anos, eles chegavam a manifestar emoções de raiva e/ou tristeza por “estarem trabalhando para a população” e ainda terem que passar pelos “descasos” vivenciados.

Conforme a Coopervida vivenciava uma fase de razoável estabilidade econômica durante o ano de 2016, a rotatividade de cooperados diminuiu, assim como existia uma lista de pessoas esperando uma oportunidade de trabalhar na Cooperativa. Conforme informações dos Conselhos Administrativos e Fiscal, conseguindo “pagar as contas da Cooperativa”, eles conseguiriam “botar o trabalho em ordem”.

Apesar de ainda não ser observado um grau elevado de autogestão, vislumbrado para cooperativas econômico-solidárias, os cooperados exerciam sua autonomia na rotina de trabalho e os novos conselhos empenhavam esforços para estimular os catadores a tomarem as rédeas da organização, em todos os sentidos. Esses conselhos estavam em um momento de esforço muito grande e exaustivo pelo acúmulo de atividades decorrentes desse contexto, mas tiveram a iniciativa de buscar auxílio junto aos apoiadores para tentar resolver as problemáticas que percebiam no cotidiano. Ainda assim, percebi a falta de compreensão interna, entre os catadores, sobre as suas diferentes condições e a necessidade de diferentes estratégias comunicativas para fortalecer o que se destacou como almejado entre a maioria: a união.

É importante destacar que além da Coopervida ter como projeto inicial os princípios da economia solidária, sua adesão à Rede Anastácia e participação no Cataforte também estavam atrelados a isso. Essa aproximação também foi uma importante mudança em relação aos períodos anteriores, nos quais a Cooperativa não tinha relação direta com o MNCR, do qual se aproximou ao longo do tempo pelos contatos estabelecidos na Rede Anastácia.

Conforme conflitos vivenciados interna e externamente se apresentavam como limitadores do desenvolvimento de autonomia e autogestão na Coopervida, caracterizando um problema a ser esclarecido, esse histórico vivenciado até a conclusão do trabalho de campo reforçou a sua existência, bem como a importância do objetivo de estudar as representações sociais de catadores e apoiadores em interação sobre autonomia e autogestão, para que fosse possível caracterizá-las, compreender os processos em movimento e contribuir com a resolução de seus problemas e conflitos, pelo esclarecimento de cooperados e apoiadores, suas possibilidades de produzir novas ações de enfrentamento.

### **CAPÍTULO 3 – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS CATADORES DA COOPERVIDA**

Este capítulo se organiza com a apresentação e uma breve discussão, primeiramente, de alguns dados socioeconômicos dos catadores da Coopervida e de algumas informações mais objetivas, sobre os apoios, os processos educativos, a relação da Coopervida com a PMSC e a geração de renda pela Cooperativa. Após, são apresentados alguns temas de análise definidos para agrupar as falas e organizar uma discussão comparada entre essas entrevistas. Por fim, são apresentadas categorias analisadas que sintetizam as representações sociais dos catadores.

Foi entrevistado um total de nove catadores, dos quais oito são mulheres. Na Cooperativa em geral, as mulheres também eram maioria, compondo 59% do quadro de cooperados. As posições de liderança também eram ocupadas por elas, tanto as formais, relativas aos conselhos, quanto às cotidianas. Considerando que a média nacional de catadoras é de 31,1% (IBGE, 2010), mas que dentre os EES, esse número é equivalente a 56% (Onesc, 2014), podemos dizer que a Coopervida seguia a tendência nacional de distribuição de postos de trabalho por gênero em EES, além de ir de encontro à média nacional geral.

As catadoras e o catador entrevistados tinham entre dezenove e quarenta e quatro anos, sendo que dois possuíam menos de vinte anos, cinco tinham entre vinte e trinta anos e dois entrevistados tinham mais do que trinta anos. Sendo a média nacional de idade dos catadores 39,4 anos (IBGE, 2010), esta característica dos catadores entrevistados serem mais jovens que a média nacional pode indicar que cada vez mais pessoas jovens estão aderindo ao trabalho de catação e/ou às cooperativas como alternativa para gerar renda, contribuindo para a reflexão de que a exclusão econômica e social no Brasil ocorre mesmo antes da possibilidade dos sujeitos se inserirem no mercado formal de trabalho, o qual figurava como meta de alguns cooperados.

Em relação à cor ou raça/etnia<sup>74</sup>, três entrevistadas se consideravam brancas, três pardas e duas negras, juntamente com o catador. De acordo com IBGE (2010), a porcentagem de catadores negros e pardos são 66,1%, sendo maior que a média da população geral que é de 52%. A média dos catadores entrevistados condisse com o apontado pelo Censo 2010 e destacou a relação que a cor ou raça/etnia tem com o nível socioeconômico dos sujeitos e suas

---

<sup>74</sup> Esta categoria é utilizada pelas pesquisas do IBGE, desde o Censo de 2000. Nesse sentido, diversas outras pesquisas a utilizam por acreditar que a padronização de perguntas auxilia no cruzamento de dados.

inserções ocupacionais.

Apenas dois participantes possuíam o ensino médio completo, quatro o primeiro grau completo e os outros três entre terceira, sexta e sétima séries. Nenhum catador da amostragem se considerou analfabeto, o que, considerando que 20,4% dos catadores em âmbito nacional são analfabetos (IBGE, 2010), pode indicar que cada vez mais pessoas escolarizadas buscam alternativas ao trabalho assalariado como modo de geração de renda.

As rendas familiares dos catadores variavam entre R\$1.200,00 e R\$3.000,00, sendo que uma catadora tinha a menor renda, duas a maior e três catadoras, juntamente com o catador, tinham renda entre R\$2.000,00 e R\$2.900,00. Considerando que no período das entrevistas, a retirada dos cooperados era um pouco maior que um salário mínimo (R\$880,00), pode-se sugerir que a retirada era similar à média nacional do Censo de 2010, se ajustarmos o salário mínimo e mantermos a proporção do Censo de que 12% dos catadores tinha renda maior que o salário mínimo da época, que era de R\$510,00. Vale ressaltar que entre 2012 e 2013, a retirada dos catadores variava em torno de R\$1200,00 a R\$1800,00 (Secco, 2014), quando os salários mínimos eram respectivamente de R\$622,00 e R\$678,00. Ou seja, as rendas nesse período chegavam a ser quase duas ou três vezes maiores que os salários mínimos dos respectivos anos. Estes cenários destacam o quanto a vida econômica de EES é impactada pelas ações políticas municipais de governo que desarranjam as conquistas e ascensões anteriores e refletem a legitimação social que infere às cooperativas a culpabilidade por suas dificuldades, por não possuírem seus próprios bens e meios de produção.

Algumas outras informações sobre os participantes que podemos sintetizar são que, em relação ao local de nascimento, os cooperados eram de São Carlos, de municípios próximos ou de outros locais do estado de São Paulo, o que destoa das informações de Leite, Araújo e Lima (2015), de que 24,9% dos catadores do estado migraram principalmente da região nordeste. Quatro participantes eram evangélicos, um era católico e quatro acreditavam em Deus, mas disseram não possuir religião. O fator religioso não apareceu como destaque nas conversas cotidianas dos catadores na cooperativa, nem nas entrevistas<sup>75</sup>.

---

<sup>75</sup> Ainda que não seja o foco principal dessa pesquisa, cabe ressaltar que no âmbito de apoio à organização de catadores, a Igreja Católica tem sua atuação nacionalmente bem demarcada e reconhecida pelo MNCR, ao passo que sua religião compõe a fé da minoria dos catadores. Na literatura, não se encontra muito destaque às instituições evangélicas aos catadores, religião que figura como de adesão de grande parte deles. Pesquisando nos sites de algumas instituições de orientação evangélica, encontrei a Fundação Luterana de Diaconia (FDL), vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), enquanto instituição evangélica apoiadora de

Em relação aos apoiadores reconhecidos pelos participantes (Figura 5), os mais mencionados foram as instituições que propiciavam recursos financeiros e estruturais e que normalmente não acompanhavam as ações municipais relacionadas à Coopervida. Os apoiadores do contexto de São Carlos, foram relacionados a apoios educacionais e políticos, pelas mobilizações realizadas.

Marta disse desconhecer os apoiadores, cinco catadores mencionaram apoios políticos (Gisele, Sarah, Lara, Lúcia, Lorena), quatro apoios técnicos (Marina, Miguel, Juliana e Sarah) e cinco apoios econômicos (Miguel, Lorena, Lara, Juliana e Sarah). A PMSC apareceu apenas na fala de Lara, enquanto auxiliando na divulgação do trabalho e na venda de materiais. Porém, Juliana, que essa relação se limitava à “fiscalização do trabalho”, e não era uma ajuda em si.

Para eles, os apoios políticos se direcionavam à resolução de problemas junto à PMSC e eram relacionados ao NuMI-EcoSol (“Universidade”) e à atuação do Fórum Comunitário. Lúcia relacionou o apoio da ABIHPEC a uma preocupação social mais ampla com a qual os catadores podiam contribuir, considerando-os juntos nesse objetivo destacado como ambiental. Os apoios técnicos, se relacionavam às questões internas de trabalho, contribuindo com as reuniões, utilização de ferramentas de trabalho administrativo, dentre outros fatores relacionados à execução do trabalho e estruturação e organização do galpão. Eles mencionaram como apoiadores a membra da Circus, relacionada à ABIHPEC, a Profa. Célia da “Universidade” (NuMI-EcoSol), um membro da Coca-Cola e o contabilista João. Enquanto instituições e organizações, mencionaram a ABIHPEC, Coca-Cola, NuMI-EcoSol e a atuação do Fórum Comunitário.

Em relação aos apoios econômicos, eles mencionaram primordialmente a ABIHPEC e a Coca-Cola. Lorena ainda falou de uma fábrica de papelão, com a qual não teriam mais contato.

Sobre o desconhecimento dos cooperados em relação à maioria dos apoiadores e suas instituições, a fala de Miguel contribuiu para entender que eles atribuíam essa relação externa à pessoas do “escritório”: “A maioria aqui não sabe, é mais mesmo as meninas do escritório, porque nós mesmo da rua, nós não [temos contato], mais, assim na hora da reunião. Era para eu saber, que eu faço parte do Conselho Fiscal, mas não vou saber explicar também não”.

---

organizações de catadores, por meio do “Projeto Catadoras e Catadores em Rede”, executado em parceria com o MNCR e financiado pelo Programa Petrobrás Socioambiental. Porém, a execução desse projeto se concentra no estado do Rio Grande do Sul. Outras menções sobre o apoio da IECLB são encontradas na literatura, em relação ao apoio aos catadores, como no trabalho de Van Zeeland (2014).

Instituição de	Marta	Marin	Miguel	Lorena	Lucia	Lara	Juliana	Sarah	Gisele	Características do apoio
ABIHPEC	-	X	X	X	X	X	X	-	X	Doação de prensas e equipamentos; Apoio econômico
Coca-Cola	-	-	X	X	-	-	X	X	X	Auxílios econômicos pontuais para Coopervida gastar com suas demandas
Banco do Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	X	Doação de Caminhão
Rede Anastácia	-	-	-	-	-	-	-	-	X	Conhecimentos sobre economia solidária; Organização da Coopervida Estratégias e ações para superar problemas
Daes	-	-	-	-	-	-	-	-	X	Conhecimentos sobre economia solidária; Organização da Coopervida Estratégias e ações para superar problemas
Fórum de economia solidária	-	-	-	-	-	-	-	-	X	Conhecimentos sobre economia solidária; Organização da Coopervida Estratégias e ações para superar problemas
NuMI-EcoSol (Universidade)	-	-	-	X	-	-	X	X	X	Organização da Coopervida Estratégias e ações para superar problemas; Apoio com contratos; Apoio com o layout do barracão
Fórum Comunitário	-	-	-	X	-	-	-	X	X	Organização da Coopervida. Estratégias e ações para superar problemas
Gabriela	-	-	-	-	-	-	X	X	-	Auxílio com planilhas
Célia	-	-	-	-	-	-	-	X	-	Auxílio em reuniões
Contabilista	-	X	-	-	-	X	-	-	-	Divulgação do trabalho; Auxílio na venda de materiais; Ajuda em reuniões; Ajuda na resolução de problemas
PMSC	-	-	-	-	-	X	-	-	-	Divulgação do trabalho; Auxílio na venda de materiais
População	-	-	-	-	-	X	-	-	-	Doação de recicláveis

**Figura 5.** Os apoiadores reconhecidos pelos cooperados da Coopervida.

Todos os catadores que mencionaram a ABIHPEC enquanto instituição apoiadora, não delimitaram a relação dela com a Circus, Ong da qual a apoiadora que possuía contato diretamente com a Coopervida e a Rede Anastácia, em projeto financiado pela ABIHPEC, fazia parte. Lucia apontou a ABIHPEC como solidária e preocupada com o futuro da sociedade:

Ah, eu enxergo da seguinte maneira: eu acho que eles são bem solidários e tão, de uma certa forma, ajudando a gente, preocupado com o amanhã. Porque, se a gente parar e pensar em todo esse reciclável que vai pro aterro, hoje não é nada, mas, no futuro, vai tá bem mais. Então, eles tão fazendo a parte deles, eles tão ajudando porque eles querem melhorar o futuro, e quer melhorar também a gente. Eles tão investindo para eles mesmos, para bem dizer, no futuro dos filhos deles.

Sobre o NuMI-EcoSol, mencionado por quatro catadores, Juliana destacou que ele estava afastado da Coopervida. Já Lorena, indicou o Núcleo como um apoiador no âmbito da sua relação com a PMSC.

Considerando a participação dos catadores em processos educativos e eventos relacionados ao trabalho dos catadores (Figura 6), eles tiveram dificuldades em se lembrar de temas e ministrantes, além de Marta mencionar que nunca participou de nenhum.

Natureza/ Temas/ Ministrantes	Gisele	Sarah	Juliana	Lara	Lucia	Lorena	Miguel	Marina	Marta
Economia solidária e Lixo (Praça XV de São Carlos)	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões/ Cursos Daes/ Centro Público de Economia Solidária	X	X	-	-	X	X	-	-	-
Reuniões Rede Anastácia	X	-	-	-	-	-	-	X	-
Lançamento Fórum Comunitário	-	X	-	-	-	-	-	-	-
Primeiros socorros e segurança no trabalho	-	X	-	-	-	-	-	X	-
Reuniões do Fórum Comunitário	-	X	-	-	-	-	-	-	-
Expocatadores/ MNCR	-	-	X	X	-	-	-	-	-
Encontro de Mulheres Catadoras/ MNCR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cursos diversos (não lembra temas ou ministrantes)	-	-	-	-	-	-	X	-	-

**Figura 6.** Participação em cursos e eventos.

Mesmo eu tendo conhecimento da participação de Gisele em diversas reuniões e eventos externos, como do Fórum Comunitário, do evento Expocatadores, além de outros organizados pela Rede Anastácia, a cooperada mencionou ter participado apenas de um evento, que ocorreu

na Praça XV de São Carlos e que, segundo ela, falava sobre economia solidária e lixo. Ela também disse que não participou de cursos de nenhuma natureza depois de entrar na Cooperativa, mas que já pensou em participar, caso surgisse, apesar de não ter ideia de temas que gostaria de aprender.

Sarah, por sua vez, mencionou sua participação em reuniões do Fórum Comunitário, ainda que enquanto observadora, já que não interagiu com os outros participantes presentes nas discussões. Ela se limitou a dialogar com outra cooperada presente, ressaltando um certo receio em se expressar publicamente, conforme ela manifestou também durante a entrevista.

Juliana e Lara mencionaram o Expocatadores, contando com a participação também do MNCR. Lara é uma das únicas catadoras que não participava de nenhum Conselho, mas que participou desse evento. Juliana disse considerá-lo interessante pelos participantes discutirem muito sobre a categoria dos catadores.

Eles [membros do MNCR] sempre discutem mais sobre a categoria de catadores mesmo, para gente ter mais direito, porque a gente não é reconhecido. Tipo, hoje se a gente falar assim "ah, lá vem os lixeiros", eles não falam material reciclável, sempre falam lixo, então eles sempre tão brigando prá que eles reconheçam que a gente é catador, que é um serviço também.

Lucia, apesar de ter participado de palestras, demonstrou desinteresse sobre os seus temas, afirmando que "ia para dormir", bem como que nunca quis ir a eventos.

A fala de Lorena ressaltou a limitação do acesso a eventos externos ao pessoal do "escritório", ainda que fosse do interesse dela participar desses espaços, mesmo não fazendo mais parte dos conselhos.

Agora eu não faço mais parte do escritório, é mais as meninas do escritório agora que vai. Aprendi bastante coisa, tem muita coisa interessante, sabe? Que aqui na nossa Cooperativa não tem, na deles tem, na nossa tem, na deles não tem, sabe? Trocar sobre organização, armazenamento de material, venda de material.

Lorena também participou de reuniões do Fórum Comunitário e de eventos, como o lançamento desse Fórum e de formalização da Rede Anastácia, nos quais eu também estive presente.

Em relação à aprendizagem sobre autonomia, autogestão, economia solidária e cooperativismo, o cotidiano da Coopervida foi o espaço que mais se destacou.

Marta ressaltou que sua aprendizagem devém do cotidiano da Cooperativa, e Lara, no mesmo sentido, ressaltou ter aprendido a "dar importância para coisas pequenas". Ela indicou

que não realizou nenhum curso após aderir ao trabalho na Cooperativa. Miguel, ressaltou os espaços de reuniões e assembleias da Coopervida como importantes para essa aprendizagem. Marina, já destacou sua participação nos Conselhos como desencadeadores de sua aprendizagem sobre os temas.

Gisele mencionou sua participação, após ser membra de um dos Conselhos, em reuniões realizadas no Centro Público de economia solidária, pelo Daes, e da Rede Anastácia, indicando que ela vivenciou a construção de novos conhecimentos a partir do estabelecimento de novas relações com sujeitos externos, principalmente pelas práticas políticas. Sarah, atribuiu essa aprendizagem às reuniões do Fórum Comunitário. Foi possível acompanhar o processo de emersão de Gisele enquanto sujeito ativo na busca pelas resoluções dos problemas da Coopervida, indo ao encontro de Nicolletti (2011), quando a autora fala sobre a potencialidade dessas interações contribuírem com novas produções subjetivas. A potencialidade dos espaços políticos para a negociação subjetiva também se destacou (Jovchelovitch, 2000)

Lorena disse ter feito cursos ministrados pelo Daes, além de também ter participado de outras reuniões do Departamento. Ela disse considerar os cursos interessantes, mas ressaltou a dificuldade de compreender a linguagem empregada: “Eu achava interessante, mas eles falavam, às vezes a gente nem entendia, porque eles falavam entre eles lá parecendo código. Tinha que falar nossa língua”. Esta noção retrata a importância da comunicação e do reconhecimento da cultura e necessidades do outro para o estabelecimento de uma relação dialógica com potencial transformador, tanto no cotidiano, quanto em espaços educativos (Freire, 1983; Marková, 2006).

Segundo a catadora, os temas dos cursos eram escolhidos inicialmente pelos ministrantes, e conforme os cooperados sentiam necessidade, começaram a se posicionar dando sugestões: “Teve reunião que nós tivemos, que nós que propusemos, para falar na reunião”.

Dos nove catadores entrevistados, seis disseram ter participado de cursos, reuniões ou eventos, organizados primordialmente pelos apoiadores, depois de entrarem na Cooperativa. Marta e Marina disseram não ter participado de nenhum espaço desse tipo. Lara, chegou a ir ao Expocatadores, mas disse não ter participado de nenhum outro espaço.

Ao mesmo tempo que os seis cooperados atribuíram a esses espaços a abordagem de temas sobre economia solidária e cooperativismo, eles manifestaram não ter se apropriado do conteúdo das discussões, mas sim, elaborado suas compreensões, como apontado pela maioria, no dia a dia de trabalho, denotando o cotidiano como principal espaço de aprendizagem.

Ainda que a proposta de organização da Cooperativa tenha partido de apoiadores e sido acompanhada por eles, mesmo com o cuidado de propiciar um processo participativo, as relações estabelecidas mais potencializadoras se desenvolveram no espaço interno do empreendimento. Não está sendo estabelecido aqui que esses processos de interação não contribuíram com a ocorrência de transformações subjetivas, já que ficou claro o desenvolvimento de significados e análises dos catadores acerca de suas vivências laborais. Além disso, muitas intervenções foram elaboradas conjuntamente entre apoiadores e cooperados no espaço interno da organização, inclusive contando com a participação de apoiadores nos momentos de assembleia e reuniões da Coopervida.

Um dos fatores limitantes apontado pelos catadores em termos de dificuldade de compreensão de novos temas sugeridos pelos apoiadores, foi a linguagem utilizada por estes, ressaltando-se que os catadores foram ativos ao questionar essa questão junto aos apoiadores, reconhecendo limitações que envolvem suas condições.

Sobre a relação com a PMSC (Figura 7), os cooperados a consideram enquanto uma relação de ajuda, sendo que apenas quatro (Gisele, Sarah, Juliana e Lucia) mencionaram a existência de um contrato de prestação de serviços e três (Lorena, Miguel e Marina), a existência de pagamento (“repassé”) por tonelada de resíduos coletados, do galpão e dos caminhões, indicando o reconhecimento de um acordo formal entre a Coopervida e a PMSC.

Participante	Características da relação com a PMSC
<b>Gisele</b>	Contrato de prestação de serviços: Aluguel de galpão; Aluguel de caminhão; EPIs.
<b>Sarah</b>	Repassé estipulado em contrato.
<b>Juliana</b>	Contrato de prestação de serviço de coleta seletiva: repasse, aluguel de galpão e de caminhão.
<b>Lara</b>	Ajuda financeira.
<b>Lucia</b>	Ajuda; contrato: repasse, aluguel de galpão e de caminhão.
<b>Lorena</b>	Pagamento por prestação de serviço (meta de peso).
<b>Miguel</b>	Repassé de valor por peso de resíduos coletado.
<b>Marina</b>	Repassé de valor por tonelada de resíduos coletada; pagamento do galpão; pagamento dos caminhões.
<b>Marta</b>	Repassé de valor por tonelada de resíduos coletada.

**Figura 7.** Relação da Coopervida com a PMSC.

O termo “ajuda”, por sua vez, além de permear algumas falas, é constante nos diálogos cotidianos entre os cooperados, principalmente em momentos de frustração ocasionados pelas discontinuidades ocorridas nessa relação e vinculada aos impactos negativos na sustentação da organização. Lorena, por sua vez, ainda não tinha conhecimento de que o modo de pagamento havia mudado com a renovação de contrato, indicando que havia uma meta de coleta, que não é mais especificado no novo contrato. Os outros cooperados não entraram em detalhes sobre o

modo de pagamento.

Em relação à procedência da renda da Coopervida (Figura 8), a maioria dos cooperados, com exceção de Marta, indicaram, além de alguma relação com a PMSC, a venda dos resíduos. Ainda que eles tenham mencionado o apoio econômico de algumas instituições, esse auxílio não foi mencionado diretamente como fonte de renda da Cooperativa, aparecendo mais nos sentidos de serem benefícios ou investimento em sua infraestrutura diretamente.

Procedência da renda	Contrato com PMSC: repasse de valor por tonelada de resíduo coletado, pagamento de aluguel do galpão e dos caminhões	Repasse pela PMSC de valor por tonelada de resíduo coletado, pagamento de aluguel do galpão e dos caminhões	Repasse pela PMSC de valor por tonelada de resíduo coletado	Venda dos resíduos
Gisele	X	-	-	X
Sarah	X	-	-	X
Juliana	X	-	-	X
Lara	-	X	-	X
Lucia	X	-	-	X
Lorena	-	-	X	X
Miguel	-	-	X	X
Marina	-	X	-	X
Marta	-	-	X	-

**Figura 8.** Procedência da renda da Coopervida.

É interessante ressaltar, sobre essa relação econômica com a PMSC, associada às características internas de organização da Cooperativa, a fala de Lucia, que considera que caso houvesse mais cooperativismo, colaboração e empenho por parte dos cooperados, já que ela percebia uma acomodação e um conformismo com a “ajuda” da PMSC, eles teriam mais independência, pois o trabalho realizado poderia gerar uma receita econômica maior.

Ah, só acho que deveria haver mais organização, mais colaboração, mais cooperativismo das pessoas, se empenhar mais, porque no momento eles tão acomodado, só com a ajuda da Prefeitura, e não é assim. A gente tem que pensar que quanto mais a gente arrecadar, mais a gente vai ganhar. A gente não pode ficar dependendo só da Prefeitura, a gente tem que tentar ver longe, quando mais a gente trabalhar aqui, para melhorar, é melhor.

Essa fala de Lucia resalta novamente o termo “ajuda”, sugerindo que apesar de existir um acordo com a PMSC, ele não seria de fato obrigação da Prefeitura. Conforme a PNRS, por exemplo, não apareceu permeando as falas e o cotidiano na Coopervida, a dificuldade de compreensão sobre os direitos e os deveres da Cooperativa e da PMSC parece, de fato, existir. Ao mesmo tempo, o receio de depender da “vontade” da PMSC “ajudar” a Cooperativa,

associada à falta de empenho que ela enxerga na atuação dos cooperados em gerar mais renda pela venda dos resíduos, aparece como uma ilusão de autonomia econômica que não abarca a dimensão econômica, política e social relacionada à história, desenvolvimento e condições atuais das cooperativas de catadores.

A seguir, serão apresentadas as análises das entrevistas realizadas, conforme delineado pelo método: 1) os temas de análise definidos; e 3) a discussão acerca das representações sociais dos catadores, organizadas em categorias de análise.

### 3.1 Temas de análise das entrevistas e algumas considerações: ouvi falar, não sei explicar, mas fazemos assim...

Nesta sessão, foram delineados alguns temas para direcionar as análises cruzadas das entrevistas. São eles: a) autonomia; b) autogestão; c) cooperativismo; d) economia solidária; e) aproximação e adesão ao trabalho na Coopervida; f) relação anterior com a catação; g) diferença entre trabalhos; e h) decisões na Cooperativa.

#### a) Autonomia

Apesar de cinco cooperados terem afirmado não saber ou não lembrar o que seria autonomia, quatro deles relacionaram o termo ao trabalho dos catadores não cooperativados, denominando-os, inclusive, como “catadores autônomos”, conforme Figura 9.

<b>Gisele</b>	Não sei.
<b>Helen</b>	[...] Eu nunca ouvi falar [E essa forma de organização? Por exemplo, poderia ser uma empresa. Tem catador que ainda cata sozinho, fora de Cooperativa]. É, que são autônomos.
<b>Juliana</b>	[Risos] sei lá [...] Ah, os catadores autônomos [...] Quem cata individual sempre sai briga [...]
<b>Lara</b>	Não sei [...] já [ouvi falar, mas] não sei o significado, não.
<b>Lucia</b>	Nossa, não faço ideia.
<b>Lorena</b>	Já ouvi falar.
<b>Miguel</b>	[...] É uma pessoa autônoma [...] porque ela trabalha prá ela mesma [...] ela presta serviço pra ela mesma, e se tem como ela ser dona do próprio negócio dela, seria autônoma.
<b>Marina</b>	Uma pessoa que trabalha para si.
<b>Marta</b>	Vixe, agora você pegou, hein [...] já [ouvi falar] [...] não [sei o que é].

**Figura 9.** Falas dos catadores sobre autonomia.

No contexto da Cooperativa, para os catadores entrevistados, esse termo não caberia, pois só poderia ser atribuído àqueles catadores que desrespeitavam as regras e decisões coletivas em prol de suas vontades e percepções individuais, ao passo que os entrevistados defendiam que deveria haver mais união na Cooperativa. Porém, podemos associar, embasados

nas concepções teóricas de autonomia de Cattani (2000) e Martins (2002), o fato de muitos associarem a liberdade em escolher o modo de execução do trabalho cotidiano a uma possibilidade de autonomia, apesar de haver regras pré-determinadas e um certo controle por parte dos membros do "escritório" no que diz respeito à condução do ritmo de trabalho. Esse comportamento, devém do maior contato externo dos Conselhos, inclusive com a população, que muitas vezes demandava ações específicas da Coopervida. Observou-se a existência de uma autonomia relativa, ainda em construção, já que ainda se destacou como impeditivo uma crença na existência de funções de quem “pensa” e de “quem faz”. (Martins, 2002).

### b) Autogestão

A autogestão foi o termo questionado diretamente que menos obteve explicação dos cooperados. Porém, exemplificando a partir de atividades cotidianas da Cooperativa, alguns o relacionaram às atividades dos Conselhos, principalmente do Administrativo, o qual, apesar de encaminhar o processo de tomada de decisões, incentivava o coletivo a participar, consultando-o sobre suas opiniões, ainda que os momentos de discussão fossem escassos e a participação dos cooperados não fosse unânime em termos de manifestação.

Os catadores também se referiram às decisões do coletivo como algo interno, ainda que por vezes auxiliado por pessoas ou instituições externas, quando faltavam conhecimentos aos catadores. Porém, essa busca por auxílio denotou uma atitude ativa desses participantes, em busca de superar as dificuldades que vivenciavam (Sawaia, 2014), e não a existência de algum tipo de imposição dos apoiadores.

Na Figura 10, algumas falas ilustram essas considerações.

<b>Gisele</b>	Autogestão eu entendo, assim, que seria as pessoas que... diretor, presidente, que, tipo, fica no escritório. Que toma conta.
<b>Helen</b>	Autogestão? Prá falar a verdade, nem eu sei o que que é Autogestão. Já [ouvi falar], mas não guardei na minha cabeça [...]
<b>Juliana</b>	Não sei explicar.
<b>Lara</b>	Também sei, mas não se como explicar.
<b>Lucia</b>	Ah, eu tô com a minha cabeça tão fraca que eu não sei relacionar.
<b>Lorena</b>	Ah, já ouvi também, mas não sei que que é não.
<b>Miguel</b>	Autogestão tem um pouco a ver como da diretoria, acho que elas podem tá ensinando um ao outro ser mais parceiro no dia-a-dia de trabalho.
<b>Marina</b>	Autogestão, não sei [...] já ouvi falar, mas não sei.
<b>Marta</b>	Também não vem [na cabeça].

**Figura 10.** Falas dos catadores sobre autogestão.

Destacou-se pelas relações estabelecidas entre os cooperados acerca da gestão da

organização, que eles atribuíam muitas responsabilidades aos Conselhos, ao mesmo tempo que demonstravam confiança em sua atuação. Isso, levou os catadores a esperarem, inclusive, que os Conselhos agissem como propiciadores da união do grupo, da estruturação de espaços de reuniões e assembleias e da mobilização dos cooperados para que participassem mais das discussões da Cooperativa, conforme eles de certo modo assumiam essa responsabilidade e eram os principais responsáveis pela circulação de informações externas na Cooperativa.

### c) Cooperativismo

As manifestações acerca do cooperativismo foram praticamente unânimes em concordância. Expressões no sentido de “tudo junto”, “fazendo junto”, “se ajudando” e “sem patrão”, permearam todas as falas nas entrevistas, conforme Figura 11, indicando uma relação direta dele com o conceito de cooperação (Priberam, 2013b), defendido dentre os princípios do cooperativismo (ACI, 1995) e da economia solidária (Laville & Gaiger, 2009).

<b>Gisele</b>	Seriam todos igual. Aqui, como é na cooperativa, todos os cooperados um ajudando o outro [...] porque a gente já fala "é uma cooperativa", todos são dono, todos são patrão, então a gente se sente mais em liberdade pra manter, que você não vai ter um patrão. Eu acho assim, que todos vão ter liberdade de manter a cooperativa.
<b>Helen</b>	Ah, Cooperativismo? É os cooperado [...] E tem que ter união [...] Um ajudar o outro [...] Também tô fazendo coisa pra meio-ambiente, e bom que gera emprego pra um monte de gente [...]Se juntar fica melhor [do que trabalhar como catador] autônomo.
<b>Juliana</b>	Cooperação, tipo, aqui na cooperativa, a gente um ajudar o outro, sempre que a gente vê que o outro tá precisando de ajuda a gente ajudar, na rua se a gente vê uma pessoa carregando algo pesado a gente vai ajudar ela, cooperação.
<b>Lara</b>	Cooperativismo é a gente cooperar [...] ajudando um ao outro [...] a gente tá ajudando o meio-ambiente, a tirar poluição, sabe, tirando as coisas dos rios [...] a gente faz em grupo e aos poucos a gente chega no objetivo [...] através dessas pequenas coisas a gente faz coisa grande.
<b>Lucia</b>	Ó, o cooperativismo eu vejo assim, relacionado a uma cooperativa com trinta, mais ou menos, pessoas que um tá andando em conjunto com o outro, um tá apoiando o outro, porque uma cooperativa não se faz sozinha. O cooperativismo depende de mim, depende dela, depende de você, então é um ajudando o outro pra poder andar pra frente, porque se não tiver, o cooperativismo não anda, porque um só não consegue fazer com que anda tudo em conjunto [...]Ah, eu acho, só acho que deveria se ver mais organização, mais colaboração, mais cooperativismo das pessoas, se empenhar mais, porque no momento eles tão acomodado, só com a ajuda da Prefeitura, e não é assim, a gente tem que pensar que quanto mais a gente arrecadar, mais a gente vai ganhar. A gente não pode ficar dependendo só da Prefeitura, a gente tem que tentar ver longe, quando mais a gente trabalhar aqui, pra melhorar, é melhor.
<b>Lorena</b>	O Cooperativismo é quando a gente ajuda um ao outro, na cooperativa, a gente tá vendo que uma pessoa tá ali se matando pra arrastar um bag, a gente vai lá e ajuda, sempre tá ajudando um ao outro [...] só que aqui tem muito pouco cooperativismo, aqui todo mundo quer fazer da sua maneira, cada um quer fazer da sua maneira, e então, que que eu posso te dizer?
<b>Miguel</b>	Cooperativismo é um ajudando o outro.
<b>Marina</b>	Uma pessoa que ajuda a outra [...]Ai, ai, as relações são péssimas [...] porque não tem união aqui.
<b>Marta</b>	Todos os cooperados, tudo junto [...] separando as coisas [os materiais coletados].

**Figura 11.** Falas dos catadores sobre cooperativismo.

Porém, o cooperativismo enquanto um movimento passível de transformar diversas

dificuldades econômicas e sociais, não se destacou. Ele apareceu centrado ao cotidiano de trabalho, ou ainda, estendido e permeando as relações sociais, conforme Juliana exemplificou sobre cooperação estar relacionada a ajudar alguma pessoa na rua que carrega algo pesado. Conforme Onuma (2011) destaca a potencialidade de sentidos se distribuírem pelas relações estabelecidas no trabalho, ainda que em um primeiro momento ele ocorra no âmbito individual, pode-se dizer que a cooperação era um valor que vinha sendo perpetuado na Coopervida.

No cotidiano, foi possível observar que as lideranças que “dão ritmo” ao trabalho, costumam se expressar com frases no sentido de: “vamos pessoal, vamos se ajudar que o serviço fica mais fácil”. Ou ainda, quando queriam reclamar especificamente uma situação de ‘autonomia individual’ relacionada ao comportamento de algum cooperado: “você precisam aprender a trabalhar junto. A gente tem que se unir se quiser chegar a algum lugar”.

Essas frases, ainda que genéricas, esboçam os sentidos das inúmeras exclamações diárias dos cooperados, durante a execução das atividades, sendo reelaboradas por mim após o acúmulo de expressões similares presenciadas em campo.

Gisele, indo além, ainda falou de liberdade para manter a Cooperativa enquanto significado de cooperativismo, associando ao fato de não terem patrão. Isso denotou um sentimento de emancipação enquanto sujeito catador e trabalhador e destacou, novamente, a possibilidade de autonomia associada a essa união (Cattani, 2000).

#### **d) Economia solidária**

Doação, voluntariado e ajuda foram alguns sentidos atribuídos à economia solidária, conforme Figura 12. Gisele falou da doação voluntária de materiais pela população. Lara, além de reforçar essa proposição, esboçou a positividade de uma relação de ajuda mútua entre Cooperativa e população, sendo a única que atribuiu essa possibilidade de expansão para além do espaço de trabalho, conforme Juliana fez em relação ao cooperativismo.

Eles ainda atribuíram à economia solidária características muito parecidas às do cooperativismo, como ajuda mútua e ser dono do próprio negócio. Além disso, quando questionados se achavam que os termos autonomia, autogestão, cooperativismo e economia solidária tinham alguma relação, eles afirmavam que sim, que haviam aprendido algo sobre isso, mas que não sabiam explicar.

<b>Gisele</b>	Eu entendo assim, que... já fala, Economia. Tudo que a gente possa fazer prá Economia Solidária é voluntariamente [...] As pessoas voluntariamente dão os seus materiais, reciclável. Seria voluntariamente [...] no meio mesmo de reciclagem, porque eles [catadores] tão trabalhando pro sustento deles, e é um meio da gente manter o planeta limpo e tá reciclando esse material. Eu vejo por esse lado
<b>Helen</b>	Ah, já penso, assim, que [a economia solidária] é solidariedade.
<b>Juliana</b>	Ah, que nem assim, quando eles davam treinamento prá gente, um ajudando o outro/ que nem assim, de economia solidária, a gente é dono do nosso próprio negócio e, tipo, a gente não tem patrão, essas coisas.
<b>Lara</b>	Economia sim, mas Solidária não [...] [mas] já [ouvi falar], também [...] Economia, pra mim, é saber e, tipo, economizando [...] é se lembrar de fazer doações, tipo assim, ajudar [...] eu acho que ajuda a pessoa solidária a economizar.
<b>Lucia</b>	Bom, economia solidária eu tenho mais ou menos uma ideia. Economia solidária é um grupo de apoio... de apoio não... é um grupo de pessoas que gira em torno de um apoio que [...] ah, o que eu entendo, assim, é que é uma cooperativa, que eu entendo, é que a gente tem o apoio de grandes geradores, e a gente deve ser solidário com as pessoas, a gente tenta extrair das coisas mínimas pra gente poder viver no dia-a-dia, não sei se é o correto, mas não consigo te explicar.
<b>Lorena</b>	Já ouvi falar, participei de bastante reunião, mas não pergunta muitas coisas não que faz tempo que eu ouvi.
<b>Miguel</b>	<b>Toda reunião que tem fala [de economia solidária], e eu não vou saber explicar... eu não vou saber explicar agora [...]</b>
<b>Marina</b>	Economia Solidária, é uma coisa que é econômica? [...] Não sei responder [risos].
<b>Marta</b>	Já [ouvi falar] [...] mas eu não tô sabendo responder isso daí não.

**Figura 12.** Falas dos catadores sobre economia solidária.

### e) Aproximação e adesão ao trabalho na Coopervida

Dentre os nove catadores entrevistados, quatro se aproximaram da Coopervida por meio de familiares, quatro por amigos e o catador Miguel chegou até ela por conta própria. Dentre os que a conheceram por meio de familiares, destacou-se que esses parentes chegaram a catar materiais no antigo lixão, Isso indica a existência de uma herança intergeracional acerca da catação como possibilidade de gerar renda, bem como, nesse âmbito, a falta de acesso desses sujeitos a conhecimentos sobre seus direitos e conseqüentemente, a alternativas de vida.

Em relação à adesão ao trabalho na Cooperativa, conforme Figura 13, todos os cooperados relataram motivos econômicos, relacionados à necessidade de gerar renda, tanto por estarem desempregados (seis catadores), quanto por ter sido sua primeira oportunidade de trabalho (três catadores), corroborando com os resultados relacionados ao que levou catadores não cooperativados a escolherem a catação como ocupação de algumas pesquisas (Braga, Lima & Maciel, 2015; Dias, Cherfên, Raupp & Milnitisky-Sapiro, 2014; Pereira, Silva, Melo, Oliveira & Silva, 2012; Miura & Sawaia, 2013; Maciel, Matos, Borsoi, Mendes, Siebra & Mota, 2011), o que está relacionado às condições materiais e simbólicas precárias, decorrentes do processo de exclusão vivenciado.

Dos seis cooperados anteriormente desempregados, três disseram que chegaram a procurar por outros trabalhos, visando uma seguridade econômica melhor, com os direitos

propiciados pela CLT. Já dentre os três que tiveram como primeiro trabalho de suas vidas a ocupação de catador na Cooperativa, apenas Lúcia tinha essa expectativa. Ela também foi a única catadora a atribuir às atividades laborais do catador a característica de “sofrido”, relacionada ao seu desejo de “arrumar algo melhor”.

<b>Gisele</b>	Por necessidade mesmo de um emprego.
<b>Helen</b>	Quando eu comecei trabalhar aqui, eu gostei. fui trabalhando. depois, fui mandando currículo pra um monte de lugar, nunca me chamavam, eu fiquei aqui. vou ficar desempregada?
<b>Juliana</b>	Porque, que nem assim, eu trabalhava de empregada doméstica, aí eu saí assim, que aí meu marido trabalhava na coleta e chegava em casa ao meio-dia, e aí na Cooperativa ele já ganhava mais do que eu quando trabalhava de empregada. Aí eu entrei na Cooperativa.
<b>Lara</b>	Porque foi a primeira [opção de trabalho] que eu achei disponível, no momento, pela situação que eu encontrava [...] eu continuo porque eu acho interessante, achei legal, meios de muitas coisas eu aprendi, aprendi que eu não dava sentido, às vezes tinha coisa pequena que eu não dava sentido porque é um sentido muito grande.
<b>Lucia</b>	Ah, eu sempre tive intensão de arrumar algo melhor, porque a gente trabalha no dia-a-dia sabe como que é sofrido, como é trabalhoso, só que acabou acomodando, acabei ficando e tô até hoje.
<b>Lorena</b>	Foi o primeiro serviço [...] [e continuei] porque eu não achei outro [risos] [...]ah, eu mandava currículo, mas... e também é uma coisa, assim, que eu gosto de fazer, sabe?
<b>Miguel</b>	Porque, pra falar a verdade, a gente tava desempregado.
<b>Marina</b>	Porque eu tava precisando [...] [e fiquei] porque eu gostei de trabalhar aqui [...] Não [procurei outro trabalho], vim e fiquei.
<b>Marta</b>	Porque chamaram pra trabalhar aqui [enquanto estava desempregada] parada, em casa.

**Figura 13.** Fala dos catadores sobre a adesão ao trabalho na Coopervida

Ainda tiveram sete catadores que disseram ter gostado do trabalho, como motivação para sua permanência e para além da limitação de não conseguirem encontrar outro trabalho. Mesmo que o engajamento inicial tenha sido a necessidade de renda, o que ainda atravessava os objetivos coletivos em relação à Coopervida, outros sentidos foram construídos, inclusive sobre a importância do trabalho do catador para a sociedade, relacionado ao reconhecimento sentido pelos catadores em relação à população sobre o seu trabalho, reforçando resultados similares da literatura (Coelho & Godoy, 2011; Magni & Günther, 2014; Ghinozi & Mendes, 2014; Pereira, Secco & Carvalho, 2014), e a potencialidade transformadora que o espaço de trabalho estava exercendo (Veronese, 2008; Carvalho, 2010).

#### **f) Relação anterior com a catação**

Dentre os quatro catadores que conheceram a Cooperativa por meio de familiares, todos os parentes, sejam pais, irmãos ou tios, haviam catado materiais recicláveis no antigo lixão. Porém, destes, apenas Sarah, quando ainda era adolescente, chegou a ajudar a irmã na catação nesse local. Já Miguel e Marta, mesmo não tendo histórico de catação entre familiares,

relataram ter, em algum momento de suas vidas, catado recicláveis no lixão, ainda que não fosse uma atividade constante ou única fonte de renda.

Em geral, dos nove catadores, seis entraram na Cooperativa sem ter exercido qualquer atividade de catação anteriormente. Os outros três que chegaram a exercer essa atividade, a fizeram pontualmente, sem uma identificação de fato com ela.

Apesar do histórico de desenvolvimento da Coopervida ter se iniciado com a retirada de catadores do lixão sob a alternativa de continuarem na ocupação organizados em cooperativas, dentre os catadores que figuravam a mais tempo ou maior destaque em termos de liderança no cotidiano da organização, nenhum se considerava, de fato, como catador anteriormente à adesão à Cooperativa. Este processo de reconhecimento se iniciou, para alguns, no meio familiar, e para outros, durante suas atividades na Coopervida.

#### **g) Diferença entre trabalhos**

Neste tema de análise foi onde mais se destacou aspectos relacionados ao tema ‘cooperativismo’, que foi o mais desenvolvido pelos cooperados durante as entrevistas e que praticamente serviu de vínculo para compreender as outras compreensões manifestadas nas falas, juntamente com as observações sobre sua atuação cotidiana.

Dentre as diferenças que os participantes apontaram entre o trabalho na Cooperativa e seu trabalho anterior, ou ainda, os outros tipos de trabalho que conheciam disponíveis socialmente, conforme Figura 14, cinco cooperados destacaram a ausência de patrão e a possibilidade de todos trabalharem juntos, constituindo relações de ajuda entre eles. Eles também consideraram essa diferença um fator positivo, ainda que houvesse dificuldades, desavenças e limitações. Três cooperados não se manifestaram sobre essas diferenças, e apenas Lorena ressaltou que no trabalho cooperativo haviam muitas dificuldades e pouco espaço para constituir mudanças, ao mesmo tempo que destacou a vantagem e segurança econômica de trabalhar sob o regime CLT, apontando a possibilidade que ela teria de acumular benefícios monetários, como o FGTS.

Destacou-se também a possibilidade de constituição de um processo de aprendizagem de coisas novas, incluindo como ferramenta as assembleias e os espaços de discussão, que permitiam a definição de decisões conjuntas, para além das desavenças. Ficou claro aqui, a compreensão dos catadores sobre as limitações de sua organização e os potenciais que ela possuía para se desenvolver a partir de perspectivas que corroboravam com as características

atribuídas pela literatura ao ideal de cooperativismo.

<b>Gisele</b>	É porque assim, no serviço doméstico, ali você tem o patrão que manda, você tem que fazer o que ele manda, e no dia-a-dia você faz aquilo lá. E aqui é diferente, porque aqui você tem as pessoas, você tem organização, você tem relação, cooperativismo, que é um ajudando o outro, é um auxiliando o outro, tanto você ouve como você fala, ensina também, e você aprende também. então, é cooperativismo mesmo, tem bastante diferença.
<b>Helen</b>	[Na coleta da laranja] tinha turmeiro [que liderava as turmas nas coletas] [...] Quando eu entrei, já sabia que você tem que tirar do pé, encaixotar, pra passar o trator pra recolher [...] dava cinquenta caixas de laranja [como meta]. Sabe aquelas caixas de despesa? Cinquenta [...] Era [registrado, mas a remuneração era por] produção. Quanto mais você tirava, mais você ganhava [...] [já na Coopervida] as decisões é todo mundo, tem nós aqui do escritório que toma as decisões, aí depois tem que fazer uma assembleia pra passar pra eles [...] todo mundo faz um pouquinho de tudo.
<b>Juliana</b>	Quando eu trabalhava de empregada eu tinha tipo uma rotina de trabalho, nas segunda eu fazia uma coisa, até sexta, cada dia, eu fazia uma coisa. então, eu sabia que segunda eu tinha que fazer faxina na cozinha, na terça passar roupa, na quarta lavar banheiro, então tinha sempre já escalado o que eu já ia fazer [...] não [tinha autonomia para realizar o trabalho], quando eu entrei, é... eu escolhia do jeito que eu ia fazer, mas eu sabia que, naquele dia, eu tinha que fazer aquela coisa [...] Aqui na Cooperativa a gente se organiza pra gente fazer nosso trabalho, aí sempre tem um que não concorda, mas aí com conversa, senta tudo, aí acaba executando, tipo, você vai fazer isso, vai fazer aquilo, e acaba dando certo.
<b>Lara</b>	Ah, a diferença [entre uma cooperativa e uma empresa] é que [na empresa] um só toma decisão, mas a cooperativa todo mundo dá decisão. Todo mundo fala junto.
<b>Lucia</b>	[a cooperativa foi o seu primeiro trabalho]
<b>Lorena</b>	Tem hora que cansa [...] porque a gente vê muita coisa errada, sabe? Ninguém é perfeito, mas a gente vê um monte de coisa errada aí e às vezes não pode ficar falando, então já viu [...] Eu também queria arrumar uma carteira assinada, também, porque, que nem, treze anos aqui, se eu tivesse numa firma, quando eu saísse eu tinha alguma coisa, agora não tem, eu não tenho carteira assinada, também.
<b>Miguel</b>	Entre e fiquei, porque aqui é bom, aqui não tem patrão mandando na gente, é a gente mesmo. Tem um pouco de desavença, mas isso daí é cotidiano, isso daí é normal, todo lugar tem.
<b>Marina</b>	[Não manifestou nada sobre o tema].
<b>Marta</b>	[Não manifestou nada sobre o tema].

**Figura 14.** Falas dos catadores sobre as diferenças entre o trabalho anterior e o atual.

A partir de provocações realizadas pela entrevistadora, Gisele e Juliana, quando questionadas se no trabalho anterior elas não teriam autonomia para realizá-lo, responderam que não, que ele já era pré-determinado. Apesar de Gisele ter afirmado não saber o que era autonomia e Juliana ter dito que ela era relativa a trabalhar sozinho, citando o exemplo do catador ‘autônomo’, apoiando-se na teoria, de que a autonomia pode ocorrer tanto no âmbito individual quando coletivo (Cattani, 2000), pode-se inferir que elas associaram, ainda que não objetivamente, a questão da autonomia com a liberdade de escolha sobre o trabalho a ser executado na cooperativa. Ainda que houvessem regras coletivas, o trabalho realizado era determinado considerando as condições do sujeito, o que foi reforçado pela perspectiva de Gisele sobre o cooperativismo, relativa à liberdade de decidir.

Notou-se a vivência de um período dialético de reconhecimento de novos princípios que hora conflituavam, e hora contribuíam para o desenvolvimento de um trabalho autogestionário.

## i) Decisões na Cooperativa

A compreensão dos catadores acerca das decisões realizadas na Cooperativa, apresentava uma certa contradição, conforme ilustram algumas falas na Figura 15.

<b>Gisele</b>	Depende. Às vezes, assim, são decisões que a gente toma eu e as meninas aqui do escritório, a gente toma e passa pros cooperados, aí todos decidem, e a gente tem assembleias também, assembleias de mês, de ano, são tomadas as decisões nas assembleias [...] os próprios cooperado, às vezes vê se tem algo que é pra melhor, ou que tá errado, eles vêm e consultam a gente e aí a gente decide, e aqui dentro também, a gente vê se tem algo que tá errado, ou que a gente acha que tá errado, pra melhorar a gente conversa com eles também, aí isso decide todos junto.
<b>Helen</b>	Ah, as decisões é todo mundo, tem nós aqui do escritório que toma as decisões, aí depois tem que fazer uma assembleia pra passar pra eles, mas, pra falar a verdade, tá muito desorganizado a turma aqui dentro [...] porque tem gente que quer fazer o que quiser aqui [...] porque já sabem que é uma Cooperativa e todo mundo é dono. Mas, no ver, tem nós aqui pra dar o que tem que fazer [...] mas eles não entendem. É o que eu penso [...] Assim, por exemplo, nós pegamos a pessoa para contrato, mas se já entrou umas duas vezes, aí se deu trabalho, nós já fazemos uma assembleia e fala assim "ó, essa pessoa tá pedindo serviço, vocês aceita?". Aí eles têm que 'coisar', mas quando for dia de pagamento, nós, por exemplo, que nem nós que recebia sempre dia vinte, vinte e cinco, aí nós tava com dinheiro guardado lá, falei "não, eu vou fazer o pagamento deles dia onze, aí foi nós aqui no escritório [quem decidiu].
<b>Juliana</b>	[...] A gente se organiza pra gente fazer nosso trabalho, aí sempre tem um que não concorda, mas aí com conversa, senta tudo, aí acaba executando [...]
<b>Lara</b>	Ué, as decisões é tudo em assembleia, a gente faz a reunião e todo mundo toma decisão [...] Como funciona todo mundo junto, um ajuda o outro e a gente chega a uma conclusão final [...] Eu acho legal, porque é onde todo mundo dá opinião, todo mundo fala a conclusão, uma só, uma conclusão só.
<b>Lucia</b>	Ó, o cooperativismo eu vejo assim, relacionado a uma cooperativa com trinta, mais ou menos, pessoas que um tá andando em conjunto com o outro, um tá apoiando o outro, porque uma cooperativa não se faz sozinha. O cooperativismo depende de mim, depende dela, depende de você, então é um ajudando o outro pra poder andar pra frente, porque se não tiver, o cooperativismo não anda, porque um só não consegue fazer com que anda tudo em conjunto.
<b>Lorena</b>	Ah, a gente tem reunião, aí se a gente tá com algum problema, a gente vem e fala pra Néia, e chega no dia da reunião ela fala pra todo mundo, se a turma concorda ou não tomar a decisão, esses negócios aí [...] são poucos que falam nas reuniões.
<b>Miguel</b>	Todo mundo.
<b>Marina</b>	Ah, todo mundo decide [...] Já tem as equipes certa, a gente fala "a equipe A vai fazer isso, a equipe B isso", o restante que fica, fica no barracão, a gente tá observando, falando o que tem que fazer, certo, senão não faz [...] eles vai no ritmo deles.
<b>Marta</b>	Em grupos [...] [a participação é] tudo igual [...] [e todos] falam.

**Figura 15.** Falas dos catadores sobre os processos decisórios na Cooperativa.

A afirmação de que a decisão era realizada por todos juntos, era unânime. Porém ela era confrontada com a revelação, presente nas falas de Gisele, Sarah, Lorena e Marina, de que existia uma regulação por parte do “escritório”, relativo ao espaço onde ficavam os membros dos Conselhos. Algumas decisões, inclusive, eram atribuídas somente a estes membros, o que não parecia necessariamente propiciar um conflito no grupo, mas uma concordância acerca da delegação das funções de cada papel.

Ao mesmo tempo que ocorria essa regulação, a maioria dos cooperados parecia concordar com o fato de que poucas pessoas se manifestavam sobre os temas discutidos nos

espaços formais, mas investiam nessas discussões, entre poucas pessoas, ao longo do cotidiano de trabalho. Isso resultava na continuidade de dúvidas e incompreensões entre diversos membros acerca do funcionamento da Cooperativa e dos problemas enfrentados.

Conforme os cooperados se ausentavam do seu direito de falar e ser ouvido, os membros do Conselho passaram a assumir essa responsabilidade, ainda que inconscientemente, sendo observado no cotidiano uma convivência coletiva sobre essa condição, caracterizando uma expectativa próxima ao sentido de uma democracia representativa. Mesmo assim, os membros dos Conselhos, assim como outros cooperados destacados em sua atuação enquanto lideranças informais no cotidiano, buscavam em diversos momentos motivar os cooperados a participar mais, para contribuir com os rumos do empreendimento. Esta condição, quando relacionada à solicitação dos Conselhos ao NuMI-EcoSol de capacitações em economia solidária, destacou a emergência que esses Conselhos sentiam dos cooperados se apropriarem dos assuntos relativos ao seu empreendimento e desenvolverem novas habilidades para que algumas responsabilidades atribuídas aos membros dos Conselhos, fossem compartilhadas pelo grupo.

Aqui, destacou-se um dos motivos dos conflitos internos vivenciados, pois, apesar de que uma parte dos cooperados tinha consciência acerca dos direitos e necessidade de todos se manifestarem em assembleias e reuniões, esse processo de apropriação pelo coletivo ainda não havia se efetivado.

### **3.2 Categorias de análise e as representações sociais dos catadores**

Analisando as entrevistas realizadas, a partir da consideração do histórico da Cooperativa e das observações de trabalho de campo, percebeu-se que por mais que existissem momentos de interação com apoiadores externos, principalmente por parte dos membros dos Conselhos, as representações sociais dos catadores sobre diversos temas que envolvem a proposta de sua organização de trabalho, incluindo autonomia e autogestão, ancoraram-se nas vivências cotidianas de trabalho da Cooperativa.

Essas vivências se confrontavam como os conhecimentos anteriores dos catadores, principalmente no âmbito do trabalho, sejam por experiência própria ou a exemplo de seus familiares, sendo mais ou menos intensas, de acordo com o engajamento do catador, seu posicionamento nos espaços de discussão, formais ou cotidianos, e no papel estabelecido internamente à Cooperativa. Ao mesmo tempo, essas vivências eram nitidamente influenciadas

pela comunicação estabelecida entre “o pessoal do escritório” e os outros cooperados, já que àqueles foram delegados papéis responsáveis de participação em eventos e ações externas, trazendo informações para serem compartilhadas com os outros cooperados na Cooperativa.

As potencialidades dos espaços públicos (Jovchelovitch, 2000), ainda que tenham se mostrado efetivas em relação ao desenvolvimento pessoal dos cooperados que deles participavam, limitaram-se à atuação dos membros dos Conselhos.

Os encontros dialógicos promovidos principalmente no cotidiano de trabalho, mostraram-se favoráveis à circulação de ideias e transformação da ação de muitos catadores, conforme sugerem Jodelet (2009) e Marková (2006). Ainda que elementos externos que pudessem trazer estranhamento e mobilizações importantes para a construção de novas representações sociais chegassem principalmente por meio dos poucos catadores que realizavam atividades junto aos apoiadores, ainda assim esses elementos podem ser considerados como compondo essas mudanças, por passarem a circular nas negociações internas realizadas pelos catadores na Cooperativa.

Observou-se um processo de enfrentamento de crises que, por um lado, tensionava os sujeitos a buscar soluções efetivas para seus problemas econômicos, e de outro, limitava o acesso dos cooperados aos espaços de mobilização política que se demonstraram contributivos às conquistas da Coopervida ao longo do tempo. A dialética necessária entre agir enquanto se transforma (Coraggio, 2003), foi comprometida pela percepção dos cooperados de que era preciso primeiro gerar renda, para depois pensar em outros assuntos.

Para analisar representações sociais produzidas pelos catadores, após a análise individual das entrevistas e dos temas de análise que agruparam tópicos comuns às falas dos catadores, foram estabelecidas quatro categorias de análise: 1) todo mundo junto, fazendo junto; 2) autonomia individual/autonomia de trabalho coletivo; 3) comunicação no cotidiano/espços formais de discussão; e 4) influência econômica.

### **1) Todo mundo junto, fazendo junto, mas participando**

Esta categoria se remete à importância atribuída à união relacionada ao cooperativismo e como sendo essencial a ele, fator que atravessou tudo o que os cooperados representavam em relação à Cooperativa. Eles expressaram muito a falta que a união fazia para que a Cooperativa se fortalecesse e melhorasse, considerando que, apesar de ser possível encontrar atitudes de ajuda mútua, o fator união não era totalmente observado no espaço de trabalho.

Para estimular essa união, os cooperados consideravam que a atuação dos membros dos conselhos era essencial, bem como a necessidade de engajamento das pessoas ao processo de trabalho. Isso, junto ao entendimento do fato de todos serem donos da Cooperativa, não significava que cada um poderia agir conforme suas vontades individuais.

Para alguns cooperados, o significado de outros catadores compreenderem a importância de trabalhar “junto” na Cooperativa, seria o seu interesse pelo empreendimento, gerando maior respeito ao coletivo e novas contribuições pelo aumento de sua participação. Desse modo, a autogestão estaria representada como o interesse e a participação de todos no espaço de trabalho, onde não há patrão, mas ninguém poderia agir de modo individualizado. Essa representação se associa à ideia de cooperação, já que o catador, entendendo e atuando a partir de regras coletivas, desenvolveria um senso de ajuda mútua na realização do trabalho.

## **2) Autonomia do trabalhador sem patrão**

A representações sociais dos catadores sobre o que seja a autonomia perpassou por duas possibilidades que a princípio, não parecem consensuais. A primeira, mais recorrente, era a de que ela se referiria, no âmbito do trabalho, à existência de um sujeito individual, que trabalha sozinho. A segunda, era relacionada à liberdade dos cooperados para a realização de seu trabalho, respeitando suas condições, ainda que houvesse uma regulação dos membros dos conselhos no sentido de intervir para garantir que as atividades pactuadas fossem realizadas. Porém, as duas situações eram relacionadas a trabalhadores sem patrão, com diferenças no modo de realização do trabalho. O primeiro trabalhador, executava seu trabalho sozinho, seguindo suas próprias regras. O segundo, em uma cooperativa, seguindo regras coletivas, apesar de ter liberdade de escolha sobre a execução de seu trabalho.

Ainda que os membros dos conselhos não fossem considerados e nem tentassem se estabelecer no ambiente de trabalho enquanto “patrões”, os catadores compreendiam consensualmente que eles tinham a função, enquanto papel a desempenhar, de auxiliar na regulação da organização para manter o cooperativismo ativo.

A autonomia então, era representada como a liberdade de realizar um trabalho sem receber ordens de um patrão. Ainda que houvessem regras, essa liberdade se estenderia à escolha sobre aceita-las ou não e à possibilidade de discuti-las com o coletivo.

## **3) Comunicação no cotidiano e a participação nos espaços formais de discussão**

O modo como era estabelecida a comunicação interna, apresentou-se como primordial no que diz respeito à possibilidade de realização de negociações e desenvolvimento do interesse e da participação dos cooperados, não só em relação aos espaços de decisão internos da Cooperativa, mas também nos espaços externos que os cooperados representavam como sendo de direito ou obrigação de acesso apenas dos membros dos conselhos.

Conforme as contribuições externas dos apoiadores adentravam à Coopervida por meio dos membros dos Conselhos e os espaços internos formais de discussão (assembleias e reuniões) eram escassos e com pouca participação dos catadores, o principal modo de acesso a esses novos conhecimentos ocorria pela comunicação cotidiana. Porém, como as informações iniciais não passavam por um processo de sistematização nesses espaços formais, a apropriação delas pelos catadores era desarticulada e, muitas vezes, não esclarecida.

As experiências mencionadas pelos cooperados em relação às atividades educativas, articuladas principalmente pelo Daes, não apareceram com destaque nas elaborações realizadas por eles. Isso pode ser atribuído à linguagem empregada pelos apoiadores, considerada pelos cooperados como de difícil compreensão. Ao mesmo tempo, existe o fator relacionado à motivação ou não dos cooperados em se apropriar de determinadas informações, para melhoria de suas condições de trabalho, para que seja despertado o seu interesse em fazer parte desse processo. Ainda que os catadores considerassem as parcerias importantes para a Cooperativa, o seu foco eram as estratégias de geração de renda, não associando os espaços educativos como instrumentos que poderiam contribuir para esse fim. Novamente, ocorre uma dissociação entre agir e transformar (Coraggio, 2003), consideradas pelos catadores como possibilidades interdependentes, mas não concomitantes: triar para gerar renda, primeiro, aprender, depois.

Considerando que os espaços formais não se mostraram potenciais ao desencadeamento de discussões e, conseqüentemente, de negociações das várias representações coexistentes, o investimento dos membros dos conselhos na estruturação desses espaços, bem como na elaboração de estratégias que contribuam para fomentar a participação dos cooperados, parece ser coerente, no sentido de que essa não participação, representada por muitos cooperados como desinteresse, é reconhecida como limitadora do estabelecimento de processos cooperativos.

#### **4) Engajamento econômico**

Considerando que a adesão ao trabalho na Cooperativa decorreu da necessidade econômica dos participantes em busca de gerar renda, as dificuldades econômicas provocadas

pelas crises decorrentes do relacionamento conturbado entre Coopervida e PMSC, impactou nessa motivação inicial que pareceu ainda compor, enquanto primordial, o engajamento dos cooperados no período da pesquisa.

Apesar do engajamento ao empreendimento ter se desenvolvido também pela identificação com o trabalho e pela positividade atribuída pelos cooperados ao trabalho coletivo e reconhecido pela comunidade, o não atendimento da necessidade econômica, inicialmente individual, tornou-se uma necessidade coletiva de sobrevivência também da Cooperativa.

O risco dessa organização deixar de existir, atinge o que pode ser indicado como, apoiando-se em Miura & Sawaia (2013, p. 336), “[...] o medo de não trabalhar”. Ainda que tenham vivenciado constantes conflitos pessoais e coletivos/laborais, “[...] o medo da esperança [...]” seria menor que os outros medos, como de voltar à invisibilidade, em condições precárias e desconhecidas ao olhar dos outros.

O estabelecimento de relações de apoio externos, considerados positivos pelos cooperados, de relações com a população, consideradas como uma troca pelos catadores, e de relações internas de trabalho, referentes à identidade dos sujeitos enquanto catadores cooperados, destacaram-se como um importante vínculo para a garantia do seu desenvolvimento pessoal. O risco econômico, advindo principalmente de uma relação instável com PMSC, refletiu insegurança aos cooperados e afetou diretamente todos os outros ganhos que o trabalho na Cooperativa poderia propiciar a esses sujeitos.

Ainda que o termo autogestão não componha objetivamente as representações sociais dos participantes, o desejo dos cooperados em gerir sua organização de modo a conseguir sobreviver a momentos de crise, sem perder a dignidade, abarcou uma representação social acerca da necessidade que os catadores manifestaram de uma gestão efetivamente realizada com a participação e engajamento de todos: uma autogestão.

Para os entrevistados, os Conselhos possuíam papel essencial no incentivo à união no ambiente de trabalho. Para os Conselhos, seria necessário que os cooperados se apropriassem de alguns conhecimentos para compreender as diversas demandas da organização e contribuir efetivamente com elas. Os cooperados, por sua vez, não consideravam isso como algo que contribuiria para atingir seu objetivo, desinteressando-se. Mesmo existindo um investimento dos conselhos em motivar a participação dos cooperados, algumas atribuições de representação externa da Cooperativa apareciam como sendo consensualmente restritas a eles.

### *3.2.1 Considerações gerais acerca das categorias de análise*

A solidariedade apareceu vinculada às noções de cooperativismo dos participantes, mas a economia solidária propriamente dita não pareceu fazer parte de suas identificações.

Ainda que os entrevistados não tenham se apropriado de fato de termos e conceitos discutidos nos espaços de interação com os apoiadores e entre eles mesmo, suas atitudes cotidianas e, mesmo que indiretamente, suas falas, manifestaram desejos e expectativas que se aproximam do que encontramos na literatura sobre sendo autogestão - relacionada a uma organização conscientemente gerida por todos os sócios (Mothé, 2009) - e autonomia - liberdade para escolher, sem pressões ou cobranças externas (Cattani, 2000; Martins, 2002).

A adesão dos cooperados entrevistados à Cooperativa foi espontânea, ainda que motivada por fatores econômicos e limitações impostas pelas desigualdades sociais que restringem o acesso dos sujeitos aos seus direitos e reconhecimento de oportunidades (Antunes, 2000; Veronese, 2008). Considerando que eles não haviam vivenciado uma natureza de organização similar anteriormente, as relações internas estabelecidas foram potenciais ao desenvolvimento de novas representações sociais que, por sua vez, propiciaram a emergência de sujeitos identificados e engajados, ainda que envoltos a diversas limitações e contradições.

Para os participantes, a necessidade de que todos os sócios contribuíssem com a gestão da Cooperativa pela união, o que se aproxima de concepções teóricas de autogestão e cooperativismo, relacionava-se a uma crença que envolve a necessidade de interesse e engajamento de todos para superação das problemáticas econômicas que restringiam a liberdade da organização, enquanto um coletivo. Essa liberdade, relacionada pelos participantes ao que eles representavam como cooperativismo (não ter patrão, fazer junto), também compunha suas crenças relacionadas à autonomia, no sentido de que esta, em uma organização cooperativa, não deveria ser exercida no âmbito da individualidade, mas em termos coletivos.

Sobre o reconhecimento dos apoiadores pelos cooperados, percebeu-se muitas confusões sobre suas vinculações, apesar de haver certo consenso sobre a natureza de seus apoios. Por exemplo, o Daes foi mencionado enquanto instituição que ofereceu cursos, mas não foi relacionado à PMSC ou citado entre os apoiadores quando os cooperados foram questionados nas entrevistas. Inclusive, algumas instituições que compunham o rol de apoios políticos, nem foram mencionadas, como a Teia, a Veracidade e a Rede Anastácia.

Essas questões ressaltam o desconhecimento dos catadores sobre leis diretrizes e

estratégias que sustentam a atuação do MNCR e de diversos apoiadores em busca do desenvolvimento e da estabilidade dos empreendimentos de catadores. Isso os leva a pensar que a intensificação do trabalho seria a única estratégia para melhorar as suas rendas e as condições da Coopervida, ficando, muitas vezes, à deriva de forças externas para que seus esforços internos sejam recompensados.



#### **CAPÍTULO 4 - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS APOIADORES DA COOPERVIDA**

Este capítulo se organiza pela síntese analisada do perfil socioeconômico dos apoiadores, com algumas análises gerais sobre o reconhecimento de outros apoiadores e sua relação com a Coopervida, seguido da apresentação de temas de análise das falas para discussão comparada das entrevistas dos apoiadores, e finalizado com a apresentação das categorias analisadas de suas representações sociais.

Entre os treze apoiadores entrevistados, a maioria, totalizando oito participantes, era mulher, sendo cinco homens. Apesar de haver mais mulheres, observa-se uma proporção maior de participantes homens entre os apoiadores entrevistados do que entre os catadores.

As idades dos apoiadores variavam entre vinte-cinco e sessenta e um anos, sendo que seis possuíam entre vinte e trinta anos, um entre trinta e quarenta, três entre quarenta e cinquenta, dois entre cinquenta e sessenta e apenas um tinha mais de sessenta anos. Relacionando-as às idades das catadoras e do catador entrevistados, percebeu-se uma variabilidade maior nas idades dos apoiadores, com participantes de maior idade, já que seis estão acima de quarenta anos e apenas uma catadora tinha mais de quarenta anos.

Em relação à escolaridade, sete apoiadores tinham pós-graduação *stricto sensu* (três mestres e quatro doutores), quatro o ensino superior completo, um possuía o ensino médio completo e uma o ensino fundamental incompleto. Dentre os apoiadores que não tinham ensino superior, estão os dois catadores da Rede Anastácia, o que simboliza a desigualdade de acesso à educação formal de acordo com a situação econômica e social dos sujeitos, bem como a sua inserção no mundo do trabalho, relacionada às ocupações exercidas.

Sobre a cor ou raça/etnia, a maioria dos apoiadores se considerava branca (nove participantes), havendo três negros (dois da Rede Anastácia e o contabilista) e um pardo (de uma Associação). Esta informação também destaca a discrepância relacionada à cor ou raça/etnia e os acessos econômico, social e educacional, considerando que além da maioria dos apoiadores ter se considerado branca, ela ainda teve um melhor acesso educacional.

Outro ponto de análise é a diferença de renda entre os apoiadores e os catadores. As rendas familiares mensais dos apoiadores vão de R\$1.500,00 a R\$23.000,00. Um entrevistado não respondeu, três possuíam renda entre vinte e vinte e três mil reais, dois entre cinco e seis mil, quatro entre dois e quatro mil, dentre os quais estão os catadores da Rede Anastácia, e duas

entre mil e mil e quinhentos. Considerando as apoiadoras com menor renda, uma recebia bolsa de mestrado e outra pelo projeto realizado na associação da qual fazia parte. Uma apoiadora ainda mencionou não possuir renda, pois havia pedido afastamento para o desenvolvimento de um projeto pessoal.

Em relação à religião, três apoiadores disseram acreditar em Deus, mas não ter religião, três se consideraram agnósticos, três católicos, um evangélico, uma espírita, um ateu e uma se disse ecumênica. Percebe-se uma maior variedade de adesão religiosa entre os apoiadores do que entre os catadores, apesar de que em nenhum momento elas foram relacionadas às escolhas pessoais dos participantes em relação ao seu trabalho.

No geral, os apoiadores não possuíam uma ideia específica acerca do as outras instituições ou sujeitos apoiadores faziam além das articulações políticas ampliadas, principalmente junto ao Fórum Comunitário, e de alguns processos educativos atribuídos ao NuMI-EcoSol. Percebeu-se desconhecimento e dúvidas sobre quem era apoiador da Coopervida, sendo que Andreia até sugeriu que isso fosse publicado em algum lugar para o conhecimento de todos. Porém, por mais que a menção aos apoiadores, conforme Figura 16, variasse de um entrevistado para o outro, ela coincidiu com os levantamentos realizados por mim. Muitos entrevistados, ao invés de mencionar as instituições individualmente, mencionaram genericamente as “instituições participantes do Fórum Comunitário”.

Para Célia, antes da organização de entidades e sujeitos comprometidos com as questões ambiental, social e política relacionadas aos resíduos sólidos, em um movimento de apoio à Coopervida frente às problemáticas vivenciadas junto à PMSC com a mudança de governo, a Cooperativa era apoiada quase que unicamente pelo Daes e pelo NuMI-EcoSol: “esses grupos têm apoiado de diversas maneiras, desde ajudar na luta política pro empreendimento, para engrossar o caldo quando vai lá fazer uma defesa na Câmara Municipal. Então articulação política”. Ela destacou também a importância que atribuía ao apoio do NuMI-EcoSol para a manutenção das atividades da Coopervida.

Eu acho que durante todos esses anos aí, o NuMI ou a Incubadora, foi constante no apoio à Coopervida e que se não tivesse o NuMI, nesse momento de mudança de Prefeitura, onde teve um foco para acabar com a economia solidária na cidade, de fragilização da Coopervida. Se não tivesse o NuMI, que é envolvido com a economia solidária e que articulou a economia solidária para fazer os debates públicos sobre a Coopervida, e se não tivesse o NuMI ampliando a comissão de apoio para outros apoios, outras parcerias, a Coopervida, eu acho que ela teria fechado as portas há dois anos atrás.

Daes	NuMI-EcoSol	Usp Recicla	Teia	Veracidade	Rede Anastácia	Fórum Comunitário	Fórum de economia solidária	Conselho de economia solidária	Apasc	SGAS UFCar	Geisa	ABIHPEC/ Circus	Coca-Cola (Instituto Doe seu Lixo)	Associações de Bairro	Senac e/ou Sesc	Entidades PMSC	Outros
Daniel	X	X	-	-	-	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Gabriela	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	X	-	-	-	-
Célia	X	X	-	X	-	-	-	-	X	X	-	X	-	X	-	-	X <sup>76</sup>
Carla	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	X	X	-	-	-	-	-
Kleber	X	X	X	X	-	-	-	-	X	X	-	-	-	X <sup>77</sup>	X <sup>78</sup>	X <sup>79</sup>	-
Bruno	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ana	-	-	X	-	-	-	-	-	X	X	-	-	-	-	-	-	X <sup>80</sup>
Andreia	-	X	-	X	X	-	X	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-
Daniela	-	X	-	X	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-
Denise	-	X	-	X	X	-	X	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-
Everton	-	X	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
Helena	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
João	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-

**Figura 16.** Instituições apoiadoras reconhecidas pelos outros apoiadores.

Daniel, ao mencionar o NuMI-EcoSol, considerou que ele já teve uma relação mais forte quando havia uma membra, que no período da entrevista em uma ONG pela qual ela ainda prestava assessoria. Os apoios prestados que ele tinha conhecimento envolviam a organização de reuniões entre apoiadores buscando sensibilizar a população para a situação que a Coopervida estava passando pela PMSC não cumprir os termos do contrato, promovendo audiências públicas na Câmara, diálogo com vereadores, articulando o Fórum Comunitário e auxiliando com assuntos relativos à coleta seletiva. Ele considerava que com a criação do Fórum Comunitário, a Coopervida passou a ter um apoio muito específico às demandas, o que antes era difuso e que assim, a Coopervida começou a ser mais protagonista e acabou se afastando dos espaços de economia solidária (Conselho e Fórum), participando apenas de reuniões pontuais.

Estas considerações de Daniel indicam que os apoios ocorreram muito mais em

<sup>76</sup> Célia mencionou o movimento ambientalista.

<sup>77</sup> Kleber mencionou a Amor.

<sup>78</sup> Kleber os considerou por “ceder espaços, fazer divulgação de eventos, e acolher em determinados, mas também fazia algumas oficinas, algumas coisas relacionadas talvez não diretamente com a Coopervida, mas indiretamente, com resíduos, com reciclagem, com coleta seletiva, tal”.

<sup>79</sup> Kleber mencionou a Coordenadoria do Meio Ambiente, a SMSP e alguns vereadores.

<sup>80</sup> Ana mencionou o Restaurante Mamã Natureza.

ambientes externos à Cooperativa, no âmbito de articulação de outros atores, do que diretamente em seu cotidiano, ao mesmo tempo que relacionou as demandas da Cooperativa mais à temática dos resíduos sólidos do que às de economia solidária. Uma questão interessante é que esse protagonismo, que poderia ser relacionado a um certo ganho de autonomia da Coopervida, afastou-a dos espaços de economia solidária, conformando com as entrevistas e observações que indicaram uma desapropriação dos cooperados acerca da economia solidária.

Kleber indicou que alguns apoios, como de associações de produtores de embalagens, são “interessados, entre aspas”, por serem desenvolvidos a partir de políticas institucionais. Para ele, no âmbito municipal, destacavam-se outras instituições que atuavam coletivamente em articulações políticas, além de alguns apoios específicos, como divulgação de ações e atividades, e ainda, no caso do NuMI-EcoSol, “a questão da capacitação também, de treinamento, seja para parte diretamente com os recicláveis, seja com organização, trabalho, gestão da informação, autogestão, tudo isso”. Everton é outro apoiador que acreditava que o NuMI-EcoSol atuava em questões relacionadas à autogestão na Coopervida, por ser um Núcleo de economia solidária. Porém, conforme visto no Capítulo 3, essas atividades não tiveram destaque no reconhecimento dos catadores sobre atividades educativas ou outras ações que possibilitassem a construção de novos conhecimentos.

Andreia considerava importante que a Coopervida estabelecesse essas parcerias para se fortalecer e atingir uma independência e condições mínimas em relação aos contratos com o governo municipal. Em relação ao tipo de apoio que essas instituições denotavam à Coopervida, ela disse não saber ao certo, sugerindo que fosse sistematizado em um site a relação dos apoios fornecidos para que as pessoas conhecessem o que acontecia em relação à Coopervida.

João ainda problematizou o quanto a mobilização de apoiadores, principalmente em 2015, foi importante para que a Coopervida superasse seus problemas, focalizados em sua relação com a PMSC, indicando que a organização do Fórum foi importante para organizar os acordos e deliberações em busca dessa resolução conjunta de problemas. Ele enfatizou também que seria importante um acompanhamento pelos apoiadores do dia-a-dia da Coopervida, o que ele não via ocorrer, e que também foi constatado pelo meu trabalho de campo.

Já em relação aos participantes apoiadores, poucos foram mencionados pelos apoiadores entrevistados. Por exemplo, a Gabriela e a Helena mencionaram o Contabilista João, e Ana indicou Célia e Kleber. De modo geral, eles disseram existir pessoas físicas que buscavam contribuir, desinteressadamente, com as ações municipais relacionadas aos resíduos sólidos, à

coleta seletiva e à Coopervida.

Gabriela ressaltou que, para ela, o contabilista exercia muito mais do que sua função enquanto profissão, já que também participava do Fórum de Resíduos. Helena destacou esse apoio como sendo “de excelência”, vendo João um dos maiores apoiadores da Coopervida.

Sobre a organização interna das instituições apoiadoras, foi encontrada uma diversidade de modos, conforme Figura 17, ainda que todos convergissem para uma certa participação dos sujeitos nas decisões. Porém, apenas o NuMI-EcoSol, a Rede Anastácia e a Veracidade apresentavam a ocorrência de processos autogestionários.

Daniel, pensando na economia solidária, mencionou que a organização do Daes parecia incoerente pela falta de autogestão e presença de uma estrutura hierarquizada, mas ao mesmo tempo ele compreendia isso como uma limitação inerente às Prefeituras. Ele indicou a existência de uma participação dos funcionários em reuniões de equipe, o que ele considerou um ganho, já que a diretoria não possuía experiência previa com a economia solidária. Assim, a gestão daquele momento, iniciada em 2013, apoiou-se na experiência dos servidores e por isso sempre ocorriam as consultas.

Dentro do possível, tem uma certa participação, principalmente porque eu acho que aí é um contexto nosso. A atual diretoria não tinha experiência prévia com economia solidária, e aí quando mudou a gestão, em dois mil e treze, se apoiou bastante na experiência dos servidores de carreira, que já estavam aqui. E aí então, tem sempre essa consulta [...] Mas, em outros momentos em que o tema não exige isso, aí é uma decisão já direto da diretoria, a gente não tem essa participação, mas, de certa forma, a gente sempre tem uma influência, a gente sempre é consultado de uma forma ou outra.

De acordo com as observações dos membros do NuMI-EcoSol, observou-se algumas tensões internas similares às que ocorriam nas cooperativas, no que tange às decisões coletivas, considerando a prática da autogestão. A diferença é que na Cooperativa, muitas pessoas se omitem por desinteresse, vergonha ou mesmo falta de conhecimentos, abrindo espaço para a delegação de responsabilidades ou imposição de pessoas autoritárias. Porém, no NuMI-EcoSol, os membros tinham afinidade com os preceitos da economia solidária e discutiam coletivamente situações que pudessem desestabilizar as relações, buscando alternativas.

Instituições	Caracterização
<b>Daes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estrutura hierarquizada por estar dentro da Prefeitura;</li> <li>- Chefia geral, orientadores técnicos e funcionários administrativos;</li> <li>- Conhecimentos de todos valorizados nas discussões e elaboração de ações;</li> <li>- Decisões tomadas de acordo com o seu teor (normalmente chefia dividia atribuições aos membros);</li> </ul>
<b>NuMI-EcoSol</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estrutura formal hierarquizada (exigências da institucionalização junto à UFSCar;</li> <li>- Processos de decisão autogestionários em constante desenvolvimento e transformação; <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reuniões semanais deliberativas;</li> </ul> </li> <li>- Reuniões independentes por projeto financiado (ProExt (Programa de Extensão Universitária), Finep, Proninc);</li> <li>- Linhas de Ação, participantes das reuniões semanais e com reuniões independentes; <ul style="list-style-type: none"> <li>- Autonomia dos grupos, dentro dos acordos coletivos;</li> </ul> </li> <li>- Método de incubação delineado e em constante transformação; <ul style="list-style-type: none"> <li>- Uma funcionária administrativa concursada;</li> <li>- Coordenadores executivos das Linhas de Ação bolsistas;</li> <li>- Membros bolsistas (graduação e pós-graduação);</li> <li>- Membros voluntários (diversas origens);</li> <li>- Professor responsável por Linha de Ação;</li> </ul> </li> <li>- Alguns conflitos internos relativos a posturas impositivas de alguns membros;</li> <li>- Constituição de uma Comissão de Gestão e Administração (CGA) para encaminhamento de questões burocráticas e facilitar o fluxo das discussões.</li> </ul>
<b>Usp Recicla</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estrutura hierarquizada por ser um programa institucional;</li> <li>- Fluxo de decisões razoavelmente descentralizado, com participação de todos;</li> <li>- Reunião mensal dos coordenadores de cada departamento, sendo que cada um tinha uma equipe composta por funcionários e discentes; <ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de educadores ambientais.</li> </ul> </li> </ul>
<b>Teia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização prevista em estatuto;</li> <li>- Três Coordenadores: Geral, Financeiro e Operacional; <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reuniões periódicas dos Coordenadores;</li> <li>- Reuniões ampliadas a todos os colaboradores;</li> <li>- Existência de núcleos independentes;</li> </ul> </li> <li>- Dentro do possível, decisões realizadas em conjunto.</li> </ul>
<b>Veracidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de processos autogestionários;</li> <li>- Decisões coletivas em reunião semanal ampliada;</li> <li>- Membros com autonomia para tomar decisões quando necessário, priorizando, porém, a consulta do grupo como um todo.</li> </ul>
<b>Rede Anastácia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Processos autogestionários;</li> <li>- Decisões conjuntas em assembleias mensais;</li> <li>- Existência de Conselhos, de acordo com o estatuto;</li> <li>- Designação de alguns responsáveis (lideranças horizontais) para atividades específicas (exemplo: existência de três mobilizados do Cataforte);</li> <li>- Valorização das ideias de todos em igualdade;</li> <li>- Mobilização das lideranças de base para o fortalecimento da organização pela participação e motivação do interesse de todos.</li> </ul>

**Figura 17.** Caracterização das instituições de apoio realizada pelos entrevistados.

Célia delineou que a LACat possuía, no período da entrevista, dois professores e nenhum coordenador, bem como alunos de mestrado, doutorado, estagiários, extensionistas, especialização e de Acieps (Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão, propostas semestralmente como estratégia de discussão e articulação da economia solidária. Eles elaboravam projetos para financiar os coordenadores executivos, que eram sempre

profissionais de nível superior, e estagiários ou bolsistas de iniciação científica. Conforme a LACat sofria pela falta de recursos de projetos para diversas ações e contratação do coordenador executivo, ela estava tendo dificuldades em participar das reuniões semanais, aparecendo o fator econômico também como limitante do desenvolvimento autogestionário do Núcleo.

Carla, ainda sobre o NuMI-EcoSol, descreveu que o modo como aconteciam as decisões lembrava muito um esquema de tentativa-e-erro, em que no cotidiano eram criadas estratégias de organização para garantir que todas as questões necessárias fossem discutidas no coletivo.

Já sobre o Usp Recicla, Bruno o descreveu como um programa que nasceu na Escola de Engenharia de São Carlos a partir da intenção de alguns professores em fazer algo relacionado aos resíduos. Nessas ações iniciais, ocorridas em torno de 1989, professores e alunos fizeram a caracterização física dos resíduos do campus. Esses dados foram levados para São Paulo para serem discutidos em reunião e, aproximadamente entre 1996 e 1997, o Usp Recicla propriamente dito foi implantado a partir de uma portaria do reitor, sendo institucionalizado na USP e ocasionando que cada campus deveria cumprir metas de acordo com a resolução. Desencadearam-se várias ações, como a introdução de containers seletivos para a coleta no campus, palestras para alunos novos, distribuição de canecas reutilizáveis, etc.

Ana, trouxe uma perspectiva que atravessa a estrutura hierarquizada do Programa:

Variou bastante. Tem aí, quase duas décadas de história, mas o Usp Recicla sempre teve um eixo de decisão descentralizado, quase funcionando como uma rede, embora ele estivesse dentro das limitações de uma instituição altamente hi-e-rar-qui-za-da [...] O programa nasceu, isso é bem importante, não foi de uma faculdade, de um professor, de um aluno, não desmerecendo mas, assim, o *core*, a essência da universidade, quis trazer o tema de "vamos repensar os resíduos e a nossa relação com o ambiente através dos resíduos", para o centro da universidade, a partir da reitoria, e não como um apêndice, como muitos a gente vê por aí, infelizmente, ainda [...] As tomadas de decisões, eram feitas por esse grupo de educadores, mais a coordenação, e em cada unidade da USP, por exemplo, a Filosofia, a Faculdade de Filosofia, a gente considera uma unidade, a Biblioteca outra, o Museu outro, o Hospital outro, a Biologia outra, para cada unidade a gente tinha uma comissão do Usp Recicla, e o coordenador de cada unidade representava sua unidade no comitê do campus, e um coordenador dessa comissãozinha participava, em São Paulo, da tomada de decisões para trazer de volta pro interior e para sua unidade, pro seu campus, as decisões. E era, então, uma via de mão dupla. Saía daqui da unidade, enraizava, e ia lá para cima, saía de cima e vinha lá para baixo. Essa era a estrutura do Programa Usp Recicla, mais de seiscentas pessoas, eram envolvidas diretamente, nomeadas pelo reitor, como membros do Usp Recicla.

No período de pesquisa, eles estavam sem educadores ambientais, e Bruno apontou

como sendo um desafio do programa ter um representante de cada departamento para conseguir informações da caracterização dos resíduos e conferir se os estavam separando adequadamente para poder avaliar como essa produção poderia ser reduzida, conforme meta da PNRS.

[Além disso] é a regra, viu, a gente não pode escolher cinco discentes. São dois representantes discentes, dois representantes de funcionários. Quem vai lá na reunião [mensal] de amanhã é só o presidente das comissões. Tem reunião periódica, o desafio que tá no nosso planejamento é a gente [acompanhar] a evolução do quanto que gera de resíduo, por causa de algumas caracterizações. A primeira que nós fizemos foi em oitenta e nove. O grande desafio que a gente tem agora, é você pegar e ter um representante de cada departamento, dos nove departamentos, para nos dar essas informações, porque nós não vamos poder ficar indo em cada departamento uma vez por semana ver se estão separando ou não.

Sobre a Teia, Andreia descreveu que o processo de tomada de decisões, no dia a dia, ocorria pela coordenação, mas que as reuniões ampliadas também eram espaços deliberativos, nos quais decisões eram tomadas conjuntamente, apesar de ainda poderem passar por validação junto à coordenação.

Os coordenadores têm autonomia para tomar as decisões necessárias da instituição e são as pessoas que é o núcleo firme da instituição, as pessoas que se reúnem toda semana, para poder ajudar na organização geral das atividades da organização, seja tanto a parte financeira, administrativa, quanto a parte dos eventos, quanto a parte dos projetos. Fora isso, a gente tem algumas reuniões gerais onde as outras pessoas que atuam aqui na Teia, que são os apoiadores, que são pessoas que trabalham n'outros projetos, pessoas que têm interesse em algum núcleo, elas participam, e aí é um fórum mais aberto onde a gente discute os projetos, discute possibilidades de ação mais a médio e longo prazo [...] As decisões mais do dia-a-dia são tomadas pela coordenação, mas esse fórum maior, que são as reuniões gerais, eles também são deliberativos [...]

Daniela corroborou com Andreia em relação à organização interna da Teia.

Denise descreveu que na Veracidade eles tinham reuniões todas as terças de manhã, a partir da qual eles levantam demandas emergenciais, de oficinas, dentre outras coisas, e a tarde eles trabalhavam em projetos mais específicos. Alguns exemplos seriam o Giro, o Cine Veracidade, a assessoria ao Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) e o círculo de educadores. No período de pesquisa, eles estavam focados em captar recursos, com equipes voltadas para escrever projetos e responder a editais. Também organizaram equipes para as áreas financeira, de articulação e pedagógica, da qual a entrevistada fazia parte.

Everton descreveu que a Rede Anastácia era formada por cooperativas de catadores da região central e da Alta Mogiana do estado de São Paulo. Ela foi criada pela necessidade do

fortalecimento dessas organizações pela sua união, tanto no âmbito político quanto no ambiente de negócios, atuando sob os preceitos da economia solidária e da autogestão, o que era sempre colocado em pauta nas reuniões: as cooperativas para participar da Rede Anastácia precisavam estar alinhadas a esses princípios. Ela existe informalmente há vários anos, tendo a sua formalização ocorrida em 13 de maio de 2016. Ele acreditava que esse tempo gasto para a formalização foi positivo para o amadurecimento do grupo, pois seria incoerente criar juridicamente uma cooperativa de segundo grau sem que as pessoas se apropriassem do que fosse isso. Nesse processo, algumas lideranças surgiram e ele entendia que outras surgirão, conforme seus membros vão tomando consciência do poder que possuem juntos, o que seria um meio também de receber um respeito maior perante a sociedade. Ao mesmo tempo, a Rede não prezava o foco nas lideranças, mas tentava propiciar que todos se sentissem donos e pudessem opinar, seguindo os seus princípios.

Helena descreveu que a Rede possuía um fluxo de compartilhamento de informações, bem como Everton indicou que as decisões da Rede Anastácia aconteciam pelo voto da maioria, decisões essas cruciais para que ela continuasse existindo. Ele considerava que esse procedimento deveria ser natural junto a organizações que valorizassem a participação de todos.

E, assim, falar em nomes, em pessoas, líderes da Rede, eu acho que a Rede Anastácia tem um formato bem diferente de algumas, porque ela não tem como foco principal um destaque de um ou de outro, ela é bem aberta para que todos se sintam donos da Rede e possam opinar, até seguindo esses princípios aí que eu já falei anteriormente. Algumas decisões, antes até da formalização, são tomadas geralmente através de voto pela maioria. Algumas decisões, que eu digo, são decisões importantes, cruciais, para Rede continuar funcionando, mesmo informalmente, e aí segue aquele caráter de todos terem voz e vez. Então, quando surge alguma decisão delicada, a gente leva ao conhecimento de todos, e ali se discute, e aí chega num consenso, ou através mesmo pela maioria decidir, e é o formato acho que natural para o que privilegia a participação de todos.

João era o único apoiador que trabalhava por conta própria, descrevendo que em seu escritório de contabilidade, para o desenvolvimento de seu trabalho, muitas atividades eram realizadas com sua esposa, que auxilia em questões administrativas, e que inclusive o acompanhava em diversas ocasiões relacionadas à Coopervida.

Sobre a ocorrência de processos educativos sistemáticos (Figura 18), ainda que a literatura indique a importância de sua ocorrência para que os membros de EES se apropriem de sua natureza e problemáticas (Coelho & Godoy, 2011; Magni & Günther, 2014; Ghinozi & Mendes, 2014; Pereira, Secco & Carvalho, 2014; Tiriba, 2000; 2008), no contexto na

Coopervida existiram apenas ações pontuais, tanto oferecidas por apoiadores do governo e universidades, quando pelo MNCR, representado pelas lideranças da Rede Anastácia.

<b>Participantes</b>	<b>Processos educativos e eventos</b>
<b>Daniel</b>	- Formação de economia solidária para novos cooperados feitas pelo Daes (das quase participou pouco); - Formações instrumentais nos âmbitos administrativo e fiscal.
<b>Gabriela</b>	- Eventos: Enfac (Encontro de Formadores e Apoiadores de Catadores), Conaresol (Congresso Nacional de Economia Solidária, Resíduos e Reciclagem), da Rede Anastácia; - Formações de cooperativismo para novos cooperados.
<b>Célia</b>	- Formações técnicas sobre reciclagem de plástico para agregação de valor ao material e utilização de equipamentos, como prensas, quando da unificação das três Cooperativas; - Eventos: Enfac, Conaresol.
<b>Carla</b>	- Apoio a atividades do MNCR; - “Pítacos” em reuniões.
<b>Kleber</b>	- Lançamento do Fórum Comunitário - Participação apenas em reuniões;
<b>Bruno</b>	- Organização de simpósio sobre resíduos sólidos na Usp, com participação de membra da Rede Anastácia como palestrante.
<b>Ana</b>	- Formação voltada para o trabalho em equipe, na ocasião de unificação das três Cooperativas.
<b>Andreia</b>	-
<b>Daniela</b>	- Intenção de ministrar, com tema a ser escolhido junto aos cooperados, por meio de edital, que não foi contemplado e o processo não se desenvolveu.
<b>Denise</b>	- Organização de simpósio sobre resíduos sólidos na Usp, com participação de membra da Rede Anastácia como palestrante.
<b>Everton</b>	- Participação conjunta em formações previstas pelo Cataforte; - Eventos internos e ampliados organizados pela Rede Anastácia; - Reuniões e assembleias da Rede; - Participação em espaços de articulação diversos relacionados à Coopervida em São Carlos.
<b>Helena</b>	- Participação conjunta em formações previstas pelo Cataforte; - Eventos internos e ampliados organizados pela Rede Anastácia; - Reuniões e assembleias da Rede; - Participação em espaços de articulação diversos relacionados à Coopervida em São Carlos.
<b>João</b>	- Elaboração de estatuto e regimento interno, na ocasião de unificação das três Cooperativas; - Orientações aos conselhos acerca das planilhas contábeis.

**Figura 18.** Processos educativos e organização de eventos realizados pelos apoiadores.

Associado ao fato dos catadores mencionarem ter participado de “cursos” dos quais não lembravam dos conteúdos, destaca-se que esses processos, no contexto da Coopervida, não foram potenciais a estabelecer negociações significativas entre apoiadores e cooperados. Porém, as falas dos apoiadores e as observações de campo reforçaram que os espaços públicos de interação, como reuniões das organizações e de Fóruns, foram potenciais a isso, ainda que o acesso fosse limitado a poucos cooperados, de acordo com as responsabilidades dos papéis existentes na Cooperativa. Outro espaço que apareceu como potencial nas entrevistas dos catadores e que era pouco explorado pelos apoiadores, é o cotidiano de trabalho da Coopervida.

Sobre a realização de processos educativos, Daniel mencionou que, quando havia renovação do quadro de cooperados, o Daes era requisitado pela Coopervida para a realização

de formações em economia solidária para os novos cooperados. Ele mencionou que o Daes também contribuiu com formações para utilização de instrumentos nos âmbitos administrativo e fiscal, das quais ele participou mais diretamente.

Em relação ao NuMI-EcoSol, Gabriela e Célia mencionaram a organização de diversos eventos, como o Enfac, o Conaresol e alguns da Rede Anastácia.

No âmbito acadêmico, ocorreram vários eventos sucessivos: o Encontro de Formadores e Apoiadores de Catadores (Enfac), que aconteceu primeiro em São Carlos, depois em Uberlândia, em São Carlos novamente, em Assis e o quinto e último, em Porto Alegre. O Congresso Nacional de Economia Solidária, Resíduos e Reciclagem (Conaresol) também teve origem em São Carlos. Nesses encontros, era previsto um espaço para que os catadores se reunissem, sendo o conteúdo dos eventos definido a partir do cotidiano de vivências entre catadores e apoiadores. Já o Enfac, conforme explicou Célia, surgiu pelo fato do NuMI-EcoSol estar com dificuldade em relação ao trabalho com cooperativas, em ir à raiz dos problemas, principalmente junto aos membros da diretoria, que segundo ela, não permitiam que a equipe do NuMI-EcoSol avançasse nas discussões. A ideia do evento foi discutir junto a outros apoiadores e catadores cooperativados, as experiências vivenciadas e as problemáticas comuns.

Gabriela ainda indicou ter participado de formações periódicas sobre cooperativismo, devido à alta rotatividade dos cooperados, além de outras mais específicas, relacionadas aos Conselhos, conforme atuação também do Daes. Segundo ela, as pessoas eleitas para os Conselhos, normalmente não sabiam o que precisavam fazer para exercer os papéis assumidos. Tratou nos cursos também sobre leis, sobre cooperativismo, questões políticas, dentre outros temas. Ela começou a trabalhar mais com formações quando virou membro do NuMI-EcoSol e, nesse processo, os temas normalmente eram escolhidos em reuniões com os Conselhos da Cooperativa, para averiguar as prioridades e então elaborar e executar a formação. Uma demanda direta a respeito de formação, que partiu da Cooperativa, foi sobre leis, para saber sobre os direitos que possuíam e as obrigações da PMSC. Outra, foi sobre a natureza da Cooperativa, pois essa organização causava estranheza e dúvidas junto aos catadores. Ela mencionou que, quando ela aparecia mais do que o considerado pelos catadores como necessário no cotidiano da Cooperativa, eles “cortavam” sua participação, então ela comparecia mais em situações emergenciais.

As informações apresentadas por Gabriela vão de encontro ao observado em campo e manifestado pelos catadores nas entrevistas, quando em momento algum eles conversaram

sobre as leis ao falarem sobre a Coopervida ou sua relação com a PMSC, caracterizando essa relação mais como de “ajuda”. Ainda que o foco das discussões cotidianas fosse voltado para as necessidades dos catadores em manter a Cooperativa, a reflexão sobre os meios legais para que isso ocorresse não transpareceu no período dessa pesquisa.

Mas, assim, a formação também, eu fiz para Cooperativa. Porque são sempre questões do Conselho Administrativo, formação para Conselho Fiscal, porque é muita gente, vai pro dia, se elege, mas não sabe nem o que é Conselho Fiscal. Então, tem que mostrar para todo mundo o que significa, qual que é as funções, como é que vai ser, para depois poder exercer a lei e eles decidirem se quer ou não. Também sobre cooperativismo, sobre questões políticas mesmo, que são das leis, que envolve o catador, que envolve a Prefeitura [...] A gente fazia as discussões nas assembleias, ou em reuniões. Na verdade, a gente fazia em reuniões com o Conselho Administrativo e fiscal para saber o que que tava precisando mais, quais eram as prioridades, o que que a Cooperativa mais necessitava em relação à formação, e a gente via tudo o que tava pegando na época [...]

Já Célia, contou sobre sua participação nas formações técnicas realizadas na unificação das Cooperativas sobre a reciclagem de plástico para agregação de valor ao material.

Esse ponto dessa parte mais tecnológica surgiu numa avaliação das Cooperativas de catadores que a Prefeitura fez aqui em São Carlos. Se não me engano, foi em dois mil e quatro, e um dos pontos que foi levantado era agregação de valor. Agora, eu não estava nesse dia que eles tiraram lá, se foi alguma coisa que foi colocada por gestor público, ou se foi pela própria Cooperativa, mas já se falava em agregação de valor.

Carla destacou a intenção do NuMI-EcoSol em sistematizar, junto à Coopervida, seu apoio em relação a processos educativos em economia solidária, mas que isso ainda não havia sido desenvolvido. Em relação a processos educativos ou eventos, ela disse que auxiliou a elaboração de atividades desenvolvidas por outros membros do NuMI-EcoSol, mas que não ministrou nada diretamente aos cooperados, caracterizando inclusive seu apoio direto como político, e não tanto cotidiano. Ela teve oportunidade de falar sobre a Coopervida em uma formação que ela elaborou sobre economia solidária aos membros do Geisa, a convite do grupo.

Kleber, por sua vez, destacou o envolvimento do NuMI-EcoSol no evento de lançamento do Fórum Comunitário, além da participação em reuniões, nas quais em geral, conforme Carla também apontou, eles “dão pitacos”, mesmo não desenvolvendo um processo educativo de fato. Ele também comentou sobre o NuMI-EcoSol apoiar atividades do MNCR.

[...] àquela atividade que veio através do Movimento Nacional, de capacitação para economia solidária, para gestão, autogestão das cooperativas. Do Fórum, eu participei da abertura do Fórum, tive uma fala no evento de criação do Fórum, eu procurei resgatar

um pouco da história. Mas não diretamente com os cooperados, com a Coopervida, nunca [participei de processos educativos]. Participei já de reunião, não de uma atividade de capacitação. Tinha um recurso que poderia ser usado para uma capacitação, via Conselho de Economia Solidária, ou Fórum, uma coisa assim. Agora, ao final de dois mil e catorze [teve algumas iniciativas de capacitação do NuMI-EcoSol para a Coopervida], era para continuar em dois mil e quinze, acabou não continuando.

Bruno indicou, sobre o Usp Recicla, uma contribuição em reuniões, não se recordando de ministrar nada diretamente para a Coopervida. Ele mencionou a organização do Simpósio de Resíduos, realizado na Usp, no qual uma catadora da Rede Anastácia participou como palestrante. Denise também participou da organização desse Simpósio, descrevendo que nesse evento, eles pretendiam ter representantes de diversas partes, buscando uma maior representatividade das pessoas e organizações envolvidas com esse setor, convidando palestrantes da área acadêmica, de empresas, de ONGs, e dos catadores.

Ana afirmou que houve uma participação sua em um processo educativo, voltado, provavelmente, para o trabalho em equipe.

Eu tinha pouco contato com a Cooperativa e com os trabalhadores da Cooperativa, embora muitos amigos trabalhassem na Prefeitura, já tavam fazendo um trabalho de suporte, sabe? Como incubadora da Cooperativa. Mas eu tinha pouco contato, achava o trabalho muito bom, sim, excelente, e sabia das dificuldades, como qualquer trabalho social. Ainda mais para nós, praquelles, como eu, que não têm uma experiência com comunidades diferentes daquelas que a gente já tá acostumado, como a universitária. Completamente diferente. Então, eu me lembro que a gente foi convidado para dar um curso pro pessoal que tava se formando com a Cooperativa, eu não lembro se era Trabalho em Equipe ou alguma coisa assim. Os valores, tudo, tão diferente, então, eu falei "nossa, tenho que estudar mais" (risos).

Andreia e Daniela, mencionaram que não houve nenhum processo educativo ministrado, mas apenas sugerido, de acordo com Daniela. Conforme não foram contemplados em um edital, as formações, com temas a serem decididos conjuntamente com os cooperados, não ocorreram.

A Rede Anastácia, enquanto articuladora das cooperativas, já contribuiu com a organização de formações previstas no projeto Cataforte, das quais Everton e Helena afirmaram que a Coopervida participou. No mais, a Rede contribuiu para a organização de eventos internos e ampliados sobre assuntos relacionados aos catadores, além de participar de discussões em reuniões e espaços de articulação diversos.

Então, nós tivemos vários fatores. Tem o Fórum [de economia solidária], que a gente conversou, várias vezes a gente já participou do Fórum e outros eventos, não só para

Cooperativa, mas que a Cooperativa também participou, um encontro de cooperativas que era em Orlândia, agora vai ser em outras cidades. Mas já andamos muito para lá para fortalecer a Cooperativa. Mas, assim, eu que participei mais ativamente da questão de São Carlos, acho que o ano passado, ano retrasado, quando deu aquela queda de material, que a menina lá saiu, ela também tava na secretaria, então a gente tava puxando ela, como mulher mais jovem, catadora, para dar esse gás. De repente, deu tudo aquilo e aí ela saiu. Infelizmente ela saiu da Cooperativa, mas a gente foi lá várias vezes dar um gás para elas, para elas darem continuidade. Que assim, cooperativa tem seus altos e baixos. Na hora que tá ruim que você tem que tá junto, na hora do bem bom não precisa, não é? Todos os cooperados de lá, sim, eu sei que teve [curso] mas eu não participei. Inclusive do Cataforte, o Dois, teve curso. O [Cataforte] Um, eu não lembro bem da participação do pessoal de São Carlos. Então, tem bastante coisas por ano, como aqui, nós temos curso de Formação de Liderança, acho que são sete ou oito pessoas participando, da Tetra Pak. Acho que ainda em São Carlos, não sei, acho que alguém vai participar.

Por fim, João não mencionou objetivamente ter participado de algum processo educativo para a Coopervida, mas destacou alguns processos pontuais dos quais participou, como discussão e elaboração do regimento interno, quando houve a unificação das cooperativas, e algumas orientações para os Conselhos, relativas às planilhas contábeis.

Então, nós implantamos uma vez lá uma planilha de caixa, e a dificuldade é assim, funcionou bem naquele período, aí quando mudou a gestão, não deram continuidade, então tá difícil. Até essa semana, vamos falar sobre esse assunto. Tem gente aí reclamando, já mandei para ela meu e-mail, agora preciso sentar de novo, porque, senão, eles não vão poder orientar como utilizar. Fazer uma planilha muito boa ajudar elas na gestão, no controle do dia-a-dia, porque eles vendem com nota fiscal. Se não tiver um controle bem rígido, você não sabe quanto você recebeu. Nas assembleias, a gente acaba falando tudo, dando uma orientação geral, porque eles têm um regimento interno. Na época, eu participei das discussões de regimento interno, foi lá no Daes. Eles têm um bom conhecimento do estatuto deles, do regimento. Essa semana mesmo, teve um problema sério com um menino lá, bem difícil, ex-presidiário, com muita dificuldade de entender o que é uma cooperativa, e nós fizemos duas reuniões com ele lá, parece que deu uma melhoradinha, mas fizemos nas assembleias. Curso diretamente não. A planilha é muito importante, inclusive eu tô levando agora no Regional [Rede Anastácia] para todas as cooperativas, para ver se a gente consegue implementar em todas as cooperativas. Faz parte do projeto [Cataforte] essa questão.

#### **4.1 Temas de análise das entrevistas dos apoiadores e algumas considerações: minha história me levou a pensar assim, mas e os catadores?**

Nesta sessão, são apresentados alguns temas de discussão para as análises cruzadas dessas entrevistas. São eles: a) autonomia; b) autogestão; c) cooperativismo; d) economia

solidária; e) aproximação com os temas; f) aproximação com a Coopervida; g) natureza de apoio; h) conhecimentos sobre a Coopervida; i) atividades/trabalhos anteriores; j) concepções acerca da organização dos catadores em cooperativas; e k) outras considerações.

Destaca-se que ainda que houvessem influências teóricas nas colocações dos apoiadores sobre os temas discutidos, esses estudos partiram de predisposições pessoais relacionadas às suas vivências familiares, estudantis e trabalhistas e às escolhas ideológicas decorrentes dessas experiências. Mesmo em relação àqueles que não realizaram estudos teóricos profundos sobre as temáticas, elucidaram-se vivências e trocas pessoais que os levaram a buscar, pelo seu trabalho, uma justiça social, que defendesse tanto o meio ambiente quando os direitos das pessoas de modo complementar, o que permeou suas representações sociais

#### a) Autonomia

Carla, Ana, Daniela e Everton associaram a autonomia ao empoderamento do sujeito. Daniela, assim como Denise, ainda a associou com o termo ‘liberdade’, aproximando-se da concepção de Cattani (2000) sobre a autonomia. Na Figura 19, estão algumas de suas falas.

<b>Carla</b>	Autonomia, eu acho que é um conceito referente um pouco à emancipação, ao empoderamento. Eu acho que é o quanto o sujeito é dependente ou não de variáveis externas pra sua atuação. Acho que também se refere à autogestão no sentido de empoderamento mesmo [...] O comportamento desse sujeito é definido por variáveis externas ou por ele, por sua vivência, por suas próprias questões [...] Quanto mais autonomia tem esse sujeito, mais ele consegue atuar de acordo com seus valores, suas questões internas.
<b>Ana</b>	Autonomia, nesse contexto, pra mim, tem a ver com empoderamento, com fazer com que a pessoa se reconheça como ator do seu próprio caminho, e não como um sujeito que recebe ordens e que recebe as consequências [...] Que realmente é ator da sua vida profissional, da sua vida como um todo.
<b>Daniela</b>	Bom, autonomia, a primeira coisa que me vem na cabeça é empoderamento [...] Liberdade, pra não repetir a palavra autonomia, mas de tomar suas decisões, de fazer as coisas que você acredita. Acho que é nesse sentido.
<b>Denise</b>	Autonomia? Acho que é ter autonomia pra fazer algo [...] Acho que tá mais ligado, talvez, à ação de fazer alguma coisa. Autonomia é, entre aspas, uma certa liberdade pra fazer alguma coisa baseado num suposto conhecimento.
<b>Everton</b>	Bom, autonomia, no nome próprio já diz, que é, no meu entendimento, é o cidadão se empoderar da situação na qual ele pertence, ou seja, ele ser dono de suas atitudes, tanto no ambiente próprio quanto no ambiente coletivo [...] Ter a sua vez, ter voz, entendeu? [...] É o cidadão se empoderar daquilo que ele tem na sua mente, como consciência própria.

**Figura 19.** Falas de apoiadores sobre autonomia: Carla, Ana, Daniela, Denise e Everton.

Helena, corroborando com a maioria dos catadores, relacionou a autonomia a um sujeito em um contexto de trabalho sem padrão, mas não a atribuindo a um ambiente coletivo. Kleber, inicialmente realizou a mesma associação ao sujeito individual, mas considerou que sua

inserção em um EES pressuporia uma autonomia também no âmbito grupal, indicando a existência desses dois tipos, destacando o que Cattani (2000) define como a existência de uma capacidade do “ser” ou do “grupo” em tomar decisões. Suas falas estão na Figura 20.

<b>Helena</b>	Autonomia vem de autônomo, de você gerir, de você fazer. Quando fala "você é autônomo", você faz sozinho, é você falar "autônomo não tem patrão". Ser por você. Você individual.
<b>Kleber</b>	Bom, eu não tenho nenhum acúmulo teórico sobre isso (risos). Eu tenho uma percepção que autonomia seria a capacidade de você realizar ações e tomar decisões sem uma obrigação direta ou imposta por algum sujeito externo. Eu acho que você tem [...] um conjunto de condicionantes do ambiente que você vive, mas você, dentro dessas condicionantes, você tem uma certa condição de escolha, de tomar decisões [...] pensei na autonomia individual, agora, ela pode se transferir pra grupos também, na medida em que essa mesma situação que um coletivo possa tomar decisões e fazer escolhas sem constrangimento e alguém tomando essa decisão ou condicionando fortemente a decisão num nível superior.

**Figura 20.** Falas de apoiadores sobre autonomia: Helena e Kleber.

Daniel e Célia, conforme Figura 21, atribuíram à autonomia, além dos âmbitos individuais e coletivos, uma característica plural relacionada à vida do sujeito como um todo, e não somente ao ambiente de trabalho, envolvendo aspectos econômicos, políticos e sociais. Célia a enfatizou como sendo processual, exemplificando o desenvolvimento dos EES como envolvendo fatores internos e externos que hora contribuía, e hora prejudicavam o ganho de autonomia. Essas considerações se aproximaram da concepção de Martins (2002), tanto acerca da existência de uma autonomia no ambiente de trabalho, quando de uma no âmbito social.

<b>Daniel</b>	[...] Pra mim ela é um conceito relativo, que eu posso tá falando de autonomia financeira, autonomia política, mas quando me vem à mente a palavra autonomia é sempre a capacidade que aquele sujeito tem de tomar as decisões por seus próprios motivos, não que não estejam sendo influenciados, são sempre influenciados, mas quando ele consegue tomar uma decisão e ele fica satisfeito com aquilo [...] eu entendo que isso é um sujeito que tem autonomia.
<b>Célia</b>	Eu acho que autonomia do próprio empreendimento, autonomia econômica, política. Eu acho que autonomia tem vários aspectos, política, econômica, autonomia, sei lá, social, e é a maneira de que as pessoas, baseado em valores, em princípios, elas consigam manter a sua postura frente à sociedade, frente ao espaço que ela está [...] A questão de autonomia, é um termo que a gente vem discutindo há muito tempo, tem a autonomia da universidade, autonomia mesmo da gente, assim, quando a gente tá adolescente, eu vou buscar a autonomia financeira em relação aos pais. Então, a autonomia ela foi, conforme o contexto que eu, no caso, fui vivenciando na minha vida, a gente vai acrescentando. Tem a autonomia da universidade, a autonomia de aprendizagem, então a gente discute isso muito lá na época de estudante, autonomia política. Na prática, quando a gente começa a observar os empreendimentos, os atrelamentos que eles têm com as parcerias, aí a gente começa a observar os graus de autonomia, como que a parceria tá interferindo ou não, e mesmo quando a gente vê mudanças em diretoria dentro dos empreendimentos. Então a gente, “puxa vida, essa pessoa está mais dirigindo pra ela do que para o coletivo”. Você começa a fazer reflexão do que é autonomia, e os graus que a gente vê de autonomia nos empreendimentos.

**Figura 21.** Falas de apoiadores sobre autonomia: Daniel e Célia.

Denise, João e Andreia (Figura 22) destacaram a necessidade de haver determinados

conhecimentos para que o sujeito fosse autônomo, sendo que João indicou ainda que as capacitações dos apoiadores poderiam contribuir para isso, indo ao encontro da visão de Mance (1999) e Gaiger (1996) acerca da necessidade de apropriação dos sujeitos de conhecimentos e instrumentos que possibilitem o desenvolvimento das ações coletivas.

<b>Andreia</b>	Uma boa pergunta (risos) Tem um livro inteiro, acho que da Marilena Chauí, que fala "o que é autonomia". Eu acho que é a possibilidade da pessoa, ou do coletivo, poder tomar suas próprias decisões, embasada a certos conhecimentos, embasada a determinados princípios, que esse grupo, essas pessoas, não sejam levadas pela questão das massas, pelas corporações. Autonomia, pra mim, também tá ligada com independência [...] que depende de um pouco de conhecimento, esclarecimento, sobre algumas questões.
<b>João</b>	Então, autonomia é o que a gente vem buscando junto ao nosso empreendimento em economia solidária, principalmente nos catadores de materiais recicláveis, desde quando eu comecei a trabalhar com eles em dois mil e seis [...] Capacitar as pessoas pra poder caminhar com as próprias pernas, caminhar sozinho, quando em vista da gestão do empreendimento.

**Figura 22.** Falas de apoiadores sobre autonomia - Andreia e João.

Por fim, Gabriela e Bruno, conforme Figura 23, discorreram sobre a autonomia no âmbito do trabalho ou de alguma instituição.

<b>Gabriela</b>	Eu vou falar o que eu entendo por autonomia baseado na cooperativa. Então, por exemplo, a Cooperativa possui todos os membros, sócios, donos do próprio negócio, e aí ela tem a sua autonomia sobre o seu negócio [...] [os cooperados] pode dar voz e voto pra tudo o que acontece dentro daquele negócio [...] mesmo que não seja do Conselho Administrativo, não seja do Conselho Fiscal, [eles] tem autonomia dentre as diversas atividades que a Cooperativa exerce, desde partes do processo produtivo, desde as partes legais, desde as partes administrativas, todo o processo que é construído desde que você começa, inicia a cooperativa em si, que é unir a galera pra formar uma cooperativa, [eles] tem autonomia para decidir, dar sua voz e seu voto pra questões do negócio em si, que é o empreendimento.
<b>Bruno</b>	Autonomia é o sujeito, por exemplo, poder participar de alguma instituição, mas na parte em que ele estiver, dentro de um contexto mais geral, ele ser autônomo, ter autonomia pra, dentro de um contexto geral, ele poder atuar.

**Figura 23.** Falas de apoiadores sobre autonomia: Gabriela e Bruno.

Em geral, todas as falas indicaram uma relação da autonomia com o exercício de uma escolha a partir de princípios próprios, sem coerção de pessoas ou ambiente externos, ainda que eles pudessem influenciar de alguma forma essa escolha. Sugere-se, de acordo com as entrevistas e as observações dos participantes em campo, que essa influência aconteceria não no âmbito das imposições, mas sim das negociações, possibilitando como resultados, a satisfação do sujeito ou dos coletivos acerca de suas ações.

Conforme um dos princípios do cooperativismo, de acordo com a ACI (1995), envolve a autonomia e a liberdade, atuar livre e voluntariamente em uma cooperativa, considerando a conquista de autonomia, significaria que os sujeitos cooperados precisariam compreender esses

princípios, inclusive, se for, o caso, para rejeitá-los, conforme as características que sua organização de trabalho desenvolver a partir de seus sujeitos.

### b) Autogestão

Em geral, os entrevistados consideraram que a autogestão estava relacionada à autonomia, muitas vezes se confundindo uma com a outra, principalmente em relação à autonomia coletiva no âmbito do trabalho, já que após aderir a acordos coletivo, o sujeito teria que abrir mão de uma certa autonomia individual. Isso não pressupunha a imposição de uma autonomia sobre a outra, mas sim uma convivência: como individualmente o sujeito escolheu estar em um EES, o qual possuía diretrizes coletivas de funcionamento com as quais concordou, ele tinha o direito de dar sua opinião e o seu voto próprios, ainda que dentro dessas diretrizes coletivas, realizando um ato que se pressuporia vinculado a uma escolha pessoal, dentro de um processo autogestionário, do qual todos os envolvidos participavam (Mothé, 2009).

Um exemplo que Gabriela mencionou e que pode ilustrar uma situação de autonomia coletiva, sendo que Bruno indicou algo no mesmo sentido, foi relacionado à questão econômica: por mais que a Coopervida recebesse recursos financeiros da PMSC, pelo contrato firmado, ela possuía autonomia para decidir o que fazer com o montante recebido, seguindo princípios autogestionários de decisão. Suas falas estão ilustradas na Figura 24.

<b>Gabriela</b>	Então, elas se confundem muito. Quando a gente vai dar formação, principalmente pras cooperativas, são dois termos que se confundem muito. Autonomia do seu próprio negócio e autogestão. Porque autonomia, é igual eu tava falando pra você, que é ter toda essa voz e voto dentro do seu negócio. Você tem autonomia de fazer qualquer coisa dentro de tudo aquilo que você tá. Por exemplo, quando você vai construir um estatuto, um regimento interno, você tem autonomia de ajudar a construir, mas aí depois você não pode ter autonomia, você tem que seguir aquilo que você propôs desde o início. Autogestão seria já, por exemplo, a cooperativa, mesmo que ela seja contratada pela Prefeitura, ela tem a sua própria autogestão, que é a cooperativa decidir o que ela deve fazer com o seu negócio. Por exemplo, a cooperativa recebe da Prefeitura pela prestação de serviço, mas aí que chega o dinheiro, ela tem autogestão e ela tem a capacidade de decidir se ela quer investir na sua cooperativa, se ela quer pagar os seus cooperados, se ela quer guardar como capital de giro. Então a cooperativa em si tem a autogestão de tudo aquilo que sai do seu negócio. E lógico, as pessoas dentro da cooperativa têm sua autogestão também, que aí vai partir pra questão mais negocial, comercialização, de gerir mesmo a cooperativa.
<b>Bruno</b>	Autogestão, pra mim, auto é próprio, é fazer uma gestão [...] é que eu sempre penso em coisa compartilhada [...] Eu sei que é uma coisa que seria sozinho de se fazer, mas eu acho que com outras pessoas participando, acho que tem que ter.

**Figura 24.** Falas de apoiadores sobre autogestão: Gabriela e Bruno.

A autogestão, seria ainda o rompimento da hierarquia e da verticalização de poder dentro do espaço de trabalho, o que pressupõe a vontade pessoal dos sujeitos em participar daquilo e um preparo, uma instrumentalização, como nomearam Ana e Kleber, para que consigam atuar

de acordo com essa escolha, de modo horizontal e coletivo (Figura 25).

<b>Kleber</b>	Autogestão, acho que aí já implica a questão coletiva mais fortemente, não visualizo um sujeito individual autogestionável, mas um coletivo que também toma suas decisões de maneira horizontal, com todo mundo participando. Mesmo tendo algum nível hierárquico, você tem uma decisão que envolve o coletivo e faz com que haja um envolvimento maior das pessoas.
<b>Ana</b>	Olha, eu acho que a gestão passa, necessariamente, pelo trabalho, na parte de, entre aspas, “recursos humanos” [...] Passa pela identificação de lideranças verdadeiras, e não indicadas, ou impostas, ou autodeclaradas, passa muito por isso, e pela instrumentalização das lideranças e de todos para autogestão. Então, a autogestão pode parecer muito linda, só que ela necessita, primeiro de uma vontade daquele grupo de estar sobre essa <i>edge</i> da autogestão, e, por outro lado, instrumentos. Se a gente não tem instrumentos para fazer acontecer a autogestão, ou qualquer outra forma de gestão, não tem como dar certo. Eu acho que a gente carece bastante, não importa se é um empreendimento solidário, se é uma cooperativa, até mesmo dentro da Universidade a gente vê o despreparo de muitas posições, cargos, que requereriam uma preparação importante, conhecimentos, instrumentos para a gestão universitária, e eles não têm. [...] não sei quem falou isso, porque é assim que a gente vê. Então, não importa se é na economia solidária ou não é, há o despreparo para fazer a gestão daquilo. Como é importante o envolvimento de todos e alguém ou uma equipe que possa dar suporte àquilo, e eu acho que a universidade teria um papel lindo nisso, de ajudar a instrumentalizar.

**Figura 25.** Falas de apoiadores sobre autogestão: Kleber e Ana.

Daniel, Célia, Carla, Kleber, Daniela e Denise destacaram em suas falas a necessidade de quebrar esse fluxo de poder verticalizado como condição para a existência da autogestão, o que Cruz (2006) defenderia como sendo o reconhecimento de lideranças genuínas, livres de imposições. Algumas falas dos participantes estão exemplificadas na Figura 26.

	Continua...
<b>Daniel</b>	Autogestão, pra mim, tem a ver com autonomia, porque também tem a ver com você ter essa liberdade de se autodeterminar, de decidir as coisas, mas aí é como se a gente estivesse transportando essa autonomia pra um grupo. Então, eu tô falando autonomia mais num sentido pessoal, individual, mas quando eu falo dum grupo, não dá pra pensar nessa liberdade, essa autonomia, sem a autogestão, sem que ele tenha essa capacidade de se autodeterminar, de se autogerir, de fazer as suas decisões, sem necessariamente ter alguém que mande no restante do grupo. Ele pode se organizar da forma que achar mais interessante, mas sem ter uma hierarquia em que você tem que, necessariamente, obedecer a um ou outro, mandar.
<b>Célia</b>	Então, autogestão, ela requer sim autonomia. Autogestão é a forma que as pessoas conseguem gerir o seu empreendimento, o espaço que está, de maneira autônoma, de maneira coletiva, com certo controle ou posse do meio de produção, e de maneira a considerar todos os envolvidos ali. Ela não passa por uma decisão unilateral, é o processo de decisão que prevalece no aspecto coletivo. Então, autonomia coletiva (risos) é uma autonomia coletiva que vai fazer valer a autogestão. Não é autonomia pessoal, de cada um, são valores que são construídos entre todos para promover essa autonomia coletiva, pra fazer autogestão.
<b>Carla</b>	Autogestão (risos) A gente trabalha com autogestão todo dia, isso pega na definição de forma subjetiva. Autogestão, acho que é um processo de ruptura das hierarquias, ruptura de estruturas verticais de poder, é um processo de horizontalizações em coletivos, em empreendimentos. É um processo extremamente profundo de empoderamento das partes de um todo. Então, é a ideia de que todos, todas as partes de um todo se encontram e se reconhecem como uma parte desse todo, e reconhecem que têm poder de voz, têm poder de opinião, têm poder em relação ao caminho que vai ser percorrido por esse todo, por esse sujeito. Eu acho que isso é autogestão, de modo que a gestão, tudo o que vai acontecer com esse todo, só acontece porque é parte de vários sujeitos que compõem esse todo.

<b>Daniela</b>	Autogestão? Assim, eu sei pouco no sentido, do conceito. Não sei o referencial, o que me vem, sensações que me vêm quando penso em autogestão [...] é uma forma de gestão de um determinado espaço que aquelas pessoas se articulam e decidem em conjunto, coletivamente, como dividir as tarefas, que caminho percorrer para o que elas querem atingir, seja um objetivo, seja pra organização do espaço, e de forma horizontal.
<b>Denise</b>	O que seja gerenciado pelas próprias pessoas, diferente de uma coisa hierárquica, que tem um chefe, que tem alguém que esteja submetido a uma ordem. Que as pessoas se auto organizem.

**Figura 26.** Falas de apoiadores sobre autogestão: Daniel, Célia, Carla, Kleber, Ana, Daniela, Denise.

Andreia destacou o caráter processual da autogestão, conforme Célia apontou em relação à autonomia, que pressupõe um investimento dos participantes em depender cada vez menos de influências externas. Conforme João apontou, ela seria um desafio, considerando a necessidade de mudança cultural dos sujeitos para que esse processo aconteça (Singer, 1998; Veronese, 2008). Porém, segundo ele, esse desafio de desenvolvimento se aplicaria a qualquer tipo de gestão, não sendo uma necessidade de apropriação exclusiva dos EES. Exemplos de suas falas se encontram na Figura 27.

<b>Andreia</b>	Autogestão, eu acho que é um ideal maravilhoso, eu acho que é um ponto para ser conquistado aos poucos em qualquer coletivo que tenha isso como objetivo. Acho que não é uma coisa pronta, de jeito nenhum, e que depende muito do local, das pessoas que estão lá, e que é um processo de independência de determinado grupo, ou coletivo, pra poder construir uma organização que não dependa de tantas coisas externas, que internamente ela possa fluir, cumprir aquilo que se pretende cumprir. Mas é um desafio.
<b>João</b>	Então, a autogestão ela tá ligada também a autonomia. A autogestão, eles têm a compreensão de que aquele é um negócio. Todos os trabalhadores que vem da iniciativa privada, ele vem como empregado, e ele vem com aquela formação de empregado, e aí ele passa a ter que gerenciar o negócio. Autogestão é isso, é você assumir que aquele é um negócio e você tem que autogerir aquilo lá. Então, esse é um grande desafio pros catadores ou qualquer outra pessoa que vem do mercado de trabalho formal [...]

**Figura 27.** Falas de apoiadores sobre autogestão: Andreia e João.

Já Everton e Helena, remetendo-se às suas experiências, referem-se ao fato de um grupo de pessoas ser dona de seu próprio negócio, ambiente no qual, independentemente da função exercida, os direitos e as responsabilidades seriam compartilhados entre todos, conforme Helena cita de exemplo, que não é só a Presidenta do empreendimento que tem que resolver os problemas relacionados à Cooperativa, por ela ser de todos. Na Figura 28, encontram-se algumas de suas falas, ilustrando sua percepção.

<b>Everton</b>	Autogestão, que também tá um pouco ligado com isso [autonomia] é, no ambiente no qual eu me lido, é as pessoas serem donas do seu próprio negócio, dos rumos do seu negócio. Isso eu tô falando do ambiente de negócio e ele, logicamente, ser dono de suas decisões, não deixar que outras pessoas falem por ele, que ele tenha voz, tenha vez, tenha poder de decisão dentro principalmente desse ambiente do qual eu me lido de cooperativa.
<b>Helena</b>	Autogestão também é autogerir. Quando fala "auto", eu entendo que são mais do que um [...] Sempre trabalhamos com autogestão, nunca foi sozinha [...] Aqui, algumas pessoas, quando pergunta "ah, mas vocês têm que", não. É você, a autonomia também é sua, na cooperativa você também tem o mesmo direito que qualquer outro, até mais direito do que a presidente. Então, se tem problema na Cooperativa, não é só a presidenta que tem que resolver. Eu entendo que a autogestão é isso, você se autogerir.

**Figura 28.** Falas de apoiadores sobre autogestão: Everton e Helena.

### c) Cooperativismo

Em relação ao cooperativismo, Daniel, Célia, Carla e Everton enfatizaram a existência de um cooperativismo, que poderia ser considerado como legítimo, baseado historicamente na emancipação dos trabalhadores, conforme relatam alguns teóricos (Laville & Gaiger, 2009; Singer, 2002a) e outro fraudulento, exemplificado pelas chamadas “coopergatos”, que seriam organizações formalmente constituídas como cooperativas, mas com relações distintas de seus princípios, criadas com o intuito de burlar as leis trabalhistas, conforme Lima (2002). Na Figura 29, estão algumas falas ilustrando essas considerações.

Daniel ressaltou o cooperativismo como sinônimo de economia solidária, defendendo que ele deve ser pautado na autogestão e no trabalho coletivo, perspectiva com a qual Célia corroborou. Nesse sentido, Kleber ainda expressou que as cooperativas seriam uma forma de expressão institucional da economia solidária, corroborando com Esteves, 2004.

Pois é, cooperativismo eu enxergo como uma forma de se viabilizar uma organização econômica, não sei se existe isso, mas é uma organização dentro da economia, com os objetivos de geração de trabalho, renda, de circulação de bens, de produção, de produtos, mas num espírito que não é de um ou de poucos capitalistas ou donos do recurso capital, que vão tomar iniciativa e vão contratar ou vão chamar pessoas, ao contrário. Você tem um grupo de pessoas, podem até ser poucas num primeiro momento, mas a ideia é que não sejam poucas, tem que ter um número mínimo, que vão fazer essas atividades econômicas num contexto organizacional cooperativo e de horizontalidade, de autogestão, tudo isso. Eu acho que a cooperativa é uma das manifestações da economia, uma das formas institucionais de manifestação da economia solidária.

Everton o considerou enquanto uma economia necessária e um caminho possível para pessoas e comunidades menos favorecidas, caracterizando-a como uma importante ferramenta de trabalho, o que vai ao encontro de João, que o considerou como a salvação da economia, corroborando, por fim, com Singer (2002a), Nascimento (2004) e Leite (2007), quando

ressalvam que as crises das reestruturações produtivas resultantes do modelo capitalista de desenvolvimento, incitam o pensar sobre outras possibilidades de desenvolvimento.

<b>Daniel</b>	Eu acho que cooperativismo, ele tem algumas cargas históricas pra gente que é complicado. Quando você fala de cooperativismo pra economia solidária, é uma coisa, tem a ver com autogestão, tem a ver com trabalho coletivo. Agora, se fala cooperativismo em outros contextos, são aquelas cooperativas, as 'coopergatos', são as cooperativas que servem pra burlar lei trabalhista. Então, quando fala em cooperativismo, eu sempre fico um pouco ressabiado de saber quem que tá falando, porque, pra mim, ele tem esse duplo sentido, ele pode ser um cooperativismo que é economia solidária, que é sinônimo de economia solidária, ou pode ser [...] das grandes cooperativas agrícolas, que não têm nada a ver com isso.
<b>Célia</b>	O cooperativismo, a gente tem dois tipos. Ele vem já desde mais de duzentos anos, e a origem dele é baseada na cooperação, na solidariedade, na autogestão. Só que isto aí foi sendo apropriado, inclusive, pelo sistema dominante, que a gente tem aí as cooperativas fraudulentas. Então, eu acredito que o sistema de cooperativas para empreendimentos é uma das ferramentas, é um dos modos da gente ter economia solidária, mas é também utilizado pelo sistema vigente aí para fazer a exploração das pessoas. Então precisamos, quando falamos na palavra cooperativismo, a gente precisa categorizar, qualificar.
<b>Carla</b>	O cooperativismo, eu acho que é uma questão complicada até pelo cooperativismo ter surgido antes da economia solidária propriamente dita. Se a gente considerar que a economia solidária surgiu com esse nome no Brasil, no final da década de noventa, mesmo que historicamente a gente tenha inúmeras e inúmeras experiências, hoje elas se encontram no contexto de economia solidária, mas ela, com esse nome, com esses princípios, é uma questão relativamente recente. A lei do cooperativismo aqui no Brasil, pelo menos é aí dos anos setenta, que é um contexto de ditadura. Então, acho que tem, aqui no Brasil tem algumas questões que fazem questionar bastante isso. O cooperativismo tem aí raízes inglesas na Revolução Industrial, então desde suas raízes ele já tem bastante proximidade do que se coloca na economia solidária hoje, aqui no Brasil [...] Eu acho que tem pontos positivos e negativos das intersecções entre o movimento cooperativista e a economia solidária. Eu já me questionei por que que a economia solidária encontrou na sua principal figura jurídica as cooperativas, parece que na época foi uma estratégia, até no final dos anos noventa e começo dos anos dois mil, foi uma estratégia no sentido de atrair recursos e benefício de políticas públicas por tá se associando a um modelo, uma figura jurídica já institucionalizada [...] Hoje em dia, por ele não representar na sua íntegra o que os seus princípios colocavam nessa ideia de autogestão, essa ideia de empoderamento. Hoje em dia não são todas as cooperativas alinhadas a isso, e bastante gente também critica, por questões financeiras, da economia solidária colocar o caminho de cooperativas como um caminho de alternativa de geração de trabalho e renda pra populações socialmente mais desfavorecidas [...] A gente da economia solidária sabe que é muito difícil esse processo de incubação, de assessoria, e que, realmente, muitas Cooperativas apresentam indicadores econômicos bastante frágeis [...] Enfim, então, eu acho que essa questão existe nas cooperativas, mas eu acredito que uma fragilidade pode se tornar um ponto forte, mas tem várias questões aí do movimento cooperativista como um dos principais eixos da economia solidária. Então, isso eu ainda tô tentando entender, na verdade.
<b>Everton</b>	O cooperativismo, na minha avaliação, é um tipo de economia, talvez uma das mais importantes, principalmente o cooperativismo quando ele é legítimo e, principalmente, não possui nenhum tipo daquilo que a gente chama de "pessoas que se empoderam do cooperativismo", mas o cooperativismo revestido de empresa, de capitalismo. O cooperativismo dentro até desse ambiente de economia solidária, eu acho que é um dos caminhos, principalmente pra algumas pessoas, algumas comunidades, alguns segmentos, de tocar sua vida, de ter o cooperativismo como a sua principal ferramenta de trabalho [...]

**Figura 29.** Falas de apoiadores sobre cooperativismo: Daniel, Célia, Carla e Everton.

O cooperativismo, pra mim, é a salvação da economia, inclusive. Acho que se as pessoas tivessem, um ponto de vista assim no geral, pelo país, e se você pegar alguns países entre europeus mesmo, a Espanha, a experiência que existe lá, iniciou muito antes [...] eles têm [...] acho que quarenta ou sessenta por cento da economia praticamente é de

cooperativas. No sul é muito forte, pega o Rio Grande do Sul, o Paraná, mas aqui, no estado de São Paulo, principalmente nessa área, nessa categoria, tá surgindo agora. Se você pegar as cooperativas, eu fiz um levantamento esses dias de qual é a cooperativa [de catadores] mais antiga aqui da nossa região, se não me engano a de Piracicaba é de dois mil e dois, mas não tem treze anos, quatorze anos. Então assim, é muito jovem [...] surgiram há pouco tempo, dois mil e quatro, as outras têm até de dois mil e seis, dois mil e oito, é bem recente mesmo [...] Quando você fala em cooperativas, tem diversas cooperativas [...] cooperativa de trabalho, que é essas cooperativas que nós estamos falando, ela é de serviço e produção, mas é cooperativa de trabalho, cooperativas de consumo [...] cooperativa de indústria [...] essa semana mesmo tive um sindicalista aqui, ontem, antes de ontem, aqui em São Carlos, uma empresa que tá aí meio quebrada aí e o pessoal vai transformar numa cooperativa de trabalho. Isso aí é uma grande experiência. Então existe várias modalidades, daí a dificuldade das pessoas de se especializar, entender tudo isso, como é que funciona, que cada um, do ponto de vista tributário, cada um tem uma especificidade, por isso o negócio é complicado.

Carla, fazendo uma reflexão histórica acerca do cooperativismo, ressaltou sua origem na Revolução Industrial, o que o aproximaria da perspectiva de economia solidária discutida no Brasil, ao passo que nacionalmente ele seria muito recente e instituído legalmente em um contexto de ditadura, contexto que ela considerou merecedor de uma análise crítica aprofundada, conforme problematizam também Silva et al (2003) e Lima (2002).

Relacionando o cooperativismo à economia solidária, ela questionou a escolha da figura jurídica da cooperativa para a formação de EES, entendendo essa escolha como uma estratégia do Movimento de economia solidária para “atrair benefícios” de diversas naturezas, ao mesmo tempo que a apropriação dessa organização por parte de pessoas menos favorecidas social e economicamente, dificultaria o seu desenvolvimento, no sentido de dificuldade de ressignificação cultural. Ela apontou ainda que os apoiadores deveriam sempre repensar essas questões, bem como suas práticas, para que as fragilidades observadas pudessem se tornar potencialidades. Ela aparentou defender o que Esteves (2004) apresenta como necessidade ao movimento de economia solidária ao resgatar as cooperativas: resgatar também a autogestão.

Bruno acrescentou que o cooperativismo seria a união necessária para que os trabalhadores se organizassem seguindo uma mesma regra, aproximando-se da perspectiva dos catadores. Daniela destacou, sob a perspectiva da igualdade, as divisões equivalentes que ocorriam em organizações cooperativistas, tanto em termos de trabalho quando de resultados, que não incorreriam na sobreposição de um sujeito sobre o outro, destacando o que Mance (1999) atribui a esse modo de organização do trabalho. Suas falas se encontram na Figura 30.

<b>Bruno</b>	Eu acho que quando você tá fazendo parte de um determinado núcleo, que é uma cooperativa, e o cooperativismo eu acho que é essa união. Você ter regras pra seguir, eu acho que precisa. O cooperativismo acho que tem que ter uma noção do que você tem que fazer, ter uma regra geral pra todos. Eu não sei se isso daí é no sentido de que como tem a lei de catadores.
<b>Daniela</b>	Pra mim, uma cooperativa com pessoas trabalhando em conjunto, de uma forma horizontal, também, que acho que entra com aquela questão da autogestão. E também, acho que o que entra é dividido igualmente entre as pessoas, ou alguma coisa nesse sentido. O trabalho é dividido igualmente, assim, não precisa ser igualmente, mas equivalentemente, de forma equivalente, e, também, o retorno que tem também é dividido. Acho que isso ajuda a criar um ambiente que não vai querer uma pessoa se sobrepor à outra, ou ter mais vantagem sobre a outra, uma forma que, por si, já não tem como isso acontecer.

**Figura 30.** Falas de apoiadores sobre cooperativismo: Bruno e Daniela.

Andreia, assim como Helena, defendeu essa necessidade de consideração das histórias de todos os envolvidos para que uma mudança cultural fosse possível, no sentido de que os sujeitos se apropriassem sobre o cooperativismo, que ela considerou relacionado à autonomia e à autogestão, sobre como funcionam as cooperativas e sobre a importância de diversos âmbitos de sua organização. Para Andreia, isso poderia ser alcançado por meio de capacitações para aprendizagem de conceitos (Mance, 1999). Já Gabriela, acabando por ilustrar as dificuldades que poderiam derivar desse estranhamento cultural (Singer, 1998; Veronese, 2008), afirmou que enxergava em sua experiência muita ajuda mútua entre cooperativas de uma mesma região, mas que em termos de relações internas, o cooperativismo seria relativo a poucas pessoas e seus agrupamentos na organização, determinando-o, desse modo, como ‘nunca visto de fato’, e parecendo ressaltar, também no âmbito das redes, a emergência do foco de gerar renda das organizações de base. Na Figura 31, encontram-se algumas de suas falas.

<b>Andreia</b>	O cooperativismo, eu acho que também é um desafio. Acho que engloba um pouco de todos esses sistemas [autonomia e autogestão]. É um desafio, porque você depende muito das pessoas que estão lá, da história de cada um, de conseguir respeitar a história de cada um, e de construir algo novo junto, porque a gente não tem essa cultura hoje, em via de participação, essa cultura de envolvimento. Então, acho que o primeiro desafio de qualquer cooperativa passa um pouco nesse ponto, assim, de ter que ter uma formação com as pessoas pra elas poderem entender o que que é o cooperativismo, o que que é elas estarem num ambiente que vai depender da participação delas, que as relações não são totalmente verticais, as relações são horizontais. Tudo passa de reaprender muitas coisas, e principalmente das relações. Então eu acho que ela precisa se embebedar de todos esses conceitos e ter muita persistência e formação das pessoas envolvidas, pra poder, cada um, conseguir entender a sua importância no coletivo. Passa por isso.
<b>Helena</b>	Eu falo que o cooperativismo ainda não tá bem colocado pra nós, seres humanos. A gente tá acostumado com individualismo, com a competitividade, e acho que vai demorar um pouco pras pessoas entenderem essa realidade do cooperar. Ainda tem muita individualidade, até mesmo dentro das cooperativas. Então, é um pouco complicado pras nossas cabeças, pra ele de fato prevalecer.
<b>Gabriela</b>	É uma coisa que, sinceramente, eu ainda não vi (risos) E lógico, você vê a parte de ajuda entre eles, a parceria. Eu vejo um monte de cooperativa uma ajudando a outra, até pra poder melhorar a cooperativa que tá vizinha. Vejo isso muito na região de Assis, de Ourinhos. Elas se unem mesmo pra tentar ajudar a outra, sabe? Mas, até agora, dentro das cooperativas, eu não vi. Sempre tem um amigo que você ajuda mais, mas agora, se falasse "nossa, cooperativismo..." tá é difícil.

**Figura 31.** Falas de apoiadores sobre cooperativismo: Andreia, Helena e Gabriela.

Ana e Denise demonstraram conhecimento de que o cooperativismo era relacionado a uma forma de organização conjunta.

Observou-se, em relação às considerações dos apoiadores sobre cooperativismo, uma pluralidade de considerações, que, quando analisadas à luz da teoria (Singer, 1998; 2000; 2002a; 2002b; Mance, 1999; Novaes & Dagnino, 2004; Dagnino, 2014); França-Filho & Cunha, 2009; Laville & França-Filho, 2004; Arruda, 1996; 2002; Coraggio, 2002; 2008; Gaiger, 1996; 2003; 2017; Carrion, 2008; Cattani, 2003; Tiriba, 2000; 2008; Tauille, 2002; Razeto, 1997; 2000), poderiam ser consideradas complementares, principalmente por coexistirem em um mesmo contexto.

Percebeu-se que os apoiadores não distinguiram de fato o cooperativismo, enquanto valor ou movimento, da organização cooperativa, enquanto instituição. Considerando as manifestações de Gabriela e Helena, além das reflexões de Carla, levou-se ao questionamento, a partir da perspectiva dos apoiadores, sobre a existência de fato do cooperativismo nos EES conhecidos por elas, incluindo a Coopervida, uma perspectiva contraditória, se o caráter processual desses fatores não for considerado.

Ainda que hajam essas reflexões por parte dos apoiadores, as representações sociais dos catadores da Coopervida foram claras ao destacar a “união” e “todos juntos” como inerentes ao cooperativismo e como em desenvolvimento em sua cooperativa. A falta de proximidade dos apoiadores com o cotidiano da Coopervida demonstrou contribuir para esse descompasso, ainda que, para os apoiadores, suas considerações ideológicas sobre como deveria ser o cooperativismo estivessem razoavelmente claras. Ao olharem para a Coopervida com suas perspectivas particulares, eles limitaram sua visão sobre processos já existentes e em desenvolvimento, bem como as dificuldades relacionadas a eles.

#### **d) Economia solidária**

Daniel, ao definir a economia solidária, a partir do âmbito da organização do trabalho, corroborou com o que ele compreendia ser a perspectiva de Paul Singer sobre ela, o qual a consideraria como sinônimo de democracia e de socialismo (Singer, 1998). Isso, pois ela abarcaria princípios como propriedade coletiva dos meios de produção, a não exploração de um pelo outro e as decisões coletivas. Já Célia, destacando-a enquanto alternativa à economia hegemônica, perspectiva apresentada pela maioria dos entrevistados, focou sua percepção em um âmbito social mais ampliado, considerando que os princípios da economia solidária, como

autonomia, autogestão e cooperativismo, poderiam perpassar pelas relações pessoais dos sujeitos para além do espaço de trabalho, perspectiva desenvolvida principalmente por Coraggio (2002; 2008) e Arruda (1996; 2002). Carla corroborou com essa perspectiva, caracterizando a economia solidária como uma ideologia que possuía vários vieses de atuação, envolvendo o trabalho e a vida social, principalmente de pessoas menos favorecidas, que careceriam mais de políticas públicas, mas também de toda a sociedade, já que seus princípios permeariam todo o “tecido social”. As falas desses participantes sobre economia solidária, estão destacadas na Figura 32.

<b>Daniel</b>	Eu gosto bastante duma última definição que o professor Paul Singer tem usado. Pra ele, economia solidária, democracia e socialismo seriam a mesma coisa, porque ele entende que economia solidária é uma economia feita pelos trabalhadores para os trabalhadores. Você não tem propriedade privada dos meios de produção, elas são coletivas, você não tem exploração de um sobre o outro, você tem acordos entre os trabalhadores, você tem a regulação coletiva do que produzir, como consumir. Então, ele entende que essas três coisas são sinônimas.
<b>Célia</b>	Economia solidária, eu acredito que é uma economia que veio pra ficar, é uma economia que ela é baseada em aspectos diferentes da economia homogênea. Por exemplo, a autogestão, cada cabeça é um voto, controle coletivo, propriedade coletiva, cooperação, solidariedade, formas de tá não só lidando com o empreendimento, mas eu também acredito que no dia-a-dia das pessoas, no cotidiano das pessoas, que vão ter um perfil, que vão ter um perfil diferenciado em relação à competição, que são formas de querer sair ganhando em cima dos outros, ou passando a perna. Então, não é só relacionado ao sistema produtivo, ela traz valores que perpassam para a vida da pessoa: respeito ao meio ambiente, respeito às pessoas, à cooperação. Então, para mim, ela traz valores maiores para a sociedade que apenas os valores de uma economia, de um empreendimento, no caso.
<b>Carla</b>	(risos) Economia solidária, pra mim, é uma ideologia, na verdade, da qual um dos pilares é a autogestão. E a economia solidária, eu acho que é uma ideologia que propõe muitas, muitas coisas, entre elas a mudança das relações de trabalho. Ela pega bastante nas relações de trabalho, introduz autogestão como um dos princípios [...] de empoderamento mesmo, de você tá dando voz ao sujeito, de você tá contribuindo com a formação política de sujeitos num contexto social mesmo. Então, economia solidária tem eixos de atuação, mas ela visa consolidar cenários bastante profundos de mudança social, como uma ideologia anticapitalista. Então, é extremamente abrangente, não só na área de empreendimentos, não só na área trabalhista. Às vezes, eu posso trabalhar num contexto fora da economia solidária, mas eu posso vivenciar a economia solidária nas minhas relações, nas relações de comércio que eu tenho, nos produtos que eu consumo. Então, eu acho que eu posso ter ações inseridas num contexto de economia solidária, mesmo se a minha prática, o meu trabalho, não seja necessariamente no empreendimento econômico solidário. Enfim, acho que economia solidária engloba uma grande variedade de atores do setor público, das universidades públicas. Acho que um viés que ela tem, principalmente assim no que tange a questão de políticas públicas, é meio pra atender as classes sociais menos favorecidas, mas eu não vejo desse maneira, eu vejo que também, mas eu vejo que economia solidária é pra todo mundo [...] Eu vejo como uma ideologia que permeia todo um tecido social, ou tem esse potencial de permear todo esse tecido social no sentido de propor novas relações sociais, no sentido de uma nova sociedade a ser construída por todos nós.

**Figura 32.** Falas de entrevistados sobre economia solidária: Daniel, Célia e Carla.

Ana e Denise, ao abrangerem a economia solidária também para âmbitos além do trabalho, consideraram-na como sendo ética e focada no ser humano, e não no capital, pregando o compartilhamento e não a competição, perspectiva com a qual Andreia corroborou. Daniela, nesse sentido, destacou ainda a busca da economia solidária por um comércio justo, que

valorizasse o que é coletivo e o bem-estar, e não a exploração de um sujeito pelo outro. Everton também a analisou nesse sentido, considerando que com a união e a solidariedade, várias pessoas eram beneficiadas, e não somente um único indivíduo (Singer, 1998; 2000; 2002a; 2002b; Mance, 1999; Novaes & Dagnino, 2004; Dagnino, 2014); França-Filho & Cunha, 2009; Laville & França-Filho, 2004; Arruda, 1996; 2002; Coraggio, 2002; 2008; Gaiger, 1996; 2003; 2017; Carrion, 2008; Cattani, 2003; Tiriba, 2000; 2008; Tauille, 2002; Razeto, 1997; 2000). Suas falas estão ilustradas na Figura 33.

<b>Ana</b>	Economia solidária, pra mim, é uma economia ética, uma economia que respeita as pessoas, que respeita o ambiente, que respeita as limitações dadas pelo contexto socioeconômico que você está, que é uma cooperativa... uma economia de compartilhar mais do que competir, de valorizar o ser humano em detrimento ao capital. pra mim, isso é a essência da economia solidária [...] Eu acho que [ela] vem crescendo, também, como o cooperativismo vem crescendo, e eu também vejo os pequenos empreendimentos solidários como... lindos e um caminho importante pra, entre aspas, a sustentabilidade ser incorporada ao seu cotidiano, como consumidores, como empregadores, como prestadores de serviço, como cidadãos, como humanos, terráqueos. Eu vejo que é um caminho muito importante.
<b>Denise</b>	Eu não sou muito entendida de economia solidária, mas eu acho que ela surgiu como uma forma alternativa a essa economia que a gente tem, no sentido de valorizar mais as pessoas, em vez de valorizar o capital. Tava vinculado com associação, com cooperativa, de tá dentro da lógica da autogestão, em vez de ser uma coisa tipo empresa, hierárquico.
<b>Andreia</b>	Olha, uma definição pronta, assim, eu acho que eu não tenho. Eu nunca me aprofundi no estudo de economia solidária. Eu já participei de algumas vivências e muita observação de grupos que trabalham com isso, mas, pra mim, tá muito ligado a pensar uma economia diferente, que não dependa apenas da troca monetária, por exemplo, que possa gerar outras relações entre as pessoas que estão nesse contexto, relações mais humanas, mais solidárias, que entendam o contexto. E eu acho que também passa por uma valorização, assim, de outros aspectos que normalmente a economia normal não valoriza, por exemplo, a questão social, ou a questão ambiental, a questão da criatividade, que normalmente a indústria de massa não coloca isso como um valor, e eu acho que a economia solidária traz esses outros valores.
<b>Daniela</b>	(risos) Eu fico nervosa... É engraçado, tem coisas que eu vejo e me vêm, que deve ser, mas eu não sei dar a definição. Não sei, as sensações que me vêm com a economia solidária, não sei, me vem numa questão assim de coletivo, de bem-estar das pessoas envolvidas, uma troca mais justa, porque, às vezes, assim, pra se ter... não é que não tem lucro, porque as pessoas quando vendem o produto delas, elas vão receber um tanto pra elas conseguirem. Sei lá, uma pessoa que vende alguma coisa conseguir acumular pra ela poder fazer as coisas dela, não só cobrir o gasto, mas me vem assim que não tem aquela coisa do "às custas de outra pessoa" [...] A gente vê muito isso na economia normal, você faz as coisas pra diminuir os gastos e ter o maior lucro, e aí, por isso, você pega no processo de fazer... ou alguém é explorado, ou aquela matéria-prima, pega de pior qualidade. Alguém, de alguma forma, vai ser prejudicado, pessoas, meio ambiente, sei lá. E a economia solidária, me vem... a sensação que me dá é essa mais desse comércio justo, tanto pelas pessoas, a relação do produtor com o consumidor, se pensar um valor que seja adequado pro outro pagar, mas você também tem o seu retorno. E outro tipo de relação, seja com o serviço ou o produto.
<b>Everton</b>	Economia solidária é um contraponto, na minha avaliação, a essa economia posta aí. Ela não prevê tão somente o enriquecimento, conforme a economia que a gente tem do capitalismo, que é somente "eu ganho, você perde". E economia solidária, eu entendo que aí "eu ganho, você ganha", e o nome próprio já diz, você fazer atos solidários e de ter compreensão de que um ato solidário não vai favorecer tão somente você, vai favorecer outras pessoas também.

**Figura 33.** Falas de apoiadores sobre economia solidária: Ana, Denise, Andreia, Daniela e Everton.

Para Gabriela, a economia solidária seria um meio de gerir um negócio de modo

diferente do hegemônico (Gaiger, 1996), no qual prevaleceriam as empresas heterogestionárias. Porém, a apropriação de princípios econômicos-solidários pelas cooperativas esbarraria em diversos fatores que envolvem sua origem, sua estruturação e necessidades, além da cultura hegemônica (Singer, 1998; Veronese, 2008), conforme também foi muito destacado no âmbito do cooperativismo. Ela considerou a necessidade das cooperativas ‘andarem com as próprias pernas’, ao mesmo tempo que julgou primordial a existência de processos de formação contínuos, já que a alta rotatividade de membros em EES pressupunha a coexistência de pessoas que não compreendiam sua natureza e de outras que, por conta dessa convivência, esqueciam ou desfocavam de seus objetivos (Mance, 1999). Kleber também a considerou no âmbito de organização do trabalho, analisando que ela induzia pré-condições para que essa organização ocorresse de modo não competitivo, ainda que fosse necessário garantir o seu objetivo de gerar renda. João defendeu essa “autonomia financeira” das organizações como primordial na constituição de projetos de economia solidária, para que ela realmente tivesse possibilidades de acontecer (Gaiger, 1996). As falas encontram-se na Figura 34.

Continua...

**Gabriela**

[...] É uma forma de seguir seu negócio tendo uma sustentabilidade, sem precisar de patrão, sem precisar de uma pessoa mandando em você, tendo autonomia, tendo autogestão. Você conseguindo organizar também o seu negócio, entendeu? [...] Por exemplo, economia solidária é isso, é uma forma de você construir um negócio de uma maneira diferente do que a gente vê numa empresa, por exemplo. E você tenta passar isso pra todo mundo, uma forma de construir por outros caminhos, até a questão da rentabilidade, sabe? [...] É mais difícil você ter um negócio, uma cooperativa baseada nos princípios da economia solidária, do que você ter uma empresa, mesmo que a empresa seja uma forma muito radical, uma forma completamente diferente do que a gente acredita ser uma coisa legal pra gente. É mais difícil você construir um negócio tendo a cabeça de todo mundo do que uma pessoa pensando só e mandando todo mundo fazer. Acho que é isso, economia solidária é basicamente essas questões [...] Trazer a economia solidária pra dentro das cooperativas, que é uma coisa muito difícil, que a economia solidária tem esse caráter mais do coletivo, das pessoas se ajudarem, e aí quando você vai pra campo mesmo, é muito difícil você inserir a economia solidária. É muito difícil. Principalmente quando você pega uma cooperativa que surgiu meio que por outro caminho, que não foi pela economia solidária. Porque a Coopervida, por exemplo, surgiu de um processo de formação, então ela já foi crescendo dentro da economia solidária. Agora, tem cooperativas que não, porque ela surge por necessidade de dinheiro mesmo, sabe? Investe por algum tipo de apoio que não vínculo com a economia solidária, e aí é muito difícil você colocar a economia solidária, porque como que você vai colocar a economia solidária numa cooperativa, por exemplo, que não tem renda, não surge a renda? E aí a gente bate com diversos princípios da economia solidária. Esse caráter de ser sustentável, bate muito de frente, porque, querendo ou não, todo mundo apoia a economia solidária, aceita a economia solidária, quer ir nos princípios da economia solidária, mas aí quando você tem a necessidade de sustentar sua casa, isso meio que desmorona algumas coisas que a gente tenta ir naquele caminho. Então, é bem complicado, assim, sabe? Alguns princípios sempre tá dentro das cooperativas [...] Por isso que a gente sempre tá fazendo formação e as cooperativas, por mais que ela necessita andar com as próprias pernas, como diz várias pessoas, até a Prefeitura sempre diz isso, tem que fazer formação continuamente, até pras pessoas antigas, pela alta rotatividade, pela questão dos problemas que surgem, porque as pessoas antigas não sei se elas esquecem ou, com a convivência dos novos, ela cooperativa, tá entrando achando que tá sendo empregado, e a questão dos problemas, que, por exemplo, surge um probleminha, tudo o que foi construído, tudo o que a gente já discutiu, que todo mundo já sabe, vai por água abaixo.

Conclusão.

<b>Kleber</b>	Eu entendo que são procedimentos de geração de trabalho, renda, que respeitam algumas condições pré-determinadas, por exemplo, a adesão livre, a adesão esclarecida, a autogestão e que essa busca da geração de renda e trabalho não implique, não tenha como referência, a competição, mas sim a colaboração. É esse que é o principal aspecto, mas, sem abrir mão de outros aspectos da economia, como eficiência, busca da razão de ser, que é gerar renda, o trabalho, as condições de subsistência dos indivíduos [...] Eu acho que ela envolve o trabalho pra geração de renda, de condições de sobrevivência das pessoas, e envolve, também, todas essas relações, como trocas, circulação de bens e mesmo de moeda, todos esses aspectos típicos da economia, mas num contexto mais colaborativo, mais autogestionário, que enxergue que o sucesso da economia não está no sucesso de um indivíduo ou de uma empresa, ou de um ganho excessivo em termos de lucro, mas sim numa questão mais ampla, mais coletiva, mais dividida entre as pessoas.
<b>João</b>	Economia solidária? (risos) É um sonho nosso. Um sonho de que uma nova economia é possível. Mas, vou ser muito sincero, tá? Porque eu acho que tem muita gente que viaja muito nessa questão de economia solidária, sabe, porque eu acredito numa economia solidária, sim, que as pessoas têm que gerir de forma coletiva, que a divisão tem que ser pra todos, de forma iguais, inclusive aqui na Coopervida é assim. Tem várias cooperativas aí que a direção, por exemplo, ganha até cinquenta por cento a mais que os cooperados. Aqui não. Aqui tanto a direção ganha a mesma coisa do que o pessoal que tá na rua [...] Eu creio muito na economia solidária, mas d'um ponto de vista do empreendimento, ele tem que ter faturamento pra sobrevivência, ou seja, ele tem que ser meio que capitalista, mesmo, porque se ele não tiver faturamento, o resto, tudo, é sonho. Isso é um grande debate, que tem muita gente na economia solidária que vive ainda viajando, por isso que os empreendimentos não dão certo, não vai pra frente. Mas eu acredito muito nisso que a gente tá lutando, nós temos projetos muito bons, inclusive a questão da logística reversa. Isso aí vai ser a autonomia financeira do empreendimento.

**Figura 34.** Falas de apoiadores sobre economia solidária: Gabriela, Kleber e João.

Helena caracterizou a economia solidária enquanto um “pesadelo”, no sentido de que, como os EES dependiam do apoio governamental para se desenvolver, tanto no âmbito econômico quanto político, e os governos normalmente não simpatizavam com os seus princípios, as cooperativas acabavam tendo dificuldades para se desenvolverem pela falta desse apoio. Ainda que tenha considerado a economia solidária como existente e em desenvolvimento, defendeu que seria necessário sempre estar “repetindo” sobre ela para os sujeitos dos EES, para que seus princípios circulem continuamente nesses ambientes, indicando uma dificuldade na relação comunicativa entre os próprios catadores. O modo como ela relatou algumas de suas experiências, sugere a necessidade de uma articulação mais sistemática das atividades coletivas entre os diversos EES existentes, seja na execução de feiras, de comercialização conjunta ou de trocas de conhecimentos para ajuda mútua, para além da comercialização que já executavam. Nas suas palavras:

Economia solidária é um pesadelo<sup>81</sup>, hoje, sempre foi, eu acho. Porque eu acredito que nós temos governos, e nos governos que nós temos eles não veem a economia solidária como uma coisa boa, então sempre tem os impedimentos. E aí não tem, na gestão das

<sup>81</sup> Na devolutiva, Helena explicitou que considera a ES essencial e necessária, e que o pesadelo devém das dificuldades impostas pelos governos no desenvolvimento de projetos dessa natureza.

Prefeituras, pessoas comprometidas com a causa. Aí as coisas não andam como deveriam andar, não tem projeto, não tem expectativa, não tem nada. Pra nós, para população em si, trabalhar isso sem uma gestão por trás fica mais difícil. Eu vi a experiência que duas cidades, aliás, três cidades, a gente trabalhou muito e, de repente, muda o governo, muda tudo. Então, duas mudanças de governo, Araraquara e São Carlos, uma expectativa da economia solidária fluir, ela voltou muito para trás, ela não fluiu, ela não andou, não teve apoio, então fica difícil. Os projetos que a gente tinha, também não aconteceu. Inclusive, vai acontecer uma feira agora em São Carlos, da economia solidária, eu perguntei aqui para moça que cuida dessa parte. A Secretaria do Governo Federal que foi extinta, não tem mais verba, aqui também não tem verba da Prefeitura, então a coisa não flui. Quanto aos projetos da economia solidária, a gente tinha a feira da Cooperativa que a gente participava, então, os projetos, até mesmo da Cooperativa, foram ficando para trás, que fazia o papel para fazer as folhas de papel reciclado, projeto que a gente tinha em andamento que não deu continuidade, e a gente vê que outros projetos também não foram, e os que estão, tão aí capengando, desde São Carlos até mesmo Rio Claro. Mas eu não sei, também, porque eu voltei muito mais focada, depois de dois mil e sete, na coleta seletiva, e a coleta seletiva realmente toma toda a sua energia. Você tem que ter outros projetos, que não é um projeto só para hoje, mas, assim, a gente trabalha com expectativa para daqui vinte anos. Como você trabalha isso? E os apoios também que são muito poucos. É como eu falo, se você não tem o governo voltado, que te escuta, que apoia, não precisa ser só com dinheiro, para falar a verdade, mas tem outras coisas que não precisa de dinheiro, que dá para fazer para ficar mais consolidado o nosso serviço. Então, volto a frisar, novamente, tudo depende também dos municípios, até de buscar mesmo outras parcerias, que a gente sabe que tem muito dinheiro, o governo, todos os governos têm tido, só que eles não querem apostar em coisas que não aparecem. Eles querem apostar em coisas que possam ser visualizadas, “vou fazer um prédio lá e vai falar meu nome na placa”. A cooperativa não pode ter nome de prefeito, de nada. Eu falo que hoje, no Brasil, tem muita coisa para essa “toma lá, dá cá”, “então, o Zezinho trabalhou para mim, eu tenho um compromisso com o Zezinho, aonde que eu vou pôr o Zezinho? Ah, eu vou mandá-lo lá praquela Secretaria”. Aí o Zezinho chega na Secretaria, que ele é um cargo de confiança, ele nem se apresenta, “olha, eu tô aqui para fazer isso, aí eu vou tirar essa carteira daqui, eu não gostei dessa mesa, ah, dessa cor também não”. Ele quer impor o que ele vê e, em vez de melhorar, estraga o processo. Eu vi muito isso em muitos lugares, e ainda vamos ver isso. A economia solidária tem um crescimento, pouco, mas tem. Pra engajar mais as pessoas, tem que falar sempre as mesmas coisas, para que essas pessoas que têm esses empreendimentos, para escoar o material. Tinha duas meninas que elas trabalhavam com roupas coloridas, eram até de São Carlos, de repente, nem nunca mais ouvi falar dessas meninas, a mulher lá do fuxico<sup>82</sup>. Então, acabou todo mundo acho que vendendo seus produtos sei lá onde, fazendo o quê, e as feiras que eram para ser mensal não existe mais. O convite tá aí, numa feira de São Carlos, que eu acho que a gente não vai participar, estamos ainda analisando porque a gente tem outras questões aí para resolver. Então, eu acho que falta essa gestão, estar chamando esse pessoal para essas atividades, fazer feira mensal, uma feira trimestral, se vão dizer “ah não, tem muito custo”, então vamos fazer trimestral. Onde? Era para gente participar em Santa Maria, a Feira de Santa

---

<sup>82</sup> Associação Maria Fuxico, que confecciona peças de vestuário com base em fuxicos.

Maria<sup>83</sup>. Quando? Há uns três anos, que mudou a data. Mudou a data e acabou em nada. Tem a feira lá em São Paulo, todo domingo na Praça da República. Tiraram meus negócios daqui, tem umas coisas aqui sempre que eu trago das feiras. Tinha uma tampinha de garrafa que eu comprei na Feira, umas coisas. Então, eu acho que ficou muito solto, não sei em outras regiões, em São Paulo, Montes Claros, mas, no fim, Araraquara e região ficou muito aquém. Uns dos princípios é se socializar com outros desde lá do plantio. A gente investir nessa categoria, comprar do pessoal que produz, lá direto, o cara que plantou arroz, a gente comprar, o cara lá que plantou algodão, que faz o tecido e a gente começa a socializar com eles. Esse é um dos princípios, que era para Feira. Agora tem a Feira aqui, toda quinta-feira, Matão também tem uma Feira direto do campo. Então, o ideal é a gente adquirir esses produtos, também dá o fortalecimento. Antes, tinha o rapaz que vendia paçoca aqui, levava os vidros para fazer as compotas. De repente esse pessoal também sumiu daqui. Então, tem direto do campo, tem as costureiras também, a gente procura sempre as cooperativas para gente fazer os uniformes, a gente procura sempre quem tá no mesmo ramo que o nosso, em vez de você lá comprar de um outro. A gente vai descobrindo essas pessoas. Esse é o princípio que a gente conhece.

Bruno, disse compreender a economia solidária no contexto da gestão de resíduos sólidos de São Carlos e Araraquara, envolvendo a organização de cooperativas.

Em geral, a economia solidária foi relacionada à autonomia, à autogestão e ao cooperativismo, tanto no âmbito do trabalho, quanto em um ambiente social ampliado. Ela seria um modo diferente de economia, quando comparada ao capitalismo hegemônico, com princípios que envolvessem a busca por justiça social, os ganhos coletivos, a colaboração e a solidariedade, respeitando a história e o contexto vivenciados por seus sujeitos, conforme apontam de algum modo os teóricos da economia solidária (Singer, 1998; 2000; 2002a; 2002b; Mance, 1999; Novaes & Dagnino, 2004; Dagnino, 2014); França-Filho & Cunha, 2009; Laville & França-Filho, 2004; Arruda, 1996; 2002; Coraggio, 2002; 2008; Gaiger, 1996; 2003; 2017; Carrion, 2008; Cattani, 2003; Tiriba, 2000; 2008; Tauille, 2002; Razeto, 1997; 2000).

#### **e) Aproximação com os temas**

Em relação à aproximação dos apoiadores com os temas dessa pesquisa, os motivos foram variados, porém convergentes com suas ideologias decorrentes de suas histórias de vida.

Daniel se aproximou enquanto fazia graduação, por interesse primeiro em projetos de agricultura urbana e agroecologia, para somente depois conhecer a economia solidária, tudo

---

<sup>83</sup> Feira Internacional do Cooperativismo (Feicoop).

junto a uma ITCP. Gabriela também teve seu primeiro contato durante a graduação, quando realizou um estágio assessorando EES. Andreia também a atribuiu à sua vida universitária, como a participação em movimento estudantil e a aproximação com o NuMI-EcoSol, além de experiências práticas em projetos que pregoavam a autogestão.

Carla se aproximou a partir de sua participação na ONG Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia (Napra), desenvolvendo ainda estágio e TCC nessa temática, o que resultou em sua aproximação com o NuMI-EcoSol. Essa mistura de experiência prática com aprendizado teórico caracterizou sua relação com a economia solidária, além dela relatar que reconhecia diversas práticas suas, anteriores a essas experiências, que coincidiam com os princípios da economia solidária, indicando um aspecto ideológico relacionado a essa aproximação. Daniela também apontou o Napra como o início de seu contato com a economia solidária, tendo sua experiência se expandido em atividades de graduação relacionadas aos resíduos sólidos.

Célia iniciou esse contato pela docência universitária, quando se aproximou da ITCP da UFSCar. Porém, em relação aos resíduos sólidos, ela relatou um histórico familiar e pessoal focado em uma cultura de “resíduo zero”. Ela atribuiu suas escolhas profissionais a essa cultura familiar e pessoal, indo ao encontro do que indica o relato de Carla, de haver uma perspectiva ideológica acompanhando suas escolhas profissionais. Já Kleber, apesar de também atribuir essa aproximação ao seu trabalho docente, destacou mais experiências práticas do que teóricas acerca da economia solidária e seus princípios.

Bruno, tendo se aproximado desses temas também a partir de seu trabalho como docente universitário, tinha como foco a questão dos resíduos sólidos, e não a economia solidária e seus princípios. Ao mesmo tempo, ele reconheceu a organização de catadores em cooperativas como necessária e positiva, merecendo a atenção e o investimento dos governos, seguindo as leis.

Ana contou que se aproximou a partir de suas relações no contexto de São Carlos com diversos grupos, assumindo que ela não se ampliou com foco no aspecto teórico, mas sim em experiências mais práticas, no acompanhamento de cooperativas e mobilizações. Já Denise, atribuiu seus interesses pessoais de lidar com ambientes não empresariais como o início de contato com o tema, que também aconteceu no âmbito prático e no contexto de São Carlos.

Everton e Helena tiveram primeiros contatos similares com esses temas, relacionados ao fechamento dos lixões de seus municípios e à sua organização, junto a outros catadores, em cooperativas. Everton destacou as articulações ocorridas nesse processo como cerne de seu

contato, enquanto Helena mencionou as reuniões de organização do MNCR. Eles diferem dos catadores da Coopervida entrevistados, no sentido de claramente terem aderido às suas organizações de modo engajado e esclarecido, enquanto os catadores da Coopervida destacaram essa aproximação com os temas no cotidiano de trabalho da Cooperativa já organizada.

João atribuiu sua aproximação com os temas a uma combinação de fatores que envolvem sua cultura familiar, sua participação em espaços da igreja católica e de sindicato, onde desenvolveu um contato mais teórico com a temática, chegando à sua participação efetiva em uma cooperativa, antes de ser contabilista, caracterizando um percurso claramente ideológico.

Considerando essa diversidade de aproximações, observa-se convergências, salvo nos casos de Everton e Helena, entre as escolhas práticas e profissionais, que foram acompanhadas da perspectiva ideológica dos participantes, desenvolvida em suas histórias de vida pelos contatos familiares ou em outros ambientes, como os universitários. Ao mesmo tempo, Everton e Helena demonstraram engajamento político à luta dos catadores, a partir das experiências vivenciadas em relação a esse trabalho.

#### **f) Aproximação com a Coopervida**

A aproximação dos participantes com a Coopervida, ocorreu a partir do histórico de aproximação dos apoiadores com as temáticas dessa pesquisa, caracterizando-se enquanto desdobramento de seus engajamentos em projetos vinculados à economia solidária ou a ações voltadas à defesa da justiça social e do meio ambiente.

Daniel casou suas experiências e sua vida pessoal com a possibilidade de trabalhar concursado com projetos de economia solidária, o que atenderia também suas perspectivas ideológicas de atuação. Gabriela também, a partir de seu estágio junto a EES e identificação com a temática, aproximou-se do NuMI-EcoSol e, conseqüentemente, mais da Coopervida, por conta da linha de ação à qual se vinculou. João iniciou seu contato com a Coopervida pelo Daes, pela prestação de serviços contábeis aos diversos EES cadastrados no Departamento.

Célia, pelo seu interesse em coleta seletiva e reciclagem, ao se aproximar do NuMI-EcoSol, focou seu trabalho no apoio à Coopervida e na Rede Anastácia. Kleber seguiu percurso similar. Carla, ao se aproximar da LACat, aproximou-se da Coopervida e da Rede Anastácia.

A aproximação de Bruno ocorreu pelo seu trabalho voltado para o estudo dos resíduos sólidos realizado no município de São Carlos, com a organização da coleta seletiva no

município e universidade com a participação da Cooperrvida. Ana, ministrou formações para os cooperados, a partir dos contatos que tinha no município com pessoas ligadas à temática.

Andreia, Daniela e Denise tiveram esse contato relacionado às mobilizações políticas realizadas no município em defesa da Cooperrvida, atuação que, associada aos seus históricos pessoais e profissionais, casou com suas perspectivas ideológicas.

Já Everton e Helena se aproximaram da Cooperrvida a partir da organização da Rede Anastácia, que pressupôs diversas reuniões e negociações entre as cooperativas participantes.

Percebe-se que todas as aproximações dos apoiadores para com a Cooperrvida decorreram de seus percursos de vida e profissionais, a partir de escolhas pessoais.

#### **g) Natureza de apoio**

Sobre a natureza dos apoios à Cooperrvida, Daniel caracterizou o apoio do Daes nos âmbitos político, econômico e social, no sentido de elaboração de processos educativos. Ele destacou esse apoio dentro de uma necessidade de convencimento da gestão da PMSC.

Em relação ao NuMI-EcoSol, Gabriela destacou que o processo de apoio passou por momentos de construção e reconstrução, a partir de tentativas de propiciar que a Cooperrvida se autossustente. Ela destacou como apoios os processos educativos e as discussões políticas em relação à PMSC. Célia mencionou que esse apoio ocorria desde o processo de retirada dos catadores no lixão, intensificando-se durante a unificação das Cooperativas. Ela destacou apoios técnicos, como por exemplo, relacionado à reciclagem do plástico; econômicos, com a elaboração de projetos para captação de recursos e outros fomentos; e políticos, como a negociação de contratos junto à PMSC e a ampliação da rede de apoios da Cooperativa, visando seu fortalecimento. Além disso, mencionou os diversos estudos científicos realizados pelos membros do NuMI-EcoSol em relação às problemáticas vivenciadas pela Cooperrvida. Já para Carla, essa relação de apoio nunca foi formal, funcionando pontualmente de acordo com demandas emergenciais. Para ela, houve um desenvolvimento do apoio político a partir de 2015, que teve resultados importantes. Porém, a posição do NuMI-EcoSol ainda era indefinida, confundindo-se em termos de natureza com diversas ações pactuadas entre várias organizações no Fórum Comunitário. Kleber, por fim, caracterizou a relação de apoio do NuMI-EcoSol como “orgânica”, passando pelo âmbito técnico, relativo a questões internas da Cooperativa, e extravasando para o âmbito político, contribuindo para o relacionamento da Cooperrvida junto a outros setores, principalmente relacionados aos resíduos sólidos e à coleta seletiva.

Em relação ao Usp Recicla, tanto Bruno quanto Ana demonstraram que sentem que, de certo modo, é a Coopervida quem apoia o programa, no sentido de recolherem o material coletado nos departamentos do campus. Ana destacou que eles fazem isso “de graça ainda”. Ao mesmo tempo, Bruno considerou que essa organização interna dos departamentos do campus para que os resíduos sejam destinados à Coopervida, constituiria o principal apoio do Usp Recicla. Ele destacou também alguns estudos sobre os resíduos que contribuíram para a organização da coleta seletiva no município nos primórdios de sua organização. A perspectiva de Ana é de certo modo complementar, pois ela destacou o caráter educativo que o programa possuía, relatando experiências vinculadas à retirada dos catadores do aterro, à unificação das Cooperativas e aos processos educativos ampliados propostos pelo Usp Recicla, tanto em relação à comunidade uspiana, quanto à são-carlense. Para ela, esses processos contribuíram para o entendimento dos participantes não só dos aspectos ambientais envolvidos na coleta seletiva realizada pelas cooperativas de catadores, mas também dos sociais, importantes para a geração de renda e para a responsabilidade da população acerca de seus resíduos.

Em relação à Teia e a Veracidade, Andreia, Daniela e Denise manifestaram proposições similares de que suas organizações forneciam um apoio mais político à Coopervida, decorrente de suas participações em movimentações populares, com destaque para o Fórum Comunitário.

Everton e Helena destacaram que o apoio da Rede Anastácia devinha mais dos diálogos realizados nas reuniões da Rede ainda que, quando necessário, eles sempre se mobilizaram para auxiliar as cooperativas associadas, denotando um apoio político à Cooperativa. Dentre as análises de campo realizadas, essas falas foram as únicas incompletas em relação aos apoios percebidos por mim, já que foi possível observar também a oferta pela Rede Anastácia de apoio técnico, pela elaboração de processos educativos e acompanhamentos de atividades administrativas e fiscais, e econômico, pela realização de comercializações coletivas, elaboração de projetos para captação de recursos em editais e compartilhamento de informações de comercialização. Porém, apesar de isso não aparecer objetivamente nas falas de Everton e Helena enquanto apoio, essas ações aparecem em outras falas relacionadas à Coopervida.

Por fim, o contabilista João, além de que atuava como prestador de serviços da Cooperativa, contribuiu com os processos de articulação política e organização, juntamente com os conselhos, de informações para compartilhamento com os cooperados em assembleia.

#### **h) Conhecimentos sobre a Coopervida**

Os conhecimentos dos apoiadores acerca da organização interna da Coopervida, conforme eles participavam pouco de seu cotidiano, apresentaram-se limitados.

Daniel, por exemplo, disse que pelo Daes ter se afastado do apoio à Coopervida, ele não saberia dizer como estava essa organização, com a nova gestão. Gabriela, apesar de ter se afastado no período das entrevistas, relatou que os Conselhos estavam tendo dificuldades de atuação, tanto em relação à gestão, quanto à utilização de instrumentos e tecnologias, por serem quase totalmente novos e estarem “pegando do zero”. Essa percepção reforçou a ocorrência de uma centralização de determinados conhecimentos sobre a Cooperativa aos Conselhos, ainda que sob validação dos cooperados como um todo. Ao mesmo tempo, ela considerou que aquela formação de Conselho possuía mais facilidade em realizar o planejamento financeiro do empreendimento. Ela apontou também a existência de maior incentivo às discussões entre todos os cooperados, para decidir sobre os rumos da Cooperativa, ainda que as questões emergenciais fossem resolvidas pelos conselhos.

Célia, ainda que tenha afirmado não participar do cotidiano da organização, sabia por seus alunos que eles decidiam as questões de modo autogestionário, ainda que esse processo existisse em graus. Para ela a questão da informação e da articulação política eram restritas a poucos, ao passo que a realização do trabalho e as decisões econômicas eram realizados com a participação de todos. Ela acreditava que se a parceria da Coopervida com a PMSC fosse mais sólida e constante, os cooperados teriam mais tempo para investir no ganho de outros tipos de autonomia pela possível redução das problemáticas econômicas vivenciadas ciclicamente.

Para Carla, existia uma diferenciação dos papéis exercidos pelos cooperados, que se dividiam entre aqueles que trabalhavam nas atividades relacionadas à coleta e processamento, e aqueles que faziam parte dos conselhos. Ao mesmo tempo que ela observou uma trajetória de empoderamento da presidenta, ela destacou o desconhecimento dos outros cooperados acerca dos diversos processos que envolviam a Cooperativa, tanto internos quanto externos, indicando uma certa centralização das informações e comprometendo as potencialidades do trabalho realizado. Carla acreditava ser papel dos apoiadores problematizar essas questões junto aos catadores, mesmo enxergando um conflito: para os apoiadores, o fato de não haver uma autogestão efetiva em uma cooperativa apoiada, configurava um problema; já para os cooperados, isso não sendo um problema, como os apoiadores poderiam desenvolver esse assunto? Ela considerou essa uma reflexão importante a ser realizada pelos apoiadores.

Kleber, por sua vez, ponderou saber da existência de reuniões e assembleias internas na Coopervida, nas quais se praticava a autogestão. Ao mesmo tempo, acreditava que elas eram escassas e que as informações, num âmbito mais político, eram mais concentradas, o que por sua vez, comprometia a autogestão. Para ele, a Coopervida já vivenciou várias fases que abarcaram mais ou menos a centralização ou o compartilhamento de informações, e que isso envolvia não só aqueles que deveriam ou gostariam de compartilhar as coisas, mas também aqueles que deveriam ou gostariam de saber o que acontecia. Essa análise de Kleber reforça a importância do engajamento para o desenvolvimento da autogestão.

Andreia e Daniela não possuíam conhecimentos empíricos sobre a organização do trabalho na Coopervida, porém Andreia mencionou perceber os cooperados engajados na realização do trabalho, mesmo a estrutura física da Cooperativa não sendo adequada. Daniela, disse saber da existência da divisão de frentes para a realização do trabalho, bem como acreditar na existência de assembleias para a tomada de decisões, ainda que não tivesse certeza sobre isso. Denise corroborou com a perspectiva de Daniela, levantando ainda a dúvida acerca da divisão da renda obtida com o trabalho: a distribuição era igual ou realizada a partir de algum outro critério, como frequência, por exemplo.

Everton não soube mencionar exatamente como a Coopervida se organizava, mas disse sentir que a gestão da Cooperativa com o tempo havia melhorado, considerando os preceitos defendidos pela Rede Anastácia. Já Helena considerava uma existência escassa de autogestão na Coopervida, pelo fato dos cooperados não se apropriarem de diversas questões, como por exemplo, do conteúdo do estatuto da Rede Anastácia, além de não estabelecerem um intercâmbio efetivo com outras cooperativas para trocas de conhecimentos. Ela mencionou também, em relação a essa falta de autogestão, a falta de organização da gestão financeira da Cooperativa, a qual durante o governo do PT obteve diversos apoios para o seu desenvolvimento, os quais não soube utilizar para garantir sua sustentabilidade.

Já João, que participava mais do cotidiano da organização, afirmou que as decisões eram realizadas em assembleia, mas que faltava uma atuação mais incisiva dos Conselhos em questões que constavam no estatuto, considerando que nesses casos elas deveriam agir antes de levar para discussão em assembleia. Mencionou também que a prestação de contas era realizada de modo transparente, destacando o quanto isso era positivo. Em geral, sua fala corroborou com a dos catadores da Coopervida, ainda que eles não tenham mencionado a questão da prestação de contas. Porém, os catadores consideraram que os Conselhos atuavam sim em questões

emergenciais e que diziam respeito a assuntos administrativos, antes mesmo de discutir em assembleias. Ainda que João não tenha se aprofundado nos pormenores dessa organização, pode comprovar as constatações gerais dos catadores nas observações cotidianas.

#### **i) Atividades anteriores dos apoiadores**

Em relação às atividades anteriores dos apoiadores, antes de aderirem às organizações atuais, com exceção de João, que chegou a ser presidente de uma cooperativa, ninguém chegou a participar de cooperativas ou grupos de economia solidária.

Daniel, Gabriela, Carla, Andreia, Daniela, Denise e Ana eram estudantes. Carla e Daniela chegaram também a trabalhar no Napra, e Andreia em projetos socioeducacionais. Célia, Kleber e Bruno já eram professores universitários, trabalhando de algum modo com resíduos sólidos. Everton e Helena, exerciam atividade de catação no lixão, além de outras atividades informais realizadas anteriormente.

#### **j) Concepções acerca da organização dos catadores em cooperativas**

Em relação à opinião dos apoiadores acerca da organização dos catadores em cooperativas, em geral eles a consideraram como positiva.

Daniel destacou que as condições de trabalho e venda de materiais em cooperativas são melhores do que quando a catação é realizada individualmente. Isso, pois estando sob a figura jurídica de uma cooperativa, eles conseguiriam também acessar políticas e recursos.

Para Gabriela, essa organização era “superbacana”, ainda que carecesse dos Conselho Administrativo e Fiscal seguirem mais o regimento e o estatuto para não sobrecarregar os processos decisórios e poderem se dedicar a outras atividades, como a captação de recursos.

Célia destacou a necessidade de sensibilizar os catadores sobre a importância de seu trabalho para que eles próprios o valorizem.

Carla considerou essa organização importante, ainda que devessem ser realizadas reflexões sobre a escolha da figura jurídica da cooperativa para o âmbito da economia solidária.

Kleber, fez considerações no mesmo sentido, acrescentando que existiam outras formas de organização coletiva a qual, no fundo, era o que mais importava: a união para o trabalho coletivo. Ele também problematizou a necessidade de respeitar a autonomia daqueles catadores que não queriam se cooperativar. Ao mesmo tempo, conforme considerava que a organização dos catadores era importante e favorecedora de ganhos positivos para esses sujeitos, ainda que houvesse dificuldade por parte deles em compreendê-la, a institucionalização de grupos

coletivos, para a qual serviria o formato de cooperativa, seria essencial para a sua sustentabilidade.

Bruno considerava essa organização importante, bem como o catador como um elo fundamental para a cadeia de resíduos recicláveis, inclusive para cumprir as diretrizes da PNRS, tanto sobre a contratação de cooperativas de catadores, quanto para as escolhas das gestões acerca dos procedimentos e destinação de cada tipo de resíduo. Já Ana, apontou essa organização essencial para esse século, não conseguindo ver a continuidade do mundo senão pela organização dos negócios em cooperativas. Ela considerava as cooperativas um meio de resgate das pessoas para o desenvolvimento de potencialidades e integração social.

Andreia destacou ser importante a organização de cooperativas com o reconhecimento do poder público, para garantir uma renda adequada e um trabalho digno aos catadores, inclusive por isso também estar indicado em políticas. Assim, conforme existam dificuldades, era necessário que o movimento em defesa dessa organização e contratação fosse resistente para se fortalecer. Daniela corroborou com a ideia de que a cooperativa é potencial a fortalecer os seus membros, pelo estabelecimento de contrato, a aquisição de recursos, além de melhorar a renda e condições de trabalho dos catadores. Ela mencionou que onde não existiam cooperativas, o trabalho dos catadores era precarizado. Denise, nesse sentido, apontou ainda a necessidade de apoio do poder público às cooperativas, mencionando o exemplo do enfraquecimento da Coopervida quando a PMSC não cumpriu com o contrato. Por isso, ainda que considerasse esse apoio importante, ela compreendia que as cooperativas não deviam depender economicamente dos governos, que quando mudam, prejudicam diversos projetos.

Para Everton, em relação a essa organização, além da autogestão, os catadores precisariam seguir as regras de sua cooperativa e não esquecer que ela também é um negócio, ainda que esteja sobre os pressupostos da economia solidária, para que ela se desenvolva. Helena, nesse sentido apontou que falta o MNCR trazer mais intensamente suas discussões para as bases, o que possibilitaria ao catador uma melhor compreensão de sua condição e de seus processos de trabalho.

Por fim, João caracterizou a organização em cooperativas como essencial para a economia, ainda que fosse um processo recente.

#### **k) Outras considerações**

Ao final das entrevistas, os apoiadores tiveram a oportunidade de se manifestar

livremente sobre o tema, caso quisessem expressar algo que considerassem importante.

Daniel ressaltou que as características da Coopervida variavam ao longo do tempo, dependendo de quem estava em sua gestão, definindo-a como sendo “o que são seus cooperados”. Para ele, essa flexibilidade era positiva por possibilitar a conquista de coisas boas. Ainda assim, ele alertou que já observou situações de hierarquização e controle acontecendo na Cooperativa, o que demandou do Daes um esforço em contribuir para que houvesse uma reaproximação da Cooperativa com a economia solidária e uma maior transparência dos Conselhos.

Gabriela ressaltou que, pela sua experiência, independentemente do tamanho da cooperativa e da quantidade de apoiadores, todas possuíam problemas em relação à autonomia e à autogestão, já que cada uma era carregada de diferentes vivências.

Célia quis ressaltar a importância da articulação política para a manutenção das cooperativas de catadores em atividade nos municípios. No contexto de São Carlos, no qual a Coopervida vivenciou variados problemas, ela destacou o NuMI-EcoSol como apoiador primordial para realização dessa articulação, assim como uma das gestões da Cooperativa, que se articulou mais fortemente ao MNCR e à Rede Anastácia durante sua atuação.

Já Carla considerou que participar da entrevista contribuiu para suas reflexões, inclusive de que a Coopervida já passou de Cooperativa considerada modelo, a uma Cooperativa fragilizada por vários fatores externos e internos. Ela destacou como necessário olhar para isso com calma, visando a construção de uma solução mais definitiva e sustentável para a situação da Coopervida, e não apenas ações de “apagar fogo”.

Bruno ressaltou a importância da elaboração de trabalhos qualitativos para compreender a situação da Coopervida no município, e que nesse sentido, considerava minha pesquisa importante e os resultados de seu interesse. Andreia, no mesmo sentido, destacou ser importante o fato desse trabalho investigar o que estava acontecendo, valorizando o trabalho dos apoiadores, suas articulações, e de certo modo, contribuindo para esse movimento que estava acontecendo. Além de ambos considerarem que a contratação de cooperativas de catadores estava em uma política maior (referindo-se à PNRS, no âmbito nacional), Andreia ainda destacou como necessária essa resistência que a Coopervida vinha apresentando, a qual ela admirava, para avançar em busca de condições dignas de trabalho.

Daniela enfatizou a comunicação como um fator importante para o desenrolar das problemáticas, no sentido de fortalecer as articulações políticas e ações a partir do que a

Cooperativa realmente precisava, e não acerca somente do que os apoiadores gostariam. Ela considerou que o contato com as articulações políticas pela Coopervida, sendo mais restrito à presidenta, era uma limitação para a aproximação entre apoiadores e Cooperativa como um todo. Assim, defendia que o estabelecimento de uma comunicação adequada poderia contribuir para a sistematização de acordos e ações, ainda que fosse um desafio.

Everton manifestou a importância que a autogestão possuía para as cooperativas e a necessidade delas não se afastarem dessa raiz, relacionada à economia solidária, independentemente de seu crescimento. Já Helena destacou a necessidade da categoria de catador se preparar mais, em termos de atualização de conhecimentos e articulação, o que contribuiria para a constituição de projetos eficazes.

Por fim, João ressaltou o quanto o seu trabalho junto às cooperativas se constituía enquanto missão, lutando pela emancipação dos cooperados e pela sua valorização perante a sociedade. Para ele, a categoria de catador ainda necessitava de muito apoio.

#### **4.2 Categorias de análise e as representações sociais dos apoiadores**

A análise das entrevistas dos apoiadores abrangeu uma certa complexidade pela diversidade de instituições envolvidas, motivações e origens dos participantes. Porém, considerando a participação deles no grupo de apoio à Coopervida e independentemente de focar mais em aspectos relacionados à gestão de resíduos sólidos ou à economia solidária, percebeu-se que suas representações sociais se ancoravam na articulação entre suas vivências pessoais e as experiências de estudo e/ou trabalho que culminaram em sua atuação atual.

As perspectivas que eles possuíam sobre a importância da inclusão econômica e social dos catadores, sobre sua organização e inserção no mercado de reciclagem, bem como a importância das ações das Prefeituras Municipais para que isto ocorresse de modo justo e sustentável, foram construídas ao frequentarem espaços públicos de discussão, durante processos de articulação política. Assim, por mais que alguns apoiadores possuíssem uma formação teórico-conceitual mais elaborada, foi nesses espaços, associados a algumas experiências práticas junto à Coopervida ou a outras cooperativas, que lhes possibilitou a construção de suas representações sobre autonomia e autogestão relacionadas a este contexto.

É interessante observar que, por mais que a Coopervida fosse considerada um EES, somente o NuMI-EcoSol, a Rede Anastácia e o Daes trabalhavam diretamente com esta

temática. Dentre essas, apenas o Daes possuía uma organização interna que não compreendia o que é preconizado teoricamente pela economia solidária, em termos de autogestão, devido à sua inserção na estrutura da PMSC. Com exceção do Usp Recicla, que possuía uma estrutura organizacional mais verticalizada, a Teia e a Veracidade, que não são EES, possuíam espaços de decisões coletivas, ainda que a Teia se constitua formalmente por um núcleo de três coordenadores. A Veracidade se considera enquanto praticante da autogestão, assim como o NuMI-EcoSol e a Rede Anastácia.

As ações empenhadas junto à Cooperativa, por mais que se relacionassem com a gestão de resíduos sólidos e tenha o tema ambiental transversal a todas as organizações apoiadoras, os aspectos sociais e econômicos eram considerados enquanto importantes no direcionamento das ações engendradas. Porém, questões voltadas à organização do trabalho da Cooperativa ficaram em segundo plano pelo foco em questões econômicas emergenciais que demandaram uma intensa mobilização política, o que justificou, inclusive a intensificação da presença de membros dos Conselhos da Coopervida em reuniões com apoiadores.

Para analisar as representações sociais produzidas pelos apoiadores, foram estabelecidas duas categorias de análise: 1) múltiplas autonomias: equilibrando a individualidade e a coletividade; e 2) potencialidades em desenvolvimento.

### **1) Múltiplas autonomias: equilibrando a individualidade e a coletividade**

Para os apoiadores, a questão da autonomia era essencial para que os empreendimentos se desenvolvessem. Ela ocorreria a partir de um processo que considerasse a participação de mais cooperados e espaços externos de articulação política, onde se concentram grande parte das negociações sobre questões relacionadas à Coopervida, constituindo uma influência não coercitiva sobre as escolhas do sujeito. Reforçando essa relação, ela foi relacionada a termos como liberdade, emancipação e independência (Cattani, 2000). Essas percepções dos apoiadores acerca das potencialidades dos espaços públicos corroboram com perspectiva de Jovchelovitch (2000), Marková (2006) e Sato (1999).

Para os apoiadores, existem diversos tipos de autonomia, que ao mesmo tempo são compostas por graus de desenvolvimento: individual, coletiva, política, social e econômica.

A autonomia econômica, refere-se à aquisição de bens e meios de produção para que as cooperativas se desenvolvam economicamente para além dos contratos com as Prefeituras, apesar da necessidade e importância deles existirem decorrente da relação de prestação de

serviços, das leis que orientam essa contratação e das condições históricas e materiais da população de catadores. Isso, poderia ser alcançado com o auxílio de apoiadores pela captação de recursos através de editais, da criação de programas e projetos de fomento público e privado e da própria organização econômica da cooperativa, a partir de um planejamento adequado (Gaiger, 1996; Dagnino, 2014).

A autonomia social se refere ao controle do catador sobre sua própria condição, enquanto categoria, conquistando o protagonismo de processos que tangem a sua ocupação e a sua organização de trabalho, para além desse espaço (MNCR, 2005; Martins, 2002).

A autonomia política propiciaria às organizações as rédeas sobre as articulações necessárias para atingir seus objetivos através de negociações públicas sobre suas demandas (Jovchelovitch, 2000; Marková, 2006). Para que ela ocorra, todos os cooperados precisariam estar instrumentalizados acerca do significado, das demandas e das problemáticas de seu trabalho enquanto catador, bem como identificados com a natureza de sua organização de trabalho (Mance, 1999; Dagnino, 2014).

A autonomia coletiva seria a capacidade do grupo tomar suas próprias decisões, no sentido de que todos os seus membros seriam dotados de conhecimentos necessários para isso. Algumas vezes, ela foi considerada pelos apoiadores como sinônimo de autogestão. Porém, no geral, ela depende que a autonomia individual dos sujeitos se relacione conscientemente com as regras coletivas, para que não destoe dos propósitos da cooperativa e dos objetivos comuns e assim, os processos autogestionários possam se desenvolver (Mothé, 2009).

Assim, os apoiadores representavam a autonomia como múltiplas possibilidades, laborais e pessoais, que ao mesmo tempo demandavam o interesse e a participação dos cooperados, e potencializavam as possibilidades de protagonismo e emancipação desses sujeitos nos âmbitos político, econômico e social.

## **2) Potencialidades em movimento**

Os apoiadores acreditavam que tanto a economia solidária, quanto a autogestão e o cooperativismo, desenvolviam-se processualmente, considerando a origem e o momento vivenciado pelas organizações, conforme aponta Singer (1998; 2002a). A sua potencialização enquanto algo concreto dependeria do grau de autonomia das cooperativas e de seus trabalhadores, tanto em relação ao trabalho, quanto sobre suas vidas (Mance, 1999).

Conforme um empreendimento autônomo seria aquele protagonista e emancipado sobre

a realização de suas atividades e escolha de seus rumos, a consideração de que uma organização é autônoma, decorreria da apropriação de seus trabalhadores sobre a natureza de seu trabalho e de suas diversas facetas, para que pudessem de fato praticar a autogestão, participando dos espaços de decisão e do cotidiano de modo ativo e esclarecido (Mothé, 2009).

O processo autogestionário era visto como constantemente prejudicado pela instabilidade econômica da Cooperativa, derivada tanto de fatores externos quanto de fatores internos. Externamente, destacou-se principalmente a descontinuidade das políticas de governo, decorrente das questões ideológicas envolvidas (Leite, 2007), mas também a competitividade do mercado, que exige habilidades e condições estruturais muitas vezes não apropriadas pelos catadores. Os fatores internos, envolviam a falta de engajamento dos cooperados nas questões administrativas e políticas relacionadas à Cooperativa, que levava à pressão política sobre o governo ser realizada apenas pelos membros dos Conselhos e apoiadores. O papel assumido pelos conselhos também era essencial para essa caracterização, já que os apoiadores observaram que suas posturas refletiram, ao longo do tempo e de várias maneiras, na organização geral da Cooperativa, ao passo que os cooperados, atribuíam exclusivamente a eles, papéis que poderiam ser compartilhados por todos, principalmente de participação política.

Os apoiadores consideraram em suas falas as dificuldades vivenciadas pelos catadores na significação dessas novas relações, decorrente das relações culturais estabelecidas ao longo de suas vidas (Singer, 1998; Veronese, 2008), que pregoaram o modelo de trabalho do sistema capitalista hegemônico. Porém, destacaram potencialidades advindas dessa possibilidade de transformação, de não ser algo estático, que as cooperativas apresentavam. O desafio seria direcionar essas potencialidades para a sustentabilidade da organização.

Assim, as representações dos apoiadores sobre a autogestão, relacionava-se às possibilidades dos catadores superarem as condições simbólicas e materiais precárias vivenciadas, a partir da interação com os diversos apoiadores existentes no espaço político, para que seu interesse geral pelo empreendimento se desenvolvesse a ponto das diversas responsabilidades serem mais compartilhadas. Conforme Coraggio (2003) discorreu sobre a relação dialética do fazer e transformar, o processo de desenvolvimento da autonomia e da autogestão, parecem seguir a mesma regra nas representações dos apoiadores.

#### *4.2.1 Considerações gerais acerca dessas categorias de análise*

A articulação política apareceu importante para que os catadores pudessem se apropriar de um contexto mais ampliado que envolve sua organização de trabalho e, conseqüentemente, sensibilizem-se sobre sua história e condições gerais.

Os apoiadores acreditavam estar entre suas responsabilidades essa proposta inicial de mudança, através de esclarecimentos elaborados em processos educativos, conforme indica Mance (1999). Conforme observei inúmeras incompreensões acerca das representações presentes nesse campo, parece coerente que os apoiadores também passem por um processo de sensibilização, para que construam os processos educativos a partir das condições dos catadores (Freire, 1983). Acredito que desse modo, o engajamento e a participação dos sujeitos possam ser potencializados no sentido de compreensão dos pressupostos que envolvem a natureza de sua organização, para continuidade, ou não, de sua adesão a ela. Para isso, é necessário que apoiadores estreitem seus vínculos com a Cooperativa em geral, para conhecer e dialogar com aqueles que eles não conhecem, e não a partir somente das informações dos Conselhos.

Essas transformações ocorreriam pelas negociações realizadas nos processos de comunicação estabelecido durante as articulações entre diferentes sujeitos (Freire, 1983; Moscovici, 2004; Jovchelovitch, 2000; Marková, 2006; Jodelet, 2009) nos diferentes espaços disponíveis. Por meio dessa possibilidade de participação política mais efetiva dos cooperados como um todo, seria possível também aos apoiadores compreender melhor as demandas e perspectivas das cooperativas apoiadas pelo estreitamento de vínculo e clarificação de seus papéis e, conseqüentemente, contribuir de modo mais sistematizado e colaborativo com suas demandas, conforme sugerem nas entrevistas e no cotidiano que isso ainda não ocorre.

A conscientização política parece inerente à conquista de qualquer tipo de autonomia, que por sua vez, conforme delineado, é essencial para avançar no processo autogestionário.



## **CAPÍTULO 5 – AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PRODUZIDAS: ENCONTROS E DESENCONTROS**

Este capítulo é composto, a partir da triangulação de todas as análises, de esclarecimentos acerca dos encontros e desencontros das representações sociais de catadores e apoiadores, que poderão contribuir para uma melhor compreensão e avaliação desses participantes acerca das potencialidades e limites de suas interações na superação dos conflitos vivenciados pela Coopervida, no que tange as relações interpessoais de seus cooperados, a relação com a PMSC, e com o mercado da reciclagem.

Percebeu-se, nas representações sociais dos catadores, elementos intrínsecos ao cotidiano grupal, com a possibilidade de uma autogestão relacionada à união do grupo, contando com a participação de todos, e a autonomia como algo relativo a não ter um “patrão”, o que possibilitaria aos catadores uma liberdade em relação ao trabalho, ainda que baseada em acordos coletivos. A autonomia e a autogestão, para os cooperados, eram relacionadas ao campo do trabalho. Para objetivar essas representações sociais, utilizou-se filtros do referencial teórico apresentado, já que os cooperados não possuíam familiaridade com esses termos em si, a não ser com o termo cooperativismo, bem como conteúdos das observações de campo, que auxiliaram na compreensão dos exemplos que eles deram para explicar suas impressões acerca dos temas abordados nas entrevistas. Buscou-se, desse modo, olhar suas práticas e anseios a partir de uma aproximação de suas descrições com o que propõe as perspectivas teóricas e os resultados de trabalhos que desvelaram várias questões relacionadas aos EES.

Já nas representações sociais dos apoiadores, encontrou-se uma abrangência maior sobre o que seria autonomia e autogestão, construída no encontro entre suas experiências de vida e ideologias pessoais e suas experiências de trabalho nessa temática, seja sob a ótica da economia solidária, seja sob a do meio ambiente relacionada aos resíduos sólidos e suas questões sociais. Eles ressaltaram a importância da articulação política para os cooperados em ambiente externo à Cooperativa, como meio de aquisição de novos conhecimentos pelos catadores. Essa articulação seria potencial a propiciá-los tanto autonomia, quanto o desenvolvimento e aprimoramento de um processo autogestionário. Esses conhecimentos, por sua vez, poderiam instrumentalizá-los acerca da natureza de seu trabalho e sua organização, modificando a relação dos catadores com ele, e derivando em novos objetivos e perspectivas além da econômica.

Isso, pois, ao focar nas dificuldades econômicas de manutenção das atividades da

cooperativa e, conseqüentemente, da geração de renda para manutenção de suas vidas, os catadores não abarcaram em suas compreensões outras contribuições para atingir esse objetivo, além da intensificação dos processos mais técnicos de trabalho (triagem, prensagem e enfardamento), para intensificar também a comercialização dos materiais. Os apoiadores sugeriram que esses novos contatos contribuiriam para ampliar esse horizonte, além de resultar em outras colaborações aquém das perspectivas atuais dos catadores.

Constatou-se, conforme a hipótese de pesquisa, a existência de representações sociais diferentes entre os dois grupos, ainda que com algumas intersecções, ressaltando como as condições de vida e os recursos materiais e simbólicos dos participantes e coletivos refletiram nas potencialidades existentes no desenvolvimento de autonomia e de autogestão pela inserção em EES, conforme Veronese (2008), problematiza acerca do enfrentamento de situações de exclusão pela sua dependência subjetiva dos processos de interação dos sujeitos.

No caso dos catadores, além de suas histórias e condições de vida, as questões econômicas e as características da comunicação estabelecida na Cooperativa, impactaram diretamente na possibilidade deles se engajarem em termos de princípios, participarem e estabelecerem trocas não só na Cooperativa, mas também junto às articulações políticas realizadas com apoiadores em espaços onde as representações sociais eram negociadas mais intensamente, conforme Jovchelovitch (2000) aponta ser. Os próprios apoiadores indicaram sentir falta desse contato mais ampliado com os cooperados, para estreitar contatos, compreender as necessidades dos catadores e delinear meios eficazes a contribuir com elas. Até então, os apoiadores vinham atuando conforme seus princípios pessoais e conhecimentos que indicavam uma luta por justiça social, a partir do pedido geral de ajuda pela Coopervida, para que conseguissem manter suas atividades no município diante das crises enfrentadas.

Apesar do Fórum de Economia Solidária ser considerado como um espaço de interação importante para observação, no período de pesquisa, a articulação dos membros dos Conselhos da Coopervida nesse espaço foi escassa, ainda que tenha havido alguns encontros e apoios relacionados à defesa da manutenção da Coopervida enquanto prestadora dos serviços de coleta seletiva em momentos públicos, como na tribuna livre da Câmara Municipal.

No âmbito municipal, o Fórum Comunitário de Resíduos Sólidos, bem como as reuniões e eventos relacionados às suas ações, foram os espaços mais potenciais de interação entre apoiadores e cooperados, ainda que essas interações também tenham sido praticamente restritas aos membros dos Conselhos.

As reuniões e eventos da Rede Anastácia, no âmbito regional, por sua foram os espaços onde os membros dos Conselhos mais tiveram contato com a temática da economia solidária, juntamente com a participação de membros do NuMI-EcoSol. Ainda assim, o foco na geração de renda e manutenção da Cooperativa destoou o foco de outros assuntos que, ainda que não diretamente, poderiam contribuir na construção de processos para superar essa demanda.

A existência desses espaços de interação, foi motivada pelas tensões sociais, locais e regionais, que refletiram um contexto político e ideológico abrangente ao estado e ao país. Essas tensões foram desencadeadas pelo descompasso entre as ações da PMSC em relação à gestão de resíduos sólidos com inclusão de catadores, e as demandas da população e da Coopervida.

As representações sociais tanto de catadores, quando de apoiadores, indicaram que a possibilidade de desenvolver processos autogestionários na Cooperativa dependia, primeiramente, do estabelecimento econômico da organização, ou ainda de uma autonomia econômica, e que esse processo se relacionava à atuação governamental de modo coerente às políticas, como a PNRS, e às demandas sociais.

Essa expectativa de que seriam necessárias duas ações distintas - estabelecimento econômico da Cooperativa e processos educativos e de interação – precisa ser refletido sob a ótica de Coraggio (2003), que defende que ambas as situações devem acontecer concomitantemente. Isso demandaria esforços extras de ambos os lados para engrenar um processo mais conciso que resulte em benefícios duradouros para Cooperativa e cooperados, prevenindo outras situações de crise e soluções emergenciais.

Considerando as características da cadeia da reciclagem, que prioriza interesses diversos à participação dos catadores (Bortoli, 2013), até para as redes de comercialização organizadas pelos catadores, existe a necessidade desse diálogo com o mercado, dificultando, conforme Mance (1999) indica como necessário, o desenvolvimento de redes paralelas ao mercado capitalista hegemônico. Inclusive, o produto de trabalho dos catadores decorre do excesso de consumo incentivado por esse sistema. Aceitar essa limitação do contexto atual parece essencial para vislumbrar meios de superá-la no que tange o almejo de relações de trabalho econômico-solidárias em meio a relações comerciais externas competitivas<sup>84</sup>.

---

<sup>84</sup> A partir do acompanhamento das atividades da Rede Anastácia, inclusive pelo grupo de *Whatsapp*, fui convidada também para participar de um grupo nesse mesmo aplicativo, denominada de Inter Redes. Ela ressalta a iniciativa das diversas redes de catadores existentes buscarem uma articulação para atuação colaborativa. Considero isso uma estratégia de superação da competitividade do mercado da reciclagem, ao menos entre os catadores.

Ainda que existam diretrizes na PNRS para a gestão dos resíduos sólidos, abarcando a logística reversa, que resultou em projetos oriundos de indústrias da cadeia da reciclagem para capacitar e possibilitar ao catador executar melhor o seu trabalho, essa inclusão ainda parece perversa (Sawaia, 2014), por ter seus processos desencadeados por interesses de mercado, e não de melhores condições de vida para esses sujeitos, vide a dificuldade de execução de políticas públicas oriundas das mobilizações populares nesse âmbito.

Conforme existe essa tensão entre a natureza dos EES e do mercado da reciclagem, Novaes e Dagnino (2004) contribuem com a perspectiva de, conforme vivemos um processo de transformação, a constituição de estratégias processuais intermediárias, pressupondo um período de convivência entre várias economias, tornam-se necessárias. Dagnino (2014), em relação a isso, sugere as AST como estratégia de desenvolvimento dos EES, para que seus trabalhos e serviços sejam aprimorados a ponto de alavancar junto a trabalhadores e consumidores de produtos/utilizadores de serviços, uma relação consciente. Elas seriam um meio de instrumentalização técnica dos sujeitos inseridos em EES para enfrentar o modo competitivo de funcionamento desse mercado.

Sendo o motivo econômico a adesão primária dos participantes à Coopervida, a organização ainda não foi capaz de atender a essa necessidade plenamente, estagnando suas outras diversas potencialidades, inclusive, de intensificar o estabelecimento de novas sociabilidades, fundamentalmente solidárias e participativas, ainda que a cooperação já se destaque nesse processo.

Coraggio (2003) destacou a necessidade de uma mudança dialética, na qual as práticas devem existir para garantir a constituição de um novo sujeito, não esperando que esse sujeito surja para depois mudar as práticas. Conforme Leite (2007) defende que para superar os desafios da reestruturação produtiva, é necessário compreender a solidariedade e a cooperação como estratégia de articulação política, podemos afirmar que a Cooperativa vivencia um processo intermediário de desenvolvimento, em vias de superar suas condições precárias de existência. Nela, vem sendo produzidas novas sociabilidades, a partir da constituição de novas representações sociais. Porém, elas ainda não foram suficientemente apropriadas para uma construção mais crítica dos cooperados acerca dessa potencialidade do espaço público na articulação de estratégias que garantam não só a elaboração, mas também a execução de políticas capazes de diminuir as desigualdades decorrentes do desenvolvimento do sistema hegemônico capitalista.

Outro fator limitante à produção cotidiana de novas representações sociais junto aos cooperados, é o sistema de comunicação estabelecido, que além de não ser sistematizado, não contribuiu enquanto propiciador de reflexões sobre como a participação mais efetiva dos cooperados nos espaços de discussão relacionados à Coopervida poderia contribuir para atender ao objetivo econômico que levou à sua adesão inicial ao empreendimento. Isso, pela possibilidade de ampliar o conhecimento e o acesso a direitos e leis relacionados aos catadores de materiais recicláveis. Essa compreensão poderia resultar na emersão de um sujeito cooperado que Peterson et al (2014) caracterizam como cidadão, compreensivo e participativo acerca dos contextos políticos e sociais que envolvem não somente sua organização, mas a sociedade em geral. Conforme Leite (2007) indicou a necessidade da população ser reconhecida enquanto fator regulador de processos políticos e econômicos para além da polarização Estado-mercado, seria essa a característica dos sujeitos passíveis de se colocar enquanto tal.

Ainda que os apoiadores tenham indicado, além dos espaços de articulação política, as contribuições que processos educativos elaborados por eles teriam tido para a Coopervida, essas ações eram escassas e, de certo modo, desarticuladas das demandas dos cooperados. Não que elas não tenham se baseado em diálogos estabelecidos entre apoiadores e catadores, mas elas careceriam de reflexões mais profundas acerca do significado dessas demandas, a partir do que os catadores compreendiam sobre elas, e não somente os membros dos Conselhos, com os quais os apoiadores possuíam maior contato. Os apoiadores precisariam descobrir e entender o que existe na Cooperativa enquanto cotidiano, antes de agir, com o estabelecimento de estratégias conjuntas aos cooperados para possibilitar esses momentos (rodas de conversa periódicas, por exemplo) e reconstruir com eles, nesses processos, o modo de utilizar os conhecimentos disponíveis por ambas as partes para a melhoria da organização.

Os poucos processos educativos lembrados pelos catadores, foram permeados por uma dificuldade de comunicação que, apesar de destacar as boas intenções dos apoiadores, não foram potenciais a contribuir com as necessidades dos sujeitos, ocorrendo o que pareceu com o que Freire (1983) denominaria de extensão, e não de comunicação. Um desses indicativos, foi a crítica dos cooperados à linguagem utilizada em um curso oferecido por apoiadores, que acabou não fazendo sentido para os catadores. A própria descrição dos apoiadores enquanto realizando ações pontuais, e de “apagar fogo”, levaram a essa confirmação.

Mesmo que os apoiadores demonstrassem uma preocupação em respeitar a autonomia dos catadores de modo genuíno e acima de interesses profissionais, no sentido de ansiar

melhores condições de vida para essa categoria, além de melhores condições ambientais para a população, eles ainda careciam de conhecimentos e instrumentos para sistematizar suas ações, possibilitando condições para uma interlocução dialógica contínua e que abarcasse avaliações e aprimoramento das estratégias e ações propostas coletivamente, por cooperados e apoiadores. Assim como os apoiadores indicaram as dificuldades dos cooperados se concentrarem em atividades que não fossem objetivamente propiciadoras de renda, em meio às crises vivenciadas, os apoiadores também tiveram dificuldades em articular outras ações além do atendimento às demandas emergenciais. Conforme o NuMI-EcoSol, por exemplo, possui uma metodologia própria bem estruturada, este seria um recurso interessante a ser utilizado.

Outro fator que deve ser considerado pelos apoiadores ao ofertarem recursos educativos aos catadores, é a falta de atribuição por parte destes de relevância aos processos educativos já vivenciados. Conforme os processos iniciais de criação das três cooperativas e, posteriormente, sua unificação em uma única, a Coopervida, foram acompanhados de processos educativos e outros acompanhamentos de apoio diversos, bem como no período de realização dessa pesquisa, esses espaços eram mais escassos, sugere-se que algumas representações sociais, principalmente sobre o cooperativismo, que foram os conteúdos mais bem delineados expressados pelos catadores, se perpetuaram ao longo do tempo pelas relações cotidianas da Cooperativa, à qual, inclusive, esses atribuíram suas aprendizagens.

Parece ser a partir disso que alguns catadores observaram, em relação aos outros cooperados, que a falta de participação, interesse e compreensão sobre questões relacionadas à Cooperativa, prejudicavam essa união, principalmente quando os cooperados agiam de modo individualista, e não a partir dos preceitos coletivos pactuados. Essa representação foi reforçada pelo fato de que o descaso de alguns cooperados em relação à execução do trabalho cotidiano, bem como aos investimentos de outros em tentar motivá-lo a participar das atividades conjuntamente, desestabilizava os processos em execução. Acrescentou-se a essa perpetuação de uma representação social comum no ambiente interno da Coopervida, a consideração de uma certa influência não coercitiva dos apoiadores, principalmente por meio do envolvimento dos Conselhos em espaços públicos de interação, sendo os principais vínculos para que essas representações sociais externas pudessem compor ou reforçar as negociações internas realizadas entre os cooperados. Ainda nesse sentido, os cooperados indicaram que quando apareciam dúvidas, eles consultavam pessoas “de fora da cooperativa” para aprenderem algo novo e solucionar o que fosse necessário, indicando uma atitude ativa em busca de superar suas

dificuldades, conforme Miura e Sawaia (2013) destacam que acontece quando uma situação negativa passa a ser uma potência mobilizadora de transformações,

A partir dessa experiência cotidiana dos catadores da Coopervida, associada às suas histórias de vida, que indicaram elementos de exclusão, como escassez de recursos econômicos, educacionais e motivacionais, eles perceberam também que a “ajuda” da PMSC, de certo modo, atrapalhava a sustentabilidade da Cooperativa pela inconstância e incoerência em relação às suas necessidades e de seus membros, fato com o qual corroboraram os apoiadores. Ainda que esse descontentamento fosse visível, os cooperados não demonstraram conhecimentos acerca dos seus direitos e das responsabilidades da PMSC para com eles e para com os resíduos sólidos. Porém, identificaram que as limitações relacionadas à união interna, também prejudicava um possível ganho de autonomia econômica da Coopervida relacionada às possíveis melhoras na receita de venda dos materiais triados, o que poderia ser reinvestido na Cooperativa ou distribuído entre os cooperados, melhorando suas rendas. As limitações que o Daes, teve em defender os interesses da Coopervida, enquanto EES, perante a Prefeitura, ilustrou que, ainda que a economia solidária fosse institucionalizada e estruturada no município, isso não garantiu ações empenhadas e eficientes dos gestores, mesmo quando as diretrizes das legislações municipais foram cobradas pela pressão popular.

Tanto os catadores quando os apoiadores indicaram a existência na Coopervida de uma autonomia coletiva relacionada à execução do trabalho cotidiano, mesmo em meio às dificuldades destacadas pelos cooperados. Eles identificaram a existência de uma liberdade de escolha sobre os modos de execução do trabalho, ainda que houvesse regras pré-determinadas e um certo controle por parte dos membros do "escritório", no que dizia respeito à condução do ritmo de trabalho, pelo fato de possuírem maior contato externo, inclusive com a população, que muitas vezes demandava intervenções específicas da Coopervida.

Os catadores, ao falar da união, destacaram o ambiente interno da Cooperativa como potencializador dessas relações, indicando, de certo modo, o que Razeto (2010) defende, de que a economia solidária já acontece, independentemente das interpretações externas, principalmente se consideramos o processo de tentativa e erro indicado por Singer (2000), pelo qual a economia solidária se desenvolve. No caso da Coopervida, a economia solidária teria potencial de emergir pela potencialização das práticas de cooperação demonstradas e defendidas pelos catadores, associadas aos sujeitos externos relacionados a esse movimento.

Os apoiadores, ao trabalharem sob a perspectiva de uma articulação política, atentaram-

se à ampliação de relações que já consideravam ocorrer internamente à Coopervida. Porém, os cooperados não se percebiam como responsáveis pela ocupação e participação desses espaços, muito menos como atores dessa articulação ampliada. Em termos de papéis, a partir de um consenso interno, essa participação seria função dos membros dos conselhos. Juntou-se a isso, as dificuldades particulares de cada um, decorrentes de sua baixa escolaridade, à passividade mediante a percepção de relações de poder, e da não vivência de outras práticas parecidas. Isso implica em uma das diferenças entre as suas representações de autonomia: para os cooperados, ela se aplica ao modo de execução do trabalho interno da Cooperativa, a partir de sua organização. Para os apoiadores, a autonomia se relacionaria à apropriação pelos cooperados de outros espaços e o seu protagonismo em variadas ações.

A definição de papéis de atuação em si não pareceu ser o grande problema em termos de garantir um processo de relações horizontais, mas sim a concentração de informações em poucas pessoas que essa atribuição ocasionou, conforme uma divisão entre os que faziam e os que pensavam (Braverman, 1981), o que culminou em decisões coletivas desapropriadas de conhecimentos suficientes para ocasionar possíveis discussões e rumos diferentes. Fato é que, não estando familiarizados com o termo autogestão, ainda que considerassem a necessidade de uma participação de todos os cooperados nas decisões, conforme uma gestão coletiva, os catadores delinearam uma relação do termo autogestão com a atuação dos conselhos, com o que acontecia no “escritório”. Eles não associaram a questão de participação, interesse e respeito de todos como sendo um processo autogestionário em si.

Ainda que os Conselhos, principalmente o administrativo, cumprissem essa função, de certo modo centralizada, eles incentivavam a participação coletiva, consultando o grupo sobre suas opiniões, ainda que os momentos de discussão fossem escassos e a manifestação dos cooperados não fosse unânime. Por conta dessas compreensões coletivas sobre os papéis dos conselhos e suas ações devidas, eles eram, inclusive, considerados como propiciadores da união do grupo, demonstrando uma expectativa dos cooperados em geral sobre eles, enquanto fomentadores do fortalecimento da Coopervida. Essa questão é importante de ser considerada enquanto fator norteador de futuras intervenções, no sentido de mediar as potencialidades que as representações sociais dos catadores atribuem aos conselhos, e a necessidade de equilibrar as relações resultantes dessas expectativas a favor do coletivo.

Uma intervenção possível, nesse âmbito, seria discutir com os Conselhos sobre as representações que os outros cooperados possuem sobre eles, propiciando o esclarecimento e a

possibilidade de mudanças de atitudes frente a essa expectativa do coletivo. Inclusive, abarcando outras questões que refletem sua representação sobre os outros cooperados que participam pouco das questões gerais da Coopervida, de que são desinteressados. Esse processo deve, por conseguinte, passar por discussões internas entre os cooperados sobre estas questões dos papéis frente à natureza de uma cooperativa, o que poderia contar com o auxílio dos apoiadores. Discutir sobre as características de lideranças solidárias, caberia nessa intervenção. O discernimento dos cooperados sobre a importância deles se interessarem em se apropriar dos diversos âmbitos que envolvem a Cooperativa, e não apenas dos processos de trabalho mais técnicos, pareceu ser o cerne para avançar na resolução de conflitos internos voltados à organização do trabalho. Inclusive, pela possibilidade de deslocamento das expectativas atribuídas aos Conselhos, para um âmbito compartilhado.

Os apoiadores, por sua vez, consideraram a autogestão como relacionada à autonomia coletiva, bem como destacaram o princípio da adesão “livre e esclarecida” quase como suficiente para que os cooperados abrissem mão de suas autonomias individuais em prol das demandas coletivas que aceitaram. Porém, os apoiadores, ao não compreenderem a história, o engajamento e a percepção dos catadores sobre a autogestão e o restante de sua organização, as potencialidades da dialogicidade em produzir novas representações sociais e, conseqüentemente, novos comportamentos (Marková, 2006; Jodelet, 2009), perdeu-se em meio à discrepância de percepções e anseios entre cooperados e apoiadores.

O cooperativismo, tanto nas representações sociais dos catadores, quanto na dos apoiadores, apareceu com significados próximos aos que eles também atribuíram à economia solidária. No caso dos catadores, eles se refletiram nas expressões “todo mundo junto”, “sem patrão”, além de “ajuda mútua”, indicando uma valorização da reciprocidade e da solidariedade, não só entre catadores, mas também entre eles e a população, que “doa” o seu material reciclável para eles, contribuindo com sua renda. Porém, os catadores fizeram essa relação assumindo não saber de fato o que seria a economia solidária, partindo da associação dos termos “economia” e “solidária” às suas experiências de trabalho e vida e indicando que, em termos de reconhecimento e estratégia dos catadores, ela não compunha a natureza de seu trabalho em si. Ao mesmo tempo, ao apresentarem as diferenças entre o trabalho atual e os anteriores, eles reconheceram inúmeras diferenças existentes acerca das decisões, procedimentos e condições de um trabalho informal ou pela CLT, e do trabalho na Cooperativa, defendendo que as relações “cooperativistas” eram melhores, ao passo que o trabalho “com carteira assinada” seria mais

vantajoso economicamente.

Conforme a economia solidária abarca o cooperativismo entre seus princípios, constituindo-se enquanto um movimento que visa mudanças mais amplas para além da distribuição mais igualitária de riquezas, mas também de novos modos de se relacionar com elas, com a economia e com as outras pessoas, esse resgate do cooperativismo, no que é chamado de “novo cooperativismo” (Nascimento, 2004), poderia justificar essa aproximação. Porém, se o cooperativismo faz parte dos objetivos e motivações dos sujeitos, os apoiadores devem trabalhar para que os catadores o compreendam em termos históricos e de reinvenção, trazendo esclarecimentos e contribuições para superação das necessidades e conflitos atuais.

Os apoiadores, trouxeram conceitos mais teóricos, históricos e críticos sobre o cooperativismo, indicando uma concepção, conforme também ocorreu com os catadores, de que ele é um princípio intrínseco à organização cooperativa, apesar de não ter sido realizado, em nenhum momento, uma distinção entre o princípio do cooperativismo e o modo de organização da cooperativa. As associações do cooperativismo à economia solidária partiram também das experiências práticas dos apoiadores, com concepções construídas principalmente pelas discussões em espaços de articulação política, considerando, inclusive, que muitos deles não atuavam diretamente no âmbito da economia solidária, mas sim dos resíduos sólidos. Muitos, ainda mencionaram as cooperativas como manifestação institucional da economia solidária (Esteves, 2004), ainda que existam críticas sobre essa escolha, relativas à origem do cooperativismo no Brasil, que se associava a práticas de precarização do trabalho (Lima, 2002; Silva et al, 2003).

Os apoiadores definiram o cooperativismo complementarmente como relacionado ao trabalho coletivo, à igualdade e à união, destacando a dificuldade que as influências culturais hegemônicas impunham à apropriação dos cooperados sobre seu significado, bem como da economia solidária, engessando muitas ações e possíveis desenvolvimentos, conforme também destacam Veronese (2009) e Singer (2002b).

A economia solidária, em geral, apareceu para os apoiadores como um meio de superar as situações precárias impostas pelo sistema hegemônico. Porém, somente alguns apoiadores, relacionados diretamente à economia solidária, a consideraram como passível de substituí-lo, acreditando nas potencialidades que as transformações subjetivas possuiriam para isso. Eles defenderam a possibilidade dos novos valores propostos por ela permearem os tecidos sociais, propiciando uma transformação social maior, conforme indica Singer (1998). No âmbito do

trabalho, ela instituiria um comércio mais justo e colaborativo, favorecendo melhores condições de trabalho e vida a mais sujeitos e comunidades do que a grupos e indivíduos específicos. Ainda assim, eles destacaram novamente a necessidade de aquisição de conhecimentos pelos cooperados e ainda, de um maior contato entre diversos EES, como forma de garantir esse processo, indo ao encontro de Mance (1999), que destaca os processos formativos como potenciais a contribuir com as transformações, e com o qual corroboram alguns pesquisadores do campo empírico, como Nicollette (2011) e Petersen, Souza e Lopes (2014).

Ao pensar nesse processo de aquisição de novos conhecimentos, os apoiadores devem considerá-lo como se desenvolvendo pelo estabelecimento de negociações dialógicas, por meio do qual eles também irão aprender algo novo. Afinal, a existência e o reconhecimento pelos cooperados de espaços internos de discussão, o investimento dos Conselhos para que os cooperados ocupassem de fato esses espaços, e a percepção dos limites que uma participação não engajada possuía para alcançar os objetivos econômicos da Coopervida, referiram-se a representações sociais em negociação entre os catadores e a ações em desenvolvimento.

Reforçando a dificuldade do Daes em defender a Coopervida no âmbito de São Carlos, por conta da posição política e ideológica do governo municipal, apareceu na fala de uma apoiadora da Rede Anastácia o quanto o foco na economia solidária pode prejudicar as organizações de catadores no âmbito econômico, já que existia uma relação estreita com as ações governamentais nesse sentido. Ficou claro aqui o quanto a instituição de políticas esbarrou nas limitações de suas execuções, que ficaram dependentes da articulação política e pressão popular para cobrá-las, ainda que o governo se incomodasse com essa postura ativa da população, em vias de considerar sua representação pela eleição como suficiente para a satisfação dos anseios dessa população.

Tanto no histórico de desenvolvimento das legislações e projetos de economia solidária e para catadores, quanto no contexto de São Carlos, ficou evidente essa correlação entre a execução de ações de responsabilidade do poder executivo e a pressão exercida pelos movimentos populares para que isso ocorresse (GT Brasileiro de ES/FSM, [2002]; FBES, 2005; MNCR, 2013). Ainda que seus resultados tenham sido alavancados com a constituição da Senaes (Singer, 2002a), Secretaria que possuía em sua constituição, pessoas com essa visão sobre a importância dos espaços participativos para que os representantes eleitos guiassem, de fato, suas ações em acordo com os interesses populares.

Esse parece ser um modelo no qual o conhecimento reificado se colocaria a serviço do

senso-comum, em uma relação de articulação com potenciais transformadores e emancipadores, modelo esse intermediário aos que polarizam o Estado ou o mercado enquanto capazes de produzir um equilíbrio nas relações econômico-sociais (Lopes, 2009).

Em geral, a economia solidária foi relacionada pelos apoiadores à autonomia, à autogestão e ao cooperativismo, que deveriam existir conjuntamente para que ela se constituísse, tanto no âmbito do trabalho, quanto em um ambiente social ampliado. Ela seria um modo diferente de economia, quando comparada ao capitalismo hegemônico, com princípios envolvendo a busca por justiça social, os ganhos coletivos, a colaboração e a solidariedade, respeitando a história e o contexto vivenciados por seus sujeitos, indo ao encontro da maioria dos teóricos da economia solidária, independentemente de suas considerações sobre a capacidade de superação do modelo econômico capitalista (Singer, 1998; 2000; 2002a; 2002b; Mance, 1999; Novaes & Dagnino, 2004; Dagnino, 2014); França-Filho & Cunha, 2009; Laville & França-Filho, 2004; Arruda, 1996; 2002; Coraggio, 2002; 2008; Gaiger, 1996; 2003; 2017; Carrion, 2008; Cattani, 2003; Tiriba, 2000; 2008; Tauille, 2002; Razeto, 1997; 2000).

Foi apontado pelos apoiadores, que cooperativas incubadas desde o início por apoiadores vinculados à economia solidária, possuiriam esses princípios circulando mais intensamente no cotidiano, constituindo relações diferentes às hegemônicas. Porém, no contexto da Coopervida, isso não foi observado. Deve ser considerado o fato de que quando se iniciou a retirada dos catadores do lixão municipal, no início dos anos 2000, a economia solidária ainda era nova no município, bem como no país, assim como era a apropriação dos apoiadores sobre ela. Associou-se a isso, a grande rotatividade de cooperados ao longo do tempo, ainda que os entrevistados tivessem algum vínculo, seja familiar ou por amizade, com catadores que vivenciaram esses processos. Fato é que o cooperativismo atravessou os limites da Coopervida para a vida pessoal dos cooperados e de suas famílias, conforme os resultados de minha pesquisa de mestrado (Secco, 2014), que constatou a existência de mudanças nas dinâmicas familiares dos catadores após sua adesão à Coopervida, mudanças essas atribuídas tanto por catadores e familiares, a esse novo modo de organização de trabalho com o qual tiveram contato na Coopervida.

A aproximação da Coopervida do Fórum Municipal de Economia Solidária e do Conselho Municipal de Economia Solidária, conforme observado no trabalho de campo, bem como relatado por Daniel e mencionado por alguns outros apoiadores, ocorreu apenas por

algumas gestões da Cooperativa, não tendo sido contínua e nem intensa. Do mesmo modo, foi a participação mais efetiva em atividades propostas pelo MNCR. No mais, o enfoque dado, tanto pela gestão municipal, quanto pela própria Cooperativa, foi sua atuação junto à coleta seletiva, a partir de uma perspectiva de geração de trabalho e renda, caracterizando a cooperativa como um negócio de cumprimento de metas ambientais, destacando o que Gaiger (1996) define como sendo uma das características dos EES: combinar o espírito empresarial com princípios solidários.

Associada à necessidade de geração de renda pelos cooperados, era para o cumprimento dessa meta ambiental que os cooperados mais se dedicavam. Porém, no contexto da Coopervida, essa visão da PMSC desvalorizava o empreendimento, pelos catadores não terem seus bens e meios de produção, nem os conhecimentos de gestores tradicionais de empresas privadas. Assim, a Coopervida enfrentava diversos embates com os governantes que enxergavam a questão da contratação de cooperativas de forma divergente, chegando até a desqualificá-la socialmente, reproduzindo processos descritos por Paugam (2001) e (Dias, 2002) como parte das vivências dos catadores em geral, relacionados às suas condições de vida relacionadas à escolaridade, hábitos, vestimentas e produto de trabalho (“lixo”).

Ainda assim, no período de pesquisa, conforme como foi discutido no Fórum Comunitário, e destacado por Daniel em sua entrevista, a PMSC engatou um processo de organização de outras cooperativas no município, sob objetivos que não se clarificaram para a população, o que analiso como sendo uma desconsideração em relação a todo estudo realizado anteriormente à unificação dos empreendimentos. Conforme pressão social, essas ações foram desmanteladas. Afinal, nem à Coopervida era atribuído o devido reconhecimento pelo governo.

Assim como para a economia solidária a organização cooperativa é um meio institucional de expressão (Singer, 2002a), o cooperativismo se destacou para a Coopervida como um instrumento para sua manutenção, sendo uma estratégia vislumbrada pelos catadores de fortalecimento da união e participação efetiva dos cooperados no empreendimento. Os apoiadores, em geral, corroboraram com essa visão, acreditando que esse modo de organização é sim potencial à inclusão econômica e social dos catadores, propiciando uma atribuição de justiça social às ações governamentais de gestão ambiental. Aqueles engajados com a economia solidária, vão além em suas considerações, destacando as potencialidades de emancipação social pela apropriação de novos princípios pelos sujeitos.

Essas evidenciações, possibilitadas pelo estudo de representações sociais, contribuem

para que o meio científico planeje suas ações - conforme Jodelet (2009) indica que o senso comum tem muito a contribuir com o reificado -, a partir de preceitos de comunicação (Freire, 1983) – e não se delineando um processo de transmissão de conteúdo -, no sentido de propiciar condições de autonomia à Coopervida e seus cooperados, pela interlocução com as representações sociais desses cooperados sobre o que ela seria, possibilitando a organização dos seus acordos cotidianos (Moscovici, 2003).

Reitera-se que a motivação dos cooperados em aderir à Coopervida, foi inicialmente econômica, relacionada a situações de desemprego, ao passo que essa inserção propiciou a apropriação de conhecimentos, pela experimentação de diversas vivências, sobre a possibilidade de uma organização de trabalho diferente da hegemônica, e ainda mais, uma identificação com esse trabalho, conforme também constatou Nicolletti (2011) em seu estudo, mesmo daqueles que nunca haviam sido catador anteriormente. Ainda assim, muitas pessoas, ao aderirem a ela, consideraram-na enquanto uma empresa ou associaram a condição de “sem patrão” a uma percepção de inexistência de regras, causando diversos conflitos internos.

Conforme a vivência de várias problemáticas dificultou o desenvolvimento de diversas potencialidades para além da geração de renda, objetivo esse ainda não seguramente atingido pelos cooperado, os apoiadores sugeriram um trabalho interno para motivar a participação dos cooperados como um todo em espaços de articulação política, destacando o quanto isso poderia contribuir com uma maior segurança econômica, ansiada pela Coopervida. Esses mesmos apoiadores, aproximaram-se da Coopervida, seguindo uma história de vida e trabalho que possibilitou escolhas conscientes a partir de suas ideologias, estando empenhados em compreender melhor e contribuir com o estabelecimento da Cooperativa, almejando o reflexo das melhorias das condições de trabalho dos sujeitos em suas condições de vida, seja pelo âmbito da justiça social relacionada às ações ambientais, seja pela economia solidária como meio para alcançar essa equidade.

É importante destacar também a diferença de apropriação sobre a natureza do trabalho do catador pelas lideranças da Rede Anastácia e pelos cooperados da Coopervida. No caso de Everton e Helena, eles destacaram desde o início de sua retirada dos lixões municipais, seu engajamento em espaços de articulação política, tanto com apoiadores diversos, quanto com o MNCR. Eles defenderam que esse engajamento deveria compor também a vida de outros catadores e cooperativas, destacando, na prática, a importância desses espaços enquanto potencializadores de mudanças. Ao mesmo tempo que se percebeu seus anseios em contribuir

para esse fortalecimento, destacou-se um desconhecimento mais profundo sobre as relações internas da Coopervida, para além das problemáticas políticas e estruturais ampliadas relacionadas à condição dos catadores. Ao cobrar dos Conselhos uma postura mais participativa enquanto liderança, a partir dos princípios que defendiam, e da participação dos outros catadores nos assuntos que envolviam a Coopervida e a Rede Anastácia, eles acabaram agindo conforme os outros apoiadores, de modo não potencial a desencadear esse processo. Por isso, as potencialidades que a articulação em rede possuiria para a estabilidade das organizações pelo apoio mútuo entre cooperativas (Mance, 1999), alcançaram apenas o âmbito político, pelos participantes do MNCR, na luta por políticas e reconhecimento do trabalho dos catadores, além da comercialização, ficando as relações internas da Cooperativa pouco impactadas com isso.

Conforme um dos objetivos da Rede Anastácia é contribuir para o desenvolvimento das cooperativas associadas, uma abordagem adequada sobre a visão de suas lideranças em relação à Coopervida, poderia resultar em outras mobilizações dos Conselhos da Coopervida e de sua atuação no ambiente interno do empreendimento, propiciando condições dos outros cooperados se apropriarem de novos conhecimentos no que tange a relação da Coopervida com a Rede.

Nesse sentido, Helena chegou a destacar que o MNCR precisaria se aproximar mais das bases, com intervenções mais contínuas. Conforme ela e outras lideranças da Rede são vinculados ao MNCR, a Rede poderia, enquanto estratégia, criar espaços de educação, além das reuniões ordinárias mensais, para propiciar uma dinâmica de debates contínua.

Essas análises e constatações, não pretendem desqualificar os processos realizados até o momento, e nem os participantes, apoiadores e catadores, envolvidos, mas contribuir para que eles se aprimorem ao ponto de garantir mudanças de comportamentos com potencialidades de fato transformadoras, seja possibilitem ações concomitantes à resolução dos problemas econômicos da Coopervida e dos conflitos internos cotidianos. Os processos e práticas vêm mostrando os caminhos a seguir, bem como desvelando as potencialidades a serem focadas em cada momento (Singer, 1998). Porém, a elaboração de estratégias que foquem também as relações interpessoais, destaca-se como necessária (Gaiger, 1996).

Pelos diversos relatos dos apoiadores, de todas as naturezas, percebeu-se que eles enxergaram também inúmeras limitações sobre suas ações, bem como manifestaram variadas expectativas sobre elas. As observações de campo também não deixaram de ressaltar o percurso realizado pela atual presidenta da Coopervida, que, buscando ativamente auxílio para reestruturar a organização, emancipou-se enquanto representante da Cooperativa em diversos

espaços públicos, sem precisar que outros sujeitos falassem por ela. Também não pode ser deixado de lado, o quanto as mobilizações conjuntas entre catadores e apoiadores, bem como a organização dos catadores em rede, possibilitaram a contratação, estruturação e/ou manutenção de diversas cooperativas de catadores nos municípios que compõem as regiões de sua abrangência (Central e Alta Mogiana do estado de São Paulo). Atribui-se às negociações de representações realizadas como fator importante para justificar as mudanças ocorridas.

Conforme Coraggio (2003) destacou a emergência de um processo dialético de desenvolvimento de práticas-e-mudanças, tendo como o cotidiano de trabalho da Coopervida se revelado o espaço mais potencial para o desenvolvimento de outras sociabilidades pelos cooperados, a disseminação destas para outras esferas da vida parece possível pela também eminente expansão da participação dos catadores em espaços exteriores ao de trabalho. Laville e França Filho (2004), ao destacarem os EES como estratégia para o desenvolvimento de outros valores e âmbitos da vida, para além do trabalho, corroboram com Coraggio (2003).

As observações de campo contribuíram para ressaltar as representações sociais dos apoiadores sobre a potencialidade dos espaços públicos e das articulações políticas para a emancipação do sujeito, pela consequente possibilidade de mudança de seu comportamento por meio de transformações identitárias ocasionadas pela negociação de suas representações sociais (Deschamps & Moliner, 2008). Sugere-se, nesse sentido, que apoiadores e catadores envolvidos nas articulações públicas direcionem a elaboração de estratégias para potencializar os espaços de comunicação internos da Coopervida, estimulando os catadores a participar de outros espaços relacionados à Cooperativa. Acredita-se que essas ações contribuirão para o desenvolvimento das expectativas já existentes acerca das potencialidades do cooperativismo, e possibilitarão aos catadores optar, de fato, pelo seu engajamento à Cooperativa e à caracterização de sua organização enquanto econômico-solidária.

A partir desses encontros e desencontros de representações sociais, inferiu-se que não somente os catadores cooperados deveriam se apropriar de sua história e condições internas e ampliadas de sua organização, mas também os apoiadores deveriam valorizar a leitura desses sujeitos e organizações sobre si mesmos para que se construa um percurso contínuo e colaborativo de fato, e não apenas pontual em momentos emergenciais. Apela-se também para que os apoiadores vinculados aos governos invistam em estratégias de articulação interna em suas instituições, em defesa do trabalho que realizam, com respaldo da legislação e das demandas populares, defendendo os processos democráticos e participativos junto à construção

de políticas públicas, para que as necessidades da população não sejam sufocadas entre os interesses políticos e/ou mercadológicos (Leite, 2007).

A partir da sugestão de alguns apoiadores de sistematizar os apoios realizados à Coopervida para clarificar os limites e potencialidades dessa relação, tanto para os cooperados quanto para eles próprios, sugere-se também que isso não seja construído apenas como relato, mas também a partir de uma análise crítica pela apropriação pelos participantes das questões discutidas e defendidas nessa tese. Isso contribuiria para que a Coopervida de fato avance, de modo reconhecido, enquanto participante do rol de prestadores de serviços municipais, para superar uma percepção de uma ação assistencialista de geração de renda, em prol de uma promotora de autonomia (Gaiger, 1996).

Essa pesquisa corrobora com os resultados de outros estudos sobre os EES, que defendem a existência de transformações, ou seja, de algo que já está acontecendo, ainda que em meio a diversas dificuldades e contradições (Dourado, 2010; Esteves, 2010; Nicolletti, 2011; Onuma, 2011; Páteo, 2012; Onuma, Mafra & Moreira, 2012; Petersen, Souza & Lopes, 2014). Corrobora também com as pesquisas sobre catadores cooperativados, que destacam os potenciais emancipatórios e de superação dos processos de exclusão (Sawaia, 2014), precarização (Antunes, 2000; Veronese, 2009; Sawaia, 2014) e de desqualificação social (Paugam, 2001) vivenciados, tanto por aqueles que já eram catadores anteriormente (Coelho & Godoy, 2011; Magni & Günther, 2014; Ghinozi & Mendes, 2014; Pereira, Secco & Carvalho, 2014), quanto por aqueles que se tornaram “não empregáveis” (Bortoli, 2009; Siqueira & Moraes, 2009).

No encontro das ideologias pessoais dos apoiadores em propiciar condições aos catadores baseadas em justiça social (Dagnino, 2014), e a necessidade sentida pelos cooperados de união para que suas dificuldades econômicas e em relação à PMSC sejam superadas, existe o fortalecimento da cooperação e de esclarecimento acerca do cooperativismo como ponto de partida de trabalho e organização das relações internas da Coopervida. Atrela-se a isso, um objetivo maior, intrínseco ao MNCR, de que os cooperados se engajem na sua causa, para além da sobrevivência, contribuindo para transformar o cenário político contemporâneo, bem como suas heranças exclusórias. Destaca-se que, com a defesa da comunicação como estratégia (Moscovici, 1981; Freire, 1983; Marková, 2006), o cuidado recai em não tentar adaptar o sujeito a um modelo, mas propor alternativas como possibilidades de escolha de outros modos de trabalhar e viver. Fica o desafio para os apoiadores.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral dessa pesquisa de compreender as representações sociais dos catadores de materiais recicláveis cooperativados e de seus apoiadores sobre autogestão e autonomia foi alcançado, contribuindo para destacar a contribuição que a TRS pode propiciar a esse campo de pesquisa, que vivencia constantes tensões. A elucidação dessas representações sociais só foi possível pela combinação de técnicas de observação intensa de campo e entrevistas, visto que a compreensão das falas dos participantes só foi possível pela sua confrontação com o contexto e as relações estabelecidas e observadas em campo.

Além da objetivação dessas representações sociais em análises contextualizadas, foi possível esclarecer suas ancoragens, o que é importante quando se busca compreender o cerne de suas produções e, conseqüentemente, as ações dos sujeitos.

No caso da Coopervida, apesar das articulações ocorridas nos espaços públicos entre apoiadores e cooperados terem contribuído, ainda que limitadamente, com transformações subjetivas pela participação de membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal, o centro de produção de suas representações sobre autonomia e autogestão foi o cotidiano de trabalho, considerando as experiências adquiridas na execução do trabalho na Coopervida. Nesse espaço, os catadores tiveram contato com os reflexos das representações sociais negociadas pelos representantes da Cooperativa nos espaços externos.

Já para os apoiadores, que possuíam pouco contato com esse cotidiano, a ancoragem de suas representações sociais foi a intersecção entre suas ideologias e experiências de vida, associadas ao engajamento ao trabalho na temática dos resíduos sólidos, seja sob a perspectiva da economia solidária ou de questões ambientais, porém, atravessados pela busca por justiça social. Destaca-se os espaços de articulação política como essenciais para essa ‘intersecção’ ocorrida na vida dos apoiadores.

Em relação ao primeiro objetivo específico, de sistematizar a literatura sobre trabalho econômico-solidário e subjetividade, encontrou-se trabalhos que corroboram que os EES são potenciais a desenvolver princípios econômico-solidários, já que a existência de múltiplas representações e sentidos poderiam se disseminar pela influência mútua. Ela ocorreria pela criação de mecanismos para que as trocas subjetivas sejam um instrumento de mudança, com os quais os apoiadores poderiam contribuir. Já em outros, a economia solidária, enquanto organização de trabalho, foi considerada como tendo importantes sentidos para os

trabalhadores, mesmo se apresentando somente como um meio paliativo de subsistência. O papel do Estado, abarcando sua relação e consideração acerca dos catadores e seus coletivos, e o desenvolvimento de políticas econômicas atreladas a uma perspectiva mercadológica, aparecem nos primeiros trabalhos como focos de intervenção visando mudanças que possibilitem à economia solidária ocupar seu espaço de fato nas relações sociais, bem como que as potencialidades de seus EES deixem de ser limitadas por esse contexto cultural externo. No último grupo de trabalhos, essas questões se destacam como justificativa para a defesa de que a economia solidária não é viável enquanto superação da economia hegemônica e seus valores enraizados na sociedade.

No contexto da Coopervida, encontrou-se certas confluências em relação à primeira perspectiva, já que no caso, o cooperativismo aparece como estratégia de geração de renda, ainda que outros princípios econômico-solidários não tenham se destacado enquanto apropriados pelos catadores. Sobre a disseminação de princípios pela influência mútua, percebeu-se que isso ocorreu ao longo do processo de desenvolvimento da Cooperativa, mas que as negociações estabelecidas nas interações precisaram fazer sentido aos sujeitos e coletivos, bem como contribuir com os seus objetivos concretamente. Ao mesmo tempo, poucos espaços foram potenciais a contribuir de modo amplo com essas negociações junto aos catadores, além do cotidiano de trabalho da cooperativa, com o qual os apoiadores tiveram pouco ou nenhum contato. Considerando que a participação dos atuais Conselhos nos espaços públicos de articulação se destacou mais recentemente, a sua potencialidade de intercâmbio entre as relações externas e internas da Coopervida foi limitada. Associa-se a isso, à inexistência efetiva de mecanismos e estratégias para propiciar essas trocas internamente.

Sobre o segundo objetivo específico de sistematizar a literatura sobre catadores de materiais recicláveis e subjetividade, encontrou-se tanto trabalhos com catadores cooperativados quanto com catadores não cooperativados. Aqueles não cooperativados, apresentaram vivências de sofrimento pela precariedade de suas condições de trabalho e vida e a existência de sentimentos como culpa, insegurança e exaustão. A atividade de catação, por sua vez, associava-se à necessidade de sustentar a família, e não a uma escolha de fato. Esses trabalhos constataram também a influência que os sentidos atribuídos externamente ao trabalho realizado possuíam sobre a constituição identitária dos sujeitos e seus modos de enfrentamento. Esses sentidos eram tanto negativos, relacionados a um sentimento de inferioridade e de identificação com os restos com os quais trabalham, quanto positivos, relativos à sensação de

se sentir útil e produtivo. Estes últimos, mostraram-se como potencializadores de ações e sentimentos positivos que possibilitavam o enfrentamento das condições adversas.

Mesmo que a maioria dos catadores entrevistados nunca tivesse trabalhado com a catação anteriormente, apesar de terem convivido com familiares e amigos que o fizeram, eles apresentaram a vivência de situações de exclusão que limitou seu acesso à educação e à possibilidade de se inserir ou permanecer em outros trabalhos. Ainda assim, sua adesão à cooperativa vai ao encontro da necessidade dos catadores não cooperativados, ao iniciarem essa atividade, de gerar renda, bem como da perspectiva positiva de se sentirem reconhecidos pela sociedade enquanto realizadores de um trabalho importante para a saúde e o meio ambiente.

Os estudos realizados com catadores cooperativados, indicaram que a parceria com o poder público e o acesso às políticas públicas contribuíram para o desenvolvimento de sentimentos solidários e da autogestão, mesmo concorrendo com princípios competitivos no mercado da reciclagem e enfrentando dificuldades diversas. Percebeu-se também que o trabalho significava valorização social, além de renda, e que o interesse e dedicação dos trabalhadores, aliados a parcerias e processos educativos, contribuíram com a construção desse significado.

Tanto nas constatações acerca dos catadores não cooperativados quanto dos cooperativados, observou-se presente o sentido de valorização social atribuído ao trabalho. Considerando que na Coopervida o engajamento inicial dos cooperados foi econômico, apesar de ao longo do tempo se identificarem tanto com a natureza (catação de materiais recicláveis), quanto com sua organização (cooperativa), infere-se que os resultados dos estudos revisados podem ser ampliados para o contexto de outros sujeitos atingidos pelas consequências da exclusão econômica e social, já que os sentidos sociais atribuídos aos desempregados também os imbuem de culpa e vergonha pela sua condição, ainda que não trabalhem com “lixo”.

Em relação ao objetivo específico de contextualizar e caracterizar o campo de pesquisa, pelas observações intensas do cotidiano da Cooperativa, de espaços públicos de interação e de instituições apoiadoras, foi possível compreender a dinâmica de funcionamento dessa rede de apoio desenvolvida no município de São Carlos, bem como o engajamento e a participação de cada participante nessa relação. Destacou-se, em geral, a falta de clareza entre os apoiadores sobre como seus apoios contribuíam de fato com a Coopervida, salvo no âmbito político. Eles também não tinham bem delimitado quais apoios eram oferecidos por outros sujeitos e instituições, ainda que participassem conjuntamente do Fórum Comunitário. Essas dúvidas também se aplicaram aos catadores, que atribuíram aos apoiadores algumas ajudas em relação

à PMSC ou a algumas dúvidas internas. No momento em que mencionaram os apoiadores que reconheciam, indicaram mais apoiadores econômicos externos, e quase nenhum do contexto local, ressaltando o destaque que os cooperados atribuíam à estabilidade financeira da Cooperativa, sob o possível medo de voltar ao não-trabalho. Ressalta-se, porém, que nas etapas preliminares da pesquisa, outros apoiadores e instituições, a maioria considerada como participante e campo, foram mencionados, sendo que a ABIHPEC, por exemplo, ainda não figurava enquanto instituição parceira.

Já sobre o espaço interno da Coopervida, quase nenhum apoiador conviveu diretamente com o seu cotidiano, salvo o contabilista João, resultando em um desconhecimento acerca da constituição interna de suas relações e processos. Considerando as observações de campo e as próprias constatações dos catadores, observou-se a existência de uma relação cooperativista, que enfrentava problemas pontuais no cotidiano pelo desconhecimento de alguns catadores, principalmente os mais novos, sobre sua forma de funcionar. Os Conselhos buscavam o compartilhamento de informações e o engajamento dos cooperados à Cooperativa como um todo, ao mesmo tempo que existia uma concordância interna de que eles possuíam determinadas funções exclusivas, inclusive nas articulações externas e nas responsabilidades financeiras, perpetuando uma determinada divisão das tarefas que levou a uma centralização parcial de conhecimentos. Associa-se esse processo também ao desconhecimento dos catadores sobre estratégias que possibilitem uma comunicação mais democrática, a partir do reconhecimento das características e limitações uns dos outros, o que acredito que poderia evitar pré-conceituações acerca do posicionamento do outro, e esclarecer aquelas já enrijecidas.

Em um contexto mais geral do município de São Carlos, constatou-se que já houve muito apoio governamental à Cooperativa, a qual enfrentou crises mais intensas a partir de 2012, quando a gestão mudou do governo do PT para do PSDB. Ainda que exista a PNRS e diversas legislações municipais, sobre as quais os apoiadores mais se apoiaram em defesa da Coopervida, bem como inúmeras pesquisas que ressaltam as potencialidades econômicas, sociais e ambientais dos modelos de gestão de resíduos que consideram a inclusão de catadores organizados, essa última gestão municipal desconsiderou todo o trabalho já desenvolvido pela Cooperativa e apoiadores, além dos respaldos científicos e dos apelos populares para que a Coopervida continuasse enquanto prestadora de serviços, resultando em inconstâncias no cumprimento e renovação de contrato, o flerte com estratégias alternativas para a coleta seletiva, como as PPP, e a desestabilização da Coopervida.

Inúmeras mobilizações municipais aconteceram pela iniciativa de apoiadores, culminaram no Fórum Comunitário, o qual até a conclusão dessa pesquisa, constituía-se como o espaço de interação mais potencial entre apoiadores e cooperados. O tensionamento deste Fórum sobre o governo municipal para que fossem priorizadas estratégias democráticas e participativas de gestão, conseguiu garantir a participação popular, representada por diversos segmentos à manutenção da Coopervida como prestadora de serviços relacionados à coleta seletiva, triagem e comercialização de resíduos sólidos.

Sobre o objetivo específico de compreender as representações sociais dos catadores e dos apoiadores sobre autonomia e autogestão, foi possível realizar essa sistematização.

A busca de alguns cooperados pela adesão de mais catadores cooperados à proposta cooperativa, sob a perspectiva de que a união contribuiria para melhorar o processo de trabalho e a retirada mensal, ressaltou uma tensão ocasionada tanto pela construção de novas representações pelos catadores a partir do cotidiano de trabalho, quanto pelo descaso da PMSC sentido pelos cooperados, que gerou a ilusão de que poderiam, de algum modo, ser independentes economicamente da Prefeitura. No primeiro caso, os indícios de reconhecimento das potencialidades do trabalho organizado em cooperativa se destacaram em meio às críticas àqueles cooperados que ainda permaneciam no empreendimento somente por necessidades financeiras, trabalhando quase que alheio às regras coletivas. Já no segundo, ressaltou-se a desapropriação dos cooperados acerca da legislação relacionada aos resíduos sólidos e aos catadores, resultando na incompreensão sobre os direitos e deveres de catadores e Prefeituras, figurados concretamente no estabelecimento de contrato de prestação de serviços.

Tanto nas entrevistas, quanto no cotidiano, foi possível perceber a existência de uma autonomia de execução dos processos de trabalho, ainda que em meio a alguns conflitos entre regras coletivas e anseios pessoais. Destacou-se também um processo de desenvolvimento de autogestão por meio de tentativas, não articuladas, de membros dos Conselhos em motivar uma maior participação dos cooperados nos espaços de decisão, os quais também não estavam bem estruturados, para além da execução cotidiana do trabalho. Existia uma conformidade sobre a atribuição e execução de determinados papéis na Cooperativa, que caracterizava a autogestão em um sentido próximo à gestão, atribuindo-a como realizada pelos Conselhos.

Em relação aos apoiadores, destacou-se o seu anseio pela conquista de diversas autonomias pela Coopervida, para que ela avançasse em seu processo autogestionário e se estabelecesse de modo reconhecido, pelo governo e pela população, e sustentável. Eles

ressaltaram as responsabilidades da PMSC em relação ao estabelecimento e cumprimento de contrato de prestação de serviços com a Coopervida e o quanto o não cumprimento dessa responsabilidade impactava nos processos de desenvolvimento de autonomia e autogestão pela Coopervida, bem como nas condições gerais de vida e trabalho dos catadores. Os apoiadores se embasaram principalmente na PNRS para realizar suas constatações, construídas ao longo do tempo pelas suas escolhas de trabalho derivadas de sua ideologia pessoal elaborada pela participação em espaços de articulação política, sob um senso de justiça social.

Por fim, ao problematizar as convergências e divergências entre essas representações sociais, foi possível avançar na compreensão acerca das potencialidades e limites dos processos de interação entre catadores e apoiadores em produzir novas subjetividades, bem como o modo como ocorriam essas influências, destacando uma contribuição da Psicologia Social do Trabalho para a compreensão dos processos que ocorrem no âmbito da economia solidária.

Os catadores basicamente consideraram a existência de uma autonomia individual e uma de trabalho coletivo. A individualidade não caberia no contexto da Cooperativa, por esta necessitar que todos façam o trabalho juntos e unidos, o que não pressupõe um sujeito individualizado, mas sim um que interaja com as regras coletivas. Já os apoiadores, consideraram a existência de múltiplas autonomias (política, econômica e social), tanto no âmbito individual quanto no coletivo, podendo se equilibrar no cotidiano de trabalho no sentido do sujeito poder autonomamente escolher um trabalho coletivo e, concordando com seus preceitos, atuar de acordo com ele. Eles ainda ressaltaram a importância que as interações dos cooperados com ambientes externos possuíam no processo de aquisição de autonomia, pela contribuição de conhecimentos diferentes e variados, conforme suas próprias experiências.

Considerando que para os catadores, a não participação e interesse de alguns cooperados prejudicava o desenvolvimento do trabalho, da organização e agravava a desestabilização da Cooperativa em momentos de crise, a autogestão apareceu para eles como dependente de uma postura cooperativista, que se relacionou à autonomia coletiva. Porém, objetivamente, eles definiram que a autogestão era o que o ‘pessoal do escritório’ fazia ‘no escritório’ para cuidar da Cooperativa. Já para os apoiadores, a autogestão pressupunha a existência de múltiplas autonomias, podendo acontecer em graus, dependendo do momento vivenciado e das pessoas que compunham a cooperativa. Ela abarcaria a necessidade de conhecimentos e interesse pelos cooperados em relação ao contexto geral de sua organização e de sua própria vida.

Infere-se que, de algum modo, as interações foram e são potenciais ao desenvolvimento

de alterações identitárias e contribuíram para a constituição das representações sociais dos catadores sobre autonomia e autogestão. Porém, a participação limitada deles nos espaços externos de articulação, cercearam a compreensão dos apoiadores acerca da Coopervida.

Ao passo que o NuMI-EcoSol acompanha a Coopervida desde o surgimento das três cooperativas, decorrentes do fechamento do lixão municipal, ainda que primordialmente havia o objetivo de desenvolvimento de um EES, a caracterização da Cooperativa como tal ainda não pôde ser definida de fato, considerando os resultados das análises das representações sociais de seus cooperados e das observações de campo. Porém, é possível reconhecer a existência dessa potencialidade. Considerando os preceitos da Rede Anastácia e de sua vinculação com o MNCR, e o contato anterior da Coopervida com o Daes e com o Fórum Municipal de Economia Solidária e o Conselho Municipal de Economia Solidária, destacou-se que a economia solidária deveria ser um dos temas investidos nas interações realizadas junto à Coopervida para que sua aderência ou não aos objetivos da organização seja esclarecida. Repensar os processos vivenciados até hoje para entender as limitações desses apoios à Coopervida também se faz necessário.

Auxiliar a Coopervida na estruturação de seu ambiente interno, no intuito de criar estratégias que potencializem as interações entre os cooperados, como rodas de conversar mediadas por apoiadores, ou ainda, grupos focais, para além da espontaneidade cotidiana, apresenta-se enquanto sugestão para que eles compreendam as representações sociais uns dos outros acerca dos diversos âmbitos que envolvem o seu trabalho. Este parece ser um meio de garantir um processo democrático e não coercitivo para que eles próprios se instrumentalizem para a elaboração de estratégias para atingir seus objetivos, dos quais se destacou o aumento da renda pela organização do trabalho.

A partir dessa estruturação, seria possível negociar com os cooperados as potencialidades que seus envolvimento nos espaços públicos de articulação política possuem em contribuir para atingir esse objetivo, bem como outros que se seguirem, tanto pela importância que a pressão social apresentou ter sobre o poder executivo para que as leis existentes sejam de fato cumpridas, como para que outras sejam criadas e regulamentadas a partir do interesse público. Este processo parece inerente ao desejo e à possibilidade da população ser vista como de fato importante nas decisões políticas.

Por fim, o envolvimento dos apoiadores com o cotidiano de trabalho dos catadores, ainda que deva ser pactuado entre ambos, contribuiria para uma compreensão mais intensa

acerca da organização da Coopervida, bem como para a negociação de representações sociais e a definição conjunta de ações que atendam tanto a Cooperativa, quando a população em geral, conforme parece ser interesse de cooperados e apoiadores.

Este trabalho não pretende de nenhum modo cercear outras possibilidades de análise e interpretação do contexto que envolve a Coopervida em São Carlos e do material apresentado, mas sim instigar reflexões sobre as constatações construídas e a constituição de críticas sobre elas, para que esse olhar sobre as diversas facetas e condições relacionadas aos EES de catadores de materiais recicláveis avance no sentido de contribuir para melhorar as condições de trabalho e vida desses sujeitos, a partir das contribuições da Psicologia Social do Trabalho.

Essa estratégia se estabelece como um modo de enfrentamento aos conflitos vivenciados no município, potencializando as já destacadas contribuições que os processos de interação possuem para isso, tanto os estabelecidos no cotidiano, quando aqueles em espaços públicos de articulação política. Tanto é que a escolha da TRS buscou essa elucidação como forma de compreender melhor o contexto de negociação de representações, almejando contribuir com soluções que possam ser concretamente transformadoras por meio de novas ações.

Uma limitação deste trabalho, foi a impossibilidade de entrevistar gestores públicos. As análises acerca da postura governamental em relação aos anseios políticos da população e do mercado, no caso específico, da reciclagem, ocorreu a partir das observações e das representações sociais de apoiadores e catadores, em confronto com os postulados teóricos.

Esse estudo se limita à análise de interações em movimento em um recorte temporal e contexto específico. Apesar da possibilidade de sua replicação metodológica, diferentes períodos e contextos devem incorrer em resultados também diferentes. Desse modo, esses resultados contribuem para a compreensão de um período histórico determinado, com a consideração de fatores e focos específicos. Almeja-se sua apropriação pelos cooperados da Coopervida, apoiadores e gestores, para que se constitua enquanto uma contribuição social.

Para isso, um dos meus próximos passos, será a estruturação dos resultados para realização de um processo de devolutiva junto aos catadores, com organização de rodas de conversa com os catadores e/ou grupos focais, visando discutir esses resultados com eles e delinear estratégias a partir dos pontos que eles considerarem relevantes, averiguando com quais os apoiadores poderiam contribuir. Por outro lado, serão realizados seminários para devolutiva aos apoiadores, visando debater estratégias de negociação junto à Cooperativa a partir do contexto analisado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais [ABRELPE]. (2011). *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil*. Recuperado de: <https://goo.gl/E6KGrt>.
- \_\_\_\_\_. (2014). *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil*. Recuperado de: <https://goo.gl/M7PqnY>.
- Aliança Cooperativa Internacional [ACI]. What is a cooperative? Recuperado de: <https://goo.gl/bkBr6L>.
- Albuquerque, P. P. (2003). In: A. D. Cattani (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.
- Andion, C., & Serva, M. (2006). Uma delimitação do campo da economia social no Brasil: história, correntes e atores. In: *Anais do XXX ANPAD*, Rio de Janeiro, Brasil.
- Antunes, R. (1997). *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez/Unicamp.
- Antunes, R. (2000). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2005). *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R.; Alves, G. (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Revista Educação & Sociedade*, 25(87), 335-351. Recuperado de: <https://goo.gl/oNfBCu>.
- Arruda, M. (2002). Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. In: M. Arruda, & L. Boff. *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do Sul* (pp. 49-102). Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_. (2003). Situando a Economia Solidária. In: Fundação Luís Eduardo Magalhães [FLEM] *Economia Solidária: desafios para um novo tempo* (pp. 19-32). Salvador: FLEM. Recuperado de: <https://goo.gl/W58TbT>.
- Associação Brasileira das Editoras Universitárias [ABEU]. (2017). *Voz do Autor - Entrevista com Luiz Inacio Gaiger, autor da Editora Unisinos*. Recuperado de: <https://goo.gl/D2Yndn>.
- Associação de Proteção Ambiental de São Carlos. [Apasc]. [2005]. *Histórico*. Recuperado de: <https://goo.gl/t3HaX3>.
- Barbosa, R. N. C. (2007). *Economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Barreto, R. O., & Paula, A. P. (2009). Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção na lógica cooperativista. *Cadernos EBAPE.BR*, 7(2). Recuperado de:

<https://goo.gl/CTK8s4>.

Barros, V. A., & Pinto, J. B. M. (2008). Reciclagem: trabalho e cidadania. In: V. H. Kemp, & H. M. T. Crivellari (Orgs.). *Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais*, 65-82. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Batista, T. A., Oliveira, J. A., & Secco-Oliveira, L. D. P. D. (2016). A gestão de resíduos sólidos como instrumento de promoção social, *Linguagem Acadêmica*, 6(3), 9-28. Recuperado de: <https://goo.gl/Uj22eA>.

Bauman, Z. (2002). Desafios educacionais da modernidade líquida. *Revista Tempo Brasileiro*, (148), 41-58. Recuperado de: <https://goo.gl/AhuADf>.

Beer, M. (2006). *História do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular.

Benini, E. A., & Benini, E. G. (2010). Contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. *Revista Organizações e Sociedade*, 19(55), 605-619. Recuperado de: <https://goo.gl/e8s1G5>.

Bertucci, J. O. (2010). *A produção de sentido e a construção social da Economia Solidária*, (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade de Brasília. Recuperado de: <https://goo.gl/aZ1T3Y>.

Besen, G. P. (2012). A questão da coleta seletiva formal. In: A. Jardim, C. Yoshida, & J. V. Machado Filho (Orgs.). *Política nacional, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos* (pp. 389-414). São Paulo: Manole.

Bortoli, M. A. (2009). Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. *Revista Katálisis*, 12(1), 105-114, Recuperado de: <https://goo.gl/TB5cNH>.

Bortoli, M. P. (2013). Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações. *Rev. Katálisis*, 16(2), 248-257. Recuperado de: <https://goo.gl/otQbWD>.

Braga, L. P., Lima, D. M. A., & Maciel, R. H. (2015). “Não Tinha Trabalho, mas Tinha Reciclagem”: Sentidos do Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis. *Temas em Psicologia*, 23(4). Recuperado de: <https://goo.gl/sP2pBU>.

Braverman, H. (1981). *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar.

Bringhenti, J. R., & Günther, W. M. R. (2011). Participação social em programas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos. *Eng. Sanit. Ambient.*, 16(4), 421-430. Recuperado de: <https://goo.gl/grx4Ut>.

Bursztyn, M. (2000). *No meio da rua: nômades excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond.

Câmara Municipal de São Carlos. (2015). Coopervida pede apoio da Câmara. Recuperado de: <http://goo.gl/gm7uqf>.

Cáritas Brasileira. (2015a). *Lançada Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária*. Recuperado de: <https://goo.gl/v8NZZP>.

\_\_\_\_\_. (2015b). *Resultado da Seleção Pública de projetos: Fortalecimento da Economia Solidária no Brasil*. Recuperado de: <https://goo.gl/druHqD>.

\_\_\_\_\_. (2016). *Assembleia Nacional de Economia Solidária aprova articulação para luta contra o golpe*. Recuperado de: <https://goo.gl/uucL6w>.

Carneiro, E. J., & Corrêa, P. A. (2008). A produção social da catação de lixo. In: V. H. Kemp, & H. M. T. Crivellari (Orgs.). *Catadores na cena urbana: construção de políticas sociambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Carvalho, A. M. R. (2008). *Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis - COOCASSIS: Espaço de trabalho e de sociabilidade e seus desdobramentos na consciência* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Castro, P. (2002). *Natureza, ciência e retórica na construção social da ideia de ambiente*. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.

Cattani, A. D. (2000). *Trabalho e autonomia*. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_. (2003). A outra economia: os conceitos essenciais. In: A. D. Cattani (Org.). *A Outra Economia*, 9-15. Porto Alegre: Veraz.

Cavalcante, S., & Franco, M. F. A. (2007). Profissão perigo: Percepção de risco à saúde entre os catadores do Lixão do Jangurussu. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 1(7), 211-231. Recuperado de: <https://goo.gl/a6MCpF>.

Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento, Emprego e Cidadania [CEADEC]. [2016]. *Cataforte III - Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias: Apresentação*. Recuperado de: <https://goo.gl/PpRTyP>.

Cliquet, E., Simões, M. G. R., Shiroma, P. S., Araújo, A. C. W., Grando, F. L. M., Kunieda, E., Thiemann, F., Mancini, P. J., Sorbille, R. N., & Yamamoto, Y. (2005). A educação ambiental no sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos no município de São Carlos – Programa Futuro Limpo. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, (1), 55-61. Recuperado de: <https://goo.gl/U3VHRS>.

Conselho Nacional de Economia Solidária [CNES]. 2015. *1º Plano Nacional de Economia Solidária*. Brasília. Brasília: Conselho Nacional de Economia Solidária. Recuperado de: <https://goo.gl/efiLnc>

Coelho, D. B. & Godoy, A. S. (2011). De catadores de rua a recicladores cooperados: um estudo de caso sobre empreendimentos solidários. *RAP*, 3(45), 721-749. Recuperado de: <https://goo.gl/vVzgbL>.

Conceição, M. M. (2003). *Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade: análise*

*interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo*. Campinas, SP: Átomo.

Conke, L. S., & Nascimento, E. P. (2018). A coleta seletiva nas pesquisas brasileiras: uma avaliação metodológica. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 10(1), 99-212. Recuperado de: <https://goo.gl/YNr9DV>.

Coraggio, J. L. (2003). Economia do Trabalho. In: Fundação Luís Eduardo Magalhães [FLEM]. *Economia Solidária: desafios para um novo tempo* (pp. 33-52). Salvador: FLEM. Recuperado de: <https://goo.gl/W58TbT>.

\_\_\_\_\_. (2002). Distintos conceitos para o entendimento da Economia Solidária. *Bahia Análise & Dados*, 12(1), 35-47. Recuperado de: <https://goo.gl/EzHVLM>.

Cruz, A. (2006). *A diferença da igualdade: dinâmica econômica da Economia Solidária em quatro cidades do MERCOSUL* (Tese de Doutorado). Instituto de economia, Unicamp, Campinas, São Paulo, Brasil. Recuperado de: <https://goo.gl/hBMG5H>.

Cruz, T. S. P. (2012). *Há outro trabalho na "outra economia"? A relação dos trabalhadores com o trabalho na economia solidária* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Recuperado de: <https://goo.gl/oPB2ac>,

Cruz-Souza, F., Cortegoso, A. N., Zanin, M., & Shimbo, I. (2011). Las incubadoras universitarias de economia solidaria em Brasil: um estudio de casos. *Revesco*, 106, 74-94. Recuperado de: <https://goo.gl/rEkfqJ>.

Dagnino, R. (2014). Em direção a uma estratégia para a redução da pobreza: a Economia Solidária e a adequação sociotécnica. In: R. Dagnino (Org.) *Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas* (pp. 35-88). Campina Grande: EDUEPB. Recuperado de: <https://goo.gl/Jvt9SN>.

Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003. *Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego, e dá outras providências*. Recuperado de: <https://goo.gl/Xenp7V>.

Decreto nº 194, de 07 de julho de 2016. Cria o Comitê Intersecretarial de Coordenação, o Comitê Executivo e dispõe sobre o processo de elaboração da política pública de elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS. Recuperado de: <https://goo.gl/eZLDbS>.

Decreto nº 246, de 28 de agosto de 2014. *Regulamenta a lei nº 14.845, de 18 de dezembro de 2008, e alterações posteriores, que "dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal de São Carlos e dá outras providências"*. Recuperado de: <https://goo.gl/9PLLPj>.

Decreto nº 5.811, de 21 de junho de 2006. *Dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES*. Recuperado de: <https://goo.gl/MPwPHn>.

Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. *Institui a separação dos resíduos recicláveis*

descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Recuperado de: <https://goo.gl/H8YmbS>.

Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010. *Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências*. Recuperado de: <https://goo.gl/V1ZQJ9>.

Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. *Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências*. Recuperado de: <https://goo.gl/nsfcQH>.

Decreto nº 7.405, de 11 de setembro de 2003. *Cria o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo*. Recuperado de: <https://goo.gl/my8L7b>.

Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010. *Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências*. Recuperado de: <https://goo.gl/52ztQ6>.

Decreto nº 8.894, de 3 de novembro de 2016. *Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE*. Recuperado de: <https://goo.gl/DiawQq>.

Decreto nº 94, de 11 de abril de 2014. *Aprova o Regimento Interno da Feira de Economia Solidária da Praça XV de São Carlos, e dá outras providências*. Recuperado de: <https://goo.gl/12Mws5>.

Departamento de Ambiente Urbano. (2012). *Política Nacional de Resíduos Sólidos*. Recuperado de: <https://goo.gl/ZvEfEc>.

Departamento de Apoio à Economia Solidária [Daes]. [2008]. Departamento de Apoio à Economia Solidária – DAES. Recuperado de: <https://goo.gl/gqfd8P>.

Deschamps, J. C., & Moliner, P. (2008). *A identidade em Psicologia social: dos processos identitários às representações sociais*. Petrópolis: Vozes.

Deus, R. M., Battistelle, R. A. G. & Silva, G. H. R. (2015). Resíduos sólidos no Brasil: contexto, lacunas e tendências. *Eng. Sanit. Ambient.*, 20(4), 685-698. Recuperado de: <http://goo.gl/frzIGz>.

Diário Oficial de São Carlos. (2010). *Extrato do Contrato nº 46/10. Contratante: Prefeitura Municipal de São Carlos Contratada: COOPERVIDA*. Recuperado de:

<http://goo.gl/3YwnAQ>.

\_\_\_\_\_. (2012). *Contrato nº 77/12. Contrato que entre si celebram o município de São Carlos - Prefeitura Municipal de São Carlos e COOPERVIDA - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis*. Recuperado de: <https://goo.gl/by8Bdc>.

\_\_\_\_\_. (2015). *Contrato nº 12/15. Contrato que entre si celebram o Município de São Carlos - Prefeitura Municipal de São Carlos e Coopervida - Cooperativa de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis de São Carlos*. Recuperado de: <https://goo.gl/yLBk6d>.

Dias, A. R. (2002). *Condições de vida, trajetórias e modos de “estar” e “ser” catador: Estudo de trabalhadores que exercem atividade de coleta e venda de materiais recicláveis na cidade de Curitiba (PR)* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Recuperado de: <https://goo.gl/7WjC87>.

Dias, B. C. C., Cherfên, V, P. R. F., Raupp, L. M., & Milnitisky-Sapiro, C. (2014). Representações sociais de papeleiros acerca do Trabalho e moradia: o caso da vila chocolate. *Psicologia & Sociedade*, 26(esp.), 193-200. Recuperado de: <https://goo.gl/UmR1cB>.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. [2013a]. *Cooperativismo*. Recuperado de: <https://goo.gl/byCFt9>.

\_\_\_\_\_. [2013b]. *Cooperar*. Recuperado de: <https://goo.gl/GokqMh>.

\_\_\_\_\_. [2013c]. *Cooperativo*. Recuperado de: <https://goo.gl/oUdnuq>.

Dourado, I. P. (2010). *Economias solidárias: três níveis de representação e múltiplos sentidos* (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Puc, Rio Grande do Sul, Brasil. Recuperado de: <https://goo.gl/bXeMxj>.

Draibe, S. M. (1998a). A Política Brasileira de Combate à Pobreza. In: J. P. R. Veloso (Org.). *O Brasil e o Mundo no Limiar do Novo Século*. Rio de Janeiro: José Olympio.

\_\_\_\_\_. (1998b). *Avaliação da Descentralização das Políticas Sociais no Brasil: saúde e educação fundamental*. Santiago: Comisión Económica para América Latina [CEPAL]. Recuperado de: <https://goo.gl/e5dkdY>.

Dupas, G. (2001). *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra.

Elias, N. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Esteves, E. G. (2004). *Sócio, Trabalhador, Pessoa: negociações de entendimentos na construção cotidiana da autogestão de uma cooperativa industrial* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Recuperado de: <https://goo.gl/NWtXv4>.

\_\_\_\_\_. (2010). *Autogestão e identidade: a experiência dos trabalhadores da Metalcoop* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Usp, São Paulo, Brasil. Recuperado de: <https://goo.gl/Cm3DhU>.

Fagnani, E. (1997). Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964/92. *Economia & Sociedade*, 6(1), 183-238. Recuperado de: <https://goo.gl/8kxLRW>.

Feitosa, L. B. (2011). *Sentidos atribuídos às políticas públicas de inclusão dos catadores pelos atores envolvidos nas discussões dos resíduos sólidos* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil. Recuperado de: <https://goo.gl/N3chAC>.

Ferreira, E. (2008). *Dinâmicas de apropriação do conhecimento por famílias de catadores de material reciclável: políticas públicas, projetos e tecnologias sociais* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Brasil. Recuperado de: <https://goo.gl/rHvsg>.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária [FBES]. (2005). *O Fórum Brasileiro de Economia Solidária*. Recuperado de: <https://goo.gl/i4AfHWFBS>.

\_\_\_\_\_. (2014). *Começa nesta semana a III Conaes em Brasília*. Recuperado de: <https://goo.gl/8T9qhX>.

\_\_\_\_\_. (2016). *Manifesto da Assembleia Popular do Movimento da Economia Solidária*. Recuperado de: <https://goo.gl/sVJMJC>.

\_\_\_\_\_. (2017a). *FBES mapeia situação da institucionalização da política de economia solidária nos estados*. Recuperado de: <https://goo.gl/nXB9Rg>.

\_\_\_\_\_. (2017b). *Manifesto do Movimento da Economia Solidária*. Recuperado de: <https://goo.gl/Yvk9KT>.

\_\_\_\_\_. (2018). *Luto (verbo) – Legado de Singer: a luta por outra economia!* Recuperado de: <https://goo.gl/zaWquj>.

\_\_\_\_\_. (n.d.) *O Fórum Brasileiro de economia solidária*. Recuperado de: <https://goo.gl/A993zX>.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras [Forproex]. (2001). *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Ilhéus: Editus. Recuperado de: <https://goo.gl/3B3G3B>.

Fórum Paulista de Economia Solidária [Fopes]. [2014]. *Breve histórico da origem do Fórum Paulista de Economia Solidária*. Recuperado de: <https://goo.gl/hdQRYb>.

\_\_\_\_\_. (2015). *Plano de Economia Solidária do Estado de São Paulo 2015-1019*. Recuperado de: <https://goo.gl/SCfz9j>.

\_\_\_\_\_. (2018). Audiência Pública para regulamentar a lei da Economia Solidária do Estado de São Paulo. Recuperado de: <https://goo.gl/wi2jge>.

França Filho, G. C. (2002). Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise & Dados*, 12(1), 09-19.

Recuperado de: <https://goo.gl/gvdTDW>.

\_\_\_\_\_. (2003). A Temática da Economia Solidária e suas Implicações Originais para o Campo dos Estudos Organizacionais. *RAP*, 37(1), 11-31. Recuperado de: <https://goo.gl/pmWDJL>. era 2002a

França Filho, G. C., & Cunha, E. V. (2009). Incubação de Redes de Economia Solidária. In: A. D. Cattani, J. L. Laville, L. I. Gaiger, & P. Hespanha (Orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina; São Paulo: Almedina Brasil.

França Filho, G. C., & Laville J. L. (2004). *A Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

França, L. M. (2012). *Cooperativas de catadores e parcerias com gestores públicos: aspectos promotores de autonomia* (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil. Recuperado de: <https://goo.gl/7EnfYk>.

Freire, P. (1983). *Extensão ou comunicação?* (R. D. Oliveira, Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freitas, M. V. O., & Neves, M. A. (2008). Cidade e trabalho: as experiências dos catadores de papel em Belo Horizonte. In: V. H. Kemp, & H. M. T. Crivellari (Orgs.). *Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica editora.

Fundação Luís Eduardo Magalhães [FLEM]. [2003]. *Economia Solidária: desafios para um novo tempo*. Salvador: FLEM. Recuperado de: <https://goo.gl/W58TbT>.

Fundação Nacional de Saúde [Funasa]. (2010). *Portaria nº 1.176, de 4 de novembro de 2010*. Recuperado de: <https://goo.gl/bKW4KB>.

Gaiger, L. I. (1996). Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: L. Gaiger (Ed.) *Formas de Combate e de Resistência à Pobreza* (pp. 101-126). São Leopoldo, Rio Grand do Sul: Unisinos.

\_\_\_\_\_. (2000). Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. In: G. Kraychete et al. (Orgs.) *Economia dos setores populares*. (pp. 167-198). Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_. (2003). A economia solidária diante do modo de produção capitalista, *Caderno CRH*, 39, 181-211. Recuperado de: <https://goo.gl/fZAiDf>.

\_\_\_\_\_. (2004). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

\_\_\_\_\_. (2008). A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. *Otra Economia*, 2(3), 2º semestre, 58-72. Recuperado de: <https://goo.gl/ewRKiW>.

Ghinozi, L. D., & Mendes, A. M. (2014). Mobilização de um coletivo de catadores: prática em Clínica Psicodinâmica da Cooperação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17(2), 206-223. Recuperado de: <https://goo.gl/biW5dy>.

Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Gonçalves, A. F. (2007). Reciprocidade, dádiva & economia solidária. In: *Anais da VII Reunião de Antropologia do Mercosul* (CD-ROM), Porto Alegre, 2007.

Gonçalves, R. S. (2004). *Catadores de materiais recicláveis: trajetórias de vida, trabalho e saúde* (Dissertação de Mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil. Recuperado de: <https://goo.gl/noK42F>.

Grimberg, E. (2007). *Coleta Seletiva com inclusão social - Fórum Lixo e Cidadania de São Paulo: Experiências e desafios*. São Paulo: Instituto Polis. Recuperado de: <https://goo.gl/ehu3Zq>.

Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária do Fórum Social Mundial [GT Brasileiro de ES/FSM]. [2002]. *Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária*. Rio de Janeiro: Grafthaly Gráfica e Editora.

Gutierrez, R. F; Zanin, M. (2013). A relação entre tecnologias sociais e economia solidária: um estudo de caso em uma cooperativa de catadores de resíduos. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, 1(1), 129-148. Recuperado de: <https://goo.gl/PyRmue>.

Instituto Brasileiro de Administração Municipal [IBAM]. (2001). *Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos*. Rio de Janeiro: IBAM.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2002). *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de: <http://goo.gl/zG9q5K>.

\_\_\_\_\_. (2010). *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de: <http://goo.gl/ej42QF>.

\_\_\_\_\_. (2011). *Indicadores sociais municipais: Uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010*. Recuperado de: <https://goo.gl/XufH2Y>.

\_\_\_\_\_. (2012a). *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de: <https://goo.gl/Zrtx2x>.

\_\_\_\_\_. (2012b). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de: <https://goo.gl/vQzuFs>.

\_\_\_\_\_. (2012c). *Perfil dos municípios brasileiros 2011*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de: <https://goo.gl/N2Kk3o>.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [Ipea]. (2001). *A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990*. Brasília: Ipea. Recuperado de: <https://goo.gl/Mn6cyE>.

\_\_\_\_\_. (2012a). *Diagnóstico sobre os catadores de resíduos sólidos*. Brasília: Ipea. Recuperado de: <http://goo.gl/gvPPkS>.

\_\_\_\_\_. (2012b). Diagnóstico dos resíduos sólidos urbanos - relatório de pesquisa. Brasília: Ipea. Recuperado de: <https://goo.gl/ADVXHe>.

\_\_\_\_\_. (2013). *Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável - Brasil*. Brasília: Ipea. Recuperado de: <https://goo.gl/6XpRNf>.

Jacobi, P. R. (2006). *Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil: inovação com inclusão social*. São Paulo: Annablume.

Jacobi, P. R.; Teixeira, M. A. C. (1997). Criação do capital social: o caso ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 2(2), 1-51. Recuperado de: <https://goo.gl/JSidAx>.

Jodelet, D. (2001). *As representações sociais*. Rio de Janeiro, Eduerj.

\_\_\_\_\_. (2009). O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais (L. Ferreira, Trad.). *Sociedade e Estado*, 24(3), 679-712. Recuperado de: <https://goo.gl/8M2LDR>.

Jovchelovitch, S. (2000). *Representações Sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Justa Trama. [2018]. *Sobre nós*. Recuperado de: <https://goo.gl/zPmp2K>

La Taille, Y. (2007). Desenvolvimento humano: contribuições da Psicologia moral. *Psicol. USP*, 18(1), 11-36, 2007. Recuperado de: <https://goo.gl/ymv9Fr>.

Laville, J. L. (1998). Pour une économie plurielle. *Alternatives économiques*, (159). Recuperado de: <https://goo.gl/rRAh3m>.

\_\_\_\_\_. J. L. (2003). Globalização e Solidariedade. In: Fundação Luís Eduardo Magalhães [FLEM]. *Economia Solidária: desafios para um novo tempo* (pp. 13-18). Salvador: FLEM. Recuperado de: <https://goo.gl/W58TbT>.

Laville, J. L., & Gaiger, L. I. (2009). Economia Solidária. In: A. D. Cattani, J. L. Laville, L. I. Gaiger, & P. Hespanha (Orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina; São Paulo: Almedina Brasil.

Layrargues, P. P. (2005). O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: A. Soffiati, & C. F. B. Loureiro. *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. (pp. 179-219). São Paulo. Cortez.

Lechat, N. M. P. (2002a). Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 2(1), 123-140. Recuperado de: <https://goo.gl/Qu5HsG>.

\_\_\_\_\_. (2002b). As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil (Palestra). In: II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. Recuperado de: <https://goo.gl/noeVgp>.

Leff, E. (2003). *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez.

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. *Institui o Código Civil*. Recuperado de: <https://goo.gl/4g5GGa>.

Lei nº 11.338, de 16 de setembro de 1997. *Cria o Programa de Coleta Seletiva e Reciclagem de Lixo em São Carlos*. Recuperado de: <http://goo.gl/0WO38S>.

Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Recuperado de: <https://goo.gl/mpfqsD>.

Lei nº 12.226, de 11 de janeiro de 2006. *Institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo*. Recuperado de: <https://goo.gl/5xXWXZ>

Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010. *Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências*. Recuperado de: <https://goo.gl/rMcWnt>.

Lei nº 12.350, de 05 de janeiro de 2000. *Cria programa de coleta seletiva de lixo em todas as repartições públicas do Poder Executivo de São Carlos*. Recuperado de: <https://goo.gl/XSZTe7>.

Lei nº 12.464, de 07 de abril de 2000. *Cria Programa de Coleta Seletiva de lixo em todas as Escolas Públicas Municipais de São Carlos*. Recuperado de: <https://goo.gl/te1UfF>.

Lei nº 12.465, de 07 de abril de 2000. *Cria Programa de Coleta Seletiva de lixo das Indústrias de São Carlos*. Recuperado de: <https://goo.gl/yzhqJM>.

Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012. *Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943*. Recuperado de: <https://goo.gl/qs9CF3>.

Lei nº 13.266, de 5 de abril de 2016. *Extingue e transforma cargos públicos; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003*. Recuperado de: <https://goo.gl/EWdgS4>.

Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016. Altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016. Recuperado de: <https://goo.gl/tb7er2>.

Lei nº 13.457, de 17 de novembro de 2004. *Altera a redação da Lei Municipal nº 11.338, de 16 de setembro de 1997, que "Cria o Programa de Coleta Seletiva de reciclagem de lixo em São Carlos"*. Recuperado de: <https://goo.gl/knDNWF>.

Lei nº 13.486, de 16 de dezembro de 2004. *Dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal de São Carlos e dá outras providências.* Recuperado de: <https://goo.gl/8r9Afi>.

Lei nº 13.502, 1º de novembro de 2017. *Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016; e revoga a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e a Medida Provisória nº 768, de 2 de fevereiro de 2017.* Recuperado de: <https://goo.gl/D5a5PQ>.

Lei nº 13.691, de 25 de novembro de 2005. *Institui o Plano Diretor do Município de São Carlos e dá outras providências.* Recuperado de: <https://goo.gl/Egxq4z>.

Lei nº 14.171, de 09 de agosto de 2007. *Fica autorizado a instituição do "Programa para a destinação e recolhimento de óleo vegetal ou gordura" em nossa cidade, e dá outras providências.* Recuperado de: <https://goo.gl/vKZ46D>.

Lei nº 14.344, de 13 de dezembro de 2007. *Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da Micro e Pequena Empresa, cria o Fundo Municipal de Aval ao Empreendedor e dá outras providências.* Recuperado de: <https://goo.gl/GJTtnw>.

Lei nº 14.414, de 20 de março de 2008. *Dá o Nome de "Herbert de Souza Betinho" do Centro Público de Economia Solidária.* Recuperado de: <https://goo.gl/2RD73P>

Lei nº 14.479, de 27 de maio de 2008. *Dispõe sobre a contratação de Parcerias Público-Privadas para a concessão dos serviços públicos de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos e dá outras providências.* Recuperado de: <https://goo.gl/Nk4YK8>.

Lei nº 14.480, de 27 de maio de 2008. *Dispõe sobre a política municipal de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e dá outras providências.* Recuperado de: <https://goo.gl/9VfejA>.

Lei nº 14.651, de 15 de dezembro de 2011. *Cria o Programa estadual de fomento à economia popular solidária no Estado de São Paulo - PEFES e dá outras providências.* Recuperado de: <https://goo.gl/7gvVLo>.

Lei nº 14.845, de 18 de dezembro de 2008. *Dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal de São Carlos e dá outras providências.* Recuperado de: <https://goo.gl/1ExzZV>.

Lei nº 15.054, de 30 de setembro de 2009. *Institui o "Dia Municipal dos Catadores de Materiais Recicláveis".* Recuperado de: <https://goo.gl/Vrtcak>.

Lei nº 15.072, de 16 de outubro de 2009. *Dispõe sobre a coleta, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final de lixo tecnológico no Município de São Carlos e dá outras providências.* Recuperado de: <https://goo.gl/fQN39q>.

Lei nº 15.196, de 26 de fevereiro de 2010. *Dispõe sobre o Programa de Fomento à Economia Solidária e dá outras providências.* Recuperado de: <https://goo.gl/kk2Wcv>.

Lei nº 15.779, de 05 de agosto de 2011. *Institui no município de São Carlos a realização da Conferência Municipal de Economia Solidária.* Recuperado de: <https://goo.gl/jUfLNi>.

Lei nº 15.853, de 11 de outubro de 2011. *Dispõe sobre a criação do conselho municipal de economia solidária e o fundo municipal de fomento à economia solidária e dá outras providências*. Recuperado de: <https://goo.gl/nptA7m>.

Lei nº 16.121, de 2 de maio de 2012. *Altera dispositivo da Lei Municipal nº 15.853, de 11 de outubro de 2011 que "Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária e o Fundo Municipal de Fomento a Economia Solidária e dá outras providências"*. Recuperado de: <https://goo.gl/sZ4LTz>.

Lei nº 16.146, de 15 de maio de 2012. *Denomina de "Rosa Sundermann" o Centro Público de Economia Solidária de Produção, localizado no Conjunto Habitacional São Carlos III*. Recuperado de: <https://goo.gl/yq562L>.

Lei nº 17.004, de 18 de dezembro de 2013. *Institui o Plano Municipal de Cultura e dá outras providências*. Recuperado de: <https://goo.gl/ghNNZA>.

Lei nº 17.005, de 20 de dezembro de 2013. *Institui o Programa Municipal de Drenagem Urbana Ambientalmente Sustentável do Município de São Carlos, consolida o Plano Municipal de Saneamento Básico, e dá outras providências*. Recuperado de: <https://goo.gl/iL9hc1>.

Lei nº 17.112, de 24 de abril de 2014. *Altera dispositivo da Lei Municipal nº 15.853, de 11 de outubro de 2011, e alterações, que "Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária e o Fundo Municipal de Fomento a Economia Solidária, e dá outras providências"*. Recuperado de: <https://goo.gl/Kg6ykr>.

Lei nº 17.492 de 22 de junho de 2015. *Aprova o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015-2025 e dá outras providências*. Recuperado de: <https://goo.gl/1ZJ1X9>.

Lei nº 17.803, de 13 de abril de 2016. *Altera redação do art. 3º da Lei nº 15.853, de 11 de outubro de 2011, que "Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária e o Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária, e dá outras providências"*. Recuperado de: <https://goo.gl/ajG1EB>.

Lei nº 17.916, de 12 de julho de 2016. *Inclui a Feira de Economia Solidária da Praça XV no calendário oficial de eventos do Município*. Recuperado de: <https://goo.gl/nXoc7o>.

Lei nº 17.921, de 14 de julho de 2016. *Altera redação do art. 3º da Lei Municipal nº 15.853, de 11 de outubro de 2011, que "Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária e o Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária e dá outras providências"*. Recuperado de: <https://goo.gl/L4wY5x>.

Lei nº 18.053, de 19 de dezembro de 2016. *Estabelece o Plano Diretor do Município de São Carlos, e dá outras providências*. Recuperado de: <https://goo.gl/H2CoMg>.

Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. *Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências*. Recuperado de: <https://goo.gl/bbriAa>.

Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. *Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição*

*Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.* Recuperado de: <https://goo.gl/G1xmpC>.

Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. *Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.* Recuperado de: <https://goo.gl/Uwshr6>.

Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968. *Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas e dá outras providências.* Recuperado de: <https://goo.gl/8u198h>.

Lei Orgânica do Município de São Carlos/SP, de 05 de abril de 1990. *Registrada em livro próprio da Secretaria da Câmara Municipal e publicada.* Recuperada de: <https://goo.gl/zwB9qt>.

Leite, K. C. (2007). *A economia de comunhão: construção da reciprocidade nas relações entre capital, trabalho e estado.* São Paulo: Editora Annablume.

Leite, M. L., Araújo, A. M. C., & Lima, J. C. (2015). *O trabalho na economia solidária: entre precariedade e emancipação.* São Paulo: Annablume.

Leite, M. P. (2003). *Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Lima, D. M. A., Bomfim, Z. A. C., & Pascual, J. G. (2009). Emoção nas veredas da Psicologia social: Reminiscências na filosofia e Psicologia histórico cultural. *Psicologia Argumento*, 27(58), 231-240. Recuperado de: <https://goo.gl/T7wFgE>.

Lima, J. C. (2002). *As artimanhas da flexibilização: trabalho flexível em cooperativas de produção.* São Paulo: Terceira Margem.

\_\_\_\_\_. (2014). Economia solidária: de movimento social a política pública. In: Leite, M. L., Araújo, A. M. C., & Lima, J. C. *O trabalho na economia solidária: entre precariedade e emancipação.* São Paulo: Annablume.

Lima, J. C., & Souza, A. R. (2014). Trabalho, solidariedade social e economia solidária. *Lua Nova*, 93, 139-168. Recuperado de: <https://goo.gl/ostvsB>.

Lopes, M. C. R. (2009). Subjetividade e trabalho na sociedade contemporânea. *Trabalho, Educação e Saúde*, 7(1), 91-113. Recuperado de: <https://goo.gl/SkdURS>.

Maciel, R. H., Matos, T. G. R., Borsoi, I. C. F., Mendes, A. B. C., Siebra, P. T., & Mota, C. A. (2011). Precariedade do trabalho e da vida de catadores de recicláveis em Fortaleza, CE. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63(esp.). Recuperado de: <https://goo.gl/WQrKb3>.

Magalhães, B. J. (2016). Liminaridade e exclusão: caracterização permanente ou transitória das relações entre os catadores e a sociedade brasileira? In: B. C. Jaquette & F. L. G. Pereira (Orgs.) *Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional* (pp. 123-150). Rio de Janeiro: Ipea. 562. p.

Magera, M. (2003). *Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade.* Campinas: Átomo.

Magni, A. A. C., & Günther, W. M. R. (2014). Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua. *Saúde e Sociedade*, 23(1), 146-156. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902014000100011>  
<https://goo.gl/D4HJyp>

Mance, E. A. (1999). *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes.

Marková, I. (2006). *Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente*. Petrópolis: Vozes.

Martins, A. M. (2002). Autonomia e educação: a trajetória de um conceito. *Cadernos de Pesquisa*, (115), 207-232. Recuperado de: <https://goo.gl/TUsWGc>.

Martins, F., & Sorbille, R. (2011). O processo de unificação das cooperativas de catadores de resíduos recicláveis de São Carlos e de reformulação do modelo de contrato pactuado entre a cooperativa e a prefeitura municipal de São Carlos, SP. In: M. Zanin, & R. Gutierrez (Orgs.) *Cooperativas de Catadores: Reflexões e Práticas*. São Carlos: Editora Claraluz. Recuperado de: <https://goo.gl/D71X4e>.

Medeiros, L. F. R., & Macêdo, K. B. (2006). Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? *Psicologia & Sociedade*, 18(2), 62-71. Recuperado de: <https://goo.gl/NdKeUY>.

Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Recuperado de: <https://goo.gl/qiUpcK>.

MILDNER, R. P. (2012). *O Ministério Público e o controle social das políticas de saúde do trabalhador*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, Editor.

Minayo, M. C. S. (2008). O desafio da pesquisa social. In: M. C. S. Minayo, & S. F. D. R. Gomes (Orgs.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.

Minayo, M. C. S. et al. (1999). *Fala, Galera: Juventude, Violência e Cidadania na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond.

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. (2017). *Governo intensifica ações de proteção social para catadores*. Recuperado de: <https://goo.gl/WivUwQ>.

Ministério do Meio Ambiente [MMA]. (2004). *Agenda 21 brasileira: ações prioritárias*. 2 ed. Brasília: MMA, 2004. Recuperado de: <https://goo.gl/jfT94U>.

\_\_\_\_\_. (2012a). *Problemática “Resíduos Sólidos”*. Recuperado de: <https://goo.gl/K5uusn>.

\_\_\_\_\_. (2012b). *Plano Nacional de Resíduos Sólidos*. Recuperado de: <https://goo.gl/GvK3U9>.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. (2016). *Plano Plurianual 2016-*

2019. Recuperado de: <https://goo.gl/tcW2sv>.

Ministério do Trabalho [MTE]. [2002]. *Classificação Brasileira de Ocupações*. Recuperado de: <https://goo.gl/7Q49bA>.

Ministério Público do Estado de São Paulo [MPSP]. (2003). *Inquérito Civil nº. 51/99 - Interessada: Prefeitura Municipal de São Carlos. Termo de Ajustamento de Conduta*, fls. 445-458.

Miura, P. O., & Sawaia, B. B. (2013). Tornar-se catador: sofrimento ético-político e Potência de ação. *Psicologia & Sociedade*, 2(25), 331-341. Recuperado de: <https://goo.gl/Qu2KqJ>.

Mondadore, A. P. C. (2007). As faces e faces de uma cooperativa autogestionária In: J. C. Lima (Org.) *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado*. São Paulo: Annablume.

Morin, E. M. (2001). Os sentidos do trabalho (A. Soares, Trad.). *RAE*, 3(41), 8-19. Recuperado de: <https://goo.gl/2f2zc6>.

Moscovici, S. (1978). *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

\_\_\_\_\_. Introducció: el campo de la psicología social. In: S. Moscovici (Org.). *Psicología Social*. (pp. 17-37). Barcelona: Paidós. Recuperado de: <https://goo.gl/UCP685>.

\_\_\_\_\_. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.

\_\_\_\_\_. (2003). *Representações Sociais: Investigações em Psicologia social* (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes.

Mota, A. E., & Amaral, Â. S. (2006) Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: A. E. Mota (Org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez.

Mothé, D. (2009). Autogestão. In: A. D. Cattani, J. L. Laville, L. I. Gaiger, & P. Hespanha (Orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina; São Paulo: Almedina Brasil.

Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis [MNCR]. (2005). *Cartilha de Formação*. São Paulo: Setor de Comunicação MNCR. Recuperado de: <https://goo.gl/pUVEPE>.

\_\_\_\_\_. (2012). História do MNCR. Recuperado de: <https://goo.gl/nQSf2q>.

\_\_\_\_\_. (2013). O que é o MNCR. Recuperado de: <https://goo.gl/qWjUyq>.

Nascimento, C. (2004). *Autogestão e o “Novo Cooperativismo”*. Brasília: MTE/Senaes.

Nicolletti, M. X. (2011). *Economia solidária e identidade: a autogestão no trabalho como experiência emancipatória* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em

Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Recuperado de: <https://goo.gl/7ypcyB>.

Novaes, H., & Dagnino, R. (2004). O fetiche da tecnologia e a visão crítica da ciência e tecnologia: Lições preliminares. In: *Anais do III encontro de investigadores latino-americanos de cooperativismo*. São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil. Recuperado de: <https://goo.gl/Z8xSqr>.

Novaes, R. R. (1995). A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: L. Medeiros (Orgs.). *Assentamentos rurais*. São Paulo: Editora UNESP.

NuMI-EcoSol. [2018]. *NuMI-EcoSol*. Recuperado de: <https://goo.gl/ZUFjrc>.

Oliveira, F. O., & Werba, G. C. (2003). Representações sociais. In: J. M. G. C. Jacques (Org.) *Psicologia social contemporânea: Livro-texto*. Petrópolis: Vozes.

Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo [Onesc]. (2013, 2014). *Sistema de Informações Geográficas*. Brasília: Senaes/DIEESE. Recuperado de: <https://goo.gl/KBfthx>.

Onuma, F. M. S. (2011). *Sentidos subjetivos do trabalho em uma organização autogestionária de base falimentar* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais, Brasil. Recuperado de: <https://goo.gl/TSDqaA>.

Onuma, F. M. S., Mafra, F. L. N., & Moreira, L. B. (2012). Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO. *Cadernos EBAPE.BR*, 10(1), 65-81. Recuperado de: <https://goo.gl/dZKfs8>.

Organização Cooperativa Brasileira [OCB]. (n.d.). *História do sistema OCB*. Recuperado de: <https://goo.gl/uQWs8o>.

Páteo, F. V. (2012). *Sentidos da economia solidária: limites e avanços dos trabalhadores sobre o controle do processo e do produto do seu trabalho* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Recuperado de: <https://goo.gl/JsfffQ>.

Paugam, S. (2001). O enfraquecimento e ruptura dos vínculos sociais: Uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: Sawaia, B. (Org.) *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.

Pereira, A. C. (1994). Contribuição à análise e estruturação das demonstrações financeiras das sociedades cooperativas brasileiras. *Caderno de Estudos*, (10), 01-13. Recuperado de: <https://goo.gl/5pWScC>.

Pereira, A. C. L. (2010). *Os catadores de materiais recicláveis: trajetórias e travessias* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis, São Paulo, Brasil. Recuperado de: <https://goo.gl/pR5B8u>.

Pereira, A. C. L., Secco, L. D. P. D., & Carvalho, A. M. R. (2014). A. Participação das Cooperativas de Catadores na Cadeia Produtiva dos Materiais Recicláveis: perspectivas e desafios. *Psicologia Política*, 14(29), 171-186. Recuperado de: <https://goo.gl/T58Eu6>.

Pereira, E. R., Silva, R. M. C. R. A. S., Mello, F. P. M., Oliveira, D. C., & Silva, M. A. S. (2012). Representações sociais dos catadores de um aterro sanitário: o convívio com o lixo. *Psicologia: teoria e prática*, 14(3), 34-47. Recuperado de: <https://goo.gl/x8FEs2>.

Pereira, M. C. G. & Teixeira, M. A. C. (2011). A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional, *Caderno EBAPE.BR*, 9(3), 895-913. Recuperado de: <https://goo.gl/65H9dL>.

Petersen, F., Souza, T. G., & Lopes, A. (2014). A. Relações entre autogestão e cidadania: o papel da participação em uma cooperativa na construção da identidade de cidadão. *Psicologia & Sociedade*, 2(26), 483-495. Recuperado de: <https://goo.gl/RuAvxb>.

Pinheiro, D. C., Barreto, R., & Diniz, A. P. P. (2011). Economia Solidária e Políticas Públicas: uma aproximação possível, mas desejável? *Gestão Contemporânea (FAPA)*, 8(9), 129-154. Recuperado de: <https://goo.gl/jY9A4e>.

Pinheiro, D. C. (2013). Economia Solidária: Uma Revisão Teórica a Partir dos Seus “Múltiplos” Conceitos. *NAU Social*, 3(5), 85-105. Recuperado de: <https://goo.gl/VQtTJp>.

Pinhel, J. R., Zanin, M., & Mônaco, G. (2011). Catador de Resíduos Recicláveis: um perfil profissional em construção. In: M. Zanin, & R. Gutierrez (Orgs.) *Cooperativas de Catadores: Reflexões e Práticas*. São Carlos: Editora Claraluz. Recuperado de: <https://goo.gl/D71X4e>.

V Plenária Nacional de Economia Solidária [V PNES]. (2012). Relatório Final. Luziânia, Goiás: Comissão Organizadora Nacional. Recuperado de: <https://goo.gl/boZF4d>.

Porto, M. F. S., Junca, D. C. M., Gonçalves, R. S., & Filhote, M. I. F. (2004). Lixo, trabalho e saúde: Um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 6(20), 1503-1514. Recuperado de: <https://goo.gl/7hqsKH>.

Praxedes, S. F. (2009). Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. Brasília: Ipea. Recuperado de: <https://goo.gl/ZSw48S>.

Prefeitura Municipal de São Carlos [PMSC]. [2005]. *Fórum Municipal de Economia Solidária*. Recuperado de: <https://goo.gl/ujtaFe>.

\_\_\_\_\_. [2008a]. *Departamento de Apoio à Economia Solidária – Daes*. Recuperado de: <https://goo.gl/V2qj4t>.

\_\_\_\_\_. [2008b]. *Centro Público de Economia Solidária*. Recuperado de: <https://goo.gl/CDBJXK>.

\_\_\_\_\_. (2008c). *Centro de Documentação em Economia Solidária*. Recuperado de: <https://goo.gl/FbfX7o>.

\_\_\_\_\_. (2008d). *Central de Reciclagem: inaugurada unidade de moagem de plástico*.

Recuperado de: <http://goo.gl/IupwUV>.

\_\_\_\_\_. (2008e). *Concorrência Pública nº 010/2008 - Edital Retificado Processo nº 21.170/08*. Recuperado de: <https://goo.gl/Z1U9aQ>.

\_\_\_\_\_. [2010a]. *A Economia Solidária e o Programa de Fomento à Economia Solidária*. Recuperado de: <https://goo.gl/MEGcXk>.

\_\_\_\_\_. (2010b). *Central de Triagem ganha fragmentadora de papel*. Recuperado de: <https://goo.gl/Xf8wM3>.

\_\_\_\_\_. (2010c). *Coopervida tem projeto de R\$200 mil aprovado pela Funasa*. Recuperado de: <https://goo.gl/UHVQb6>.

\_\_\_\_\_. [2012a]. *Ações do Departamento de Apoio à Economia Solidária*. Recuperado de: <https://goo.gl/ZB9N6P>.

\_\_\_\_\_. (2012b). *Barba inaugura o Centro Público de Produção de Economia Solidária “Rosa Sundermann”*. Recuperado de: <https://goo.gl/gd2mmM>.

\_\_\_\_\_. (2014). *II Conferência Municipal de Economia Solidária de São Carlos acontece neste sábado*. Recuperado de: <https://goo.gl/AQW4NB>.

\_\_\_\_\_. (2016a). *Marco legal da Economia Solidária no Município*. Recuperado de: <https://goo.gl/3YvywR>.

\_\_\_\_\_. (2016b). *Prefeitura e Conselho realizam III Conferência Municipal de Economia Solidária*. Recuperado de: <https://goo.gl/cGMb4S>.

\_\_\_\_\_. (2018). *IV Conferência Municipal de Economia Solidária acontece neste sábado*. Recuperado de: <https://goo.gl/39QNpQ>.

Projeto de Lei (PL) 4685/2012. *Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências*. Recuperado de: <https://goo.gl/D1FhAV>.

Projeto de Lei (PL) 2289/2015. *Prorroga o prazo para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos de que trata o art. 54 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Recuperado de: <https://goo.gl/wfjFbG>.

Projeto de Lei Complementar (PLP) 14/2015. *Dispõe sobre a cooperação entre os entes federados tendo em vista assegurar a elaboração e a implementação dos planos de saneamento básico e de resíduos sólidos, altera a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e dá outras providências*. Recuperado de: <https://goo.gl/p1mvR6>.

Projeto de Lei do Senado (PLS) 425/2014. *Prorroga o prazo para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos de que trata o art. 54 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Recuperado de: <https://goo.gl/sCCzhS>.

Prosper Associados. (2017). *Situação das Políticas Estaduais de Economia Solidária*. Recuperado de: <https://goo.gl/GsEYbt>.

Quijano, A. (2002). "Sistemas alternativos de produção?". In: B. S. Santos (Org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Rancura, S. A. O. (2005). *Aspectos ecológicos e sociais da coleta informal de resíduos sólidos urbanos do Município de São Carlos-SP* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo. Recuperado de: <https://goo.gl/2242q2>.

Razeto, L. (1997). O papel central do trabalho e a economia da solidariedade. *Revista Proposta*. n.75, 91-99. Recuperado de: <https://goo.gl/9A5a75>.

\_\_\_\_\_. (2010). Lecciones de Economía Solidaria. Realidad, Teoría y Proyecto. *Ediciones UVIRTUAL.NET*.

Rede Anastácia. (2016). *Sobre Nós*. Recuperado de: <https://goo.gl/N8YVf6>.

Reis Júnior, N. (2006). Aspectos Societários das Cooperativas. Belo Horizonte: Mandamentos.

Requerimento 3251, de 24 de setembro de 2015. *Requer o registro da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Economia Solidária e da Economia Criativa – FESEC*. Recuperado de: <https://goo.gl/sWYpQq>.

Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. *Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução*. Recuperado de: <https://goo.gl/sLWK3U>

Rodriguez, C. (2002). À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: B. S. Santos (Org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Saiani, C. C., Dourado J., & Tonello Junior, R. (2014). *Resíduos Sólidos no Brasil: Oportunidades e desafios da lei Federal n. 12.305*. Barueri: Manole.

Santiago, C. D. et al. (2013). Aplicação da observação participante no Diagnóstico socioambiental da Coopervida - cooperativa de reciclagem de São Carlos/SP. In: XXIX CONGRESO ALAS CHILE. Santiago: Acta Científica. Recuperado de: <https://goo.gl/UmUjze>.

Santos, C. R., Ultramari, C., & Dutra, C. (2002). Meio ambiente urbano. In: A. Camargo., J. P. R. Capobianco., & J. A. P. Oliveira (Orgs.) *Meio ambiente Brasil – avanços e obstáculos pós Rio 92*. São Paulo: Estação Liberdade, Instituto Socioambiental.

Sato, L. (1999). "Djunta Mon": O processo de construção de organizações cooperativas. *Psicologia USP*, 10(2), 219-225. Recuperado de: <https://goo.gl/KcUWnU>.

Sawaia, B. (2014). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.

Scarpinatti, M. (2008). *Trabalhadores do “Lixo”: A organização das cooperativas de catadores de materiais recicláveis em São Paulo 2000/2005* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil. Recuperado de: <https://goo.gl/XktUrm>.

Schiochet, W. (2009). Políticas Públicas. In: A. D. Cattani, J. L. Laville, L. I. Gaiger, & P. Hespanha (Orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina; São Paulo: Almedina Brasil.

Secco, L. D. P. D. (2014). *Economia solidária e dinâmica familiar de catadores de materiais recicláveis: um estudo no campo ciência, tecnologia e sociedade* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, UFSCar, São Carlos, São Paulo, Brasil. Recuperado de: <https://goo.gl/RSDrFh>.

Secretaria de Governo – Presidência da República (2014a). *Cataforte III: Fundação BB seleciona bases de serviços para estruturar redes solidárias de catadores de materiais recicláveis*. Recuperado de: <https://goo.gl/GDSZFu>.

\_\_\_\_\_. [2014b]. *Brasil Sem Miséria*. Recuperado de: <https://goo.gl/ejU5Ab>.

Secretaria Nacional de Economia Solidária [Senaes]. (2006). *Atlas de Economia Solidária*. Brasília: MTE/Senaes. Recuperado de: <https://goo.gl/ePNLP8>.

Sistema de Informações em Economia Solidária [Sies]. (2007, 2013). *Atlas Digital da economia Solidária*. Brasília: Senaes. Recuperado de: <https://goo.gl/kaZ2gy>.

Silva, E. S. et al. (2003). *Panorama do Cooperativismo Brasileiro: história, cenários e tendências*. Recife: Unircoop.

Silva, R. B. (2006). Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis: atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. *Interthesis*, 3(2). Recuperado de: <https://goo.gl/sJExAb>.

Singer, P. (1998). *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, Coleção Zero à Esquerda.

\_\_\_\_\_. (2000). Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: P. Singer, & A. R. Souza (Orgs.). *A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.

\_\_\_\_\_. (2001). Economia solidária: possibilidades e desafios. *Proposta*, (88/89). Recuperado de: <https://goo.gl/ZFB9aN>.

\_\_\_\_\_. (2002a). A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: B. S. Santos (Org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. (2002b). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Singer, P., & Machado, J. (2000). *Economia Socialista*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Siqueira, M. M., & Moraes, M. S. (2009). Saúde coletiva, resíduos sólidos urbanos e os catadores de lixo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(6), 2115-2122. Recuperado de: <https://goo.gl/ndGGyu>.

Soares, G. J. V., & Gomes de Sá, M. (2005). Reflexões sobre poder e controle nas organizações da economia solidária (EES): um olhar à luz dos bichos de Orwell. *Cadernos EBAPE.BR*, 3(2), 1-13. Recuperado de: <https://goo.gl/HkDKo8>.

Souza, A. R. (2013). *Os laços entre igreja, governo e economia solidária*. São Carlos: EdUFSCar. 237 p.

Souza, C. (2007). Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: G. Hochman, M. Arretche, & Marques, E. (Orgs.) *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

Superintendência de Gestão Ambiental da USP [SGA]. [2018]). *Usp Recicla*. Recuperado de: <https://goo.gl/bdxgGG>.

Tauile, J. R. (2002). Do socialismo de mercado à Economia Solidária. *Revista de Economia Contemporânea*, 1(6), 107-122. Recuperado de: <https://goo.gl/9n1LYf>.

\_\_\_\_\_. (2009a). Do socialismo de mercado à economia solidária. In: M. Paixão; & R. C. Branco (Org.) *Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento: escritos escolhidos 1981-2005*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

\_\_\_\_\_. (2009c). Autogestão no Brasil: o salto de qualidade nas políticas públicas. In: M. Paixão; & R. C. Branco (Org.) *Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento: escritos escolhidos 1981-2005*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Teia – Casa de Criação. [2009]. *Sobre a Teia*. Recuperado de: <https://goo.gl/xUHR4G>.

Teixeira, L. R. (2007). Teorias e práticas da economia solidária: empreendimentos no Brasil e na Bahia. In: *Anais do V Nesol*. Recuperado de: <https://goo.gl/yPQjd8>.

Thiollent, M. (1986). *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez.

Tiriba, L. (2000). A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo fios de uma nova cultura do trabalho. In: P. Singer, & A. Souza (Org.) *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego* (pp. 221-243). São Paulo: Contexto.

\_\_\_\_\_. (2008). Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. *Perspectiva*, 26(2), 69-94. Recuperado de: <https://goo.gl/PmnxGt>.

Tittoni, J. (2004). Subjetivação e trabalho: reflexões sobre a economia solidária. In: *Anais do VII Congresso luso-afro-brasileiro de ciências sociais*. Recuperado de: <https://goo.gl/LzdL5b>.

Tolfo, S. R., & Piccinini, V. (2007). Sentidos e significados do trabalho: Explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia & Sociedade*, 19(esp.), 38-46. Recuperado de: <https://goo.gl/AKGLwg>.

Vainer, C. (1999). O presente de um futuro possível. In: G. Guimarães (Org.). *Sindicalismo e Cooperativismo: a economia solidária em debate* (pp. 37-62). São Paulo: Unitrabalho.

\_\_\_\_\_. (2000). Controle Político dos Miseráveis ou Utopia Experimental? *Unitrabalho Informa*, (10), ano 3. São Paulo: Unitrabalho.

Van Zeeland, A. J. W. M. (2014). Economia Solidária, Diaconia e Desenvolvimento Transformador: Diálogos em Construção. *Anais do Congresso Internacional das Faculdades EST*, 2, 1145-1160. Recuperado de: <https://goo.gl/1Z48ib>.

Veracidade. [2012]. *A Veracidade*. Recuperado de: <https://goo.gl/5oTvvU>.

Veronese, M. V. (2008). *Psicologia Social e Economia Solidária*. Porto Alegre: Idéias & Letras.

\_\_\_\_\_. (2009). Subjetividade, trabalho e economia solidária, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, 153-169. Recuperado de: <https://goo.gl/1FZeJG>.

Vieira, F. M. (2005). *Coerência e aderência da Economia Solidária: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, USP, São Paulo, Brasil. Recuperado de: <https://goo.gl/B2793M>.

Vietez, C. G., & Dal Ri, N. M. (2001). *Trabalho Associado - Cooperativas e Empresas de Autogestão*. Rio de Janeiro: DP&A;

Wanderley, C. F. (2012). *Crítica aos empreendimentos de economia solidária: sob o aspecto da precarização da força de trabalho no Maranhão de 2003 a 2012* (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil. Recuperado de: <https://goo.gl/8Mcvw>.

Wellen, H. A. R. (2008). Contribuição à crítica da 'Economia Solidária'. *Katálisis*, 11(1), 105-115. Recuperado de: <https://goo.gl/Ybn7Fc>.

Yin. R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Zanin, M., Gutierrez, R. F., Targa, L. G., Franca, L. M., & Franceschini, G. (2011). Parceria entre Universidade e Gestor Público Municipal para fomentar a Economia Solidária e ampliar as atividades da Cooperativa de Catadores de São Carlos/SP. In: M. Zanin, & R. Gutierrez (Orgs.) *Cooperativas de Catadores: Reflexões e Práticas*. São Carlos: Editora Claraluz. Recuperado de: <https://goo.gl/D71X4e>.

## ANEXO 1 – AUTORIZAÇÃO COOPERVIDA



Cooperativa de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis de São Carlos

CNPJ 06.370.345/0001-13

Rua: Miguel Petrucelli, 110- Jd Ipanema- São Carlos- SP -CEP: 13563-668

TEI: 16-34150918

Email: coopervida@hotmail.com

### AUTORIZAÇÃO

Eu, Valdinéia da Silva Françoso, portador(a) do RG 37.576.079-9 e do CPF 262.305.168-29, presidente da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de São Carlos (COOPERVIDA) e atual responsável pelo empreendimento, autorizo o desenvolvimento da pesquisa “**Representação social de autonomia e autogestão: um estudo com catadores de materiais recicláveis e apoiadores**”, realizada por Letícia Dal Pícolo Dal Secco de Oliveira, doutoranda do Programa de Pós Graduação e Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGpsi/UFSCar), sob a orientação da Profa. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho pesquisadora do PPGpsi/UFSCar.

Declaro estar ciente de que assinando esta autorização, a doutoranda acima referida estará autorizada: a convidar membros da COOPERVIDA para entrevistas particulares; a solicitar documentos da COOPERVIDA para consulta; a realizar o trabalho de campo; e a utilizar, divulgar e publicar cientificamente os dados obtidos, garantindo o sigilo dos participantes. Sabendo que este termo não configura o livre acesso da doutoranda à COOPERVIDA, declaro também estar ciente de que a qualquer momento a consulta aos documentos, a permanência da pesquisadora no espaço da Cooperativa ou a concessão de entrevistas poderão ser negados pelos membros desta Cooperativa. Qualquer ação deverá ser previamente solicitada e agendada.

São Carlos, 17 de julho de 2015.

Valdinéia da Silva Françoso

Presidente da COOPERVIDA

**ANEXO 2 – AUTORIZAÇÃO DAES****AUTORIZAÇÃO**

Eu, Mário Luiz Paulino,  
portador(a) do RG 39605636 e do CPF 118.080.418-01, responsável pelo  
Departamento de Apoio à Economia Solidária (DAES) do município de São Carlos, autorizo  
o desenvolvimento da pesquisa "**Representação social de autonomia e autogestão: um  
estudo com catadores de materiais recicláveis e apoiadores**", realizada por Letícia Dal  
Picolo Dal Secco de Oliveira, doutoranda do Programa de Pós Graduação e Psicologia da  
Universidade Federal de São Carlos (PPGpsi/UFSCar), sob a orientação da Profa. Dra.  
Rosemeire Aparecida Scopinho pesquisadora do PPGpsi/UFSCar.

Declaro estar ciente de que assinando esta autorização, a doutoranda acima referida  
estará autorizada: a convidar membros do DAES para entrevistas particulares; a solicitar  
documentos do DAES para consulta; a realizar o trabalho de campo; e a utilizar, divulgar e  
publicar cientificamente os dados obtidos, garantindo o sigilo dos participantes. Sabendo que  
este termo não configura o livre acesso da doutoranda ao DAES, declaro também estar ciente  
de que a qualquer momento a consulta aos documentos, a permanência da pesquisadora no  
espaço do Departamento ou a concessão de entrevistas poderão ser negados pelos membros  
deste Departamento. Qualquer ação deverá ser previamente solicitada e agendada.

São Carlos, 07 de MAIO de 2015.

Assinatura e carimbo do responsável  
*Mário Luiz Paulino*  
Diretor do Departamento de  
Apoio à Economia Solidária

### ANEXO 3 – AUTORIZAÇÃO NUMI-ECOSOL



#### AUTORIZAÇÃO

Eu, Maria Lúcia Teixeira Machado, portador(a) do RG: 33.708.665-5 e do CPF: 961.147.977-87, responsável pelo Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), autorizo o desenvolvimento da pesquisa “**Representação social de autonomia e autogestão: um estudo com catadores de materiais recicláveis e apoiadores**”, realizada por Letícia Dal Pico Dal Secco de Oliveira, doutoranda do Programa de Pós Graduação e Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGpsi/UFSCar), sob a orientação da Profa. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho pesquisadora do PPGpsi/UFSCar.

Declaro estar ciente de que assinando esta autorização, a doutoranda acima referida estará autorizada: a convidar membros do NuMI-EcoSol para entrevistas particulares; a solicitar documentos do NuMI-EcoSol para consulta; a realizar o trabalho de campo; e a utilizar, divulgar e publicar cientificamente os dados obtidos, garantindo o sigilo dos participantes. Sabendo que este termo não configura o livre acesso da doutoranda ao NuMI-EcoSol, declaro também estar ciente de que a qualquer momento a consulta aos documentos, a permanência da pesquisadora no espaço do Núcleo ou a concessão de entrevistas poderão ser negados pelos membros deste Núcleo. Qualquer ação deverá ser previamente solicitada e agendada.

São Carlos, 07 de julho de 2015.

Profª Drª Maria Lúcia Teixeira Machado  
Coordenadora do NuMI-EcoSol

**ANEXO 4 – AUTORIZAÇÃO USP RECICLA**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE SÃO CARLOS  
Gabinete do Prefeito

**AUTORIZAÇÃO**

Eu, Antônio Néelson Rodrigues da Silva, portador do RG 054.946.751 e do CPF 687.847.677-15, responsável pela Prefeitura do Campus USP de São Carlos, autorizo o desenvolvimento da pesquisa **“Representação social de autonomia e autogestão: um estudo com catadores de materiais recicláveis e apoiadores”**, junto ao Programa USP Recicla, realizada por Leticia Dal Pico Dal Secco de Oliveira, doutoranda do Programa de Pós Graduação e Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGpsi/UFSCar), sob a orientação da Profa. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho pesquisadora do PPGpsi/UFSCar.

Declaro estar ciente de que assinando esta autorização, a doutoranda acima referida estará autorizada: a convidar membros do Programa USP Recicla para entrevistas particulares; a solicitar documentos do Programa USP Recicla para consulta; a realizar o trabalho de campo; e a utilizar, divulgar e publicar cientificamente os dados obtidos, garantindo o sigilo dos participantes. Sabendo que este termo não configura o livre acesso da doutoranda ao Programa USP Recicla, declaro também estar ciente de que a qualquer momento a consulta aos documentos, a permanência da pesquisadora no espaço do Programa ou a concessão de entrevistas poderão ser negados pelos membros do Programa. Qualquer ação deverá ser previamente solicitada e agendada.

São Carlos, 04 de fevereiro de 2015.

Antônio Néelson Rodrigues da Silva

Prefeito do Campus em Exercício

## ANEXO 5 – AUTORIZAÇÃO TEIA



### AUTORIZAÇÃO

Eu, Vivian Parreira da Silva, portador(a) do RG MG – 10.760.695 e do CPF 044878536-64, responsável pela TEIA, autorizo o desenvolvimento da pesquisa **“Representação social de autonomia e autogestão: um estudo com catadores de materiais recicláveis e apoiadores”**, realizada por Letícia Dal Picolo Dal Secco de Oliveira, doutoranda do Programa de Pós Graduação e Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGpsi/UFSCar), sob a orientação da Profa. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho pesquisadora do PPGpsi/UFSCar.

Declaro estar ciente de que assinando esta autorização, a doutoranda acima referida estará autorizada: a convidar membros da TEIA para entrevistas particulares; a solicitar documentos da TEIA para consulta; a realizar o trabalho de campo; e a utilizar, divulgar e publicar cientificamente os dados obtidos, garantindo o sigilo dos participantes. Sabendo que este termo não configura o livre acesso da doutoranda à TEIA, declaro também estar ciente de que a qualquer momento a consulta aos documentos, a permanência da pesquisadora no espaço da TEIA ou a concessão de entrevistas poderão ser negados pelos membros desta instituição. Qualquer ação deverá ser previamente solicitada e agendada.

São Carlos, 15 de setembro de 2015.

Vivian Parreira da Silva  
Coordenadora Geral

05.140.204/0001-41

TEIA - CASA DE CRIAÇÃO

RUA RUI BARBOSA, 1950  
CENTRO - CEP 13560 - 330  
SÃO CARLOS - SP

## ANEXO 6 – AUTORIZAÇÃO VERACIDADE



### AUTORIZAÇÃO

Eu, DJALMA NERY FERREIRA NETO, portador(a) do RG 43.156.295-7 e do CPF 366.082.498-45, responsável pela Veracidade, autorizo o desenvolvimento da pesquisa “**Representação social de autonomia e autogestão: um estudo com catadores de materiais recicláveis e apoiadores**”, realizada por Leticia Dal Picolo Dal Secco de Oliveira, doutoranda do Programa de Pós Graduação e Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGpsi/UFSCar), sob a orientação da Profª. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho pesquisadora do PPGpsi/UFSCar.

Declaro estar ciente de que assinando esta autorização, a doutoranda acima referida estará autorizada: a convidar membros da Veracidade para entrevistas particulares; a solicitar documentos da Veracidade para consulta; a realizar o trabalho de campo; e a utilizar, divulgar e publicar cientificamente os dados obtidos, garantindo o sigilo dos participantes. Sabendo que este termo não configura o livre acesso da doutoranda à Veracidade, declaro também estar ciente de que a qualquer momento a consulta aos documentos, a permanência da pesquisadora no espaço da Veracidade ou a concessão de entrevistas poderão ser negados pelos membros desta instituição. Qualquer ação deverá ser previamente solicitada e agendada.

São Carlos, 15 de setembro de 2015.

A handwritten signature in blue ink that reads 'Djalma Nery Ferreira Neto'.

---

Djalma Nery Ferreira Neto

Associação Veracidade

**ANEXO 7 – AUTORIZAÇÃO REDE ANASTÁCIA****AUTORIZAÇÃO**

Eu, Helena Fumaco da Silva,  
portador(a) do RG 26 849584-3 e do CPF 18101001867, responsável  
pela Rede Anastácia de Catadores das regiões de Araraquara e Ribeirão Preto, autorizo o  
desenvolvimento da pesquisa “**Representação social de autonomia e autogestão: um  
estudo com catadores de materiais recicláveis e apoiadores**”, realizada por Letícia Dal  
Picolo Dal Secco de Oliveira, doutoranda do Programa de Pós Graduação e Psicologia da  
Universidade Federal de São Carlos (PPGpsi/UFSCar), sob a orientação da Profa. Dra.  
Rosemeire Aparecida Scopinho pesquisadora do PPGpsi/UFSCar.

Declaro estar ciente de que assinando esta autorização, a doutoranda acima referida  
estará autorizada: a convidar membros da Rede Anastácia de Catadores para entrevistas  
particulares; a solicitar documentos da Rede Anastácia de Catadores para consulta; a realizar  
o trabalho de campo; e a utilizar, divulgar e publicar cientificamente os dados obtidos,  
garantindo o sigilo dos participantes. Sabendo que este termo não configura o livre acesso da  
doutoranda à Rede Anastácia de Catadores, declaro também estar ciente de que a qualquer  
momento a consulta aos documentos, a permanência da pesquisadora no espaço da Rede  
Anastácia de Catadores ou a concessão de entrevistas poderão ser negados pelos membros  
desta Rede. Qualquer ação deverá ser previamente solicitada e agendada.

São Carlos, 21 de agosto de 2015.



Assinatura e carimbo do responsável

*Catadores mobilizado Cat. Forte III*

## ANEXO 8 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SÃO CARLOS/UFSCAR



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Representação social de autonomia e autogestão: um estudo com catadores de materiais recicláveis de São Carlos-SP e seus apoiadores

**Pesquisador:** Leticia Dal Picolo Dal Secco de Oliveira

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 48713815.0.0000.5504

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.320.337

#### Apresentação do Projeto:

Este projeto é uma proposta de estudo das representações sociais sobre autonomia e autogestão de catadores de materiais recicláveis que trabalham na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de São Carlos (COOPERVIDA), e de seus apoiadores (NuMI-EcoSol/UFSCar e o Programa USP Recicla, o qual é vinculado à Prefeitura da USP de São Carlos-SP, Campus 1; o Departamento de Apoio à Economia Solidária (DAES), como instituição governamental; a Rede Anastácia de Catadores das regiões de Araraquara e Ribeirão Preto, como movimento social; a TEIA, enquanto ONG e a Veracidade). Será realizado um estudo de caso, envolvendo: trabalho de campo, sendo utilizada a técnica da observação participante, com registro de dados em diário de campo, e entrevistas semiestruturadas individuais junto aos cooperados e aos apoiadores, as quais serão gravadas. Espera-se que a perspectiva das representações sociais contribua para compreender algumas contradições inerentes às pesquisas em economia solidária.

#### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender a representação social dos catadores de materiais recicláveis e de seus apoiadores sobre autogestão e autonomia, vinculadas à economia solidária.

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235

**Bairro:** JARDIM GUANABARA

**CEP:** 13.565-905

**UF:** SP

**Município:** SAO CARLOS

**Telefone:** (16)3351-9683

**E-mail:** cephumanos@ufscar.br

Continuação do Parecer: 1.320.337

Objetivo Secundário: - Sistematizar a literatura existente sobre subjetividade no trabalho econômico-solidário; - Contextualizar e caracterizar o campo de pesquisa; - Compreender as representações sociais dos catadores sobre autogestão e autonomia; - Compreender as representações sociais dos apoiadores sobre autogestão e autonomia; - Sistematizar as convergências e divergências entre as representações sociais dos catadores e dos apoiadores sobre autogestão e autonomia; - Analisar os resultados a partir das teorias.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Segundo a pesquisadora, os riscos e benefícios são descritos conforme segue.

Riscos: A participação nesta pesquisa poderá causar cansaço ou alguns desconfortos aos participantes por se basear em um tema social e politicamente conflituoso, podendo resultar em momentos de tristeza, raiva e/ou angústia, os quais serão respeitados pelo pesquisador, que poderá interromper ou suspender as entrevistas e reagendar outro momento para continuidade da entrevista se o entrevistado assim preferir. Sua possível recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Benefícios: Os resultados obtidos poderão contribuir com a literatura sobre economia solidária e cooperativas de catadores de materiais recicláveis pela possibilidade de compreender as diferentes e/ou semelhantes representações sociais dos catadores e seus apoiadores sobre autonomia e autogestão. Isso contribuirá para entender algumas lacunas sobre a contradição relativa aos motivos que levam os sujeitos inseridos em empreendimentos solidários a mudarem suas ações cotidianas após essa inserção, mesmo que o empreendimento implicitamente se organize de forma similar à capitalista ou ainda que o sujeito não saiba necessariamente definir o que seja economia solidária.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa é relevante para a área que se destina e, além disso, os seguintes documentos foram apresentados.

- a) Folha de rosto assinada e preenchida corretamente;
- b) Arquivo contendo projeto de doutorado;
- c) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE;
- d) Documento assinado pelo Sr. Mário Luiz Paulino, Diretor do Departamento de Apoio a Economia

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235

**Bairro:** JARDIM GUANABARA

**CEP:** 13.565-905

**UF:** SP

**Município:** SAO CARLOS

**Telefone:** (16)3351-9683

**E-mail:** cephumanos@ufscar.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SÃO CARLOS/UFSCAR



Continuação do Parecer: 1.320.337

- Solidária (DAES) do município de São Carlos - SP, autorizando a realização da pesquisa;
- e) Documento assinado pelo Sr. Antônio Néelson Rodrigues da Silva, Prefeito do campus da USP de São Carlos em exercício, autorizando a realização da pesquisa;
- f) Documento assinado pela Sra. Maria Lúcia Teixeira Machado, responsável pelo Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol) da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, autorizando a realização da pesquisa;
- g) Documento assinado pela Sra. Valdinéia da Silva Françoso, Presidente da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de São Carlos - COOPERVIDA, autorizando a realização da pesquisa;
- h) Documento assinado pela Sra. Vivian Parreira da Silva, Coordenadora geral da TEIA – Casa de Criação, autorizando a realização da pesquisa;
- i) Documento assinado pela Sra. Helena Francisco da Silva, mobilizadora do CATAFORTE, pertencente a Rede Anastácia de Catadores das regiões de Araraquara e Ribeirão Preto, autorizando a realização da pesquisa;
- j) Documento respondendo as pendências apontadas no parecer anterior;
- l) Documento assinado pelo Sr. Djalma Nery Ferreira Neto, responsável pela Associação Veracidade, autorizando a realização da pesquisa;
- m) Instrumentos de coleta de dados: roteiro das entrevistas que serão feitas com os catadores da COOPERVIDA e com os apoiadores (membros de ONG, e/ou Associação, e/ou Movimento Social, e/ou Governo Municipal, e/ou Universidade).

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Vide recomendações feitas à respeito do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE no próximo item.

**Recomendações:**

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE apresentado possui todas as informações exigidas pela Resolução CNS466/2012, porém RECOMENDAMOS que seja redigido utilizando uma linguagem mais simples (sem alterar o seu conteúdo) facilitando o entendimento do participante, dada a possibilidade deles serem analfabetos ou semi-analfabetos.

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235

**Bairro:** JARDIM GUANABARA

**UF:** SP

**Município:** SAO CARLOS

**CEP:** 13.565-905

**Telefone:** (16)3351-9683

**E-mail:** cephumanos@ufscar.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SÃO CARLOS/UFSCAR



Continuação do Parecer: 1.320.337

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Vide recomendação dada no item anterior.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_441506.pdf	08/10/2015 11:45:42		Aceito
Outros	Respostas_pendencias_do_CEP_UFSCar.pdf	08/10/2015 11:40:04	Leticia Dal Picolo Dal Secco de Oliveira	Aceito
Outros	Autorizacao_Veracidade.pdf	08/10/2015 11:33:02	Leticia Dal Picolo Dal Secco de Oliveira	Aceito
Outros	Autorizacao_TEIA.png	08/10/2015 11:32:33	Leticia Dal Picolo Dal Secco de Oliveira	Aceito
Outros	Autorizacao_RedeAnastacia.png	08/10/2015 11:31:36	Leticia Dal Picolo Dal Secco de Oliveira	Aceito
Outros	Roteiro_de_entrevista_apoiadores.pdf	08/10/2015 11:29:39	Leticia Dal Picolo Dal Secco de Oliveira	Aceito
Outros	Roteiro_de_entrevista_catadores.pdf	08/10/2015 11:29:15	Leticia Dal Picolo Dal Secco de Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	CEP_TCLE_DOUTORADO.pdf	08/10/2015 11:28:37	Leticia Dal Picolo Dal Secco de Oliveira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_revisao_pendencias.pdf	08/10/2015 11:27:57	Leticia Dal Picolo Dal Secco de Oliveira	Aceito
Outros	Autorização NuMI.pdf	17/07/2015 16:01:33		Aceito
Outros	Autorização COOPERVIDA.jpg	17/07/2015 16:01:02		Aceito
Folha de Rosto	Folha de rosto assinada.pdf	12/03/2015 16:36:05		Aceito
Outros	Autorização Prefeitura USP - USP	12/03/2015		Aceito

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235

**Bairro:** JARDIM GUANABARA

**CEP:** 13.565-905

**UF:** SP

**Município:** SAO CARLOS

**Telefone:** (16)3351-9683

**E-mail:** cephumanos@ufscar.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SÃO CARLOS/UFSCAR



Continuação do Parecer: 1.320.337

Outros	Recicla assinada.pdf	16:35:47		Aceito
Outros	Autorização DAES assinada.pdf	12/03/2015 16:33:54		Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SAO CARLOS, 12 de Novembro de 2015

---

**Assinado por:**  
**Ricardo Carneiro Borra**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235

**Bairro:** JARDIM GUANABARA

**CEP:** 13.565-905

**UF:** SP

**Município:** SAO CARLOS

**Telefone:** (16)3351-9683

**E-mail:** cephumanos@ufscar.br

## APÊNDICE 1 - TCLE

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Capítulo IV, itens 1 a 3 da Resolução 196/96 – Conselho Nacional de Saúde)**

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **Representação social de autonomia e autogestão: um estudo com catadores de materiais recicláveis e apoiadores**, que tem por objetivo principal **compreender as representações sociais dos catadores cooperativados e de seus apoiadores sobre autogestão e autonomia**. Este convite foi feito a você por ser membro da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de São Carlos (COOPERVIDA) ou apoiador da COOPERVIDA, enquanto membro de Instituições Universitárias, e/ou de ONGs, e/ou de associações, e/ou de Movimento Social, e/ou de instituições vinculadas ao Governo Municipal, fornecendo apoio técnico, e/ou econômico, e/ou político e/ou social à cooperativa.

Sua contribuição envolve a participação em entrevistas que serão gravadas, transcritas (passando o áudio para texto), lidas e analisadas. Porém, sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode se recusar a realizar as entrevistas ou desistir de participar da pesquisa, sem que isso prejudique você, a pesquisa, o pesquisador ou a instituição de pesquisa.

Seu nome e o de todas as pessoas citadas nos relatos feitos por você não serão divulgados de nenhuma forma. O local de realização das entrevistas poderá ser definido por você, de acordo com a sua disponibilidade, podendo ser em sua residência, no seu local de trabalho ou em outro lugar, considerando que devemos garantir nossa segurança e o sigilo sobre a sua participação na pesquisa. O tempo médio da entrevista será de 2h (duas horas), podendo variar de acordo com sua disposição. Caso o pesquisador, após analisar as entrevistas, tenha alguma dúvida ou tenha a necessidade de se aprofundar em algum conteúdo dito por você, ele poderá pedir a para agendar um novo dia e horário para completar a entrevista. As gravações e transcrições serão armazenadas de forma sigilosa e guardadas por 5 anos, quando serão descartadas de forma segura.

A participação nesta pesquisa através das entrevistas poderá causar a você cansaço, pelo tempo de duração, ou desconfortos pela possibilidade de serem abordados conteúdos de história pessoal e/ou conflituosos. Assim, você poderá solicitar que o pesquisador pare a entrevista, podendo ser essa pausa de alguns minutos, dias ou ainda referente ao cancelamento total da entrevista. O pesquisador respeitará a sua decisão e de acordo com ela, fará os procedimentos necessários, de reagendamento da entrevista ou descarte seguro do material, em caso de cancelamento.

Pela participação nessa pesquisa você não terá gastos, nem receberá nenhuma compensação financeira. Porém, se houver necessidade de você se transportar ou se alimentar para a realização das entrevistas e/ou durante a sua ocorrência, os gastos serão pagos pelo pesquisador. Por outro lado, os resultados obtidos poderão contribuir com as pesquisas e publicações sobre economia solidária e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, considerando que ela possibilitará a compreensão das diferentes e/ou semelhantes representações sociais sobre autonomia e autogestão dos cooperados da COOPERVIDA e de apoiadores.

Os resultados da pesquisa serão públicos, porém seu nome não será mencionado enquanto fonte das informações. Assim que o trabalho estiver concluído, o pesquisador agendará um dia para apresentar os resultados a você.

Caso você sinta que sofreu algum dano pela sua participação nessa pesquisa, o pesquisador se responsabilizará e realizará as providências necessárias. Você receberá uma

cópia deste termo no qual consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação nela agora ou a qualquer momento.

Caso você não saiba ler ou escrever, este documento deverá ser lido na presença de uma testemunha indicada por você, que assinará este termo, enquanto você fará a aposição da sua digital.

---

Letícia Dal Picolo Dal Secco de Oliveira  
Pesquisadora  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar  
Rodovia Washington Luis, Km 235 - Caixa Postal 676  
Contato: (16) 98241-9421; e-mail -[le.dalpicolo@gmail.com](mailto:le.dalpicolo@gmail.com)

**Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: [cephumanos@ufscar.br](mailto:cephumanos@ufscar.br)**

São Carlos, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

Instituição do sujeito da pesquisa: \_\_\_\_\_

---

Assinatura do sujeito da pesquisa

---

Assinatura da testemunha

**APÊNDICE 2– ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO -  
APOIADORES**

**Instituição:** Universidade Federal de São Carlos - Centro de Educação e Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**Doutoranda:** Letícia Dal Picolo Dal Secco de Oliveira

**Orientadora:** Rosemeire Aparecida Scopinho

**Título:** Representação social de autonomia e autogestão: um estudo com catadores de materiais recicláveis e apoiadores

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO**

**Grupo:** Apoiador (Membro de ONG, e/ou Associação, e/ou Movimento Social, e/ou Governo Municipal, e/ou Universidade)

**A) Economia solidária, autonomia e autogestão:**

- 1) O que é autonomia para você?
- 2) E autogestão?
- 3) E economia solidária?
- 4) E cooperativismo?
- 5) Onde e/ou com quem você aprendeu sobre esses temas?
- 6) Você gostaria de fazer mais algum comentário ou observação sobre esses temas?

**B) Experiências de trabalho:**

- 1) De qual instituição de apoio à COOPERVIDA você participa?
- 2) Qual a natureza do apoio de sua instituição à COOPERVIDA?
- 3) Como é organizado o seu trabalho na sua instituição?
- 4) Como são tomadas as decisões no seu trabalho?
- 5) Você participa das tomadas de decisões de alguma forma?
- 6) Você exercia alguma outra função anteriormente?

**C) A relação do apoiador com a COOPERVIDA:**

- 1) Quando você começou a ser apoiador da COOPERVIDA?
- 2) Por que você passou a exercer essa função?
- 3) Você era apoiador de algum outro empreendimento econômico-solidário antes de ser apoiador da COOPERVIDA?
- 4) Qual a natureza do seu apoio à COOPERVIDA?
- 5) Quais atividades/ações você desenvolve junto à COOPERVIDA?
- 6) Você participa de atividades junto aos cooperados na rotina do empreendimento?
- 7) Você já ministrou algum curso ou organizou algum evento para a cooperativa ou sobre ela?
- 8) Quem escolheu o tema e por que ele foi escolhido?
- 9) Você acha que a cooperativa precisa de outros cursos? Sobre quais temas?
- 10) Como você avalia a sua participação e relação junto à COOPERVIDA?

**D) A visão do apoiador sobre o trabalho na cooperativa:**

- 1) Você sabe dizer como é organizado o trabalho na cooperativa?
- 2) Você sabe dizer como são tomadas as decisões na cooperativa?
- 3) Você participa da tomada de decisões da cooperativa de alguma forma?
- 4) O que você acha da forma de organização da cooperativa?

**E) A participação dos apoiadores na vida da COOPERVIDA:**

- 1) Você conhece os outros apoiadores da COOPERVIDA? Se sim, quem são?
- 2) Como esses outros apoiadores participam da rotina da COOPERVIDA?
- 3) Você participa de atividades junto com os outros apoiadores?
- 4) Quais suas principais observações em relação à participação dos outros apoiadores junto à COOPERVIDA?

**F) Perfil socioeconômico**

- 1) Data de nascimento:
- 2) Local de nascimento:
- 3) Cor ou Raça/Etnia:
- 4) Estado civil:
- 5) Filhos:
- 6) Religião:
- 7) Com quem você reside?
- 8) Renda familiar mensal:
- 9) De onde vem a maior parte da renda da família?
- 10) Você ou algum outro membro de sua família trabalha com/em cooperativas e/ou com economia solidária?

**APÊNDICE 3 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO - CATADORES**

**Instituição:** Universidade Federal de São Carlos - Centro de Educação e Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**Doutoranda:** Letícia Dal Picolo Dal Secco de Oliveira

**Orientadora:** Rosemeire Aparecida Scopinho

**Título:** Representação social de autonomia e autogestão: um estudo com catadores de materiais recicláveis e apoiadores

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO****Grupo: Catador cooperado da COOPERVIDA****A) Economia solidária, autonomia e autogestão:**

- 1) O que é autonomia para você?
- 2) E autogestão?
- 3) E economia solidária?
- 4) E cooperativismo?
- 5) Onde e/ou com quem você aprendeu sobre esses temas?
- 6) Você gostaria de fazer mais algum comentário ou observação sobre esses temas?

**B) Experiências de trabalho:**

- 1) Você trabalhava em algum outro lugar antes de ser catador da cooperativa?
- 2) Como era o seu trabalho anterior?
- 3) Você participava das decisões no seu trabalho anterior?
- 4) Qual era a sua renda anterior?
- 5) Seu trabalho era registrado?

**C) O trabalho na cooperativa:**

- 5) Como você conheceu a cooperativa?
- 6) Por que você entrou na COOPERVIDA?
- 7) Qual a sua função na cooperativa?
- 8) Como é organizado o trabalho na cooperativa?
- 9) Como são tomadas as decisões na cooperativa?
- 10) Você participa da tomada de decisões da cooperativa de alguma forma?
- 11) Quais as diferenças e semelhanças que você observa entre o seu trabalho antigo e o atual?
- 12) Você participou de algum curso ou de eventos após entrar na cooperativa? Se sim, sobre o que era e o que você aprendeu com ele? Quem ofereceu o curso?
- 13) Você participaria de outros cursos ou eventos? Se sim, você teria algum tema de interesse?

**D) A participação dos apoiadores na vida da COOPERVIDA:**

- 5) Você conhece os apoiadores da COOPERVIDA? Se sim, quem são?
- 6) Como os apoiadores participam da rotina da COOPERVIDA?
- 7) Você participa de atividades junto com os apoiadores?
- 8) Quais suas principais observações em relação à participação dos apoiadores junto à COOPERVIDA?

**E) Perfil socioeconômico**

- 1) Data de nascimento:
- 2) Local de nascimento:
- 3) Cor ou Raça/Etnia:
- 4) Estado civil:
- 5) Escolaridade:
- 6) Filhos:
- 7) Religião:
- 8) Com quem você reside?
- 9) Renda familiar mensal:
- 10) De onde vem a maior parte da renda da família?
- 11) Algum outro membro de sua família trabalha em cooperativas e/ou com economia solidária?

## APÊNDICE 4 – INSTRUMENTOS LEGAIS NACIONAIS E PAULISTAS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Continua...

**Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003.**

(Revogado pelo Decreto nº 5.063, 3 de maio de 2004).

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego, e dá outras providências.

**MENÇÕES À economia solidária**

Art. 16. - Trata das competências da Senaes;

Art. 18. - Trata das competências do Departamento de Fomento à Economia Solidária;

Art. 24. - Trata das competências do CNES.

**Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.**

(Revogado pela Medida Provisória nº 782, de 2017, posteriormente convertida na Lei nº 13.502, de 2017).

Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

**MENÇÕES À economia solidária**

Art. 30. São criados: [...]

XIII – o Conselho Nacional de Economia Solidária.

**Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004.**

(Revogado pelo Decreto nº 8.894, de 2016).

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego, e dá outras providências.

**MENÇÕES À economia solidária**

Art. 18. - Trata das competências da Senaes;

Art. 20. - Trata das competências do Departamento de Fomento à Economia Solidária;

Art. 26. - Trata das competências do CNES.

**Decreto nº 5.811, de 21 de junho de 2006.**

(Em vigência).

Dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES.

**MENÇÕES À economia solidária**

Art. 1º. [...] é órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego, de natureza consultiva e propositiva, que tem por finalidade realizar a interlocução e buscar consensos em torno de políticas e ações de fortalecimento da economia solidária.

**Lei 14.651 de 15 de dezembro de 2011.**

(Em vigência).

Cria o Programa estadual de fomento à economia popular solidária no Estado de São Paulo – PEFES.

**MENÇÕES À economia solidária**

Na íntegra.

**PL nº 4685/2012.**

(Aguardando apreciação pelo Senado Federal. Aprovado pela Câmara dos Deputados em agosto de 2017). Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.

**MENÇÕES À economia solidária**

CAPÍTULO IV - Do sistema nacional de economia solidária (SINAES)

Art. 19. Integram o Sinaes: [...]

II - o Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES, órgão de articulação e coordenação das políticas e ações desenvolvidas pelos integrantes do SINAES [...]

III - os órgãos da administração pública federal responsáveis por desenvolver políticas, programas e ações voltados, total ou parcialmente, à economia solidária, particularmente a Secretaria Nacional de Economia Solidária.

“Há, na proposição aqui justificada, a previsão da criação do Fundo Nacional de Economia Solidária – FNAES, com o objetivo de centralizar e potencializar os recursos a serem investidos no desenvolvimento da Economia Solidária. Assim, pretende-se, também, que a proposição que ora apresentamos contribua de maneira significativa para solucionar as dificuldades de natureza financeira por que passam os empreendimentos da Economia Solidária” (p.12).

Conclusão.

**Plano Nacional de Economia Solidária, 2015.**

(Em vigência até 2019).

“A intenção é clara: fomentar e fortalecer políticas públicas de economia solidária no âmbito municipal, territorial e estadual, implica também no fortalecimento das bases sociais e ampliação da força política e organizativa dos sujeitos, como condições para conquistar soluções permanentes e adequadas às necessidades e exigências da economia solidária e dos processos de desenvolvimento sustentável e solidário” [...] “O presente documento sistematiza o Plano Nacional de Economia Solidária para o período de 2015 a 2019, colocando-se como instrumento de incidência e organização da política pública nacional de economia solidária e de sua interface com as políticas dos governos subnacionais. Desta forma, compreende-se que a consolidação do Plano Nacional estabelece contribuição fundamental para a criação de um ambiente institucional que fortaleça a economia solidária na sua trajetória de superação do patamar de política de governo, constituindo-a efetivamente como política de estado”.

**MENÇÕES À economia solidária**

Na íntegra.

**Resolução nº 6, de 26 de março de 2015.**

“Aprova o Plano Nacional de Economia Solidária 2015 - 2019 com o objetivo de promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável, considerando as deliberações da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária”.

**MENÇÕES À economia solidária**

Na íntegra.

**Plano de Economia Solidária do Estado de São Paulo, 2015.**

(Ainda não aprovado).

“Este Plano Estadual de Economia Solidária é um instrumento para orientação e formulação de projetos e ações que visam o fortalecimento, ampliação e o aperfeiçoamento da Economia Solidária no Estado de São Paulo, como alternativa de desenvolvimento ao modelo vigente, na perspectiva da geração de trabalho e renda, inclusão social e a construção de uma sociedade justa, solidária e sustentável.”

**MENÇÕES À economia solidária**

“Na III Conferência Estadual de Economia Solidária do Estado de São Paulo, realizada de 15 a 17 de maio de 2014, em São Bernardo do Campo, principal espaço, destinado para a definição dos componentes deste plano, foram aprovadas 59 propostas que devem nortear as ações do Fórum Paulista de Economia Solidária e de seus integrantes regionais e municipais, no Estado de São Paulo.” [...] “A instância de acompanhamento estratégico que realiza o monitoramento, avaliação e atualização do planejamento do Plano é a Coordenação Estadual do Fórum Paulista de Economia Solidária, composta por quatro representantes de cada um dos 11 Fóruns Regionais de Economia Solidária do Estado de São Paulo. Esta Coordenação se reúne mensalmente todas as terceiras sextas feiras de cada mês.”

**Decreto nº 8.894, de 3 de novembro de 2016.**

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

**MENÇÕES À economia solidária**

Art. 22. - Trata das competências da Subsecretaria de Economia Solidária (Senaes);

Art. 28. - Trata das competências do Conselho Nacional de Economia Solidária (estabelecidas no Decreto nº 5.811, de 21 de junho de 2006).

**Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.**

(Em vigência).

Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016; e revoga a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e a Medida Provisória nº 768, de 2 de fevereiro de 2017.

**MENÇÕES À economia solidária**

Art. 56. Integram a estrutura básica do Ministério do Trabalho:

III - o Conselho Nacional de Economia Solidária;

**Figura 35.** Leis, decretos e planos nacionais e paulistas de economia solidária.

## APÊNDICE 5 - EVENTOS NACIONAIS E PAULISTAS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Continua...

DATA E LOCAL	EVENTO	RESOLUÇÕES SOBRE economia solidária
1995, Rio de Janeiro/RJ	7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia	Incorporação do termo “economia solidária” pela primeira vez nos discursos científicos no Brasil.
25 a 30 de janeiro de 2001 – Porto Alegre/RS	I FSM	Realização da oficina “Economia Popular Solidária e Autogestão” e constituição do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT- Brasileiro)
31 de janeiro a 05 de fevereiro de 2002 – Porto Alegre/RS	II FSM	Realização da II PBES
09 a 10 de dezembro de 2002 – São Paulo/SP	I PBES	Aprovação de uma carta elaborada pelo GT-Brasileiro, encaminhada ao Governo Lula, intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”
23 a 28 de janeiro de 2003 – Porto Alegre/RS	III FSM	Integração e articulação do movimento de economia solidária com a América Latina, compondo a agenda do FBES
23 a 28 de janeiro de 2003 – Durante o III FSM em Porto Alegre/RS	II PBES	Mobilizações e articulações estaduais. Definição de agenda para realização de debates sobre economia solidária pelas regiões do país
Maio de 2003 – Campinas/SP	I PEES	Prospecção de organização de um Fopes
30 de junho de 2003 – Brasília/DF	III PBES	FBES definido de fato como organização do Movimento de economia solidária; articulação das bases e desencadeamento dos fóruns estaduais e regionais
Julho/agosto de 2003 – São Caetano/SP	II PEES	Organização do Fopes
Novembro de 2003, Santo André/SP	III PEES	Criação oficial do Fopes
13 a 15 de agosto de 2004 – Brasília/DF	I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária	Discussão sobre economia solidária, apropriação de conhecimentos e compreensão sobre o papel das EES
26 a 30 de março de 2008 – Luziânia/GO	IV PBES	FBES como instrumento do Movimento de economia solidária (reestruturação a partir de plenárias estaduais)
09 a 13 de dezembro de 2012 – Luziânia/GO	V PBES	Movimento político para o triênio 2013-2015 (economia solidária como estratégia e proposta transversal de desenvolvimento)
02 a 06 de junho de 2006 – Osasco/SP	I Conferência Estadual de Economia Solidária do Estado de São Paulo	Discussão de resoluções voltadas à participação no CNES e propostas para políticas públicas de economia solidária
26 a 29 de junho de 2006 – Brasília/DF	I Conaes	“Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”. Resoluções voltadas à participação no CNES e propostas para políticas públicas para a economia solidária
23 a 25 de abril de 2010 – Campinas/SP	II Conferência Estadual de Economia Solidária do Estado de São Paulo	Deliberação sobre os desafios, prioridades e estratégias para o reconhecimento da economia solidária e de sua afirmação política
16 a 18 de junho de 2010 – Brasília/DF	II Conaes	“Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”. Reconhecimento da economia solidária enquanto direito de cidadania e dever do Estado

Conclusão.		
DATA E LOCAL	EVENTO	RESOLUÇÕES SOBRE economia solidária
27 a 30 de dezembro de 2014 – Brasília/DF	III Conaes	“Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”. Construção de diretrizes temáticas para subsidiar a formulação dos planos de economia solidária nos âmbitos municipais, estadual e nacional.
15 a 17 de março de 2014 – São Bernardo do Campo/SP	III Conferência Estadual de Economia Solidária do Estado de São Paulo	Elaboração de propostas, diretrizes e estratégias para constituição do Plano Estadual de Economia Solidária
09 de julho de 2016 – Santa Maria/RS	I Assembleia Nacional de Economia Solidária	Elaboração de um Manifesto acerca da situação política e da economia solidária no país

**Figura 36.** Eventos nacionais e paulistas sobre economia solidária.

Fonte: Elaborado pela autora. Baseado em: Fopes [2014] e FBES (2005; 2014; 2016; 2017a; 2017b; 2018).

**APÊNDICE 6 – INSTRUMENTOS LEGAIS NACIONAIS E PAULISTAS  
RELACIONADOS AOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, ÀS  
COOPERATIVAS E À COLETA SELETIVA**

Continua...

**Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.**

(Em vigência, porém catadores seguem a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012).

Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

**MENÇÕES ÀS COOPERATIVAS**

CAPÍTULO II - Das Sociedades Cooperativas

Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

CAPÍTULO III - Do Objetivo e Classificação das Sociedades Cooperativas

Art. 5º As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se-lhes o direito exclusivo e exigindo-se-lhes a obrigação do uso da expressão "cooperativa" em sua denominação.

**Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

(Em vigência).

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

FEDERATIVA DO BRASIL.

**MENÇÕES ÀS COOPERATIVAS**

TÍTULO II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I - DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento

TÍTULO VI - DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Seção I - DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 146. Cabe à lei complementar:

III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:  
c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas

**Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.**

(Em vigência, com alterações de redação).

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

**MENÇÕES AOS CATADORES, ÀS COOPERATIVAS E À COLETA SELETIVA**

Capítulo II - Da Licitação

Seção I - Das Modalidades, Limites e Dispensa

Art. 24. É dispensável a licitação:

XXVII - na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública. (Redação dada pela Lei nº 11.445, de 2007).

**Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.**

(Em vigência).

Institui o Código Civil.

Continua...

**MENÇÕES ÀS COOPERATIVAS****TÍTULO II - Da Sociedade****CAPÍTULO ÚNICO - Disposições Gerais**

Art. 982. Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro (art. 967); e, simples, as demais.

Parágrafo único. Independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações; e, simples, a cooperativa.

Parágrafo único. Ressalvam-se as disposições concernentes à sociedade em conta de participação e à cooperativa, bem como as constantes de leis especiais que, para o exercício de certas atividades, imponham a constituição da sociedade segundo determinado tipo.

**CAPÍTULO VII - Da Sociedade Cooperativa**

Art. 1.093. A sociedade cooperativa rege-se-á pelo disposto no presente Capítulo, ressalvada a legislação especial.

**CAPÍTULO II - DO NOME EMPRESARIAL**

Art. 1.159. A sociedade cooperativa funciona sob denominação integrada pelo vocábulo "cooperativa".

**Decreto nº 7.405 de 11 de setembro de 2003.**

(Revogado pelo Decreto nº 7.405, de 2010).

Cria o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo.

**MENÇÕES AOS CATADORES, ÀS COOPERATIVAS E À COLETA SELETIVA**

Nenhuma.

**Lei nº 12.226, de 11 de janeiro de 2006.**

(Em vigência. Regulamentada pelo Decreto nº 54.103, de 12 de março de 2009).

Institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.

**MENÇÕES ÀS COOPERATIVAS.**

Na íntegra.

**Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006.**

(Em vigência. Regulamentada pelo Decreto nº 54.645, de 05 de agosto de 2009).

Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.

**MENÇÕES AOS CATADORES, ÀS COOPERATIVAS E À COLETA SELETIVA****TÍTULO I - Da Política Estadual De Resíduos Sólidos****CAPÍTULO I - Dos Princípios e Objetivos**

Artigo 2º - São princípios da Política Estadual de Resíduos Sólidos:

X - a responsabilidade dos produtores ou importadores de matérias-primas, de produtos intermediários ou acabados, transportadores, distribuidores, comerciantes, consumidores, catadores, coletores, administradores e proprietários de área de uso público e coletivo e operadores de resíduos sólidos em qualquer das fases de seu gerenciamento;

IV - promover a inclusão social de catadores, nos serviços de coleta seletiva;

Parágrafo único - Para alcançar os objetivos colimados, caberá ao Poder Público, em parceria com a iniciativa privada:

9. incentivar a criação e o desenvolvimento de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis que realizam a coleta e a separação, o beneficiamento e o reaproveitamento de resíduos sólidos reutilizáveis ou recicláveis;

Artigo 3º - São objetivos da Política Estadual de Resíduos Sólidos:

IV - promover a inclusão social de catadores, nos serviços de coleta seletiva;

VII - fomentar a implantação do sistema de coleta seletiva nos Municípios.

**TÍTULO II - Da Gestão dos Resíduos Sólidos****CAPÍTULO II - Dos Planos De Gerenciamento De Resíduos Sólidos**

Artigo 20 - O Estado apoiará, de modo a ser definido em regulamento, os Municípios que gerenciarem os resíduos urbanos em conformidade com Planos de Gerenciamento de Resíduos Urbanos.

§ 1º - Os Planos referidos no "caput" deverão ser apresentados a cada quatro anos e contemplar:

10. o diagnóstico e as ações sociais, com a avaliação da presença de catadores nos lixões e nas ruas das cidades, bem como as alternativas da sua inclusão social;

**CAPÍTULO III - Dos Resíduos Urbanos**

Artigo 29 - O Estado deve, nos limites de sua competência e atribuições:

VII - fomentar parcerias das indústrias recicladoras com o Poder Público e a iniciativa privada nos programas de coleta seletiva e no apoio à implantação e desenvolvimento de associações ou cooperativas de catadores.

**Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.**

(Em vigência).

Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências

**MENÇÕES AOS CATADORES, ÀS COOPERATIVAS E À COLETA SELETIVA**

Na íntegra.

**Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.**

(Em vigência. Redação dada pela Medida Provisória nº 844, de 2018. Regulamentada pelo Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010).

Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico, altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978.

**MENÇÕES AOS CATADORES, ÀS COOPERATIVAS E À COLETA SELETIVA**

Art. 57. O inciso XXVII do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24. ....

XXVII - na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

**Decreto nº 54.103, de 12 de março de 2009.**

(Em vigência).

Regulamenta a Lei nº 12.226, de 11 de janeiro de 2006, que institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.

**MENÇÕES AOS CATADORES, ÀS COOPERATIVAS E À COLETA SELETIVA**

Nenhuma.

**Decreto nº 54.645, de 05 de agosto de 2009.**

(Em vigência).

Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.300 de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e altera o inciso I do artigo 74 do Regulamento da Lei nº 997, de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 1976.

**MENÇÕES AOS CATADORES****SEÇÃO III - Do Apoio Financeiro aos Municípios**

Artigo 13 - O apoio financeiro do Estado a Municípios paulistas, por intermédio do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP, atendidas as disposições da Lei nº 11.160, de 18 de junho de 2002, e seu regulamento, dependerá da apresentação de plano de resíduos sólidos à Secretaria do Meio Ambiente, nos termos do artigo 20 da Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006.

§ 1º - O plano a que alude o “caput” deste artigo deverá contemplar todos os aspectos do gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, bem assim os elementos relacionados pelo § 1º do artigo 20 da Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006, e ainda:

2. propostas de ações sociais e alternativas para a inclusão social de catadores, bem como ações voltadas à educação ambiental

**MENÇÕES À COLETA SELETIVA****CAPÍTULO II - Da Gestão de Resíduos Sólidos****SEÇÃO II - Dos Planos de Resíduos Sólidos**

Artigo 6º - A Secretaria do Meio Ambiente, em conjunto com outros órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, elaborará o plano estadual de resíduos sólidos no prazo de até 8 (oito) meses, contados da data de publicação deste decreto, contendo no mínimo:

- VII - programa de monitoramento das metas, que será constituído de indicadores de geração de resíduos sólidos, coleta seletiva, tratamento e destinação final.

**SEÇÃO III - Do Apoio Financeiro aos Municípios**

Artigo 13 - O apoio financeiro do Estado a Municípios paulistas, por intermédio do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP, atendidas as disposições da Lei nº 11.160, de 18 de junho de 2002, e seu regulamento, dependerá da apresentação de plano de resíduos sólidos à Secretaria do Meio Ambiente, nos termos do artigo 20 da Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006.

§ 1º - O plano a que alude o “caput” deste artigo deverá contemplar todos os aspectos do gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, bem assim os elementos relacionados pelo § 1º do artigo 20 da Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006, e ainda:

1. mecanismos consistentes que induzam a parceria com os setores produtivos e a sociedade civil organizada para a execução de ações que promovam práticas de minimização da geração de resíduos sólidos, coleta seletiva, reutilização e reciclagem.

Continua...

**Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010.**

(Em vigência)

Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.

**MENÇÕES AOS CATADORES****CAPÍTULO II - DAS DEFINIÇÕES**

Art. 2º Para os fins deste Decreto, consideram-se:

§ 3º Para os fins do inciso VIII\* do caput, consideram-se também prestadoras do serviço público de manejo de resíduos sólidos as associações ou cooperativas, formadas por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo Poder Público como catadores de materiais recicláveis, que executam coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis.

VIII - prestador de serviço público: o órgão ou entidade, inclusive empresa:

- a) do titular, ao qual a lei tenha atribuído competência de prestar serviço público; ou
- b) ao qual o titular tenha delegado a prestação dos serviços, observado o disposto no art. 10 da Lei nº 11.445, de 2007.

**Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.**

(Em vigência. Aprovada pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010.)

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998\*; e dá outras providências.

\*Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

**MENÇÕES AOS CATADORES, ÀS COOPERATIVAS E À COLETA SELETIVA****TÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS****CAPÍTULO II - DEFINIÇÕES**

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

V - coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição

**TÍTULO II - DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS****CAPÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS**

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos

**CAPÍTULO III - DOS INSTRUMENTOS**

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:

- III - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

**TÍTULO III - DAS DIRETRIZES APLICÁVEIS AOS RESÍDUOS SÓLIDOS****CAPÍTULO II - DOS PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS****Seção II - Do Plano Nacional de Resíduos Sólidos**

Art. 15. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo:

V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

**Seção III - Dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos**

Art. 16. A elaboração de plano estadual de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para os Estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, as microrregiões instituídas conforme previsto no § 1º abrangem atividades de coleta seletiva, recuperação e reciclagem, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, a gestão de resíduos de construção civil, de serviços de transporte, de serviços de saúde, agrossilvopastoris ou outros resíduos, de acordo com as peculiaridades microrregionais.

\*§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no caput os Estados que instituírem microrregiões, consoante o § 3º do art. 25 da Constituição Federal, para integrar a organização, o planejamento e a execução das ações a cargo de Municípios limítrofes na gestão dos resíduos sólidos

Art. 17. O plano estadual de resíduos sólidos será elaborado para vigência por prazo indeterminado, abrangendo todo o território do Estado, com horizonte de atuação de 20 (vinte) anos e revisões a cada 4 (quatro) anos, e tendo

como conteúdo mínimo:

V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, o plano microrregional de resíduos sólidos deve atender ao previsto para o plano estadual e estabelecer soluções integradas para a coleta seletiva, a recuperação e a reciclagem, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos urbanos e, consideradas as peculiaridades microrregionais, outros tipos de resíduos.

#### Seção IV - Dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no caput os Municípios que:

II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Art. 19. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

XI - programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver;

Art. 19. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

XIV - metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

XV - descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 33, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

#### Seção V - Do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Art. 21. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

§ 3º Serão estabelecidos em regulamento:

I - normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

### CAPÍTULO III - DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES E DO PODER PÚBLICO

#### Seção II - Da Responsabilidade Compartilhada

Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

3º Sem prejuízo de exigências específicas fixadas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS [Sistema Nacional de Vigilância Sanitária], ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos a que se referem os incisos II, III, V e VI ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e IV do caput e o § 1º tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo, consoante o estabelecido neste artigo, podendo, entre outras medidas:

III - atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o § 1º.

Art. 35. Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e na aplicação do art. 33, os consumidores são obrigados a:

I - acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados;

II - disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.

Parágrafo único. O poder público municipal pode instituir incentivos econômicos aos consumidores que participam do sistema de coleta seletiva referido no caput, na forma de lei municipal.

Art. 36. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

II - estabelecer sistema de coleta seletiva;

§ 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do caput, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

Continua...

**CAPÍTULO V - DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS**

Art. 42. O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

III - implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

V - estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa;

Art. 44. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a: II - projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

**TÍTULO IV - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS**

Art. 50. A inexistência do regulamento previsto no § 3º do art. 21 não obsta a atuação, nos termos desta Lei, das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

**Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010.**

(Em vigência).

Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.

**MENÇÕES AOS CATADORES, ÀS COOPERATIVAS E À COLETA SELETIVA****TÍTULO III - DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DO PODER PÚBLICO****CAPÍTULO II - DA COLETA SELETIVA**

Art. 11. O sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos priorizará a participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda.

**CAPÍTULO III - DA LOGÍSTICA REVERSA****Seção II - Dos Instrumentos e da Forma de Implantação da Logística Reversa**

Art. 18. Os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos referidos nos incisos II, III, V e VI do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2010, bem como dos produtos e embalagens referidos nos incisos I e IV e no § 1º do art. 33 daquela Lei, deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor.

§ 1º Na implementação e operacionalização do sistema de logística reversa poderão ser adotados procedimentos de compra de produtos ou embalagens usadas e instituídos postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis, devendo ser priorizada, especialmente no caso de embalagens pós-consumo, a participação de cooperativas ou outras formas de associações de catadores de materiais recicláveis ou reutilizáveis.

**Subseção I - Dos Acordos Setoriais**

Art. 20. O procedimento para implantação da logística reversa por meio de acordo setorial poderá ser iniciado pelo Poder Público ou pelos fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes dos produtos e embalagens referidos no art. 18.

§ 3º Poderão participar da elaboração dos acordos setoriais representantes do Poder Público, dos fabricantes, importadores, comerciantes e distribuidores dos produtos e embalagens referidos no art. 33 da Lei nº 12.305, de 2010, das cooperativas ou outras formas de associações de catadores de materiais recicláveis ou reutilizáveis, das indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos, bem como das entidades de representação dos consumidores, entre outros.

Art. 23. Os acordos setoriais visando a implementação da logística reversa deverão conter, no mínimo, os seguintes requisitos:

IV - possibilidade de contratação de entidades, cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais recicláveis ou reutilizáveis, para execução das ações propostas no sistema a ser implantado;

Art. 28. O Ministério do Meio Ambiente fará a avaliação das propostas de acordo setorial apresentadas consoante os seguintes critérios mínimos:

VI - contribuição das ações propostas para a inclusão social e geração de emprego e renda dos integrantes de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda.

**TÍTULO V - DA PARTICIPAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E REUTILIZÁVEIS****TÍTULO VI - DOS PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS****CAPÍTULO III - DOS PLANOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

Seção II - Do Conteúdo dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos em Relação à Participação das Cooperativas e outras Formas de Associação de Catadores de Materiais Recicláveis

**Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010.**

(Em vigência).

Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências.

**MENÇÕES AOS CATADORES, ÀS COOPERATIVAS E À COLETA SELETIVA**

Na íntegra.

**Plano Nacional de Resíduos Sólidos, 2011.**

(Elaborado, mas ainda não aprovado).

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos foi coordenado e elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, com o apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na elaboração do diagnóstico, e acompanhado pelo Comitê Interministerial, criado pelo Decreto nº 7.404/10, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O Plano mantém estreita relação com os Planos Nacionais de Mudanças do Clima (PNMC), de Recursos Hídricos (PNRH), de Saneamento Básico (Plansab) e de Produção e Consumo Sustentável (PPCS). Apresenta conceitos e propostas que refletem a interface entre diversos setores da economia compatibilizando crescimento econômico e preservação ambiental com desenvolvimento sustentável.

**MENÇÕES AOS CATADORES**

Capítulo 1 - Diagnóstico da Situação dos Resíduos Sólidos no Brasil

1.4. Catadores

Capítulo 3 - Diretrizes e Estratégias.

3.1 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

3.1.3. Redução dos Resíduos Sólidos Urbanos Secos dispostos em aterros sanitários e Inclusão de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis

**MENÇÕES ÀS COOPERATIVAS E À COLETA SELETIVA**

Na íntegra.

**Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012.**

(Em vigência).

Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**MENÇÕES ÀS COOPERATIVAS****CAPÍTULO I - DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO**

Art. 1º A Cooperativa de Trabalho é regulada por esta Lei e, no que com ela não colidir, pelas Leis nºs 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 -Código Civil.

Art. 2º Considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho.

§ 1º A autonomia de que trata o caput deste artigo deve ser exercida de forma coletiva e coordenada, mediante a fixação, em Assembleia Geral, das regras de funcionamento da cooperativa e da forma de execução dos trabalhos, nos termos desta Lei.

§ 2º Considera-se autogestão o processo democrático no qual a Assembleia Geral define as diretrizes para o funcionamento e as operações da cooperativa, e os sócios decidem sobre a forma de execução dos trabalhos, nos termos da lei.

Art. 3º A Cooperativa de Trabalho rege-se pelos seguintes princípios e valores:

I - adesão voluntária e livre;

II - gestão democrática;

III - participação econômica dos membros;

IV - autonomia e independência;

V - educação, formação e informação;

VI - intercooperação;

VII - interesse pela comunidade;

VIII - preservação dos direitos sociais, do valor social do trabalho e da livre iniciativa;

IX - não precarização do trabalho;

X - respeito às decisões de assembleia, observado o disposto nesta Lei;

XI - participação na gestão em todos os níveis de decisão de acordo com o previsto em lei e no Estatuto Social.

Art. 4º A Cooperativa de Trabalho pode ser:

II - de serviço, quando constituída por sócios para a prestação de serviços especializados a terceiros, sem a presença dos pressupostos da relação de emprego.

Art. 5º A Cooperativa de Trabalho não pode ser utilizada para intermediação de mão de obra subordinada.

Continua...

**Plano de Economia Solidária do Estado de São Paulo, 2015.**

(Elaborado, mas ainda não aprovado).

Este Plano Estadual de Economia Solidária é um instrumento para orientação e formulação de projetos e ações que visam o fortalecimento, ampliação e o aperfeiçoamento da Economia Solidária no Estado de São Paulo, como alternativa de desenvolvimento ao modelo vigente, na perspectiva da geração de trabalho e renda, inclusão social e a construção de uma sociedade justa, solidária e sustentável.

**MENÇÕES AOS CATADORES****VIII. Metas para 2015/2019****Metas para as Instâncias Municipais/Regionais**

09. Atuar para que os municípios que ainda não cumprem com a determinação legal da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305/2010) de contratar as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis alinhadas com os princípios e práticas da economia solidária para a prestação de serviços da coleta seletiva, com dispensa de licitação pública, garantindo-lhes a inclusão sócio produtiva e a construção da autonomia econômica, o façam o mais urgente possível.

**MENÇÕES ÀS COOPERATIVAS E À COLETA SELETIVA**

Na íntegra.

**Plano Nacional de Economia Solidária, 2015.**

Em vigência até 2019.

A intenção é clara: fomentar e fortalecer políticas públicas de economia solidária no âmbito municipal, territorial e estadual, implica também no fortalecimento das bases sociais e ampliação da força política e organizativa dos sujeitos, como condições para conquistar soluções permanentes e adequadas às necessidades e exigências da economia solidária e dos processos de desenvolvimento sustentável e solidário.

O presente documento sistematiza o Plano Nacional de Economia Solidária para o período de 2015 a 2019, colocando-se como instrumento de incidência e organização da política pública nacional de economia solidária e de sua interface com as políticas dos governos subnacionais. Desta forma, compreende-se que a consolidação do Plano Nacional estabelece contribuição fundamental para a criação de um ambiente institucional que fortaleça a economia solidária na sua trajetória de superação do patamar de política de governo, constituindo-a efetivamente como política de estado.

Aprovado pela Resolução nº 6, de 26 de março de 2015.

**MENÇÕES AOS CATADORES, ÀS COOPERATIVAS E À COLETA SELETIVA****CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL****1.1 Quais as oportunidades para o fortalecimento da Economia Solidária no Brasil:**

As interfaces e a integração das ações de interesse da economia solidária nas esferas municipais, estaduais e no Governo Federal, com destaque para os programas de desenvolvimento territorial, superação da pobreza extrema, agricultura familiar (PAA, PNAE, PRONAF), educação (PRONATEC, PROEX), trabalho e emprego, resíduos sólidos, promoção da igualdade racial, inclusão, autonomia e emancipação socioeconômica de jovens, mulheres, povos e comunidades tradicionais, catadores, pessoas que sofrem transtorno mental, entre outros;

**4. METAS**

Fomentar e fortalecer 1 (um) mil cooperativas, associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e na cadeia produtiva da reciclagem

**LINHAS DE AÇÃO****2. MARCO LEGAL DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**

Criação de decreto federal, que avance na regulamentação da lei nº 12.305, de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, de modo a obrigar os grandes geradores a destinarem os resíduos sólidos às Associações e Cooperativas de Catadores e Catadoras, bem como instituir um sistema de fiscalização e remuneração para as associações e cooperativas que recebam estes resíduos.

**7. GLOSSÁRIO COLETA SELETIVA E RECICLAGEM.**

É o setor que trabalha na fração reutilizável e reciclável dos resíduos sólidos e sua reinserção na cadeia produtiva.

Compreende as etapas de coleta diferenciada, triagem, classificação e beneficiamento dos materiais, com toda a logística envolvida nessas etapas. A coleta seletiva e a reciclagem podem envolver diferentes atores como catadoras e catadores individuais de resíduos sólidos; grupos informais, associações e cooperativas de catadoras e catadores; poder público, principalmente governos municipais, empresas privadas, indústrias recicladoras e, também, indiretamente, movimentos sociais e organizações não-governamentais.

**Resolução nº 6, de 26 de março de 2015.**

(Em vigência até 2019).

Aprova o Plano Nacional de Economia Solidária 2015 - 2019 com o objetivo de promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável, considerando as deliberações da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária.

**MENÇÕES AOS CATADORES, ÀS COOPERATIVAS E À COLETA SELETIVA**

Nenhuma.

**Decreto nº 62.229, de 24 de outubro de 2016.**

(Em vigência).

Altera a redação do "caput" e incisos do artigo 27 do Decreto nº 54.645, de 1º de março de 2009, que regulamenta dispositivos da Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos.

**MENÇÕES AOS CATADORES, ÀS COOPERATIVAS E À COLETA SELETIVA**

Nenhuma.

**PL 2289/2015.**

(Em tramitação na Câmara dos Deputados. Origem: PLS 425/2014).

Prorroga o prazo para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos de que trata o art. 54 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

**MENÇÕES AOS CATADORES, ÀS COOPERATIVAS E À COLETA SELETIVA**

Nenhuma.

**PLP 14/2015.**

(Em tramitação na Câmara dos Deputados).

Dispõe sobre a cooperação entre os entes federados tendo em vista assegurar a elaboração e a implementação dos planos de saneamento básico e de resíduos sólidos, altera a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e dá outras providências

**MENÇÕES AOS CATADORES, ÀS COOPERATIVAS E À COLETA SELETIVA**

Nenhuma.

**Medida provisória nº 844, de 6 de julho de 2018.**

Em vigência

Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País.

**MENÇÕES AOS CATADORES, ÀS COOPERATIVAS E À COLETA SELETIVA**

Nenhuma.

**Figura 37.** Instrumentos legais nacionais e estaduais relacionados aos catadores, às cooperativas e à coleta seletiva.

## APÊNDICE 7 – EVENTOS NACIONAIS E PAULISTAS SOBRE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Continua...

DATA/LOCAL	EVENTO	TEMA
Junho de 1998 – Brasília/DF	Fórum Nacional Lixo e Cidadania	<p>“Em junho de 1998, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) tomou a iniciativa de organizar um seminário em Brasília para debater e apontar caminhos para o problema da presença de famílias inteiras, adultos e crianças, vivendo nos e dos lixões no Brasil. Deste evento resultou a criação de um programa, o Fórum Nacional com o nome Lixo e Cidadania e o objetivo de erradicar o trabalho de catação de materiais recicláveis por crianças e adolescentes, criando alternativas concretas para integrar os catadores adultos em ambientes de trabalho com condições dignas. Outro grande objetivo do Fórum Nacional era (e continua sendo) a mudança de padrão de destinação de resíduos sólidos, na perspectiva de erradicar os lixões existentes no país” (Pólis, 2007, p. 15).</p>
Setembro de 1999 - Belo Horizonte/MG	I Encontro Nacional de Catadores de Papel	Início do processo de formação do MNCR (Pólis, 2007).
4 a 6 de junho de 2001 – Brasília/DF	1º Congresso Nacional dos Catadores	<p>“Participaram desse congresso 1.700 catadores. Nessa oportunidade, foi encaminhada uma série de propostas às autoridades responsáveis, entre elas a “definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis”, bem como a adoção de uma política de subsídios para a aquisição de equipamentos e aperfeiçoamento tecnológico. Também nesta oportunidade ocorreu a I Marcha Nacional da População de Rua, à qual os catadores vieram a se somar” (Pólis, 2007, p. 16). Lançada a “Carta de Brasília”, documento que expressa as necessidades do povo que sobrevive da coleta de materiais recicláveis, bem como seus princípios de atuação política (Ipea, 2015). Fundação do MNCR.</p>
20 a 23 de janeiro de 2003 – Caxias do Sul/RS	1º Congresso Latinoamericano de Catadores	Elaboração da Carta de Caxias.
21 a 23 de dezembro de 2010 - Mart Center, São Paulo/SP	EXPO CATADORES 2010	<p>Temas centrais: Prestação dos Serviços de Coleta e triagem; Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos; Políticas Públicas; Inovações tecnológicas; e Mercado de recicláveis específicos para catadores. Assinatura pelo, Presidente Luis Inácio Lula da Silva, do Decreto nº 7404/2010 que regulamentou a Lei nº 12.305/2010.</p>

		Conclusão.
14 de março de 2014 - Centro de Formação de Professores Miguel Araes, Mauá/SP.	Conferência Temática sobre Economia Solidária Saúde Mental e Coleta Seletiva com Catadores (as) Organizados	Contou com a participação de usuários e ex-usuários do sistema de saúde mental, catadores e catadoras da região, gestores públicos do ABCDMRR e da Baixada Santista, universidades, profissionais que atuam nas áreas da saúde mental e de resíduos sólidos. Essa Conferência Temática é parte integrante da Conferência Regional de Economia Solidária da Região do ABCDMRR e Baixada Santista, que foi realizada nos dias 28 e 29 de março, na UNIFESP - Baixada Santista. As 113 decisões desta Conferência foram encaminhadas à Conferência Regional, se constituindo em contribuições para as reflexões neste evento e para a elaboração do Plano Regional de Economia Solidária do ABCDMRR e Baixada Santista.
15 a 17 de março de 2014 – São Bernardo do Campo/SP	III Conferência Estadual de Economia Solidária do Estado de São Paulo	Elaboração de propostas, diretrizes e estratégias para constituição do Plano Estadual de Economia Solidária. Dentre as dez metas estabelecidas para instâncias municipais e regionais, a meta 9 refere-se aos catadores de materiais recicláveis e será discutida subitem 1.3.1. “Atuar para que os municípios que ainda não cumprem com a determinação legal da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305/2010) de contratar as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis alinhadas com os princípios e práticas da economia solidária para a prestação de serviços da coleta seletiva, com dispensa de licitação pública, garantindo-lhes a inclusão sócio produtiva e a construção da autonomia econômica, o façam o mais urgente possível”
27 a 30 de dezembro de 2014 – Brasília/DF	Conferência Temática “Economia Solidária como Estratégia de Inclusão Sócio Produtiva de Catadores e Catadoras de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis”	Realizada durante a III Conaes de “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”. Sua realização é inspirada na expressiva presença do Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (MNCR) que, durante a 2ª CONAES, aprovou moção de repúdio à instalação de incineradores ou usinas verdes para a queimada de material recicláveis, apontando a coleta seletiva solidária, a inclusão social e a conscientização ambiental como compromisso dos que constroem um planeta sustentável. Nessa mesma perspectiva, os objetivos desta Conferência Temática são: a) aprofundar o debate sobre a inclusão sócio produtiva de catadores e catadoras na implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com a extinção dos lixões em todo o País; b) debater as estratégias da Economia Solidária como processo de inclusão sócio produtiva dos catadores e catadoras de materiais recicláveis, tomando por base os acúmulos da I e II CONAES; c) promover o balanço sobre os avanços e desafios das organizações sociais e das políticas públicas em relação ao tema da inclusão sócio produtiva de catadores e catadoras de materiais recicláveis; d) elaborar subsídios e proposições para os planos estaduais e para o Plano Nacional de Economia Solidária a ser elaborado na III CONAES.

**Figura 38.** Eventos nacionais e paulistas sobre catadores.

## APÊNDICE 8 – INSTRUMENTOS LEGAIS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SP

Continua...

### Lei nº 13.486, de 16 de dezembro de 2004

Dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal de São Carlos e dá outras providências.

#### MENÇÕES À economia solidária

Capítulo II – Da organização da Prefeitura Municipal

Art. 5º A estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de São Carlos é composta pelos seguintes órgãos, subordinados ao Prefeito Municipal: [...]

VI – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia (SMDSCT)  
Departamento de Apoio à Economia Solidária [...]

Capítulo III – Das atribuições [...]

Art. 12. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia possui as seguintes atribuições: [...]

IV - promover, coordenar e incentivar políticas públicas de geração de emprego e renda, cooperativismo e de economia solidária

### Lei nº 14.344, de 13 de dezembro de 2017

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da micro e pequena empresa, cria o fundo municipal de aval ao empreendedor e dá outras providências

#### MENÇÕES À economia solidária

Capítulo I - DO CONSELHO MUNICIPAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA [...]

SEÇÃO III - DA COMPETÊNCIA [...]

Art. 4º Compete ao COMMPE;

XIII - fomentar as iniciativas relativas ao associativismo e ao cooperativismo no âmbito da economia solidária.

Capítulo II - DO FUNDO MUNICIPAL DE AVAL AO EMPREENDEDOR - FMAE

SEÇÃO I - DOS OBJETIVOS [...]

Art. 15 - Fica criado o Fundo Municipal de Aval ao Empreendedor - FMAE destinado a constituição de garantias que poderão ser utilizadas em operações de empréstimos bancários para atividades exclusivamente produtivas, solicitados por empreendedores, microempresas, empresas de pequeno porte e empreendimentos de economia solidária, com no mínimo seis meses de atividade comprovada e estabelecidos no Município de São Carlos.

### Lei nº 14.414, de 20 de março de 2008.

Dá o Nome de "Herbert de Souza Betinho" do Centro Público de Economia Solidária.

#### MENÇÕES À economia solidária

Na íntegra.

### Lei nº 14.845, de 18 de dezembro de 2008

(regulamentada pelo Decreto nº 246, de 28 de agosto de 2014)

Dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal de São Carlos e dá outras providências.

#### MENÇÕES À economia solidária

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL [...]

Art. 5º A estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de São Carlos é composta pelos seguintes órgãos e funções, subordinados ao Prefeito Municipal: [...]

XXI – Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda (SMTER):

a) Departamento de Apoio à Economia Solidária [...]

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES [...]

Art. 26. A Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda possui as seguintes atribuições:

I - promover, coordenar e incentivar políticas públicas de geração de emprego e renda, cooperativismo e de economia solidária

### Lei nº 15.196, de 26 de fevereiro de 2010

Dispõe sobre o Programa de Fomento à Economia Solidária e dá outras providências.

#### MENÇÕES À economia solidária

Na íntegra.

### Lei nº 15.779, de 05 de agosto de 2011

Institui no município de São Carlos a realização da Conferência Municipal de Economia Solidária.

#### MENÇÕES À economia solidária

Na íntegra.

**Lei nº 15.853, de 11 de outubro de 2011**

(Redação do Art. 3º, sobre a sua composição em termos de número e origem de membros, alterada pelas leis: Lei nº 16.121, de 2 de maio de 2012; Lei nº 17.112, de 24 de abril de 2014; Lei nº 17.921, de 14 de julho de 2016; e Lei nº 17.803, de 13 de abril de 2016.

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária e o Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária e dá outras providências.

**MENÇÕES À economia solidária**

Na íntegra.

**Lei nº 16.146, de 15 de maio de 2012**

Denomina de "Rosa Sundermann" o Centro Público de Economia Solidária de Produção, localizado no Conjunto Habitacional São Carlos III.

**MENÇÕES À economia solidária**

Na íntegra.

**Lei nº 17.004, de 18 de dezembro de 2013**

Institui o Plano Municipal de Cultura e dá outras providências.

**MENÇÕES À economia solidária**

**PLANO MUNICIPAL DE CULTURA 2014-2023 - PROPOSTAS APROVADAS NA IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL**

**1. 20 PROPOSTAS PRIORITÁRIAS [...]**

9. Criar e implantar centro(s) de arte e cultura que englobe as várias linguagens artísticas e garanta a diversidade cultural, por meio de programas de formação, produção, circulação, difusão de artes e cultura, que tenha(m) como modelo de gestão os princípios da economia solidária e criativa [...]

**2. Diretrizes aprovadas**

2.1 - Curto prazo - diretrizes a serem implantadas no período de até dois anos [...]

**2.1.2 EIXO 2 - DIVERSIDADE CULTURAL**

**RECONHECIMENTO, VALORIZAÇÃO, RESGATE E DIFUSÃO DAS EXPRESSÕES E LINGUAGENS CULTURAIS [...]**

2.1.2.4 Criar programa de políticas afrodescendentes voltado para as artes, a cultura e a economia solidária e criativa, visando à geração de emprego e renda. Fortalecer espaços que estimulem o diálogo entre as diversas linguagens da cultura afro-brasileira e garanta a valorização de manifestações como o tecnobrega, o samba-rock, o funk, a rede de trançadeiras, a catira, entre outros, empoderando os coletivos relacionados com estas manifestações.

**2.1.4 EIXO 4 - DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO**

**INCENTIVO A MODELOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL [...]**

2.1.4.2 Fortalecer a Rede de Pontos de Cultura no município, criando novos pontos, que atuem na ampliação e fortalecimento das relações de trocas solidárias entre coletivos de cultura e Poder Público

**FORTELECIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA [...]**

2.1.4.8 Discutir sobre avanços às iniciativas sobre o acesso a recursos públicos por empreendimentos de cultura e economia solidária não-legalizados formalmente [...]

**2. Diretrizes aprovadas**

2.1 - Curto prazo - diretrizes a serem implantadas no período de até dois anos [...]

**2.2.3 EIXO 3 - ACESSO À CULTURA**

**CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS**

2.2.3.8 Implementar a construção de Centro Público de Cultura e Economia Solidária [...] voltado para a formação, produção, circulação e difusão. Fortalecer os espaços permanentes e temporários de integração e encontro dos agentes da Cultura e da Economia Solidária [...]

**2.2.5 EIXO 5 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

**AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO [...]**

2.2.5.1 Consolidar os fóruns municipais relacionados à cultura e economia solidária com a potencialização da participação popular [...]

**2. Diretrizes aprovadas**

2.3 - Longo prazo - diretrizes a serem implantadas no período de até dez anos [...]

**2.3.1 EIXO 1 - PAPEL DO ESTADO**

**PROMOÇÃO DA TRANSVERSALIDADE DA CULTURA [...]**

2.3.1.17 Garantir a transversalidade e a intersetorialidade das políticas públicas de cultura com a participação de representantes de órgãos gestores de arte e cultura nos conselhos municipais, das seguintes áreas: educação, meio ambiente, desenvolvimento social, planejamento urbano, turismo, ciência e tecnologia, economia solidária, cultura digital, saúde, emprego e renda, dentre outros [...]

Continua...

## 3. PLANOS SETORIAIS [...]

## 3.3 SETORIAL DE ARTES VISUAIS [...]

3.3.9 Oferecer cursos de capacitação de empreendedorismo e economia solidária aos diversos artistas do segmento

## 3.7 SETORIAL DE MÚSICA [...]

3.7.17 Fomentar a criação e desenvolvimento de moedas sociais que funcionem como forma de equilibrar a força de trabalho investida pelos diferentes grupos culturais, sendo revertida em ações que potencializem a produção cultural na cidade, a partir dos conceitos de Economia Solidária.

3.7.18 Implantar estúdio musical público colaborativo, gerido em parceria com a sociedade civil, que funcione através de trocas solidárias interligadas a toda cadeia produtiva da música.

3.7.19 Promover a produção de materiais inéditos de grupos musicais formados em São Carlos.

3.7.20 Fomentar rede solidária na cadeia produtiva da música na cidade, incentivando a produção autoral.

**Decreto nº 246, de 28 de agosto de 2014**

Regulamenta a Lei nº 14.845, de 18 de dezembro de 2008, e alterações posteriores, que "dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal de São Carlos e dá outras providências".

**MENÇÕES À economia solidária**

## Capítulo I

## DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 1º A estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de São Carlos é composta pelos seguintes órgãos e funções, subordinados ao Prefeito Municipal: [...]

5. Seção de Apoio Administrativo. [...]

XXI - Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda (SMTER): [...]

Departamento de Apoio à Economia Solidária; [...]

## Capítulo II

## DAS ATRIBUIÇÕES [...]

Art. 23 A Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda possui as seguintes atribuições:

I - promover, coordenar e incentivar políticas públicas de geração de emprego e renda, cooperativismo e de economia solidária; [...]

§ 1º O Departamento de Apoio à Economia Solidária da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda possui as seguintes atribuições: [...]

**Decreto nº 94, de 11 de abril de 2014**

Aprova o regimento interno da Feira de Economia Solidária da Praça XV de São Carlos, e dá outras providências

**MENÇÕES À economia solidária**

Na íntegra.

**Lei nº 17.492, de 22 de julho de 2015**

Aprova o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015-2015 e dá outras providências.

**MENÇÕES À economia solidária**

## ANEXO I

## METAS 2015 – 2025 [...]

META 16 - Regulamentar e fortalecer os mecanismos de gestão democrática na rede municipal de ensino, nas diferentes dimensões da gestão: planejamento, execução e avaliação. Construir e implementar, até 2 (dois) anos após a aprovação deste plano, por meio de articulação da Secretaria Municipal de Educação com o

Conselho Municipal de Educação, e participação de diversos segmentos (trabalhadores da educação e comunidade), as diretrizes curriculares municipais para o Sistema Municipal de Ensino, adequadas à realidade do Município, considerando a integração dos seus níveis e modalidades de ensino e a afirmação de princípios, tais como a qualidade social da educação, educação integral, sustentabilidade, economia solidária, direitos

humanos e outros

## ANEXO II [...]

## ESTRATÉGIAS 2015 – 2025 [...]

21. Incentivar o protagonismo infanto-juvenil dentro do ambiente escolar como forma de buscar uma gestão mais participativa e colaborativa na escola, exercitando os princípios da economia solidária, de cooperação e de solidariedade.

**Lei nº 17.916, de 12 de julho de 2016**

Inclui a Feira de Economia Solidária da praça XV no calendário oficial de eventos do município.

**MENÇÕES À economia solidária**

Na íntegra.

**Lei nº 18.053, de 19 de dezembro de 2016**

Estabelece o Plano Diretor do Município de São Carlos, e dá outras providências.

**MENÇÕES À economia solidária**

Capítulo I - DOS OBJETIVOS GERAIS DO ORDENAMENTO TERRITORIAL [...]

Art. 3º A Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor se orientam pelos seguintes objetivos estratégicos: [...]

XIV - fomentar atividades econômicas sustentáveis, fortalecendo as atividades já estabelecidas e estimulando a inovação, o empreendedorismo, a economia solidária e a redistribuição das oportunidades de trabalho no território, tanto na zona urbana como na rural [...]

**Figura 39.** Instrumentos legais sobre economia solidária no município de São Carlos/SP.

Fonte: Elaborado pela autora. Baseado em Sistema Leis Municipais [2017].

## APÊNDICE 9 – INSTRUMENTOS LEGAIS SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SP

Continua...

### Lei Orgânica do Município de São Carlos/SP.

São Carlos, 05 de abril de 1990.

#### Capítulo II

#### DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS NATURAIS E DO SANEAMENTO

#### SEÇÃO I

#### DO MEIO AMBIENTE

Art. 251 Os critérios, locais e condições de deposição final de resíduos sólidos domésticos, industriais e hospitalares deverão ser definidos por análise técnica, geográfica e geológica, priorizando-se a reciclagem de materiais.

#### Lei nº 11.338, de 16 de setembro de 1997

(Revogada pela Lei nº 14.480, de 27 de 2008).

Cria o programa de coleta seletiva e reciclagem de lixo em São Carlos.

Art. 7º - A Prefeitura Municipal deverá construir um centro de triagem e reciclagem de resíduos sólidos reaproveitáveis em São Carlos, aproveitando algum prédio público ou área própria ou cedida, onde serão recebidos todos os materiais resultantes do programa de coleta seletiva de lixo, para serem triados e acondicionados, para posterior comercialização.

Parágrafo Único – No centro de triagem e reciclagem poderão trabalhar os catadores autônomos a serem cadastrados pelo programa de coleta seletiva de lixo.

Art. 11 – O programa de coleta seletiva de lixo e de reciclagem de resíduos sólidos reaproveitáveis em São Carlos, será organizado, implementado e gerenciado por um grupo de trabalho composto por representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, da Secretaria Municipal da Promoção e Bem Estar Social, da Associação de Proteção Ambiental de São Carlos (APASC), de profissionais da área de saneamento e lixo urbano da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade Federal de São Carlos e de associações de moradores, dentre outros.

#### Lei nº 12.350, de 05 de janeiro de 2000

(Revogada pela Lei nº 14.480/2008)

Cria Programa de Coleta Seletiva de Lixo em todas as Repartições Públicas do Poder Executivo de São Carlos.

#### Lei nº 12.464, de 07 de abril de 2000

(Revogada pela Lei nº 14.480/2008)

Cria Programa de Coleta Seletiva de Lixo em todas as Escolas Públicas Municipais de São Carlos.

#### Lei nº 12.465, de 07 de abril de 2000

(Revogada pela Lei nº 14.480/2008)

Cria Programa de Coleta Seletiva de Lixo das Indústrias de São Carlos.

#### Lei nº 13.457, de 17 de novembro de 2004

(Revogada pela Lei nº 14.480/2008)

Altera a redação da Lei Municipal nº 11.338, de 16 de setembro de 1997, que "Cria o Programa de Coleta Seletiva de Reciclagem de Lixo em São Carlos".

Art. 1 O Parágrafo Único do Art.7º, da Lei Municipal nº 11.338, de 16 de setembro de 1997, passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo Único: O Poder Executivo poderá firmar convênios com Associações e Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis do Município, visando a execução da coleta e triagem de materiais recicláveis.”

#### Lei nº 13.691, de 25 de novembro de 2005.

(Revogada pela Lei nº 18.053/2016)

Institui o Plano Diretor do Município de São Carlos e dá outras providências.

#### TÍTULO IV

#### DOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA

#### Capítulo I

#### DOS INSTRUMENTOS DE INDUÇÃO DA POLÍTICA URBANA

#### Seção X

#### Do Estudo de Impacto de Vizinhança

Art. 210 Além das características relacionadas no Artigo 209 desta Lei, serão considerados empreendimentos de impacto aqueles que envolvam a implementação dos seguintes equipamentos urbanos:

I - Aterros Sanitários e Usinas de Reciclagem de Resíduos Sólidos

**Lei nº 14.171, de 09 de agosto de 2007**

Fica autorizado a instituição do "Programa para a destinação e recolhimento de óleo vegetal ou gordura" em nossa cidade, e dá outras providências.

(Estabelecimento de parcerias preferencialmente com cooperativas ou associações de catadores)

**Lei nº 14.479, de 27 de maio de 2008.**

(Em vigência).

Dispõe sobre a contratação de Parcerias Público-Privadas para a concessão dos serviços públicos de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos e dá outras providências.

Art. 2º As parcerias público-privadas observarão as seguintes diretrizes:

XIV - fomento à coleta seletiva de resíduos recicláveis realizada por catadores organizados.

**Lei nº 14.480, de 27 de maio de 2008**

(Em vigência).

Dispõe sobre a política municipal de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e dá outras providências.

**CAPÍTULO III - do sistema de remoção dos resíduos sólidos urbanos**

Art. 12 - A coleta de resíduos será de três tipos:

III - Coleta seletiva, para recolhimento de resíduos recicláveis, por intermédio do órgão ou entidade municipal competente ou de associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

**SEÇÃO III****DA COLETA SELETIVA**

Art. 29 - No âmbito do programa da coleta seletiva, o poder executivo:

III - poderá firmar convênios com instituições públicas ou privadas, em especial cooperativas de catadores;

Art. 31 - O poder executivo deverá constituir um ou mais centros de triagem e reciclagem de resíduos sólidos reaproveitáveis, onde serão recebidos todos os materiais resultantes do programa de coleta seletiva, para serem triados e acondicionados, para posterior comercialização.

Parágrafo único - nos centros de triagem e reciclagem poderão atuar cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis devidamente conveniadas com o poder executivo.

**CAPÍTULO X - Das disposições finais e transitórias**

Art. 71 - O poder executivo deverá desenvolver e executar projetos economicamente autossustentáveis de redução e reutilização do lixo, de forma a estimular revisões das embalagens dos produtos de consumo, mudanças dos hábitos pessoais da população e criação de cooperativas de catadores ou outras formas de organização associativas ou, ainda, incrementar ações que reduzam a geração de resíduos sólidos urbanos e evitem riscos à saúde pública.

Art. 73 - o poder executivo poderá criar programas de incentivos fiscais para as empresas de construção civil, indústrias, associações, cooperativas e outras pessoas que aderirem ao programa de coleta seletiva, desde que invistam na recuperação do lixo e em energia limpa e renovável, respeitada a legislação pertinente.

**Concorrência Pública nº 010/2008**

(Edital retificado Processo n.º 21.170/08)

9. DA DISPONIBILIZAÇÃO DE GALPÃO PARA RECICLÁVEIS: 9.1 A Contratada deverá disponibilizar, a suas expensas, instalações para apoio das operações de coleta, separação e destinação de materiais recicláveis. 9.2

Deverá ser disponibilizada uma área, de preferência distante de construções residenciais, minimizando os impactos na vizinhança, na cidade de São Carlos. 9.3 A área disponibilizada deverá ter, no mínimo as seguintes características:

**CAPÍTULO III DO SISTEMA DE REMOÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS****Seção III Da Coleta Seletiva**

Art. 31. O Poder Executivo deverá constituir um ou mais centros de triagem e reciclagem de resíduos sólidos reaproveitáveis, onde serão recebidos todos os materiais resultantes do Programa de Coleta Seletiva, para serem triados e acondicionados, para posterior comercialização. Parágrafo único. Nos centros de triagem e reciclagem poderão atuar cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis devidamente conveniadas com o

Poder Executivo.

**CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS** Art. 71. O Poder Executivo deverá desenvolver e executar projetos economicamente auto-sustentáveis de redução e reutilização do lixo, de forma a estimular revisões das embalagens dos produtos de consumo, mudanças dos hábitos pessoais da população e criação de cooperativas de catadores ou outras formas de organização associativas ou ainda, incrementar ações que reduzam a geração de resíduos sólidos urbanos e evitem riscos à saúde pública.

Conclusão.

**Lei nº 15.054, de 30 de setembro de 2009.**

Institui o "Dia Municipal dos Catadores de Materiais Recicláveis

O prefeito Municipal de São Carlos faz saber que a Câmara Municipal de São Carlos aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o "Dia Municipal dos Catadores de Materiais Recicláveis", a ser comemorado no dia 7 de Junho de cada ano, integrando o calendário oficial de eventos do Município.

Art. 2º O Poder Executivo fica autorizado a promover a divulgação do "Dia Municipal dos Catadores de Materiais Recicláveis", em conjunto com a Semana Mundial do Meio Ambiente, realizando palestras, seminários, painéis, debates, simpósios e outros eventos alusivos ao tema.

**Lei nº 15.072, de 16 de outubro de 2009.**

Dispõe sobre a coleta, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final de lixo tecnológico no Município de São Carlos e dá outras providências.

Art. 2º As empresas produtoras, importadoras ou que comercializem os produtos de que trata o parágrafo único do artigo 1º deverão apresentar ao órgão de proteção ambiental municipal, em conjunto ou individualmente, projeto de coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequados ou mecanismo de custeio para esse fim.

§ 3º Os projetos que incluam a participação de cooperativas de trabalhadores que realizem coleta, sem prejuízo do recebimento direto do consumidor pela empresa, reutilização ou reciclagem de lixo tecnológico, poderão receber incentivos do Município.

Art. 4º O Município poderá oferecer incentivos à instalação e funcionamento de cooperativas e empresas que realizem a reutilização ou reciclagem de lixo tecnológico.

**Lei nº 17.005, de 20 de dezembro de 2013.**

(Em vigência)

Institui o Programa Municipal de Drenagem Urbana Ambientalmente Sustentável do Município de São Carlos, consolida o Plano Municipal de Saneamento Básico, e dá outras providências.

**PL nº 176**

Interessado: prefeitura municipal (processo nº 15696/15)

Assunto: autoriza o poder executivo a abrir crédito adicional suplementar na prefeitura municipal.

(Pagamento indenizatório à Coopervida aprovado durante a 23ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Carlos).

**Decreto Municipal nº 194, de 7 de julho de 2016**

Cria o Comitê Intersecretarial de Coordenação, o Comitê Executivo e dispõe sobre o processo de elaboração da política pública de elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS

Art. 3º - O Comitê Intersecretarial de coordenação será responsável pela elaboração da política pública do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, e pela coordenação e acompanhamento do processo de elaboração do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, e será composto por:

V - Representante do Fórum de Resíduos Sólidos.

**Lei nº 18.053, de 19 de dezembro de 2016.**

(Em vigência)

Estabelece o Plano Diretor do Município de São Carlos, e dá outras providências.

## Capítulo XII

## DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Art. 211 Além das características relacionadas no art. 210 desta Lei, serão considerados empreendimentos de impacto aqueles que envolvam a implementação dos seguintes equipamentos urbanos:

I - Aterros Sanitários e Usinas de Reciclagem de Resíduos Sólidos

**Figura 40.** Instrumentos legais do município de São Carlos acerca da coleta seletiva, dos resíduos sólidos e/ou dos catadores de materiais recicláveis.